

forjado pela economia política de cunho ambiental; as empresas-plataformas, com alto poder de centralização e monopolização, trazendo à tona novas formas de controle sobre os trabalhadores, por gerenciamento técnico algorítmico; trata-se da consciência fetichista como expressão fenomênica do processo de acumulação e de desenvolvimento civilizatório do capital, incluindo as recentes reformas empresariais na educação como formação de “capital humano”, educado financeiramente, empreendedor de si mesmo.

É possível acessar um vasto acervo do pensamento sobre as estruturas sociais latino-americanas, desde o início, como parte substantiva do processo de expansão crítica do capital, culminando com o capitalismo periférico, revisitado e revolto pela teoria do valor-dissociação e pela concepção da simultaneidade do processo crítico, explicitando a periferia no centro da reprodução crítica do capital mundial.

O empirismo pragmático é a aceitação como premissa e não acessa a prática social contemporânea, cujo desvendamento aqui passa pela realidade e representações das abstrações concretas historicamente determinadas.

**Amélia Luisa Damiani**

Professora Titular do Departamento de Geografia - FFLCH/USP

**Anselmo Alfredo**

**Fábio Teixeira Pitta**

**Allan de Campos Silva**

**Ana Sylvia Maris Ribeiro**

**Wesley Valentim Anacleto da Silva**

**Walid El Khatib**

**Rinaldo Gomes Pinho**

**Arthur Matos Bassani**

**Fábio Soares Amaral**

**Talita Amaral Sanches Ferreira**

**Guilherme Estevão dos Santos**

**Leonardo Mamede de Lacerda**

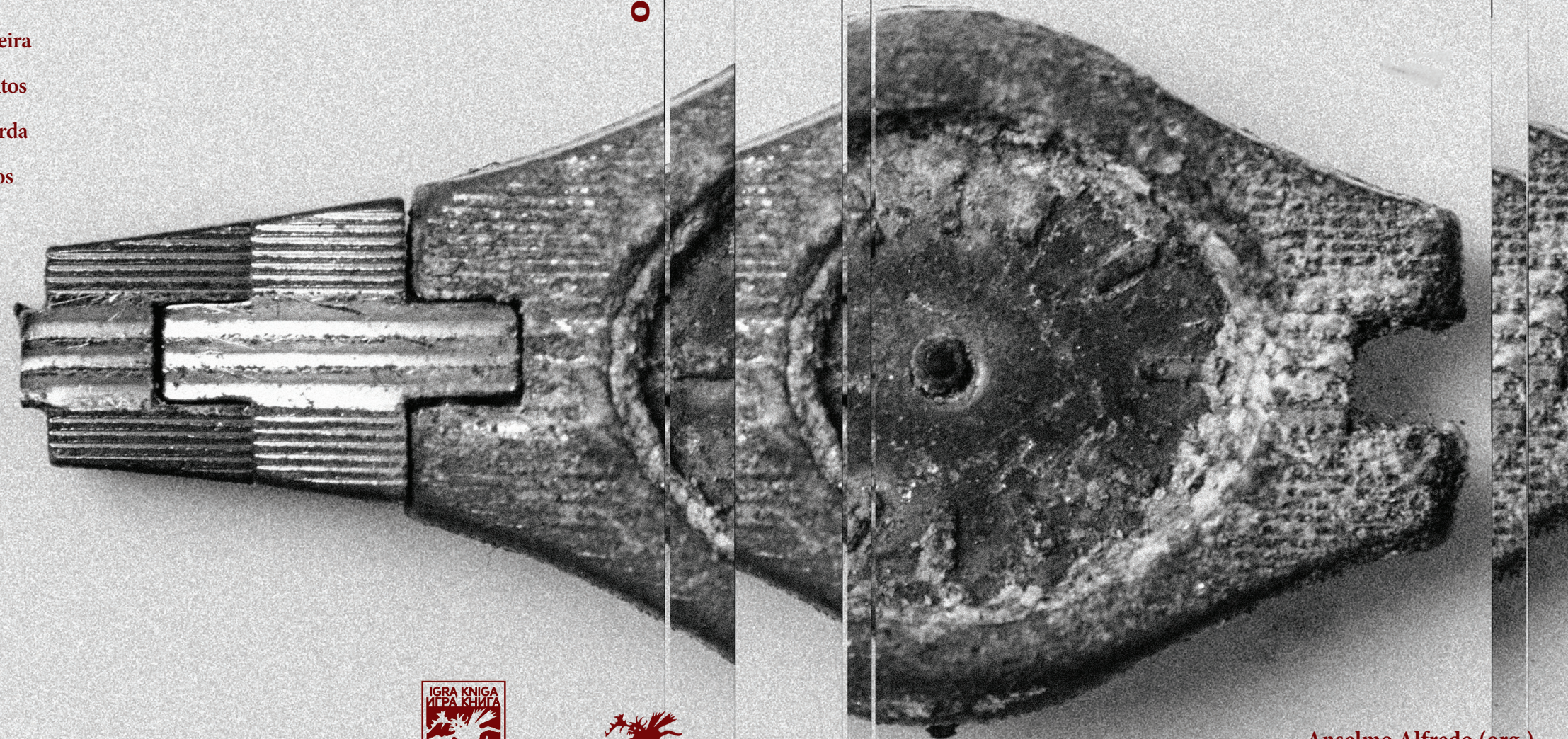
**Anderson Pereira dos Santos**

**Renato Fujicava**

**Silvio Monteiro de Lima**

**GEOGRAFIA, CRISE  
E CRÍTICA SOCIAL NO  
CAPITALISMO PERIFÉRICO**  
Anselmo Alfredo (org.)

# **GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO**



**Anselmo Alfredo (org.)**

A negatividade do processo do capital, o fundamento da crítica do valor, a crise e a crítica são centrais nos capítulos. O sentido de totalidade do processo moderno é o do desmascaramento da crise iminente do valor e seu imperativo fetichista como forma-mercadoria, que a subverte e a esfuma, mantendo-a secreta. Camada espessa que transmuta o negativo em positivo ilusório e reproduz a consciência fetichista do processo social. É possível considerar os caminhos traçados como transdutores: numa mesma via de acesso crítico, seu desdobrar, formigando possibilidades múltiplas necessárias ao conhecimento crítico, que vasculha os subterrâneos do que aparece como afirmativo e processa praticamente formas mistificadas: a pandemia como estritamente sanitária e administrável, em suas formas de aprofundamento do racismo e do patriarcado, com o novo extremismo de direita, parceiro da ficcionalização do capital; a ficção do acesso ao crédito alcançando às populações pauperizadas da metrópole, e o duplo formal centro-periferia como estratégico na promoção social na/da barbárie; a cisão do rural e do urbano revisitada pela abertura da relação agrário-urbana em reprodução crítica; o espectro do esgarçamento das relações de produção capitalistas: das mudanças climáticas à luz da natureza natural como saída administrada pela precificação de carbono e o estabelecimento de uma crítica ao fetiche da natureza,



**Editorial Igrá Kniga**

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

**Capa**

Marília Furman

**Revisão**

Renata Santos Rente

**Diagramação**

Allan de Campos Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico / organização Anselmo Alfredo. -- São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo  
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade  
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# **GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO**

**Anselmo Alfredo (Org.)**

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,  
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita  
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,  
Renato Fujicava, Silvio Lima



**Igrá Kniga**  
São Paulo, 2023

## Sumário

Nota do organizador  
*Anselmo Alfredo*

### Seção I - Determinações da crise

O enigmático sujeito revolucionário. A reprodução periférica mundial do capital. Negatividade categorial e simultaneidade da crise  
*Anselmo Alfredo* ..... 9

A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo  
*Fábio Pitta e Allan Silva* ..... 101

Crítica à teoria dos dois circuitos frente a análise da expansão do crédito no Brasil na primeira década do século XXI  
*Ana Sylvia Maris Ribeiro* ..... 173

O atraso latino-americano: acerca das formas do desenvolvimento periférico  
*Wesley Valentim Anacleto da Silva* .....211

### Seção II - A metrópole e a crise

O cinturão verde de São Paulo como expressão crítica do capital  
*Walid El Khatib* ..... 239

Periferias urbanas e totalidade crítica  
*Rinaldo Gomes Pinho* ..... 271

Crise do Trabalho e Economia Precária de Serviços: Apontamentos para uma Crítica da Uberização  
*Arthur de Matos Bassani* ..... 295

### **Seção III- Educação no invólucro da reprodução fictícia**

As Reformas na Educação e o Velho caráter Ilusório no Trabalho

*Fábio Soares Amaral* ..... 349

### **Seção IV - Reprodução crítica e relação sociedade natureza**

Fetichismo da Natureza e Precificação de Carbono

*Talita Amaral Sanches Ferreira* ..... 383

Raça, Natureza e Trabalho: Modernização brasileira e regulação da força de trabalho em São Paulo

*Guilherme Estevão dos Santos* ..... 415

A reciclagem do lixo capital: elementos para a crítica à naturalização da crise da sociedade do trabalho

*Leonardo Mamede de Lacerda* ..... 441

### **Seção V - Contradição campo cidade e crise. a periferia do capital**

Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil

*Anderson Pereira dos Santos* ..... 465

Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo: Modernização nacional e reflexão teórica no contexto da formação da Geografia no Brasil

*Renato Fujicava* ..... 535

Capitalismo sem acumulação: a expansão do agrário paulista como processo de desenvolvimento capitalista periférico (1880 -1970)

*Silvio Monteiro de Lima* ..... 579



## NOTA DO ORGANIZADOR

Este livro é resultado de longa interlocução com geógrafos que, em sua formação, se compreenderam pela necessidade de interrogar a realidade existente e, ao mesmo tempo, constituir os parâmetros da crítica social que, em certo momento, ainda que necessária, se reconhece nos seus limites. A perspectiva deste conjunto de autores é a de que as determinações da crítica ao capital só seriam possíveis de se realizar se elaborássemos um ponto de vista a respeito de sua crise. Isto porque sem a negatividade crítica do capital estaríamos em sua reafirmação, ainda que a busca do argumento fosse outra.

O encontro com a leitura de Marx, incluindo nove anos de estudos de O Capital, junto ao Laboratório de Geografia Urbana do DG.FFLCH.USP, certamente delineou muito dos argumentos aqui elaborados. Se é possível construir um fio condutor nas diferentes pesquisas, a busca das contradições do capital em sua forma particular na realidade brasileira parece ser um dos preceitos que unem a divergência temática, mas não teórica dos artigos aqui elaborados. Ao mesmo tempo, a intenção é a de reconhecer a crise do capital pela periferia, num momento em que a própria periferia, enquanto tal, é questionada, dada a simultaneidade da crise entre centro e periferia fundada no capital financeiro. Por isso mesmo, à periferia não caberia mais a condição de produção de valor do excedente de capital, estando na simultaneidade com o centro na administração do capital fictício. No entanto, se há perspectivas históricas regressivas, vêm no sentido de conduzir o argumento de que a periferia se fez como a crise simultânea à acumulação mundial e que na passagem do capital produtivo ao financeiro a periferia se uniria ao centro pela crise.

O livro, neste sentido, se apresenta por sessões temáticas que ajudariam o leitor a construir a perspectiva universalizante da crise como história e lógica do capital. No sentido de que a crise é imanente e constitutiva do capital. Assim, poderia, em suas diferentes formas, ser encontrada em qualquer momento da história do capital, já que a crise é sua lógica negativa e identitária. A periferia seria a forma histórica da crise simultânea à acumulação mundial. A simultaneidade atual, contudo, a partir dos anos de 1970, seria a unidade crítica



entre centro e periferia, de modo que esta não seria mais a possibilidade da acumulação do centro. Aqui, a própria lógica centro x periferia poderia encontrar seu limite histórico e lógico.

A primeira seção, **Determinações da Crise**, discute as determinações críticas do capital, em abstrato, mas também situadas historicamente. Nesse sentido, estaríamos diante das formas universais do capital em que a forma revolucionária de seu tempo se daria pela simultaneidade entre crise e acumulação. Do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, a periferia se constituiria neste argumento como a simultaneidade da crise do centro, sob formação categorial negativa. É o que se argumenta no texto de Anselmo Alfredo, sob o título **Enigmático sujeito revolucionário: A periferia, reprodução crítica do capita mundial**.

O texto de Fábio Teixeira Pitta e Allan Silva, **A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo**, nos traz as formas do capital fictício e a relação destas com a história econômica e social recente do Brasil, incluindo a assim chamada era Lula e a crise do milagre brasileiro fundada no alto preço das commodities.

Na argumentação de Ana Sylvia Maris Ribeiro, **Crítica à teoria dos dois circuitos frente à análise da expansão do crédito no Brasil na primeira década do século XXI**, encontramos a impossibilidade teórica de, diante da ficcionalização do capital, reconhecermos o acesso ao crédito como forma de exploração produtiva do capital perante as camadas menos favorecidas, impossibilitando-se a tese dos dois circuitos como eterna forma de acumulação de capital. Assim, os circuitos superior e inferior, em voga pela geografia adepta a Milton Santos, se constituem aqui mais como história da ciência - ainda que presentes em muitas pesquisas atuais - do que uma ciência afeita a compreender as contradições presentes da reprodução do capital fictício.

Aqui, ainda, encontramos o argumento de Wesley Valentim Anacleto da Silva, em que **O atraso latino-americano: acerca das formas do desenvolvimento periférico** é visto criticamente a partir de certa leitura a respeito da teoria da dependência. Nesta, a simultaneidade da crise entre centro e periferia parece ser o ponto limite da crítica almejada. Fundado na noção de simultaneidade dos processos mundiais, a crise do capital aparece como o limite histórico da compreensão da periferia sob o preceito da dependência.

A Seção II, **A MetrÓpole e a Crise**, busca a perspectiva crítica pela crise em consonância com os fenômenos urbanos, especialmente referentes à metropolização. Nestes, a modernização pelo aumento do espaço urbano se reuniria com o mercado de terras, argumento de Walid El Khatib em seu artigo **O**

**cinturão verde de São Paulo como expressão crítica do capital.** Aqui a expansão industrial e do cinturão verde de São Paulo esteve pari passu com a especulação imobiliária e com os negócios com a propriedade privada da terra. Nesse sentido, esta simultaneidade revelaria os sentidos críticos de certo capitalismo cuja condição financeira antecede a sua determinação propriamente produtiva e que a ascensão do preço da terra demonstraria a redução da taxa de lucro.

A passagem deste processo para os anos posteriores demonstraria - seguindo o argumento de Rinaldo Gomes Pinho, em sua reflexão a respeito das **Periferias urbanas e totalidade crítica** - a pobreza mesmo como objeto de financeirização, através da expansão das necessidades de consumo de bens eletroeletrônicos associada, tal expansão, à creditização. Neste sentido, a própria noção de periferia urbana como o locus da reprodução da classe trabalhadora entra em questão na medida em que há unidade entre centro e periferia da metrópole de São Paulo, pela lógica do crédito e do consumo. O trabalho destas camadas menos abastadas, assim, seria mais para administrar a dívida do cartão além de outras formas creditícias e mobilizar capital excedente do que ser um trabalho produtor de valor, no chão da fábrica.

Quanto às relações de trabalho sob as determinações da crise, o estudo de Arthur de Matos Bassani, **Crise do Trabalho e Economia Precária de Serviços: Apontamentos para uma Crítica da Uberização**, discute como a subordinação do trabalho ao capital financeiro vincula-se à certo complemento financeiro da renda do trabalhador uberizado que se insere nessas relações sob altíssima produtividade, através do automóvel e de plataformas digitais. Assim, a uberização seria forma da crise do trabalho em cuja exploração - com jornadas que chegam a 14 horas diárias - demonstra a impossibilidade de o trabalho produzir valor, sendo isto o fundamento da altíssima exploração do trabalho, não se podendo derivar desta qualquer produção de valor. Ao contrário, a falta de produção de valor levaria a estas longas jornadas como forma mal sucedida de compensação da valorização do capital, portanto, crítica.

Na Seção III, **Educação no Invólucro da Reprodução Crítica**, temos a pesquisa de Fábio Soares do Amaral, **As reformas na educação e o velho caráter ilusório do trabalho**. Aqui, a própria educação sob a crise do trabalho, ao não ter mais a perspectiva do mercado de trabalho para se justificar, torna a crise do trabalho sob a administração das capacidades pessoais o fundamento de sua existência. Assim, a ilusão do mercado de trabalho passa a se caracterizar como a subjetivação da bem aventurança do indivíduo, de acordo com o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e profissionais. Estas, assim, justificariam estar ou não inserido no mercado de trabalho constituindo-se o indivíduo sob a consciência de culpa por um processo social que lhe escapa e o

transcende. No extremo, a crise do trabalho se constituiria como a demanda da educação privada na perspectiva dos anos recentes de crise do capital.

Na seção IV, **Reprodução Crítica e Contradição Sociedade Natureza**, a modernização da terceira revolução industrial realiza certa ilusão que naturaliza, sob diversos aspectos, a reprodução social. O artigo considera que o capital fictício vê na precificação do carbono, não na produção de valor, o escape ilusório da crise do capital. Na elaboração de Talita Amaral Sanches Ferreira, em seu artigo **Precificação de carbono e produção fictícia da natureza**, o aumento do preço do carbono detém a aparência de salvaguarda do valor, ao mesmo tempo em que fundado no equilíbrio natural, salvaguarda social. A contradição estaria na necessidade de se reduzir a produção de carbono para transferir tais créditos aos países emissores que, então, poderiam emitir ainda mais... Nesta medida, precificar o carbono exigiria a sua produção e, assim, o desenvolvimento da produtividade do capital que detém o sentido de sua crise. Tanto pelo lado do preço, como pelo do equilíbrio natural, o caminho é fetichista, que naturaliza as contradições do valor e de sua crise.

No mesmo caminho da naturalização, a disputa concorrencial da crise do trabalho se apresenta como concorrência inter racial em que tal crise aparece como a busca de garantia no mercado de trabalho cada vez mais escasso, onde o argumento naturalizante da raça e da cor ganha seu lugar sob tal fundamento que realiza certa narrativa histórica. É a isso que nos remete Guilherme Estevão dos Santos em seu **Raça, Natureza e Trabalho: Modernização brasileira e regulação da força de trabalho em São Paulo**.

Do ponto de vista dos resultados do processo de produção, a contradição que a naturalização das relações sociais ilude é a da reciclagem do lixo, como se a esta aderisse a solução social identificada como equilíbrio natural. Contudo, o que Leonardo de Lacerda Mamede nos oferece em **A reciclagem do lixo capital: elementos para a crítica à naturalização da crise da sociedade do trabalho**, é a análise de que o lixo é demonstração da enorme produtividade do capital. Assim, quanto mais se torna produtivo o capital, mais a reciclagem tem de ser empresarialmente administrada, dada a massa cada vez maior de lixo do capital. No extremo, a reciclagem jamais pode apresentar qualquer tipo de solução para a capacidade produtiva sempre crescente do capital. Ou seja, a reciclagem jamais teria condições de se apresentar como algo que reciclasse o próprio capital. Pelo contrário, seu crescimento seria expressão da crise de produtividade do capital e, assim, de queda de sua valorização. Quanto mais os negócios do lixo crescem, mais em crise o capital, porque isso seria condição e resultado da produtividade do capital, identidade de sua desvalorização. Justamente por isso, à reciclagem

aderem-se as representações, fetichismos da natureza a obscurecer as contradições sociais, da valorização do capital.

A seção V, **Contradição Campo Cidade e Crise, a Periferia do Capital**, traz o fenômeno da crise sob a perspectiva da divisão social do trabalho basilar da modernização, cujo título da seção referida demonstra. Abrimos a seção com a reflexão de Anderson Pereira dos Santos, sob o título **Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil**, onde se destaca que esta contradição se coloca como forma estritamente moderna. Nela, os nexos da divisão social do trabalho incorporam, pela forma mercadoria e seu processo de troca, o desenvolvimento das forças produtivas de modo que a relação campo cidade, agricultura e indústria deixa de ser afirmativa. O desenvolvimento das forças produtivas, como queda da taxa de lucro envolveria a modernização da agricultura que implicaria na negatividade da renda da terra como compensadora da referida queda. Nestes termos, então, argumenta-se sobre a negatividade da contradição em questão, visto que ela é mobilizada pela produtividade do capital, ao mesmo tempo em que a intensifica.

A partir daqui, prosseguimos a respeito das determinações entre o campo e a cidade, o capital urbano industrial e a renda da terra. Para Renato Fujicava, em sua contribuição sob o título de **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo: Modernização nacional e reflexão teórica no contexto da formação da Geografia no Brasil**, busca-se a unidade entre processos sociais ou históricos e os limites teóricos europeus à realidade capitalista periférica. Na crítica à unidade desenvolvimentista entre Leo Weibel e Pierre Monbeig, este último destaca-se na medida da compreensão dos limites teóricos da geografia do seu tempo, no reconhecimento de que as determinações monetárias sobrepujavam uma teoria geográfica moral e/ou circunscrita aos seus axiomas disciplinares. Assim, para a leitura da modernização do oeste paulista, o caboclo que aparece como “inútil” na visão de Weibel, para Monbeig é o explorado, o expropriado e o que é aceito somente quando submetido à exploração do mercado de terras e seu respectivo preço. A dívida do sitiante ao mercado de terras, às companhias loteadoras, enfim, aparece como o encontro entre as determinações agrárias e a exploração do trabalho na modernização periférica a partir da expansão do café e seus desdobramentos na forma dos pequenos sítiantes daí oriundos. Socialmente, é o encontro com as mazelas. Isto, ao mesmo tempo, põe-se como a superação teórica de Monbeig em relação aos sentidos positivos de sua leitura sobre a modernização mesma que, contraditoriamente, explicitam a importância da contribuição desta geografia francesa transcendente ao seu próprio tempo.

Na argumentação de Sílvio Monteiro de Lima a sua contribuição, sob o título **Capitalismo sem acumulação: a expansão do agrário paulista e desenvolvimento capitalista periférico**, gira entorno de destacar o que realmente constitui o mercado interno nacional brasileiro. Na medida da simultaneidade centro e periferia, tal mercado se configuraria no consumo do excedente internacional, tornando prejudicada a acumulação interna e industrial na periferia brasileira de modo que a contradição campo cidade na periferia não se realizaria como acumulação nacional brasileira, sendo fundada pela crise e resultando nela.

Neste aspecto, esperamos apresentar um significativo leque temático a demonstrar a universalidade da crise, tanto no tempo quanto no espaço, cuja contribuição estaria, dentre outras, em demonstrar a crise como categoria da crítica e do capital e não como mero acaso histórico.

*Anselmo Alfredo*

## **Seção I – Determinações da Crise**



# **O enigmático sujeito revolucionário. A reprodução periférica mundial do capital. Negatividade categorial e simultaneidade da crise**

*Anselmo Alfredo*<sup>1</sup>

## **Introdução**

A realização da história do capital, em nosso argumento, se funda na contradição entre a crise da valorização do valor e a acumulação (simultâneas no tempo e no espaço) e sua expansão intensiva e extensiva, mediada pela queda tendencial da taxa de lucro. Eis o que Marx, em *O Capital*, chamou do “enigmático” do capital, jamais decifrado pela economia política e que, por isso mesmo, se constituiu em economia política, não em sua crítica. A queda tendencial da taxa de lucro, enfim, fundaria a contradição entre o lógico e o histórico, entre a redução do valor e a expansão mundial do capital, constituindo, política e economicamente, a sociedade cindida pela divisão internacional do trabalho.

## **A objetividade do sujeito histórico**

O capital, do ponto de vista da crítica de Marx, se constitui como conceito, na medida de seus desdobramentos internos e, no entanto, de reflexão sobre si próprio. Do ponto de vista conceitual, seria o caso de considerar suas determinações internas e contraditórias sob a relação entre crise e acumulação, valorização e desvalorização do valor, medida da negatividade do capital para consigo próprio e forma necessária da crítica propriamente social. Nessa medida, o procedimento do capital para consigo próprio seria a posição do desenvolvimento das forças produtivas como mobilização conceitual da história social. Do ponto de vista da matéria, seria o tempo social de trabalho em sua contradição entre



metafísica (valor) e expressão natural (valor de uso) de si na forma equivalente da mercadoria universal: o dinheiro.

Sob essa contradição, a posição histórica do capital é o seu revolucionamento ou suas revoluções. Para Marx, tratar-se-iam de “revoluções de valor”, na medida em que se daria o aumento mundial da composição orgânica do capital, ao que pesem suas diferenças nacionais. Por isso mesmo, o capital, em seu desdobrar entre crise e acumulação, com sua relação categorial própria (capital constante e capital variável, trabalho necessário e mais trabalho, taxa de lucro e taxa de mais-valia, etc.) detém como forma histórica de si as revoluções.

Se historicamente podemos, a partir de Marx mesmo, considerar a diferença entre formação de capital e reprodução do capital, recorramos à tese marxiana de que a “formação de capital”, ou “acumulação primitiva”, seria a formação das categorias do capital: lucro, salário e sobrelucro. Internamente ao processo produtivo: trabalho, capital e renda da terra.

Nesse sentido, a acumulação como conceito do capital poria a história numa simultaneidade lógica. O sentido histórico de “acumulação primitiva”, assim colocados os termos, seria o da formação de capital seguindo o preceito contraditório e conceitual de acumulação. Nessa medida, a lógica conceitual, sem as suas categorias constituintes (em formação) seria o *mobilis* fetichista do tempo como tempo de trabalho. Por isso mesmo, para Marx, haveríamos de considerar a diferença entre a pré-história humana (antes do capital), divisada em seus manuscritos de juventude, e a violência extra-econômica como a parteira de uma realidade revolucionária, ou da própria história, como podemos depreender da crítica apresentada em O Capital. Desse modo, a história teria seu nascimento na realidade revolucionária capitalista e, como todas as dimensões da modernização, não seria, ela mesma transhistórica.

As revoluções industriais, assim, são formas de expressar historicamente o movimento crítico imanente do capital, que está em seu primitivo como a forma primitiva da história. Se nos manuscritos a

história é humana, em *O Capital* a história é revolucionária, moderna, ou não é história. Assim, seu limite estaria na contradição entre o conceito (capital, acumulação, “O Capital”, para Marx) e suas categorias, não constituídas historicamente, mas determinadas pelo conceito. Aqui se poria a história.

A lógica categorial colocaria a história do devir sob sua determinação e não para além dela (da lógica categorial). A contradição se dá justamente entre a determinação lógica que limita o universo histórico no invólucro das categorias (lógicas do capital) e a dimensão transhistórica do histórico. Se se trata do histórico não poderia ser desde sempre, para sempre. Do ponto de vista do materialismo histórico e dialético, essa história teria o seu próprio tempo sem ser, ela mesma, transhistórica. Em sua formação de capital, entretanto, a revolução industrial, posta sob a força do vapor teria de ser, assim, categorialmente, a passagem do a-histórico para o histórico, considerando que o comunal, do ponto de vista do capital é o que não pode se revolucionar e, por isso mesmo, o tempo do capital teria de ser essa primeira “ruptura”, assim, histórica, isto quer dizer, do a-histórico para o histórico. Contudo, a história ontológica (que pressupõe as categorias do capital desde sempre, para sempre, a qual Marx chamou de “robinsonadas”) seria a forma de consciência necessária para a naturalização do trabalho, na forma abstrata de “trabalho humano em geral”.

A revolução industrial que se gesta ao longo de 300 anos, entre o fim do século XIV e início do XIX, teria de ser, primeiramente, a ruptura para com as guildas e corporações de ofício, ou seja, com a realidade comunal, a-histórica, no sentido de pôr a história como forma de reprodução social. A ruptura seria a da violência e passagem do comunal, para o social, do membro de comunidade para o indivíduo socializado pelo capital.

A revolução a vapor, entretanto, correspondeu a um aumento da produtividade no qual a exploração do capital se daria na sobreposição da exploração pela jornada de trabalho, mais do que pela produtividade do

capital, ainda que uma esteja em relação à outra. Marx, no segundo livro de *O Capital*, demonstra como a exploração pelo tempo de trabalho levaria, necessariamente, à superação do limite físico da exploração do trabalhador, na medida do limite das 24 horas que o dia permitiria a tal exploração. Desse ponto de vista, a extensão do capital se realizava entre a agricultura e a indústria e sob exploração extensiva do trabalho, na forma da mais valia absoluta. As condições insalubres, as mortes, os infanticídios internos ao processo de produção relatados nos “Relatórios dos Inspetores de Fábricas”, utilizados por Marx em sua crítica ao capital, evidenciariam essa ruptura com o comunal e seu desdobramento enquanto indústria têxtil, sob a égide da extensão da exploração do trabalho. Do ponto de vista de sua expansão mundial, teríamos um capital expansivo como exportador de mercadorias, importador de matérias-primas que, politicamente, constitui-se sob os impérios econômicos extra nacionais.

A superação da exploração do trabalho limitada pelo tempo astronômico teria de pôr a história social interna a ela mesma, e a exploração\acumulação intensiva do capital erigiu como a forma cabal dessa superação. Nessa medida, o tempo histórico se constitui numa realidade estritamente social, no sentido de sua diferença em relação à ruptura comunal, que tal tempo social promove. Aqui, do ponto de vista da contradição sociedade natureza, esta última seria interna ao social, assim, negada como externalidade pelo “puramente social” de Marx (1988, L.I, v.1, p. 60), pois o tempo histórico seria o da exploração do trabalho sob suas “revoluções de valor”. Na materialidade física a expressão natural do social manifesta-se como relação sujeito objeto.

Aqui, destaca-se o sentido de matéria, materialidade, em que a matéria (físico metafísico) deteria uma história determinada pelo tempo de trabalho. A física se poria nessa crítica de Marx como o invólucro de naturalização do social, portanto, objeto da crítica. A própria natureza, nesse sentido, seria a consciência natural de tempo e de valor, constituída socialmente pelo dinheiro ou pela forma valor. Aqui a matéria – que

detém uma história – é a contradição entre sua metafísica (tempo social de trabalho) e física (sua aparência de natureza, que naturaliza o social, o valor). A matéria, assim, sob a contradição entre o físico e o metafísico, detém, como sua dialética, o tempo social de trabalho. A física aqui seria a forma de aparição que naturaliza o social. Para Marx assim apareceria o problema:

A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo a madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. (1988, L.I, v. 1, p. 70).

Se matéria detém essa contradição entre natureza e sociedade, pondo a primeira como absolutamente social, a história dessa matéria, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, se daria no invólucro da contradição acumulação extensiva e intensiva do capital. Isso na medida em que tal contradição operacionalizasse um momento enigmático de sua ontologia social (negativa), pois a redução da acumulação levaria à expansão dos investimentos de capital, da produção de mercadorias. A expansão física seria, assim, inversamente proporcional à redução da metafísica – o tempo social de trabalho – produção de mais valia. Nisto o comércio exterior é expoente, inclusive como contra tendência. Nestes aspectos (físico e metafísico), teríamos o invólucro dialético da materialidade divisada por Marx em *O Capital*, cuja relação lógica imporia o processo histórico.

O aumento da produtividade do capital, pondo a divisão do tempo social entre mais trabalho e trabalho necessário estaria, agora, interna ao tempo de trabalho, independente, portanto, de sua extensão enquanto jornada de trabalho ou meramente física astronômica. A medida da exploração se daria sob o aumento da composição orgânica do capital, de modo que uma jornada menor poderia conter mais “mais trabalho” em relação a certa jornada maior de trabalho. A história e seu tempo estariam

delimitados como história do trabalho e mediados pelo tempo social médio de trabalho, ou o “tempo social necessário de trabalho”.

A mobilização dessa contradição dada pela concorrência seria a formação cega da medida, que levaria à sempre urgente necessidade de redução do tempo de trabalho necessário, em relação ao mais trabalho. Nessa linha estritamente social do tempo histórico, a expansão do capital seria a unidade entre sua acumulação e sua queda tendencial da taxa de lucro. “O enigma” da forma equivalente, assim, passaria a ser a forma de sua própria lei identitária do capital como enigma da acumulação: a redução da taxa de lucro posta, teria como pressuposto a expansão extensiva do capital, compensatória a essa mesma queda determinada pela sua intensificação produtiva. A lei identitária do capital seria o fetiche da expansão de sua massa determinada pela redução de sua metafísica, a mais valia, o tempo social médio de produção expresso na queda da taxa de lucro. Assim, a sua redução do valor é expansiva dos investimentos e da produção material (física) que põe a crise a aparecer como expansão positiva do valor. Sob sua lei identitária, a acumulação é crítica:

A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, mediante a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso, por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa da acumulação. (1988, L. III, v. 4, p. 174)

Por isso mesmo, na queda tendencial da taxa de lucro, Marx reconhece os motivos de porque a economia política não teria decifrado o enigma da simultaneidade entre crise e expansão do capital. O “enigmático da forma equivalente” (1988, L.I, v.1, p. 60) se torna “o conflito entre expansão da produção e valorização” (1988, L.III, v. 4, p. 178). A individuação do capital, entretanto, histórica, material, se daria por esta dialética entre intensificação e expansão\extensão do capital,

mediado pelo fetiche de matéria física, identificação de expansão com acumulação positiva. Aqui, entretanto, já teríamos passado de sua condição de “formação de capital” para a de “reprodução de capital”. Na forma da mais valia relativa, assim, a superação da forma astronômica do tempo poria o capital como seu próprio limite, numa alusão à crítica madura de Marx, em que diz: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e como ponto de chegada [...]” (1988, L. III, v.4, p. 180).

Sob essa contradição, se o desenvolvimento das forças produtivas leva ao aumento individual da mais valia e mesmo da taxa de lucro, do ponto de vista social, a negatividade é de que quanto maior a exploração do trabalho, menor a produção do valor, contradição que para Marx colocaria o “capital em seu conceito”, ou seja, a crise de valorização como processo imanente de sua identidade histórica e lógica. Ainda sob a força produtiva do vapor, teríamos a passagem da manufatura, das máquinas ferramentas, para a maquinofatura, em que as máquinas já eram imitação dos movimentos de muitos trabalhadores como aumento da produtividade do capital variável (Marx, 1988, L.I, v.2, p. 13 e 79, notas 103 e 275).

A revolução elétrica, com sua produtividade, já demonstrava que os parâmetros nacionais da produção, não só do consumo, seriam limitados para a capacidade da reprodução ampliada de sua acumulação. O comércio exterior, como forma dessa expansão crítica e, assim, como contrariante de sua lei imanente, a queda da taxa de lucro, constituir-se-ia (no invólucro da superação da revolução a vapor pela elétrica) não somente como expansão mercantil dos resultados do processo imediato de produção, mas como expansão da forma produtiva e de capitais, portanto, da exploração do trabalho, mais tarde identificada como subdesenvolvimento, do terceiro mundo ou da periferia do sistema capitalista: sob a Guerra Fria referida como “o sul”. A conquista de

matérias primas pela exploração do trabalho teria mobilizado o que Lênin (1986) considerou como a “exportação de capital” excedente, dada pela desproporcionalidade entre os dois departamentos (de bens de produção e de consumo) da economia mundial, o que Marx considerou como “o capital social”, na seção III do segundo livro d’O Capital. Aqui, esse capital social se comporia como divisão internacional do trabalho.

O início do século XX, portanto, seria o rearranjo bélico da desigualdade de desenvolvimento entre os capitais nacionalizados, na disputa pelo barateamento da produção do departamento I sob inflação, devido sua alta produtividade, comparada com seu polo necessário, a produção de bens de consumo. A formação dos trustes, dos cartéis, dos grandes monopólios, nos anos iniciais do século XX, deviria, assim, de que tal desenvolvimento das forças produtivas, fundado na energia elétrica, teria intensificado as forças produtivas, de modo que a média mínima para investimentos lucrativos só seria possível no nível de grandes investimentos na base dos monopólios, destacados de modo lapidar na análise sobre o imperialismo realizada por Lenin. O lucro de monopólio advindo daí seria o nível mínimo para remunerar a altíssima produtividade histórica desse capital, o qual mobilizava continentes na compensação de seu avanço. A periferia como produção de valor – caracterizada como “mão de obra barata” pela crítica do século XX – e as guerras mundiais foram disputas na concorrência por essa acomodação entre produtividade crescente e redução do valor. Nessa realidade, teríamos a divisão internacional do trabalho em que a produção de valor (na periferia do sistema capitalista) não deixava de se repor. Essa divisão internacional do trabalho e sua constitutiva concorrência de morte , fundará a concorrência capitalista na forma da Guerra Fria, que a passagem da segunda metade do século XX irá testemunhar.

Lênin (1986) já observava a forma financeira e rentista de reprodução do capital inglês, na medida em que a produção do valor excedente desse capital seria destinada aos países importadores de capital,

sendo que ao capital inglês cabia esperar os juros desses empréstimos. O surgimento de uma camada rentista e dos campos de caças, nos antigos campos comunais, seria a expressão sociológica dessa contradição. A primeira guerra mundial, antevista por Lênin (1986), teria sido a forma de arranjo entre o desenvolvimento das forças produtivas e os custos não mais rentáveis da exploração do trabalho que, entre 1914-1918, se reduziram sob concorrência interimperialista (Alemanha, Inglaterra e França).

Assim, a intensificação do capital, com a queda relativa de seus lucros, ainda que a massa possa ter crescido, e a consequente concentração de capital, seriam a forma da expansão intensiva de capital que levaria aos países importadores de capital outra divisão internacional do trabalho. A recepção desses capitais super produtivos para os padrões históricos de então levaria à necessidade de nova divisão internacional do trabalho que incorporasse o aumento da produtividade social daqueles que passariam a utilizar essa nova produtividade na forma de importação de capitais (constantes ou monetários).

A divisão internacional do capital, dada por essa contradição entre intensidade (desenvolvimento das forças produtivas, mais valia relativa) e extensividade (expansão de investimentos de capital, dada sua acumulação crítica) já não mais se daria sob a divisão vista por Bukharin (1984), ou seja, a divisão internacional entre campo e cidade, onde teríamos países agrícolas e países industriais. Internamente aos países importadores teríamos de vivenciar a divisão campo cidade que fosse reflexa da exportação do excedente de capital. Nessa medida, a extensão do capital na periferia do sistema, seria a expansão simultânea da crise mundial, mas teria de aparecer como crescimento do capitalismo na e da periferia, levando-se a certa divisão interna à periferia que culminasse de modo particular na divisão campo cidade. O desenvolvimentismo, consciência sob o capital, teve sua forma na periferia sob a ilusão temporal: a periferia é o eterno futuro, o que ainda não acumulou.



Os processos acumulativos internos à Europa, em sua concorrência de monopólios, levariam à nova redistribuição do processo produtivo, à adequação crítica dos dois departamentos, na forma bélica que a Segunda Guerra Mundial teria demonstrado. Na Segunda Guerra tem-se uma ruptura significativa em relação à acumulação desdobrada na Primeira Guerra, qual seja, a significativa acumulação dos capitais monopolistas constituintes como capital nacional norte-americano. A contradição entre crise e acumulação se define aqui como crise de superacumulação.

Nessa passagem, a acumulação de capital da economia norte-americana já não mais se resolveria pela produção de excedente na forma de poderio bélico para salvaguardar a redução dos custos de produção do departamento I, do que a importação de matérias primas seria a forma mais expressiva. Considere que ao fim da Segunda Guerra, o governo norte-americano, através de seus *Reports of President*, ao Congresso nacional, expõe um sentimento de preocupação devido à impossibilidade econômica de mobilizar esse excedente no sentido de distribuí-lo na forma da dívida e do endividamento do capitalismo mundial ao capital norte-americano. Isso além de medidas internas para aumento de consumo, aumento de crédito etc. Em 1947 o *staff* do governo norte-americano assim dirige-se ao Congresso:

Recursos suficientes estarão disponíveis aos países estrangeiros para financiar urgentemente compras necessitadas de nós. Qualquer recessão na demanda doméstica nos permitirá encontrar algumas das atuais insatisfeitas demandas externas com um resultante aumento das exportações. (ERP, 1947, p. 17)

O Plano Marshall, para a reconstrução europeia, e o Programa Ponto 4 (ERP, 1950, p. 125) do governo Trumann, para exportação de capitais à periferia, especialmente Brasil e México, demonstraram a insuficiência do capitalismo mundial em solver o excedente de capital monetário que a economia americana acumulara no entre guerras. Por isso, o desenvolvimento bélico da economia mundial, especialmente a norte-americana, teria de ser a formação do terceiro departamento, o

bélico, para se constituir no “outlet”, escoadouro, da superprodução que o mundo capitalista não seria capaz de realizar.

A acumulação dos Estados Unidos entre 1947 e 1950 já se mostrara inflacionária, dada a contradição entre produção de mais valia e queda da taxa de lucro. Aqui a lei do pleno emprego, nos anos de 1947-8 já estava em pleno vigor e, mesmo assim, o excedente de capital tornava inflacionária a economia norte-americana, demonstrando uma crise de superacumulação dessa economia nacional. Nessa medida, o excedente de capital já fazia necessário o controle de seu excedente via atividade bancária. Lembremos que nesse momento já tínhamos cinco anos de reconstrução europeia (Economic Recovery Program), além do Point Four Program. O que essa divisão evidenciou foi a divisão internacional do trabalho, já dita, em que a redução dos custos de produção do departamento I da economia norte-americana se daria por essa importação específica de matérias primas com exportação de excedente monetário. Tratou-se da forma concorrencial entre os países chamados de industrializados. Assim, em 1950 o volume monetário na economia norte-americana continua a crescer criticamente:

O Conselho [de Governadores do Banco Central] deveria ter maiores poderes do que o tem agora para aumentar as exigências de reserva bancária em um período de inflação. Isso seria uma medida protecionista [...] (ERP, 1950, p. II)

O nível inflacionário dessa economia, a exportar capitais com programas de reconstrução mundial, continua a atuar criticamente na economia nacional americana. O nível de consumo, de estoques, de crédito de consumo pessoal, de estoques monetários, atingiria essa dimensão inflacionária numa realidade de pleno emprego. Juntamente com isso, considere que o pleno emprego se daria com aumento da produtividade por hora homem. Assim, consideramos a inflação expressão da queda da taxa de lucro, pelo aumento da produtividade do capital nacional, que levaria necessariamente ao capital monetário

excedente e inflacionário. Justamente por isso, o aumento de crédito se vê relacionado à redução do tempo social médio, que nos Relatórios aparece como produtividade hora homem. Tomando-se o índice 100 em 1929, num percurso sempre crescente, a massa de trabalhadores cresce a 140 em 1952, ao mesmo tempo em que se reduz tanto a média trabalhada por homem (de 100 a 82), quanto aumenta a produção por hora homem, de 100-180 (ERP, 1953, p. 3). Ou seja, a massa de trabalhadores incorporada é menor do que a produtividade por homem, aumentando a exploração e diminuindo a produção de valor.

Nisto, entre 1946-50 (anos pós segunda guerra mundial) tem-se o significativo aumento da massa de estoque monetário, como capital ocioso. Sob o imperialismo o problema foi a redução de custos do departamento I, com importação de matérias primas e produtos agrícolas. Forma da reprodução mundial que se estenderia até início dos anos setenta. Porém, nesse período (de 1929 até os anos de 1954), com o aumento de estoques de mercadorias, tem-se o crescimento do estoque monetário pessoal de 175 a 200 bi de dólares – só em “moeda corrente” – que, nos anos imediatamente antes da Segunda Guerra estavam por volta de U\$ 50 bilhões (ERP, 1954, p. 174-176). “Empréstimos e investimentos de bancos comerciais”, nesse mesmo período, estiveram sob o crescimento de 50 para U\$ 150 bi. O crescimento mais modesto ficou com reservas de créditos de bancos comerciais e “crédito ao consumidor de curto e médios prazos”, ambos cresceram entre 10 e 25 bi, mesmo assim, duas vezes e meia em 25 anos (1929-54).

Com tal crescimento da massa monetária em suas várias assinaturas torna-se possível considerar que a expansão do excedente de capital norte-americano não teve o endividamento mundial como o seu escoadouro suficiente. Ainda que isso tenha se constituído como política econômica internacional e se fundado na duplicidade ilusória de modelos econômicos (capitalismo x socialismo). Do ponto de vista do ocidente, a

paz do “Free World” era o amálgama fetichista da acumulação crítica. O problema era sua crise por ter acumulado:

“Estreitando laços com outros países”. A economia política externa dos EUA pode ser um poderoso instrumento para estreitar a segurança da nossa nação e do Mundo Livre. As nações do Mundo Livre são economicamente interdependentes e ninguém pode ir adiante com o estreito ponto de vista de seus próprios interesses ou com o olhar primário dos interesses de um pequeno grupo de industriais [...] Esta ampla visão que permeou os estudos da Comissão de Política Econômica Estrangeira, agora dirige a recomendação ao Congresso, para que haja esforço no sentido de clarear os canais do comércio, promover investimentos externos e providenciar ajuda técnica às nações subdesenvolvidas [underdeveloped nations]. Tal ato não vai apenas melhorar o comércio e a produção mundiais; isso também vai ajudar a aumentar o padrão de vida de nosso próprio povo (ERP, 1955, p. 51-52)

Assim, a Guerra da Coreia, como marco da divisão do mundo capitalista entre ocidente e leste europeu significou outra produção que dá vazão ao excedente inflacionário da economia representado, sobretudo, pela ascensão dos preços dos produtos do departamento I produtor de produtos pesados (“lamber products”).

A redução inflacionária monetária estaria assim na combinação entre importação barata de matérias primas dos países da periferia do sistema, juntamente com matérias primas agrícolas. Lembremos o algodão em São Paulo e Nordeste, cujo comércio era administrado pela inglesa Sanbra e Clayton (Monbeig, 1984; Oliveira, 1993), além da produção bélica, destrutiva desse excedente. É a partir de 1952 que, então, a inflação começa a ser considerada como algo em superação. Isso tudo, sob o escoadouro bélico que a divisão do mundo significou, marcada pela Guerra da Coreia:

Plantas governamentais de programas de segurança maior estão estimadas a aumentar de uma taxa anual do ano corrente de U\$ 45 bi a quase U\$ 65 ao final deste ano calendário. Como uma proporção da produção total, o aumento será de 14% para mais de 18%. [...] Em 1952, mais do que um terço da produção da construção e da indústria de metais será direcionada para as propostas militares. A produção e construção militares reclamará mais do que um quarto de nosso fornecimento de cobre, e metade de nosso fornecimento de alumínio. (ERP, 1952, p. 09)

A transferência de plantas civis para as militares significou, de modo muito importante, a vazão destrutiva do excedente do departamento I da economia norte-americana como controle inflacionário que a Guerra Fria socializou como perda mundial social. Assim, os inícios dos anos de 1950 destacam-se pela Guerra da Coréia como marco bélico dos investimentos norte-americanos, no sentido que só essa economia, altamente produtiva (a ponto de o mundo todo não ser capaz de dar conta de seu excedente), poderia produzir um departamento capaz de mobilizar o seu excedente. Aqui, teríamos o desenvolvimento bélico, não mais como defesa deste ou daquele setor produtivo, mas como forma destrutiva do excedente e, assim, controle da inflação (ERP, 1952, p. 8) que a economia norte americana passa entre 1945 e 1950.

O deslocamento desse sentido de violência inerente à reprodução social capitalista se fundaria no que Marx chamara de “tempo de rotação do capital”, identificado pela soma entre tempo de produção e circulação do capital. A redução da circulação de capital, para Marx, constituiria uma redução do tempo geral de trabalho e, do ponto de vista do capital individual, dos custos do trabalho vivo no processo produtivo que resultaria, necessariamente, no excedente monetário, dada a redução social do trabalho necessário. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, com sua desvalorização, seria, necessariamente, o excedente de capital. Isto como contradição entre aumento da exploração relativa do trabalho (intensiva) e, agora, expansão da base monetária. Esta, enfim, no sentido de se tornar autônoma do processo produtivo e constituir o

dinheiro no invólucro de sua própria precificação. A divisão do mundo em dois blocos, entretanto, teria se constituído como a manutenção de uma guerra (fria), mas que possibilitou por trinta anos a destruição do excedente produtivo como desvalorização do capital, justamente, dada a sua intensidade na exploração do trabalho. Assim, a sua extensão foi bélica, porque crítica. Nosso argumento é o de que sob a Guerra Fria estava a forma bélica de consumo do excedente ocioso do capital mundial, sintetizado na economia norte americana.

Sob a Guerra Fria, a produção do valor estaria expressa na divisão internacional do trabalho, em que centro e periferia articulavam a redução dos custos do departamento I dos países industrializados. A égide americana sob a paz, era a antítese da guerra sob o fetichismo naturalista e físico geográfico de “Fria” (capitalismo do leste, oeste, do norte e do sul). A forma não compensatória à queda tendencial da taxa de lucro, da exploração intensiva e extensiva do trabalho diante da divisão internacional do trabalho constituída (centro-periferia), levaria assim ao desenvolvimento das forças produtivas do capital seja no centro seja na periferia, já que esta não sustentaria a queda da taxa de lucro independente de seu nível de desenvolvimento das forças produtivas. A crise do petróleo de 1973 marcaria a resultante descendente dos ciclos críticos e oscilantes do capitalismo entre 1940-60 (Mandel, 1990). Nessa medida, a autonomia do dinheiro em relação ao processo produtivo se faria com outro nível de desenvolvimento das forças produtivas, como passagem histórica do próprio capital e, assim, revolucionária. Aqui a ruptura seria em relação ao próprio trabalho atingindo a dimensão de mero custo do processo produtivo (o fetiche do capitalista realizado como verdade) o que exigiria sua dispensa tanto relativa quanto absoluta do processo produtivo.

Nessa autonomia (fetichista) do dinheiro ao valor produzido, devido à intensidade da exploração do trabalho, todo e qualquer trabalho no interior do processo produtivo, necessariamente, se constituiria num

custo impagável ao capital, visto que a extensão do mais trabalho seria mínima, mesmo que duplicada, dada a já alargada diferença entre trabalho necessário e mais trabalho que as revoluções a vapor e elétrica teriam realizado, mas, ao mesmo tempo não teriam encontrado na expansão compensatória de sua forma de acumulação uma contraposição à queda de sua taxa de lucro. O desenvolvimento das forças produtivas na periferia seria inevitável.

Desse ponto de vista, a terceira intensificação da acumulação do capital só seria possível na medida da dispensa relativa e absoluta do capital variável em sua composição com o capital constante, que redundaria na revolução da microeletrônica que os trinta anos de Guerra Fria teriam mobilizado. Nesse ponto de inflexão da história do capital, como já apontava Marx (1997) sob as determinações do capital da “grande indústria”, a produção da mais valia teria de ser desconsiderada da reprodução do capital, na medida em que o trabalho vivo seria mero vigia do processo produtivo e “colocado ao lado” (Marx, 1997) da produção imediata propriamente dita.

### **A contradição capital trabalho e a fantasmagoria de um sujeito fictício:**

*Pequena incursão sobre o debate dos esquemas de reprodução de Marx*

A passagem dos anos 50 para os 70 do século XX marcaria a diferença entre capital produtivo e improdutivo, no que a crise do petróleo aparece, fetichistamente, como o demiurgo da crise localizada no tempo e superável no tempo. Com a acumulação intensiva do capital, a contradição se dá em que toda e qualquer quantidade de trabalho seria excedente dada a composição orgânica do capital mundial que não permitiria mais que se pagassem os custos da exploração do trabalho, a partir da mais valia então produzida. Daqui, a intensificação do capital produtivo teria de ser uma revolução agora em relação ao próprio trabalho vivo e não com ele. Ao criticar a economia política coetânea, sob

as determinações da crise de 1973, Mandel reconhece como esta nega lógica e historicamente o controle dos ciclos pelo Estado e capitais privados. Ainda, destaca a diferença qualitativa do processo cíclico dos anos de 1970, na medida da “sincronização” mundial do ciclo. Nessa forma qualitativamente diferenciada da crise, o problema é de revolucionamento social, no sentido de que “a atividade industrial dos países imperialistas continua fortemente marcada pela terceira revolução tecnológica, isto é, pelas técnicas de produção semiautomáticas e automáticas” (1990, p. 15, 16).

A partir de então a ociosidade de capital, socializada pelo endividamento do capitalismo ao dólar (e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas daí advindo), teria tornado simultânea a crise da reprodução capitalista. O que se apresentaria para Mandel, entretanto, seria a contradição capital trabalho como realização histórica da negatividade dialética economicamente constituída enquanto lei da queda tendencial da taxa de lucro. O caso é que a realização histórica teria, a partir desses fundamentos econômicos, de se reconhecer na crise da reprodução da forma social, com seus fenômenos constitutivos:

A recessão generalizada expressa, portanto, de modo sintético, o esgotamento da “onda longa expansiva” (que começou os Estados Unidos nos anos 1940, na Europa Ocidental e Japão 1948 e durou até o final dos anos 1960). Nós tínhamos previsto esse esgotamento desde 1964 e lhe consagramos no nosso livro *Capitalismo Tardio*. A nova “onda longa” se caracteriza por uma taxa de crescimento média a longo prazo sem dúvida inferior à metade daquela dos anos [19]50 e 60. Não se encontrará antes de muito tempo a febre expansiva desses dois decênios. Sobretudo, o que aparece na superfície, simbolizado por Maio de 1968, na França, pelo Maio “rastejante” na Itália, pelo processo revolucionário português de 1974-75, pelo crescimento espetacular das lutas operárias na Grã-Bretanha e na Espanha - fenômenos que se estenderão cedo ou tarde RFA, ao Japão e aos Estados Unidos -, é uma crise social do conjunto da sociedade, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento da produção capitalista [...] (Mandel, 1990, p. 13)



Nessa medida, teríamos aqui a realização histórica do capital ou o encontro da lógica com a história. Assim, para Ernest Mandel, a própria tese da derrocada do capitalismo, embora pudesse ter variáveis distintas, fundamentava-se na automação do processo produtivo que a partir desse momento seria o *mobili* do capitalismo tardio. A diferença histórica desse último quartel remete ao desenvolvimento do capital de toda a sociedade onde a ampliação da exploração do trabalho é o fundamento da redução da produção do valor. Isso como sua lei, não como equívoco do percurso histórico.

Contudo, discordamos da crítica de Mandel (1982) direcionada a Henryk Grossmann (1979), referente aos esquemas de reprodução de Marx, relativos aos dois departamentos da economia. Ao contrário do argumento desdobrado em *Capitalismo Tardio*, duas discordâncias. 1) Marx não parte do preceito de que a reflexão a respeito dos dois departamentos da economia tenha como objetivo a compreensão do equilíbrio, apesar da contradição capital trabalho. Pelo contrário, trata-se de observar que, mesmo pressupondo o equilíbrio, a reprodução capitalista levaria à desproporção entre os dois departamentos da economia e isso meramente por se tratar de acumulação. Nessa medida, a crítica social de Marx levaria à unidade entre crise e crítica. 2) A partir disso, não se teria em Grossmann a intenção de provar o colapso do capitalismo a partir de esquemas de equilíbrio, mas na crítica deste ao esquema de Otto Bauer demonstrar como a acumulação levaria necessariamente ao aumento da composição orgânica do capital com sua consequente queda da taxa de lucro:

Assim, Marx demonstra que ainda que se parta da hipótese de um equilíbrio, no qual a oferta e a demanda se correspondam, todavia “pode-se produzir uma plethora de capital monetário, no sentido de que determinada quantidade de capital se tornou supérflua [...]” (Grossmann, 1979, p. 211)

Ou ainda:

Se se mencionam as tendências do desenvolvimento de um sistema – tal como em nosso caso o faz Bauer ao falar da tendência da acumulação do capital a adaptar-se ao crescimento da população –, então não é possível limitar-se a um ano ou a um período de tempo de duração similar, senão que deve tomar-se em conta – como bem sabe qualquer estudioso de estatística – o desenvolvimento do sistema durante um período mais amplo. Bauer não fez isso. (Grossmann, 1979, p. 79)

Para Grossmann, portanto, a abordagem da relação entre lógica e história, na materialidade dialética do capital colocaria o colapso (*zusammenbruchsgeset*) como lei imanente e não como fenômeno histórico. Nessa medida, o colapso como lei identitária do capital moveria a história do trabalho na contradição entre os ciclos ascendentes e descendentes. Na passagem de um para outro, o movimento descendente da taxa de lucro e o sentido revolucionário do modo de produção com seus fenômenos e contratendências estariam colocados como fundamento do movimento histórico do capitalismo. Nessa medida, o estudo a respeito da reprodução do capital para Grossmann consistiria em:

[...] mostrar de que modo o processo de reprodução capitalista – devido a causas que surgem do próprio ciclo econômico –, se move necessariamente em movimentos cíclicos ascendentes e descendentes, que se repetem periodicamente e que conduz finalmente ao colapso do sistema capitalista (1979, p. 55)

Por isso mesmo, para Grossmann, o esquema de Otto Bauer estava correto, a não ser pela periodização que mereceria mais revoluções do valor, na proporção proposta, para se chegar à verdade do colapso. Não se tratava de um esquema de equilíbrio, mas de proporção cujo colapso se revelaria ao longo de mais revoluções do valor. Aqui, então, o colapso realiza a história, ao invés de se realizar historicamente.

A tese, assim, associa-se ao argumento de Michael Roberts a respeito do fundamento monocausal das crises, no sentido de reconhecer, em Marx (1988), a existência da lei do colapso, sem que isso levasse à recusa da importância de se discutir o problema do sujeito revolucionário.

O caso é que o descuido na apreciação dessa lei identitária do capital levaria ao que Grossmann (1979) considerou ser o “neo-harmonicismo” da teoria crítica marxista coetânea e pretérita ao autor.

Numa leitura mais atual a respeito da contradição entre aumento da exploração do trabalho (mais valia relativa) e queda da taxa de lucro – o que Marx considera como o “enigma do capital” –, isto é, o conflito entre a queda da taxa de lucro e a expansão capitalista, temos, a crítica de David Harvey, enclausurada no harmonicismo do capital financeiro. Aqui, por enquanto, destacamos que a forma da crítica social, para Marx, da queda tendencial da taxa de lucro, estaria absolutamente associada ao desvendamento ou não desse enigma (fetiche de capital, isto é, do conceito). Isso aliás, como veremos abaixo, distinguiria para Marx a “economia política” da “crítica à economia política”, que teria de ser, necessariamente, a crítica (negação) do valor, não sua afirmação. Para Marx, então, a confusão posta entre massa de lucro e taxa de lucro, ou entre expansão e crise da valorização, é o que identificou, do ponto de vista do fetiche do capital (o “enigmático”), a economia política, objeto da crítica do valor:

Por maior que seja a simplicidade com que a lei se apresente, depois do desenvolvido até aqui, tampouco toda a Economia até hoje, como se verá a partir de uma seção posterior, conseguiu descobri-la. Ela via o fenômeno e se torturava com tentativas contraditória para interpretá-lo. Dada, porém, a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que se constitui o mistério em torno de cuja solução toda economia política gira desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas diferentes tentativas de solucioná-la. Se, porém, por outro lado, se considera que a Economia Política até agora certamente tateava em torno da diferença entre capital constante e capital variável, mas nunca soube formulá-la definitivamente; que ela nunca apresentou a mais valia separada do lucro, e o lucro nunca em forma pura, separado de suas partes constantes autonomizadas entre si – como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que ela nunca analisou a fundo a diversidade na composição orgânica do capital e, portanto, tampouco a formação da taxa geral de lucro –, então deixa de ser enigmático que

nunca lhe foi possível decifrar esse enigma. (Marx, L. III, v. 4, 1988, p. 155, 156)

Em Harvey (2011), o neo-harmonicismo do marxismo, identificado como a crítica de Grossmann ao marxismo até os anos de 1920, ganha em atualidade. Aqui, o enigma – objeto da crítica de Marx – torna-se categoria de análise e a crítica de Marx um guia para melhor alocação de capitais, a evitar a crise, como se o preceito da análise dos esquemas de reprodução de Marx fosse o de encontrar meios de equilibrar o capital. Harmonizando-se com a forma social capital, expressa Harvey:

O que Marx mostrou foi que poderiam facilmente aparecer situações em que o reinvestimento do capital fluiria de tal forma a criar desproporções entre os setores e que essas desproporcionalidades poderiam gerar uma espiral de crises. O problema surgiu porque, no esforço de maximizar a taxa de lucro, os capitalistas individuais tenderam para uma má alocação sistemática dos fluxos do capital nos dois setores. Investigações posteriores construídas sob o argumento de Marx, com uso de modelos matemáticos muito mais sofisticados, sugerem que Marx estava certo em seu raciocínio geral.” (2001, p. 64)

O mais sarcástico é dizer do acerto de Marx pelo oposto do que os esquemas apresentam enquanto contradição entre desenvolvimento das forças produtivas (aumento da produtividade) e redução da acumulação de capital, ou seja, fazer Marx concordar com o que foi justamente o objeto da crítica de *O Capital*, a suposição do equilíbrio. Só uma interpretação econômica e política poderia torcer o objeto de Marx dessa forma, digamos, quase ardilosa. Harvey, para ser o marxista crítico do século XXI – século dos desdobramentos críticos do capital financeiro – tem de dizer que Marx acertou porque os capitalistas não seguiram a sua indicação (de Marx) a respeito da alocação de recursos. Isso certamente se colocaria como objeto da crítica de Marx à economia política apologeta!

A crítica do valor de Marx em Harvey, do ponto de vista dos esquemas de reprodução, está justamente na posição oposta, isto é, para Marx, mesmo em se tratando de reprodução simples, o processo é o de desproporção entre os departamentos. A contradição se põe porque a

circulação simples é parte constitutiva da acumulação cuja identidade é a desproporção. Caso não haja a relação de desproporcionalidade não se teria a acumulação. Assim, distribuição equitativa entre os departamentos e acumulação de capital só a apologia do equilíbrio econômico conseguiria, com ardid, argumentar. Por isso mesmo pareça emblemática a assertiva de Marx em que “Entretanto, à medida que ocorre acumulação, a reprodução simples constitui sempre parte da mesma, podendo, portanto, ser examinada em si mesma e é um fator real de acumulação” (1988, L.II, v. 3, p. 276). Contudo, a economia política toma a reprodução simples desconsiderando a identidade entre acumulação e desproporcionalidade, ou entre reprodução simples e reprodução ampliada.

A maior acumulação no departamento I e a desproporção que daí devém se faz pela contradição do valor e é objetiva, não depende da consciência planificadora da correta alocação de recursos. Em Harvey, trata-se de um equívoco de cálculo do capitalista. É certo, portanto, que nosso argumento contra Harvey se refere à crítica de certa economia política marxista do século XXI, atrelada ao capital financeiro e que o *Enigma do Capital* de Harvey se faria como parte constitutiva dessa economia política criticada em nosso argumento. Isso tudo, ainda que a apologia de Harvey ao capital seja a crítica marxista internacionalmente aceita e, talvez, por isso mesmo.

Ao que pese a relação estabelecida por Harvey (2011, 2019, 2020) entre baixos salários com queda da taxa de lucro como fenômeno fundado na própria queda tendencial da taxa de lucro, essa última ganha outros sentidos constituindo-se enigmático o argumento do autor. Segundo Harvey, a expansão constituída pelo desenvolvimento das forças produtivas leva às crises que, então, são reguladoras da equilibrada distribuição do capital entre os dois departamentos. Aqui, como argumentamos, o enigma é categoria explicativa e não objeto da crítica. Todo o enigma para Marx seria a redução do valor com aumento da exploração de trabalho.

Do ponto de vista político, Harvey põe a inevitabilidade do capital e sua acumulação. Nisto, os movimentos sociais são externalidade constituída por outra racionalidade.

Mesmo sob transferência de capitais ociosos do setor produtivo para o setor financeiro, a estruturação do poder imperialista que isso dá ao capital mobilizaria, para Harvey, formas de acumulação. A partir daí negócios estritos com capital financeiro suscitam em seu argumento “novas rodadas de acumulação”:

[...] Aquisições (tanto amigáveis quanto hostis), fusões e compra da maioria das ações de uma empresa com capital emprestado também têm sido um grande negócio. Atividades desse tipo podem acarretar novas rodadas de acumulação por despossessão. (2011, p. 48, 49)

Nesse sentido, a queda tendencial da taxa de lucro em Harvey adquire o sentido positivo da normalidade capitalista, no sentido de outras formas de acumulação compensatórias à queda. As contratendências aqui aparecem como impedimento da lei. Por isso mesmo, para a manutenção do enigma e não seu desvendamento, é necessário, no argumento do autor: 1) do ponto de vista histórico: resguardar o imperialismo como momento atual do capitalismo, sob o estigma da novidade tal qual “o novo imperialismo” em que a despossessão aparece como contratendência do capital financeiro [?!]; 2) na perspectiva lógica, a história do capital é a acumulação por espoliação, especificidade do capital financeiro. A contradição é reconhecer a convivência, lado a lado, do capital financeiro com acumulação real de capital.

A resultante dessa fórmula materialista histórica de se constituir a crítica ao capital é a reafirmação da acumulação (da metafísica), tornando a queda tendencial da taxa de lucro – a forma da contradição do conceito em Marx – mero repositório da acumulação do capital, ausente de qualquer negatividade, de qualquer dialética e, portanto, de qualquer crítica. Aqui, a história do capitalismo seria a mudança não só de formas

de acumulação, onde negócios bursáteis rendem lucros [?]:– “[...] Como resultado, cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde lucros [?] eram passíveis de ser realizados” (Harvey, 2011, p. 32), ou ainda, “[...] A porcentagem dos lucros [?] totais dos EUA, imputável aos serviços financeiros subiu de cerca de 15% em 1970 para 40% em 2005” (Harvey, 2011, p. 50) – , mas também a história do capitalismo se repõe, após as crises, e apenas redefine os centros de acumulação. Considere equívocos como esses também identificados por Michael Roberts (2016) que, em seu debate com Harvey, o qual se coloca contra a existência de uma lei sobre as crises em Marx, movida pela queda tendencial da taxa de lucro, explana o que se segue:

No entanto, Harvey está equivocadamente identificando produtividade com lucratividade. Se a taxa de lucro é apenas uma medida de produtividade, mudanças na produtividade não podem explicar mudanças na taxa de lucro e isso seria tautológico. Mas o que explica mudanças na taxa de lucro são variações na composição orgânica do capital, e então não há tautologia. (Roberts, 2016, p. 45)

A luta entre China e EUA se constituiria como esse nexo acumulador do argumento de Harvey. Assim, do ponto de vista da contradição entre história e lógica, teríamos a harmonia entre história e acumulação, ainda que isso lhe seja o objeto da crítica. Tal harmonização histórico-lógica é, sob a geografia do capital de David Harvey, um acordo do espaço e do tempo entre si e para com a acumulação do capital. A expansão determinada pela queda tendencial da taxa de lucro é, positivamente, acumulação de capital. A produção espacial seria a fronteira expansiva do capital, que mobilizaria suas “rodadas de acumulação” em cuja noção há falta de distinção entre aumento da massa monetária e redução da valorização. Do ponto de vista urbano essa seria a questão. A expansão dos negócios imobiliários, desde Haussmann, seriam formas de lucrar com o capital ocioso. Ao que pesem desconcertos entre teoria e história, a resultante é o acordo:

O banco central chinês, por exemplo, tem sido ativo no mercado de hipoteca secundário derivado do boom de refinanciamento nos EUA enquanto Goldman Sachs foi fortemente envolvido no surgimento do mercado imobiliário em Mumbai e o capital de Hong Kong foi investido em Baltimore. Novamente, estamos olhando aqui para uma outra transformação em escala, uma que torna difícil de compreender que o que pode estar ocorrendo globalmente é em princípio similar aos processos que Haussmann conduziu com tanta destreza na Paris do Segundo Império. A urbanização, conluo, é um veículo primordial para absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes. (HARVEY, 2009, p. 12)

Nessa medida, ocorre rearticulação do poder, a partir da propriedade privada do capital financeiro e seus investimentos, que repõe em escala ampliada (expansiva) a desigualdade social. Aí reside a crítica. Não se trata da crítica categorial, em que o capital nega suas categorias, mas sim que, ao se manter acumulando, o capital engendra a desigualdade social da qual deverá sair o sujeito da revolução. Do ponto de vista da relação entre sujeito e revolução perde-se a identidade entre crise e revolução, dada a premência ontológica de acumulação do capital, aliás, fetiche do capital. A cada crise, uma fronteira urbana compensatória. A respeito do tratamento dado ao excedente de capital pelo autor, não há diferença entre precificação e valorização imobiliária, ainda que determinada, a precificação pelo excedente de capital.

Daqui, como explicar os bairros fantasmas, de segunda moradia, nos EUA da crise de 2008? Ou ainda, as cidades fantasmas na China, mobilizadas pelo excedente fictício de capital? A crítica transformadora do modo de produção, ficou externa, na vontade do sujeito revolucionário porque, categorialmente, o capital se compensa e, pelo lado oposto, a formação desse sujeito não se explica.

Assim, o colapso como lei compensatória do capital não desvendou o enigma (o conflito entre expansão da produção (massa de mais valia) e desvalorização, na crítica de Marx sobre a queda tendencial da taxa de lucro) na pretensa crítica de Harvey, porque não se tornou forma crítica da reprodução, em que a expansão é da crise e não de sua compensação.



Isso, aliás, é a forma ricardiana, já criticada por Marx, de se pensar tal contradição. Para Harvey, a expansão da massa de lucros ou da mais valia não se determina pela redução da taxa de lucro – o enigmático para Marx – mas configura mera acumulação de capital. As contratendências, para Harvey, não constituem forma identitária da lei, mas impedimentos da realização de tal lei, dadas as formas atuais de espoliação, sob a contradição nos termos, no sentido de que essa espoliação que acumula mais valia é o fundamento do capital financeiro. O enigmático para Marx estaria justamente em que a redução da valorização coincide necessariamente com a expansão do capitalismo e, portanto, do crescimento da massa de mais valia que – contraditoriamente – seria determinado pela redução da valorização, ao contrário do que pretende mostrar Harvey, para quem a expansão é de acumulação positiva. Para defender isso, a crise tem de estar no tempo histórico de ciclos inevitáveis.

Valeria lembrar que em seu Capítulo VI Inédito, Marx observa a relação entre aumento das forças produtivas, exploração relativa do trabalho (mais valia relativa) com recriação de exploração fundada na mais valia absoluta. Assim, o aumento da produtividade do capital, como forma compensatória mal afortunada, também produz a subsunção formal do trabalho. Nesse sentido, a espoliação está no invólucro da contradição entre valorização, desvalorização e crise, e não no invólucro lógico do compensatório em que as contas entre custos e acumulação estejam resolvidas do ponto de vista da empresa e do capital em geral. Tomar Marx como um guia do distributivismo de capital entre os setores não é somente recusar a crítica social de Marx, mas tornar tal ponto de vista objeto da crítica à economia política de *O Capital* de Marx. Sem essa consideração da contradição capital trabalho, a reposição do capital e sua reprodução ampliada se faz repondo acumulações primitivas diversas (HARVEY, 2011, p. 59). Contudo, isso estaria em total desacordo com a aceitação e reconhecimento da expansão do capital financeiro, fictício. Um procedimento negaria o outro. Na perspectiva dialética de Marx, de que

Harvey parte, são formas excludentes. O capital financeiro é autonomização do dinheiro em relação à valorização positiva de valor. Nisto, como explicita Marx nos Grundrisse, – sobre “a grande indústria”, ou o “aumento do capital fixo” e suas contradições com o “capital circulante” – põe de lado o trabalho e, conseqüentemente, a produção de mais valia. Aqui se tem uma negação em amplo sentido, a crítica do valor chega no fim da valorização, mas que não é necessariamente o fim do capitalismo, mas mudança revolucionária do capital. Henri Lefebvre, por exemplo, tomou isso como cotidiano, em sua Vida Cotidiana no Mundo Moderno. Para Mandel, em seu Capitalismo Tardio e Robert Kurz em sua tese sobre o Colapso da Modernização, essa contradição, isto é, entre fim da valorização e reprodução crítica do capital (diferenças à parte) é fundante da tese a respeito da crise do trabalho e do valor.

O aumento da espoliação e de formas absolutas de exploração da mais valia deviria, para Marx e a partir de certo momento histórico do capital, do significativo desenvolvimento das forças produtivas. O significativo avanço da composição orgânica do capital levaria a repor formas absolutas de produção de mais valia dada a impossibilidade de todos os capitais se atualizarem. Aumentar a exploração absoluta do trabalho seria forma de manter-se na concorrência, mas sem que essa mais valia seja determinante na reprodução. A revolução da automatização do processo produtivo põe isso como um resultado que a expressa, e não que a nega. Caso contrário, o desafio da dialética social de Marx teria se perdido, qual seja, criticar a sociedade do valor que não produz valor. Se para constituir a crítica social a mais valia se torna uma ontologia, não há crítica materialista que seja possível. Assim, fenômenos iguais sob outros fundamentos não poderiam ser confundidos com mera reposição de acumulação primitiva. Eis o acordo espaço temporal de Harvey (2011) ao capital financeiro, em seu enigmático argumento.

Nessa combinação positiva entre queda tendencial da taxa de lucro e aumento da capacidade de acumulação – uma contradição nos termos

obscurecida pelos desvios categoriais de Harvey, pressupondo que se trataria, ao contrário, um acordo entre o enigmático argumento sobre o capital de Harvey (2011) com o “enigma do capital” de Marx (L.III, 1988) – o desafio do materialismo histórico e dialético de *O Capital* tornou-se a ontologia da mais valia. Por isso mesmo, a partir dos anos 1970, atingiríamos a situação histórica que permitiria a retomada da economia política criticada por Marx, tanto em *O Capital* quanto em *Teorias da Mais Valia*.

A crítica de Marx se direcionava à necessidade não realizada de se comprovar, argumentar etc., como a mera circulação de dinheiro poderia gerar o lucro do capitalista – o exemplo de Marx se refere à sua leitura crítica do quadro de Quesnay, no primeiro volume de *Teorias da Mais Valia*. A produtividade do capital, alcançada na passagem do XX para o XXI, teria, aliás, constituído as condições históricas para a reposição de tal consciência, mesmo sob a base da crítica social do valor de Marx. Se Harvey expõe o poder social que a propriedade do dinheiro dá aos agentes econômicos e isso como forma de “novas rodadas de acumulação”, fiquemos com a assertiva de que a passagem da propriedade monetária para um em detrimento de outro é mera alocação de valor produzido (se fosse o caso) e não aumento do valor social. Por isso mesmo, as riquezas pessoais não poderiam se confundir com valorização do capital. Ademais, a referência ao quadro de Quesnay, aqui, se faz pertinente na medida em que, do ponto de vista da crítica do valor de Marx, da qual Harvey (2011) parte, não se é possível explicar a produção de lucro pela circulação de dinheiro, entre os diferentes ramos produtivos. Daí o harmonicismo de Harvey (2011) ao capital financeiro, que demanda preço do dinheiro, mas não lucro. As espoliações do petróleo dentre outras, aparecem em seu argumento mais como fantasmagorias do que como possibilidade de uma produção social que pague essa apropriação. Aquela propriedade do dinheiro é mais a precificação do dinheiro, do que produção de valor de um capitalismo mundialmente super produtivo.

A circulação assim não tocaria justamente no que é o ponto da acumulação, isto é, a produção de valor na relação capital trabalho. Para Marx, a circulação monetária e sua propriedade por si só não indicaria “a reprodução”. Sob o fim da produção de mais valia retomariamos o quesnaysianismo (nem sequer o keynesianismo) e que em *Teorias da Mais Valia* Marx assim se coloca:

Na parte do capital que circula entre o capitalista industrial e o trabalhador (ou seja, a porção do capital circulante que é igual ao capital variável) também há um refluxo de dinheiro em seu ponto de partida. O capitalista paga ao trabalhador seu salário em dinheiro; com este o trabalhador compra mercadoria ao capitalista com o que o dinheiro reflui em mãos dele. [...] Este refluxo do dinheiro não indica reprodução alguma (Marx, TMV. L. I, p. 270, 271)

Ao que pese a diferença do objeto, em Harvey se trata de propriedade maior ou menor de dinheiro, dentre outras, por despossessão, do ponto de vista do valor, trata-se também de passagem de propriedade do dinheiro de x para y. A dominação sobre o mercado de trabalho sob a perspectiva do capital financeiro não é compensatória justamente por conta da queda da taxa de lucro. A financeirização do capitalismo na passagem do século XX, pela crítica do valor de Marx, só faz sentido se a queda da taxa é maior do que a produção de mais valia, o que permite a financeirização como transferência de capitais, então, ociosos. Derivar produção de lucro pelo aumento da ociosidade do capital e sua consequente ficcionalização é não só estar sob outro objeto, do ponto de vista da citação das *Teorias*, mais acima, como é, sob a crítica do valor, constituir um objeto impossível, a não ser como contradição nos termos.

A massa migrante pelo mundo, ao contrário do argumento de Harvey, para se pensar a produção de mais valia, deviria da falta de possibilidade de exploração do trabalho pela produtividade de capital, não pela formação de um amplo mercado de trabalho e de produção de mais valia. O momento histórico colocado por Marx – do desenvolvimento das forças produtivas e da financeirização da produção com autonomização

estrutural do dinheiro em relação ao valor – exigiria (o que Harvey evitou) ver fenômenos iguais sob fundamentos outros, da expansão crítica. Assim, se se fala em “rodadas de acumulação”, em que a crise é mera realocação do capital com novos centros de acumulação, não se tem porque falar na redução da taxa de lucro. O objeto de Harvey (2011), do ponto de vista da crítica do valor de Marx, de que parte, é assim inconsistente. Resumidamente, em Harvey restringe-se a relação entre a ascensão do capital financeiro e a crise da valorização.

Harvey não só nega as determinações críticas da lei da queda tendencial da taxa de lucro como torna tal lei uma solução distributiva de valor e, do ponto de vista da sociedade civil, tem-se a reposição de um modo de produção socialmente injusto, nisso mora sua crítica. Contudo, esse movimento teoricamente destoante da crítica de Marx (apesar de partir dela e chegar nela), de lucros no universo financeiro, que justifica a “desposseção”, torna harmônica a acumulação injusta e, se isso é um preceito do melhor ou pior distributivismo, do ponto de vista social, o sujeito da contraposição também é externo à contradição econômica. Isso porque, na harmonia entre expansão e acumulação a luta contra o sistema só poderia vir como externalidade. Do ponto de vista dos movimentos sociais, tal qual a capacidade do patronato em gerir a distribuição dos dois departamentos, trata-se do sujeito com vontade de mudança e não no invólucro contraditório da relação sujeito objeto. Justamente por isso, pelas crises serem meros ajustes distributivos da propriedade do capital, os movimentos sociais podem estar aprisionados – caso não movam a espiral entre o que fazer e um movimento político – e vulneráveis às crises perpétuas do capitalismo. Nessa medida, as crises não levariam à história da superação e à contradição sujeito objeto, porque o sujeito seria sempre o derrotado na reprodução do capital, ou na rearticulação do capital com sua acumulação, ainda que isso, para Harvey (2011) se coloque como “injusto”.

Retomemos Marx para quem, em suas anotações para *O Capital* – no que ficou conhecido como os *Grundrisse* –, o desenvolvimento das forças produtivas chegaria no limite da automatização não mais produzir mais valia, a “grande indústria”, já comentada, ficando o trabalhador na condição de mero vigia do processo produtivo. A grande indústria, assim, se daria como resultado do enorme desenvolvimento das forças produtivas que a acumulação no departamento I promoveria. Do ponto de vista das relações de produção no interior do processo produtivo, Marx reconhecia, com 150 anos de antecedência, sua automatização. A “grande indústria” ou o “capital social” se realizaria na reunião entre ciência e produção, o que fundaria a história do capitalismo:

O desenvolvimento do meio de trabalho como maquinaria não é fortuito para o capital, senão que é a metamorfose histórica do meio de trabalho legado pela tradição, transformado em adequado para o capital. (Marx, 1997, p. 221)

Justamente aí considera-se a automação de modo que seja a redução do trabalho produtivo à sua condição improdutivo, contraditoriamente, por conta do aumento da produtividade do capital. Aqui “[...] o trabalhador se apresenta supérfluo na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade [de capital].” (Marx, 1997, p. 221). O desenvolvimento da grande indústria, ou do “sistema automático de maquinaria”, portanto, se fundaria na automação do processo produtivo e a história, como história do trabalho, apontaria a necessidade de se colocar sob reflexão a finitude do capitalismo que, assim, coincidiria com a superação do trabalho e da produção do valor. Nestes estudos preparatórios a *O Capital*, *Grundrisse*, sob a contradição capital trabalho que a maquinaria moveria, teríamos não só a redução ao infinito da produção de mais valia, como isso seria apesar da expansão da massa de mercadorias:

[...] o valor objetivado na maquinaria se apresenta além disso como suposto frente ao qual a força valorizadora da capacidade laboral individual desaparece como algo infinitamente pequeno; apesar da produção em enormes massas, a qual permanece posta com a maquinaria, desaparece igualmente no produto toda a relação com a necessidade imediata do produtor e por conseguinte com o valor de uso imediato (1997, p. 221)

Já n’O *Capital*, a expansão da massa é da mais valia com redução da valorização, isso tornar-se-ia o enigma do capital, o fetiche de capital, ou o fetiche de acumulação que negaria a relação causal: porque expande em valores de uso, então, acumula. A compreensão dessa contradição, portanto, estaria na dicotomia entre o positivo e o negativo, a afirmação ou negação do capital. Assim, como já apresentamos através de Marx (1988) mesmo, a partir de certo momento da queda tendencial da taxa de lucro, teríamos a simultaneidade crítica do capital, isto é, sua expansão é expansão da crise, no sentido de não mais produzir valor. A unidade histórica entre centro e periferia, por exemplo, se daria pela unidade da crise.

Noutra compreensão, disso como negatividade, a partir da lei identitária do capital, Robert Kurz apresenta seu argumento a respeito da queda tendencial da taxa de lucro em *O Colapso da Modernização*, de 1993. Certamente aqui, encontramos toda a crítica invertida, em relação ao harmonicismo de David Harvey. Mais próximo a Grossmann, mas com diferenças marcantes, a tese de *O Colapso* de Robert Kurz busca elucidar como a crise dos anos de 1970 – mais especialmente dos anos de 1980, com a expoente queda do muro de Berlim – demonstraria a aproximação histórica da simultaneidade da crise mundial do capital, mas como crise da forma social capital, das relações de produção e, assim, de suas categorias constituintes, incluindo a de trabalho. O colapso do capitalismo, assim, nessa tese – que apresentaremos abaixo – não seria o fim do capitalismo, mas a reprodução capitalista de suas categorias em crise. Isso pela forma fictícia da reprodução, em que a terceira revolução baseada na microeletrônica (Kurz,1993) teria se desdobrado.

A determinação do preço do dinheiro sobre a produção do valor e o quanto isso é mais produção do dinheiro, ficcionalizando a reprodução social do valor, ou da valorização, talvez empreendesse aqui o sentido forte de colapso. Portanto, não se trata do fim do capitalismo, mas da simultaneidade de sua crise. Aqui a aproximação entre crescimento da massa com crescimento da mais valia relativa coincidiria com a redução absoluta e relativa da produção de valor. O que dizer da taxa de lucro(?)! Se isso se formula como ponto diametralmente oposto ao harvismo de Harvey, da busca de sempre renovadas fronteiras da acumulação capitalista – moralmente o ditado popular: “que pena que é assim e não assado” – por outro lado, não deixa de ter problemas essa aproximação teórica entre história e colapso em Kurz (1993). Sob a divisão do capitalismo entre leste e ocidente, a crise do socialismo real significaria a crise da reprodução mundial do capital. É de se marcar que 2008 nos faz considerar essa tese. Por isso mesmo, o *nonsense* a respeito do capitalismo tomado como o regime vitorioso:

A questão é, portanto, se não foi na verdade deflagrada – independentemente da auto-restrição transbordante de sabedoria, da consciência ocidental da vitória, que somente quer evitar provocar com sua soberba a ira dos deuses –, com a crise particular do sistema perdedor, uma crise global que também ameaça o pretense vencedor e indica a existência de fundamentos comuns dos sistemas que poderia servir de base para uma metacrítica. (Kurz, 1993, p. 19)

Aqui, a divisão internacional do trabalho, ao que pese sua reposição sobre as determinações financeiras, unificaria a história do desenvolvimento das forças produtivas como crise expansiva em toda realidade capitalista, seja no centro, seja na periferia. Desse ponto de vista, a relação entre capital fictício (autonomia do dinheiro em relação ao valor) – seguindo o preceito da “grande indústria” de Marx que comentamos mais acima – e divisão internacional do trabalho, poria, na simultaneidade histórica da crise do capital – como crise categorial do



trabalho –, a administração do preço do dinheiro como negócio, não mais a produção do valor.

A perspectiva histórica, portanto, refere-se à realização da lógica do colapso que, assim, mais próximo a Mandel (1982) e destoante a Grossmann (1979), põe a queda tendencial da taxa de lucro mobilizando o colapso como forma historicamente datada do capital. Já apreciada por nós, na crítica a Mandel (1982), caberia apenas retomar que a queda tendencial da taxa de lucro, vista como o colapso, portanto, moveria a história do capital, a partir da frequência dos ciclos econômicos do capital. Nesses, ao que pesem quedas e ascensões da taxa de lucro, com crescente massa de lucro, a resultante histórica é a queda da taxa de lucro, movida pela lei do colapso. Nisto, as crises cíclicas – que em Kurz (1993) aparecem na alternância entre “estatismo e monetarismo” – não são temporais, sucessivas, alternadas no tempo. De acordo com Grossmann (1979), o problema é a imanência da crise pelo que a concorrência, aliás, se move. Desse ponto de vista, a crise ou o colapso (*zusammenbruchgezet*) é simultâneo e dá a identidade ao capital em todos os seus momentos históricos. Ele realiza a história – “*zusammenbruchsgesetz*” para Grossmann (1979) – e não o oposto, historicamente realiza-se o colapso, como recai a noção de “*zusammenbruches*” em Kurz (1993). Nesse último o colapso não é uma lei do capital, isto é, não é “*gesetz*”, mas um momento histórico – diferentemente da noção de colapso em Henryk Grossmann (1979).

A questão pertinente à nossa discussão se põe relativa aos fundamentos dessa relação histórica do colapso da modernização de Robert Kurz. O preceito seria, justamente, ao retirar a imanência da crise, compreender, por exemplo, a periferia como atraso em relação ao capitalismo europeu e, para isso, recorre com olhar meramente histórico à “Acumulação Primitiva” de Marx, desconsiderando-se a simultaneidade entre crise e acumulação que a periferia reclamaria. Isso porque a relação entre história e lógica em Marx dos capítulos XXIV e XXV do primeiro

volume de *O Capital*, editado pelo autor, tensiona a relação entre lógica da acumulação (conceito) e formação do trabalho, da renda da terra e do capital industrial (categorias sociais). A periferia se pondo como história crítica, mas simultânea da acumulação. Desse ponto de vista, a acumulação no que hoje chamamos de países do capitalismo central é, para Marx, o mesmo processo nas colônias (o que hoje chamamos de periferia do sistema capitalista). A expropriação na colônia – saques, escalpes, ouro, prata etc. – constitui, para Marx de *O Capital*, a acumulação primitiva inglesa, que é um processo mundial. Não se trata de uma acumulação em cada caso, mas de os Estados nacionais serem casos da acumulação primitiva mundial.

A apreciação dessa contradição (lógica e histórica) para Kurz é diametralmente oposta. Para Marx, então, a história do capital é de simultaneidade polar entre acumulação e espoliação, entre acumulação e não acumulação. Para Marx, a diferença entre produção e realização do valor não é histórica, mas simultânea, no sentido de que não se é primeiro uma depois outra, mas que a unidade entre as diferenças faz a história do capital. Essa contradição, que territorialmente se divide entre industriais e agrícolas – para usar quase um jargão – é a simultaneidade da acumulação. A crise, assim, não é no tempo. Portanto, se para Marx ela se faz como lógico-histórica, para Kurz (1993) ela seria histórico-lógica. Aqui, sejamos claros, não se trata de usar como critério da crítica o estar mais ou menos próximo de um Marx intocável. Ao contrário, a busca de refundação da crítica de Marx, a partir da crítica do valor, nos permite superações que são necessárias, tanto prática, quanto teoricamente, porém, para tal, não podem se constituir como objeto da crítica daquele que se pretende ter superado. Aqui em questão não está ser ou não maior que Marx, ou mesmo o Marx do século que ele não viveu, mas, fundamentalmente, temos as questões relativas às aquisições da crítica social em meio às contradições de pretensa superação teórica.

Retomar a contradição entre história e lógica sob a perspectiva seccionada no tempo e territorialmente, a fundar a divisão internacional do trabalho sob o preceito de 1º, 2º e 3º mundos (Kurz, 1993) tornou histórica a contradição entre acumulação e crise e, assim, isolou pelo tempo a participação da periferia no conceito de acumulação mundial. Ainda mais, não a mobilizou como simultaneidade da crise e tornou mais distante a possibilidade da crítica ao capital mundial pela periferia.

Nesse sentido, a noção de “modernização recuperadora” (Kurz, 1993, p. 189) se assenta sob a progressão temporal *ex maquina* que vai consistindo na diferenciação territorial do trabalho, em relação à qual a história está ontologicamente posta. Não se trata de ver nessa divisão territorial a acumulação mundial. Aqui, o colapso, a crise, etc. é histórico, não se o compreende como a lógica movente da história enquanto história do trabalho. Valeria resgatar, aliás, que a tese sobre o capital fictício em Marx, embora no invólucro do terceiro volume – já tensionada a contradição entre expansão da massa e queda da taxa de lucro – fundase em exemplos históricos do século XVI, a respeito do comércio colonial transatlântico. Assim, a duplicação monetária do trabalho é não só histórica, mas da lógica da acumulação, por isso ela participa da formação do trabalho urbano industrial europeu, não só de sua reprodução. A “dívida pública”, nos séculos da acumulação primitiva para Marx, foi considerada como uma das “estufas” dessa acumulação, toda lastreada, ficticiamente, pelo comércio colonial, outra “estufa” da acumulação primitiva europeia. Assim, a duplicação monetária e seu descolamento da base da produção de valor seria constituinte do capital, porque movido pela lei do colapso. Se isso não se realiza predominantemente, devido ao capital produtivo dos séculos anteriores, ao mesmo tempo move o histórico na direção da unificação da reprodução social através do capital fictício.

Contudo, a classificação estabelecida por Kurz (1993) é pautada numa linha do tempo contínua em que a acumulação europeia é mais

rápida que a do terceiro mundo, constituindo outras acumulações (soviética e do Brasil, na América, por exemplo) como “recuperadoras” ou “retardatárias”, dada essa vantagem temporal – do ponto de vista da concorrência intercapitalista – da Europa em relação ao mundo capitalista.

Por causa dessa vantagem histórica, a parte ocidental do sistema mundial produtor de mercadorias podia conservar, apesar da grave derrocada da economia mundial de 1929 a 1933, seu *status* global e, com o *boom* fordista da época do pós guerra, até melhorá-lo. (Kurz, 1993, p. 191)

O que não teria evitado, após o “*boom* fordista”, nova acumulação de capital. Mas com a transferência de excedentes para o mundo todo, este desenvolveria as forças produtivas gerais e atingiria o colapso como momento histórico:

[...] novas condições irreversíveis da rentabilidade, nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata de força de trabalho (Kurz, 1993, p. 192).

Contudo, a divisão internacional do trabalho do ponto de vista da “acumulação recuperadora soviética” buscaria recuperar o seu atraso. Nessa medida, o atraso do que o autor chama de recuperador não estaria no invólucro da acumulação primitiva mundial, mas setorizada entre atrasados e adiantados. Na retirada da simultaneidade da formação de capital, a relação identitária entre centro e periferia se perde, a ponto de o autor afirmar que, no terceiro mundo, “a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra” (Kurz, 1993, p. 194). Aqui, é como se a acumulação europeia fosse passível de compreensão por ela mesma, independente da crise periférica.

Por isso mesmo, reconheceríamos certo ponto de vista eurocêntrico da crítica ao capital de Robert Kurz. Primeiramente, a noção de que, historicamente, quem realizou a acumulação primitiva teria sido a Europa. Já apresentado o problema, a simultaneidade entre produção e

realização de valor desconsiderada desloca a crítica sobre o capital para um ponto de vista plenamente europeu, de modo a retirar a crítica ao capital pela periferia do sistema porque o problema na periferia, assim, fica pela sua incompletude e não pela sua relação dialética para com a acumulação mundial. E essa não é só uma diferença de objeto em relação a Marx (que considera apenas uma acumulação primitiva, com a divisão entre colônia e metrópole, enquanto para Robert Kurz seriam três, pelo menos), mas mudança na perspectiva da crítica.

Ao que pese esse desencontro para com a crítica de Marx, do ponto de vista da contradição entre o lógico e o histórico, e seus desdobramentos a respeito da perspectiva da crítica, estamos de acordo com as determinações da queda tendencial da taxa de lucro, os sentidos históricos da materialidade social e o tempo social de trabalho. O desenvolvimento da microeletrônica no processo produtivo demandaria a autonomização da produção em relação ao trabalho. No extremo da contradição identitária do tempo de rotação, o excedente monetário se constituiria agora como o principal resultado do processo produtivo. De um ponto de vista futuro, a produção de mais valia se configuraria como trabalho futuro, isto é, promessa de trabalho ou crédito, tido ilusoriamente a reposição do valor posta no tempo, já que é a contradição no nível da automatização que põe o trabalho futuro como capital fictício.

O excedente de capital, assim, não se posicionaria mais como expansão do capital para apropriação de mais valia, mas sim na mobilização de capital monetário. Este teria como sua identidade o rendimento (não o valor) que se daria na precificação do dinheiro em relação ao próprio dinheiro. A massa de capitais ociosos, assim, produziria uma demanda por dinheiro, como substituto do trabalho vivo, mobilizando o capital financeiro como substituto do capital produtivo. O endividamento da periferia do capitalismo a partir dos anos 50, mas especialmente dos anos de 1970, demonstraria a determinação mundial da dívida e do crédito como mediação social mundial do capital.

A reestruturação de empresas deficitárias na economia central e o desenvolvimento industrial da periferia do capitalismo se mobilizariam, a partir de então, sob a expansão da dívida e isso consagraria a forma da acumulação capitalista a partir da terceira revolução industrial baseada na microeletrônica, como se pode considerar com base nas contribuições a esse respeito, já referidas, de Ernest Mandel (1982, 1990), Robert Kurz (1993) e, acrescentamos, Chesnais (1998) – ao que pese o espectro keynesiano dos autores que compõem essa obra organizada por Chesnais. Os anos de 1970 apresentariam de modo intenso o sentido inflacionário da economia capitalista mundial. A crise do padrão ouro se fundaria na restrição dos negócios a partir desse lastro que não corresponderia com a capacidade que os negócios monetários detinham no invólucro dessa terceira revolução. Assim, o endividamento da periferia passa a ser a baliza para o comércio de excedentes de capitais e que não pode se restringir à massa de mais valia que o lastro ouro representaria como política federal norte-americana. O padrão ouro, assim, tornou-se limitante da capacidade dos negócios monetários que o excedente mundial poderia mobilizar (Brunhof, 1998). A crise do padrão ouro, então, seria um marco na reprodução crítica que, a partir de então, perderia a ilusão do lastro social do valor.

Os investimentos excedentes, entretanto, se dariam fundamentalmente no setor especulativo, seja no jogo da bolsa de valores, seja nos negócios imobiliários, do que a crise de 2008 tem importante relação e cuja reflexão fizemos em nosso artigo, de 2010, a respeito da simultaneidade e abstração espacial. Todo o problema seria o da sobre-determinação do preço em relação ao valor. Isto é, o excedente monetário precificaria (como fetiche do valor) os ativos devido à própria demanda determinada por esse excedente mesmo. Assim, o preço seria o fetiche não do valor, mas da própria valorização então negativa (na forma da dívida) que a terceira revolução teria trazido.

Recorrendo à crítica de Kurz (1993), considera-se a redefinição do sentido da concorrência, não mais por capitais que visem o controle do trabalho, a localização e dominação do trabalho produtivo. Ao contrário, a formação de sujeito jurídicos (de Estados nacionais a indivíduos) viria no sentido de acessar a concorrência pela dívida e todo problema do capitalismo, assim, seria desenvolver as forças produtivas para mobilizar o dinheiro e a dívida como condição e resultado do processo produtivo. Nisto, toda e qualquer expansão do capital seria a simultaneidade de sua crise. A forma enigmática do capital, entretanto, a posição fetichista e fantasmagórica desse sujeito automático se daria por sua ficcionalização categorial. Assim, aquelas categorias formadas na “acumulação primitiva”, já consideradas, estariam no invólucro lógico da ficcionalidade. Trabalho, capital e renda da terra seriam, agora, uma ficção efetiva, mas como ficção.

A passagem dos anos de 1950 para os de 1970 se dá marcada pelo que caracterizou o capitalismo ao longo do século XX: o desdobramento de sua crise, atingindo o cume na simultaneidade seja no centro, seja na periferia. Nessa medida, se o primeiro quartel da segunda metade do século XX (1950-1973) traz uma diferença em relação ao pós-crise dos anos de 1970, trata-se da expansão do excedente da acumulação norte-americana no pós-guerras como dívida mundial. Ao longo de 20 anos dessa expansão, o revolucionamento geral das forças produtivas foi um resultado, já que cobrado, tal desenvolvimento, pelo preço do dólar. Este definia, sob diferentes maneiras, um nível médio mínimo de desenvolvimento das forças produtivas para poder pagá-la. Mas quando se fala em desenvolvimento das forças produtivas na periferia do capitalismo, isso também incorre na contradição aqui já dialogada: aumento das forças produtivas é diminuição da produção de valor e isso não é uma contradição nos termos, dada a composição orgânica do capital.

O Plano Marshall foi o modo de expandir esse excedente para a Europa, enquanto o Programa Ponto 4, do governo Truman, o fez em

relação à periferia do sistema. Em outros termos, a acumulação do capital, fardado de Norte-Americano, foi tão intensa que constituiu o mundo como tomador de empréstimos do excedente desse capital. Se isso foi mobilizado pelo excedente inflacionário dos EUA, então, é de se considerar a sua dimensão perante à impossibilidade de a economia mundial (tomadora de empréstimos desses excedentes) solver a massa de capital ocioso constituído. A expansão monetária se daria assim sob os programas “econômicos internacionais”:

O progresso já feito em direção para alcançar os objetivos do programa de Reconstrução Europeia e outros programas de ajuda de curto prazo [short-run aid programs] poderá solicitar esses programas a dar continuidade numa base mensurada às necessidades. Desfazer-se deles agora poderia ser perigoso ao progresso passado e arriscar perdas de gastos já feitos. [...] Nós precisamos nos mover vigorosamente em direção a um amplo comércio mundial internacional. Isso resultará em maiores importações para nosso país [into our country] que assistirá [ajudará] os outros a ganharem os dólares que eles precisam e isto irá, ao mesmo tempo, melhorar o nosso próprio padrão de vida [...] (ERP, 1950, p. 14, 15)

A partir daí, recomenda-se ao congresso a realização da “Carta para a Organização do Comércio Mundial” relacionando isso “[...] ao objetivo do programa Ponto 4 para assistência aos países subdesenvolvidos [que] é ajudar em suas necessidades.” (ERP, 1950, p. 15). Contudo, dava-se a contradição entre redução dos custos de produção (matérias primas agrícolas, compra de produtos da economia dos EUA etc.) e maior acumulação, com crescimento, então, de capital ocioso. Todo esse aparato crítico inflacionário que gesta a expansão mundial do capital financeiro excedente vem fundado no crescimento do lucro. A massa de lucro, após cobrança de impostos sobre os mesmos, entre 1949 e 1954 manteve-se em torno de 20 bi ao ano. Os impostos recolhidos sobre os lucros, acompanhando a variação dos lucros, manteve-se mais ou menos próximo dos U\$ 40 bi ao ano (ERP, 1955, p. 40). Com crescimento da produtividade essa manutenção significou, relativamente, aumento da



ociosidade do capital, pois, mais capital para menos trabalho. Os programas de ajuda internacional, contudo, não solucionaram a contradição, mas, fundamentalmente, a ampliaram e a forma bélica da produção foi seu desdobramento histórico.

Sob esse prisma e sob a contradição entre crescimento e crise, nos EUA, o desenvolvimento das forças produtivas dos capitais da América do Norte seria assim o único capaz de produzir algo que pudesse satisfazer essa demanda do excedente, e o seu produto foi a guerra, sob a divisão internacional e política do trabalho expressa pela divisão do mundo em dois blocos, guardadas as contradições da expressão “bloco”. Desse ponto de vista, tratou-se de administrar, por 20 anos (1951-1973), os negócios advindos dessa expansão profundamente crítica que fundou a formação de blocos econômicos, mais genericamente conhecidos como leste e oeste da realidade econômica mundial.

Durante os anos da Guerra Fria, sob a égide da paz, a economia norte-americana produziu, ela mesma, o departamento de destruição desse mesmo excedente. A cisão entre o leste e o oeste foi a construção do inimigo ideológico, a paz, que fundou a guerra. Os anos de 1980 certamente foram a transformação desse panorama, no plano da simultaneidade da crise referida anteriormente e que, política e economicamente, a crise tanto do capitalismo do leste quanto do ocidente demonstram a passagem para a 3ª Revolução Industrial com a ascensão do capital financeiro, substituto do trabalho produtivo, tese de Kurz (1993) que encontrou pertinência no crash de 2008.

### **Pequeno diálogo crítico sob o prisma do esquema de reprodução de Marx na periferia do capital mundial**

Neste item intencionamos refletir a respeito da periferia do sistema capitalista em sua relação com o sentido histórico de crise generalizada, isto é, sob as determinações da terceira revolução baseada na

microeletrônica. Aqui, então, elencamos uma breve reflexão relativa ao momento considerado por ampla literatura sobre a industrialização brasileira que teria na produção do café (a maior do mundo, no século XIX e primeira metade do XX) a sua acumulação primitiva. A divisão internacional do trabalho a que centro e periferia se referem, consideramos em nossa discussão a respeito dos *Economic Reports*, citados mais acima. Aqui, considera-se o percurso de 1950-1973 do ponto de vista da realização do capital fictício como forma mundial. No entanto, isso tudo demanda um ponto de vista consciente ou não a respeito da acumulação primitiva vista ou não como nacionalmente separadas.

Do ponto de vista interno à periferia, o marxismo também constituiu aspectos de uma economia política – marxista – clássica. Por que essa contradição? Porque na conformação da crítica social ao capital na periferia do capitalismo, também formou-se a crítica, ainda que marxista, sob o amálgama do desenvolvimento nacional. Se o nacional foi o seu limite, isso não implica desconsiderar sua importância tanto temática, quanto analítica. As contribuições que devieram daí ainda mobilizam pesquisas significativas do ponto de vista da crítica social. Para o que nos interessa agora, destaco a perspectiva a respeito da acumulação primitiva nacional. Do ponto de vista da periferia, segundo o que já observamos a respeito das várias acumulações primitivas, temos esse mesmo ponto de vista, relativo à periferia do sistema.

Do ponto de vista da reprodução nacional do capital mundial a questão é de saber se a escravidão e o colonato, ambos na produção para exportação, teriam se realizado como acumulação primitiva nacional. Essa questão do nacional de qualquer modo desconsidera a impossibilidade da reprodução industrial europeia ser a não acumulação na periferia. O nacional pressupõe mercado interno e acumulação concorrencial ao capital internacional.

A leitura temporal e sem unidade entre produção e realização do valor, a respeito de acumulações primitivas nacionais vai, certamente,

resguardar o aspecto que destacamos dessa economia política marxista. Ela parte do preceito de que haveria uma revolução industrial burguesa, embora carente de ser melhor desenvolvida. Aos países do exclusivo colonial, na condição de colônia (a escravidão e o colonato sob a empresa do café estão absolutamente vinculados a essa determinação histórica do periférico), a reposição industrial europeia, assim, não é vista como crise periférica. Ao contrário, a crise do capital periférico é tida como o que se superará, como capital, no tempo do desenvolvimento nacional.

Nessa medida, tal qual nossa crítica a Robert Kurz, aqui, na ciência da periferia do capitalismo – à qual nos referiremos em breve – busca-se sem muitos avisos fundar outro sentido de história sob o materialismo dialético de Marx. É a história das várias acumulações primitivas que, do ponto de vista político partidário vinculou parte desses intelectuais ao organicismo estatista social democrata. A título de memória, tal marxismo se constituiu em teoria orgânica ao capital ao menos nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil. Juntamente com outros intelectuais do partido, encontramos José de Souza Martins e Jose Arthur Giannotti que vieram da primeira leitura acadêmica de *O Capital* de Marx, no Brasil. Aqui, ao que pese a nossa discordância em relação à crítica de Marx ser fundamento de políticas de Estado, ressaltamos a relação entre a concepção materialista da história e as posições da crítica.

Por isso mesmo, consideramos a forma desse marxismo como economia política marxista da e referente à periferia do capitalismo. A perspectiva aderida ao nacional, como desenvolvimento do capitalismo mais justo, acaba resultando em políticas partidárias de Estado. Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, isso se apresenta em sua importante pesquisa sobre a diferença entre o escravismo do sul e o do sudeste do Brasil (o sudeste área de produção de café, o sul de produção de couro). Nisto, a produção propícia para o desenvolvimento do capitalismo industrial não estaria no sul rio-grandense, mas no

escravismo do café. Neste, a produção de monopólio – diferente do couro no Rio Grande do Sul que concorria com a produção sob trabalho livre no Uruguai – manteria os custos do escravo e, ao mesmo tempo, teria constituído os preceitos da acumulação primitiva brasileira. A industrialização de São Paulo seria a expressão de que o café teria se constituído na acumulação primitiva nacional brasileira. Ao que pese a tensão entre simultaneidade e sucessão, retirada de Marx (Cardoso, 1997, p. 40, 41), ao dizer : “[...] Por isso, a análise das condições de coexistência através do método dialético é, ao mesmo tempo, a análise das condições de sucessão” – o sentido mundial é de sucessão, afinal, o objeto é a revolução industrial que não houve no sul, mas sim em São Paulo e a *posteriori* da revolução industrial europeia. Aqui, a sucessão de acumulações primitivas está dada e a compreensão de ser a nacional, sucessiva, retira a acumulação primitiva como um processo único e mundial, com todas as derivações desenvolvimentistas, já comentadas, e de políticas de Estado a arregimentar os desdobramentos de certa burguesia nacional, em relação às contradições de classes que isso implicaria. Assim, ao contrário de Marx, citado pelo autor, a determinação de Capitalismo e Escravidão é histórica e desenvolvimentista. Considere, então, o seu ensaio a respeito das *Condições Sociais da Industrialização de São Paulo*, no qual a formação do sitiante, a partir da crise do regime de colonato nas fazendas de café, dada a produção mercantil no sítio e a circulação do dinheiro e da troca, consequentes, poderia ser descoberta como o mercado interno para a grande indústria nacional.

Aqui está pontuada a necessidade de se compreender o modo como se deu o mercado interno ao invés de se questionar sobre sua constituição. A industrialização nacional e seu estado revolucionado burguês estão pressupostos em Fernando Henrique Cardoso, a pesquisa é o estudo do modo da constituição dessa positividade social, a industrialização e sua sociedade correspondente – considerando, obviamente, todas as

contradições que estão no objeto social de Cardoso (1997, 1960) e que são problematizadas. Do ponto de vista da crítica mais prática do autor, o caso é de como articular a burguesia nacional para uma industrialização independente.

Ainda sob a defesa da acumulação primitiva nacional, é preciso considerar a contribuição de José de Souza Martins. A perspectiva crítica, fundada na exploração do trabalho, se desdobra no desvelamento do colonato como regime de trabalho junto às fazendas monocultoras de café. Assim, sob o ponto de vista nacional, a revolução burguesa teria de aparecer como um culto fetichista, incorporado como categoria de análise pelo autor:

[...] Nessa perspectiva [de relacionar o particular com a reprodução ampliada do capital], foi-me possível propor uma compreensão dialética do que é o capitalismo neste país [Brasil], tendo como referência a contemporaneidade das relações de trabalho socialmente atrasadas do colonato das fazendas de café, enquanto momento de intensa e da ampla acumulação de capital, que fez entre nós a nossa revolução industrial. Essa orientação é atualíssima. Sem ela, continuaremos a pensar o Brasil como realidade mutilada, de historicidade castrada, condenada ao repetitivo de seu insidioso atraso. (Martins, 2010, p. 24)

Certo o Santo, talvez não o milagre. A circunscrição da revolução proletária nacional, na passagem do XIX para o XX, colocou o limite político nacional perante a aspiração universal do método no que concerne à “reprodução ampliada do capital” (Martins, 2010, p. 25). Assim, sob o preceito do nacional, de “nossa acumulação”, o descompasso histórico é inevitável e nessa condição a contradição carece de tensão para se estabelecer enquanto tal. O acento temporal, do tempo da revolução industrial nacional, dilui a contradição – do ponto de vista da crítica social de Marx, da qual aqui também se parte – que funda sua dialética. Assim, pressuposta a formação histórica da revolução burguesa, a sua maneira foi pela escravidão e suas contradições e, também, pelo colonato e suas contradições. Destas a mais fundante é a que, certamente, move

toda a pesquisa: “a produção capitalista de relações não capitalistas de produção” (2010, p. 27). Portanto, nessa “recíproca dinâmica dos contrários”, o segredo de que a escravidão e, especialmente, o colonato se constituem como formas extensivas e intensivas de exploração do trabalho que, “não capitalistas”, são a acumulação primitiva nacional.

Do ponto de vista geral, “reprodução ampliada do capital”, a simultaneidade dos contrários se vê questionada pela plenitude ou não do capitalismo. O contraponto dualista entre centro e periferia está dado, ainda que não falado, e teríamos o atraso histórico aqui constitutivo da contradição identitária dessa dialética. E se referindo ao “não capitalista” como produto do capitalista afirma:

Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão do capitalismo está no comércio. Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato [...](Martins, 2010, p. 37)

Neste momento (colonato), o milagre da acumulação não se realiza, porque historicamente não se completa, é como se não tivéssemos relação com a acumulação européia, a não ser pela migração que de lá veio, mas fica externa do ponto de vista econômico. Logicamente, muito próximo de Kurz, contudo, uma voz da periferia. A perspectiva eurocêntrica desenvolvimentista tornou dual as formas da acumulação mundial, na distinção entre centro e periferia do capitalismo, ainda que internamente ao considerado nacional, esse dualismo se supere nessa crítica de Martins à qual nos contrapomos. Contudo, o capital nacional e sua acumulação foram o limite da crítica ao capital. “Nossa” particularidade é o ainda não ter sido completo. Desse ponto de vista, tal perspectiva se contradiz nos próprios termos, já que atraso se identifica com incompletude histórica. Não nos esqueçamos que para Martins (1994) esse atraso se torna poder que coíbe a realização de uma sociedade mais racional.

A proposta do autor é, a partir de Marx, pensar o capitalismo na periferia do mesmo, assim, consideram-se as diferenças em relação ao

capital em abstrato que, em última instância, só com a Inglaterra teria melhor coincido. Observe-se que, do nosso ponto de vista, aqui se apresenta a identidade periférica para o autor, portanto, não só histórica, mas lógica. Qual seja, a periferia é uma acumulação primitiva do capitalismo mundial, que é a do capitalismo ou do capital nacional, contudo, destacada de outra acumulação primitiva. Tese, aliás, que se desdobra em importantes pesquisas a respeito da militarização da questão agrária no Brasil (Martins, 1984), por exemplo. Na unidade da terra (renda da terra) para com o capital urbano industrial (Martins, 1991), teríamos o resultado da acumulação acima do lucro médio. Aqui, a renda da terra, como expressão particular do capitalismo nacional é sempre afirmativa de certa acumulação acima do lucro médio, dada a condição categorial de renda como sobrelucro.

Apenas como breve comentário, lembremos que n' *O Capital*, do qual se parte, o sobrelucro é determinado pelo lucro médio, a queda de um não é a manutenção de outro. Pelo contrário, com Marx, pode-se depreender a expansão da agricultura no campo determinada pela queda tendencial da taxa de lucro, que não se compensa, dado o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade. Do ponto de vista histórico, isso traria a relação entre Revolução Verde, crise de acumulação e as teses sobre o campesinato, por ora, contudo, nos detenhamos por aqui.

Sob a crítica de José de Souza Martins, a periferia se constitui, lógica e historicamente, a área de expansão da produção de mais valia. Seu atraso devém da superexploração do trabalho que constitui a característica da periferia, desde a escravidão. Nessa medida, a renda da terra seria exclusivamente a unidade entre o industrial e o agrícola (a renda da terra mesma) que adere sobrelucro ao lucro. Então, retomemos, a contradição fundante relativa à formação de capital (“relações não capitalistas de produção”) para dizer que, desse ponto de vista, ela é positiva. Aqui a crítica ao capital de *O Capital* de Marx, fundamento da

sociologia crítica de Martins, se desvanece, pois, do ponto de vista pretérito e futuro a história da periferia é sobreacumular capital e ser, assim, a fronteira reprodutiva do capital. (Lembremos que esse mesmo raciocínio harmonicista se encontra no centro do capitalismo mundial, na figura de Harvey, contudo, do ponto de vista da cidade como tal fronteira repositora do capital. A unidade teórica, talvez, esteja sob as teses de Luxemburgo a respeito da realização da mais valia. Rosa também teria chamado as áreas de expansão capitalista como áreas não capitalistas).

A expansão intensiva e extensiva agrícola do capital, para Marx, é tanto maior quanto menor a produção de valor ou quanto maior a queda da taxa de lucro, daí a expansão crítica do capital agroindustrial e não sobreacumulativa. Considere que, para Marx, a renda da terra diferencial II mobilizaria a relação entre lucro e sobrelucro, de modo que esse último – com o desenvolvimento das forças produtivas no campo – só por algumas revoluções do valor, isto é, por algum tempo, conseguiria compensar a queda da taxa de lucro.

Na crítica de Marx, a renda da terra se constitui no invólucro das contradições da acumulação e não como mera compensação da taxa de lucro. O que fundamentalmente buscamos destacar é a relação negativa entre renda da terra e queda da taxa de lucro, para isso, em Marx, a renda diferencial II é a que mais incorpora essa relação, porque nela se põe, na agricultura, o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso mesmo, na unidade entre capitalismo industrial na agricultura e no urbano está a renda absoluta da terra, isto é, a que evidencia o entrelaçamento de todas as esferas mobilizando tanto a produção como a distribuição do valor. Renda da terra, já comentava Marx a respeito da apresentação do Capital, no segundo volume, não poderia se constituir antes da produção do valor, pois isso tornaria impossível compreender a distribuição, a identidade de renda. Assim, Marx acentua a importância da taxa de lucro para compreendermos a renda, no sentido de a primeira ser o limite identitário da segunda. A negatividade da relação entre taxa de lucro e renda da terra



é, justamente, esta desaparecer na medida em que entra completamente na compensação da queda da taxa de lucro. A respeito da produtividade decrescente da renda da terra, Marx observa:

Os sobrelucros e os déficits se compensam. Por isso, a renda desaparece. De fato, isso só é possível porque os elementos da mais-valia que geravam sobrelucro ou renda entram agora na formação do lucro médio. O arrendatário obtém esse lucro médio de 3 libras esterlinas sobre 15 libras, ou à custa da renda. [...] Cada vez mais entra na formação do lucro médio o que constituía lucro ou renda. (1988, L. III, v. 5, p. 195)

Tomemos esse raciocínio de Marx – relativo à renda absoluta – como algo da universalidade do valor, de modo que a renda da terra não compensaria a queda da taxa de lucro geral da sociedade, dada a diminuição absoluta e relativa da reprodução social mundial de mais valia. Nisto, no decorrer de várias revoluções, quanto mais a queda da taxa de lucro se torna maior, menor é a renda que, então, define uma relação negativa para com o lucro. Estar no invólucro da contradição entre expansão da massa e altíssima composição orgânica do capital (que repõe o extra econômico como seu alto desenvolvimento), implicaria nessa expansão agrícola compensatória, desde pelo menos os anos de 1970 e cujos expoentes podemos verificar na expansão agrícola industrial da soja, café, laranja, ervilha, cana de açúcar etc. Nesse sentido, a periferia não poderia ser a eterna solução da acumulação do centro. No Brasil, destacamos também a incrível expansão da cana de açúcar através do Proálcool<sup>2</sup>.

Em sua forma econômica, a luta jurídica foi o direito ao acesso à parcela da riqueza social, em diferentes formas, dentre elas a de meio de produção. Possesores, assentados, nações, sempre se reconheceram como tais pelo embate à administração da propriedade como distribuição do valor, dada pela expansão crítica do valor, na relação negativa entre renda da terra e taxa de lucro. Entre os anos de 1950 e 1970 e desta década até os dias atuais a expansão da Revolução Verde (Brum,1987) se daria, em

nosso ponto de vista, pela queda tendencial da taxa de lucro, como expansão compensatória. Nesse sentido, a unidade entre o capital urbano industrial e a renda da terra deveria incluir o problema dos desdobramentos críticos do capital e não a expectativa de eterna sobreacumulação. O rentismo, como interpretação desse processo na periferia, certamente carregou essa dimensão de eterna reprodução ampliada da mais valia e não deixou de deter certa positividade da crítica que buscava se pautar pela forma negativa da contradição, expressa, tal forma, pelo “não capitalista”. Não obstante, revelou a relação entre capital e propriedade da terra no Brasil, com seus conflitos, sua forma econômica e mazelas sociais de modo possível somente como certa voz da periferia. É preciso reconhecer este aspecto profícuo do percurso de José de Souza Martins e que redundou numa leitura sobre o Brasil.

O que destacamos aqui é o fio crítico dessa expansão que é mundial. Da crise do café à do pequeno sítiante; da crise pelo endividamento externo nos anos de 1950 à crise do setor sucroalcooleiro (deficitário desde sempre e para sempre) nos anos de 1970, personificando o capital fictício na agricultura, consumado, talvez, senão antes, com a redução a 90% do corte manual da cana de 2014 a nossos dias, por exemplo. Nesse sentido, aquilo que se põe como expansão capitalista na agricultura, refinanciada sua dívida desde sua fundação é por demais significativo das determinações críticas dessa expansão, isto é, da mobilização de capital ocioso aproximando-se da renda da terra – fictícia – porque está para compensar um capital financeiro.

Nessa medida, não há renda para distribuir, porque capital fictício, ou financeiro, da terceira revolução da grande indústria. Temos não produção de valor. Do ponto de vista da crítica, a periferia não poderia aparecer como o equilíbrio da acumulação mundial que, ao mesmo tempo, carrega o dualismo eurocentrista por estar fundada (tal crítica) na segmentação nacional, nacionalista, da acumulação primitiva.

Portanto, o rentismo positivo do capitalismo nacional, elaborado por Martins, não se justifica, porque atrelado ao que há de mais desenvolvido do capitalismo, sua queda da taxa de lucro devido ao altíssimo desenvolvimento do capital produtivo. As lutas em torno da propriedade se porem como rentismo, estamos de acordo, mas não no sentido da acumulação positiva do capital, como se o sobrelucro fosse forma ontológica do capital. O problema do capital não seria mais produzir mais valia, mas precificar o dinheiro. Toda a leitura fundada na tese sobre o campesinato dessa sociologia é aderente a esse problema da reafirmação da reprodução ampliada sob a renda da terra. A partir daí a justificativa da revolução burguesa nacional se constitui no sentido político da crítica. O que se busca é sua recondução do presente para o futuro, mas não sua negação. A diferença entre a crítica de Marx e a desse marxismo é a negação do Estado *versus* sua readequação, respectivamente.

Os movimentos sociais, com sua significativa importância na discussão e condução de políticas públicas sobre a distribuição de terras, detêm a necessidade de problematizar este aspecto: produzir para, de alguma forma, estar inserido no mercado e constituir-se na via superadora do capitalismo. A disputa pela renda da terra entre propriedade e movimento social teria de delinear esses aspectos contraditórios da práxis, superadora.

Ao capital fictício pós 1970 se agrega a luta do reconhecimento jurídico de empresas, mas também de grupos identitários, unidos pela propriedade da terra. Todo o problema foi ver nisso mera distribuição e não a contradição da valorização que ela expressava, isto é, entre crise e expansão do capital na agricultura.

Na periferia e sobre seu capitalismo, do ponto de vista do marxismo, poderíamos também destacar trabalhos de muita importância – tanto na pesquisa quanto no método – mas que estiveram no invólucro de certa dualidade, não nacional, mas internacional do argumento, sem resgatar assim a simultaneidade centro periférica da acumulação mundial. A

afirmativa a respeito da acumulação primitiva interna nacional periférica do capital é fundamento desse dualismo, que leva à noção de modernização incompleta, anômala, aberrante (ornitorrinco), entre outras.

No que diz respeito ao objeto, a essa crítica colocamos o significativo problema da acumulação negativa periférica se definir em relação à positiva central, para estabelecermos aproximações universais, reconhecendo as formas particulares. Contudo, do ponto de vista do universal – o capital mundial – teríamos, internamente, a incompletude do capitalismo; externamente, a orientação de um capitalismo mais civilizado, social democrático, cuja crítica duraria até a crise do *welfare state*, pelo menos. O problema já apontado por nós seria, a partir da crítica na periferia do capitalismo, deter parâmetros eurocêntricos que fundam certa dualidade. Isso não nega a pertinência de tais autores e pensadores. Em grande medida, essa construção teórica, que certamente constitui caminhos de crítica e reflexão sobre a realidade moderna, é constitutiva da massa crítica ao moderno a partir de sua experiência enquanto crítica periférica ao capital. Isso do ponto de vista social, lógico, histórico e tantos outros. De nosso ponto de vista, diversamente falando, a busca é ver pela periferia a crítica ao capital, ao mesmo tempo em que ela personifica as ilusões de capital nacional. Se vimos do ponto de vista de autores do centro, em outro item, vemos agora do ponto de vista de autores da periferia certa presença desse dualismo fundado pelo desejo de capital nacional.

N'algum aspecto, contudo, para além de vínculos partidários, pode-se considerar nesse conjunto certo amálgama dualista, dada a perspectiva nacional histórica da acumulação que se constitui como momento da reprodução da sociedade mundial. Isso teria maior pertinência se considerássemos, ainda que *en passant* – portanto reconhecendo que tais obras são muito mais do que essa linha geral que anotamos aqui –, as denominações que a sociedade periférica toma na literatura acadêmica.

Em sua *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi (1992) identifica o econômico personificado na igreja, a exploração colonial e o capitalismo, sob a perspectiva da formação “anômala”. Francisco de Oliveira resgata sob a forma do “ornitorrinco” a revolução burguesa, capitalista nacional. Aqui teríamos a cisão entre a revolução burguesa em São Paulo e a revolução contida no nordeste açucareiro, na formativa pesquisa que o autor apresenta em *Elegia para uma Re(li)gião* (1993).

Assim, o sem forma, aquele que não se completou, ou o fez mal, aparece na dualidade com a forma da completude do capitalismo central. Se se busca superar a “razão dualista”, já em 1981 a crítica de Francisco de Oliveira adere também a esse dualismo temporal. Do ponto de vista da reprodução nacional do capital em relação ao centro ela guarda seus elementos desenvolvimentistas.

A chamada da crítica, nesse sentido, apresentaria certa verve nacional desenvolvimentista que é o ponto a que chegaria à distensão temporal entre crise e acumulação de capital, do ponto de vista territorial entre centro e periferia, por exemplo, e que pôs como falso objeto afirmativo do periférico a acumulação primitiva nacional. Retira-se, portanto, nesse argumento, a condição negativa da periferia e, assim, simultânea, como momento lógico da acumulação mundial. A crítica assim, foi a certo capitalismo, o periférico, não ao capital, como se elabora o método da crítica de que partem.

Nessa crítica marxista periférica, inevitavelmente, teríamos a necessidade de outro caminho ao capitalismo ao invés de encontrar a crítica pela superação do capital que, na crítica de Marx não é uma questão de opção metodológica, mas algo constitutivo da própria lógica dialética. A negatividade da contradição teria de coincidir com a negação do capital. A inviabilidade do capital para consigo mesmo, em Marx, leva à práxis da superação. A diferença aqui, então, é pela forma como a contradição capital trabalho e sua divisão internacional do trabalho entra a fundamentar essa crítica periférica do capital. Aqui se constitui a crítica

ao capital periférico e não ao capital mundial pela periferia. Desse ponto de vista, essa é a forma ilusória do capitalismo central. Se na periferia a acumulação está por vir, no centro é o seu eterno repor. Em ambos há certa ontologia da acumulação.

O desejo de capital nacional, nessa crítica do marxismo na periferia do capitalismo, talvez demonstrasse os limites da argumentação sob diferentes acumulações primitivas nacionais. Se em princípio víamos isso do ponto de vista do centro, agora, vista é essa problematização do ponto de vista da crítica marxista na e da periferia. Certamente esse diálogo não se pretende exaustivo, apenas busca delinear os sentidos da crítica materialista a partir da periferia, tomando autores sobre a formação nacional brasileira. Essa perspectiva da crítica também está na concepção histórica afirmativa da *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), de Caio Prado Jr.

O sentido externo da colonização, resguarda a importância do século XVI para compreender a forma atual de reprodução do capitalismo no Brasil republicano, mas isso na medida em que a síntese do século XIX de formação brasileira atual não teria superado as determinações políticas, econômicas e sociais de sua forma imperial, escravista e de profundas desigualdades sociais. Nisto, a importância da história colonial, para Caio Prado Jr., seria a incompletude da independência nacional.

A tese, argumentamos, definitiva de Caio Prado Jr., a respeito da sociedade capitalista, desde o princípio da colonização, destituída, portanto, de nexos feudais, nos traz caminhos significativos para pensar a formação, se quisermos, nacional. O que procuramos destacar é a perspectiva de certa aspiração positiva de formação em Caio Prado Jr., na medida em que os percalços são permanências a serem superadas para chegar à formação – capitalista – nacional que, então, falta formar: nesse sentido, a formação é ascendente e falta superar as permanências coloniais.

Aquilo que a colonização realizara, aquele organismo social completo e distinto constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. [...] Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe [...] (1994, p. 10)

As permanências e incompletudes, inclusive, terão significativa importância para que se possa em *A Revolução Brasileira*, de 1968, defender a inexistência da revolução nacional – burguesa – e a importância disso – como permanência colonial – para a subordinação do Brasil ao imperialismo do século XIX aos dias atuais. Sobre a revolução nacional assim expressa:

[sobre a] natureza da revolução brasileira. Não se trata de apurar essa “natureza”, e muito menos dar-lhe uma designação, o que não apresenta real interesse; e sim de pautar e dar um rumo às transformações sócio-econômicas potenciais, a fim de levar o Brasil à superação de seu presente estágio de uma economia ainda profundamente marcada pelas circunstâncias e vicissitudes de sua formação colonial, e que se revelam de maneira particularmente sensível e oferecendo maiores óbices ao desenvolvimento, nos baixos padrões materiais e culturais da massa da população do país. É disso que se trata, isto é, de um programa de reformas sem maior preocupação pelas suas implicações puramente teóricas e projetadas na perspectiva de experiências históricas em outras situações profundamente distintas da nossa. (1968, p. 251)

A inexistência da revolução nacional, ao que concordamos, se daria por essa incompletude histórica, o que discordamos, do ponto de vista do capitalismo completo, qual seja, dos países industriais. Para nosso argumento, haveria que se considerar a simultaneidade entre centro e periferia como a completude do capital, de modo que não haveria circunscrição espacial entre área, territórios, países de formação completa e outros de formação incompleta. É a esse dualismo que temos nos contraposto, do ponto de vista da crítica aos autores a que nos referimos. Isso com a consciência de que tal crítica não se limita a tais autores e não limita a importância dos mesmos mas se dirige a uma perspectiva que

tornou-se certa consciência amalgamante da e sobre a periferia do capitalismo.

Assim, a desconsideração da determinação do excedente de capital como fundamento do capitalismo periférico, a partir da segunda metade do XX, e a desconsideração da acumulação primitiva como algo mundial e não referido à nação, constituiu a crítica própria ao capital na e da América Latina e com similaridades à perspectiva prebischiana (Prebisch, 1963) cepalina. Esta circunscrita aos caminhos que o capital nacional deveria tomar para sua acumulação “endógena”, como chamou o principal expoente dessa perspectiva no Brasil, Celso Furtado. Aqui teríamos a personificação do desenvolvimento do capital nacional enquanto ciência que transcendeu as diferenças partidárias da crítica (mais uma vez estamos no limite do fio que puxamos, e que não resume as obras aqui em diálogo). Talvez aqui tivéssemos a síntese do amálgama da crítica social nos anos de expansão crítica pós Segunda Guerra mundial. Todo o problema do objeto seria a forma de se pensar esse excedente, como acumulação da ociosidade mundial do capital ou, por outro lado, meios de encaminhar o desenvolvimento dos capitais nacionais na periferia do capitalismo. A via de Raul Prebisch (Argentina e América Latina) poderia ser expressa em suas linhas gerais assim:

As páginas deste trabalho estão penetradas de uma ideia dominante: A América Latina tem que acelerar seu ritmo de desenvolvimento econômico e redistribuir a renda em favor das massas populares. [...] Para consegui-lo, é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados. (1964, p. 15)

Junto com Prebisch, Celso Furtado (a respeito do Brasil) no Brasil, assim, personificam o fetiche de acumulação – enquanto consciência periférica e da periferia –, isto é, a compreensão de periferia como a falta de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento como a falta de acumulação, tendo o centro como espelho do futuro nacional ou regional do



capitalismo periférico. A crítica marxista do capitalismo na periferia, com as concepções de subdesenvolvimento da CEPAL, aproxima o marxismo da perspectiva desenvolvimentista econômica – assinalando a importância do diálogo entre ambas linhas.

Isso pode ser observado em *Crítica da Razão Dualista* de Francisco de Oliveira, em *O Cativo da Terra* e *O Poder do Atraso* de José de Souza Martins, na tese de Fernando Henrique Cardoso já comentada etc. Mas, ainda na concepção cepalina brasileira, a perspectiva é a de um capitalismo que não acumula, sendo esta a sua identidade de subdesenvolvido, a ser superada pelo desenvolvimento capitalista. Por isso, a compreensão da dinâmica do capitalismo periférico de Furtado tem unidade com a perspectiva desenvolvimentista da crítica marxista da periferia do capitalismo. Ao discutir a industrialização como “o centro dinâmico” do capitalismo nacional diz Furtado:

Sendo embora um subsistema periférico, a economia brasileira depende principalmente da ação de fatores endógenos para crescer. Com efeito: a partir dos anos [19]30 é graças à diversificação do aparelho produtivo – a industrialização – que se eleva sua produtividade. Ora, a industrialização brasileira apresenta peculiaridades que não se devem perder de vista. Assim, ela dependeu por muito tempo, para acumular, de excedentes gerados em outras atividades, particularmente a agricultura; e ainda depende de atividades primário exportadoras para cobrir as importações de equipamentos e produtos intermediários que lhe são essenciais. (Furtado, 1983, p. 28-29)

Nessa medida, ao que pese o reclame de Francisco de Oliveira em *Crítica da Razão Dualista* pela simultaneidade na crítica à noção de subdesenvolvimento da Cepal, no sentido de que “[...]o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo[...]” (1981, p. 12), houve significativo direcionamento do argumento na expectativa dos gargalos revolucionários do capitalismo nacional, necessários de serem superados, mas que encontram, do ponto de vista da agricultura, a subordinação da renda da terra como acumulação primitiva central:

O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação – mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. (Oliveira, 1972, p. 21)

Nessa argumentação, a adequação da periferia à manutenção da acumulação central é tida como eterna acumulação primitiva e não como expansão crítica que a renda da terra permitiria aproximar, do ponto de vista da relação negativa entre lucro e renda da terra já elaborada mais acima.

Daqui torna-se inevitável a senda distributivista, pois se a modernização da agricultura se dá apropriando-se do trabalho familiar e ou camponês, a questão nacional é o desenvolvimento não expropriativo do capitalismo que leva à crítica da distribuição do valor, como conclui: “Nessa combinação [entre agricultura e indústria] é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.” (1972, p. 24)

Do ponto de vista econômico, temos a contradição de se defender a relação capital trabalho entre agricultura e indústria como preceito para a industrialização/acumulação nacional, ao mesmo tempo em que a significativa expansão do capital, entre 1930 e o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (JK), se dá pela superafetação dos serviços na expansão urbana desse capital. O que levou à equivocada metáfora sobre inchaço urbano que Francisco de Oliveira rebate.

Nesse sentido, tais serviços que são pessoais e não empresariais demonstrariam a dispensa de trabalho, mais do que a incorporação produtiva do mesmo na modernização em questão. Mas para se chegar a isso, a expansão crítica do capital, após a Segunda Guerra Mundial, teria de estar, na crítica, como fundamento histórico. Isso tudo deixando de lado a discussão sobre a improdutividade do trabalho no setor de serviços que é significativa do ponto de vista da crítica do valor. Por isso mesmo,

compreendemos que a apresentação da hipótese, por Francisco de Oliveira, contradiz o fundamento teórico que a sustenta, qual seja, a acumulação industrial nacional pela diferença entre agricultura e indústria:

A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (1972, p. 31)

E aí os contrafortes do argumento: “Tal contradição é resolvida pelo crescimento não capitalístico do terciário” (1972, p. 33). Nisto, o comércio ambulante passa a fazer parte do elenco de serviços que, em sua crítica, são parte da acumulação primitiva do capital urbano industrial na própria cidade. Todo o problema é ver produção de valor no crescimento absoluto dos postos de trabalho. Ainda mais, quando em serviços, já eram dispensa de trabalho, ainda que o argumento seja o de barateamento da produção industrial pelos serviços pessoais. Aqui teríamos uma diferença entre *faux frais* e acumulação primitiva.

Ao que pese a necessária crítica à noção de “inchaço urbano”, o viés produtor de valor de serviços, segundo nosso argumento, não acessou a expansão crítica de capitais internacionais altamente produtivos (discutimos os Estados Unidos nos anos de 1950, mais acima)<sup>3</sup>, na qual a urbanização que incluiu a favela como estruturante foi a forma de constituir a crise do trabalho no mesmo instante de sua própria expansão em termos absolutos. Atualmente sabemos quanto a precarização do trabalho se expressa por autônomos ambulantes que certamente não constituem nenhuma função compensatória da crise do valor no setor urbano industrial.

Se o significativo contingente de serviços no âmbito da urbanização nacional implicaria certa acumulação primitiva, os termos nacionais da mesma se veem questionados pelo próprio autor, quando se destaca o

controle da produção industrial pelos grandes monopólios em detrimento dos capitais propriamente nacionais. Numa contradição nos termos, há que se defender tal interação em detrimento do nacional, ao mesmo tempo em que também se argumenta a respeito da industrialização brasileira. A dicotomia fica, assim, fundada pela perspectiva de certa acumulação primitiva nacional, pelos serviços, pela agricultura, pela desigualdade social que permite tais diferentes formas de exploração do trabalho. Diante disso, a questão não resolvida assim se expressa:

Como se coloca, então, o problema do grau de nacionalidade ou do controle da nova estrutura de produção? É inegável que se o capital estrangeiro entrou sobretudo nos ramos chamados “dinâmicos” e, se esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro de certo modo “controla” o processo dessa expansão; por oposição o capital nacional “controla” menos a economia brasileira que há vinte anos atrás.” (Oliveira, 1972, p. 50)

A significativa exploração do trabalho realizada na industrialização brasileira, incluindo o período do governo Juscelino Kubitschek, ao que pese ter realizado certa acumulação do capital, não se deu como acumulação primitiva nacional, ou mesmo como certa acumulação nacional. A não nacionalização dos resultados da reprodução industrial, a nosso ver, teria de retirar a nacionalidade brasileira da industrialização em questão. Ao que pese certa industrialização em território brasileiro, não se poderia confundir sua forma com a de industrialização nacional. Os excessivos serviços, que teriam levado a sociologia criticada pelo autor a denominar isso de “inchaço urbano”, remetem a certa dispensa de trabalho relativa, no interior do aumento absoluto de postos de trabalho. Isso, inclusive, dado o alto desenvolvimento das forças produtivas dos capitais internacionais aqui em expansão. Assim, pensamos, que a derivação dessa estrutura social contraditória da modernização brasileira para uma industrialização ou acumulação nacional careceria ser repensada, do ponto de vista de seu polo nacional brasileiro.

A noção de exército de reserva, ou de acumulação primitiva, entretanto, não explicitaria os camelôs como precarizados, e isso numa sociedade da crise categorial do trabalho. Os autônomos de baixa renda, não são vistos, portanto, como os que não terão acesso ao trabalho produtivo. Longe de produção de valor, disputa-se o excedente circulante na forma de pequenos negócios pessoais. Caso o milagre fosse outro, o aumento de informais se manteria como a salvaguarda do capital que, pelo menos após 2008 sabe-se não ser mais o mesmo. Na *Crítica da Razão Dualista*, a expansão do capital, na periferia, pelas empresas multinacionais, não é vista como expansão altamente produtiva nos termos da composição orgânica do capital e da relação disso com a dispensa de trabalho do processo produtivo, da redução da produção de mais valia. Tampouco percebia-se que o amplo setor de serviços formais e informais expressava dispensa de trabalho juntamente com crescimento de postos industriais de trabalho. Ao contrário, o problema se acentua enquanto concentração dos resultados da produção, a despeito do aumento da produtividade do trabalho.

Assim, ao que pese a relação intrínseca entre setor de serviços e reprodução do capital industrial – e aqui o dualismo realmente é superado –, contudo, a relação é negativa do ponto de vista da taxa de lucro, ou seja, não é ascendente. A relação entre tais serviços e a acumulação global de capital implicaria na compreensão de que, externamente, a mobilização da industrialização nacional, especialmente a partir dos anos de 1950, se daria pelo excedente crítico dos capitais internacionais, como já demonstramos a exemplo dos Estados Unidos, pós Segunda Guerra Mundial. Justamente por isso, a acumulação nacional jamais poderia ser vista de um ponto de vista estritamente nacional e ou positivo, sem esse componente externo e crítico (negativo) que constitui a relação centro periférica como acumulação mundial do capital, e não atraso da periferia. Assim, não se poderia considerar mera dominação deste ou daquele capital sobre o outro, e sim a presença internacional do capital em setores

dinâmicos da economia brasileira que demonstraria a não realização da acumulação propriamente nacional e a expansão crítica mundial do capital, dado o excedente ocioso exportado.

Destaque-se que mesmo no argumento de Francisco de Oliveira os anos pós Juscelino Kubitschek passam a se caracterizar sob forte ascensão do capital financeiro com prevalecimento da remuneração do capital nesse setor em detrimento dos lucros do setor produtivo, a indicar, cada vez mais, dependência da economia brasileira dos empréstimos internacionais. Contudo, a impossibilidade de ascensão do capital produtivo tornou a economia nacional dependente dos rendimentos financeiros. Aqui, a nosso ver, estaria o fundamento da impossibilidade de se considerar o período de 1930 a 1960 uma passagem histórica de industrialização nacional. A crise da reprodução capitalista mundial, ao contrário, se antecipa à tal da industrialização nacional, tornando-se esta a ilusão necessária da divisão internacional do trabalho.

Em realidade, pensamos, ao contrário da *Crítica à Razão Dualista*, que a negatividade da acumulação periférica (dívida externa), a partir do que Mandel chamou de *Capitalismo Tardio*, começa a unificar pela crise a acumulação periférica com a acumulação do capital mundial. Insistimos, a exportação do ocioso é fundamento desse processo de negatividade a que referimos e que aparece como industrialização ou acumulação nacional.

Considere que a passagem da economia dos anos pré 1930 para o momento posterior se dá pela exportação de produtos agrícolas que financiam a industrialização nacional via transferência de investimentos do Estado. Contudo, aqui estaria uma contradição *in terminis* de Francisco de Oliveira, na medida em que a revolução no campo não seria possível dada a necessidade de o setor manter-se para realizar a transferência para a industrialização assim chamada de nacional. Não obstante, a produção industrial terá, nesse período posterior, que defrontar-se com a expansão agroindustrial do capital, desde os anos de

1950 no mundo e, em particular, no Brasil, com acentuado incremento desse processo a partir de 1970 com o Proálcool, mas não só, se considerarmos a expansão da soja e outras que se tornaram commodities.

Daí constituir-se a tensão entre agricultura e indústria que se apresenta na vinculação da oligarquia agrária com a industrialização (Oliveira, 1972, p. 40), mas cuja relação torna impeditiva a tese da acumulação nacional. A contradição, aqui, desvela a tensão ideológica do populismo em seu argumento, mas não coloca o acento sobre a ilusão da acumulação que a simultaneidade da crise (nacional e internacional) permitiria atingir. No argumento do autor teríamos certa superação do dualismo interno, é verdade, mas a expectativa de maior distribuição dos resultados de produção repõe o dualismo entre o interno e o externo, na forma da distensão temporal. Aí, a não acumulação industrial nacional, aparece como deficiência do secundário, produtor de meios de produção. A contradição do argumento se definiria pela compreensão da transferência externa de valor, ao mesmo tempo em que se defende a acumulação interna. Daí o que segue:

[...] se é verdade que a compra de equipamentos, v.g., de tecnologia acumulada, “queima” etapas da acumulação, ela também reduz o circuito de realização interna do capital, o que tem, entre outras, a consequência de tornar o efeito multiplicador real da inversão mais **baixo que o efeito potencial** que seria gerado no caso de uma realização interna total do capital. (Oliveira, 1972, p. 42, grifo do autor)

Por isso mesmo, não se trataria de aumentar o mercado de trabalho, com demanda acima da oferta, uma vez que essa oferta era, também, dispensa de trabalho. A acumulação nacional, nesse sentido, estaria comprometida e a contradição do argumento se daria na medida em que toda exploração absoluta do trabalho se afirmaria como acumulação primitiva, outros “modos de acumulação distintos”, tanto na área rural, quanto na superexploração da força de trabalho na cidade tidos como o “antigo modo de produção” que não teria sido superado (Oliveira, 1972, p. 41, 42).

Desse ponto de vista, compromete-se a tese da acumulação nacional que se dá então como insuficiência do setor produtor de bens de produção. A noção de outras formas de acumulação é necessária para defender a industrialização nacional, mas, ao mesmo tempo, não se sustenta naquilo que se põe como o seu *mobilis* que é a produção insuficiente de bens de produção na concorrência com o capital internacional. A dívida externa, dita ou não dita, seria a pedra no sapato do argumento a respeito desse capital nacional.

Nessa medida, para Oliveira (1972), a aceleração do governo Juscelino Kubitschek, em seus 50 anos em 5, aparece pelo endividamento externo, devido à política fiscal regressiva, e não pela impossibilidade da concorrência com capitais externos que passam à periferia a expansão mundial da crise da reprodução (nossos argumentos sobre a economia norte americana do pós guerra (ALFREDO, 2013)). Por isso mesmo, a questão colocada pelo autor de “como compatibilizar esse esforço, como financiá-lo, nos quadros limitados da acumulação de base capitalística nacional?” (Oliveira, 1972, p. 47), fica sem resposta. Isso porque, ao mesmo tempo em que os objetivos industrialistas do governo JK são atingidos, a dívida e os percalços do endividamento externo não são considerados para estabelecer o critério da industrialização nacional. Não aparece como exportação do excedente crítico, como expansão da crise, mas como limitação da nacionalização da industrialização. A tensão em seu argumento ficaria entre a revolução nacional e a dívida externa resultada dessa.

Não que tal endividamento seja desconsiderado no argumento do autor, mas não se coloca como algo que poderia questionar o sentido de industrialização nacional, ou seja, de certa acumulação primitiva interna ao estado nacional brasileiro. Por isso mesmo, consideramos, ao que pese a crítica à dualidade do subdesenvolvimento, certa proximidade em relação aos termos da acumulação industrial propriamente nacional que unem a crítica de Francisco de Oliveira ao desenvolvimentismo da Cepal,



visto que a crítica à má distribuição de capitais (financeiro e industrial) e de renda é vista como impeditivo da industrialização nacional sem o domínio do capital estrangeiro.

Portanto, vemos que, também em Furtado, está explícita a relação entre acumulação do nacional e acumulação nos dois departamentos da economia capitalista. Para Furtado, o menor desenvolvimento da agricultura se constitui em contenção da demanda para o desenvolvimento propriamente industrial e para a realização do que o autor chama de “acumulação endógena”.

Contudo, observemos que, do ponto de vista da urbanização, poderíamos nos contrapor aos argumentos acima apresentados considerando a metropolização de São Paulo, após a crise do café. Toda articulação em torno da industrialização foi mediada por negócios com a propriedade privada. A produção de energia e a produção da cidade, com sua expropriação pela *Light and Power Cia*, constitui acumulação primitiva do capitalismo mundial, mas não nacional. Aliás, na tese de Odette Seabra, a simultaneidade torna a acumulação tanto no centro como na periferia um falso objeto da crítica, afinal, as acumulações são excludentes.

O imperialismo seria, assim, a expropriação pela concorrência dos grandes monopólios, observados por Lenin. Aqui, em Lenin e, internamente, em Seabra (2019), no entre guerras havia a urbanização em que os negócios monopolistas foram a renda da terra. O capital nacional, obviamente, não concorreu em condições de pagar os custos dessa expropriação e a internacionalização da industrialização nacional foi uma contradição do ponto de vista do mercado interno à periferia do capitalismo. Sobre a crítica da reprodução mais recente, considere também o ensaio de Amélia Damiani (2008), no qual a autora propõe que a expropriação na metrópole não produz o trabalhador, constituindo-se os termos da “urbanização crítica”, num franco contraponto à tese da eterna acumulação primitiva.

No pós II Guerra Mundial, como argumentamos, a necessidade de se desenvolver o capitalismo já não se fazia mais nos termos da exploração do trabalho, mas determinada pela necessidade de circulação do capital excedente. Daqui a expectativa “endógena” se contradizia na forma de consumo externo que ao mercado interno nacional brasileiro coube solver. A divisão campo cidade, a partir da crise do café, se dará sob a expansão mundial do excedente, do capital ocioso, o que fundará o mercado interno da periferia, produtora de café. Sob a expansão crítica mundial, o capital nacional foi a ilusão periférica.

### **A reprodução periférica mundial do capital, negatividade categorial e outra simultaneidade da crise**

A discussão a seguir se refere ao problema dos investimentos na relação capital trabalho do ponto de vista da agricultura, desde o café até a expansão fictícia da agroindústria sucroalcooleira. Sob esse viés, a periferia se apresenta novamente como forma particular do capitalismo mundial, cuja crise, a partir de 1950, é simultânea à crise central. Na periferia teríamos a história da acumulação do capital sob o polo da crise e, do ponto de vista da lei do colapso, a unidade histórica entre centro e periferia como crise imanente do capitalismo. Assim, a compreensão é de que a relação capital trabalho na periferia foi produção do valor que se realizou no centro identificando-o como tal e ela identificada pela acumulação negativa (dívida externa, se ficassemos no estritamente econômico), com sua respectiva negatividade categorial. A produção central, com a dívida externa mundial, já se especializava, no pós-guerra, em administrar os juros bancários, circulando capital ocioso na periferia. Ainda que por certo período a exploração do trabalho tenha constituído alguma forma de pagamento dessa precificação monetária, ainda assim, isso não seria eterno, mas crítico, dada a ociosidade que se determinava como condição e resultado de tal endividamento. A periferia como

produtora do valor não mais produzido pelo capitalismo central – Lenin identificara isso como a forma do imperialismo, já no início do século XX – tinha como determinação histórica – dado o excedente como mobilizador – o desenvolvimento de suas forças produtivas. Na concorrência entre agricultura e indústria, o desenvolvimento das forças produtivas na periferia seria inevitável e a equalização pelo capital financeiro, dado o aumento da composição orgânica mundial do capital, unificaria a crise periférica com a do centro.

No entanto, tomamos a formação do capitalismo mundial do ponto de vista das relações agrícolas e sob o primado da produção do café, a expressar a forma negativa categorial do centro. O que traria outra perspectiva de crítica ao capital, do ponto de vista das determinações da renda da terra no desdobramento do capital, então, fictício, ou, se produtivo (1930, por exemplo) é o não da acumulação nacional. Há, assim, distinção entre produzir e realizar o valor. Nessa medida, a negatividade periférica (crise, não acumulação, dívida, produção interna, mas realização externa do valor, etc.) é simultânea como acumulação mundial. Pressupor o café como acumulação primitiva da industrialização nacional já é, segundo argumentamos aqui, uma contradição nos termos, no sentido de que o materialismo de que parte não constitui o objeto, ou seja, o capitalismo periférico: posto que é acumulação nacional, o que faz dele ser periférico? Daqui, portanto, há desdobramentos para a reflexão da acumulação primitiva da industrialização nacional brasileira pelo café, que seja também discordante dessa canônica tese, qual seja, a de que o café foi a acumulação primitiva industrial nacional.

Na base de nosso argumento estaria a distinção entre indústrias e industrialização. Na segunda, superando a determinidade numérica da primeira, o problema é a reprodução, justamente, dos dois departamentos. A industrialização, assim, pressupõe a reprodução ampliada do departamento I, desde que ele seja, ao mesmo tempo, pelo departamento II, a reprodução de ambos. A industrialização, assim,

pressupõe o que a economia política na periferia do capitalismo jamais encontrou, a reprodução do departamento I, com capital predominantemente nacional, ou mesmo exclusivamente. A composição do capital teria de ser vista já como divisão internacional do trabalho e não do ponto de vista deste ou daquele capital nacional (do tipo “os Matarazzo”), com sua acumulação primitiva – “graças a Deus, tivemos a nossa!” Para Marx, a industrialização é categorial e envolve o capital social:

Assim como I tem de fornecer o capital constante adicional de II a partir de seu mais-produto, II fornece, nesse sentido, o capital variável adicional de I. II acumula para I e para si mesmo, no que se refere ao capital variável, ao reproduzir uma parte de sua maior produção global e, portanto, nomeadamente de seu mais-produto, em forma de meios de consumo necessários. Na produção sobre a base crescente de capital I ( $v + m$ ) tem de ser =IIc *plus* a parte do mais-produto que volta a incorporar-se como capital, *plus* a parte adicional de capital constante necessária à expansão da produção em II; e o mínimo dessa expansão é aquilo sem o qual não seria realizável a acumulação real, isto é, a expansão real da produção em I (Marx, 1988, Livro II, p. 358, 359).

Por que Marx tem aqui pertinência? Não pelo modelo, obviamente, mas porque estaria universalizada a determinação da exploração industrial do trabalho como divisão internacional do trabalho. Centro e periferia, assim, são constituídos sob tal divisão universal e constituem a industrialização mundial como divisão internacional do trabalho.

Desse ponto de vista, a exploração fundada na subsunção formal do trabalho ao capital poderia se constituir como resultado desse desenvolvimento que se torna média mundial, preço mundial. Isso tanto de mercadorias industriais, quanto do café, para ficarmos no nacional brasileiro. Do ponto de vista do capital social, a industrialização envolveria a divisão internacional do trabalho em que a produção de matérias primas e produtos agrícolas eram formas simultâneas da exploração do trabalho que se constituiria como acumulação central. Enquanto contradição do conceito, acumular implica na não acumulação

que a periferia foi nessa divisão internacional, como simultaneidade histórica, porque ela se poria como crise do capital mundial e não estritamente da e na periferia. A exportação de capitais excedentes ganhava na periferia o fetiche de desenvolvimento nacional.

A passagem da cafeicultura para a indústria paulista, assim, não pressupôs a industrialização nacional, mas o desenvolvimento de indústrias que não se constituíram como ramos produtivos concorrentes entre si, justamente pelo que se apresentou como falta de desenvolvimento de máquinas, capitais e ramos produtivos específicos para isso. Para nosso argumento, é de muita importância que a crise do café tenha desenvolvido o mercado de terras agrícolas, porque aqui ele é expressão de sua função como substituto do trabalho assalariado que, então, realizou-se como produção do sitiante, para pagar o lote que lhe foi vendido. Aqui o preço da terra envolvia os custos da exportação de capital ocioso mundial, que aparecia na importação da indústria automobilística e ferroviária que rompeu com o “isolamento do sitiante” (Monbeig, 1984).

A discussão referente à realidade agrícola no Estado de São Paulo, Brasil, não se dá por mera escolha. A produção do café no Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná (Estados limítrofes do Estado de São Paulo) se repõe como produção agrícola, após a crise de 1929, sobre o trabalho da família dos antigos colonos, área de maior produção agrícola brasileira. E isso no período canonizado pela literatura nacional como industrialização brasileira, pós crise de 1929 que, no Brasil, confundiu-se com “a crise do café”.

A produção agrícola por famílias de sítiantes ex-colonos concorreu em vantagem numérica e de valor, juntamente com a produção agrícola do café e outros gêneros comerciais – pós crise de 1929 – com a produção urbana e industrial que a cidade e, depois, metrópole de São Paulo, detiveram como a identidade ilusória desse período, a industrialização nacional.

O argumento, do ponto de vista da periferia, aqui situada, é o de que a exploração cafeeira pela escravidão e pelo colonato não superou a prevalência da produção agrícola, ainda que ela tenha se transformado, pela crise, de monocultura latifundiária para policultora com propriedades menores e familiares de antigos colonos imigrantes, o que não excluiu a transferência desse valor para produção industrial. Isso, como explanou Monbeig (1984), não eliminou as grandes propriedades. O que consideramos teoricamente é que o preço da terra era a medida do valor necessário de se produzir para se industrializar e que tal medida recaiu sobre a produção desse sitiante, saído das relações do regime de colonato. A industrialização é a medida da acumulação, mas cujos custos a divisão internacional do trabalho sob exportações de capitais centrais determinaram, nessa produção familiar, como a dívida do sitiante.

O mercado de terras daí oriundo, como substituto do valor pela exploração do trabalho, se formou em torno tanto de proprietários particulares como de companhias loteadoras. O valor que faltou para produzir-se industrialmente a partir do café, o impagável preço da terra representou. Nisso, a necessidade da importação do excedente externo na forma de meios de produção (ferrovias, rodovias, centrais elétricas etc. (CMBEU-DE, 1953)) implicou em que tal produção do sitiante não cumpria produzir o necessário para tal pagamento e, portanto, não pagaria o preço da terra, de seu lote, saído da divisão das fazendas de café falidas.

A manutenção de significativa parcela de produtores agrícolas pós crise do café, sob a passagem de colonos para sítiantes, sem ser para a exploração industrial do trabalho, é significativa do sentido da acumulação negativa que constitui a periferia como acumulação mundial industrial do capital. Ao sitiante coube fugir de sua dívida e adentrar-se no extremo oeste do Estado de São Paulo cada vez mais, até encontrar novo impulso a produção do café a partir de 1946 com as terras do Norte do Paraná (Monbeig, 1984; Fujicava, 2013; Valente, 2018; Lima, 2016;

Santos, 2019). A partir daqui até segunda metade dos anos de 1950 o café foi o principal produto de exportação do país (Oliveira, 1972).

Para falarmos, então, da versão brasileira da contradição entre industrialização e mercado de terras, sob o estrito aspecto da crise do café, assim como a exportação do valor através do trabalho escravo, tal contradição foi a impossibilidade da acumulação primitiva nacional. Como dissemos, o seu período considerado industrial foi significativamente marcado pela expansão agrícola de famílias sitiantes inicialmente oriundas das relações de colonato com a imigração estrangeira – pós crise do escravismo, no século XIX, com posterior crise do colonato. A forma negativa dessa acumulação foi, na crise do regime de colonato de exploração de trabalho, a produção do mercado de terras (na divisão das fazendas em sítios) substituto do capital variável, na medida em que a expropriação dos colonos não levou necessariamente à formação do mercado de trabalho urbano industrial.

A divisão das antigas fazendas em sítios por companhias loteadoras, no oeste paulista, fundou uma divisão campo cidade, marcada pelos patrimônios urbanos, que foi a subordinação desse trabalho do colono, agora sitiante, aos custos da reprodução dos capitais excedentes da economia mundial. Em minha reflexão a respeito da *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*, de 2013, observo que o preço da terra era a medida dessa subordinação. A exportação de café e algodão estaria na divisão internacional do trabalho em que o trabalho dos colonos sitiantes participaria formando a média e a concorrência mundiais. Nessa simultaneidade, o preço da terra se daria por aquilo de valor que seria necessário produzir para acumular, mas que ainda não estava produzido. A pressão sobre os sitiantes culminaria na inadimplência agrícola da crise do café que resultara da concorrência para com os capitais internacionalmente exportadores, os que constituiriam a dívida da periferia como simultaneidade da acumulação do capital mundial.

No ano de 1947, tem-se um crescimento inflacionário e consequente restrição de créditos, o que dificultou ainda mais o pagamento das prestações dos lotes à Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC). Como resultado, tem-se a prorrogação da dívida como forma de contornar as questões relativas à diminuta presença de dinheiro como meio circulante (CAIC, 14, 1947, p. 06), constituindo o trabalho em sua produtividade de então como categoria negativamente posta (do ponto de vista da acumulação interna). Isso não como problema específico dessa empresa (cafeicultura X industrialização), mas característica de toda a economia nacional que essa empresa expressaria.

A formação de cidades no assim considerado Oeste Paulista – como muito determinadamente contribuiu Pierre Monbeig em sua tese de doutorado a respeito dos Fazendeiros e Pioneiros de São Paulo – no Estado de maior industrialização do Brasil, eram núcleos, “quadros urbanos”, que tinham por função manter o sitiante em seu lote, produzindo mercadorias agrícolas para o mercado interno ou externo, para pagar o preço do lote adquirido por dívida, normalmente financiada em quatro anos. Aqui, teríamos a divisão social do trabalho, expressa nessa cisão entre campo e cidade, em que se dá a formação do mercado interno para a grande indústria. É essa grande indústria que, a nosso ver, confundiu-se com indústria grande.

Do ponto de vista desses quadros urbanos, essa seria a forma da divisão campo cidade oriunda da crise do café. Contudo, o preço da terra, que subordina o sitiante à condição de produtor de mercadorias, imprime uma divisão campo cidade que tem por determinação o pagamento, pelo trabalho desse sitiante, dos custos do capital excedente importado, dentre outras formas, pela expansão da indústria automobilística e ferroviária norte-americana. Sem estas, o mercado agrícola do sitiante não se realizaria, já que este, ao entrar endividado pelo preço da terra é, fundamentalmente, um produtor de mercadorias. Em outros casos, a ferrovia colonizou para poder se expandir e, ainda, expandiu primeiro



para a colonização pagar seus lucros com os fretes. O trabalho agrícola de milhares de sítiantes estava subordinado aos custos do excedente mundial que também era meios de produção. A unidade entre companhias loteadoras e ferroviárias é expressiva dessa subordinação cuja renovação, posteriormente, se deu pela importação de peças, trilhos, vagões, óleo diesel etc., do excedente expansivo mundial. Pelo lado rodoviário, a exportação mundial – norte-americana – de *Fords*, *Crisellers*, produtos *Shell* e outros, relaciona-se diretamente ao trabalho do sítiante. Isso na medida em que tal indústria automobilística era condição para, no dizer de Monbeig, “a luta contra o isolamento” do sítiante, produtor de mercadorias.

A expansão dessa subordinação agrícola do trabalho, no Oeste Paulista e, nos anos 40 e 50, no Norte do Paraná, é expressiva da importância do mercado de terras como substituto do trabalho urbano industrial, mas cuja situação é determinada pelo padrão industrial de acumulação do capitalismo mundial. A expansão do mercado de terras, portanto, é substituto da exploração industrial do trabalho, porque no preço da terra está o valor a se produzir para a industrialização que a assim chamada acumulação primitiva nacional não constituiu. Isso porque a acumulação que é industrial, não outra, parametriza o nível de acumulação na formação do preço médio. Lembremos que a produção agrícola do sítiante era também para exportação: café, algodão, amendoim etc. Assim se situa, ainda nos anos de 1950, a relação centro periferia do ponto de vista que consideramos:

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí servem as mais importantes zonas industriais e comerciais do Brasil, compreendendo a cidade de São Paulo, o porto marítimo de Santos e uma das mais ricas zonas agrícolas do país. As duas estradas juntam-se em Jundiaí, onde há um intercâmbio de tráfego, abrangendo o destinado ou procedente da Estrada de Ferro Central do Brasil, que faz intercâmbio com a Santos Jundiaí em São Paulo. A Estrada de Ferro Central do Brasil serve do Distrito Federal, inclusive a cidade do Rio de Janeiro, as regiões de Minas Gerais, onde se encontram as maiores jazidas de ferro e manganês do país, e o território situado ao sul desse Estado, próximo a São Paulo, em que se localiza a usina de aço de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro também se articula com a Estrada de Ferro Araraquara, em Araraquara; com a Companhia Mogiana, em Campinas, Pontal e Guatapará; baldeia com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru, e com a Estrada de Ferro Goiás, através da Mogiana e da Sorocabana, em Campinas (CMBEU-DE, Vol. I, 1953, p. 510, 511).

A expansão agrícola pós crise do café, portanto, seria essa expressão da negatividade categorial que põe a divisão internacional do trabalho entre leste oeste do capitalismo, com seus chamados blocos econômicos concorrenciais intermediários, além da chamada divisão norte sul, isto é, entre centro e periferia. À periferia coube, assim, o mercado interno que era o consumo do excedente do departamento I da economia mundial, ao mesmo tempo sustentado por ampla produção de famílias sitiadas subordinadas pelo preço da terra. Em torno disso, a modernização rodoferroviária proposta pela CMBEU-DE implicaria na produção do sitiante relacionada ao frete. Ao mesmo tempo em que reduziria os custos do departamento I da economia central com a exportação primária e de matérias primas.

Na Revolução Russa tínhamos o Estado modernizando o campo sob acumulação primitiva, com sua violência inerente. Na periferia, a concorrência remetia ao sitiante produzir o que a revolução assumidamente capitalista necessitava para revolucionar-se. Nisto, a superação do sitiante em trabalhador urbano industrial estava prejudicada, já que ele era suporte da revolução, de modo similar, mas

não igual, ao que analisou Trotsky a respeito de seu 1905. Em São Paulo, a substituição do sitiante por pastagens foi um processo que levaria ainda 20 ou 30 anos para se realizar, quando já se unificaria o desdobramento fictício da renda da terra, nos anos 70. A impossibilidade de se inserir esse expulso na indústria e os sentidos para as contradições da acumulação nacional, discutimos em nosso item anterior, a respeito dos desdobramentos disso na articulação urbana com o trabalho.

O preço da terra não pago pelo sitiante e sua recondução na forma de pastagem, a partir dos anos de 1970, foi o desdobramento da sociedade periférica em questão ter-se urbanizado definitivamente, na coincidência da crise universal (centro e periferia) do capital, sob a terceira revolução mundial baseada na microeletrônica. Lembremos que a revolução da microeletrônica dos anos de 1970 coincide com a expansão agroindustrial no Oeste Paulista, deficitária e fictícia. O Proálcool é expressivo da reprodução crítica da expansão capitalista através da industrialização no campo, aliás, a respeito disso, destacamos já as pesquisas de Fábio Pitta.

Por outro lado, a exportação de matérias primas pela periferia também comporia o bloco industrial concorrencial mundial, na medida em que a troca destas por produtos industrializados reduziria a pressão inflacionária do departamento I da economia norte-americana e sustentava os preços dos produtos desta mesma economia, na concorrência com os países europeus ocidentais. Nesses últimos se dava a troca de produtos industrializados por industrializados (Alfredo, 2013).

A expansão capitalista através de seus grandes mercados mundiais, entretanto, integralizaria a economia de modo mais alargado e sob os preceitos desses barateamentos dos custos de produção (década de 60) na identidade entre capitalismo e automobilismo/fordismo, o que teria gerenciado uma taxa de lucro real e positiva ao capital. Isso à custa dessa expansão produtiva de capitais na periferia do sistema capitalista, a qual financiava a produção industrial mundial.

Aqui a *Crise do Capital* de Ernest Mandel é uma contribuição significativa tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, na medida dos dados apresentados. Destaque-se o argumento da crise de superprodução, em que os fatores da reprodução estão super produzidos, ainda que tudo apareça como falta de demanda. Nesse invólucro, a superprodutividade e a queda da taxa de lucro mobilizam a história ao colapso. Apesar de “uma crise clássica de superprodução” (Mandel, 1990, p. 23), a queda tendencial da taxa de lucro teria levado à transformação qualitativa do capitalismo que se constitui numa relação inversamente proporcional entre produtividade e valorização de modo que essa última não mais se realiza. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro teria mobilizado a terceira revolução pela microeletrônica e que é o desdobramento econômico, social e político da segunda metade do século XX:

A inversão da “onda longa expansiva” que vai dos anos 1940 ao fim dos anos 1960 é igualmente clássica. A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA, Guerra Fria e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (“rendas tecnológicas”), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital – *ao mesmo tempo*, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão. Mas a terceira revolução tecnológica e a própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuada do capital, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. [...] Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros [...] (Mandel, 1990, p. 26, 27, grifo do autor)

Do ponto de vista da periferia, essa queda da taxa de lucro – que coincide com a inflação mundial, com os excedentes que o pós Segunda

Guerra Mundial trouxe, especialmente do departamento produtor de máquinas (a revolução é das forças produtivas) – põe na periferia a subordinação das trocas comerciais que financiem o barateamento do departamento I do centro. Ao mesmo tempo, à periferia trata-se de consumir os excedentes mercantis e monetários dessa mesma superprodução. Aqui já não se trataria mais de excedentes do processo produtivo, mas excedentes dos meios de produção e de capitais mesmo. A resultante seria a formação do mercado interno como consumo desse excedente, que inevitavelmente desenvolvesse as forças produtivas na própria periferia. Tal barateamento, então, vincular-se-ia ao desenvolvimento das forças produtivas também na periferia do capitalismo.

Se tomarmos a relação entre importação da América Latina e inflação nos EUA, entre 1950 e 1952, sendo 1950 o índice 100, a relação é a de aumento das importações de matérias primas com redução da inflação. Para produtos e serviços (com predominância em matérias primas) uma ascensão em 20% da importação em valores, entre 1950-51 (em bi de dólares), sendo que no mesmo período segue-se o início de uma curva descendente de inflação, de 118 pontos para 112 (preços no atacado) e redução no crescimento inflacionário no varejo entre 1951-1952 (estabilização nos 114, sendo que a curva em 1950 era ascendente) (ERP, 1953, p. 42).

Do ponto de vista dos investimentos internos à América, sob o primado do Programa Ponto Quatro, do governo Truman, quem expressava essa contradição entre produção de valor e desenvolvimento das forças produtivas (desvalorização) na periferia do capitalismo eram os relatórios da Comissão Mista Brasil e Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE). A extensão dos investimentos de capitais ociosos na relação entre agricultura, ferrovias e mineração era, aliás, explícita.

Substituídas as linhas férreas a vapor por elétricas e a óleo foram, por outro lado, modernizadas ferrovias em áreas portuárias e diretamente ligadas à exportação mineral, como o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais (Bielchowisky, 1996; Alfredo, 2013; CMBEU-DE, 1953). As trocas para assim se estabelecerem demandaram o desenvolvimento das forças produtivas no território brasileiro, cujo projeto foi, neste caso, binacional. A Comissão (CMBEU-DE) expressa sobremaneira, do ponto de vista político, os sentidos históricos da Doutrina Truman, mas do ponto de vista econômico, o desenvolvimento das forças produtivas era direcionado para a redução dos custos do capital central norte-americano. Por um lado, modernizações elétricas e infraestruturais que se deram pela construção de represas, ferrovias urbanas e interurbanas (CMBEU-DE, 1953). Nos anos de 1950, a CMBEU-DE, aliás, reconhecia a crise energética pela qual passava a realidade industrial brasileira, especialmente em São Paulo.

Nesse sentido, internamente à acumulação pretendida de nacional, não havia o redobrar ampliado de suas condições e relações de produção. Nesse momento, 25 anos da considerada industrialização nacional brasileira, a produção de bens de consumo passa a se fazer de modo intermitente e com interrupções em meio ao processo produtivo ou adaptações dos horários de funcionamento industrial, de acordo com a utilização geral da energia em São Paulo (metrópole). Isso exigiu, conseqüentemente, a produção industrial nos períodos noturnos e em fins de semana, ao longo dos anos de 1940-50, devido à incapacidade da acumulação nacional interna repor os seus pressupostos de reprodução, o que incluiu a manutenção de certa capacidade ociosa, como relata o fabricante de vidros Santa Marina, que mantinha funcionando apenas 8 de seus 12 fornos (CMBEU-DE, 1954, v. 12, p. 58). Nessa medida, a Comissão Mista Brasil Estados Unidos exporta para o Brasil a termelétrica construída junto ao Rio Grande, na metrópole de São Paulo, em 1954 (Alfredo, 2013, 2015).

A renovação ferroviária urbana e interurbana que devém nesse processo de formar um mercado interno como consumidor do excedente crítico mundial, no caso de São Paulo, vinculou-se à modernização das ferrovias a vapor constituídas primeiro pelos capitais do café e, com a crise de 1929, tal modernização, do ponto de vista da agricultura tinha o intuito de onerar a produção do sitiante – fretes – a pagar os novos investimentos importados. Sob novos investimentos, o consumo de novas estruturas produtivas (vagões, ferrovias, petróleo, óleo) também se pagava com a exportação do café, do algodão e outros, agora produzidos pela força de trabalho do sitiante (inicialmente familiar). Inevitavelmente, o desenvolvimento das forças produtivas seria tanto no campo como na cidade, o trabalho do sitiante não pagaria os custos dessa modernização e levaria à nova concentração de terra que a expansão das pastagens e invernadas a princípio e, depois, sucroalcooleira do período posterior testemunhou.

A contradição campo cidade, com a crise do café, seria integrante da particularidade periférica brasileira, como consumidora de excedentes internacionais de capitais (não só de mercadorias finais) sem ter se mobilizado para a revolução industrial nacional, mas que nem por isso deixou de desenvolver suas forças produtivas. Ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas significou, ao longo de 20 anos de investimentos, uma industrialização que, na forma relativa, já era dispensa de trabalho, pois em níveis de desenvolvimento das forças produtivas de realidades em crise e, justamente por isso.

A dívida interna com os 50 anos em cinco de Juscelino Kubistchek e seus trinta anos de ditadura para pagar, expressa como a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e endividamento, na periferia do capitalismo, foram identidades na medida da acumulação negativa (dívidas) internamente à periferia. Forma da acumulação mundial, mas não falta de acumulação. Nessa periferia, o café paulista traria a acumulação negativa, do ponto de vista da revolução burguesa,

industrial, periférica brasileira. Tal negatividade é constitutiva da acumulação mundial que, a partir dos anos de 1970-80, redefine-se como crise simultânea mundial, sem produção de valor, já colocado o problema por nós, a partir da crise de 1973. A industrialização para produzir valor e acumulação nos moldes centrais foi a dívida externa, quando a periferia atinge a forma histórica do centro é pela crise generalizada e insuperável do capitalismo.

Vinte e cinco anos após a Segunda Guerra Mundial, o mercado mundial mediado pelo dólar – e o conseqüente desenvolvimento mundial das forças produtivas a que isso levou – culminou no processo histórico de simultaneidade da crise, seja no centro ou na periferia, que a década de 1970 viria marcar. Com tal desenvolvimento mundial (exportação de capital) mediado pela massa de capitais monetários e ociosos, os negócios internacionais não mais poderiam ser lastreados pela reserva fixa de ouro, que era limitante do volume dos negócios possíveis realizados pelos capitais monetários muito acima do que o lastro ouro permitia. A manutenção desse padrão significaria, no mínimo, migração de capitais monetários, financeiros, dos EUA para a Europa, como explana Suzane de Brunhof em sua contribuição sobre o padrão dólar e a instabilidade financeira mundial em *A Financeirização do Capital*, organizado por Chesnais (1998). A produtividade do capitalismo fundou, necessariamente, o excedente monetário e seu jogo bursátil característico do capital na passagem do século XX para o XXI. Nesse aspecto, à periferia coube o seu amplo endividamento, aceito socialmente, graças à sua implementação via *manu militari*. Os anos de 1970, portanto, foram a divisão social do trabalho em que, sob a perspectiva da periferia, haveria de se constituir a solvente parte da ociosidade desses capitais não mais produtivos. Os custos sociais disso seriam impostos militarmente, como observamos a década de 1970 em nossa reflexão a respeito do golpe de 2016 (Alfredo, 2020).



O fim do padrão ouro, ou mesmo do padrão dólar, é expressivo da determinação do capital ocioso como simultaneidade do desenvolvimento crítico do capital que aparece na periferia como desenvolvimento nacional, forma do desenvolvimentismo, amálgama ideológico da simultaneidade crítica do capital. Nessa medida, a manutenção dos chamados blocos como produtores ou receptores de valor estava em causa e o problema seria administrar o endividamento que, a partir de então, seria mundial, não mais estritamente referente ao capitalismo periférico. Os negócios com várias assinaturas monetárias prevaleceriam sobre a exploração do trabalho produtor de valor, ainda que, contraditoriamente isso aumentasse a exploração do trabalho.

A partir dos anos de 1960, a dívida da periferia passa a ser estrutural da reprodução dos excedentes do centro, de modo que o limite metálico dos negócios mundiais estaria estruturalmente comprometido, dado o desenvolvimento das forças produtivas do capital mundial e sua consequente alavancagem. O fim desse padrão, portanto, demonstraria que os ciclos descendentes do capital não mais seriam localizados e regionalizados, mas extensivos em sua dimensão mundial e contínuo, dado o entrelaçamento da economia mundial pela circulação, também mundial, do dólar e que na periferia se faria como sua dívida externa. Por outro lado, seria também o fim histórico dos ciclos, dada a forma fundamental da revolução dos anos de 1970.

Nessa medida, a partir de então, essa história mundial do trabalho seria, do ponto de vista dos ciclos, um altíssimo desenvolvimento das forças produtivas em que a dívida universalizaria a crise cíclica como crise geral do capital, ou seja, simultânea no planeta e extensiva no tempo. Com a queda tendencial da taxa de lucro, da produção de mais valia ao capital financeiro, os ciclos não mais seriam atuantes na reprodução. Se marcarmos a década de 1970 como a passagem já comentada acima, uma passagem de século (encurtando o século XX), seriam 50 anos descendentes. Não mais de ciclos poderíamos falar, mas de movimento e

aprofundamento crítico da reprodução. É preciso anotar, no entanto, que os processos cíclicos do capital, ao estarem sob o desenvolvimento das forças produtivas realizam as revoluções industriais do capital e suas revoluções de valor levando ao desdobramento crítico não mais cíclico da reprodução.

A recessão dos anos de 1970, forma sociológica da crise do capital, sob a terceira revolução, fundada na microeletrônica e que se faz como dispensa absoluta e relativa de trabalho, será, tal recessão, a crise generalizada do capital. Não seria mais o caso de crises localizadas nos estados nacionais ou nos seus respectivos blocos regionais, ou mesmo no tempo dos ciclos, mas de repercussão mundial da crise, como apresenta Mandel em seu *A Crise do Capital*, dado o entrelaçamento mundial entre produção mercantil e distribuição da dívida.

A ascensão dos preços do petróleo em 1970, então, é, ao mesmo tempo, a inundação de petrodólares na economia norte-americana que os recebe embasados em seus títulos da dívida pública. O volume crescente durante décadas dessa inflação na forma de investimentos na dívida pública norte-americana impôs restrições à importação de petrodólares e à liberação monetária do excedente de capitais privados. Ainda que muito pouco, esta assertiva poderia estar correta: a crise de 2008 seria um desdobramento crítico, agora do capital financeiro mundial.

Ao longo de três décadas, os capitais não vinculados à política de petrodólares do Banco Central norte-americano viram-se perante um mercado monetário que se abria, devido à oferta de dinheiro, diante da necessidade de ofertar esse excedente, sem as restrições legais, como os títulos de maior risco que se deram nos investimentos em casas de segunda residência. Contudo, com altos juros, porque sem a garantia da instituição federal. A imposição dessa demanda imobiliária pelo excedente fictício de capital promoveria a elevação dos preços imobiliários tornando-os insolváveis e demonstrando tal expansão fundada em capitais podres, porque não oriundos de demandas sociais. Saliente-se

ainda, que as casas de empréstimos e financiamento, Fany Mae e Fred Mac, também são produtoras de derivativos da dívida privada, cujos títulos circulam em segundo e terceiro grau de duplicação e financiam negócios mundiais. Isso, certamente, dada a dimensão da precificação imobiliária em relação à reprodução mundial do capital. A crise de tais títulos, assim, teria mobilizado, em 2008, uma crise global do capital, demandada já, não mais como movimento crítico do capital produtivo, mas movimento crítico da reposição do capital fictício (Alfredo, 2010).

A ascensão do preço do petróleo, no caso de 1973, se constitui como forma de socializar mundialmente as perdas oriundas da produção mundial mesma. Nessa forma da crise, a expansão produtiva estaria comprometida na medida da mudança qualitativa da acumulação em que o retorno ou mais valia absoluta e relativa do crescimento do trabalho não mais se produziria na medida da acumulação. Isso, inclusive, seria a determinação da reprodução fictícia do capital, que a crise de 2008 revelou. A partir de então, a massa de capitais monetários excedentes se desloca de sua base de valorização e a precificação do dinheiro em suas diferentes assinaturas se realiza como substituto do valor. Com a queda da taxa de lucro sob a terceira revolução industrial – apresentando-se, portanto, como a finitude lógica e histórica do trabalho – a prevalência da reprodução se daria através de capitais especulativos, isto é, na expectativa de valorização através de trabalho futuro, uma ficção temporal, o crédito.

Se a teoria dos ciclos, entretanto, se baseia na relação entre investimentos e suas respectivas remunerações – a partir da mais valia, excedente de capital, produtividade e a relação disso tudo com o consumo dos trabalhadores – a terceira revolução industrial, baseada na microeletrônica, realiza historicamente o que Marx considerou, nos *Grundrisse*, “o capital da grande indústria”. Este, já considerado por nós, põe de lado a produção de mais valia e o próprio trabalhador torna-se mero vigia do processo produtivo, dada a absoluta “automatização” do processo imediato de produção.

Por isso mesmo, o último quartel do século XX é o da ascensão do preço imobiliário, dados os investimentos em precificação futura que os capitais ociosos buscam. Tanto no campo, quanto na cidade. No campo, a reprodução ampliada da agroindústria, na cidade, a reposição do setor imobiliário na verticalização e nos grandes negócios que envolvem o preço da terra. Assim, ambos na simultaneidade da expansão crítica do capital mundial, porque tal preço é determinado pelo volume monetário e não pela produção de valor. Uma expansão compensatória da queda tendencial da taxa de lucro, mas que não repõe a queda da produção de valor até porque se trata de preço e não produção de valor.

A partir da revolução microeletrônica, não se trataria mais de capital produtivo, mas do desdobramento da dívida como condição e resultado do processo produtivo. No capital fictício, assim, a reprodução por ciclos não mais seria a forma da acumulação. Teríamos o polo da crise tornando-se intenso (queda tendencial da taxa de lucro) e extenso (expansão crítica do capital, na segunda metade do XX, com a distinção entre o pós-guerra até 1973 e de 1973 aos dias atuais). Desse ponto de vista, o problema ficaria na frequência e determinações das crises financeiras, não mais do capital produtivo. A análise e crítica social pelos ciclos econômicos talvez encontrasse o seu limite sob o capital fictício. A unidade centro periferia não mais se constituiria como relação em que à periferia caberia a produção do valor sob o endividamento externo.

Aqui, então, teríamos a reunião entre a lógica do colapso na forma de lei imanente do capital, como prenunciou Henrik Grossman, em 1928, às vésperas da crise de 1929, com a história, também na forma de colapso, analisada por Ernest Mandel e Robert Kurz. Aqui teríamos a unidade negativa, dada a finitude histórica do próprio modo de produção. Entre avanços e recuos da taxa de lucro entre os anos de 1940 e 1960 a resultante foi sua queda (Mandel, 1990). A expressão externa desse movimento se coloca na substituição da taxa de lucro pela taxa de juros como negócios do capital.

A partir desse momento, o desenvolvimento das forças produtivas do capital se coloca de forma definitiva como desenvolvimento da capacidade de circular dinheiro. Da cédula monetária, aos artefatos de plásticos (cartões de crédito e débito) e à revolução eletrônica nos bancos e nas bolsas de valores, pode-se perceber a autonomia monetária perante o processo produtivo, ainda que relacionada a determinações do valor.

Aqui, a divisão internacional do trabalho se repõe agora não mais como a busca de cantões de mão de obra. A concorrência, ao contrário, se põe pela subordinação do trabalho ao capital fictício, que é a concorrência pelo acesso às dívidas. Desde estados nacionais a financiarem suas dívidas com novas, através de rolagem e securitizações, passando – tal concorrência por crédito – por empresas e acessando o universo cotidiano pessoal.

Na simultaneidade da crise, como crise mundial, portanto, a periferia agora aparece como o futuro do centro, o espelho da crise como reposição ampliada do capital mundial. Retomadas xenofóbicas no centro do capitalismo – mas também na periferia – no século XXI são ilustrativas desse sentimento concorrencial em que a saída, contradição nos termos, é fechar os muros.

No mercado comum europeu, o *Brexit* demonstraria que a moeda europeia não mais estaria em condições de pagar o seu consumo internacional financiado pelo marco alemão. A ascensão da China como demiurgo da nova onda de acumulação é problematizada, na medida em que financiada pela dívida norte americana, cuja forma crítica atual se dá pela guerra comercial com taxas cambiais setoriais, flutuantes, substitutas do valor e sua valorização. Do ponto de vista da divisão norte sul, a América Latina se vê no invólucro de golpes, formas militares e governos extremamente conservadores, xenofóbicos e moralistas, com restrições de direitos aos trabalhadores comuns, repondo, sob o colapso lógico e histórico do capital (Grossmann, 1979) o extermínio como condição da reprodução. Os que não têm lugar no mundo do trabalho que se acaba

serão objeto das práticas objetivas ou não de extermínio. A pandemia da covid-19 nos revelou aspectos antes menos revelados do fascismo capital.

Há unidade entre o xenofobismo europeu e brasileiro. Morros que desabam sobre seus ocupantes, as mortes no trânsito como condição da indústria automobilística, as mortes por agrotóxicos fundadas na indústria de implementos, barragens que rompem sobre moradores dos arredores, aumento dos assassinatos de negros, muros proibitivos da imigração estrangeira, neonazismo na Europa e fora dela, são expressões do holocausto generalizado de nossos dias, cuja particularidade é se dar sob a crise da terceira revolução industrial. Agora, a luta de morte é pelo que resta nessa situação de negatividade categorial que, do ponto de vista econômico, é a dívida e/ou o crédito. Para as políticas econômicas, o cálculo da morte é constitutivo de sua reprodução.

Sob o invólucro da ficcionalização do capital, questionamos os limites dos ciclos econômicos para explicitar o capital em sua determinação enquanto capital fictício. O imperialismo, o desenvolvimento desigual, a noção de centro periferia, terceiro mundo, subdesenvolvimento etc. estariam questionados sob a reprodução fictícia do capital mundial. A simultaneidade da crise se fundaria na redução relativa e absoluta da produção da mais valia, sob a queda da taxa de lucro, ainda que, justamente por isso, a exploração do trabalho se intensifique e se estenda.

### **Considerações sobre os limites teóricos e a crise da crítica**

Nessa simultaneidade da crise, sugerimos a superação histórica e lógica do subdesenvolvimento, da desigualdade do desenvolvimento, da diferença entre primeiro, segundo e terceiro mundos, na medida em que o processo histórico teria posto todos sob a égide da improdutividade do capital, da identidade entre imanência da crise com a história da crise de um modo de produção social. Não é que tudo ficou igual, mas as

diferenças (produzir e acumular valor) não mais são identitárias da relação centro periférica. A intensificação da produção de mais valia teria levado à impossibilidade da expansão proporcional a essa intensificação, já que o pressuposto é de tempo zero de produção, ou mesmo negativo, dado o endividamento da economia mundial como condição e resultado do processo produtivo. Inerente às contas do capital, a produtividade tem de custar menos do que o trabalho que ela dispensa.

A terceira revolução industrial, portanto, se mobilizaria na fantasmagoria do fantasmagórico, que poria historicamente os próprios limites da crítica do valor. Não seria a fantasmagoria do dinheiro em relação ao valor produzido, mas do dinheiro sem a produção do valor. Observemos que, para Marx, o sentido da produção capitalista se dá pela produção de mais valia, não mais contemplado na intensificação da acumulação fundada na microeletrônica. Nessa medida, não se trataria mais de vislumbrar a crítica do capital produtivo pelo capital fictício, mas, principalmente, ver os limites críticos da reprodução do capital fictício. Ao mesmo tempo, ter-se-ia a crise categorial do capital em que a circulação do dinheiro fetichiza a circulação do trabalho e do capital, dada sua forma de equivalente geral do valor. Aqui, talvez, teríamos um desafio posto pela teoria marxiana da crítica social aos desdobramentos históricos do capital no século XXI. O arraigamento da crítica referida à exploração do trabalho e à produção de mais valia daí derivada seria um dos limites da crítica social marxista atual, necessária de ser superada, ainda que a exploração do trabalho tenha aumentado absoluta e relativamente, e por isso mesmo.

## Notas

1. Professor Livre Docente da graduação e do programa de pós graduação em geografia humana do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

2. Para isso, aliás, consulte-se os trabalhos de Fábio Teixeira Pitta, (2013, 2018), referentes à relação entre expansão da agricultura industrial e crise da reprodução social capitalista. Também, nosso texto de 2008 sobre a agroindústria do leite e a reprodução crítica, na

simultaneidade entre expansão da agricultura industrial e crise da reprodução. Destacamos ainda Thomaz Jr. (2002), dentre outros.

3. Nosso livro a respeito da Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço, de 2013, detalha esse aspecto.

## Referências

ALFREDO, Anselmo. *Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política. A dialética sociedade natureza para a crítica social de Marx. Tese (Livre Docência em Método, Geografia, História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-09082019-143849/pt-br.php>. Acesso em: 31 jan. 23.*

\_\_\_\_\_, *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013

\_\_\_\_\_, *Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica*, In: Terra Livre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 1, n. 34, 2010, pp. 37-62.

\_\_\_\_\_, *Capitalismo, sociedade civil e totalitarismo. Século XXI, crise e a versão brasileira do totalitarismo mundial*. In: Brasil, presente! [recurso eletrônico]/Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza Cruz (organizadores). -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020. In: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/618/549/2139>

\_\_\_\_\_, *Formação Nacional Negativa e a condição energética na periferia brasileira*. In: SEABRA, Odette; SAES, Alexandre Macchione; ZAAR, Miriam Hermi (Organizadores e editora). *Atas do II Simpósio Internacional: Eletrificação e Modernização Social. A expansão da energia elétrica para a periferia do capitalismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2015. <<http://www.ub/geocrit/IISimp-Eletr-SaoPaulo/IISimp-eletr-portada>>

\_\_\_\_\_, *Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação*. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 63-108, 2008.

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Fidene, Vozes, , 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A instabilidade financeira internacional* In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo; Xamã, 1998, p. 35-60.

BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.



CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_, Fernando Henrique, *Condições Sociais da Industrialização de São Paulo*, In: *Revista Brasiliense*, SP, 1960, n. 28, (pp. 31-59)

CHESNAIS, François. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo; Xamã, 1998.

COMISSÃO MISTA BRASIL ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (vols. 1, 6, 8, 12). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1953.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e geografia. Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. Ensaio de Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo*. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

ECONOMIC REPORT OF PRESIDENT TO THE CONGRESS. Washington: United States Government Print Office, (1947-55).

FUJICAVA, Renato. *Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960)*. Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2013.

FURTADO, Celso. *A pré revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_, *O Brasil pós- "milagre."*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_, *A hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoría de la crisis*. México: Siglo XXI, 1979.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna À Crise do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1984.

LEFEBVRE, Henri. *Du contrat de citoyeneté (Groupe de Navarrenx)*. Paris: Sylepse, Archipel, Périscope, 1991.

LIMA, Silvio Monteiro de. *Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista*. Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2016.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *La acumulación del capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural. Col. Os Economistas, 1982.

\_\_\_\_\_, *A Crise Do Capital. Seus Fatos e Sua Interpretação Marxista*. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

- \_\_\_\_\_, O Cativo da Terra. São Paulo, Hucitec, 1990 e 2010.
- \_\_\_\_\_, Expropriação e Violência. A questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política, L. I, II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_, Elementos Fundamentales para la Critica a la Economia Politica (Grundrisse 1857-8). Argentina, México. Siglo XXI, 1977.
- \_\_\_\_\_, Capítulo VI Inédito. Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Moraes, s/d.
- \_\_\_\_\_, Teorias sobre la Mais Valia, v.1, México, DF: Edições Quinto do Sol S.A., s/d.
- \_\_\_\_\_, Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. In: O Conceito marxista do homem. RJ: Zahar, 1979.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NOVE, Alec. Economia Soviética. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Sudene e Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_, A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista. São Paulo: Cebrap, Vozes, 1981.
- PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo (colônia). Brasiliense, 1999.
- \_\_\_\_\_, A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PITTA, Fábio Teixeira. Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Mestrado, DG.FFLCH.USP, 2013.
- PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. Doutorado.DG.FFLCH.USP, 2018.
- PREBISCH, Raúl. Dinâmica do desenvolvimento latino americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- ROBERTS, Michael. Monocausality and Crisis Theory – A Reply to David Harvey In: SUBASAT, Turan (org.) The Great Financial Meltdown. EUA, Northampton e UK, Sheltenham: Edward Elgar, 2016, 55-72.
- \_\_\_\_\_, Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey. *Geografares*, [S. l.], n. 28, p. 36–54, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24382. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24382>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- SANTOS, Anderson Pereira dos Modernização periférica e agricultura: crise agrária e contração campo/cidade no Oeste Paulista - Itápolis (1940-1970). Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2019.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros. Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2019.

THOMAZ JR, Antonio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo; Fapesp, Annablume, 2002.

TROTSKY, León. A revolução de 1905. São Paulo: Global editora, 1980.

VALENTE, *Pedro Ritner*. *Modernização periférica na ocupação do Norte do Paraná: determinação agrária na produção das cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. Trabalho de Graduação Individual. DG.FFLCH.USP, 2018.*

# **A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo**

*Fábio Pitta & Allan Silva*

*O capitalismo é uma cultura de combustão, assente num emprego de energia em crescimento contínuo que, de certa maneira, se queima a si mesmo e consigo o futuro da humanidade. A retórica oca do posto de trabalho e a igualmente oca retórica do clima apoiam-se mutuamente, no seu sentido contrário. A crise económico-social e a crise ecológica começam a cruzar-se e a potenciar-se uma à outra. (KURZ, “A queima do futuro”, 2007)*

## **Apresentação: e então a inflação se dissemina mundialmente...**

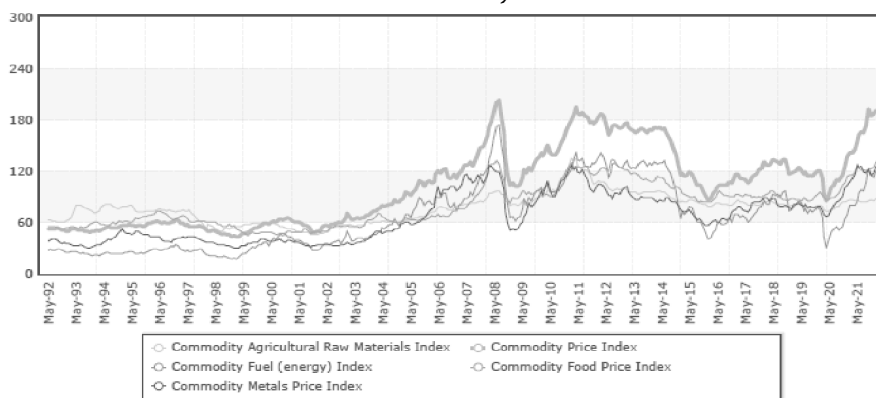
Escrevemos em meados de 2022. A pandemia de COVID-19 não terminou (lá se vão mais de dois anos desde que fora decretada pela OMS, em 11 de março de 2020), recentes ondas de contaminação retornam com força à China, desencadeando nova série de *lockdowns*, e a crise fundamental do capital se desdobrou, por um lado, em uma nova escalada de preços de ativos financeiros (desde 2020), que quase imediatamente derivou para os preços presentes de energia, de commodities e das mercadorias como um todo, configurando um processo inflacionário generalizado do *capital fictício real* [*fiktives Realkapital*] (KURZ, 2005); e por outro na guerra na Ucrânia (BÖTTCHER, 2022a e 2022b).

A ordem descrita acima não é casual, já que não foi a guerra na Ucrânia que desencadeou o processo inflacionário atual generalizado a partir das sanções à Rússia – com a tentativa por parte do ocidente de bloquear seu acesso ao mercado de capitais internacional e redução da

possibilidade de o mercado acessar seu petróleo e gás (e demais commodities e fertilizantes); assim como interrupção da produção de trigo, demais grãos e commodities pela Ucrânia, importante fornecedor mundial. A guerra, na verdade, acelerou um processo ligado às determinações ulteriores da crise fundamental do capital, com sua dessubstancialização que se aprofunda.

O gráfico abaixo, de dois dias antes da invasão da Rússia ao território ucraniano, já demonstrava que a inflação dos preços de commodities (inclusive energia) nos mercados financeiros globais conduzia estes a patamares que já se equiparavam aos picos históricos da bolha das commodities do início do século XXI (PITTA, 2020).

**Gráfico 1: Índice de Preços Internacionais de Commodities (1992 – 2022)**  
*Select Commodity Price Index*



Fonte:

IndexMundi: <https://www.indexmundi.com/commodities> consultado em 22/02/2022.

Dados da OCDE de maio de 2022<sup>1</sup> apresentam inflação de preços para os últimos 12 meses de 8,3% para os EUA, 8,1% para a União Europeia, 9,2% para seus países membros e 12,1% para o Brasil. Já era, assim, a maior escalada de preços dos últimos 40 anos (ROBERTS, 2022a), desde a chamada “estagflação” da crise de acumulação do boom fordista

(KURZ, 2019 [1995]) e a entrada do capitalismo no seu momento de crise fundamental, com a crise do trabalho pós anos 1970.

Teriam sido então as medidas de tentativa de salvamento dos bancos centrais das designadas principais economias mundiais, que imprimiram dólares e euros a ponto inclusive de (re)comprarem de forma inédita seus próprios títulos de dívida (TOOZE, 2021), em razão da parcial paralisação econômica global causada pela pandemia de COVID-19, que teriam conduzido ao recente fenômeno inflacionário?

Como ocorre a mediação entre a criação de capital fictício por parte de tais bancos centrais e dos mercados de capitais e a produção, troca e consumo de mercadorias em processo contraditório de confinamento e reabertura desde o início da primeira onda de infecção do vírus, ainda em 2020? Qual relação tal mediação tem com a reprodução social capitalista em crise nos últimos 50 anos?

No Brasil, tal criação inédita de capital fictício também foi levada adiante, tendo conduzido o endividamento público brasileiro hoje a aproximadamente 90% do PIB (que já é ficcionalizado, ver Pitta, 2020), inclusive obtendo acesso direto ao FED (Banco Central dos EUA) para adquirir dólares para seus *bonds* estadunidenses (TOOZE, 2021). Como se manifestou a pandemia na particularidade capitalista brasileira, sob governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), negacionista desta, sabotador das medidas de tentativa de contenção do vírus e acelerador de sua disseminação, sendo um dos principais chefes de Estado do mundo a encampar abertamente práticas de darwinismo social como a “imunidade de rebanho” como forma de se lidar com a pandemia (AUMERCIER *et al.*, 2020)?

Como veremos a partir da particularidade brasileira, mas sem deixar de mediá-la com o fenômeno pandêmico e com as formas de desdobramento do valor-dissociação a nível mundial, a pandemia de SARS-COV-2 é parte do *modo capitalista de produção de doenças* (WALLACE, 2021a; e SILVA, 2020) que, por sua vez, insere-se no

contexto da *economia de bolhas financeiras* (KURZ, 2014) cada vez mais profundas e aceleradas, economia esta determinada pela historicidade da contradição em processo capitalista. As tentativas mais ou menos descontroladas de se lidar com a pandemia apenas podem ocorrer sob condições históricas dadas, isto é, como formas desdobradas de *administração de crise* (KURZ, 1999 [1991]). Após o estouro da bolha financeira mundial de 2008 e da sua derivada bolha das commodities, a simulação de acumulação de capital no Brasil por meio da intermediação entre criação de capital fictício e a produção de mercadorias nunca retomaria a aparência de crescimento do PIB, configurando um fenômeno de crise econômica e desintegração social, crise que se estende desde 2012-2014 até os dias atuais (ABOUCHEDID, RAIMUNDO e BELLUZZO, 2021).

De forma alguma, entretanto, isso significou que o aumento da composição orgânica do capital e a expansão das fronteiras para ampliação da produção de commodities (agropecuárias, minerais e energéticas) com acirramento da destruição da natureza teria estancado. Pelo contrário, mesmo nos momentos de crise econômica com estouro de bolha financeira, o capital precisa continuar sua expansão igualmente intensiva e extensiva como tentativa de ficcionalizar processos de valorização do valor, aprofundando a *expulsão* [*Wegrationalisierung*] do trabalho vivo do processo produtivo em termos absolutos, a precarização e superfluidade do mesmo com maior desigualdades sociais, consequência do *asselvajamento* [*Verwilderung*] do patriarcado e do racismo. No caso da pandemia no Brasil, mas também a nível mundial, isso significou o agravamento do colapso da modernização e da decomposição da forma social do *sistema do patriarcado produtor de mercadorias* (SCHOLZ) – ou seja, *daquelas condições sociais já vigentes e que produziram e espacializaram a própria pandemia globalmente*. Apenas para se ter uma referência com relação a tal asselvajamento, a fome disparou no Brasil entre 2014 e 2021, mais do que dobrando entre os 20% mais pobres da

população, saindo de 36% destes em 2014 e subindo para 75% (!), em 2021. No total, as mulheres são muito mais afetadas do que os homens, já que a fome teria assolado 26% dos homens em 2021, com 14% em 2014. Para as mulheres, o índice subiu atualmente para 47%, sendo que em 2014 era de 20% (FOLHA DE SP, 26 de maio de 2022). Deve-se considerar que a população brasileira mais pobre é majoritariamente composta pelas populações de negros e indígenas. A inflação atual<sup>2</sup>, que se acelera ainda mais em relação aos alimentos por ter iniciado nos mercados de futuros de energia e commodities, como veremos, vai agravar tais condições de sobrevivência dos trabalhadores supérfluos mediados pela forma social capitalista. Mudanças qualitativas na decomposição da sociabilidade capitalista, no entanto, ainda deverão ser cuidadosamente percebidas e analisadas, no transcorrer dos próximos momentos do processo histórico contemporâneo de colapso (cf. KONICZ, 2022b), a partir de um “realismo dialético” da sua totalidade concreta fragmentada.

### **Inflação como resultado imediato da tentativa de administração da pandemia na crise?**

Böttcher e Wissen (2021) já apresentaram uma fundamental crítica à interpretação por certa parte da esquerda acerca de um suposto renovado primado da política para com o tratamento da pandemia, o qual em verdade a replicava de maneira aprofundada por meio da mediação das determinações do capital fictício. Essa administração da crise fora tentada após a crise financeira mundial de 2008, com os bancos centrais imprimindo dívida para impedir o derretimento completo dos mercados de capitais:



A crise do coronavírus actua como um acelerador, deixando claro o que é inerente ao capitalismo e à sua crise. É certo que a crise económica continua no fundo da consciência, dado que as actividades estatais de resgate *parecem* não ter fim. A multiplicação simulada de capital através de mecanismos de dívida e de transacções financeiras *parece novamente* inesgotável – não obstruída pelo limite lógico e histórico da produção de valor e mais-valia associado à eliminação da força de trabalho. Em todo o mundo, os bancos centrais sustentam os sistemas financeiros. Os governos estão a contrair empréstimos exorbitantes para apoiar a economia. [destaques nossos, sem paginação]

Mesmo que os mecanismos e a forma de intermediação dos Estados para garantir a recompra das dívidas, a flexibilização dos endividamentos, as baixas taxas de juros e a liquidez de dólares e euros (“*quantitative easing*”) para o capitalismo mundial já tenham sido ensaiados anteriormente, a sua prática durante a pandemia permitiu que esta passasse a ser lida como causa do fenómeno inflacionário contemporâneo, seja a partir da crítica à intervenção estatal na economia, por parte dos liberais e da forma desta intervenção pelos keynesianos; seja a partir de um paradigma produtivista, desde que baseado no socialismo do proletariado, por parte do marxismo da luta de classes.

No que concerne ao chamado *mainstream economics*, por parte do liberalismo de gènesse neoclássica (como em Milton Friedman), um excesso de “intervenção” do Estado na economia com massiva impressão de dinheiro teria conduzido a uma lacuna entre liquidez e produção de mercadorias, o que teria conduzido à inflação corrente (ROBERTS, 2022b). Assim, para que o capitalismo retomasse sua produtividade e apresentasse crescimento económico, uma política monetária com juros mais elevados faria com que a inflação deixasse de “corroer” os lucros das empresas, que voltariam a investir.

Por parte dos economistas ligados à matriz keynesiana de interpretação dos movimentos dos fenómenos macroeconómicos, que localiza no lado da demanda as causas de processos de inflação e deflação das mercadorias, em razão de como se configura o emprego na “economia

monetária de produção” (BELLUZZO, 2012), a causa da inflação corrente teria sido o excesso de liquidez proporcionado pelas políticas dos Estados ao longo da pandemia que conduzira a um excesso de demanda (com trabalhadores acessando o dinheiro impresso pelo Estado) e a uma redução dos lucros das empresas em razão dos altos salários exigidos pelos trabalhadores para retornarem ao trabalho (como preconiza Paul Krugman, em suas recentes colunas no “NY Times”). A inflação guiada pelo emprego deveria ser contida com política monetária contracionista, já que causaria desemprego desejável e conduziria o capitalismo a novas rodadas de crescimento econômico.

Michael Roberts, marxista tradicional que se debruça nas causas mais gerais da crise do capital (2016), veicula uma crítica às duas formulações acima, apresentando que a causa da inflação corrente e da provável nova recessão econômica mundial proviria do choque de oferta [*supply shock*] causado pela pandemia de COVID-19. Este acontecimento teria agravado uma desaceleração da economia mundial que já se fazia presente em 2019, em razão da queda da taxa de lucros do capital, o que já teria resultado em uma redução no nível dos investimentos na produção de mercadorias. Para Roberts (ROBERTS, 2022b), uma política monetária de elevação dos juros e tentativa de contenção da liquidez ou da demanda agravaria o problema da oferta e aprofundaria a inflação mundial. Esta acabaria por corroer as taxas de lucro dos capitalistas que não investiriam na produção de mercadorias, travando-a, conseqüentemente.

Apesar da diferença entre monetaristas e keynesianos de um lado, os quais não se baseiam em uma teoria do valor trabalho (incorrendo na naturalização da relação social capitalista), e Roberts, de outro, este último também preconiza um paradigma modernizador e produtivista e inclusive sugere “soluções” para o fenômeno inflacionário do atual momento da pandemia:

It is to boost investment and production through public investment. That would solve the supply shock. But sufficient public investment to do that would require significant control of the major sectors of the economy, particularly energy and agriculture; and coordinated action globally. That is currently a pipedream (ROBERTS, 2022b)<sup>3</sup>.

Roberts compartilha de uma formulação reduzida acerca do capitalismo a partir da crítica da alienação do produto do trabalho do proletariado, classe para ele revolucionária, que deveria assumir o controle da economia com a estatização dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores. Para ele, assim, se os valores de uso ficassem com os trabalhadores, estes satisfariam suas “verdadeiras” necessidades, “invertendo” a finalidade do capitalismo, a dominação social do capitalista por meio da acumulação do trabalho abstrato alheio. O socialismo de Estado também lograria controlar a concorrência entre os capitalistas gananciosos ou rentistas por poder, o que para ele conduz às crises de acumulação capitalista, em razão das quedas cíclicas nas taxas de lucro (ROBERTS, 2016). Aqui, neste sentido, o papel do capital financeiro ou da “financeirização do capitalismo” apenas aparece como sendo o de capital parasitário que se apropria indiretamente da mais-valia produzida pelo trabalhador.

De nossa parte, a partir da crítica da totalidade fragmentada da forma social capitalista entendida como mediação social dos seres humanos por meio das mercadorias e seu fetichismo, assim como do momento feminino dissociado (SCHOLZ, 2000) em relação à própria valorização do valor, entendemos que a crítica da alienação do trabalho repõe as determinações sociais que Roberts *parece* querer criticar.

Nós dizemos “parece”, pois Roberts se baseia ainda em uma ontologia do trabalho (cf. KURZ, 2004) de posituação da relação entre sujeito e objeto (ADORNO, 1995 [1969]) que é historicamente determinada e conformada tanto enquanto *objetividade fantasmagórica* (MARX, 1983), como hipostasiada pelo fetichismo de sujeito da modernidade. Este sujeito pretende controlar os objetos em geral (incluída

aqui a natureza objetificada nesta forma social) a fim de satisfazer suas vontades por meio deles e projeta tal fetichismo como se devesse ser a finalidade de toda e qualquer forma de sociabilidade. Sua crítica se limita, assim, à disputa pela distribuição das mercadorias produzidas (com enfoque no controle dos meios de produção). Para a crítica do valor-dissociação, em contrapartida, o fetichismo de sujeito e sua consequente ontologia do trabalho têm determinidade na forma mercadoria de dominação social, cuja unidade contraditória entre valor e valor de uso pressupõe que, pela ação dos sujeitos (nesta forma constituídos) do trabalho (abstrato e concreto) e da valorização do valor, o *sujeito automático* é o capital que deve se mover historicamente como contradição em processo. Inevitavelmente, portanto, as lutas sociais reduzidas em torno de distintos interesses para melhor acesso aos mais diversos valores de uso das mercadorias produzidas acabam por reproduzir ditames do *sistema patriarcal produtor de mercadorias* em diversos de seus desdobramentos históricos.

De fato, a pandemia aparece socialmente como se fosse causa dos desdobramentos inflacionários atuais. Reconhecemos, com a crítica do valor-dissociação, que houve paralisação parcial das cadeias produtivas, com principal foco desta nos serviços, nas vendas a varejo do comércio em lojas, no turismo, entre outros (BÖTTCHER & WISSEN, 2021). De todo modo, a produção de mercadorias não foi amplamente paralisada, até porque contam com cada vez menos trabalho vivo para ativá-las. Ao mesmo tempo, as cadeias logísticas de distribuição global foram afetadas (TOOZE, 2021), o que poderia passar a impressão de que este seria mesmo o problema na oferta das mercadorias que estaria parcialmente conduzindo ao fenômeno inflacionário atual. Na tentativa de salvamento da bancarrota da simulação de capital por meio do capital fictício, os Estados também “imprimiram” dinheiro de forma inédita, com o FED acumulando títulos em seu balanço no montante inédito de aproximadamente 9 trilhões de dólares (KONICZ, 2022a). Tal fato, aliado

às baixas taxas de juros e endividamento inédito das empresas, famílias e Estados,<sup>4</sup> teria garantido a continuidade parcial da produção de mercadorias e assim parece colaborar com uma explicação que foque na pandemia para se chegar às causas da inflação presente.

Robert Kurz, porém, em sua crítica ao individualismo metodológico (2014; cf. PITTA, 2020) como forma de consciência, inclusive no que concerne ao marxismo pós-moderno acadêmico que nega a substância abstrata material negativa do capital (como o faz Michael Heinrich), estabeleceu que a crítica social categorial não pode parar nas formas particulares de aparecimento dos fenômenos em si mesmos (cf. também SCHOLZ, 2009). Estes são apenas indícios em desdobramento do processo social fundamental do sujeito automático do capital, mas que dele diferem, embora sejam seus produtos (Kurz, 2014, pg. 158). Por isso, a própria produção social da pandemia deve ser historicamente compreendida em relação ao movimento histórico da essência negativa da forma social do valor-dissociação, o que não pode ser apreendido de forma imediata, mas apenas através de uma teoria que compreende esta forma social como *totalidade concreta cujas particularidades são socialmente mediadas* (SCHOLZ, 2009).

### **Os antecedentes históricos da pandemia de COVID-19: ficcionalização do capital, contradição entre matéria e forma e a natureza em ruínas**

Michael Roberts não localiza a recessão global ao longo da pandemia *apenas* no “choque de oferta” (*supply shock*) desencadeado por ela. Interessado a seu modo nos processos de acumulação e crise do capital, Roberts relaciona tal “choque” a características de médio prazo da acumulação de capital em anos recentes. Para o autor, o capitalismo mundial já vinha apresentando uma queda nas suas taxas de lucro desde meados de 2019 (ROBERTS, 2020), induzindo os capitalistas a reduzirem

os investimentos no capital produtivo, o que as parciais paralisações da pandemia acabariam por agravar.

Para Roberts, o papel que o capital portador de juros e o capital fictício desempenham aqui é apenas o de migração dos investimentos para o mercado de capitais com queda nos lucros, na tentativa de compensar tal queda por meio da “financeirização”. As taxas de lucro das empresas e o PIB de um país não são, para Roberts, entendidos como ficcionalizados, enquanto soma dos preços de uma economia nacional ou global, conforme defendemos a partir de Kurz (PITTA, 2020, cap. 3). A “financeirização do capital” significa para ele apenas uma forma modificada de acumulação nos momentos de crise do capital, aprofundando-a por meio do rentismo financeiro, sem criar em si inflação: *“All that money credit from ‘quantitative easing’ ended up as near-zero cost funding for financial and property speculation. ‘Inflation’ took place in stock and housing markets, not in the shops”* (ROBERTS, 2022b, sem paginação)<sup>5</sup>. De todo modo, para Roberts, o capital sempre pode reduzir seus custos e voltar a se valorizar, iniciando novos ciclos de alta nas taxas de lucro, já que trabalho é ontológico, e sempre que há produção de mercadorias há trabalho suficiente a ser explorado pelos proprietários dos meios de produção, que sempre se beneficiariam por sua dominação social sob o capitalismo.

Partindo da constatação de Roberts de que o capitalismo se caracteriza pela produção “anárquica” promotora de “desigualdades sociais” a beneficiar os proprietários dos meios de produção, SMITH *et al.* (2021) ainda tentam desenvolver a formulação acerca da recuperação e queda nas taxas de lucro dos capitalistas como ciclos cada vez mais rápidos e vertiginosos, a partir da ideia de Roberts (2016) de uma “longa depressão”, desde a crise financeira mundial de 2008-2009. Os autores defendem que a chamada “financeirização” do capital (pg. 163) significou sob a flexibilização propiciada pelo “neoliberalismo” o aumento da precarização do trabalho e exploração dos trabalhadores a fim de compensar as cíclicas quedas nas taxas de lucros das últimas décadas, ao

mesmo tempo que necessitou de uma maior proeminência do capital fictício para adiantar trabalho a ser explorado no futuro: “*fictitious profit belongs to a ‘temporal mode of value’, [...] namely ‘anticipated future value’*”<sup>6</sup> (pg. 163), o que sustentaria a reprodução ampliada do capital, porém, às custas de cada vez piores condições de reprodução para os trabalhadores em geral.

Smith *et al.* (2021) explicam a lei da queda da taxa de lucro marxista a partir da formulação de um “*displacement of living labor from production*”, o que conduziria ao travamento da produção de mercadorias, se a classe capitalista não pudesse manter a exploração do trabalho com os mecanismos acima descritos, dentre os quais o capital fictício, que assume para eles papel determinante. A substituição do trabalho vivo do processo produtivo, aqui, porém, apenas ocorre de forma relativa com o aumento do capital constante na composição orgânica do capital (ou seja, o capital constante aumenta em cada vez maior proporção em relação ao capital variável, que porém, também continua a aumentar), já que ao capitalista é sempre possível aprofundar a exploração do trabalho, inclusive por meio do adiantamento de trabalho futuro ainda não explorado. Aqui trabalho também é ontológico e a crítica dos autores incide novamente e de forma reduzida na alienação do produto dos trabalhadores, por parte dos capitalistas, o que um Estado socialista controlando a produção de mercadorias e o trabalho abstrato garantiria que não ocorresse, ao contornar as crises de acumulação de capital e realizar uma dominação da mercadoria pelos trabalhadores a fim de satisfazer suas “verdadeiras” vontades e interesses.

Por fim, vinculada a este argumento se encontra a explicação por parte de Smith *et al.* (2021) para os inéditos pacotes fiscais e monetários de trilhões de dólares mobilizados desde 2008 na tentativa de “salvamento” da economia capitalista, com ganho escalar a partir do início da pandemia, que foi usada como uma “desculpa bem-vinda para favorecer” os maiores capitalistas globais, das grandes corporações e do setor financeiro, de

forma que consigam lidar com a queda mais recente em suas taxas de lucro: “Given that a severe financial crisis and economic contraction was already in the making by late 2019, would it have been possible, in the absence of the COVID-19 health emergency, to have sold the public on the need for an enormous infusion of funds from central banks and governments into banks, corporations and stock markets? We think the answer is no. A simple repeat of the highly unpopular bailouts of 2008-2009 would have been met with immense popular outrage. From the point of view of certain powerful elite interests, then, the pandemic might well have been a strangely welcome development [...]” (SMITH *et al.*, 2021, pg. 28, destaque nosso)<sup>7</sup>.

Os autores aqui considerados incorrem em individualismo metodológico (KURZ, 2014), não tematizando o fetichismo dos valores de uso e seu desdobramento no fetichismo de sujeito (KURZ, 2007) ao observarem um aumento da desigualdade social e concentração de renda em uma parte das elites funcionais capitalistas, como se isso significasse controle dos movimentos da sociedade por parte destes sujeitos sujeitados [*unterworfenen Subjekten*] e conseqüentemente da acumulação (produtiva) de capital. Pelo contrário, conforme veremos aqui, a pandemia demonstra o *descontrole* da sociedade capitalista em relação aos desdobramentos históricos de si mesma.

Causa frustrante estranhamento, para se dizer o mínimo, que círculos de crítica teórica próximos à crítica do valor também incorram em formulações que se aproximam do criticado acima, como é o caso de Urban e Uhrast (2022), ao apresentarem os capitalistas que se “beneficiam” das medidas estatais adotadas entre 2020 e 2021. Tal leitura abre mão de criticar teoricamente o “materialismo vulgar” (KURZ, 2003) e assim de tematizar que aqueles mediados pelo valor-dissociação estão dominados pelos desdobramentos da contradição em processo desta forma social. Tal flerte com o “materialismo vulgar” os conduz, inclusive, a *negarem* a existência da pandemia de COVID-19, ficando então presos ao



ponto de vista do conflito de vontades e interesses para se ver quem controla e se beneficia dos valores de uso produzidos socialmente no presente momento histórico do capitalismo. Essas abordagens não conseguem apreender a relação mais fundamental entre a crise do capital e a pandemia.

Kurz, em seu último livro (2014, pg. 182 [2012]) centrou seus esforços em romper com o ponto de vista dos ontólogos do trabalho e seu individualismo metodológico, que observam a multiplicação de dinheiro sem valor por parte de capitalistas individuais como se significasse capacidade de contínua valorização do valor para assim dominarem o resto da sociedade e se beneficiarem ao acessarem valores de uso. Kurz escreve:

“Também os marxistas costumam render-se, pelos motivos referidos, a essa perspectiva burguesa, equiparando com frequência e sem cerimónias os valores estatísticos ao plano do valor (ou seja, por exemplo, efabulando acerca da estatística de uma ‘taxa de lucro’ que, sendo uma taxa real do capital global, nem sequer se pode manifestar de imediato e, como mera soma das taxas de lucro empíricas individuais, abarcadas no plano da respectiva economia nacional e não mediadas directamente com o plano do valor, não pode deixar de ter uma *imagem totalmente distorcida por resultado*)” (KURZ, 2014, pg. 182-183, destaques nossos).

Kurz está preocupado aqui em diferenciar valorização do valor por meio da exploração de trabalho vivo produtivo – no que concerne ao nível da totalidade do processo social capitalista –, de simulação de acumulação de capital, que pode aparecer como simples multiplicação de dinheiro ao nível do capital individual, cuja aparência, por sua vez, não necessariamente significa que o capital como totalidade esteja acumulando de maneira produtiva, ou seja, esteja valorizando o valor como um todo. Tal simulação, por sua vez, é parte central da atual crise fundamental do capital em seu processo de autodecomposição.

Como não é novidade, para a crítica do valor-dissociação a partir dos anos 1970 e 1980, com a terceira revolução industrial e a expulsão do

trabalho vivo do processo produtivo em números absolutos, o capital entra em sua crise fundamental. O polo dissociado do valor, a seu modo, também entra em crise, não de forma subordinada ao polo do valor, mas na relação entre ambos (SCHOLZ, 2004). Tal crise está, na verdade, baseada na crise do trabalho, o que permite que o formulemos como constituído socialmente e passível de ser suplantado, assim como os momentos dissociados do valor. Neste sentido, a crítica da ontologia do trabalho e da lógica identitária fundada no homem branco ocidental estão no cerne do preconizado no presente texto.

Na tentativa de lidar com sua crise fundamental, mas sem conseguir contorná-la, o capital fictício passa a ter papel determinante para a reprodução (nunca idêntica e tampouco de forma ilimitada) na crise da sociabilidade capitalista. Kurz, desta maneira, não designa nenhuma “financeirização do capital”, nem um papel acessório do capital fictício a constituir um “novo regime de acumulação”. De toda forma, a criação de dinheiro *ex nihilo* permite uma *simulação* de acumulação que não mais o é de maneira substancial (cf. KURZ, 2005), o que não impede a precária continuidade da produção ampliada da monstruosa coleção de mercadorias (MARX, 1983). O capital fictício, ao se tornar *capital fictício real* [*fiktives Realkapital*], reproduz o fetichismo do capital, do valor de uso e do sujeito e as bases sociais materiais da forma de consciência do “materialismo vulgar”, porém agora uma forma de consciência anacrônica, já que é simulada pela criação de dinheiro sem valor<sup>8</sup> da crise do trabalho e atualizada por formas recrudescidas da moral do trabalho e do sujeito da crise. Conforme a produção de mercadorias se prolonga, sob as condições aqui descritas, cada unidade de mercadoria passa a representar cada vez menos valor (configurando “uma contradição entre matéria e forma”, cf. ORTLIEB, 2009). Ao passo que a composição orgânica do capital continua a aumentar, a expulsão do trabalho do processo produtivo se aprofunda, assim como dessubstancialização do valor, conseqüentemente, com implicações históricas inéditas. No que concerne à economia capitalista, as

bolhas financeiras se tornam cada vez mais frequentes e profundas, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho se explicitam e o asselvajamento do patriarcado, do racismo, da desigualdade social, assim como a natureza em ruínas (KURZ, 2001) (com conseqüente produção de pandemias e catástrofes ambientais, como inundações, deslizamentos de terra, incêndios, desertificações, erosões costeiras, assoreamento e destruição de rios, extensiva contaminação por agrotóxicos, produção de zonas mortas no oceano, proliferação de eventos climáticos extremos etc, cf. AUMERCIER *et al.*, 2022) são as características prementes da crise da forma social capitalista. O sistema do patriarcado produtor de mercadorias continua a existir em condições de asselvajamento e declínio social e os sujeitos nele mediados não sucedem em controlar este processo, mas apenas a agirem movendo o ulterior desdobramento da contradição imanente da forma mercadoria entre valor e valor de uso e da dimensão da totalidade fragmentada de valor e dissociação, o que agrava ainda mais aquilo que supostamente pretendem conseguir dominar.

Qualquer formulação afeita ao “materialismo vulgar” que não alcance a apreensão do nível da essência negativa abstrata em dessubstancialização com conseqüente desacoplamento entre valor e dinheiro (*Entkopplung*, KURZ, 1995) e fique presa às formas de aparência fetichista da sociabilidade capitalista contribui, inclusive em suas críticas reduzidas, para reproduzir, rumo à sua dissolução bárbara e inconsciente, as bases da forma social do valor-dissociação que nos dominam e necessitam ser suplantadas.

Desta maneira, a concepção de um *capital fictício real* de Kurz (2005) é, aqui, central para nós. Ela nos permite *localizar historicamente*, não apenas o *fenômeno inflacionário* atual como momento crítico de mais um momento de bolha financeira global a estourar, realimentado de forma particular a capital fictício desde 2008. Realimentação esta que foi, sim, aprofundada pela pandemia, mas também nos permite *localizar a própria*

*pandemia de COVID-19 como parte da crise fundamental do capital e como ponto de inflexão importante para seus próximos desdobramentos.*

Para a crítica do valor-dissociação, a partir dos anos 1970 e 1980 a crise do trabalho e a consequente dessubstancialização do capital resultam na impossibilidade de valorização do valor em termos do capital entendido como totalidade, o que move os capitalistas a buscarem taxas de rendimento maiores para seus investimentos nos mercados de capitais. Tal movimento acaba por capitalizar, de forma inflacionada os preços dos títulos de dívidas, de propriedades e de derivativos financeiros (os ativos financeiros no jargão econômico). As próprias empresas produtoras de mercadorias passam também a se inserir neste processo, investindo também nos mercados de capitais, realimentando processos altistas. De toda forma, a criação de capital fictício que tal movimento engendra não fica restrita a estes mercados, mas se entrelaça e se medeia com a própria produção de mercadorias, tornando-se *capital fictício real*, passando pela corporeidade dos valores de uso e *simulando* os lucros das empresas produtoras de mercadorias, ao mesmo tempo em que *agrava* a crise de acumulação do capital e suas consequências.

Concretamente, para nos atermos ao século XXI, Kurz pesquisou como isso ocorreu no que concerne à bolha financeira mundial, que iniciou a inflação dos preços a partir de 2002 e estourou em 2008. O cerne desta bolha foi o mercado imobiliário estadunidense e europeu. Correlacionada a ela, ocorreu a bolha das commodities (PITTA, 2020), iniciada nos mercados financeiros internacionais. Ambas se entrelaçaram com o “circuito de déficit do pacífico” (cf. KURZ, 2014 [2012], pg. 307), principalmente na relação entre China e EUA, expressão do nível global da crise fundamental do capital<sup>9</sup>.

No caso da bolha imobiliária de 2008, o capital fictício real ocorre a partir de uma cadeia de endividamento, fomentada pelos baixos juros após o estouro da bolha da NASDAQ de 2001, o que financia o crédito para produção e consumo imobiliário a partir de então. Tal cadeia de

endividamento é vendida como derivativo nos mercados secundários, que também passa por um processo de capitalização e inflação de preços, o que amplifica a criação de dinheiro e realimenta ainda a disponibilidade de crédito e o endividamento. As casas passam a ser usadas como garantia para novas rodadas de empréstimos e *isso fomenta sua capitalização com inflação de seus preços*, ao que se soma à criação de “capacidade aquisitiva improdutiva” (KURZ, 1999 [1991]) a nível da totalidade do capital, ou seja, capital fictício real a *simular* acumulação de capital de forma disseminada. Os níveis de criação de capital fictício que se multiplicam, aparecendo nas alavancagens dos bancos e empresas, por exemplo, exigem a própria ampliação desenfreada da produção de mercadorias em geral e, a nível mundial, determinando processos de dispêndio de recursos, energia e consequente amplificação da destruição da natureza, o que inclusive moveu uma “corrida por terras” para uso agrícola e especulativo, que também passam a funcionar como um “ativo financeiro” – o *land rush*, no Leste Europeu, China e demais regiões da Ásia e Sul Global.

Quando a capitalização inflacionada de títulos de propriedade e de dívida se *disseminam pela economia estadunidense como um todo* e o FED tem de subir as taxas de juros na tentativa de conter o descontrole de tal processo, as cadeias de endividamento se rompem e os títulos financeiros despencam, assim como os preços das casas que lastreavam novas dívidas, estourando a bolha (ALFREDO, 2010) com a inversão da taxa de juros futura entre as dívidas de curto e de longo prazo (TOOZE, 2018). A disseminação do fenômeno inflacionário *tem relação mediada* com a disseminação da inflação prévia dos títulos de dívida e de propriedade para a sociedade capitalista como um todo, incluso aqui o mercado imobiliário, sendo tal disseminação parte do momento ascendente de uma bolha financeira, que “estoura” após isso, com consequências mundiais.

Quando do inflar de tal bolha, a produção imobiliária e de infraestrutura ocorre com cada vez ainda *menor* quantidade de trabalho produtivo (ALFREDO, 2010), apesar da ampliação da demanda por

recursos materiais para tanto, configurando algo que poderíamos designar por uma *produção fictícia do espaço* (PITTA, 2020). Como bolha financeira, estava ocorrendo o aprofundamento do desacoplamento entre valor e dinheiro; entre trabalho vivo produtivo em declínio e mobilização de recursos materiais crescentes a partir da criação de capital fictício crescente, inflação de preço de ativos e posteriormente disseminação desta inflação para os preços das mercadorias em geral. O processo inflacionário aqui não tinha a ver, assim, com choque de oferta, de demanda ou com um “excesso” de criação de capital fictício, como apareceu nos autores que criticamos anteriormente, mas sim com o desacoplamento entre valor e dinheiro, capital e trabalho, próprio da crise fundamental do capital, além de sua economia de bolhas financeiras (que não se reproduzem sempre da mesma forma), o que move uma inflação estrutural secular em razão da dessubstancialização do capital e dos processos inflacionários das mercadorias como antecedente do estouro de uma bolha financeira. Ao final do presente texto, abordaremos como isso se deu no que diz respeito à inflação global atual.

No que concerne à bolha das commodities, a inflação dos preços futuros destas nos mercados de derivativos internacionais se iniciou a partir de 2002, como se fossem um ativo seguro para parte dos investimentos financeiros a tentarem lidar com o estouro da bolha da NASDAQ. Esta tendência realimentou a subida dos preços das commodities, que atingiu recordes históricos em 2008 e depois em 2011 (ver Gráfico 1, acima). Tal subida passou a servir para que as empresas ligadas à produção de commodities utilizassem tais preços futuros como garantia para desenvolvimento das suas forças produtivas, aprofundamento da expulsão de trabalho vivo do processo produtivo e enorme mobilização de recursos materiais, no afã de concorrerem por novas rodadas de endividamento. Cabe o destaque que gigantes do setor, como no caso de produtores de soja, açúcar, carne, petróleo, minério de ferro no Brasil adquiriram dívidas em montantes muito superiores à sua

capacidade de produzir commodities e pagar tais dívidas. Assim, não bastava que desenvolvessem as forças produtivas, mas necessitavam expandir em área, a fim de lastrear novas rodadas de endividamento sobre preços futuros ascendentes. Estamos aqui também diante de uma produção fictícia do espaço, que moveu destruição de florestas nativas e de zonas úmidas no Brasil e América do Sul; e também na África e no Sudeste Asiático através de processos de expropriação de comunidades rurais que não foram inseridas em um mercado de trabalho produtivo (não implicando assim em uma valorização do valor).

Quando da queda dos preços ficcionalizados com o estouro da bolha das commodities, intimamente ligado ao estouro da bolha financeira mundial, as empresas não eram nem mais capazes de simular uma acumulação de capital e acabavam por falir ou tentavam continuar produzindo mercadorias, porém em condições economicamente deterioradas. Já que tais empresas apresentam cada vez maior endividamento e sua capacidade de financiamento estava a ruir, elas passaram de todas as formas a tentar expandir sua produção em área, mobilizando novas rodadas de recursos materiais, energéticos e de destruição da natureza, aprofundando a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, porém, sem nem lograrem mover uma simulação de reprodução ampliada do capital. Isso valeu para o Brasil como um todo, se desejarmos ficar com um recorte nacional, e conduziu ao fenômeno de crise econômica no qual o país se inseriu desde 2012-2014 até hoje.

Assim, com o estouro da bolha financeira de 2008, mesmo que o *ritmo de crescimento* da produção de mercadorias tenha se reduzido, o que aparece como queda no PIB de um país ou até mundial, tal movimento definitivamente não significou diminuição da produção de valores de uso e dispêndio de energia e recursos materiais, mas seu oposto. De todo modo, a dessubstancialização do capital vai se aprofundando, assim como suas consequências trágicas.

A produção fictícia do espaço – seja para criação de infraestrutura, habitações, gigantescos empreendimentos industriais ou para produção de commodities como capital fictício real – necessita de cada vez maior criação de dinheiro sem substância nos mercados financeiros, mas também exige tal nível de desenvolvimento das forças produtivas com centralização e concentração de capitais, que além de significarem os limites internos da sociabilidade capitalista, também significam o atingir de seus limites externos, o que promove a produção de pandemias, como no caso contemporâneo da COVID-19 (WALLACE, 2021a<sup>10</sup>).

No que concerne ao período posterior ao estouro da bolha de 2008, a China deve ser enfocada de maneira sintética, já que mobilizou em maior velocidade do que os demais países a criação de capital fictício e de cadeias de endividamento, a fim de tentar reproduzir as relações sociais capitalistas, com maior ênfase após a crise das dívidas europeias de 2011/2012. Tal criação de capital fictício mediada pelos bancos públicos autárquicos e bancos sombra na relação com construtoras estatais ou privadas, como destaca Konicz (2015), mobilizou o consumo de concreto em tais quantidades (6,6 gigatoneladas), apenas entre 2011 e 2013, que ultrapassou o consumo de concreto feito pelos EUA ao longo de todo o século XX. Isso já há quase 10 anos... McMahon (2018) destaca que o cerne da tentativa chinesa para lidar com o estouro da bolha financeira de 2008 foi fomentar, por meio de “endividamento massivo”<sup>11</sup> (atingindo 260% do PIB no final de 2016, em uma velocidade sem precedentes históricos para tal endividamento), a produção de terras, casas, infraestrutura e indústrias.

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) chinesas já haviam constituído uma etapa de modernização retardatária [*nachholende Modernisierung*], que transformou a agropecuária do país, mimetizando o agronegócio estadunidense nas formas técnicas e no regime de produtividade atrelado ao mercado de capitais internacional, através da abertura para investimentos estrangeiros diretos (IEDs), oriundos principalmente dos EUA, da Europa e do Japão, e que totalizaram 45



bilhões de dólares entre 1979 e o final dos anos 1990. A rodada de modernização retardatária do agronegócio chinês transformou relações de trabalho no campo e a relação com a propriedade da terra, abriu caminho para o arrendamento fundiário para capitais internacionais e interligou, por fim, as bolhas financeiras e o capital fictício real com o “modo capitalista de produção de doenças” (WALLACE, 2021a; e SILVA, 2020). O entrelaçamento entre o capital mundial em crise e a produção de pandemias ensaiou o seu primeiro grande evento na “epidemia asiática” de 1997 – um surto de gripe aviária (H5N1), que levou cerca de 300 pessoas a morte na China, que aconteceu simultaneamente ao *crash* de Hong Kong em 1997 (KURZ, 1997).

Como apontam as investigações de Wallace, as duas décadas seguintes passaram a ser palco de consecutivas epidemias, produzidas no âmago das operações da pecuária industrializada intensiva em capital no sudeste da China (a epidemia de H5N1 de 2005) e na zona do NAFTA, entre México e EUA (a pandemia de H1N1 de 2009). Em linhas gerais, Wallace defende a tese de que a industrialização da pecuária, principalmente de suínos e aves, consolidada ao redor do planeta entre os anos 1940 e 1980, industrializou também a produção de patógenos (vírus, bactérias, fungos) cada vez mais mortais e de maior velocidade de contágio tanto para os animais da pecuária como para os humanos, atingindo em um primeiro momento os trabalhadores dos sistemas de produção verticalmente integrados para em seguida alcançar circuitos regionais de mobilidade de mercadorias e trabalhadores e então constituir as epidemias e pandemias que temos visto emergir nos últimos 20 anos. A hipótese de Wallace permite ainda se contrapor aos entusiastas do bem-estarismo animal, assim como certo setor de epidemiologistas produtivistas e modernizadores, que acreditam ser possível, através do provimento de maior controle sobre a indústria e sobre os sistemas alimentares, nomeadamente do chamado “Sul Global”, interromper novas epidemias futuras. Wallace, por sua vez, ao contrário dos gestores epidemiológicos do

capitalismo de crise e catástrofe, vê na aplicação contumaz dos métodos racionais de incremento de produtividade na fabricação industrial de carnes a raiz do problema da emergência das atuais epidemias/pandemias. Wallace parece estar em *consonância com as críticas à matriz patriarcal da ciência moderna* (ORTLIEB, 1998), matriz que lê a natureza como um objeto externo, como um material inerte passível de controle total, a ser subjugado pela razão androcêntrica do sujeito moderno, ora personificado pelo empreendimento pecuarista industrial. Pois bem, para Wallace, é exatamente a aplicação contumaz dos métodos de racionalização produtiva da pecuária que preconiza a industrialização de patógenos, às costas da pecuária industrial. Cumpriria ainda dizer que a produção capitalista de epidemias e pandemias de seu “modo capitalista de produção de doenças” se inscreve, portanto, no recrudescimento da tentativa de dominação fetichista do patriarcado produtor de mercadorias sobre a natureza, cujas consequências contraditórias ora retornam sobre a sociedade *como se se tratasse de um ataque da natureza sobre os seres humanos*.

A esse processo, sobrepôs-se, a partir da segunda década do século XXI, a construção de obras gigantescas, que mobilizam recursos naturais e energéticos de maneira inédita, movidas a capital fictício e que se metamorfoseiam em capital fictício real no aprofundamento da crise do trabalho, que por fim realimentam também o recrudescimento da destruição da natureza e o atingir dos limites externos da sociabilidade capitalista.

McMahon (2018) fala de uma crise de superprodução de mercadorias em diversos níveis na China – apesar da diferenciação que possamos fazer dele com relação a tal enfoque vinculado a uma simples explicação de “*profit squeeze*” para tal crise – o que corrobora a tese por nós aventada acerca da relação íntima e imanente entre crise fundamental do capital em seu momento contemporâneo e a produção de pandemias.

Ainda no caso chinês, tal criação de capital fictício para uma tentativa de manutenção de crescimento econômico se mediou com os bancos sombra a financiarem o endividamento de empresas privadas, trabalhadores e famílias (KONICZ, 2015), assim como os próprios governos provinciais criam capital fictício por meio da lançamento de títulos de direitos sobre uso das terras em mercados secundários (os Local Government Financial Vehicles – LGFV; McMahon, ver capítulo 5) para se financiarem e produzirem a própria terra a ser vendida e a infraestrutura necessária para a promessa e tentativa de atração dos demais empreendimentos imobiliários e industriais a realimentar o processo de simulação de acumulação. McMahon destaca ainda a cada vez maior dificuldade na realização dos empreendimentos imobiliários e na concretização dos industriais, assim como a tautológica produção de terra para sua comercialização por meio de seus mercados financeiros secundários como indícios do esgotamento de tal movimento de simulação.

De toda maneira, a redução no ritmo de crescimento econômico (LI, 2016) chinês da última década demonstra uma condição do capitalismo pós crise de 2008 que vigora mundialmente, a saber a necessidade de cada vez maior criação de capital fictício a fim de mobilizar capital fictício real na *tentativa de simular* a própria reprodução de capital. Diversos autores de fato também reconhecem os picos históricos de inflação de títulos de propriedade em bolsa de valores e nos mercados imobiliários ocidentais dos últimos anos (cf. SMITH *et al.*, 2021; ROBERTS, 2020), com índice Dow Jones crescendo aproximadamente 5 vezes entre 2008 e o início de 2020; e com os preços das casas nos EUA batendo novos recordes recentemente (ROBERTS, 2022b). Tal inflacionamento esteve longe inclusive de corresponder ao crescimento do PIB mundial nas mesmas proporções: “Presencia-se, década após década, uma diminuição da taxa média de crescimento anual do PIB global,

passando de 5,4%, em 2010, para 3,5%, em 2015, diminuindo, ainda, para 2,9%, em 2019” (CARNUT *et al.*, 2021).

No Brasil, o forte processo de desindustrialização (IEDI, 2021), em razão do estouro da bolha das commodities não pôde ser contido com ajustes fiscais, precarização das condições de trabalho, desemprego e destruição da natureza como tentativa de simular acumulação do capital, já que tais medidas não lograram minimamente nem a retomada do crescimento econômico (ABOUCHEID, RAIMUNDO e BELLUZZO, 2021), mesmo antes da pandemia de COVID-19.

De toda forma, tais características apenas implicam aceleração dos movimentos de inflação e estouro de bolhas financeiras, com um deslocamento do endividamento massivo baseado nos títulos *subprime*, presentes nos investimentos do sistema financeiro *para* o endividamento generalizado de governos, empresas e famílias, através dos mercados de *bonds* / títulos de dívidas a serem negociados em mercados secundários, após 2008. Com o crédito barato desde 2008, empresas recompraram ações, elevaram os preços destas em bolsas de valores, realizaram movimentos de fusões e aquisições, porém apenas aprofundaram a crise fundamental do capital em seus limites interno e externo. A expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos se ampliou, o consumo de recursos materiais e energéticos só pode se aprofundar a cada rodada de reprodução simulada do capital, que, movida a capital fictício real, chega a montantes inéditos.

Thomaz Meyer (2020) já demonstrara com Marx e Kurz a necessidade do capitalismo em acelerar telelogicamente o consumo da natureza como recurso material a fim de valorizar o valor, sua finalidade tautológica abstrata, relacionando o chamado “efeito de ricochete” com a dessubstancialização do capital e suas consequências sociais catastróficas. Conforme a contradição entre matéria e forma se desdobra, é-se exigido cada vez maior destruição de natureza e mobilização do substrato material a comporem os valores de uso a serem produzidos na tentativa de

compensação da crise de acumulação, porém agravando seus desdobramentos. Sandrine Aumercier (2020) demonstrou isso para a suposta “questão energética”, imanente à sociabilidade capitalista, que produz a própria escassez que visa minimizar, no processo de dispêndio energético ampliado tautológico e autodestrutivo.

A partir da conceitualização de Kurz acerca da ficcionalização do capital e de um capital fictício real e sua mobilização sem precedentes da natureza enquanto recurso material e energético na tentativa de simular processos de acumulação de capital, com cada vez maiores dificuldades, apenas podemos revelar o *descontrole* das ações dos sujeitos sujeitados [*unterworfenen Subjekten*] sobre os desdobramentos histórico das próprias contradições do capital e sua imanência com relação à produção de pandemias, como a que ainda vivenciamos no Brasil e no resto do mundo.

### **A produção de mercadorias em crise e sua produção de catástrofes: a hipótese *blind weaponmaker* de Rob Wallace para o SARS-COV-2**

Desde o eclodir da Covid-19, epidemiologistas da administração de crise, de um lado, e a paranoia conspiratória sinofóbica, de outro, se engalfinham sem serem capazes de enxergar as determinações mais profundas na origem desta pandemia na crise do capital, inclusive com suas formas de racismo e patriarcado que ora se aprofundam. Desde o seu início, Wallace (2021a; 2021b) (cf. Böttcher, 2021) foi capaz de subverter essa antinomia, falsa contradição entre, por um lado, uma obscurantista e reduzida crítica à ciência moderna – ora pintados de liberais, ora autointitulados críticos da “micro-biopolítica” – que vê a pandemia como dominação tecnocientífica consciente da *BigPharma* e dos Estados sobre os corpos e, por outro, a tecnocracia epidemiologista de plantão, ansiosa por responsabilizar os chineses e seus ditos hábitos alimentares “primitivos” como responsáveis pela emergência do Sars-Cov-2, vislumbrando a possibilidade de uma nova rodada de modernização dos

sistemas alimentares na Ásia, no lugar destas práticas imputadas como se fossem bárbaras.

Para contornar o reducionismo das explicações autonomizadas da epidemiologia, Wallace perfaz a vereda aberta por Davis (DAVIS, 2005) para investigar a complexa mediação em diferentes níveis entre a urbanização, a economia política global e os estudos ambientais. Assim, por meio do que este chama de “ecologia social das doenças”, a emergência de uma sequência de epidemias/pandemias desde os anos 1970 é compreendida pelo autor no interior das transformações no uso do solo, do avanço do extrativismo mineral e do monocultivo agropecuário e das modernizações retardatárias na África Ocidental e no Sudeste Asiático, que passaram a configurar novas zonas “ecótonas” [Ökoton], ou seja, zonas onde diferentes espécies de animais se sobrepõem, nas quais os capitais provenientes da Europa, dos EUA e do Japão arrancam patógenos de áreas florestais e zonas úmidas, espacializando-os através da produção, circulação e consumo de mercadorias do agronegócio transnacional. Assim o foi com mais de 70% das novas doenças infecciosas que emergiram nas últimas 3 décadas – dentre elas Covid-19, H1N1, H5N1, Ebola e Aids. As epidemias de Ebola e Aids na África nos anos 1990 e 2000 estão ligadas, em primeiro lugar, a um aumento do contato entre humanos e animais repositórios desses vírus: chimpanzés no caso do HIV e morcegos no caso da Ebola. No caso da Aids, por trás desse aumento está, em primeiro lugar, a disseminação da pesca industrial de arrasto na costa atlântica africana, movida a créditos dos governos europeus e responsável por diminuir a biomassa de peixes em 50% entre 1977 e 2000 na região. Tornados escassos e caros, os peixes vão dando lugar à carne de caça na alimentação na África Ocidental. A prática da caça, por sua vez, ocorre justamente para alimentar os trabalhadores da indústria da madeira, que avança sobre as florestas africanas. O contato entre animais silvestres portadores de vírus é dirigido pela mobilidade dos investimentos de capitais (DAVIS, 2005) fictícios.

Para Wallace (2021a), a particularidade capitalista da epidemia de Ebola (2013-2016) na África Ocidental pode ser percebida na *intensificação* da mercantilização das terras na região, apresentada pelo Banco Mundial como “última fronteira” financeira global às vésperas da eclosão da epidemia (WORLD BANK, 2012). Tal sinalização abre caminho para uma avalanche de capitais transnacionais, acompanhada por uma “corrida por terras”, sempre no âmbito do que para Wallace aparece ainda como uma crise de acumulação no centro, o que para nós significa levar a produção do espaço para um patamar de ficcionalização, enquanto o capital a nível global busca saídas, atualmente sempre insuficientes, para a sua reprodução ampliada (PITTA, 2020). Entre 1976 e 2000, a África Ocidental perdeu uma área florestal equivalente a 500.000 km<sup>2</sup>, em grande parte devido ao avanço inédito da indústria de óleo de palma para abastecer as corporações globais de alimentos processados. Florestas nativas foram gradativamente substituídas por campos de cultivo de palmeiras, com um impacto indelével sobre a fauna de morcegos que, por sua vez, se adaptaram rapidamente ao forrageamento justamente nas copas onde os trabalhadores parcialmente assalariados colhiam a sua matéria-prima. O contato antes fortuito entre morcegos e humanos tornou-se constante e ampliou drasticamente as taxas de contágio por Ebola, atingindo em 2014 a marca de 30.000 casos e 10.000 mortes – um aumento de vinte vezes no número de casos e mortes quando comparado às primeiras epidemias de Ebola, ocorridas em 1976 e 1996. A territorialização do contágio seguiu as rotas de mobilidade desses trabalhadores, das zonas rurais às cidades regionais nas quais a matéria-prima é processada (WALLACE, 2021a).

Apesar de situar a sua interpretação da emergência do vírus Sars-Cov-2 “em campo”, ou seja, como consequência da intrusão da pecuária industrial sobre áreas florestais no sudoeste da China, em artigo de 2013, Wallace já havia alertado para a criação de milhares de laboratórios que manipulam materiais biológicos em nível máximo de segurança (BSL 3 e

4) ao redor do planeta após o 11 de setembro de 2001, sob a justificativa de estudar patógenos que pudessem ser utilizados por terroristas. E acidentes ocorrem nestes laboratórios com uma preocupante regularidade (WALLACE, 2021a), de maneira que cientistas e suas fundações de pesquisa convivem constantemente com a possibilidade de o feitiço virar contra o feiticeiro. Em outras palavras, Wallace está mais preocupado com o habitual descontrole do *business as usual* da *BigScience* do que com uma guerra microbiológica. A hipótese da manipulação genética ou acidente laboratorial, porém perde força à medida que novos estudos são publicados, demonstrando a pouca proximidade do Sars-CoV-2 com outros coronavírus anteriormente conhecidos (ANDERSEN *et al.*, 2020) e da identificação de duas linhagens diferentes para o Sars-CoV-2 entre novembro e dezembro de 2019, indicando que o “salto zoonótico” do animal hospedeiro aos humanos teria ocorrido duas vezes (PEKAR, 2022), a partir de dois hospedeiros diferentes contaminados com linhagens diferentes do Sars-CoV-2. Isso significa que os eventos de “transbordamento” entre morcegos e animais hospedeiros intermediários também teriam acontecido ao menos duas vezes. Em outras palavras, o desmatamento no sudeste asiático, movido pela produção fictícia do espaço, estaria arrancando coronavírus de morcegos e lançando-os sobre os animais da pecuária industrial em um ritmo nunca antes visto.

Contudo, tal como afirma Wallace (2020a), não devemos por isso refutar as críticas à dinâmica da indústria de manipulação de vírus e bactérias em laboratórios de biossegurança, já que a proliferação destes laboratórios amplia a possibilidade de acidentes desta natureza ocorrerem a qualquer momento. Mesmo sem estar informado da crítica do valor e da crítica do fetichismo da mercadoria, Wallace vê a moderna produção de ciência para o agronegócio como uma “fábrica de armeiros cegos” – *blind weapon makers* – inscritos, antes de tudo, em uma forma de produção cujas consequências lhes escapam do controle. Para nós, isso significa que seus desígnios se inscrevem na própria lógica fetichista e autodestrutiva de



mercantilização total das pessoas, da terra, plantas, animais, biomas e ecossistemas inteiros, em sua perseguição tautológica por incremento de produtividade dirigida pela abstração real capitalista, nas suas determinações ficcionalizadas de crise fundamental contemporâneas (KURZ, 2001; KURZ, 2014).

A pesquisa recente de Wallace, por sua vez, fortalece as interpretações que situam a trajetória do Sars-Cov-2 em uma cadeia que conecta a destruição da natureza, o avanço sobre áreas florestais nas quais habitam animais silvestres portadores de coronavírus e a produção, circulação e consumo da indústria de proteína animal de *carnes não-convencionais*. Como se sabe, um grupo de pesquisadores identificou cepas de coronavírus com 95% de semelhança ao Sars-Cov-2 em diferentes espécies da família de morcegos-ferradura, cujo habitat compreende quase a totalidade dos territórios do sudeste asiático (Laos, Camboja, Vietnã, Tailândia, Mianmar), o centro e o sudeste da China e o noroeste da Índia. A estrutura genética do Sars-Cov-2 foi associada a uma recombinação destas cepas de coronavírus quando da sua infecção em outro animal hospedeiro intermediário: os pangolins originários da Malásia - o *manis javanica* (XIAO *et al.*, 2020).

O desmatamento das florestas do sudeste asiático e sua conversão em áreas de plantio – cerca de 82.000 quilômetros quadrados somente entre 2000 e 2018 (ZENG *et al.*, 2018) – foi responsável pelo aumento do contato dos morcegos com os pangolins, os quais passaram a ser produzidos em *sistemas de criação intensiva* na China. Tal intensificação em tecnologia e capital da indústria de carnes não-convencionais na China ocorreu como consequência da crise do mercado suinícola que atinge a Eurásia como um todo pelo menos desde 2007, quando eclodiu a variante da Geórgia do vírus da Peste Suína Africana. Depois de devastar rebanhos no leste europeu e na Rússia, a Peste Suína Africana levou à morte duzentos milhões de porcos no sudeste asiático entre 2018 e 2019. O contágio em massa de porcos pela Peste Suína Africana, por sua vez, não

pode ser separado do “modo capitalista de produção de doenças” que, ao confinar para o abate dezenas de milhares de animais imunodeprimidos e sem diversidade genética e imune, abre a vereda para que os patógenos amplifiquem a sua virulência sobre os animais hospedeiros.

Diante desta matança generalizada dos rebanhos de porcos em todo o sudeste asiático pelo contágio em massa da Peste Suína Africana, a produção de pangolins em escala industrial avançou em ritmo inédito e as fazendas de criação intensiva de pangolins alcançaram as províncias de Hunan e Guanxi, ao sul de Wuhan, formando com esta última o território de produção, circulação e consumo de mercadorias que fundamentou o transbordamento dos vírus dos morcegos aos pangolins e destes aos humanos. Mais uma vez, o tempo da evolução e contágio por vírus e o tempo da produção pecuária encontram-se perversamente sincronizados pela cega tautologia do sujeito automático do capital. Em síntese, a destruição das florestas do sudeste asiático pelo avanço da agropecuária no contexto da produção fictícia do espaço na Ásia removeu áreas de pousio de morcegos, que passaram a conviver de forma constante com outros animais, como os pangolins em fazendas de produção intensiva nas quais os vírus teriam sofrido as mutações que facilitaram a ligação com as células humanas.

A pecuária industrial cumpriu um papel fundamental na emergência da pandemia – mas não foi só isso. Em países como o Brasil, os EUA e até a Alemanha, as fábricas de processamento de carnes funcionaram como aceleradores do contágio e intermediaram a interiorização da doença em pequenas e médias cidades, longe dos holofotes da mídia *mainstream* e das urbanas passeatas dos enfadados negacionistas, como veremos a seguir.

## **A pandemia da COVID-19 no Brasil e o novo radicalismo de direita: espacialização por frigoríficos, sufocamento doloso, testes em humanos e o sacrifício dos supérfluos**

O curso da pandemia da Covid-19 no Brasil foi fundamentalmente determinado pelo darwinismo social do *novo radicalismo de direita* (Kurz, 2020 [1993] e Scholz, 2020), encarnado em primeiro plano pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Em que pese a enorme dificuldade que todos os países enfrentaram para *tentar mitigar a pandemia* e as mortes por meio de ações não farmacológicas, tais como o uso de máscaras e a prática do distanciamento social, no Brasil o contágio foi *acelerado* (CATALANI, 2019) pela aplicação de medidas que buscavam levar a doença à população. Guiados por teorias relativistas e negacionistas e com a recomendação de tratamentos danosos e ineficazes amarradas em uma concepção de “imunidade de rebanho”, governantes e empresários produziram verdadeiras *zonas de sacrifício* que atingiram maciçamente, mas não somente, a população negra, indígena e as famílias chefiadas por mulheres pobres nas periferias das grandes cidades (INSTITUTO PÓLIS, 2020; 2021) em situação de declínio [*Niedergang*] social própria da crise do trabalho, agravada ainda mais pela pandemia em vigor. Pedro Hallal, um epidemiologista que teve seu projeto de pesquisa sobre a incidência social da Covid-19 descontinuado às pressas pelo governo federal enquanto acumulava elementos demográficos, depois caracterizados como “genocídio” por Deisy Ventura e seus colegas (VENTURA *et al.*, 2021), estima que 400.000 das já quase 700.000 mortes por Covid-19 eram evitáveis (AGÊNCIA SENADO, 2021). A transformação do darwinismo social em protocolo de adoecimento e morte foi levada a cabo no Brasil pelo chamado “gabinete paralelo” (REDE BRASIL ATUAL, 2021), um grupo de médicos e empresários responsáveis por popularizar tratamentos preventivos a base de ivermectina e cloroquina, deslegitimar o uso de vacinas e desestimular a sua adoção pelo governo federal. Munidos deste

arsenal bastante “eficiente”, tais ideologias encontram terreno fértil na sociedade brasileira, comunicando internamente um desprezo pela vida, na tentativa mal sucedida de retomada da simulação de reprodução ampliada do capital, aprisionadas em quadros autorreferenciais, míopes pelo individualismo metodológico que transfere atributos de um corpo masculino ideal e abstrato apto para o trabalho, para a saúde pública, deixando pelo caminho uma pilha de mortos, de pessoas envelhecidas, incapazes, doentias, mas também de miseráveis e considerados supérfluos, entendidos como fraqueza da nação<sup>11</sup>.

As medidas efetivamente tomadas pelo governo federal para a “administração da pandemia” diziam respeito, antes de tudo, à imediatividade da “necessidade de manter a economia funcionando”. Nesse espírito, parte da produção de mercadorias, como os frigoríficos produtores de carnes de todos os tipos, que, responsáveis pelo abastecimento nacional e internacional, foram autorizados e incentivados a permanecer abertos durante toda a pandemia (PRESIDÊNCIA, 2020). Após o estouro da bolha das commodities, diversas reformas, na tentativa de retomada da simulação da acumulação de capital no Brasil foram sendo levadas a termo. Ainda em 2015 se fez um ajuste fiscal e o desemprego escalou até chegar a cerca de 14% nos anos mais recentes. Após o golpe contra Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores) (PITTA, 2020) por meio de um *impeachment*, em 2016, outras mudanças, como o congelamento dos gastos públicos, uma reforma trabalhista, uma previdenciária, dentre outras, além de algumas privatizações, visaram “acalmar” os mercados internacionais de capitais, fonte mundial essencial de criação de capital fictício. Com a taxa de câmbio desvalorizada, a exportação de commodities atingia volumes recordes, as quais mesmo com preços declinantes (até a subida recente dos preços das commodities em mercados de futuros, ver Gráfico 1), seguiam um crescimento vertiginoso, a fim de alcançar superávit das contas públicas a servirem de lastro da tentativa de manter a rolagem do endividamento galopante do

país (ALFREDO, 2020). O que importa aqui é a produção de materialidade (a atingir o limite externo do capital) a servir de garantia fisiocrática para a ampliação do endividamento, como fim tautológico da ficcionalização da produção de mercadorias. Sob o governo de Bolsonaro, isso se aprofundou demasiado, com especial incentivo para a expansão da produção de mercadorias, causadora da destruição da natureza com incêndios e desmatamentos em níveis históricos, com fomento à extração de petróleo e gás, extração minerária (inclusive ilegal) e de madeira (também ilegal, com participação do ministro do meio ambiente acusado de tráfico internacional), esta a dar lugar para a produção agropecuária, ou seja, um incentivo no que concernia à produção de commodities em geral<sup>12</sup>.

No caso da produção industrial de carnes, os frigoríficos tornaram-se centros especiais de contágio da COVID-19 no Brasil, antes mesmo da definição de protocolos mínimos de prevenção e controle, como resposta à pressão das gigantes transnacionais do setor – JBS, BRF e Marfrig – para mantê-los em funcionamento. Pela somatória de suas condições sanitárias específicas e o desprezo pelos seus trabalhadores sacrificáveis, em geral imigrantes não-brancos, mulheres e indígenas, os frigoríficos espalhados pelos interiores do país atuaram como espaços aceleradores do contágio de Covid-19 sobre os seus territórios, impactando exponencialmente a escala e a espacialização da pandemia no Brasil.

Em todo o mundo, frigoríficos industriais são locais onde os vírus respiratórios são capazes de prosperar e de se espalhar em razão de serem ambientes fechados, totalmente insalubres, com circulação restrita de ar, temperaturas e umidades baixas, proximidade entre trabalhadores executando tarefas físicas em turnos volumosos e compartilhando de áreas de alimentação, vestiários, meios de transporte e quando não as próprias moradias. A esse conjunto de características adiciona-se a ausência de equipamentos de proteção individual apropriados e a ausência ou o descumprimento de protocolos de prevenção e controle de doenças infecciosas (DYAL *et al.*, 2020). No entanto, frigoríficos são tão propícios

ao contágio por doenças respiratórias que mesmo a aplicação de protocolos de prevenção e controle não foi capaz de evitar surtos em escala nos EUA (HERSTEIN, 2021).

Outra pesquisa conduzida em 2020 no interior da maior planta de processamento de carnes da Alemanha (GUENTHER *et al.*, 2020) – a Tonnies de Rheda-Wiedenbrück – constatou que a convivência dentro de frigoríficos eleva o raio de transmissão do vírus para uma área superior a 8 metros. Este frigorífico havia passado por um surto em junho de 2020, quando 400 dos seus 500 funcionários, em sua maioria das nacionalidades recém aceitas na zona da União Europeia, como romenos, búlgaros e poloneses, haviam testado positivo para Covid-19 (DEUTSCHE WELLE, 2020). Contratados para executarem trabalhos temporários enquanto residiam em precárias moradias coletivas oferecidas pela empresa, os imigrantes passaram a ser alvo de ataques xenófobos por comunidades locais, elevados a bodes expiatórios na onda da sinofobia que tomou conta dos noticiários globais após a eclosão da pandemia (SORIC, 2020). Aqui, como costuma acontecer com a imediatividade da consciência na crise fundamental do capital (BÖTTCHER & WISSEN, 2021), os imigrantes, os quais compõem a maior parte da força de trabalho do setor, são responsabilizados pelo surto por sua alegada “falta de higiene”, “incompatível com os hábitos ocidentais”, ao mesmo tempo em que são oferecidos no altar sacrificial dos trabalhadores essenciais e supérfluos, heróis da alimentação do país, por fim descartados como as carcaças dos animais que eles mesmos abatem, em um gesto derradeiro de darwinismo social desta pandemia. Ressoando Marx: o abatedor de carnes, como o trabalhador na crise, *é alguém que leva a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtume*” (MARX, 1983, p. 292). Também nos EUA, Alex Azar, secretário de saúde federal, jogou a culpa nos imigrantes e suas condições sociais e de saúde, enquanto Kristi Noem, fazendeira e atual governadora de South Dakota, garantiu que 99% dos surtos em frigoríficos teriam acontecido nas casas dos trabalhadores e

não nos ambientes de trabalho, fazendo coro com um representante da Smithfield em relação às “diferenças culturais” dos trabalhadores imigrantes quando comparados à “família americana tradicional” (WALLACE, 2020). Enquanto isso, no Brasil, o Dr. Adler Dourado, médico do trabalho da GT Foods responsável pela saúde laboral de 12.000 pessoas, adotou o chamado “tratamento preventivo” e passou a recomendar e administrar comprimidos de ivermectina<sup>13</sup>, enquanto Moacir Ceriguelli, representante da Associação Brasileira de Proteína Animal declarava que os frigoríficos eram ambientes mais seguros do que as cidades para o contágio pela Covid-19 (CANTARUTTI, 2022).

Os ambientes de frigoríficos já eram danosos aos músculos, nervos e cérebros dos seus trabalhadores muito antes de a pandemia da Covid-19 atingi-los. Mulheres trabalhadoras de frigoríficos abortam 240% mais vezes do que em qualquer outro setor da economia brasileira (BARROS, 2022). No Brasil, frigoríficos são responsáveis por 90 acidentes por dia, com sequelas, incapacitações e mortes. A esse cenário terrível veio somar-se a Covid-19 (ALIAGA *et al.*, 2021).

Nos EUA a situação também é crítica: Taylor estima que ao longo da primeira onda, entre março e junho de 2020, o contágio por Covid-19 em frigoríficos estaria associado com algo entre 236.000 e 310.000 casos da doença e entre 4.300 e 5.200 mortes no país (TAYLOR *et al.*, 2020). Lá, as vítimas são, em geral, imigrantes não-brancos e suas famílias e comunidades, compostas por mexicanos, hondurenhos, guatemaltecos, somalis, eritreus, mianmarenses, laocianos, filipinos e vietnamitas (CARRILLO & IPSEN, 2021; LUSSENHOP, 2020). As operações, contudo, estão cada vez mais globalizadas por empresas transnacionais, como a brasileira JBS, controladora das marcas Swift e Pilgrim's Pride e a Smithfield, esta controlada pelo fundo WH de Hong Kong. Ambas avançaram sobre o mercado estadunidense ao assumirem as endividadas Swift e Smithfield, executando modelos de negócio de crise, com crédito subsidiado (capital fictício) brasileiro e chinês, de um lado, e precarização

extrema nas condições de trabalho e saúde, de outro, em razão da expulsão do trabalho do processo produtivo que conduz à crise do trabalho, fazendo com que os trabalhadores passem a ter de aceitar se submeterem às péssimas condições de trabalho encontradas no mercado, quando as encontram – o trabalho em frigoríficos é extensivamente descrito pelos trabalhadores como o pior trabalho que alguém poderia ter. Como um trágico retorno do filho pródigo, as economias de Brasil e China, que tiveram seus parques agroindustriais fomentados a capital fictício pelos EUA, agora se tornaram as fiadoras das empresas campeãs em surtos de Covid-19 nos próprios EUA.

No Brasil, a espacialização da Covid-19 por frigoríficos atingiu com força comunidades de trabalhadores imigrantes, destacadamente venezuelanos, haitianos e senegaleses. Em Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, na primeira quinzena de junho de 2020, o contágio por Covid-19 atingiu 1.075 funcionários, o que representava mais de 70% dos casos totais do município. Dourados figura no topo da lista das cidades que mais receberam imigrantes venezuelanos através da Operação Acolhida em Roraima e do Programa de Interiorização de Imigrantes, que experimentam constantemente situações de sobrevida e morte. A imigração de venezuelanos ao Brasil foi resultante direta do estouro da bolha das commodities, com a derradeira queda no preço do petróleo, a partir de 2014, o que conduziu ao aprofundamento da crise social na Venezuela. Um dos frigoríficos desta cidade, controlado pela BRF, emprega ainda centenas de imigrantes africanos e asiáticos muçulmanos, contratados sempre temporariamente para a etapa da degola de frangos exportados para mercados muçulmanos no Oriente Médio e África, por meio da chamada certificação *halal* (SILVA, 2013). Em mais uma síntese do humanitarismo de crise, o setor *halal* brasileiro toma os traumas de guerra e perseguições produzidas na soleira das guerras de ordenamento mundial e os atribui, como selos humanitários às mercadorias produzidas pelos solicitantes de refúgio, como forma de buscar um diferencial



simbólico na competição com outros fornecedores de carnes *halal* no mercado internacional. No entanto, como lembram Böttcher & Wissen (2021), não há nada que impeça que os “cidadãos zangados”, que agora protestam contra as medidas de contenção da Covid-19, tão logo a pandemia arrefeça, continuem a promover de consciência limpa o *business as usual* do estado de exceção democraticamente executado, ou ainda se voltem imediatamente contra os imigrantes, culpando-os pela crise que não irá desaparecer depois da pandemia, crise esta que pode recrudescer através de uma variante ainda mais virulenta.

Diante dos contágios em massa nos frigoríficos de Dourados, logo as aldeias indígenas da região também foram atingidas, já que indígenas das etnias Guarani e Kaiowá ocupam postos de trabalho nos frigoríficos, levados para trabalhos fora da aldeia pela crise de reprodução social acirrada pela pandemia. Ali os agravos à saúde nas pernas e braços são outra constante. Afastados por 10 ou 15 dias, os trabalhadores desfalcam as equipes e se veem obrigados a correr atrás de incrementos no ritmo de trabalho, estes responsáveis por mais acidentes, afastamentos e contágios.<sup>15</sup> Há registro de diversas mortes de indígenas habitantes da Reserva Indígena de Dourados, onde vivem outros 15.000 indígenas Guarani e Kaiowá, inclusive mortes entre trabalhadores do frigorífico da JBS. Também há casos de espacialização em massa da Covid-19 na região amazônica em razão de frigoríficos, como no caso da planta da JBS em São Miguel do Guaporé em Rondônia, adquirida como parte de um amplo processo de aquisições de empresas em situação de falência, possibilitadas pelos investimentos e créditos públicos subsidiados, que se tornou centro irradiador do contágio por Covid-19, com 80% do município tendo contraído a doença, diante de um surto que atingiu 60% dos seus trabalhadores. Em todas as situações de contágio em massa, observa-se a ausência de um protocolo de testagem dos trabalhadores, mesmo diante da inevitabilidade da escalada do contágio quando um caso de Covid-19 atinge um frigorífico. Em geral, os frigoríficos passaram a realizar testagens

somente em meio aos surtos, quando muito pouco se pode fazer para evitar a escalada do contágio. Em março de 2021, a JBS foi condenada em 20 milhões de reais por dano coletivo moral por descumprir normas de combate à Covid-19, mas o estrago já havia sido feito: em conjunto, dezenas de frigoríficos com surtos de Covid-19 já haviam produzido a aceleração do contágio no Brasil.

Enquanto o contágio queimava o chão do Vale do Guaporé/RO, a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, contígua ao município sede do frigorífico, decretou um bloqueio sanitário em março de 2020, atravessando o primeiro ano da pandemia sem nenhum caso grave da doença (SMITH, 2021). Para proteger o território, os indígenas da terra Uru-Eu-Wau-Wau constituíram um grupo de monitoramento, para tentar coibir também a intrusão de grileiros de terras, garimpeiros e madeireiros. Uma das lideranças, Ari Uru-Eu-Wau-Wau, foi morto após denunciar um caminhão carregado de madeiras dentro da Terra Indígena<sup>15</sup> (RIBEIRO, 2020), em março de 2020. A morte de Ari se assemelha ao assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, ocorrida em junho de 2022, no Vale do Javari, na Amazônia, região com maior concentração de povos indígenas originários isolados no mundo, assassinados que foram enquanto escrevamos este texto para a revista alemã *exit!*. Os dois casos revelam a mesma dinâmica de fundo, no qual milícias e grupos armados por empresários organizam saques, principalmente de ouro e madeira e avançam sobre terras indígenas, de afrodescendentes ou de pequenos produtores rurais por meio de expropriação de terras para a produção de soja e criação de gado bovino. Esse quadro traz à tona aquilo que Kurz chamou de *barbárie de segunda ordem* (KURZ, 2003), caracterizada como circuitos econômicos de saque realizados através da violência extraeconômica, logo direcionados aos circuitos da *barbárie de primeira ordem da economia empresarial* e à ficcionalização dos preços nos mercados de capitais, o que não significa, como vimos, valorização do valor e reprodução ampliada do capital, mas é parte da própria

decomposição da sociabilidade capitalista nacional e mundial. Tanto o ouro, as madeiras, o gado bovino ou a soja, mediados por capital fictício, abastecem as cadeias produtivas globais depois de serem “esquentados” por meio de operações logísticas e fiscais, quase sempre com intermediação do Estado em crise (KURZ, 1994), ora amplamente ocupado por militares e evangélicos (dentre demais cristãos fundamentalistas), e cada vez mais entrelaçado às dinâmicas de milicialização que o governo Bolsonaro passou a trazer para o plano nacional, após ser eleito em 2018<sup>16</sup>. Esse conjunto de características se replica nos mais diversos rincões do território brasileiro, como no caso da Terra Indígena Yanomami, onde garimpeiros trocavam vacinas destinadas aos indígenas por ouro extraído pelos grupos invasores em operações de mineração industrial (com aeronaves e pistas de pouso, as quais também servem para o tráfico internacional de cocaína, cf. MANSO, 2020) e que contou com a ajuda até de um helicóptero registrado em nome da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

No início de 2021, os estados que compõem a região amazônica brasileira enfrentaram um pico no número de mortes diárias em meio à segunda onda da pandemia no Brasil. Naquele momento as mortes foram agravadas pela chamada “crise do oxigênio” de Manaus/Amazonas. Por dois dias seguidos, a capital mais populosa da região, com 2 milhões de habitantes, enfrentou um desabastecimento completo nos seus estoques de oxigênio, levando à morte cerca de 40 pessoas por asfixia (LIMA, 2021a), atingindo três vezes mais sepultamentos diários do que a média até então e empurrando corpos para valas comuns nos superlotados cemitérios municipais. Em meio ao colapso sanitário, o então governador, eleito no caldo do novo radicalismo de direita por um partido cristão bolsonarista e saído diretamente dos sensacionalistas jornais de TV, não hesitou em decretar um toque de recolher, enviando policiais militares para proteger hospitais, enquanto familiares desesperados disputavam os poucos tubos de oxigênio que ainda podiam ser encontrados no mercado, cujos preços

havam saltado, com o apoio da mão fria do mercado, de 500 para 10 mil reais. De forma geral, a administração da crise sanitária em Manaus – e no estado do Amazonas – atuou como um laboratório social para a aplicação e falência da tese de “imunidade de rebanho” por meio da popularização de tratamentos ineficazes por autoridades sanitárias (LIMA, 2021b). Três dias antes da já previamente alertada crise de oxigênio, o general e então ministro da saúde Eduardo Pazuello se reunia com prefeito, governador e a secretária federal de saúde Mayara Pinheiro, conhecida como “Capitã Cloroquina”, para implementar o seu “Plano Estratégico de Enfrentamento da Covid-19 no Amazonas”, constituído essencialmente por “tratamentos precoces”, à base de ivermectina e azitromicina, amplamente distribuídos à população como forma de “imunização” (SANTOS, 2021), expondo-a ao contágio endêmico.

O chamado “Kit Covid”, começou a ser popularizado por redes de saúde privadas a partir de abril de 2020, quando um médico do grupo Prevent Senior, especializado no tratamento de idosos no estado de São Paulo, do outro lado do país, divulgou suas apressadas conclusões sobre a eficácia do tratamento à base de hidroxicloroquina e azitromicina para pacientes com sintomas gripais. Apesar de o artigo omitir mortes ocorridas em meio ao estudo, sua divulgação foi suficiente para a rede de hospitais iniciar um protocolo de “tratamento empírico” à base destes remédios, sem, contudo, informar pacientes ou familiares de que se tratava de um experimento. Na prática, os hospitais da rede, dos principais a receber infectados pelo Sars-Cov-2, superlotados, foram utilizados como laboratórios para os testes *in loco* dos medicamentos: a direção da rede pressionava os médicos para a prescrição do kit e para alterar o código de registro da doença e assim esconder as mortes por Covid-19. Mas como há violinistas a tocar mesmo enquanto o navio afunda, a direção da Prevent Senior também pressionou médicos intensivistas para que promovessem as chamadas altas celestiais, que consistiam em desistir do tratamento de pacientes que estivessem há muito tempo nas UTIs, passando-os para

tratamentos paliativos – a morte assistida – para dar lugar a pacientes VIP. Na ocasião do escândalo da Prevent Senior, a microbiologista Natalia Pasternak e o historiador Michel Gherman qualificaram as práticas da rede como “nazistas”,<sup>18</sup> por descumprirem o Código de Nuremberg, criado após o julgamento dos brutais experimentos com judeus (GHERMAN & PASTERNAK 2021). Mesmo diante da publicação de estudos sobre a ineficácia do chamado tratamento preventivo (BOULWARE *et al.*, 2021), o governo federal brasileiro passa a adotá-lo e promovê-lo como política pública, com a fabricação do medicamento por laboratórios do exército e o apoio do bilionário Carlos Wizard (PODER 360, 2021), para forrar o Brasil e entupir as aldeias com cloroquina. (MONTEL, 2021)

De qualquer maneira, poucas semanas antes da crise do oxigênio de Manaus, empresários e comerciantes haviam protestado contra as restrições impostas pelo governo para o funcionamento do comércio durante as vendas de final de ano, portando placas de “queremos trabalhar” – oq que aponta para um recrudescimento da moral do trabalho diante do seu ocaso, como sacrifício mesmo no alta do dinheiro sem valor. O governador Wilson Lima, alinhado à agenda negacionista de Bolsonaro, não ofereceu resistência aos protestos e logo anulou o seu próprio decreto, que restringia o comércio “não essencial” em que pese o ritmo acelerado do contágio e taxas de ocupação das UTIs beirando aos 100% no final de 2020. Adicionando uma nova camada de complicações, no dia de 10 de janeiro, o governo japonês declarou ter encontrado uma nova variante do Sars-Cov-2, a chamada P.1, em viajantes vindos do Amazonas, ou seja, de onde ela emergiu em primeiro lugar. A análise da P.1 logo revelou se tratar de uma variante de preocupação, com ainda maior capacidade de contágio e de causar maior dano ao aparelho respiratório superior do que as linhagens anteriores. Seu surgimento foi associado à persistência do contágio na população local (FERRANTE, *et al.*, 2022), uma via aberta para a transformação do vírus, o que determinou as suas mutações, atuando sobre a diversidade dos hospedeiros humanos (WALLACE,

2021a). A particularidade da crise de Manaus sintetiza a abordagem brasileira diante da pandemia da Covid-19: ausência de testagens em massa, recusa em implementar ações não-farmacológicas mesmo diante de picos de contágio populacional, com hospitais e cemitérios lotados, ausência de leitos e suprimentos para atender pacientes graves, engajamento popular fomentado por autoridades municipais, estaduais e federais em tratamentos “placebo”, exposição em massa ao contágio em busca da imunidade de rebanho. Nesse cenário catastrófico, as sequelas devastadoras da Covid longa sequer têm espaço para serem consideradas.

Em que pese a tragédia de Manaus, em números absolutos, foi nas grandes metrópoles que a pandemia fez mais vítimas no Brasil, sendo que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo combinados computam mais de 250 mil mortos, de acordo com dados do Painel do CONASS (Conselho Nacional das Secretarias de Saúde do Brasil). Aqui, as condições de trabalho, moradia e transporte jogaram as camadas sociais mais pobres no fogo da pandemia, expondo-as ao contágio em níveis muito acima de pequena parte da sociedade que pôde migrar para o trabalho remoto. Em São Paulo, a incidência e a letalidade da Covid-19 foram maiores para jovens pretos e pardos do que para a população branca, assim como mulheres chefes de lar de baixa renda e negros, em geral, foram os que mais morreram (NISIDA e CAVALCANTE, 2020). Essa população também foi a mais afetada por ações de despejo de imóveis alugados. O número de moradores de rua disparou, em razão da crise econômica que se acirrou ainda mais após o início da pandemia e as infecções e mortes dentre estes nem pode ser estimada. Dentre os mais afetados, estamos falando de um grupo social que compõe grande parte da população urbana brasileira, moradores das favelas (em péssimas condições de habitação, saneamento e transporte) – composto por faxineiras, cozinheiras, empregadas domésticas, zeladores, motoristas e entregadores (de aplicativos), trabalhadores dos transportes públicos, seguranças, motoboys, operadores de telemarketing e terceirizados em geral –,

basicamente do imenso setor dos serviços (majoritariamente improdutivo do ponto de vista da acumulação de capital), para o qual trabalhar representa a sobrevivência material mais imediata, mesmo que diante do risco de contágio e morte. Em tese, a este grupo social deveriam se voltar as ações de renda emergencial oferecidas - a contragosto - pelo governo federal. De posse de uma insuficiente pequena renda, inferior a um salário mínimo, no entanto, essas pessoas passaram a ter de “investi-la” como capital para pequenos negócios informais, finalização da reforma de uma casa para ser posta para alugar, compra de estoques por comerciantes ambulantes, para abrir uma pequena loja, para comprar uma bicicleta ou iniciar uma dívida para comprar uma moto, a fim de realizar entregas por meio de aplicativos (NEBLINA, 2022) ou realizar qualquer outro tipo de trabalho. Enfim, a disseminação de forma inédita do empresariamento de si mesmo que permitiu que a produção, troca e consumo de mercadorias continuasse a se reproduzir em crise aprofundada. E quando um grupo de entregadores “antifascistas” promoveu o chamado “breque dos apps”, uma paralisação em busca de melhores remunerações, o Ifood contratou uma agência de publicidade para encenar um movimento antigrevista por dentro do movimento dos entregadores, com estratégias de marketing de guerrilha que envergonharia qualquer militante de 68.

No caso brasileiro, desde o início da crise econômica (2012-2014), a crise do trabalho se apresentou socialmente de forma ainda mais contundente e asselvajada do que em anos anteriores. Ao longo da bolha das commodities no começo do século XXI, políticas de distribuição de capital fictício por parte dos governos do Partido dos Trabalhadores, permitiram que este servisse de garantia para o endividamento das famílias e para um aumento no consumo. Tal processo resultou em uma melhora nos índices de miséria no Brasil, promovendo uma parcial ascensão social (das designadas “novas camadas médias”), quando computado o acesso às mercadorias. Tal processo aprofundou ainda a individualização, a concorrência e a exploração do trabalho (na sua maioria improdutivo,

mesmo que com aumento da formalização, cf. PITTA, 2020), além de ser sentido pelas camadas médias brancas constituídas na modernização retardatária brasileira do século XX de forma ressentida e com o medo de declínio social. Assim, a maior parte da população brasileira passou a ser classificada como pertencendo às “camadas médias”.

Com o estouro da bolha das commodities, a concorrência de todos contra todos se acirrou ainda mais, na segunda década do século XXI. A crise econômica atingiu a todos, (inclusive de maneira particular as então classificadas “camadas médias”), e grande parte da população brasileira no seu fetichismo de sujeito em crise, imputou, a partir da imediatividade de sua subjetivação da realidade social, à corrupção do Partido dos Trabalhadores no governo, assim como à política de conciliação por dentro do Estado brasileiro, a “culpa” por sua decadência social.

Kurz, ao formular sobre o *novo radicalismo de direita*, desdobramento da crise do trabalho, o caracteriza como *forma selvagem de pseudorrebelião imanente e limitada* (Kurz, 1993, pg. 33). Se aspectos do mesmo já se faziam presentes na sociedade brasileira mesmo antes do estouro da bolha das commodities, com este, o novo radicalismo de direita se disseminou: “A crise econômica e suas consequências sociais, naturalmente, são centrais em uma sociedade que foi dominada em todos os seus poros pela economia (Kurz, 2020 [1993], pg. 63) [...] Aparentemente, existe certo potencial que pode ser ativado por uma pitada de crise” (2020 [1993], pg. 63, nota 25).

Após 2015, principalmente, o desemprego, a precarização do trabalho e o desalento jogaram de volta à miséria e à fome grande parte das então designadas “novas camadas médias”, de ascensão por meio de capital fictício; assim como aumentaram a pressão econômica sobre as camadas médias tradicionais e “elites funcionais” ressentidas e raivosas, servindo a *decadência social generalizada* de fermento para a ascensão do bolsonarismo ao governo executivo brasileiro (2019), ao se apresentar como que em ruptura com a institucionalidade (cf. CATALANI, 2021).



Assim, no que concerne ao trabalho, tal processo que já se fazia presente como parte da crise fundamental da forma social do valor-dissociação se agravou ainda mais, já que a Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467 de 2017) buscou reduzir os custos de reprodução do capital e ampliou a exploração do trabalho, além de permitir a terceirização total do mesmo, o trabalho intermitente e principalmente plataformizado, por aplicativos e de microempreendedores individuais (MEI), conduzindo grande parte da sociedade à concorrência de morte da luta de todos contra todos.

Para o leitor, assim, cumpre ressaltar que a administração da crise econômico-sanitária no Brasil encontra-se em monstruosa sincronia com a própria ideologia de crise. Em meio à luta para comer, habitar, respirar, uma fração social dos desalentados e monetarizados sem dinheiro ou oxigênio, capturada pelas máquinas de ódio do novo radicalismo de direita, quanto mais se viu diante da ausência de saídas no mundo do trabalho em crise, com mais fervor acolheu teses conspiracionistas e autodestrutivas. Seus asseclas encarna o condenado na *A Colônia Penal* de Kafka, cuja sujeição, tão canina, sugere ser preciso apenas um assobio para que entreguem a si ou a qualquer passante à execução. Daí vemos proliferar o sujeito-amoque, cuja frieza para com o próprio eu coincide com as práticas sacrificiais, que por fim explica a aprovação do governo Bolsonaro entre 25 a 30% da população em 2022: o desprezo pela vida advém do vazio da forma do sujeito, desencarnada dos sujeitos que lhes são descartáveis, no momento de sua crise derradeira.

Kurz já antecipara elementos que nos ajudam a apreender o fenômeno bolsonarista:

O medo e o descontentamento crescentes nos segmentos do trabalho assalariado em dissolução não mais encontram consolo nas instituições democráticas, intensificando a panela de pressão social [...]. Assim, a crise sistêmica cada vez mais evidente da democracia de mercado faz quase inevitavelmente com que os próprios critérios sistêmicos sejam reafirmados de modo compulsivo até pelos perdedores manifestos (...), mas, devido à impossibilidade de busca racional de interesses, eles se tornam irracionais e crescentemente mais agressivos (KURZ, 2020 [1993], pg. 64).

Bolsonaro é a própria reafirmação compulsiva dos critérios sistêmicos de forma asselvajada e irracional (que está em relação com a razão) capitalista. Parece repor a crise da forma social, *como se* ao se identificar com ela conseguisse se “beneficiar” da mesma, como aparece nas interpretações sobre ele em Nobre (cf, “o caos como método”, 2022), em *Masterclass de fim de mundo* (sendo a crise a sua forma de gestão, 2022) ou em Nunes (2021). De fato, o governo federal brasileiro, ao acelerar a disseminação da Covid-19 fora condizente em suas ações (de sujeito sujeitado) com as promessas de implementação de um liberalismo extremista hayekiano (KURZ, 1994), na tentativa do ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, de se dicotomizar das tentativas de políticas econômicas anticíclicas do Partido dos Trabalhadores após a crise de 2008, imputando a elas a característica de causas da crise brasileira (que em realidade estão enraizadas na sua inserção na crise fundamental do capital como um todo, como vimos em PITTA, 2020). Assim, em diversas situações, ministérios ficaram vazios, sem ninguém a se responsabilizar por suas conduções, principalmente o próprio ministério da saúde, numa postura de ataque ao sistema político vigente (que ainda assim necessita do Estado<sup>19</sup>), tentando submeter o todo da sociedade diretamente às determinações do mercado (espaço institucional da esfera funcional da “economia”, cf. KURZ, 1994) – inclusive epidemiologicamente, acelerando a “livre circulação do vírus” –, porém, no momento do casino da crise de ficcionalização da acumulação de capital<sup>20</sup>. Foi assim que Bolsonaro ainda tentou sustentar apoio social, culpabilizando o sistema político, as “elites”

associadas a este, a “vagabundagem” das camadas pobres, de negros, mulheres, indígenas, professores e funcionários públicos pelo aprofundamento da crise social, com sua charlatanice conspiracionista por um lado e racista e machista por outro (CATALANI, 2021). De toda forma, porém, obviamente, para além do apoio da população que se mantém, mesmo após os aproximadamente 700 mil mortos (em que pese a gigantesca subnotificação dos óbitos da pandemia no Brasil), com o aprofundamento do desemprego, da crise econômica, da desintegração social e do asselvajamento do racismo e do machismo, a rejeição a Bolsonaro engloba em torno da metade dos eleitores brasileiros e permite reafirmarmos a crise atual do sujeito nos resultados contraditórios das suas ações. Assim:

Embora o novo radicalismo de direita efetive sua potencialidade social, ele não ganha qualquer capacidade de se impor na sociedade como um todo, já que, no caso de uma consciência conformada pelo sistema (...), tem de estar em linha com o desenvolvimento capitalista. Ele torna-se o fermento da decadência social e das lutas de distribuição sem perspectivas (KURZ, 2020 [1993], 74).

Concomitante à condução da pandemia de forma a fomentar o darwinismo social, correlacionado que está à exclusão dos supérfluos da crise do trabalho, a política econômica do governo federal a incentivar a *pillagem* da economia de saque, o armamento da população a defender os interesses das famílias (em crise) em nome da propriedade privada e da “segurança” e a luta de distribuição sem perspectivas dos interesses particulares das máfias, facções e milícias (paramilitares) também aceleraram a reprodução do capital em crise em direção aos seus limites internos e externos e às formas de barbárie que apresentamos na presente parte do texto na totalidade concreta das particularidades do capital fictício real dos frigoríficos espalhados pelo interior do Brasil, da crise de oxigênio da pandemia em Manaus e da disseminação como fogo em palha da Covid nos imensos centros urbanos, dentre os supérfluos que se viram

entre o desemprego e a busca pelas últimas formas de trabalho superexplorado e precários e nas condições existentes.

Cabe o destaque, assim, que *a inflação global generalizada*, já em 2021, atingiu o Brasil em cheio, já que a criação de capital fictício – a tentar salvar os capitais que nem simulação de acumulação logravam apresentar – também foi replicada no Brasil, como parte da criação de capital fictício mundial e serviu como característica mais recente da ruptura de significativa parte da população com o atual presidente, já que radicalizou ainda mais a crise social, aumentando inclusive a fome e a miséria,<sup>21</sup> como já apresentamos. Mesmo que Bolsonaro tente se manter no executivo federal com o suporte das forças armadas, das polícias militares, máfias e grupos paramilitares por meio de um golpe de Estado ou algo similar (para o qual ele está sempre ameaçando explicitamente em seus discursos e entrevistas), o que teremos será que “o aparato de violência assumirá (...) uma vida própria em um estágio avançado da crise, mas então apropriadamente não mais como um fator obscuro de ordem e poder para a sociedade como um todo, mas como um momento parcial de desintegração da coesão social” (KURZ, 2020 [1993], pg. 87). Diferentemente do fascismo histórico dos processos de modernização retardatárias de meados do século XX (inclusive o nacional-socialismo alemão, ver KURZ, 2020 [1993]), os quais foram momentos de imposição da democracia de mercado, o novo radicalismo de direita está fincado historicamente na crise fundamental do capital. Esta inclui a crise do Estado e do sujeito, não mais logrando o Estado levar a termo projetos nacionais de modernização (o que não significa paralisação do aumento da composição orgânica do capital e da dessubstancialização do capital), mas atuando como tentativa de administração de crise sobre a massa de supérfluos da crise do trabalho, tentando manter a forma social do valor-dissociação a todo custo e, ao reproduzi-la, a acelera de maneira sacrificial no sentido da sua trágica decomposição em barbárie, irracional e inconsciente, já que ainda nos encontramos dominados pelos

desdobramentos da contradição capitalista em processo que deveria ser suplantada, porém, de forma mediada pela sua crítica categorial.

### **Inflação dos derivativos de futuros de commodities e sua transmissão como determinação da inflação global da pandemia de COVID-19: o estouro da atual bolha financeira mundial**

A escalada historicamente inédita nos preços dos chamados “ativos financeiros” ao longo de 2020 e 2021 pôde ser lida pelos mais diversos apologetas do capitalismo como sinal de que a abertura da economia após um suposto arrefecimento da pandemia significaria um novo “ciclo” de desenvolvimento econômico mundial. Em 2020, a economia mundial apresentou crescimento negativo de 3,6%, já que EUA recuavam 3,4%; a EU 6,3%, o Brasil 4,1% e a China teve crescimento pífió (UOL, 2022). Ao mesmo tempo, os mercados de capitais globais atingiam patamares nunca antes alcançados. Só para termos uma referência, reportagem do *The Intercept*, de abril de 2020, destacou que o S&P 500 das bolsas dos EUA subira 12% em uma semana – um recorde no aumento para os últimos 46 anos – e atingira pico histórico, ao mesmo tempo que as mortes por Covid-19 subiam 161%, no mesmo intervalo de tempo. Já tratamos também dos recentes recordes de preços do mercado imobiliário em certas economias nacionais e de preços de commodities nos mercados internacionais ao longo de 2021 e 2022.

Porém, após parcial retomada da economia entre 2021 e 2022, como vimos, o processo inflacionário global veio frustrar os prognósticos dos mais otimistas, mesmo antes da suposta retomada da economia. Tal processo, inclusive, levou a pique modas recentes do pensamento econômico apologético do capitalismo como a Modern Money Theory (MMT), preconizadora da criação *ex nihilo* de capital fictício a engendrar crescimento econômico como forma de estabilização do capitalismo mundial, como que sem consequências no que dizia respeito a um

processo inflacionário global. Não foi isso que se viu, porém. Na tentativa de controlar a inflação global, como vimos, a subida recente das taxas de juros nas principais economias mundiais *aparece* como a responsável por “atrapalhar” uma supostamente possível recuperação econômica sustentada a capital fictício. Na verdade, tal subida das taxas de juros não é simplesmente resultado de uma política econômica “equivocada”, que jogará a economia mundial em recessão novamente, conforme aqueles que se pretendem sujeitos positivos de um processo incontrolável (KURZ, 2010). Como bem salientou Konicz (2022b) em texto recente, os Estados teriam que “subir e baixar as taxas de juros ao mesmo tempo”, o que demonstra a inviabilidade em se controlar tais processos econômicos, resultante de desdobramentos ulteriores contemporâneos da contradição em processo da própria forma social capitalista.

O que está por acontecer, no limite, é um novo estouro de uma bolha financeira mundial, estouro que se interrelaciona com o capital fictício real, impactando assim a produção mundial de mercadorias. A inflação dos títulos de propriedade e de dívida recente se tornou inflação global em um curto espaço de tempo e em relação ao estouro da bolha financeira mundial de 2008, o processo tem ocorrido, como já anunciado, de forma mais rápida e acentuada (cf. Kurz, 2014, cap. 17), com consequências sociais ainda mais catastróficas, dada a cada vez maior necessidade de ficcionalização da produção de mercadorias.

Não é o caso, por sua vez, de nenhum tipo de proposição acerca de uma tentativa de se conter o estouro da mais recente bolha financeira mundial – a qual fora alimentada a capital fictício na segunda década do século XXI e aprofundada sobremaneira durante a pandemia, sendo a pandemia desdobramento justamente desta alimentação prévia.

A proposta de Roberts (2022b), por exemplo, para contenção da inflação visa aprofundar o desenvolvimento das forças produtivas, aumentar a produtividade do capital e reproduzir exatamente as condições históricas determinadas que para nós produziram a pandemia e inflaram

tal recente bolha mundial, formadora do processo inflacionário que o mesmo pretende tentar manipular.

Ao mesmo tempo, Smith *et al.* (2021), com sua formulação de crise periódica do capital por uma queda da taxa de lucro a partir do aumento da composição orgânica do capital (com aumento apenas relativo do capital constante em relação ao variável), o que para eles conduz às crises de acumulação e à necessidade de o capital se “financeirizar” com criação de capital fictício para continuar a valorizar o valor – por meio de aumento da exploração do trabalho e adiantamento da exploração de trabalho futuro –, levando à paralisação do investimento capitalista e à inflação, também reproduzem teoricamente as bases sociais de determinação da inflação presente que pretendem suplantar.

Para estes autores, é a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação de trabalho alheio que fundamenta a concorrência intercapitalista e a dominação de uma parte da sociedade sobre outra, a qual para manter-se no poder deve continuar a valorizar o valor, levando à queda na taxa de lucro. Com a estatização dos meios de produção e o controle da política econômica por parte dos trabalhadores, supostamente se esgotariam as crises de acumulação, a paralisação da produção de mercadorias e se controlaria o fenômeno inflacionário.

Em razão da ontologia do trabalho que informa os autores, o paradigma produtivista e modernizador não é questionado, justamente aquele baseado no fetichismo da mercadoria e de sujeito que resta não tematizado por Smith *et al.*, isso para não falar do polo dissociado do valor, que não entra em consideração absolutamente nos apontamentos dos autores aqui apresentados e criticados.

Para nós, o fenômeno inflacionário atual está determinado pelos desdobramentos recentes da dominação social da contradição fundamental da forma social do valor-dissociação e de seu imanente duplo da mercadoria e do trabalho, que impele os seres humanos por tal forma mediados a levarem adiante processos de aumento da produtividade do

capital com desenvolvimento das forças produtivas, os quais, no momento atual de dessubstancialização do valor são simulados de forma crítica pela criação de capital fictício, produziram a pandemia na crise do capital e a mais recente bolha financeira mundial, conduzem ao asselvajamento do patriarcado, do racismo e da miséria no mundo, além de servirem de fomento para a ascensão do novo radicalismo de direita ao governo dos Estados Nacionais em ruínas mundo afora, como vimos para o caso brasileiro. Estes últimos foram negacionistas da pandemia e fomentaram sua disseminação, reverberando o estado de amoque do vazio do fetiche de sujeito – e *sua frieza para com o próprio eu* (KURZ, 2003) – no capitalismo (WISSEN, 2017), em seu momento de ficcionalização do fetiche da mercadoria e de valor de uso: positivação do vazio da satisfação de desejos humanos por meio das coisas e que é mediação para o vazio da simulação contemporânea da valorização do valor (PITTA, 2020). Por sua vez, a *escalada da guerra de ordenamento mundial sobre a Ucrânia* é mais um desdobramento catastrófico da crise fundamental do capital rumo à sua autodissolução inconsciente e descontrolada, à qual produz *barbarização e aniquilação* (cf. BÖTTCHER, 2022b), o que, de nossa parte, exige uma crítica categorial da forma social do valor-dissociação para sua suplantação e transformação da forma da relação social entre os seres humanos.

A *dessubstancialização do capital da crise do trabalho* só fez aprofundar o desacoplamento entre valor e dinheiro (KURZ, 2019 [1995]) e processos de inflação e deflação de preços de ativos que se mediam com a disseminação de inflação e de deflação nos preços de mercadorias ao nível global do capital – como capital fictício real – se sobrepõem, em sua superfície econômica, à inflação secular do capital<sup>22</sup>. A disseminação da inflação, ao se generalizar, antecede o estouro das bolhas financeiras, cuja deflação de preços não conduz a um reacoplamento entre valor e dinheiro, mas que como vimos, só pode conduzir a novas tentativas infrutíferas de estabilização, com aprofundamento da dessubstancialização, aumento da



contradição entre matéria e forma e destruição da natureza, base da própria vida no planeta.

Como se disseminaram os preços das bolhas de títulos de propriedade, de dívida e de preços ficcionalizados dos derivativos de commodities para a produção, troca e consumo de mercadorias e de forma tão rápida quanto a disseminação que ocorreu entre o início da pandemia, os primeiros meses após o inédito *quantitative easing* para criação de capital fictício dos governos nacionais como tentativa de administração de crise e contenção da derrocada da simulação de acumulação de capital ao longo da pandemia (simulação que já rateava nos anos imediatamente anteriores), produzindo a inflação global de preços das mercadorias atual?

Ernst Lohoff, vinculado ao Gruppe Krisis, de crítica do valor, tenta apreender em texto recente (2022) como a “inflação de ativos financeiros” [*asset price inflation*] se dissemina para a chamada por ele “economia real”, abordando indiretamente o fenômeno inflacionário atual. Mais preocupado em criticar formulações anteriores de Robert Kurz e da crítica do valor dos anos 90 sobre tal disseminação, o que o faz segundo nossa interpretação de maneira equivocada, Lohoff fundamenta sua explicação da inflação contemporânea na “decomoditização” da “mercadoria monetária” [*Geldware*] e na necessidade de criação de dinheiro fictício por parte do mercado de capitais em suas relações com o Estado de maneira suficiente a garantir uma “estabilização” do sistema monetário. Como no texto o autor parece mais preocupado em fazer uma economia política contemporânea do capital fictício, o que ele designa por uma “teoria monetária da crítica do valor” (LOHOFF, 2022), ao invés de fazer uma crítica radical da forma social capitalista (a qual deveria considerar uma crítica à própria teoria entendida positivamente, como em KURZ, 2007), nada é tematizado acerca da crise do trabalho, dessubstancialização do capital e economia de bolhas financeiras, o que para nós conduziu ao papel determinante do capital fictício para simular acumulação de capital e

aprofundar a crise fundamental do mesmo, enquanto este como forma social ainda vigora, embora em decomposição.

Na verdade, o que se apresenta em Lohoff é o oposto. O capital fictício aparece também em Lohoff como forma de “acumulação de capital” a postergar a crise da mesma. Por conceber o capital fictício como “adiantamento de trabalho futuro” (o que vimos que Smith *et al.* também fazem a ponto de considerar isso também uma forma de valorização do valor), Lohoff volta a incorrer em uma formulação de fetiche de capital e em seus períodos de acumulação e crise, embora distintos, já que agora movidos a capital fictício para perpetuação da própria forma social.

Abandona-se assim a teoria da crise fundamental, para a qual cada nova rodada de criação de capital fictício apenas pode aprofundar tal crise, o que inclusive permite incluímos de maneira imanente a esta a produção da pandemia aqui em questão. Ainda no que concerne ao que Lohoff chama de “economia real” (sem distinção entre trabalho produtivo e improdutivo de valor, com ficcionalização deste), o autor também parece confundir o nível dos capitais individuais e o nível global da valorização ou não do valor (sobre o individualismo metodológico de Lohoff, cf. CZORNY, 2014), afirmando que o capital fictício permite que as empresas capitalistas possam continuar assim a acumular:

Nas respectivas indústrias futuras, a dinâmica da criação fictícia de capital sustenta a acumulação e substitui a rentabilidade perdida; nos sectores que realizam produção de valor induzido, a dinâmica da criação fictícia de capital restaura, por agora, a rentabilidade perdida (LOHOFF, 2022).

Sua explicação para a disseminação da inflação termina por focar a incapacidade do mercado de capitais em manter o ritmo de criação de capital fictício em nível suficiente para manter a “acumulação de capital” da “economia real”, o que conduz a que os bancos centrais tenham que emprestar diretamente à sociedade sem passar pelo mercado financeiro, caso isso não ocorra. É como se fosse possível ou até desejável que o mercado de capitais criasse dinheiro de maneira indefinida, perdendo-se o

fundamento para a explicação de criação e estouro de bolhas financeiras cada vez mais rápidas e aprofundadas em razão do desacoplamento entre valor e dinheiro (KURZ, 2019 [1995]).

A transição para uma grande inflação só é iminente quando os bancos comerciais falham como parceiros na geração de capital fictício. Isto obrigaria os bancos centrais a abandonar total ou parcialmente o ciclo monetário duplo e a passar à emissão directa de dinheiro do banco central para os agentes económicos que operam fora do sector bancário (LOHOFF, 2022).

Lohoff parece até se posicionar como quem pretende propor soluções para o fenómeno inflacionário global atual, como ao sugerir que o mercado de capitais devesse continuar a criar capital fictício suficiente para “estabilizar a economia capitalista”, como se isso fosse possível. Escreve ele ao tentar criticar a MMT: “Do ponto de vista aqui delineado, torna-se claro que precisamente o supostamente supérfluo é indispensável para manter o carácter de mercadoria do dinheiro e, portanto, a estabilidade monetária”.

De toda forma, com a explicação aqui exposta para a disseminação inflacionária em sua relação com a criação de capital fictício, Lohoff se aproxima perigosamente de uma teoria quantitativa da moeda, em distanciamento até mesmo das explicações de Marx para o fenómeno inflacionário em *O capital*. A impressão de dinheiro e sua injeção direta na economia por parte dos Bancos Centrais conduziram a um aumento da demanda, a qual impulsionaria os preços das mercadorias em geral? Cabe o destaque que a explicação pelo excesso de demanda é aquela proferida pelo *mainstream economics* e pelos keynesianos para o fenómeno inflacionário recente, já no presente texto por nós criticada (cf. também ROUBINI, 2022).

Ao criticar a forma de a crítica do valor dos anos 1990 apreender a transmissão da inflação dos “preços dos ativos financeiros” para a “economia real”, no limite, Lohoff caricaturiza a si mesmo e propositadamente desconsidera ainda como a formulação de Kurz acerca

da “inflação dos títulos de dívida e de propriedade” (2005 e 2014) nos mercados de capitais se desdobrou já no grupo Exit. Esta, por sua vez, é o que nos permite justamente *mediarmos* inflação dos títulos de propriedade e de dívidas com disseminação da inflação para a produção, troca e consumo de mercadorias, conforme fizemos em Pitta (2020) e no presente texto, com a concepção de *capital fictício real* (KURZ, 2005). Nem Kurz, nem a crítica do valor-dissociação descreveram a criação de capital fictício pelos mercados de capitais como um ciclo de água que fica “armazenado” e é posteriormente “derramado” sobre a designada por Lohoff “economia real” (LOHOFF, 2022). Na verdade, talvez a crítica caiba mais a como o próprio Lohoff apresenta a sua formulação.<sup>23</sup>

Em Kurz, de maneira oposta, o capital fictício não significa nenhuma acumulação substancializada a partir da antecipação de exploração garantida de trabalho produtivo futuro, mas sim, apenas sua *hipoteca*, a qual só pode *simular ficticiamente* por um curto período de tempo uma reprodução ampliada capitalista. Isso se dá já que a produção de valor futuro (atualmente em declínio em montantes absolutos, cf. Kurz, 2014) não irá ocorrer de forma suficiente a valorizar o capital fictício previamente criado em razão do aprofundamento da dessubstancialização e do desacoplamento entre valor e dinheiro da crise fundamental do capital.

Kurz (2005) está com Marx (1985, Seção V) no que concerne ao capital fictício. Sendo o capital fictício uma capitalização a preço presente de um fluxo de rendimento futuro, este fluxo futuro sempre envolve uma projeção, que acaba por definir flutuações sobre tal preço de capitalização, as quais podem se desacoplar inclusive de tais fluxos.<sup>24</sup> Quando o fluxo de rendimento sobe ou cai, o preço capitalizado tende a subir ou cair. Porém, a subida ou descida do preço de títulos de propriedade ou de dívida por um período de tempo pode conduzir a uma realimentação do processo altista ou baixista por parte daqueles investidores buscando rendimentos fictícios estritamente no diferencial de preços em si mesmos negociados, o

que pode se disseminar posteriormente pela economia como um todo, constituindo, inclusive, *capacidade aquisitiva improdutiva* (KURZ, 1999 [1991]). Assim, a subida dos preços capitalizados pode definir a transmissão mediada destes para a produção, troca e consumo de mercadorias, constituindo inflação que pode se generalizar, não sendo necessariamente um suposto excesso de demanda, ou um “derramamento” *direto* de dinheiro dos mercados financeiros para a produção de mercadorias a causa desta, como sugere Lohoff.

Para observarmos isso, necessitamos levar adiante um *realismo dialético* (SHOLZ, 2009) e apreendermos a objetividade fantasmagórica social capitalista como *totalidade (fragmentada) concreta* (SHOLZ, 2009) em processo histórico. Quando apresentamos anteriormente a bolha das commodities (PITTA, 2020) do início do século XXI, destacamos que foram investimentos em preços futuros de derivativos de commodities, a fim de tentarem se proteger do estouro da bolha da Nasdaq de 2001, que levaram à capitalização inflacionária dos preços destes, uma subida que fora realimentada por investimentos que buscavam rendimentos na aposta por diferencial altista de preços de tal tipo de título de propriedade, os quais então foram transmitidos para os preços presentes das commodities, sem ter relação *direta* com o que ocorria com a demanda por estas (cf. GIBBON, 2013<sup>25</sup>). Isso se dá justamente em razão da contradição entre matéria e forma, que conduz a um montante cada vez mais ínfimo de valor representado fantasmagoricamente pela corporeidade das mercadorias (nunca contido nestas), o que faz com que os preços destas passem a ser definidos nos mercados de derivativos financeiros de futuros, enquanto precificação ficcionalizada destes.

Ao longo da pandemia de Covid-19, algo similar a isto vem ocorrendo com os preços das commodities. Conforme as baixas taxas de juros, o *quantitative easing* dos Estados nacionais (ainda aprofundado de forma inédita com a pandemia) e a promessa de reabertura econômica, diversos investidores começaram a *apostar* na precificação (capitalização)

de um aumento dos preços futuros das commodities em mercados de derivativos, o que foi realimentado por novos investimentos altistas nos mesmos, a fim de obterem rendimentos fictícios com os diferenciais de preços. Tais preços foram, assim, disseminados para os preços presentes das próprias commodities negociadas em mercados financeiros, de forma inflacionada ficticiamente, não tendo a ver *diretamente* com um excesso de demanda por estas. Os preços de commodities, englobando aqui energia, minérios e alimentos, nos montantes históricos em que se encontravam já antes da Guerra na Ucrânia, entram nos custos de produção das empresas capitalistas e passam a definir os preços das mercadorias em geral, se disseminando como inflação global, com força a partir de meados de 2022, conforme vimos.

Se os lucros simulados das empresas capitalistas como capital fictício real já apresentavam queda desde 2019, agravados pela pandemia, a subida exponencial nos custos de produção levou o capital a ter de passar para as mercadorias finais o aumento de preços (TOOZE, 2022), o que, por sua vez, não deixou de corroer suas taxas de lucro fictícias e a “travar” a simulação de acumulação do capital, conduzindo as políticas econômicas de diversos Estados nacionais a ter de reverter o *quantitative easing* e a subir suas taxas de juros, na *tentativa* infrutífera de conter a mais recente bolha financeira mundial, a qual de forma muito rápida e aprofundada foi inflada, disseminou-se e deve estourar a qualquer momento.

## Notas

1. Consultar: <<https://data.oecd.org/price/inflation-cpi.htm>>.
2. Este fenômeno inflacionário da superfície dos mercados não pode, porém, ser confundido com a inflação estrutural do capital (cf. KURZ, 2019 [1995] e 2014, pg. 189 e cap. 17) que se aprofunda conforme sua dessubstancialização secular. Sobre a antecedência de tal fenômeno ao estouro da bolha financeira mundial de 2008 e a miséria e a fome por este último desencadeadas, ver Kurz, “A inflação da fome” (2011).
3. Deve-se fomentar investimento e produção por meio do investimento público. Isso resolveria o choque de oferta. Mas investimento público suficiente para fazer isso iria

requerer significativo controle sobre os principais setores da economia, particularmente energia e agricultura; e uma ação global coordenada. Isso é atualmente uma esperança vã. (tradução dos autores).

4. “There is ample reason to believe that the next recession will be marked by a severe stagflationary debt crisis. As a share of global GDP, private and public debt levels are much higher today than in the past, having risen from 200% in 1999 to 350% today (with a particularly sharp increase since the start of the pandemic). Under these conditions, rapid normalization of monetary policy and rising interest rates will drive highly leveraged zombie households, companies, financial institutions, and governments into bankruptcy and default” (ROUBINI, 2022, sem paginação).

“Há ampla razão para se acreditar que a próxima recessão será marcada por uma severa crise de dívidas estagflacionária. Como proporção do PIB global, os níveis de endividamento público e privado estão muito mais altos hoje do que no passado, tendo crescido de 200% em 1999 para 350% atualmente (com um aumento particularmente acentuado desde o início da pandemia). Sob tais condições, a rápida normalização das políticas monetárias e a subida nas taxas de juros irão conduzir as famílias, companhias e instituições financeiras – todos zumbis amplamente alavancados – e os Estados à bancarrota e ao calote” (ROUBINI, 2022, sem paginação, tradução dos autores).

5. “Todo dinheiro de crédito do ‘quantitative easing’ terminou por ser um financiamento com custo praticamente zero para especulação financeira e fundiária. A ‘inflação’ se deu nas bolsas de valores e nos mercados imobiliários, não nas lojas” (ROBERTS, 2022b, sem paginação, tradução dos autores).

6. “[...] o lucro fictício pertence a um “modo temporal do valor’, [...] nomeadamente ‘antecipação de valor futuro” (pg. 163, tradução dos autores).

7. “Dado que uma crise financeira severa e uma contração econômica já vinham sendo gestadas no final de 2019, teria sido possível, na ausência da emergência sanitária de COVID-19, vender ao público a necessidade de uma infusão enorme de fundos por parte dos bancos centrais e governos nos bancos, corporações e mercados de ações? Nós achamos que a resposta é não. Uma simples repetição dos muito impopulares *bailouts* [salvamentos] de 2008-2009 teria desencadeado imensa fúria popular. Do ponto de vista dos interesses de certas elites poderosas, então, a pandemia deve mesmo ter tido um muito bem-vindo estranho desenvolvimento [...]”. (SMITH et al., 2021, pg. 28, destaque nosso, tradução dos autores).

8. Para nossa análise acerca das transformações na formulação de Kurz sobre a simulação de acumulação de capital através da mediação do capital fictício desde os anos 1980, conforme a contradição em processo da forma social continua a se desdobrar, ver PITTA, 2020, item 3.

9. Sobre tal relação, consultar ainda, “‘Capitalismo Asiático’ e Crise Global”, de Botelho e Barreira (2021).

10. Apresentaremos a seguir a hipótese de Wallace que nos interessa para desenvolvermos o argumento geral aqui apresentado. Desejamos adiantar desde já, porém, que o entendimento de Wallace com relação ao capitalismo contemporâneo compartilha da tese veiculada pelos adeptos do capital monopolista (como clássico de

Sweezy e Baran; e em Belamy Foster e Magdoff, 2009), na qual a financeirização é apenas decorrente dos desdobramentos da troca injusta promovida pelo controle de preços das grandes corporações, sendo para eles as crises do capital crises de subconsumo, o que os conduz a uma defesa de um Estado regulacionista e em formas alternativas de produção de mercadorias. A crítica a esta vertente já foi por nós desenvolvida com profundidade em Pitta (2020).

11. “According to the People’s Bank of China, since 2008, the Chinese economy has added about \$12 trillion worth of debt, roughly the size of the entire U.S. banking system in that year” (Mcmahon, 2018, pg. 11). “De acordo com o Banco Popular da China, desde 2008, a economia chinesa emitiu o valor de 12 trilhões de dólares de dívida, aproximadamente o tamanho do sistema bancário dos EUA daquele ano” (Mcmahon, 2018, pg. 11, tradução dos autores).

12. “Há uma série de fatores que levam à tentativa de enfraquecer as populações, deixando que morram. Se um país colapsa, e se ajoelha, perde a capacidade de produção. Eu luto para que o Brasil se fortaleça, que sobreviva a essa guerra’. A declaração da médica Nise Yamaguchi sintetiza a abordagem do chamado gabinete paralelo, que não lutou para evitar mortes, mas para que sobrevivessem os ‘fortes’, enquanto os ‘fracos’ eram sacrificados em nome da ‘produção’, um gesto irremediavelmente eugenista” (SAMPAIO, 2020).

13. Vale o destaque que desde meados de 2011, após o estouro da bolha financeira mundial de 2008 e com aprofundamento após a queda nos preços do petróleo (2014) como parte do estouro da bolha das commodities e suas consequências econômicas, o Brasil passa por um processo de fechamento de fábricas para produção industrial manufatureira, ou seja, sem considerar as agroindústrias no cálculo (IEDI, 2021). De forma nenhuma, porém, isso significa que o desenvolvimento das forças produtivas está parado no país, o que aprofunda ainda mais o aumento da composição orgânica do capital, a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo e a crise do trabalho.

14. A produção e distribuição de hidroxicloroquina pelo exército brasileiro respondeu à pressão do chamado gabinete paralelo do governo Bolsonaro. Apresentada como solução, a cloroquina foi amplamente utilizada para relativizar a pandemia e manter a “economia aberta”, ou seja, atuando como uma espécie de remédio placebo sobre a população sacrificável.

15. Cf. <https://www.eldonews.com.br/jbs-divulga-nota-sobre-morte-de-trabalhador-em-frigorifico-de-nova-andradina>

16. Ari teve sua história contada no documentário “O Território” na *National Geographic*, previsto para lançamento em agosto de 2022. O documentário Uru Eu Wau Wau: Terra em Disputa (2019) também relata roubos de madeira, grilagem de áreas protegidas e ameaças a lideranças indígenas. Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=PIFCHf99cb8>>.

17. Cabe o importante destaque que a família Bolsonaro se fez na política do estado do Rio de Janeiro em estreito vínculo com milícias de grupos paramilitares a controlar as favelas da capital do estado (cidade do Rio de Janeiro), extorquir as populações, lotear ilegalmente terras para produzir o espaço e financiar e garantir as eleições de seus



apoiadores na política. Ainda sobre as milícias no Brasil cf. *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*, de Bruno Paes Manso (2020).

18. Em Kurz (1993, pg. 49), lê-se que no totalitarismo da democracia de mercado do *boom* fordista, ações perpetradas pelo nazismo se disseminaram de forma difusa pela sociedade capitalista desde então, já que se instaurou a autodisciplina internalizada das mônadas sujeitos da forma mercadoria, na qual todos passam a ser seus próprios Hitler. Com o novo radicalismo de direita assumindo os Estados em crise, no momento da crise fundamental do trabalho e da forma social do valor-dissociação após os anos 1970, tais ações se agudizam e se tornam ainda mais explícitas, o que não significa um “retorno” do “nexo total ditatorial” dos fascismos históricos da primeira metade do século XX, mas sim a violenta disputa distributivista de crise entre grupos para alcançar seus diversos interesses particulares fetichistas, que não podem mais se hegemônizar.

19. Bolsonaro defende que o período de Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985) teria sido a experiência da “verdadeira democracia”. Este foi, na verdade, um momento de modernização retardatária [*nachholende Modernisierung*] brasileira, que entrou em crise nos anos 1980 (KURZ, 1999 [1991]) e não pode mais ser reproduzido.

20. Ainda Kurz: “Mas a crise do sistema revela que, em última análise, a política é apenas uma esfera derivada que não tem qualquer poder independente de intervenção. As leis e medidas estatais que não estão em conformidade com o estágio de desenvolvimento do processo sem sujeito do mercado são inócuas e permanecem no papel” (Kurz, 2020 [1993], pg. 83). E continua em nota: “Esse limite da política é, naturalmente, particularmente evidente no caso dos próprios radicais de direita, cujos programas econômicos e sociais ou não existem ou são simplesmente impraticáveis e, regra geral, ainda mais nebulosos do que os dos partidos oficiais” (KURZ, 1993, pg. 83, nota 37).

21. Por fim, cabe comentar que ao longo de 2021 e 2022, supermercados espalhados pelo país passaram a vender o refugio de certas mercadorias para que os mais pobres fossem ainda levados a comprá-lo; passaram a ser comercializados pés de galinha, ossos de gado e soro de leite, por exemplo.

22. Para uma apresentação da formulação marxiana da inflação e de inflação secular de Kurz, ver Nuno Machado (2020). Temos por base o ali apresentado, a partir do que desdobramos no que concerne ao momento de crise fundamental do capital os processos de inflação de títulos de propriedade e de dívida, sua transmissão para a produção, troca e consumo de mercadorias e seus processos de transmissão de preços e disseminação da inflação para o capital a nível global como momento que antecede o estouro das bolhas financeiras e sua consequente deflação de preços (às vezes parcialmente contida em razão dos processos críticos de administração de crise).

23. É de importância notar que não é casual que Lohoff utilize metáforas fisiocráticas como a do “armazenamento de água” para abordar o capital fictício e seu papel nos mercados de capitais, apresentando uma noção linear entre crescimento do armazenamento de capital fictício e “acumulação de capital” no que ele chama de “economia real”. Isso já se apresenta no seu livro *A grande desvalorização* [*Die große Entwertung*, 2012], no qual formulações que reaparecem em seu texto mais recente estão aqui criticadas. De maneira totalmente diversa, Kurz fala de um buraco negro a tudo

“engolir” ao tratar do desacoplamento entre valor e dinheiro e do necessário estouro das bolhas financeiras com cada vez maior aprofundamento de tal desacoplamento (Kurz 2014, 304 [2012, 339]). Sobre isso ainda, ver Czorny (2014).

24. “Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas etc. são, de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto, não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não muda ao todo de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais [capital fictício]. [...] Mas, como duplicatas que são, em si mesmas, negociáveis como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas *são ilusórias e seu montante de valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real*, sobre o qual são títulos” (MARX, 1985, pg. 20, nosso destaque).

25. “In the literature, the phrase ‘the financialization of commodity derivatives’ has been used by commentators to refer variously to one or more of the following: - Growth in futures market share of market participants that are essentially financial firms, including hedge funds, mutual funds and pension funds. ‘Managed’ commodity assets increased in value from less than US\$10 billion at the end of the 1990s to around US\$450 billion by April 2011. [...] - Unprecedented levels of futures market volume growth unrelated to changes in the size of physical markets – worldwide, the exchange-based commodity derivative trade increased by over 300 percent between 2001 and 2007, while the OTC trade increased by 1400 percent. [...] In each case, financialization is stated to have emerged around 2001-3 and to have significantly accelerated from 2004-5” (GIBBON, 2013, pgs. 8 e 9). “Na literatura, a frase ‘a financeirização dos derivativos de *commodities*’ foi utilizada por comentaristas para se referirem a um ou mais pontos do que se segue: - Crescimento na participação nos mercados de futuros de firmas que são essencialmente financeiras, incluindo *hedge funds*, fundos mútuos e fundos de pensão. *Commodities* como ativos administrados cresceram em valor de menos do que 10 bilhões de dólares no final dos anos 1990 para cerca de 450 bilhões de dólares em abril de 2011. [...] - Níveis sem precedentes de crescimento nos volumes dos mercados de futuros sem relação com mudanças no tamanho dos mercados físicos – no mundo, o comércio de derivativos de *commodities* baseado na troca cresceu 300 por cento entre 2001 e 2007, enquanto o comércio OTC (mercado de balcão) cresceu 1400 por cento. [...] Em cada caso, a financeirização é considerada como tendo emergido por volta de 2001-2003 e significativamente acelerado em 2004-2005”. (GIBBON, 2013, pgs. 8 e 9, tradução dos autores)

## Referências

- ABOUCHEIDID, Saulo; RAIMUNDO, Licio; e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Euforia de poucos”. *Revista Carta Capital*, 16 de junho de 2021.
- ADORNO, Theodor. “Sobre sujeito e objeto”. Em: *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, Editora Vozes, 1995 [1969].
- AGÊNCIA SENADO. “Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam”. Em: *Agência Senado*, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>.
- ALIAGA, M. *et al.* “Por que tantos acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos?”. Em: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 02 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-que-tantos-acidentes-de-trabalho-adoecimentos-e-mortes-em-frigorificos/>.
- ALFREDO, Anselmo. “Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica”. Em: *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 26, volume 1, número 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Capitalismo, sociedade civil e totalitarismo: século XXI, crise e a versão brasileira do totalitarismo mundial”. Em: CARLOS & CRUZ (orgs.). *Brasil, presente*. Editora da FFLCH/USP, São Paulo, 2020.
- ANDERSEN, K.G. *et al.* “The proximal origin of SARS-CoV-2”. Em: *Nat Med*, 26, 450–452, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>.
- AUMERCIER, Sandrine; HOMS, Clément; JAPPE, Anselm & ZACARIAS, Gabriel. *De virus illustribus. Crise du coronavirus et épuisement structurel du capitalisme*. Editora Crise & Critique, França, 2020.
- AUMERCIER, Sandrine. *Le mur energetique du capital*. Editora Crise & Critique, França, 2020.
- AUMERCIER, Sandrine; BOHY-BUNEL & HOMS, Clément. “Règne de la valeur et destruction du monde”. Em: *Revista Jaggernaut*, nº4, Editora Crise et Critique, França, 2022.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. Campinas, Editora UNESP, 2012.
- BARROS, C. “Dados do INSS apontam possível relação entre problemas na gravidez e trabalho em frigoríficos”. Em: *Repórter Brasil*, julho de 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/dados-do-inss-apontam-possivel-relacao-entre-problemas-na-gravidez-e-trabalho-em-frigorificos/07/07/2022>.
- BOTELHO, Maurilio e BARREIRA, Marcos. “Capitalismo asiático’ e crise global”. Em: *Revista Margem Esquerda*, Ed. Boitempo, SP, número 37, segundo semestre de 2021.
- BÖTTCHER, Herbert. “Ucrânia: Uma guerra pelo ordenamento mundial que se está a desintegrar”. Em: *Exit Online*, 12 de março de 2022a. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/herbert\\_bottcher19.htm](http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher19.htm).

\_\_\_\_\_. “Escalada da Guerra de Ordenamento Mundial sobre a Ucrânia”. Em: *Exit Online*, 29 de maio de 2022b. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/herbert\\_bottcher23.htm](http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher23.htm)>.

\_\_\_\_\_. “Observações sobre o coronavírus na perspectiva da crítica da dissociação-valor”. Em: *Exit Online*, 06 de dezembro de 2021. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/herbert\\_bottcher16.htm](http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher16.htm)>.

BÖTTCHER, Herbert e WISSEN, Leni. “Entre a auto-referencialidade e a solidariedade? O coronavírus no vazio do capitalismo”. Em: *Exit Online*, fevereiro de 2021. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/leni\\_wissen1.htm](http://www.obeco-online.org/leni_wissen1.htm)>.

BOULWARE D. *et al.* (2021) A Randomized Trial of Hydroxychloroquine as Postexposure Prophylaxis for Covid-19. Em: *The New England Journal of Medicine*; 383(6):517-525, 2020. Disponível em: doi: <10.1056/NEJMoa2016638. Epub 2020 Jun 3. PMID: 32492293; PMCID: PMC7289276>.

CANTARUTTI, D. “COVID 19 e trabalhadores essenciais: o caso dos frigoríficos”. Em: RUIZ & CANTARUTTI [*et al.*] (orgs.). *As pandemias dos frigoríficos*, Editora Odisséia, Porto Alegre, 2022.

CARNUT, MENDES & GUERRA. “Da pandemia ao pandemônio? Sistemas agroalimentares, coronavírus e Sistema Único de Saúde”. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 126-145, maio/ago. 2021.

CARRILLO, I. & IPSEN A. “Worksites as Sacrifice Zones: Structural Precarity and Covid-19 in U.S. Meatpacking”. Em: *Sociological Perspectives*, nº 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/07311214211012025>>.

CATALANI, Felipe. “A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa”. Em: *Blog da Boitempo*, 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-da-regressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/>>.

\_\_\_\_\_. “A barbárie e os bárbaros: notas sobre o processo social brasileiro na crise”. Em: *A Terra É Redonda Blog Online*, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-barbarie-e-os-barbaros/>>.

CZORNY, Bernd. *Ernst Lohoff e o individualismo metodológico*. Em: *Exit Online*, fevereiro de 2014. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/bernd\\_czorny.htm](http://www.obeco-online.org/bernd_czorny.htm)>.

DEUTSCHE WELLE. “Tönnies und die Werkverträge - Ausbeutung mitten in Deutschland”. Em: *Deutsche Welle Online*, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/de/t%C3%B6nnies-und-die-werkvertr%C3%A4ge-ausbeutung-mitten-in-deutschland/av-54839130>>.

DAVIS, Mike. “Vogelgrippe. Zur gesellschaftlichen Produktion von Epidemien”. Em: *Assoziation A*, Berlin/Alemanha, 2005.

DYAL JW *et al.* “Covid-19 among workers in meat and poultry processing facilities—19 states”. Em: *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*, 69: 557–61, abril de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15585/mmwr.mm6918e3> PMID: 32379731>.

FERRANTE, L. *et al.* “Dynamics of COVID-19 in Amazonia: A history of government denialism and the risk of a third wave”. Em: *Preventive Medicine Reports*, volume 26, abril de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Insegurança alimentar dobra no Brasil em menos de 7 anos e afeta ainda mais as crianças”. *Folha de SP*, 26 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/fome-no-brasil-supera-media-global-e-atinge-mais-as-criancas.shtml>>.

FOSTER, John Bellamy e MAGDOFF, Fred. *The great financial crisis: causes and consequences*. Nova York, Editora Monthly Review, 2009.

GHERMAN, M. & PASTERNAK, N. “Prevent Senior repete práticas nazistas e serve de alerta para o país”. Em: *Folha de SP*, 8 de outubro de 2021 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/prevent-senior-repete-praticas-nazistas-e-serve-de-alerta-para-o-pais.shtml>>.

GIBBON, Peter. “Commodity Derivatives: Financialization and Regulatory Reform”. *DIIS WORKING PAPER 2013:12*, Danish Institute for International Studies, DIIS, Copenhagen, vol. 12, 2013.

GUENTHER, T. *et al.* “Investigation of a superspreading event preceding the largest meat processing plant-related SARS-Coronavirus 2 outbreak in Germany”. Em: *EMBO Mol Med*; 12(12): e13296; 7 de dezembro de 2020.

HERSTEIN J. *et al.* “Characteristics of SARS-CoV-2 Transmission among Meat Processing Workers in Nebraska, USA, and Effectiveness of Risk Mitigation Measures”. Em: *Emerg Infect Dis*; 27(4):1032-1038; abril de 2021. Disponível em: <doi: 10.3201/eid2704.204800>.

IEDI (Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial). “A regressão industrial a curto e longo prazo”. Em: *IEDI*, 08 de junho de 2021. Disponível em: <[iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1085.html](http://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1085.html)>.

INSTITUTO PÓLIS. “Raça e Covid no Município de São Paulo”, Em: *Instituto Pólis*, São Paulo, Julho de 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>.

INSTITUTO PÓLIS. “Remoções forçadas: uma outra camada de risco à pandemia”. Em: *Instituto Pólis*, São Paulo, março de 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/remocoes-pandemia/>>.

KAFKA, F. “In der Strafkolonie”. Em: *Ein Landarzt. Kleine Erzählungen: und andere ausgewählte Prosa*. Frankfurt a.M., 2010.

KONICZ, Tomasz. “Estará a China na iminência de um colapso? O crescimento da economia chinesa financiado pelo endividamento não aguenta mais”. Em: *Konkret*, maio de 2015. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: < [http://www.obeco-online.org/tomasz\\_konicz4.htm](http://www.obeco-online.org/tomasz_konicz4.htm)>.

\_\_\_\_\_. “Inspeção ao campo de minas monetário: obrigações da dívida pública dos EUA: a porosa espinha dorsal do sistema financeiro mundial”. Em: *Untergrundblättele Blog Online*, 07 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.xn--untergrund-blittle-2qb.ch/wirtschaft/theorie/staatsanleihen-finanzsystem-6846.html>>.

\_\_\_\_\_. “A nova qualidade da crise: por que razão não haverá uma ordem pós-guerra estável depois da guerra sobre a Ucrânia. Em: *Exit Online*, 24 de maio de 2022. ”. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/tomasz\\_konicz25.htm](http://www.obeco-online.org/tomasz_konicz25.htm)>.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999 [1991].

\_\_\_\_\_. “O fim da política: Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria”. Em: *Revista Krisis*, nº 14, 1994. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz105.htm>>.

\_\_\_\_\_. “A epidemia asiática”. Em: *Folha de SP*, 02 de novembro de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/dinheiro/14.html> / <<https://www.exit-online.org/textanz1.php?tabelle=schwerpunkte&index=6&posnr=27&backtext1=text1.php>>

\_\_\_\_\_. “A natureza em ruínas”. Em: *Folha de SP*, 17 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz81.htm>>

\_\_\_\_\_. *A guerra de ordenamento mundial: O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*. Editora Horlemann, Alemanha, 2003. Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz133.htm>>.

\_\_\_\_\_. “A substância do capital: O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização” [*Die Substanz des Kapitals: abstrakte Arbeit als gesellschaftliche Realmetaphysik und die absolute Schranke der Verwertung*]. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 1, 2004. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>>.

\_\_\_\_\_. *Das Weltkapital: Globalisierung und innere Schranke des modernen warenproduzierenden Systems*. Editora TIAMAT, Alemanha, 2005.

\_\_\_\_\_. “A queima do futuro”. Em: *Neues Deutschland*, 09 de fevereiro de 2007. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz251.htm>>.

\_\_\_\_\_. “Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas”. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 4, 2007. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>.

\_\_\_\_\_. “Poder mundial e dinheiro mundial: a função económica da máquina militar dos Estados Unidos no capitalismo global e os motivos ocultos da nova crise financeira”. *Revista Widersprüch*, Zuriq, Alemanha, número 53, 2008. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz283.htm>>.

\_\_\_\_\_. “Não há Leviatã que vos salve: Teses para uma teoria crítica do Estado”. Em: *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 7, 2010. Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>>.

\_\_\_\_\_. “A inflação da fome”. Em: *Neues Deutschland*, 30 de maio de 2011. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rkurz387.htm>>. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rkurz387.htm>>.

\_\_\_\_\_. *Dinheiro sem valor*. Lisboa, Editora Antígona, 2014 [2012].

\_\_\_\_\_. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global”. Em: BOECHAT *et al.* (orgs.). *Geografafares*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, número 28, janeiro – junho de 2019 [1995]. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/geografafares/issue/view/991>>. Sítio consultado em junho de 2019.

\_\_\_\_\_. “A democracia devora seus filhos: comentários sobre o novo radicalismo de direita”. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2020 [1993].

LI, Minq. *China and the Twenty First Century Crisis*. Pluto Press, Londres, UK, 2016.

LIMA, L. “Caos na Pandemia: Sem oxigênio, pacientes morrem asfixiados em Manaus”. Em: *Amazônia Real*, 2021a. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-sem-oxigenio-pacientes-morrem-asfixiados-em-manaus/>>.

LIMA, L. “Manaus virou laboratório para ‘tratamento precoce’”. Em: *Amazônia Real*, 2021b. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/manaus-laboratorio-tratamento-precoce/>>.

LOHOFF, Ernst e TRENKLE, Norbert. *Die große Entwertung*. Editora Unrast, Alemanha, 2012.

LOHOFF, Ernst. *O futuro da inflação: Reflexões sobre as Implicações na Teoria da Inflação do Teorema da Modificação da Mercadoria Monetária*. Em: *Krisis Online*, 22 de março de 2022. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: < <https://www.krisis.org/2022/die-zukunft-der-inflation/>>.

LUSSENHOP, J. “A remota processadora de carne nos EUA que se tornou maior foco de Covid-19 no país”. Em: *BBC Brasil*, 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52352657>>.

MACHADO, Nuno. “O estranho caso dos preços que querem desvincular-se do valor: contributo para uma Teoria Marxista da inflação”. Em: *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia/MG, 35(1), Jul./Dez. 2020.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. Editora Todavia, Rio de Janeiro, 2020.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo I. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Série “Os Economistas”).

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo I. São Paulo, Abril Cultural, 1984c (Série “Os Economistas”).

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo II. São Paulo, Abril Cultural, 1985 (Série “Os Economistas”).

MCMAHON, Dinny. *China’s great wall of debt: shadow banks, ghost cities, massive loans and the end of chinese miracle*. Houghton Mifflin Harcourt, Boston/EUA, 2018.

MEYER, Thomaz. “As ‘catástrofes naturais sociais’ e o novo movimento de defesa do clima. Em: *Telepolis*, 18 de fevereiro de 2020. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: < [http://www.obeco-online.org/thomas\\_meyer20.htm](http://www.obeco-online.org/thomas_meyer20.htm)>.

MONTEL, A. “Governo Bolsonaro entope aldeias indígenas com cloroquina”. Em: *Brasil de Fato*, 20 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/20/governo-bolsonaro-entope-aldeias-indigenas-com-cloroquina>>.

NEBLINA. *Masterclass de fim de mundo*. Em: *Blog Neblina*, março de 2022. Disponível em: <<https://neblina.xyz/masterclass>>.

NISIDA, V. & CAVALCANTE, L. “Racismo e impactos da COVID-19 na população da cidade de São Paulo”. Em: *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, 2020. Disponível em: <151.10.55663/rbdu.v6i10.80>.

NOBRE, Marcos. *Os limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Editora Todavia, São Paulo, 2022.

NUNES, Rodrigo. “O presente de uma ilusão: estamos em negação sobre o negacionismo?”. Em: *Revista Piauí*, edição 174, março de 2021. Disponível em: [https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-presente-de-uma-ilusao/#\\_ftnref5](https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-presente-de-uma-ilusao/#_ftnref5)>.

ORTLIEB, Claus Peter. “Objectividade inconsciente. Aspectos da Crítica das Ciências Matemáticas da Natureza”. Em: *Revista Krisis*, números 21/22, Alemanha, 1998. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/cpo\\_pt.htm](http://www.obeco-online.org/cpo_pt.htm)>.

\_\_\_\_\_. “Uma contradição entre matéria e forma: sobre a importância da produção de mais-valia relativa para a dinâmica de crise final”. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, número 6, Alemanha, 2009. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <<http://o-beco-pt.blogspot.com/2010/06/claus-peter-ortlieb-uma-contradicao.html>>.

PAIXÃO, E. “Vacina em troca de ouro”. Em: *Instituto Sócioambiental*, 2021. Disponível em: <[https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/4885/1/CP11\\_07621%20Vacina%20em%20troca%20de%20ouro.pdf](https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/4885/1/CP11_07621%20Vacina%20em%20troca%20de%20ouro.pdf)>.

PEKAR, J. *et al.* “SARS-CoV-2 emergence very likely resulted from at least two zoonotic events”. Em: *Zenodo Online*, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.6291628>>.

PODER 360. “Wizard disse ter recebido missão para forrar Brasil com cloroquina em 2020”. Em: *Poder 360 Online*, 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/em-2020-wizard-diz-ter-recebido-missao-que-iria-forrar-brasil-com-cloroquina/>>.

PRESIDÊNCIA da República do Brasil. “Decreto Nº 10.282”. Em: *Secretaria-Geral / Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, 20 de março de 2020.

PITTA, Fábio. “O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação”. Em: *Revista Sinal de Menos*, n. 14, vol. 1, maio de 2020. Disponível em: <<https://sinaldemenos.org/2020/05/18/sinal-de-menos-14-vol-1/>>.

ROBERTS, Michael. *The long depression*. Editora Haymarket, Chicago/EUA, 2016.

\_\_\_\_\_. “Profitability, investment and the pandemic”. Em: *The next recession*, 17 de maio de 2020. Disponível em: <



<https://thenextrecession.wordpress.com/2020/05/17/profitability-investment-and-the-pandemic/> >.

\_\_\_\_\_. “Inflation: supply or demand?”. Em: *The next recession*, 19 de fevereiro de 2022a. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2022/02/19/inflation-supply-or-demand/>>.

\_\_\_\_\_. “The inflation debate”. Em: *The next recession*, 18 de abril de 2022b. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2022/04/18/the-inflation-debate/>>.

REDE BRASIL ATUAL. “Vídeo mostra reunião do ‘gabinete paralelo’ contra vacinas e a favor de cloroquina. Em: *Rede Brasil Atual Online*, junho de 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/06/video-mostra-reuniao-do-gabinete-paralelo-contra-vacinas-e-a-favor-de-cloroquina/>>.

RIBEIRO, M. “Aos 32 anos, indígena Uru-eu-wau-wau é assassinado em Rondônia”. Em: *De Olho Nos Ruralistas*, 18 de abril de 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/18/aos-32-anos-indigena-uru-eu-wau-wau-e-assassinado-em-rondonia/>>.

ROUBINI, Nouriel. “A Stagflationary Debt Crisis Looms”. Em: *The Project Syndicate Blog Online*, 29 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/stagflationary-debt-crisis-by-nouriel-roubini-2022-06>>.

SAMPAIO, P. “Para médica Nise Yamaguchi, comunidade científica conspira contra a vida”. Em: *UOL ONLINE*, 17 de julho de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/paulo-sampaio/2020/07/19/para-medica-nise-yamaguchi-comunidade-cientifica-conspira-contra-a-vida.htm>>.

SANTOS, I. “Ministro da Saúde diz que prioridade na vacinação ‘é o Brasil todo’ e indica ‘tratamento precoce’ em Manaus”. Em: *Amazônia Real*, 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-ministro-da-saude-diz-que-prioridade-na-vacinacao-e-o-brasil-todo-e-indica-tratamento-precoce-em-manaus/>>.

SCHOLZ, Roswitha. *O sexo do capitalismo. Teorias Feministas e a Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado*. Editora Horlemann, Alemanha, 2000. Tradução de Boaventura Antunes (excertos). Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz6.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm)>.

\_\_\_\_\_. “A nova crítica social e o problema das diferenças: Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização”. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 1, 2004. Tradução de Boaventura Antunes. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz3.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm)>.

\_\_\_\_\_. “O ser-se supérfluo e a ‘angústia da classe média’: o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo” [“Überflüssig sein und „Mittelschichtsangst“: das Phänomen der Exklusion und die soziale Stratifikation im Kapitalismus]. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 5, 2008. Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz8.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm)>.

\_\_\_\_\_. “Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje” [“Gesellschaftliche Form und konkrete Totalität”]. *Revista exit! - Krise und Kritik der Warengesellschaft*, Editora Horlemann, Alemanha, número 6, 2009. Tradução de Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz12.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm)>.

\_\_\_\_\_. “Prefácio”. Em: KURZ, Robert. “A democracia devora seus filhos: comentários sobre o novo radicalismo de direita”. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2020 [1993].

SILVA, Allan. “Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola *halal* brasileira”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Allan. “Prefácio: um livro virulento”. Em: WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante, São Paulo, 2020.

SORIC, M. “Casos de Covid-19 escancaram exploração de trabalhadores em frigoríficos alemães”. Em: *Deutsche Welle Brasil*, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/casosde-Covid-19-escancaram-explora%C3%A7%C3%A3o-de-trabalhadores-emfrigor%C3%ADficos-alem%C3%A3es/a-53395320>>

SMITH, A. “Povo Uru-eu-wau-wau documenta sua vitória contra a covid-19 em vídeo”. Em: *Mongabay*, 21 de junho de 2021. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2021/06/povo-uru-eu-wau-wau-documenta-sua-vitoria-contra-a-covid-19-em-video/21/06/2021>>.

SMITH, Murray; BUTOVSKY, Jonah & WATTERTON, Josh. *Twilight Capitalism: Karl Marx and the decay of profit system*. Fernwood Publishing, Canadá, 2021.

TAYLOR, C. et al. “Livestock plants and Covid-19 transmission”. Em: *PNAS*, vol. 117, nº 50, EUA, dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.2010115117>>.

THE INTERCEPT. “Coronavírus: nos Estados Unidos, mercado de ações dispara enquanto americanos morrem”. *The Intercept*, 15 de abril de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/04/15/coronavirus-bolsa-de-valores-estados-unidos/?fbclid=IwAR1oHpi3NGcJPtoKOEeRWHuEYhXnP6FnloRA5EjxMRMKx71VFvB5W6kbqNfy>>.

TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crisis changed the world*. Penguin Publishing Group, EUA, 2018.

\_\_\_\_\_. *Portas fechadas: como a Covid abalou a economia mundial*. Editora Todavia, São Paulo, 2021.

\_\_\_\_\_. “Chartbook #122: What drives inflation?”. Em: *Chartbook Online*, 17 de maio de 2022. Disponível em: <<https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-122-what-drives-inflation>>.

VENTURA D., AITH F. & REIS, R. “The catastrophic Brazilian response to Covid-19 may amount to a crime against humanity”. Em: *BMJ Opinion*, abril de 2021.

UOL. “Economia do mundo está parando, e Brasil corre sério risco de piorar também”. Em: *UOL Online*, 27 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/economia/noticias/2022/06/27/economia-do-mundo-esta-parando-e-brasil-corre-serio-risco-de-piorar-tambem/>>.

//economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/27/risco-maior-de-recessao-global-engage-brasil-veja-o-que-dizem-economistas.htm>.

URBAN, Andreas & UHNRAST, Alexander von. “Corona als Krisensymptom? Thesen zu Ursachen und historischen Bedingungen eines globalen Nervenzusammenbruchs”. Em: *Wertkritik & Krisentheorie Blog Online*, 2022. Disponível em: <<https://wertkritik.org/beitraege/corona-als-krisensymptom-teil1>>.

WORLD BANK. “Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa, South-South Partnering for Growth”. Brasília, 2012.

WALLACE, Rob. “The Kill Floor”. Em: *Dead epidemiologists: On the origins of COVID-19*. Editora MR Press, New York, 2020.

\_\_\_\_\_. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante, São Paulo, 2020.

\_\_\_\_\_. “Was COVID-19 mit der ökologischen Krise, dem Raubbau an der Natur und dem Agrobusiness zu tun hat”. Em: *SWR2 Online*, Köln/Alemanha, 2021a. Disponível em: <<https://www.swr.de/swr2/literatur/rob-wallace-was-covid-19-mit-der-oekologischen-krise-dem-raubbau-an-der-natur-und-dem-agrobusiness-zu-tun-hat-100.html>>.

\_\_\_\_\_. “The blind weaponmaker”. Em: *Patreon Blog Online*, 2021b. Disponível em: <<https://www.patreon.com/posts/blind-40838190?l=de>>.

WISSEN, Leni. “A matriz psicossocial do sujeito burguês na crise: uma leitura da psicanálise de Freud do ponto de vista da crítica da dissociação-valor” [“Die sozialpsychische Matrix des bürgerlichen Subjekts in der Krise”]. Em: *Revista Exit*, número 14, 2017. Tradução Boaventura Antunes, 2017. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/leni\\_wissen.htm](http://www.obeco-online.org/leni_wissen.htm)>.

XIAO, K. *et al.* “Isolation and characterization of 2019-nCoV-like coronavirus from Malayan pangolins.” Em: *bioRxiv*, nº 20 February, 2020. Disponível em: <<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.02.17.951335v1>>.

ZENG, Z. *et al.* “Highland cropland expansion and forest loss in Southeast Asia in the twenty-first century”. Em: *Nature Geoscience*, nº 1, 2018.

# **Crítica à teoria dos dois circuitos frente à análise da expansão do crédito no Brasil na primeira década do século XXI<sup>1</sup>**

*Ana Sylvia Maris Ribeiro*  
*Doutoranda Geografia FFLCH/USP*

## **Introdução: O aumento do consumo por meio de crédito e a “nova classe média” brasileira na primeira década do século XXI**

De acordo com os principais institutos de estatística e pesquisa em economia do país, o Brasil experimentou, na primeira década do século XXI, um avanço dos mais conhecidos indicadores sociais e econômicos<sup>2</sup>. Tanto nos meios de comunicação brasileiros, como em trabalhos científicos em geografia e demais ciências, apareceram diversas notícias e estudos a respeito do aumento dos assim chamados padrões de vida e do poder de consumo, bem como o aumento do número de empregos, principalmente em relação à parcela da população considerada de menor renda, demonstrando uma espécie de alargamento da classe média no Brasil, também chamada, segundo as classificações mais utilizadas nesses meios e entre alguns economistas, de “classe C”.

Dentre o universo macroeconômico brasileiro, constituiu-se historicamente uma interpretação sobre a desigualdade social como classes de renda ou classes econômicas, as quais foram classificadas, ao final da primeira década deste século, como distribuídas entre as designações A, B, C, D e E, sendo a classe “C” batizada pela mídia, por alguns setores governamentais e periódicos de economia que circulam no meio virtual como “a nova classe média brasileira”<sup>3</sup>. As classes de renda são classificadas a partir do cálculo do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) *per capita*, acrescido de informações advindas do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do PME (Pesquisa Mensal de Emprego), enquanto indicadores utilizados pelos institutos oficiais de

pesquisa (principalmente o IBGE e outras fontes como o IPEA, o Banco Central entre outros, que, embora apresentem por vezes outras metodologias para seus cálculos, “bebem” do IBGE como sua principal fonte) para classificar e categorizar a situação da população brasileira, do mercado de trabalho, bem como a situação e o diagnóstico de sua “qualidade de vida”.

A taxa de crescimento do PIB nominal brasileiro, no período de 2003 a 2009, foi em torno de 2,88% *per capita* ao ano, segundo o relatório conduzido por Marcelo Neri, na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). Entretanto, os indicadores da PNAD (a qual considera também critérios referentes ao consumo para o cálculo de seu índice) apresentaram um aumento percentual maior do que o PIB per capita para o período: cerca de 4,71% ao ano. Tendo como fundamento a análise desses dados, a redução da taxa de pobreza no Brasil e da desigualdade social e de renda no país foram eventos consagrados pelos relatórios oficiais no período em questão<sup>4</sup>.

Os dados e indicadores são unânimes em afirmar uma diminuição da desigualdade social e aumento da renda entre a população brasileira, no entanto, os números revelam pouco do conteúdo das relações sociais que estão sendo dinamizadas pelo aumento do fluxo de dinheiro na forma de crédito. Dinamismo advindo da possibilidade de acesso ao crédito por aqueles que nunca antes haviam tido sequer contas bancárias e quase nenhum acesso ao sistema financeiro.

Em relação às interpretações sobre o fenômeno da ascensão social, há uma certa discordância sobre a consideração do elemento de maior importância e determinação no processo. As interpretações presentes em sites oficiais do governo brasileiro, bem como no estudo conduzido pelo Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ, apontam o fator do crescimento da “renda em trabalho”, da produtividade da economia, como o mais importante e qualitativamente significativo dado do crescimento brasileiro. Entretanto, fatores como inflação baixa e programas de

transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram papel importante no desempenho da economia brasileira nesse período.

É preciso reconhecer que as questões relativas à ascensão social de uma camada da população brasileira, por meio da expansão do consumo via crédito desburocratizado no período considerado, reacendem um amplo debate acerca do subdesenvolvimento e da dependência estrangeira, realizado na geografia brasileira e latino-americana. A partir da teoria do subdesenvolvimento – elaborada por Celso Furtado na década de 1960 – e informado de seus desdobramentos no âmbito da CEPAL<sup>5</sup> e das discussões acerca das teorias da dependência desenvolvidas no contexto do CEBRAP<sup>6</sup>, Milton Santos desenvolve pela primeira vez, ao final da década de 1970, a *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, que será retomada na primeira década do século XXI, sobretudo no campo da geografia, como importante arcabouço interpretativo do fenômeno de expansão do crédito e do consumo entre as camadas mais pobres da população, entendida enquanto aumento das “finanças”.

Nessa perspectiva, a globalização e o papel do Estado aparecem como ponto central da crítica presente na teoria dos dois circuitos reativada para dar conta da análise desse novo momento histórico. Primeiramente, iremos voltar nossas discussões à questão da ascensão social como aumento do consumo, no âmbito estatal, a partir da concepção de “inclusão financeira”<sup>7</sup>, promovida pelo governo federal enquanto política pública ditada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Em seguida, nossa análise se volta para a teoria dos dois circuitos na geografia e suas aproximações com a crítica à chamada “razão dualista”, desenvolvida por Oliveira (2003), como formas teóricas dedicadas a pensar o processo de modernização no Brasil. Nesse sentido, abordaremos rapidamente como a teoria dos dois circuitos foi tomada como pressuposto teórico para se compreender e criticar o movimento entendido como “financeirização” no início do século XXI. Por fim, encerraremos este artigo trazendo elementos para pensar o movimento de

ascensão e queda social no Brasil enquanto desdobramento crítico do capital fictício como mediação social que conforma a totalidade como crise fundamental do capital.

## **1 – Inclusão financeira como política pública**

Desde o Plano Real e a considerada estabilização da moeda brasileira, a partir de 1994, inicia-se no Brasil – por meio de uma série de medidas institucionais de entrada de capital financeiro no país – um processo de desburocratização às formas de acesso ao crédito e a outros produtos financeiros. O processo de desburocratização ao crédito e às finanças foi legalmente fundamentado na constituição federal brasileira de 1988, a qual, através da Resolução nº 1524, autoriza a criação de bancos múltiplos ou universais e libera as instituições financeiras para ofertarem diversos serviços financeiros em seus estabelecimentos. Esse processo ocorreu em par com o mecanismo de securitização dos títulos da dívida externa do país, bem como por meio de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial na década de 1990. Mas é sobretudo na primeira década do século XXI que o processo de mobilização de capital aparentemente financeiro se intensifica e começa a contemplar as parcelas consideradas pobres da população, principalmente através de cartões *Private Label*<sup>8</sup> e de crédito pessoal, concedido por financeiras, ligadas ou não a grandes conglomerados bancários.

Segundo dados do Relatório de Inclusão Financeira apresentado pelo Banco Central do Brasil em 2010, há um aumento considerável das operações de crédito em relação ao PIB (nominal) de 2005 a junho de 2010. Em menos de cinco anos o aumento percentual do crédito em relação a esse indicador foi de quase 100%. Uma característica do dito aumento do crédito, segundo o mesmo relatório, é o aumento de transações e empréstimos considerados de “baixo valor”<sup>9</sup>. As operações de créditos com “valores” menores que R\$ 5.000,00 se referem

majoritariamente a transações de consumo, de acordo com o documento. Ainda segundo essa fonte, podemos perceber, no trecho extraído a seguir, o grande volume de empréstimos concedidos a pessoas físicas.

Os empréstimos concedidos a pessoas físicas somaram R\$692,6 bilhões em junho [de 2010], após expansão de 19,1% em relação a igual período de 2009, representando 45,3% do total de crédito do sistema financeiro. Os créditos a pessoas jurídicas, por sua vez, somaram R\$836,4 bilhões, com incremento de 30,3% em doze meses, equivalendo a 54,7% do total da carteira de crédito. Embora esteja crescendo a taxas expressivas nos últimos anos, o crédito bancário no Brasil ainda se encontra em patamares baixos, relativamente ao que se observa em outros países, o que sugere a existência de elevado potencial de expansão. (BCB, 2010, p. 75)

É preciso ressaltar que aumento e expansão do crédito em geral, e particularmente o que se estabeleceu no período em questão dentre a parcela considerada pobre da população do país, correspondeu, do ponto de vista do Estado, a um dos principais “objetivos estratégicos” do Banco Central do Brasil (BCB), visando à “promoção de inclusão financeira” enquanto “um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país” (BCB, 2010, p. 7). O crédito não foi o único “serviço” oferecido a essa população no bojo do processo de “inclusão financeira”. Além dele, foram oferecidos uma série de outros “produtos” financeiros como “poupança, [produtos] de pagamentos e de transferências em geral” (BCB, 2010, p. 18). Nesse sentido, para o Banco Central do Brasil:



Os esforços direcionados na divulgação do tema à sociedade e ao sistema financeiro, por sua vez, tiveram foco inicial no microcrédito, depois em microfinanças e, finalmente, sob o espectro da inclusão financeira, vista como um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país. Por reconhecer a complementaridade entre estabilidade, integridade e inclusão financeira, o BCB avança no aprimoramento do arcabouço regulamentar e na coordenação dos diferentes atores envolvidos na prestação de serviços financeiros. Há, nessa perspectiva, a convicção de que a busca de mecanismos para inclusão financeira é essencial para redução de desigualdades sociais e para maior desenvolvimento econômico, considerados elementos de um círculo virtuoso: a adequada expansão da inclusão financeira viabiliza o acesso à economia formal, contribuindo para mais crescimento econômico, que, por sua vez, facilita o acesso de mais pessoas à economia e ao sistema financeiro, mobilizando poupança e investimento para o crescimento do setor produtivo. (BCB, 2010, p. 17)

Nesse sentido, estabelecia-se a crença estatal de que o aumento do consumo em geral e em particular da população considerada pobre, ou a promoção de um aumento da demanda por produtos, do consumo, através da abertura do crédito, determinasse um potencial de crescimento produtivo das empresas. A noção de um “potencial de expansão” é constante no argumento. Também se evidenciava a preocupação com a “inserção” da população na considerada “economia formal”. O relatório afirma ainda a possibilidade de que conceder crédito e outros produtos financeiros à população, a pessoas físicas – principalmente à população considerada pobre – permitiria uma espécie de “autovalorização” do dinheiro emprestado por meio de pequenos “empreendimentos produtivos” que essas pessoas poderiam realizar, trazendo assim fôlego à economia e a possibilidade de expansão dos mercados. Essa segunda visão atrela-se à concepção de microcrédito que vem se difundido largamente em âmbito mundial, sobretudo nas últimas décadas<sup>10</sup> e aqui no Brasil na forma jurídica do MEI, Micro Empreendedor Individual. Nesse sentido, a noção de inclusão, de acordo com a visão estatal expressa nesse relatório,

ganha destaque positivo enquanto política de desenvolvimento social fundamentada na expansão financeira.

Todavia, em documento anterior ao Relatório de Inclusão Financeira de 2010, o “Comunicado da Presidência número 7”, relatório oficial do IPEA, intitulado “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” – conduzido pela Assessoria Técnica da Presidência em agosto de 2008, e que teve como finalidade se dedicar “a observar o comportamento da renda de pobres e ricos nas seis principais regiões metropolitanas do país, pontuando questões que merecem atenção da sociedade e das autoridades” (IPEA, 2008, p. 2)<sup>11</sup> – expressava outra questão, ausente no Relatório de Inclusão Financeira. Segundo o Comunicado do IPEA, o enriquecimento e desenvolvimento econômico do Brasil relacionava-se a uma dimensão mais ampla do que a expansão de crédito no país, em que os ganhos de produtividade, advindos de novos investimentos no capital considerado produtivo, não correspondiam ao aumento proporcional dos ganhos reais pelos trabalhadores:

A economia brasileira, ao longo dos últimos anos, tem demonstrado um vigor que parece refletir-se positivamente sobre a renda familiar. Em outras palavras, o crescimento produtivo do país veio acompanhado de uma melhora na renda das famílias em todas as faixas, implicando em uma queda no número de pobres no país e mesmo, mais recentemente, em elevação no número de pessoas de alta renda (ricos). Contudo, mesmo com números alvissareiros, é necessário notar que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se apoderando de parcela crescente da renda nacional. (IPEA, 2008, p. 2)

O comunicado do qual foi extraído o trecho acima, realizado no contexto da crise internacional de 2008-2009, anuncia o crescimento produtivo do setor industrial brasileiro e identifica uma problemática econômica nacional posta no plano da distribuição dos ganhos da produtividade em que os salários e a remuneração dos trabalhadores não acompanharam esse crescimento<sup>12</sup>. O trecho aponta ainda uma possível

acumulação por parte dos “detentores dos meios de produção”, o que implica uma defasagem salarial dos trabalhadores. Para chegar a essa conclusão, o comunicado em questão se vale de um indicador chamado “Custo Unitário do Trabalho” (CUT), “entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade” da considerada indústria brasileira.

Segundo o mesmo relatório, o Custo Unitário do Trabalho teve uma queda de 10,2% entre dezembro de 2001 e abril de 2008. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, outro indicador utilizado pelo Comunicado da Presidência para orientar e compor suas análises, a produção física da indústria, mensurada pelo IBGE, indica que esta aumentou na ordem de 28,1% (de dezembro de 2001 a dezembro de 2008), com o consecutivo ganho de “produtividade do trabalhador” de 22,6%, ao passo que a folha de pagamentos à força de trabalho obteve um aumento em termos reais, no mesmo período, de apenas 10, 5%.

Uma das conclusões do comunicado em questão é a de que “sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, [se] estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil” (IPEA, 2008, p. 12). Nota-se que a noção de produtividade considerada por esses indicadores está diretamente vinculada à materialidade produzida e tais relatórios não abordam o índice de endividamento do setor considerado produtivo. Diante desses dois momentos que expressam a concepção estatal acerca da economia brasileira – em que um ressalta o ganho de produtividade da indústria nacional em detrimento do custo unitário do trabalho, sugerindo assim uma acumulação de renda por parte dos detentores dos meios de produção, e o outro em que a inclusão financeira é considerada um dos objetivos nacionais para a “redução de desigualdades sociais” e para a promoção da “estabilidade” e “integridade” do país – podemos levantar duas questões: i) A crise fundamental da economia e da política brasileira, que se expressaria na década seguinte, estaria no descompasso entre produção e distribuição de renda, ou do capital? ii) Quais sentidos o

capital financeiro assume nesse contexto – nacional e mundial – que apontam para uma crise e uma possível ficcionalização das categorias do capital?

## **2 – Aproximações entre a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e a crítica à razão dualista**

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo contexto da ditadura militar e do considerado “milagre econômico” brasileiro (1969-1973) que colocavam teoricamente aos pensadores brasileiros e latino-americanos diversas questões acerca da noção de desenvolvimento e modernização como dever histórico dos países periféricos. Na geografia brasileira e nas ciências sociais e econômicas, foi travado longo debate a respeito das causas e consequências da pobreza no Brasil, entendida principalmente no contexto de discussões sobre a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países de Terceiro Mundo, também chamados de países subdesenvolvidos. No âmbito das discussões do CEBRAP, em relação a esse assunto, pensamos que foi desenvolvida importante elaboração, no início da década de 1970, na obra “Crítica à Razão Dualista” (publicada pela primeira vez em 1972) de Francisco de Oliveira. Grandes foram os esforços, em relação a essa questão, para se compreender o “subdesenvolvimento” como a “produção da expansão do capitalismo” estabelecido nos países periféricos (Oliveira, 2003, p. 32).

De maneira geral, podemos entender que o subdesenvolvimento para Oliveira se constituiria na articulação da produção da dependência internacional do país, atrelada à divisão internacional do trabalho e aos interesses da burguesia nacional. O autor retoma o argumento de Furtado e de Marx de “18 de Brumário” para afirmar a política não como externalidade, mas como estruturante na relação e reprodução do capital enquanto sistema. Considerando a relação de totalidade engendrada pela expansão mundial do capital, atentando para a relação entre a dependência

nacional e a forma de desenvolvimento interno e externo do modo de produção capitalista, os países subdesenvolvidos se constituíam, para esse autor, como “reserva de acumulação primitiva do sistema global” (Oliveira, 2003, p. 33). Oliveira, assim, critica um ranço de evolucionismo contido em diversas teorias marxistas sobre o subdesenvolvimento, pois essa noção não comportaria a consciência, ou ainda, o âmbito de ações políticas orientadas com sentido determinado de classe (Oliveira, 2003, p. 126)<sup>13</sup>.

Em vista disso, para Oliveira, era necessário criticar o modelo de interpretação dualista desenvolvido pela concepção cepalina, o qual afirmava que o processo de industrialização no Brasil efetivou um setor “moderno”, no qual se estabeleciam formas urbano-industriais de acumulação, deixando o outro “atrasado”, pois que carregava ainda as características de uma economia agrário-exportadora primitiva, sendo esta compreendida enquanto a característica fundamental do subdesenvolvimento. Em relação à crítica à concepção dualista de subdesenvolvimento, Oliveira escreve:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (2003, p. 32)

A principal crítica de sua obra em relação à razão dualista consiste em reconhecer que aquilo que era considerado como atrasado, relações não-capitalistas de produção ou ainda as formas mais precárias e empobrecidas da reprodução da classe trabalhadora no campo e nas grandes cidades brasileiras, não era fruto de relações arcaicas de produção, mas antes representaria a forma funcional de exploração do

desenvolvimento moderno capitalista, *i. e.*, a sua forma moderna de acumulação nos países subdesenvolvidos. Portanto, as condições de pobreza para Oliveira eram funcionais ao desenvolvimento capitalista acelerado e nada mais errado para o autor do que tratá-las como um “corpo estranho” ao processo de acumulação. Nesse aspecto é possível reconhecer no autor um projeto político no qual afirma que os pobres não podem ser abandonados à própria sorte sob pena de barrar o desenvolvimento. Para Roberto Schwarz, a propósito dos escritos de Oliveira, seria necessário um projeto de modernização integrada de modo a alçar os pobres à condição de cidadania, em que a “superação da pobreza” se constituiria como a chance histórica do país para conquistar uma “nova situação internacional” (Schwarz, 2003, p. 18-19). Assim, Oliveira reconhece a impossibilidade histórica da reprodução da acumulação capitalista nos países periféricos nos termos de uma escolha política, ou antes, um conluio entre a burguesia urbana industrial, nacional e internacional, e o Estado, após a década de 1960.

Já Milton Santos, sob o movimento de renovação crítica da geografia brasileira que ficou conhecido como Geografia Ativa, intentou, através de uma “análise sistemática, capaz de conduzir à formulação de princípios gerais”, a realização de uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” própria para os países subdesenvolvidos (Santos, 2004, p. 26). A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, expressa na obra (Santos, 2004 [1979]), tem como perspectiva teórica o “desenvolvimento desigual”, enquanto desigualdade social e espacial. O autor estava na chave de pensar, seguindo a tradição de Pierre George, uma distribuição mais igualitária dos recursos produzidos socialmente. Para Santos (1980) esse autor da tradição da geografia humana francesa, estabeleceu o “[...] esforço em abarcar a dinâmica dos sistemas socioeconômicos com as estruturas de produção” na explicação geográfica, o que colocava, segundo Santos, o

marxismo como “ideologia coerente seguida discretamente por alguns geógrafos.” (Santos, 1980, p. 82)

Em relação à adoção do marxismo na perspectiva da Geografia Ativa e da chamada Geografia Crítica é possível reconhecer, entre outros fatores, a apropriação das noções de desenvolvimento desigual e combinado e subdesenvolvimento, em relação às quais a totalidade vai ser considerada na relação entre as partes e o todo, agora sob “uma perspectiva histórica e social [...] estando sustentada na contradição entre as classes” (Leite, 2015, p. 120). Milton Santos, a partir de uma proposição teórica que não afirma explicitamente a disputa entre classes como determinante do processo de desenvolvimento, responde aos anseios da construção de outra perspectiva de planejamento<sup>14</sup> fundamentada na crítica distributivista que orienta suas análises a partir de afirmações acerca da necessidade de organização e redistribuição espacial da riqueza concentrada. Leite aponta como essa tradição de crítica “esteve ligada à consolidação de uma ‘esquerda’ política nacional, para a qual o planejamento e o próprio sentido da ação do Estado deveriam ser disputados” (2015, p. 121). O socialismo, ou ainda, a perspectiva social democrata como horizonte político e científico, estava implícito em tais análises.

A preocupação com a distribuição dos recursos sobre o território e entre os considerados diferentes “agentes espaciais”, por sua vez, constitui-se como incorporação crítica da “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller, no movimento da Geografia Ativa que afirmava a necessidade de intervenção da ciência geográfica na construção de teorias que tratassem da questão das desigualdades a partir de uma perspectiva prática e positiva quanto ao caráter específico do espaço dos países subdesenvolvidos, para que dessa maneira fosse possível “desenvolver teorias que tenham sentido tanto para os geógrafos como para os cidadãos.” (Santos, 1980, p. 88, 89). A efetivação desse processo de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, de acordo

com a visão desse movimento do pensamento social e geográfico, deveria ser impulsionada pelo Estado.

Santos chamava atenção para a necessidade de se entender e estudar a especificidade dos países subdesenvolvidos, em sua dimensão histórica e organizacional, em relação aos países desenvolvidos, de modo que fosse possível compreender os impactos do que o autor chamou de “modernização tecnológica” sobre esses países, sem ter que recorrer a conceitos e perspectivas transplantadas irrefletidamente dos países desenvolvidos (2004, p. 18). De acordo com os pressupostos dessa teoria, a organização e reorganização do espaço dos países subdesenvolvidos realiza-se “em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”, cujas forças são seletivas, determinando, dessa forma, uma seletividade espacial “em nível econômico e social” que resultaria no aparecimento – no espaço das cidades dos países subdesenvolvidos – de dois circuitos responsáveis pelo processo econômico e de “organização espacial”: o circuito superior, moderno e rico; e o circuito inferior, pobre e não-moderno (Santos, 2004, p. 21, 22). Segundo o autor, o circuito superior receberia apoio e ajuda governamental enquanto o circuito inferior não receberia e, ao contrário, ainda seria fruto de perseguições por parte deste, como no caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes. O circuito inferior estaria relacionado à integração e relações com o local, enquanto o superior estaria integrado ao âmbito da realidade nacional e desta com o exterior (Santos, 2008, p. 103).

Nesse sentido, percebemos uma aproximação entre a crítica de Oliveira e a de Milton Santos em relação a noções e teorias formuladas sobre o subdesenvolvimento<sup>15</sup>. Ambos autores apresentam uma mudança qualitativa sobre a análise da produção e reprodução do capitalismo nos países periféricos ao questionar o dualismo que se apresentava como forma clássica de análise, o qual atribuía aos setores tidos como “atrasados” os problemas do subdesenvolvimento. Ao contrário, na formulação dos dois pensadores, o que aparecia como “atraso” e pouco



desenvolvido do ponto de vista lógico-histórico capitalista, era funcional à forma da acumulação dos países desenvolvidos, do centro do capitalismo<sup>16</sup>, e ao mesmo tempo reiterava a situação de pobreza estrutural do país. Entretanto, diferentemente da perspectiva explícita da luta de classes presente na formulação de Oliveira, Milton Santos vai olhar para a desigualdade do fenômeno da modernização a partir de uma perspectiva de seletividade espacial, segundo sua “densidade técnica” e informacional (Santos, 2004, p. 33):

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão (Santos e Kayser, 1971). Por outro lado as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos. (Santos, 2004, p. 20, 21)

Ao se ater ao espaço enquanto categoria explicativa da realidade, a teoria dos dois circuitos constitui-se a partir de termos e lógica provenientes da física: força, impacto, inércia, pontos, direção, sem falar que o próprio espaço parece ser considerado em sua acepção newtoniana, e, nesse sentido, absoluto; espaço neutro que pode ser moldado e construído objetivamente segundo os diferentes “interesses” que se expressam como forças potenciais que encontrarão mais ou menos resistência, forças de “inércia” à sua organização ou reorganização. Tal perspectiva teórica, conforme aponta Alfredo (2009, p. 2), não contempla “a crítica necessária a uma sociedade determinada por abstrações”, pois, ao se ater à materialidade do real como objeto de estudo, a análise espacial

desconsidera a contradição existente entre concreto e abstrato que constitui a forma mercadoria e a totalidade capitalista. Nesse sentido, as análises fundadas na concretude do espaço são fetichistas já que, tendo em vista a produção de materialidade, a condição coisificada de valores de uso acaba por determinar a “consciência objetivada da subjetividade, sob o capital”, (Alfredo, 2010, p. 39).<sup>17</sup>

Gaudemar (1977) alerta para o fato de que essa concepção de espaço esteve muito presente na ciência econômica clássica, que frequentemente aplicava princípios da termodinâmica e das leis da gravitação para explicá-lo e construir modelos de crescimento econômico. Afirma, ainda, que essa concepção esteve frequentemente atrelada à noção de diferenciação espacial, a qual tratava sobretudo de deslocamentos de fatores de produção segundo uma aceção de fluxos de ajustamento numa realidade que supostamente tende ao equilíbrio, configurando, dessa maneira, um discurso econômico desenvolvimentista que, dentre outros aspectos, serviam de apologia à reprodução do capital<sup>18</sup> (Gaudemar, 1977, p. 173). Nesse sentido, podemos perceber como a análise do processo de modernização sob a perspectiva da materialidade do espaço, em Santos (2004), conduz a explicações físicas e mecânicas do movimento contraditório do capital. Todavia, mesmo sendo uma linguagem proveniente da física, essa forma já se constituía como universo de entendimento da economia em relação à população, conforme atenta Gaudemar. A seletividade do espaço, segundo Santos, se dá em função da densidade técnica e informacional apresentada por ele. A informação e a técnica analisadas, bem como a perspectiva da divisão social do trabalho, são transformadas em recursos que definem materialmente se um espaço será atingido diretamente pela modernização ou não (Santos, 2004, p. 33). O processo de modernização, considerado pela teoria dos dois circuitos, é assim entendido sob o “impacto de novas variáveis” que provocariam uma forma de “especialização espacial” impondo, dessa maneira, uma “hierarquia de lugares”, o que levaria a uma “tendência em direção à

polarização em torno de pontos privilegiados através do território” (Santos, 2008, p. 105). Esse processo, para o autor, conformaria o sistema urbano a partir dessa hierarquização do espaço, enquanto território nacional. Nesse sentido, a renda vai ser assumida pela teoria espacial como categoria da economia política e tentará ser explicada em função da localização do indivíduo no espaço:

[...] nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. [...] O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual (Santos, 2004, p.21).

Estabelecendo laços com a economia política desenvolvimentista pensada por Furtado nas décadas de 1950 e 1960 (Furtado, 1965), a teoria dos dois circuitos afirma que as novas formas de produção e comércio, resultado da modernização tecnológica, provocam uma “deformação na estrutura de consumo”<sup>19</sup> (Santos, 2008, p. 95). Dessa forma, mantém-se a ideia de que poderia existir um nível ou qualificação ótima de consumo, partindo de uma noção que tem como pano de fundo a concepção de equilíbrio, de sistema equilibrado.

O consumo, apartado das determinações da produção pela análise espacial, é constantemente analisado partindo da ideia de “difusão de inovações” e ganha, para Santos, assim como a noção de “organização do espaço”, a forma polarizada entre o que se apresenta como os elementos e fatores nacionais (internos) e internacionais (externos) (2008, p. 58). Reconhecemos o esforço de Santos ao elaborar a teoria dos dois circuitos no sentido de procurar superar uma visão fragmentada dos momentos de circulação, distribuição, produção e consumo do capital. Entretanto, pensamos que sua análise, na forma de circuito, separa justamente os momentos do capital que detém uma identidade negativa, uma relação de simultaneidade contraditória. Nesse sentido, entendemos que identificar

especialmente produtores e consumidores em separados é retirar o caráter de co-determinação interna entre esses termos. Ao pensá-los separadamente diante do processo de modernização do país, entendemos que Santos localiza o consumo como finalidade que aparece fora da economia, como objeto de uso, apropriação, e promessa no âmbito do vivido. O desdobramento dessas reflexões para a realidade das décadas seguintes conduz o autor à crítica da globalização enquanto movimento de uma totalidade sistêmica:

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (Santos, 2008, p. 145)

A descrição do processo de globalização nesses termos reitera a ideia de uma ordem natural oculta atribuída ao espaço que é perturbada com “forças” e “vetores seletivos” das variáveis modernas, perturbações que levam a desequilíbrios e instabilidades, necessitando de regulação e ordenamento (técnico e estatal, em outras palavras, tecnocrático) para seu restabelecimento. O processo de modernização é encarado como uma “força” que vem do centro e que não atinge a periferia no mesmo momento. Como o autor está na perspectiva de entendimento da totalidade e não de crítica a ela, a questão posta pela contradição do desenvolvimento capitalista – enquanto contradição interna da forma mercadoria e do aumento histórico da composição orgânica do capital<sup>20</sup> – aparece como um problema que a geografia deve tratar sob a noção de escala, onde as variáveis atuam segundo o nível (do espaço) considerado.

Para Santos (1996) a análise da técnica em sua unicidade, na qualidade de sistema, conferiria um método à ciência geográfica capaz de compreender o espaço a partir de diferentes manifestações que compõem sua existência. Nesse sentido, a centralidade da técnica conferiria também coerência entre as categorias internas e externas ao espaço, além de ser

reveladora da produção histórica da realidade, de suas formas de empirização do tempo em objetos técnicos e informacionais. Dessa maneira, Santos abandona a ideia da unicidade ou da unidade terrestre em favor da totalidade, no entanto, desenvolve uma perspectiva ontológica da técnica, atrelada à ontologia do espaço, sendo que a inserção da perspectiva histórica se dá a partir da consideração da evolução do meio geográfico promovida pelo desenvolvimento técnico da sociedade. Tal perspectiva possibilitaria identificar ao menos três formações e estágios distintos do meio geográfico ao longo da história, segundo sua “densidade técnica”: meio natural, meio técnico e meio técnico científico-informacional, sendo esse último o que caracterizaria o fenômeno hodierno da globalização. Todavia, contra uma globalização considerada perversa, o autor ressaltava a “força do lugar”, como potência que se manifesta na emoção e na materialidade, em objetos e corpos, que constroem “horizontalidades” a partir do uso da técnica.

É preciso lembrar que a geografia miltoniana – além de carregar a preocupação com a desigual distribuição dos recursos e desenvolvimento técnico sobre a Terra – é marcada ainda pela incorporação da fenomenologia nas análises geográficas, voltando-se para o reconhecimento e análise do espaço vivido e suas representações (Lencioni, 1999). No entanto, a aproximação da teoria espacial das concepções físicas associa-se à perspectiva sistêmica de cidade, enquanto “sistema urbano”, que acaba por repor, em diversos momentos dessa reflexão teórica, o estruturalismo como forma de análise, em detrimento da dialética. Olhar para as realidades locais foi a forma que Santos encontrou de lidar com a questão da totalidade, mas essa se torna a única forma da relação entre o que ele considera como a especificidade dos países subdesenvolvidos e a totalidade capitalista. Em vista disso, não há descoberta dos termos da contradição da mercadoria e do desenvolvimento histórico e contraditório das forças produtivas por essa

teoria, somente a crítica à dominação de classes transmutada na perspectiva da dominação de um sistema pelo outro.

### **3 – A atualização da teoria dos circuitos sob o entendimento das “finanças” como variável chave do mundo globalizado**

Na primeira década do século XXI, diante da constatação do aumento do consumo das parcelas mais pobres da população brasileira por meio do acesso ao crédito desburocratizado, a teoria dos dois circuitos desenvolvida por Santos na década de 1970 é recolocada na geografia do país<sup>21</sup> como arcabouço teórico para compreender a forma de exploração do circuito superior sobre o inferior. Ademais, o aumento do dinheiro via crédito será lido por essa perspectiva teórica como movimento das “finanças”, que passa a ser considerada variável chave para o entendimento da modernização tecnológica que parecia atingir agora o chamado circuito inferior. O aumento do crédito atrelado ao aumento do consumo de bens duráveis e não-duráveis, materiais e imateriais, é uma questão presente nas discussões atualizadas da teoria dos dois circuitos. Silveira (2009) chama atenção para a busca de liquidez e consumo relacionado ao crédito e outras políticas públicas nacionais<sup>22</sup>.

Sob o contexto da chamada globalização, a retomada da teoria dos circuitos se debruçará sobre a financeirização da vida cotidiana, por meio do acesso ao crédito considerado como componente dinâmico do capitalismo contemporâneo, enquanto fator e reconfiguração das periferias de metrópoles de países emergentes. A partir do reconhecimento da expansão das operações de finanças para grandes redes de comércio varejista para além dos tradicionais bancos e instituições financeiras, tais leituras embasadas na teoria dos circuitos afirmam que a lucratividade das empresas atrelada aos juros dos produtos financeiros será maior do que a obtida com a venda de mercadorias fabricadas ou comercializadas. Nesse

sentido, a perspectiva que se assume é a de que os juros excedem o “valor real” das mercadorias materiais vendidas por meio do crédito.

Considerando que o parcelamento creditício permite um maior endividamento por parte dos consumidores que não teriam tradicionalmente renda suficiente para consumo de determinados bens, a perspectiva da teoria dos dois circuitos atualizada vai olhar para o consumo e para uma determinada “Coerção da compra” que se generaliza. A facilidade do crédito, segundo essa concepção, conformaria a “sociedade de consumo” enquanto possibilidade imediata de um consumo para o qual não se tem meios presentes de se pagar: tal imediatividade seria “a grande sedução do crédito”. Contudo, de acordo com essa perspectiva, o preço a se pagar por tal imediatividade seria maior que o valor real do produto e é segundo essa lógica que o circuito superior, enquanto economia financeirizada e mundializada, drena renda em dinheiro do circuito inferior. O impulso da compra, todavia, responde a uma demanda legítima de consumo, reprimida durante anos, por parte das camadas mais pobres, como observa Contel em entrevista para a Agência FAPESP (Arantes, 2016)<sup>23</sup>. Assim, o endividamento é ressaltado como forma recorrente detectada pela pesquisa fundamentada no estudo dos circuitos, em que novos créditos são contraídos muitas vezes não para o consumo, mas para a rolagem de dívidas anteriores não pagas. A financeirização da economia é entendida por essa perspectiva concomitante à financeirização do território, em que o aumento da densidade técnica e informacional do território – dos “fixos geográficos” – determinará a nova forma de exploração de um circuito pelo outro<sup>24</sup>. Em vista disso, a análise da financeirização do território orientará a pesquisa e o estudo dos circuitos da economia urbana para a considerada nova base técnica do espaço, responsável por levar os dispositivos financeiros e a técnica bancária a todos os lugares:

O que é mais racional, no processo de tornar-se competitivo, deve ser aplicado, eliminando todo tipo de viscosidades políticas, jurídicas, sociais e culturais. Desse modo, difundem-se sistemas técnicos automatizados para substituírem o trabalho humano, que é sempre considerado mais caro, demandante de pausas e potencialmente criador de conflitos, assim como normas destinadas a reduzir a quantidade de mão-de-obra, ou a transferir à esfera individual um conjunto de condições consideradas anteriormente soluções de civilização. (Silveira, 2009, p. 67)

Diante do exposto, podemos compreender que, segundo a teoria atualizada dos dois circuitos, a coerência racional posta ao espaço pelas variáveis centrais do processo de modernização tecnológica – a técnica bancária, a informação e as finanças – promove simultaneamente a racionalização do território, conferindo maior fluidez à circulação material e imaterial no espaço nacional e o desemprego de grande parte da mão-de-obra nacional nesses setores considerados modernos (Montenegro, 2006), a qual vai ser empregada e incorporada ao circuito inferior da economia, como forma de trabalho e consumo. Ao mesmo tempo, as finanças capilarizadas do circuito superior parecem “avançar” para todo o território enquanto mercado, inclusive aos tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior, provocando, segundo essa teoria, uma drenagem de dinheiro da economia pobre para a economia mundial globalizada, o que acaba por conferir maior velocidade à economia do circuito inferior e endividamento de grande parcela da população, reproduzindo assim, a ideia de pobreza estrutural e subdesenvolvimento já analisada por Santos no alvorecer dessa teoria.

#### **4 – Considerações finais: O capital fictício e o apagamento da crise e da crítica categorial do capital**

Tanto na perspectiva da crítica à razão dualista sob entendimento da luta de classes, presente em Oliveira, quanto na teoria dos dois circuitos da economia urbana, apresentada por Santos, não aparece a dimensão de



crise interna e categorial do capital. Nesse sentido, percebemos em ambas perspectivas certo desencajamento da teoria da crise apontada por Marx n'*O Capital*. O processo de modernização, que deveria ser alvo da crítica tendo em vista sua negatividade enquanto momento de dominação social, é conformedo na teoria e na crítica distributivista, expressando aparentemente uma racionalidade perfeita quanto ao desenvolvimento capitalista e sua forma de acumulação, sendo a desigualdade uma componente funcional ao sistema apenas como dominação de classe ou de um circuito pelo outro.

De acordo com Alfredo (2009), o estudo da especificidade dos países subdesenvolvidos na forma da análise do desenvolvimento técnico, na teoria espacial de Santos, retira o caráter crítico do processo: não existe crise na aparência do movimento de modernização do capital lido “espacialmente” como desenvolvimento da técnica enquanto atributo “natural” da sociedade. No lugar de uma crítica à relação capital e suas categorias se coloca, assim, uma crítica moral aos efeitos injustos do ponto de vista humano e social do consumo e do sistema. O estudo da técnica e das mercadorias enquanto simples “objetos” retira seu caráter contraditório de desenvolvimento das forças produtivas, categoria marxiana que expressa a determinação tautológica, de fim em si, concebida na dialética categorial de Marx, como movimento negativo do capitalismo enquanto totalidade. A riqueza, constituída na forma da mercadoria e do valor, que se põe como finalidade social tautológica “abstrata e absurda” (Pitta, 2020) não é tematizada como negativa.

A crise como identidade do capitalismo tem origem no desdobramento histórico da contradição presente em sua forma elementar, a forma mercadoria. Essa forma, segundo Marx, se estabelece de maneira fetichista, pois a relação entre os produtores aparece como sendo a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, isto é, uma relação entre coisas e não entre pessoas, postas numa dada sociabilidade. A forma mercadoria constitui-se a partir da contradição

existente entre seus dois aspectos: valor de uso e valor, considerando que o valor das mercadorias não provém das características físicas e essenciais do objeto, de seu valor de uso, mas sim do tempo social médio de trabalho nelas presente (Marx, 1988, p. 71). A forma valor carrega a forma abstrata de ser do trabalho e a forma abstrata da equivalência, o que permite que duas mercadorias diferentes sejam trocadas por meio de um fundamento comum, o trabalho: como trabalho simples e abstrato; como tempo social médio necessário à produção das mais diferentes mercadorias. Assim, o trabalho se constitui como o fundamento social da sociedade capitalista produtora de mercadorias (Postone, 1993). No entanto, o trabalho na análise do marxismo tradicional e na teoria dos dois circuitos é considerado como atividade humana em geral, o que confere os termos da ontologia do trabalho atrelada à ontologia do humano, que desconsidera o caráter historicamente determinado do trabalho moderno.

Nos Grundrisses (2011), assim como na “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (Marx, 1983), Marx discute o caráter duplamente contraditório que envolve a reprodução capitalista entre o dinheiro – que no processo produtivo é capital, que se valoriza através da extração de mais-valia – e o trabalho, como fundamento social que produz o valor. O aumento da produtividade, como movimento da mais-valia relativa, se constitui historicamente como dispensa de trabalho vivo do processo produtivo e o conseqüente barateamento das mercadorias e da mercadoria força de trabalho. Isso se coloca como o sentido lógico e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas, em que a mais-valia gerada nesse processo, do ponto de vista do capital em geral, destina-se majoritariamente à reprodução ampliada do capital enquanto aumento de inversões em capital constante, como aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante, trabalho morto, e o capital variável, trabalho vivo). Nesse sentido, conforme a acumulação do capital ocorre, o trabalho vivo é substituído por máquinas no processo produtivo, tornando cada vez mais crítica a própria valorização capitalista. Marx

(2011, p. 340) afirma que o aumento da produção é seguido pelo aumento de ramos produtivos, entretanto chama atenção para a constante desproporcionalidade gerada pela contradição entre o processo de produção e valorização, impulsionada pelo sentido de produção e apropriação cada vez maior de trabalho excedente, na forma de mais-valia. Tal movimento constitui o dinheiro e o preço da mercadoria como contradição que se coloca à reprodução social total do capital que aparece como queda tendencial da taxa de lucro.

Nesse sentido, estamos de acordo com Robert Kurz (1995) quando discute as formas críticas de autonomização<sup>25</sup> do dinheiro no processo social de valorização, que passa a determinar ficcionalmente a forma de acumulação dos diferentes capitais. Com a chamada terceira revolução industrial, a partir da década de 1970, que resultou na redução absoluta mundial de postos de trabalho produtivo graças a níveis altíssimos de produtividade estabelecidos pela microeletrônica e pela robótica, o capital em geral perde a capacidade de se reproduzir a partir de seus próprios termos, ou seja, da exploração abstrata e rentável de trabalho vivo no processo produtivo, perdendo assim, a capacidade de valorizar o valor. Os capitais ociosos, exortados do processo de circulação graças aos altos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, passam a buscar remuneração em investimentos creditícios, como o mercado especulativo de ações, *commodities*, derivativos, entre outros, uma vez que a taxa de juros, mesmo com risco elevado, frequentemente apresenta-se maior do que as taxas de lucro do capital produtivo. Assim, a produção de mercadorias, por conta da incapacidade de valorização do valor, após a terceira revolução industrial, só pôde ser sustentada mundialmente através do capital fictício, já que o dinheiro como meio de pagamento pode ser utilizado para o pagamento das dívidas e contratação de novos créditos (mecanismo conhecido como rolagem de dívidas) sem que a valorização tenha ocorrido. Nesse aspecto, o dinheiro de crédito vai protelando a valorização como promessa futura, que não chegará a ocorrer. O aumento

global do endividamento alimenta a crise, na forma da economia de bolhas, que aparece quando os credores não conseguem pagar o que devem e nem rolar suas dívidas com novos créditos, como aconteceu no Brasil sobretudo a partir de 2014, após o fim da bolha das *commodities*<sup>26</sup> e na crise do *subprime* norte-americano em 2008 (Pitta, 2020). Nesse momento, a crise financeira se constitui, segundo o movimento histórico do capitalismo como contradição em processo, como crise mundial e fundamental do capital

O alto nível do desenvolvimento das forças produtivas, como aumento histórico da composição orgânica do capital, se coloca como realidade mundial no século XXI, o que nos faz questionar, dentre outros fatores, a existência de um chamado circuito inferior pautado pela baixa densidade técnica e capitalização dos mercados locais, perspectiva colocada pela retomada da teoria dos dois circuitos no século XXI. O financiamento bancário tornou-se uma necessidade para diferentes capitais nesse processo constante e crítico de substituição de trabalho vivo por capital constante, resultando historicamente na crescente dificuldade de saldar as dívidas contraídas em cada ciclo de reprodução ampliada do capital, o que por sua vez aprofunda a necessidade e dependência do capital fictício, aprofundando a crise de valorização do valor. O capital se ficcionaliza a partir de relações que implicam a circulação e distribuição de mercadorias e “dinheiro sem valor” (Kurz, 2014): aliena-se o porvir na esperança de valorização, mas o dinheiro provindo desse capital não tem o conteúdo de uma riqueza real, produto de tempo de trabalho aplicado ao processo produtivo. O próprio dinheiro se generaliza como mercadoria a ser comprada e vendida, produzindo, assim, formas que ficcionalizam a acumulação. Dessa maneira, o capital fictício passa a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade, sendo a dinâmica de endividamento e a produção de dinheiro e mercadorias dessubstancializadas o próprio aprofundamento tautológico da crise, em que o capital fictício funciona como dominação social objetiva

e fantasmagórica<sup>27</sup> sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias (Pitta, 2020).

No Brasil, a expansão e generalização de dispositivos financeiros e de crédito, como forma de manifestação do capital fictício, promoveu, entre outros fatores, a ascensão da chamada “nova classe média”, na primeira década do século XXI. Esse fenômeno esteve pautado no aumento da concorrência, não só entre os capitais, como entre os trabalhadores e em todos os âmbitos da vida, aumento do consumo, formação escolar, técnica e científica como promessa de ascensão social, entre outros momentos críticos da reprodução social mediada por dinheiro dessubstancializado. O Estado viabilizou legalmente a formalização jurídica necessária para esse processo, como necessidade determinada pela crise de valorização do valor enquanto crise do trabalho. Uma vez que a exploração do trabalho não produz mais o valor necessário para reproduzir a sociedade sob seus próprios fundamentos, isto é, a exploração produtiva de trabalho, longe desta implodir como forma social, ao contrário, aparece sob as formas mais extenuantes e desgastantes possíveis, também na formalização espetacular da figura jurídica do MEI. A promessa de trabalho e de remuneração através da autonomização jurídica do trabalhador na forma de microempreendedor individual, bem como a pressão para formação educacional e profissional continuada e ininterrupta da força de trabalho, surgem como formas que o crédito vai assumindo enquanto ficcionalização do trabalho e da acumulação. Diante da crise do trabalho e disposição do crédito (nas várias formas, mas principalmente na forma de consumo) no período analisado, camadas cada vez maiores da população devem ser empreendedoras da própria força de trabalho – da própria miséria que caracteriza a crise da forma social – e se lançar na “retorta” da circulação (Marx, 1988) a fim de sair momentaneamente vencedor frente a tantos outros perdedores no processo de reprodução social capitalista ficcionalizada.

Nesse aspecto, a proletarização ditada pela precarização dos processos de trabalho, que compõe o movimento de ascensão das camadas médias no Brasil, via terceirização e juridificação<sup>28</sup> dos indivíduos enquanto empreendedores (trabalhadores e empregadores ao mesmo tempo) – em serviços e trabalhos tradicionalmente improdutivos, que constituem-se como o *faux frais*<sup>29</sup> da produção – correspondeu, em certo sentido, à desproletarização da chamada classe trabalhadora dos processos produtivos (Scholz, 2008). A forma assumida pela ascensão das camadas médias no Brasil nesse contexto abordado, considerando seu caráter fragmentado e pluralizado (Scholz, 2008), transforma de maneira geral, no plano ideológico e psicossocial, todos em potenciais capitalistas detentores de formas de consciência pequeno burguesa (individualizadas), mas sobretudo efetiva potenciais perdedores, ou ainda acumuladores de dívidas, diante da crise da sociabilidade fundamentada nas relações de valor e dissociação<sup>30</sup>. Nesse sentido, o aumento da concorrência é frequentemente experimentado como angústia e medo frente a constante possibilidade de despromoção social. Os postos de trabalhos que restam são cada vez mais precarizados, anunciando sua superfluidade histórica, como forma social negativa que permanece, contudo, como mediação social (Scholz, 2008).

Tanto na constituição dos dados e relatórios oficiais, quanto na teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, bem como na Crítica à Razão Dualista de Oliveira, não há diferenciação categorial entre preço e valor. As análises de um e de outro se estabelecem na dimensão do preço<sup>31</sup> que toma o lugar do que reflete e ganha o nome do refletido, isto é, do valor, apagando, dessa maneira, a relação contraditória entre esses dois termos. A não consideração da produção de valor como processo contraditório em relação à forma preço, e a sua expressão em dinheiro poderia conformar, nesse aspecto, uma crença na expansão ilimitada do capital enquanto modo de produção, numa concepção do processo de acumulação *ad infinitum*, por parte da constituição da visão

estatal expressa nos relatórios e para a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Entretanto, o excedente monetário poderia expressar justamente a não valorização do valor, a crise de valorização do capital, que apresenta contraditoriamente – como forma de expressão dessa crise – a superprodução de todos os seus fatores: mercadorias, dinheiro, força produtiva, força de trabalho etc., em contraposição a não acumulação de valor, à impossibilidade de sua valorização, segundo seus próprios termos.

Nesse sentido, é possível compreender que em tais análises acerca da especificidade do capitalismo nos países periféricos, há uma certa defesa do capital produtivo em detrimento do financeiro, da financeirização, que estaria se apropriando das riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras, principalmente na teoria dos dois circuitos, a qual analisa as finanças quase como superestrutura global que drena a renda dos trabalhadores enquanto produtores empobrecidos<sup>32</sup>. A perspectiva desenvolvimentista que persiste nos argumentos aqui criticados vai considerar o Estado de Bem-Estar Social europeu como referência a ser atingida, “uma sociedade de camadas médias satisfeita pelo consumo de mercadorias a ser sustentado eternamente” (Pitta, 2020, p. 53). Em vista disso, a violência interna ao processo de modernização do capital não é tida como o objeto da crítica social, ou ainda é considerada como algo “externo” à contradição capitalista que pode ser gerida e solucionada em âmbito político.

As concepções de segmentação social em classes de renda só são possíveis diante da crise do trabalho presente na sociedade atual. A crítica que se estabelece diante de tais concepções não poderia ser outra que não a crítica distributivista, sob os mais variados matizes que tratam do problema em termos de “distribuição de renda” de forma mais justa, mais igualitária etc. Certamente esse é um dos fetichismos postos na análise da circulação do capital, uma vez que as questões da desigualdade e do subdesenvolvimento aparecem justamente como sendo um problema exclusivo ao âmbito da circulação do capital, enquanto distribuição do

capital produzido, em que aqueles que produzem – os trabalhadores – não podem se apropriar do produto. A exposição do fenômeno da pobreza e do subdesenvolvimento sob a perspectiva dos rendimentos esconde, assim, a crise do trabalho, projetando uma cisão entre produção e consumo que não discerne o chamando sobreproduto nacional<sup>33</sup>, em sua forma material de mercadoria, e mesmo em sua forma fictícia, dos ínfimos rendimentos relativos ao montante nacional e mundial da maioria da população brasileira. Essa análise ainda conduz a questão da pobreza de modo a obscurecer a relação contraditória entre o montante de capital fictício – que é criado e que circula nos mercados secundários, de títulos e ações de dívidas, propriedades e *commodities* como busca de investimentos do capital a juros – e sua atuação em empreendimentos improdutivos, espetaculares, bélicos, sem falar da produção de mercadorias improdutivas, isto é, sem valor, apenas precificada.

Portanto, compreendemos que a análise da expansão do crédito na primeira década do século XXI no Brasil necessita de um aprofundamento crítico e categorial na medida em que “as determinações supostamente ontológicas [do capital] revelam-se historicamente limitadas e decrépitas”, já que a substância do valor, tempo de trabalho social médio, torna-se obsoleta ao processo de produção de mercadorias (Kurz, 2007, s. p.). A terceira revolução industrial, assim, apresentou uma mudança qualitativa sem precedentes no processo histórico capitalista e, ao fazê-lo, coloca à crítica teórica o desafio de acompanhar tais mudanças e também se transformar. A luta de classes como forma de entendimento da totalidade, assim como a teoria dos dois circuitos, torna-se obsoleta diante da crise de valorização como crise do trabalho, da ascensão das camadas médias fragmentadas e pluralizadas, da produção de novas disparidades sociais, do asselvajamento do patriarcado (Scholz, 2009) e do aprofundamento do racismo estrutural<sup>34</sup>.



## Notas

1. O cerne dessas reflexões encontra-se de maneira mais detalhada em nossa pesquisa de mestrado: “Vai crédito hoje?": Do curto-circuito ao *blackout* da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082015-144002/en.php>. Acesso em: 31 jan. 2023.

2. Sobre o avanço dos indicadores sociais e econômicos na primeira década do século XXI, ver **IBGE – Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31 jan. 23. Ver também **IBGE – Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 31 jan. 2023.

3. A expressão, “nova classe média” cunhou, em 2010, a publicação e o estudo “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”, desenvolvido pelo Centro de Políticas Sociais, filiada ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. O estudo foi coordenado na época pelo economista Marcelo Neri, posteriormente nomeado presidente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – de 2012 a 2014, e ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República de 2013 a 2015.

4. Segundo indicadores do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), “a taxa de pobreza do Brasil caiu de 41% no início da década de 90 para entre 33% e 34% em 1995. Depois de se manter nesse nível até 2003, a taxa de pobreza apresentou declínio constante, caindo para 25,6% em 2006”. *BBC News Brasil*, 20 abr. 2010. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100420\\_pobreza\\_bird\\_brasil\\_ac\\_np](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np). Acesso em: 31 jan. 2023. Segundo o estudo “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres” (2010), coordenado por Marcelo Cortes Neri, em 2009 a taxa de pobreza no Brasil declinou a 15,32% da população. É preciso chamar atenção para o fato de que a pronunciada redução da desigualdade social no país corresponde a aparência do processo, uma vez que, mesmo com o aclamado avanço mostrado pelas pesquisas no sentido da melhor distribuição de renda, o Brasil permaneceu entre os dez países com maior desigualdade de renda no mundo no período considerado. Há que se apontar também que, em termos de crescimento relativo, a classe A e B foram as que mais aumentaram sua renda, segundo o próprio relatório analisado (Neri, 2010, p. 11, 12).

5. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi fundada em 1948 “[...] para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social”. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 31 jan. 2023. Celso Furtado atuou na CEPAL entre 1949 e 1957 como diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico.

6. O CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) “foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil”. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em: 31 jan. 2023. Os estudos desenvolvidos no âmbito do CEBRAP estavam inseridos nas discussões sobre os processos de industrialização e urbanização do país e, de certa forma, se contrapunham à visão Cepalina desenvolvimentista e às “teorias da modernização” que se situavam sob uma perspectiva dualista de desenvolvimento nacional. Dentre esses estudos, destaca-se o livro *Crítica à Razão Dualista* (2003) de Francisco de Oliveira.
7. Cf. *Relatório de Inclusão Financeira*, n. 1, Banco Central do Brasil (2010). Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/relatorio_inclusao_financeira.pdf). Acesso em: 31 jan. 2023.
8. Cartões de consumo, geralmente varejista, concedidos por grandes lojas, os quais são válidos somente para o estabelecimento em questão e que permite o parcelamento das compras efetuadas nos mesmos. Com a generalização de bandeiras financeiras internacionais, como Visa e Mastercard, tais lojas se transformaram em verdadeiros bancos, com suas receitas mais atreladas à remuneração do capital financeiro (juros) do que com o lucro comercial.
9. *Relatório de Inclusão Financeira*, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 70.
10. O termo microcrédito foi criado na década de 1970 por um economista, natural de Bangladesh, chamado Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006 e fundador do Banco *Grameen* – banco especializado em conceder microcrédito à população mais pobre (especificamente mulheres, mães de família) sem exigir nenhuma garantia e sem quase nenhuma burocracia. Yunus afirma e desenvolve uma teoria e atividade financeira (banco) na tentativa de demonstrar que o microcrédito é um importante instrumento de luta contra a pobreza (Yunus, 2008).
11. Comunicado do IPEA nº7, agosto de 2008. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5531>. Acesso em: 31 jan. 2023.
12. Segundo o Comunicado, “[...] é preciso estar atento para o fato de que o mundo do trabalho ainda não é capaz de repassar ao trabalhador parte significativa dos ganhos obtidos nos últimos anos.” (IPEA, 2008, p.11).
13. Segundo Oliveira: “O subdesenvolvimento assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, a impediu, precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista, vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia.

Quando o tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, com a “via prussiana” e a “revolução passiva”. Mas por muito tempo, um “evolucionismo” marxista esteve em larga voga, o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stálin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós-classes. No caso latino-americano esse etapismo levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada “reformista” e aliada do imperialismo norteamericano” (2003, p. 126).

14. Sob a perspectiva da construção de outra forma de planejamento, Santos critica a planificação que vinha ocorrendo nos países considerados subdesenvolvidos: “[...] a planificação regional e urbana tornou-se um exercício extremamente útil não apenas à penetração mais fácil do imperialismo e do capital no Terceiro Mundo, mas também um veículo privilegiado das teorias subjacentes.” (2008, p.56).

15. Reconhecemos que a construção das reflexões de ambos autores, nesse momento, tinha como base questões e críticas postas por interlocutores comuns, como os pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e principalmente as discussões sobre o subdesenvolvimento realizadas por Celso Furtado (1965).

16. Sobre a aproximação das duas interpretações em relação à crítica ao dualismo, Santos escreve: “Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas [...]”. (Santos, 2004 p. 56)

17. Nesse sentido, segundo Alfredo, a efetivação da reprodução social capitalista constitui uma relação de necessidade à formação da inconsciência como forma de consciência do real, principalmente em decorrência da generalização da forma mercadoria e sua ilusão de estrita concretude. Sob a forma valor, na medida em que o concreto é veículo das abstrações do capital, ele aparece como estritamente concreto: “[...] o concreto, ainda que posto, é pressuposto para efetivar-se como fetiche de uma sociabilidade determinada por abstrações, por metafísicas”. (Alfredo, 2010, p. 38)

18. De acordo com Gaudemar: “[...] parece importante desmistificar o discurso econômico como discurso portador de uma disciplina, mostrar como ele cala ou até esconde os conceitos que poderiam explicitar os seus traços, produzindo desse modo outros conceitos pretensamente neutros, pelos quais todos os processos de poder são reduzidos à dimensão de uma mecânica abstrata.” (1977, p. 51).

19. De acordo com Santos: “Na medida em que novos gostos são difundidos em escala nacional e que subsistem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados nas cidades dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial, dois subsistemas, o ‘circuito superior ou moderno’ e o circuito inferior, podem ser isolados e identificados” (Santos, 2004, p. 126)

20. Trataremos da contradição interna da mercadoria e do aumento histórico da composição orgânica do capital no item 4.

21. Dentre os estudos que se utilizam dessa teoria para a explicação do fenômeno, é preciso destacar as pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo, orientadas pela professora doutora Maria Laura Silveira, as quais se referem sobretudo ao fenômeno na cidade de São Paulo e cuja continuidade e utilização da teoria dos dois circuitos se apresentam com maior dedicação. Ver Silveira, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19003>. Acesso em: 2 fev. 2023. Ademais, foi produzida no âmbito de um acordo de cooperação com o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la República Argentina (Conicet) uma importante pesquisa apoiada pela FAPESP, conduzida pelos professores Fabio Betioli Contel, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), e María Laura Silveira, do Conicet. Pesquisa que contou com a participação de Marina Regitz Montenegro, em pós-doutorado também apoiado pela FAPESP. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/o-impacto-do-fenomeno-financeiro-nas-periferias-das-grandes-cidades/22546/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

22. Sobre essa questão, segundo Silveira: “O crédito tem aumentado significativamente nos últimos anos. Entre 1995 e 2005, as operações de crédito do sistema financeiro nacional se triplicaram. Todavia foram as operações de crédito de pessoas físicas que tiveram um crescimento extraordinário (cerca de 15 vezes numa década). Ainda que boa parte das instituições financeiras seja anterior à década de 1990, o número de agências, de novas instituições financeiras e o volume de dinheiro emprestado cresceram significativamente a partir do Plano Real em 1994. A partir da estabilização da moeda, houve uma explosão do consumo financiado de bens duráveis como geladeiras, fogões, televisões e, inclusive, automóveis, mas também de bens imateriais. [...] Além disso, deve ser assinalado o processo de aquisições e fusões, de obtenção de créditos públicos e outras políticas que favoreceram a busca de liquidez e o consumo” (Silveira, 2009, p. 68).

23. Contel assinala que um “um dos problemas é que o consumidor com menor grau de instrução raramente faz o cálculo de quanto terá pago pelo produto após quitar todas as parcelas. Sua preocupação é saber se o valor de cada prestação cabe no orçamento mensal. [...] As consequências disso podem ser o endividamento, a inadimplência e até mesmo a insolvência. No segmento das famílias com renda familiar até 10 salários mínimos, 63,9% estavam endividadas e 23% inadimplentes em 2013”.

24. “Do ponto de vista do fluxo da renda, essa difusão e capilarização dos bancos, instituições financeiras e redes de comércio varejista nas periferias, acentua, por meio do custo dos produtos financeiros, a transferência de recursos dos segmentos de menor renda para o circuito superior da economia urbana, constituído pelos grandes grupos empresariais. Do ponto de vista das economias locais, promove a reconfiguração do espaço, contrapondo aos estabelecimentos dedicados aos pequenos negócios – o chamado circuito inferior da economia urbana – uma concorrência altamente capitalizada,

favorecida pela publicidade, pelo status simbólico das marcas e pela oferta de crédito a prazo” (Arantes, 2016).

25. Concebemos o termo “autonomização” como aparência de autonomia, de acordo com as reflexões desenvolvidas por Marx em *O Capital*.

26. Para um entendimento aprofundado a respeito da mediação do capital fictício como momento mundial de inflação dos títulos de propriedade que caracterizou a bolha das commodities e a crise brasileira, ver Pitta (2020).

27. Em sua crítica ao valor, Marx reconhecia o caráter fantasmagórico do dinheiro, em que o fetichismo dessa forma é, em verdade, o fetichismo da mercadoria tornado visível e ao mesmo tempo ofuscante: “As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas [...]. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.” (Marx, 1988, p. 84, 85)

28. O termo “juridificação” é aqui utilizado para indicar a quantidade crescente de aberturas de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, isto é, abertura formal de empresas) na figura dos próprios indivíduos, como a figura do microempreendedor individual (MEI). Ademais, com a expansão e facilidade de abertura de CNPJ, é necessário apontar para o que vulgarmente se conhece hoje como “pejotização”: Como forma de se livrar de encargos trabalhistas, as relações de trabalho se transformam em relações entre empresas, uma vez que empresas deixam de contratar trabalhadores e passam a contratar serviços, relação que na prática tem levado a uma precarização crescente das condições de trabalho.

29. De acordo com capítulo VI do livro II d’*O Capital*, os custos de circulação do capital, na forma mercadoria, em realidade se constituem como *faux frais* (falsos custos) do capital produtivo (1985, II, v. III, cap. VI). Sobre a acumulação capitalista enquanto valorização do valor, Marx explica que “o próprio processo de reprodução implica funções improdutivas”. Nesse sentido, entendemos o *faux frais* como o falso custo do capital produtivo que tem a função de estreitar “o limite negativo da valorização” do capital (Marx, 1985, II, v. III, p. 97).

30. Como dissociação-valor, entendemos, segundo Scholz (2009) e Kurz (2007), os momentos da reprodução social que são constituídos como femininos e apartados do âmbito da produção histórica do capitalismo enquanto patriarcado produtor de mercadorias. Nesse sentido, a dissociação remete a momentos da reprodução social apartados da produção de valor e apagados da reflexão teórica androcêntrica e universalista (Kurz, 2007). Em nossa pesquisa de mestrado, que deu origem à exposição deste artigo, procuramos refletir a partir da perspectiva de crítica do valor e da dissociação. Para mais detalhes, ver RIBEIRO (2015).

31. Na perspectiva mais recente da teoria dos dois circuitos, o preço é inflacionado pelas finanças, em detrimento de um “valor real” das mercadorias. Aqui percebemos como essa

concepção de valor real não leva em consideração a fantasmagoria contida no valor como relação social, tomando o preço, não como expressão contraditória do valor e da mercadoria, mas como o “a mais” usurpado pelas finanças.

32. Nesse caso, a crítica que Pitta direciona à Marquetti et al. (2016) e Batista (2018), nos serve como possibilidade de entendimento e crítica à concepção de finanças presente na teoria dos dois circuitos e na concepção do marxismo tradicional da luta de classes expressa por Oliveira: “tais leituras [...] poderiam ser consideradas como atualizando uma teoria da dependência brasileira agora financeirizada, já que tal atraso poderia ser remetido a um “rentismo” do capital financeiro, como também em Paulani (2017), que critica os elevados ganhos financeiros (em benefício das ‘finanças’, como em Chesnais) no período, em detrimento de uma suposta ‘produção de riqueza real’ (Paulani, 2017, p. 31). A tese defendida por estes autores de um capital rentista e especulativo que se beneficia da produção de “riqueza real”, o que positiva um paradigma produtivista e modernizador, chega até a assustar, principalmente no que diz respeito ao marxismo tradicional na periferia que transfere a crítica da exploração do trabalho para o nível da desigualdade internacional entre centro e periferia, agora com o capital financeiro a ‘controlar’ o processo” (Pitta, 2020, n.p.).

33. Em relação ao que estamos chamando de sobreproduto social, Kurz escreve: “O mais-produto material não pode mais ser definido como objeto de apropriação para uso e proveito de uma pessoa qualquer: ele se autonomizou à vista de todos como monstruoso fim em si mesmo. A capitalização do mundo e os pululantes projetos abstratos de utilidade ganham uma desesperada semelhança com a construção das pirâmides no limiar da civilização, mesmo que sob relações sociais inteiramente diversas (mercadoria e dinheiro)” (1993, n.p.).

34. Embora não tenha sido possível, no presente artigo, elaborar o racismo estrutural como momento da contradição em processo das relações de dissociação valor e como determinante na produção de novas disparidades, não podemos deixar de anunciá-lo, mesmo que no final do texto, como forma de abrir um caminho, que julgamos fundamental, para reflexões futuras.

## Referências

A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres. Marcelo C. Neri (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em <https://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>, acessado em 11 de dezembro de 2020.

ALFREDO. A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. *CIDADES*, v.6, n.10, 2009.

\_\_\_\_\_. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Terra Livre*, São Paulo/SP, Ano 26, v.1, n. 34, p. 37-62 Jan-Jun. 2010.

ARANTES, J. T. O impacto do fenômeno financeiro nas periferias das grandes cidades. Agência FAPESP. Janeiro de 2016. Disponível em <https://agencia.fapesp.br/o-impacto-do-phenomeno-financeiro-nas-periferias-das-grandes-cidades/22546/> acessado em 11 de dezembro de 2020.

Comunicado do IPEA nº7, agosto de 2008. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1714](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1714), acessado em 11 de dezembro de 2020.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Ed. Estampa, 1977.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244p.

\_\_\_\_\_. Dominação sem sujeito: Sobre a superação de uma crítica social redutora. Revista Krisis, nº 13, 1993. Versão portuguesa difundida no Seminário Internacional "A Teoria Crítica Radical, Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana", Fortaleza, Ceará, 29.10.2000. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz86.htm>. Acessado em 11 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. A Ascensão do Dinheiro aos Céus - Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global, 1995. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>. Acessado em 05 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>. Acessado em 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona. 2014. 382p.

LEITE, A. Formação regional e formação do território nacional como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, p. 103-130, jun. 2012.

LENCIONE, S. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 1999. 224p.

MONTENEGRO, Marina R. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Vol. I, Tomo 1, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988. 287p.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Vol. I, Tomo 2, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988b. 294p.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Circulação do Capital, São Paulo, Vol. III, Livro segundo, Editado por F. Engels. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1985, 2 ed.

\_\_\_\_\_. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Rio de Janeiro. Ed. Boitempo, 2011.788p.

- OLIVEIRA, F. *Critica à Razão Dualista/ O Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003. 150p.
- PITTA, Fábio Teixeira. O Crescimento e a crise da economia brasileira no séculoXXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. Disponível em [http://www.obeco-online.org/fabio\\_pitta.pdf](http://www.obeco-online.org/fabio_pitta.pdf). Acesso em 11 de dezembro de 2020.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: a Reinterpretation on Marx Critical Theory*. Cambridge University Press, 1993. 424p.
- Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, disponível em [https://www.bcb.gov.br/Nor/relinfcfn/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/relinfcfn/relatorio_inclusao_financeira.pdf), acessado em 11 de dezembro de 2020.
- RIBEIRO, A. S. M. “Vai crédito hoje?”: do “curto-circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. 2015. (Mestrado em Geografia Humana) - *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 213p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 384p.
- \_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido. Os dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2ed. 2004. 433p.
- \_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Ed. Edusp, 2008. 170p.
- \_\_\_\_\_. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. *Reflexões sobre a Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção São Paulo*, p. 81-96, 1980.
- SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *CADERNO CRH, Salvador*, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009
- SCHOLZ, R. A nova crítica social e o problema das diferenças. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 1/2004. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz3.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm). Acessado em 5 jun. 2020
- \_\_\_\_\_. Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje. 2009. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, n. 6, 2009. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/roswithascholz12.html>. Acessado em 23 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”. O fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo, 2008. [OriginalÜberflüssig sein und „Mittelschichtsangst“. Das Phänomen der Exklusion und die soziale Stratifikation im Kapitalismus]. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz8.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm). Acesso em 29 de novembro de 2020
- YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Trad. Maria C. Cupertino. São Paulo. Ática, 2008.





# **O atraso latino-americano: acerca das formas do desenvolvimento periférico**

*Wesley Valentim Anacleto da Silva<sup>1</sup>*

## **1. Introdução: sobre as bases para a construção de uma teoria do desenvolvimento capitalista**

O período pós-guerra, iniciado ainda em meados da década de 1940, foi o último momento em que pudemos observar a ascensão do capitalismo a nível global, dada a situação da Europa Ocidental, aos frangalhos após o período conturbado, concomitantemente ao período de prosperidade econômica dos Estados Unidos da América. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada como marco desse período, ratificando alguns dogmas do capital e mediando algumas contradições do sistema, estabelecendo os marcos do capitalismo que ajudaram na ideia de polarização que se desenvolveria na Guerra Fria. Exemplos disso são (1) a carta de fundação da organização, que propõe uma política de paz e, ao mesmo tempo, que “a força armada não será usada a não ser no interesse comum” (ONU, 1945), sem dizer a quem interessa o uso das forças armadas ou qual seria o bem comum a que se refere; (2) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em diversos momentos se contradiz em suas colocações, garantindo em alguns momentos o direito ao trabalho (Artigo 23) ou à liberdade (Artigo 1), sem desenvolver qualquer tipo de questionamento a respeito dos conceitos. Além disso, o organismo existe para que haja certa integração internacional entre seus membros, estabelecendo alguns parâmetros sociais, políticos, econômicos no seu desenvolvimento enquanto Estados, traçando ideias que se

difundem no mundo inteiro como expansão do modo capitalista de produção das mercadorias.

Baseadas nesse modelo de expansão econômica a partir das organizações internacionais, foram desenvolvidas uma série de tentativas institucionais de planejamento para refazer as bases da sociedade europeia, dentre elas destacando-se o Plano Marshall, dos Estados Unidos, para a reconstrução dos países aliados e a formação do que viria a ser o estado de bem estar social europeu. Essa ação desembocou na constituição do que, tornar-se-ia, a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE, que, posteriormente, se converteu a OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), como braço estadunidense na Europa, ampliando sua área de influência por meio da injeção de bilhões de dólares na economia dos países afetados pela guerra recém finalizada.

Com isso, criou-se um ambiente perfeito para o surgimento do que podemos chamar de Teorias da Modernização<sup>2</sup>, que podem ser interpretadas: (1) do ponto de vista histórico-evolucionista, em que existem sociedades pré-modernas contrapondo-se ao mundo moderno, capitalista; (2) a partir da ideia da criação de políticas para o desenvolvimento territorial, cultural, no sentido da modernização das estruturas sociais “atrasadas”. Essas teorias derivam, principalmente, de um esforço teórico de acadêmicos norte-americanos que correspondiam ao pensamento de desenvolvimento econômico aliado à intervenção estatal para o avanço da sociedade rumo à modernidade. Tal pensamento vem como herança do keynesianismo e de políticas estadunidenses para o avanço da sociedade rumo aos parâmetros europeus de acumulação, e posteriormente são substituídas pelas ideias do livre mercado da Escola de Chicago<sup>3</sup>.

Nesse sentido, cria-se uma dicotomia entre tradição e modernidade, numa tentativa de constituir uma ideia de história universal, ou seja, o processo de avanço do modo de produção capitalista seria irreversível e unidirecional, no sentido da aniquilação de formas não

capitalistas de desenvolvimento social e territorial, traçando assim uma linha que parte do tradicional e avança com a modernização. As sociedades tradicionais aparecem como atraso e empecilho para o desenvolvimento de estruturas modernas de sociedade nos moldes europeu e estadunidense, ao mesmo tempo em que todas as sociedades poderiam chegar ao mesmo nível de desenvolvimento do centro do capitalismo. Rostow (1978) escreveu sobre as cinco etapas do desenvolvimento econômico numa perspectiva totalizante, em que todas as nações passariam pelos mesmos processos em tempos diferentes: primeiramente estaria a sociedade tradicional, atrasada; num segundo momento, esta apresentaria as “precondições para o arranco” e, em seguida, o arranco propriamente dito, que seria o período de superação das formas subdesenvolvidas ou atrasadas. O quarto momento seria a “marcha para a maturidade”, que se efetiva no quinto estágio, que é o consumo em massa, período em que o capital efetiva a lógica da criação das necessidades como consciência do sujeito moderno.

As teorias da modernização capitalista foram utilizadas para justificar a perseguição a comunistas durante boa parte do século XX nos Estados Unidos, derivando em movimentos como o Macartismo. Reverberou, também, nas formas de organização dos militantes de esquerda estadunidenses, que não conseguiam encontrar interlocutores nas universidades, sendo muitas vezes obrigados a migrar para outras localidades para conseguir avançar nos estudos sociais a partir de abordagens baseadas na obra de Karl Marx.

Assim, a ideia de progresso econômico nos moldes norte-americanos norteou as políticas para o desenvolvimento em todo o mundo, estabelecendo um ideal de crescimento que só poderia ser alcançado em casos excepcionais, mas que aparecia como regra geral para o avanço das sociedades rumo à modernidade. O atraso, então, aparece enquanto categoria atrelada à ideia de que outras formas de produção são uma barreira para o avanço do capital. O conceito é uma oposição ao

avanço configurado pelo crescimento dos Estados Unidos, principalmente nos anos de 1950, sendo assim utilizado como exemplo para as demais nações, mesmo que na realidade apenas se expresse em poucos exemplos de superação das formas atrasadas do desenvolvimento industrial.

Só foi possível vislumbrar – do ponto de vista de uma difusão em escala global – outras formas de pensar a questão do atraso da periferia do capitalismo, a partir da consolidação da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe, a CEPAL. O que se configurou como Teoria Estruturalista da CEPAL adveio do esforço de teóricos como Raúl Prebisch e Celso Furtado em compreender a situação dos países latino-americanos frente ao avanço do capital nos territórios incorporados pelos países europeus no período das grandes navegações. Para eles, o que era analisado como atraso era apenas a forma de ser específica dos países recém colonizados, uma nova faceta do capitalismo que florescia de forma desigual no centro e na periferia do capital. Foram as primeiras vezes que, na literatura, pudemos encontrar o termo subdesenvolvimento usado da maneira como conhecemos habitualmente, não mais na forma da dualidade atraso-avanço, mas numa lógica centro-periferia da acumulação, numa perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado dos territórios.

Para Prebisch (1964) o desenvolvimento se dá a partir da forma de distribuição do que é acumulado pelas elites e se expressa no modo de vida das pessoas na forma do consumo, ou seja, podemos observá-lo pelo modo como as pessoas acessam o mundo das mercadorias. Dessa maneira, o que acontece na periferia passa a ser analisado a partir da incapacidade das elites nacionais dos países subdesenvolvidos conseguirem reproduzir os padrões de consumo do centro do capital em toda a sociedade, isto é, a concentração de capital<sup>4</sup> na mão das elites, sem distribuição, seria o grande problema da organização social da América Latina e isso configuraria a posição de subdesenvolvimento desses países.

No caso do Brasil, por exemplo, desde o início da colonização a concentração de terras se estabeleceu a partir da concessão de sesmarias à fidalgo pela coroa portuguesa. A Lei de Terras de 1850 só veio ratificar a estrutura construída durante todo o período escravista e, após a abolição, não deu conta de reverter as desigualdades sociais já criadas, pelo contrário, apenas contribuiu para acentuá-las. Nesse sentido, as formas sociais da periferia foram talhadas por mais de um século de colonialismo e não se parecem à história dos países centrais na economia global, demonstrando a história não como linearidade, mas simultaneidade. O processo de acumulação do capital passou, portanto, pelas formas de expropriação dos territórios periféricos da América Latina, cujo desdobramento estabeleceu uma diferenciação para com os territórios metropolitanos, explicitando um desenvolvimento desigual desses territórios.

Para solucionar essas questões, principalmente as que diziam respeito aos padrões de consumo das classes populares, a CEPAL propôs mudar os modelos de importação e exportação na América Latina, buscando modificar a posição dos países latino-americanos na divisão social do trabalho a partir da substituição das importações, como forma de compensar internamente os prejuízos da acumulação retardatária. Tal processo:

se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo se vêem saturados. Mas nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinarias. (Dos Santos, 1998, p. 69)

## **2. A dependência como crítica à modernização das estruturas sociais do capital**

A política de substituição das importações adotada na América Latina se mostrou incapaz de superar as contradições do capital, principalmente porque se admitiu nesse processo a introdução de maquinaria altamente tecnológica, combinada à incorporação das empresas multinacionais. Esse cenário apenas ajudou a cristalizar as formas de exploração dos países periféricos, encobrando as antinomias do capital e tentando colocar panos quentes na crise da reprodução do capital global no período posterior ao das guerras imperialistas dos países europeus, financiados pelo governo estadunidense. Frank (1966) já criticava esse modelo de modernização latino-americano a partir do caso brasileiro em São Paulo, que conseguiu desenvolver o setor têxtil no início do século XX, porém não reverteu esse desenvolvimento a outras regiões do país, apenas aumentando a dicotomia entre as diferentes partes do Brasil.

Dessa forma, a crise econômica se constituiu em crise política em todo o território latino-americano, surgindo, então, movimentações militares para a tomada de poder em diversos países na segunda metade do século passado. Assim, contribuições a respeito da dependência foram resgatadas, destacando-se nomes como Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin<sup>5</sup>, responsáveis por elaborar contribuições relevantes sobre a situação de dependência da economia russa a partir da crítica ao imperialismo inglês, ainda no início do século XX. Tais autores conseguiram observar também a tendência do capital acumular-se em monopólios, já que experienciaram o movimento do capital internacional no final do século XIX, e, nesse contexto, pensaram a situação da Rússia em relação ao centro do capital mundial.

Embora fundamentais para o debate sobre a dependência tais referências estão no invólucro da história europeia, e se concentram na

situação de marginalidade da economia russa em relação à Europa Ocidental. No caso latino-americano, podemos destacar as contribuições de José Carlos Mariátegui<sup>6</sup>, marxista peruano cuja obra estabelece uma conexão entre a história da América Latina e a da Europa, entendendo o papel de dominação da segunda em relação à primeira e enxergando as duas histórias em paralelo, não apenas numa lógica em que a América seria o atraso da Europa, mas propondo pensar que a história americana se constituía ao mesmo tempo em que a história europeia. Para Ramón Grosfoguel, a obra de Mariátegui foi:

a primeira tentativa latino-americana de romper com a negação da coetaneidade dentro da tradição marxista. Ao invés de caracterizar formas de trabalho semifeudais como parte de um modo de produção ‘atrasado’ e ‘subdesenvolvido’, Mariátegui conceitualizou-as como produzidas pelo sistema capitalista internacional. Nesta conceptualização, as formas semifeudais não são um residual do passado, mas uma forma de trabalho do atual sistema capitalista mundial. (Grosfoguel, 2013, p. 11)

Nesse sentido, Grosfoguel reconhece que é típico da ideologia da modernidade, que remonta ao iluminismo, a ideia de que algo novo é necessariamente bom e indica progresso, evolução. O evolucionismo aparece enquanto fenômeno da modernidade e se caracteriza pela noção de que a ciência é melhor que a religião, traz a luz e tira o atraso. No contexto periférico latino-americano, Grosfoguel (2018) argumenta que as ideias iluministas foram apropriadas, ainda no final do século XVIII, pelas elites crioulas espanholas, que as adaptaram à sua própria agenda de desenvolvimento nacional. Geralmente, os líderes nacionais na América Latina faziam o que era mais vantajoso tendo em vista os fluxos dos mercados internacionais, ou seja, se num determinado momento era interessante produzir para exportar, assim o faziam; quando não, retornava-se à produção interna e assim tentavam driblar as crises econômicas do mercado internacional<sup>7</sup>. Não existia, portanto, um projeto



de desenvolvimento nacional autônomo, apenas a tentativa de se encaixar nos papéis predefinidos na divisão social do trabalho a nível internacional.

Ainda sobre a coetaneidade e a diferenciação territorial dos países latino-americanos, na lógica do desenvolvimento desigual, Ramón comenta:

A negação da coetaneidade criou um duplo mecanismo ideológico. Primeiro, ela escondeu a responsabilidade europeia na exploração da periferia latino-americana. Ao não compartilhar o mesmo tempo histórico e existir em diferentes espaços geográficos, o destino de cada região foi concebido como não relacionado com o de outra. Em segundo lugar, viver diferentes temporalidades, onde a Europa estava em um estágio de desenvolvimento mais avançado do que a América Latina, reproduziu uma noção de superioridade europeia. (Grosfoguel, 2018, p. 4)

O que nos retorna à discussão sobre a CEPAL, que se colocou na posição de questionar os paradigmas dualistas do desenvolvimento linear. A comissão foi liderada inicialmente por Raúl Prebisch, economista argentino, cuja contribuição intelectual já foi comentada brevemente num momento anterior do texto. Além de ter sido o primeiro diretor da organização, Prebisch foi um dos expoentes da escola estruturalista na América Latina, que remonta à origem do que conhecemos como Teoria da Dependência. Grosfoguel (2018) situa o surgimento da escola da dependência a partir de três eventos importantes da década de 60 do século XX:

1. a crise da estratégia de industrialização por substituição de importações na América Latina;
2. a Revolução Cubana;
3. a concentração de uma importante geração de intelectuais de esquerda exilados em Santiago devido à onda de golpes militares que começou em 1964 com o golpe brasileiro.

Em seguida, discorre sobre o que caracterizaria a diferença entre o pensamento cepalino e o da escola da dependência: “para o primeiro, o desenvolvimento nacional autônomo poderia ser alcançado dentro do capitalismo, enquanto que, para o último, não poderia ser alcançado no sistema-mundo capitalista” (Grosfoguel, 2013), ou seja, ambos apresentariam um etapismo similar, porém uma das perspectivas assume o capitalismo como fim da história e a outra encontra nele as condições objetivas para sua aniquilação. A questão aqui é que a história europeia é usada de métrica para as duas perspectivas, não ficando no plano da discussão a possibilidade de criação de algo novo.

A racionalidade capitalista desenvolvimentista alimenta a ideia de que o Estado pode racionalizar a produção das mercadorias no sentido da eliminação das desigualdades sociais, porém descarta a necessidade internacional de reduzir os custos com trabalhadores em função da incorporação cada vez maior de capital fixo, na forma de maquinaria. Esse movimento fez com que as indústrias do centro do capital migrassem para territórios periféricos, entre os quais se incluem países da América Latina. Nesse caso, assume-se uma dependência tecnológica da periferia do capital com o centro, criando problemas na política de industrialização por substituição de importações, já que os itens de consumo eram produzidos no interior da América Latina, porém com tecnologia internacional importada. Nesse caso, a política em questão se desenrola apenas como aprofundamento da crise capitalista, ao passo que a própria elite latina cria seu subdesenvolvimento, aliada ao imperialismo europeu e norte-americano. Nesse sentido, a contribuição de Prebisch aparece enquanto formadora desse tipo de raciocínio, em que os padrões de consumo do centro do capitalismo são a base para constituição do ideal de desenvolvimento.

A modernização das estruturas sociais dos países subdesenvolvidos aparece como crise da acumulação do capital geral a partir dos anos de 1950. O modelo de desenvolvimento estatal implementado nos Estados

Unidos com o *New Deal*, ou mesmo as políticas desenvolvimentistas de Getúlio Vargas no Brasil, são formas já esgotadas pela incapacidade do capital se reproduzir em escala ampliada. O que conseguimos observar é apenas a reprodução da crise em todo o planeta e o esforço dos intelectuais latino-americanos em tentar entendê-la, questionando os paradigmas das Teorias da Modernização na tentativa de desvendar os limites do capital no seu movimento expansionista.

### **3. O atraso e o subdesenvolvimento na obra de André Gunder Frank**

Para Theotônio dos Santos<sup>8</sup>(1998), a Teoria da Dependência surge a partir do esforço para compreender os limites do desenvolvimento econômico da sociedade latino-americana tendo em vista a ideia de que a hegemonia dos grupos capitalistas já havia sido criada antes da possibilidade de dominação territorial da periferia do mundo globalizado. Também podemos destacar a importância da criação da Universidade de Brasília na década de 1960, que conseguiu aglutinar professores envolvidos com os debates da CEPAL, bem como a concentração de intelectuais de esquerda no Chile após os múltiplos golpes militares na América Latina.

Vale destacar, que foi apenas no final da década de 1980, a partir das revisões bibliográficas realizadas por Hettne (1990), Kay (1989), Larrain (1989) e Lehmann (1990), que se consolidou o uso do termo Teoria da Dependência para caracterizar os estudos de teóricos brasileiros como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Antes disso, havia um debate mais amplo a respeito da categoria subdesenvolvimento diluído em diversas áreas do conhecimento científico, mas não necessariamente um esforço coletivo em fundar uma escola do pensamento ou mesmo uma metodologia ou lógica única entre o pensamento desses teóricos.

A partir disso, destaco a contribuição de André Gunder Frank, cujas elaborações buscaremos compreender mais detidamente nesse momento da exposição. Para decifrar os conceitos de subdesenvolvimento e atraso utilizaremos principalmente as obras *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência* (1980), *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* (1965) e *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* (1966), seu texto mais conhecido. Para Frank, “o subdesenvolvimento não é original nem tradicional e [...] nem o passado nem o futuro dos países subdesenvolvidos se parece em qualquer aspecto relevante com o passado dos países desenvolvidos. Estes nunca estiveram subdesenvolvidos” (1966, p. 1).

Seguindo a mesma linha, Dos Santos assinala que é o “histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial, que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (1998, p. 18). Assim, o movimento dialético do próprio capital forja uma história universal aparente em que existiria uma trajetória linear de desenvolvimento, quando na verdade ele mesmo produz as diferenciações que categorizam alguns territórios enquanto atrasados, ao mesmo tempo em que desenvolve outros e os transforma em centros do capitalismo global.

Em seu ensaio “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” Frank aborda a estrutura metrópole-satélite examinando o modo como as condições objetivas do capitalismo geram diferenciações no território que satelitizam algumas regiões em função do que elas podem oferecer às suas respectivas metrópoles, em nível nacional, mas também em escala global. Um exemplo utilizado pelo autor é uma possível projeção de São Paulo (com o desenvolvimento do setor industrial, na época o maior da América Latina) enquanto metrópole. Em seu artigo publicado na *Monthly Review* em 1966, o autor indaga se o desenvolvimento industrial observado na cidade:

[...] pode ou não libertar o Brasil do ciclo de desenvolvimento dependente e subdesenvolvimento que tem caracterizado suas outras regiões e a história nacional dentro do sistema capitalista até hoje. Creio que a resposta é negativa. [...] O desenvolvimento da indústria de São Paulo não trouxe maior riqueza a outras regiões do Brasil. Pelo contrário, as converteu em satélites dependentes internos, descapitalizando-os e consolidando ou, inclusive, aprofundando seu subdesenvolvimento. (Frank, 1966, p. 5)

A tese é a de que as regiões satélites de metrópoles internacionais têm seu desenvolvimento comprometido em função das metrópoles em sua condição de desenvolvimento do subdesenvolvimento, ou seja, apenas aprofundam sua condição de subdesenvolvimento em nível planetário, mesmo que em nível nacional se configurem enquanto metrópoles. Se constrói então uma ideia de que as sociedades ou territórios desenvolvidos absorvem de seus satélites tudo que podem, num movimento de acumulação próprio que aprofunda as desigualdades. Nesse caso, podemos afirmar que existe para o autor a ideia de espoliação das regiões marginalizadas em função dos seus centros metropolitanos, ou seja, um sentido positivo na acumulação mundial em que o enriquecimento do centro advém do empobrecimento da periferia.

Há a tentativa de sistematizar o mundo a partir de cadeias de acumulação em formato de constelação, o que nos remete a uma lógica estruturalista de pensar a sociedade que aprisiona as nações em uma estrutura estática, e concebe pouca ou nenhuma mudança em relação à sua posição na divisão internacional do trabalho. Os momentos de virada nesses ciclos de acumulação estariam localizados nas crises econômicas dos países metropolitanos, que facilitariam o desenvolvimento autônomo dos territórios periféricos, permitindo com que os “elos débeis” sejam quebrados em função do desenvolvimento regional.

Em uma coletânea lançada em meados da década de 60, André Gunder Frank escreve sobre a situação brasileira no início da colonização que reverbera até hoje no nosso desenvolvimento:

De existir en Brasil hoy un rezago, arcaico, separado de nosotros por varias centurias, serian los restos de algo que la metrópoli europea implantó allí en el curso de su expansión capitalista [...] Pero lo que la metrópoli capitalista introdujo en Brasil no fue una estructura económica microsocia arcaica, sino, al contrario, la aún viva y creciente estructura metrópoli-satélite del capitalismo. (Frank, 1965, p. 110)

Ou seja, diferente de alguns teóricos brasileiros que afirmam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa devido ao “atraso feudal”, Frank parte do pressuposto de que, desde a gênese, o que ocorre no Brasil é a expropriação da mais-valia produzida aqui num movimento global de expansão capitalista. Em sua obra, Theotônio dos Santos disserta sobre a contribuição de Frank nesse sentido:

Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista. (Dos Santos, 1998, p. 24)

O período açucareiro do Brasil, principalmente na capitania de Pernambuco, também é alvo de observação na obra de Frank e aparece enquanto desenvolvimento do subdesenvolvimento, dado o fato de que desde o início essa produção é fruto de uma necessidade e demanda do capital internacional em terras brasileiras, sendo, portanto, nada mais do que um desenvolvimento satelitizado. Portugal era um grande produtor de açúcar na Ilha da Madeira, mas rapidamente a produção brasileira toma corpo e supera essa última:

Los negocios estaban en manos de unos pocos propietarios de tierra e ingenios de azúcar y también de los comerciantes, la mayoría de los cuales no residía en Brasil y a menudo no eran siquiera lusitanos, sino holandeses. Todos estaban enteramente vinculados a la metrópoli y dependían de ella. La concentración de la riqueza en sus manos, el traspaso de buena parte de ella a la metrópoli, y la estructura de la producción, cuyos mayores beneficios derivaban de un solo producto exportable, condujeron a una escasa inversión en el país y a la importación de la metrópoli de máquinas para los ingenios y objetos de lujo para sus propietarios. Se fue impregnando así al satélite, a través de su incorporación al sistema capitalista mundial durante la prosperidad del siglo XVI. (Frank, 1965, p. 111)

Os holandeses chegaram a dominar metade da produção açucareira de Pernambuco, porém foram obrigados a desistir dela por pressão portuguesa e deslocaram sua produção para as Antilhas, onde conseguiram desenvolver a cultura. Após esse período, o açúcar, que valia muito, passou a perder cada vez mais seu valor de mercado, o que conseqüentemente transformou o território do nordeste brasileiro em uma região fadada ao desenvolvimento do subdesenvolvimento. A produção de gado e tabaco aumentou e se expandiu para regiões da Bahia, porém não conseguiu se colocar enquanto alternativa compensatória ao comércio do açúcar.

Um ponto de atenção na obra do André Gunder Frank é que ele afirma inúmeras vezes que o trabalho indígena, ou “dos aborígenes” em seus próprios termos, não era o ideal, que estes não eram bons trabalhadores, porém estudos mais recentes na área mostram que até na expansão do setor da mineração no Brasil a maior parte dos trabalhadores escravizados eram indígenas e que o tráfico negreiro se intensificou justamente por conta da expansão do capitalismo brasileiro e da crescente demanda por trabalho no país. O trabalho escravo indígena só muda de caráter a partir das reformas pombalinas no século XVIII, que reafirmaram o indígena enquanto “bom selvagem”, baseando-se

principalmente nas contribuições do filósofo Jean-Jacques Rousseau (2011) na sua obra sobre o contrato social.

Até esse momento, a visão dos colonizadores sobre os indígenas os igualava aos negros e considerava legítima a sua escravização, diferentemente dos jesuítas que não enxergavam nos povos originários “o mundo do pecado”. A crise na Igreja Católica com as Reformas Protestantes acentuou esse debate sobre o caráter das vidas indígenas. Para os jesuítas, os indígenas seriam potenciais fiéis e permitiriam, assim, construir no Brasil um polo católico à revelia do que acontecia na Europa nesse período. A primeira iniciativa para proibir o uso de trabalho indígena foi uma Carta Régia de 1570, mas apenas com a consolidação do comércio triangular entre Brasil, Inglaterra e os países africanos, que se efetivou o uso do trabalho escravo africano, aumentando assim exponencialmente a quantidade de trabalhadores diaspóricos no século XIX.

Desse modo, a América latina surge enquanto uma:

economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação – que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. (Dos Santos, 1998, p. 25)

Essa posição de economia associada à expansão do capital a nível global configura um atraso histórico brasileiro que se tenta superar com os planos econômicos da CEPAL no século XX. Porém, nesse momento, associada também à expansão imperialista norte-americana, que configura o que seria o último momento de ascensão do capital mundializado:



[...] a economia americana incorporou o fordismo como regime de produção e circulação ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão destas características econômicas ao nível planetário. (Dos Santos, 1998, p. 17)

No Brasil, embora em alguns momentos os interesses da indústria entrem em conflito com os do setor agroexportador, é possível observar, conforme aponta Dos Santos, uma “articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização [que] vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial” (Dos Santos, 1998, p. 70).

A expansão do capital urbano-industrial para o que conseguimos identificar enquanto indústria no campo se materializa como um setor produtivo das monoculturas a partir de maquinário altamente tecnológico e se consolida a partir da Revolução Verde, nas décadas de 1960 e 1970, como tentativa de uma reprodução do capital em outro ramo produtivo, esbarrando nas contradições capitalistas que se desenrolam a partir da queda tendencial da taxa de lucro, por meio do desenvolvimento das forças produtivas.

Outra categoria que Frank utiliza em seus escritos é o conceito de imperialismo, muito influenciado pelas contribuições de Rosa Luxemburgo sobre o assunto. Ao falar do Japão, por exemplo, o destaca por ter sido um país que conseguiu exercer o imperialismo em países como a China e expropriar dela e de outros países asiáticos o que precisou para desenvolver o capitalismo dentro de seus limites nacionais. Além disso, também se soma o fato de o feudalismo ter conseguido se estabelecer em algumas regiões do Japão que traçou, assim, uma história parecida à da Europa Ocidental.

Portanto, podemos afirmar que Frank em sua obra constrói um raciocínio histórico em que a condição de subdesenvolvimento está associada ao movimento internacional de capitais, não tendo origem na

contemporaneidade. A história do capitalismo é o retrato do desenvolvimento de um modelo produtivo delimitado a uma porção da Europa Ocidental e que consegue se aproveitar de elementos pré-capitalistas em todas as partes do globo para expropriação desses territórios em função da acumulação das nações que estão se industrializando, na gênese do capitalismo. Essa expansão crítica acentua as desigualdades territoriais e as envolve pela divisão internacional do trabalho, que as subjeta ao papel de nações agroexportadoras.

Mesmo a industrialização que se pretendeu no início do século XX no Brasil, por exemplo, estava submetida às demandas internacionais, ou seja, já se colocava numa posição de dependência do comércio internacional e, conseqüentemente, está exposta a movimentos planetários que podem, em outro momento, submeter essas mercadorias industriais a um valor que não consegue sustentar o sistema produtivo a ponto de estabelecer-se enquanto uma metrópole global.

Apresenta-se nos textos de Frank, portanto, a ideia de que a crise do centro do capital internacional é solucionada (ou deveria ser) na periferia. Nesse caso, observaríamos o deslocamento do capital do centro em direção à periferia na tentativa de se reproduzir em outros territórios, desconsiderando que a crise não é apenas do centro, mesmo que pareça. O capitalismo, como um todo, está no seu momento de apodrecimento, portanto, é no movimento da totalidade que se soluciona, não em níveis locais. É importante que consigamos perceber as diferenciações regionais, locais, porém apenas na perspectiva da coexistência dessas duas formas em sua relação crítica, em que não é possível apenas mudar o polo de investimento se, com o desenvolvimento das forças produtivas, essa aparente solução se mostra temporária. No fim do processo, apenas se muda o foco do incêndio, mas não se elimina nem o material inflamável nem o potencial incendiador.

#### **4. Considerações finais sobre os limites da teoria da dependência na reprodução crítica do capital internacional**

As ideias de que o capital do centro se reproduz na periferia do sistema, ou que o capitalismo ainda se expande progressivamente, de forma ascendente, se mostram esgotadas se observarmos como se reproduzem as formas sociais do capital desde a década de 1970. O que chamamos de Terceira Revolução Industrial, baseada na microeletrônica, automatizou o capitalismo a tal ponto que o trabalho humano se torna cada vez mais irrelevante. A lógica do humano como excedente na sociedade se materializa na forma da pobreza e da miséria, na incapacidade de efetivar a mercadoria na forma do consumo, na aparência de avanço técnico. O problema do desemprego aparece como momento histórico e se efetiva como lógica do capital, já que o avanço das forças produtivas coloca os humanos no papel de expectador da barbárie capitalista, tornando-os, nas palavras de Kurz (1991) sujeitos-dinheiro sem dinheiro.

O que podemos chamar de Capitalismo Tardio, etapa posterior ao que Lênin caracteriza como imperialismo e que, de acordo com Mandel,

[...] não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos) (Mandel, 1982, p. 151)

Ou seja, no momento em que o homem aparece como obstáculo à superacumulação de capital, resta a opção de buscar nos mais diversos ramos produtivos a fatia de mais valia que lhe cabe. Nesse caso,

[...] se processos de produção plenamente automatizados forem introduzidos em escala maciça em certas esferas de produção, todo o quadro se altera. Nessas esferas, a produção de mais-valia absoluta ou relativa deixa de aumentar e toda a tendência subjacente do capitalismo se transforma em sua própria negação: nessas esferas a mais-valia praticamente deixa de ser produzida. O lucro total de que se apropriam as empresas presentes nessas esferas é tomado dos ramos não automatizados ou semi-automatizados remanescentes. Portanto, nestes últimos ocorre forte pressão para a adoção de medidas substanciais de racionalização e intensificação da produção, destinadas a cobrir, ao menos parcialmente, as diferenças cada vez maiores em níveis de produtividade que os separam dos ramos automatizados, visto que, de outra maneira, eles perderiam para seus concorrentes mais produtivos uma porção crescente da massa de mais-valia produzida por “seus” trabalhadores. (Mandel, 1982, p. 139)

Esse movimento se mostra efetivo àquele capitalista que conseguir produzir mais mercadorias com menos trabalho, explicitando assim a contradição capitalista em que o valor é produzido pelo trabalhador e não pelas máquinas, como aparece no processo, porém o capital opera na lógica da dispensa de trabalho. O aumento da composição orgânica do capital transforma a forma com que se distribui a mais valia entre os capitalistas, transferindo então as fatias dos capitais menos produtivos para os mais produtivos, trazendo à tona a contratendência à queda da taxa de lucro, apontada por Marx (1986), a superexploração do trabalho.

Desse modo, as formas do atraso e do avanço são a aparência das contradições capitalistas que desenvolvem desigualmente os territórios, mas de maneira simultânea, na lógica da reprodução do capital nacional e internacional. Essa simultaneidade também transforma a relação centro-periferia do ponto de vista da divisão campo e cidade, que não mais figuram como formas dicotômicas, mas como duas facetas do mesmo processo de produção das diferenciações espaciais. Nesse sentido, o capital urbano industrial que já não mais se reproduz na cidade, procura na produção rural sua última tentativa de acumular-se, em busca da fatia de mais-valia distribuída como renda da terra, embora não se realize. O desenvolvimento das forças produtivas, na forma da queda tendencial da

taxa de lucro, desintegra qualquer possibilidade de acumulação no atual estágio do capitalismo financeiro, por todas as questões que envolvem a reprodução social dos indivíduos nos padrões fetichistas da sociedade baseada no consumo. Assim,

A extensão das relações produtivas industriais na periferia da reprodução social capitalista só teria sentido de ser a partir do aprofundamento das relações críticas categoriais do valor, expressas na forma da superacumulação, que assim fazia da conformação de um capitalismo industrial aqui uma impossibilidade objetivamente posta. (Alfredo, 2013, p. 281)

As tentativas de modernização da América Latina foram, assim, apenas a forma fetichista com que a crise capitalista aparece no desafio do desenvolvimento da periferia, a ilusão de um dia conseguir efetivar a lógica do desenvolvimento linear em direção à modernidade.

Na simultaneidade dos processos necessários para a reprodução crítica, a periferia colocou-se como ilusão temporal da possibilidade que ela mesma não realizaria e, assim, foi tão somente uma forma desdobrada da assimetria do capital para com ele mesmo, fundamentada na desigualdade de si enquanto capital social. A periferia localizou-se, como forma de consciência, esta assimetria do capital como se fosse algo estritamente dela, desconsiderando-se isso, do ponto de vista da consciência, como uma contradição do capital, do qual centro e periferia eram polos negativamente complementares de uma relação contraditória e simultânea. (Alfredo, 2013, p. 282)

Pensando agora em escala planetária, “a realização periférica da industrialização é uma extensão mundial da incapacidade da reprodução social capitalista que se realiza através do aprofundamento de seu sentido crítico, isto é, como crise” (Alfredo, 2013, p. 281). A incapacidade de reprodução a nível global também é a mesma que se coloca na escala nacional, sendo assim, os papéis de centralidade ou subordinação das diferentes regiões são a mesma forma do capital se expandir pelo território.

A crise do petróleo dos anos de 1970 foi também a crise da escola da dependência, que viu na ideia de desenvolvimento dos Tigres Asiáticos

o limite do paradigma da modernização, na ótica do desenvolvimento do subdesenvolvimento como característica da reprodução periférica do capitalismo. Essa observação, porém, deixa de lado o fato de que o desenvolvimento industrial dos países do sul e sudeste asiático advém do investimento de capitais internacionais nesses territórios, apenas enfatizando o caráter crítico da expansão industrial tardia nesses países, o que Kurz (1991) chama de industrialização endividada. Foi, então, o momento em que a maior parte dos autores se deslocaram para pensar a economia-mundo a partir do que se determinaria como Teorias dos Sistemas-Mundo, que ganham forma, principalmente, baseadas nas considerações de Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi<sup>9</sup>, que tentam traçar uma história do capital anterior à própria constituição das formas da acumulação primitiva europeia.

Soma-se a isso o caso da China, que desponta como figura central na economia mundial na atualidade, voltando sua área de expansão para locais esquecidos pelo capital europeu e estadunidense, como a África. Os padrões de acumulação do capital se mostram impossibilitados de ser atingidos de forma orgânica sem uma nova reestruturação dele para com as suas formas mais clássicas. Nesse caso, o desenvolvimento das forças produtivas não possibilita uma reprodução simples do capital, ascendente, mas sim a reprodução crítica numa lógica especulativa, a do capital fictício. O desenvolvimento industrial chinês aparece como extensão da crise do capital norte-americano, reproduzindo as contradições do capitalismo num território reivindicado por muitos como socialista.

Frank, por exemplo, reconhece que existe uma mudança qualitativa no capitalismo pós década de 1970, porém ainda não processa tais mudanças, por estar vivendo o momento e comentando em tempo real: “na economia capitalista internacional a acumulação em escala mundial já não se pode processar como acontecia na era da expansão do pós-guerra, até e a menos que o desenvolvimento desigual e a acumulação dependente sejam postos em novo pé” (Frank, 1983, p. 118). Os processos críticos

seriam, então, momentos em que o capitalismo se reestrutura e aprofunda suas contradições ou por meio delas se supera, por meio da luta dos trabalhadores. Frank relaciona a crise com o processo do imperialismo, observando o que aconteceu no final do século XIX:

A crise de 1873 foi a antecâmara do imperialismo; eu iria mais longe, e diria que a crise foi a causa imediata do imperialismo que, por sua vez, foi a forma descoberta pelo capitalista para vencer a crise de acumulação que atravessava e que resultou no imperialismo, de um lado, e no capitalismo monopolista do outro. (Frank, 1983, p. 61) [...] Crise não significa o fim. *Pelo contrário, a crise refere-se ao momento crítico durante o qual o fim pode ser evitado por meio de novas adaptações*; só se essas fracassam é que o fim se torna inevitável. O dicionário define a crise como “momento grave, especialmente na doença. Momento de perigo ou transição na política etc., como crise ministerial, crise financeira. Do grego, *krisis*, decisão”. *A crise é um período* no qual um corpo social, econômico e político, enfermo, não pode continuar vivendo como antes e é obrigado, sob pena de morte, a sofrer transformações que lhe darão um novo prazo de vida. (Frank, 1983, p. 117, grifos nossos)

Ou seja, para ele, crise diz respeito a momentos de fragilidade do sistema capitalista e não ao seu *modus operandi*, como argumenta Roberts (2019) na tese da monocausalidade da crise, em que

esse processo cíclico de crises não é para restaurar algum equilíbrio. As crises não restauram alguma noção neoclássica de equilíbrio, mas ao invés disso sacodem o processo de acumulação de volta do colapso apenas para fazê-lo avançar dinamicamente de novo; o equilíbrio é apenas ocasional. (Roberts, 2019, p. 43)

Ao mesmo tempo, Frank assume que a crise de 1973-1975 “levou à compreensão cada vez mais profunda de que a nova crise mundial não é um fenômeno localizado ou temporário, que desaparecerá em breve” (Frank, 1983), ainda que não chegue à conclusão de que os processos de crise são parte constitutiva da lógica do capital, os enxergando apenas como momentos de virada, transformação das formas da reprodução.

Nessa lógica, o autor justifica que o desenvolvimento autônomo dos países da periferia se daria nos momentos de crise do centro do capital,

dando um sentido de superação das contradições do capital para consigo mesmo, já que alguns territórios (nesse caso, os marginalizados) poderiam dar uma sobrevida às formas de reprodução do capitalismo. Sobre a espoliação dos países periféricos, Kurz escreve, a partir do ponto de vista da acumulação primitiva, que:

a ideia [...] de um processo de acumulação primitiva que continua acontecendo no Terceiro Mundo e se manifesta como exploração capitalista de mão-de-obra barata permanece, em geral, tão cega à realidade quanto o correspondente teorema acadêmico da “nova divisão internacional do trabalho” (Froebel, Kreye et alii, 1977). Todas essas teses não se fundamentam numa análise do processo geral da produção global de mercadorias, mas sim na generalização dos exames de alguns casos e áreas particulares. O padrão básico comum dessas argumentações consiste em deduzir daquela exploração “barata” de força de trabalho humana no Terceiro Mundo cada transferência de crescimento capitalista bem-sucedida ou prestes a ter sucesso, isto é, na aplicação das antigas categorias da “exploração”. Em parte defende-se dessa maneira a idéia de que o desemprego em massa no mundo ocidental não se deve às conseqüências da penetração das ciências e da intensificação da produtividade imanescentes, para muito além da capacidade de absorção do sistema produtor de mercadorias, mas sim ao simples deslocamento do trabalho industrial para o Terceiro Mundo “mais barato”; em parte acredita-se até que uma transferência mistificada de valores, procedentes da produção folclórica de tapetes, cestos etc. possa esporear o crescimento do capital mundial: uma lenda que obviamente nenhum economista pode levar a sério. (Kurz, 1991, p. 1)

Logo, essa digressão na história do pensamento latino-americano a respeito do desenvolvimento capitalista nos leva a questionar por que houve aumento considerável nas publicações a respeito da temática da dependência nos últimos anos. Esse aumento se deu, principalmente, a partir da perspectiva dos marxistas da Teoria da Dependência. Podemos levar em consideração que, por determinado momento, os próprios autores relacionados à escola do pensamento dependentista abriram mão de certas formulações a respeito da reprodução do capitalismo na periferia feitas antes da década de 1970. Theotônio dos Santos (1998) e André



Gunder Frank (1991) já faziam seus respectivos balanços sobre suas formulações pré-crise e estavam até o fim da carreira na tentativa de compreender as contradições do capital no seu movimento global, buscando também caminhos para constituir um pensamento a respeito da possibilidade de transformação da realidade social dos trabalhadores.

## Notas

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.
2. Aqui, o que entendemos como Teorias da Modernização são as interpretações de Max Weber feitas pelo sociólogo norte-americano Talcott Parsons, desde seu doutorado; bem como as de Walt Rostow, como parte do projeto político anticomunista encabeçado pelo governo dos Estados Unidos. Suas teorias dos sistemas sociais reverberam nas discussões acadêmicas e, conseqüentemente, na elaboração de políticas para o desenvolvimento em todo o mundo. Para aprofundamento nessa questão, recomenda-se: Regatieri (2019), e Rostow (1974).
3. A discussão referente à Escola de Chicago dialoga com o momento seguinte do texto em que se trata a questão do desenvolvimento na Teoria da Dependência, isso porque se relaciona com a trajetória acadêmica de André Gunder Frank, representante dessa corrente do pensamento sociológico latino-americano. A Universidade de Chicago foi o berço do liberalismo norte-americano, diametralmente oposto ao pensamento de Frank. Por esse motivo ele teve dificuldades de concluir o doutorado nessa instituição, sendo expulso e, posteriormente, conseguindo concluir sua tese.
4. Concentração de capital aqui não se refere à forma marxista do conceito, uma vez que para o autor capital produtivo e riqueza das elites na forma da renda são apresentados como a mesma coisa.
5. Recomenda-se: Luxemburgo (1991, 2021) e Lenin (1986).
6. Recomenda-se: Mariátegui (2011).
7. Em seu texto, Ramón Grosfoguel utiliza o exemplo da Argentina nos anos 70 do século XIX e resgata ideias de Vicente Lopez. Para ele “a originalidade de seus argumentos estava em articular uma política econômica em apoio a um projeto de industrialização nacionalista na periferia da economia mundial e identificar as relações com a Inglaterra como parte da fonte do subdesenvolvimento da Argentina” (Grosfoguel, 2013, p. 7).
8. Teórico referência nos estudos da dependência latino-americana, Theotônio é ligado à corrente marxista da dependência. Destaca-se em suas contribuições a análise sistemática da produção intelectual sobre a teoria da dependência (Dos Santos, 1998), utilizada como uma das fontes deste artigo.
9. Para maior aprofundamento nas questões relativas às Teorias dos Sistemas-Mundo, recomenda-se WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Análisis de sistemas-mundo: una*

*introducción*. Siglo XXI: México 2005; ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996; BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

## Referências

- ALFREDO, Anselmo. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. Annablume: São Paulo, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanços e perspectivas**. 1998
- FURTADO, Celso. **Mito do desenvolvimento econômico**. Círculo do Livro: São Paulo, 1974.
- FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 1965. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos>
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. In: Montly Review, Nova York: Montly Review, vol. 18, nº 04, 1966.
- \_\_\_\_\_. **El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico**. Ed. Nueva Sociedad, 1991.
- FRÖBEL, Volker; Heinrichs. KREYE, Otto. *Die neue internationale Arbeitsteilung*, Reinbek, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. Zahar: Rio de Janeiro, 1983.
- GROSGOUEL, R. **Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina**. Realis (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais). Vol. 3, n. 02, jul- dez 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 1992.
- HETTNE, Bjorn. **Development Theory and the Three Worlds**. 1990.
- HUNT, **Economic Theories of Development**, Harvester Wheatsheaf: Hemel Hempstead, 1989.
- KAY, Cristóbal. **Latin American Theories of Development and Under development**. Routledge, Londres, 1989.
- KURZ, Robert. O fracasso da modernização. In: **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 1991. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz214.html>. Acesso em 04.12.2022.
- LARRAÍN. **Theories of Development**. Londres: Polity Press, 1989.
- LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

- LEHMAN. **Democracy and Development in Latin America**. Londres: Temple University Press, 1990.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)**. In: Obras Escolhidas, São Paulo: Alfa Ômega, vol. 1, 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Editora José Olympio, 2021.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARIÁTEGUI, J C. **Defesa do Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos>. Acesso em 30 de agosto de 2022.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30 agosto de 2022.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Editora Fundo de Cultura, 1964.
- REGATIERI, R. P. **Teoria da ação e teoria de sistemas em Talcott Parsons e Jünger Habermas**. Estudos de Sociologia, Recife, Vol. 2 n.25, p. 189-212, 2019
- ROBERTS, M. **Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey**. Geografares, [S. l.], n. 28, p. 36–54, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24382. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24382>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. Siglo XXI: México 2005.

## **Seção II - A metrópole e a crise**



# O cinturão verde de São Paulo como expressão crítica do capital

*Walid El Khatib*

## 1. Introdução

No contexto metropolitano, o então chamado cinturão verde de São Paulo surge como grande área de produção agrícola donde provém grande parte dos produtos alimentícios que abastecem a metrópole paulistana e até mesmo outros estados brasileiros. O seu caráter rural, a sua estrutura agrícola e a sua forma em cinturão revelam já alguns aspectos, mas não todos, bastante relevantes daquilo que constitui uma conformação fenomênica espacial de um processo geral, lógico e contraditório. O cinturão verde, que segundo a definição clássica, bastante presente na literatura acadêmica, aparece definido assim como no dicionário, tão simplesmente como uma “faixa extensa de plantações de hortaliças e legumes em redor de grandes aglomerações urbanas”<sup>1</sup>. Porém, essa concepção pode revelar, ao mesmo tempo em que vela, inúmeras contradições imanentes à criticidade da realidade urbana.

O cinturão verde de São Paulo se conforma imediata e necessariamente no momento da formação da cidade de São Paulo como *locus* urbano-industrial. Esse movimento coincide com a passagem da primeira para a segunda metade do século XX, quando a forma industrial do capital se torna hegemônica, redefinindo todas as formas de sociabilidade no sentido de que todos os momentos da vida urbana paulistana, inclusive de sua periferia, passariam a produzir e reproduzir as condições necessárias à reprodução de um capital industrial incipiente.

Conforme Manoel Seabra (1969), durante as décadas de 1940 e 1950, pode-se identificar a passagem do chamado cinturão caipira para o cinturão verde, quando se processaram enormes transformações espaciais no sentido da urbanização que se expande ao mesmo tempo em que afasta do centro da capital as terras agricultáveis. Nesse movimento clássico de afastamento da agricultura periférica das grandes cidades pode-se apreender que positivamente a urbanização produz necessariamente um espaço agrário fornecedor de mercadorias. Como condição e produto desse processo, aprofunda-se a cisão entre o campo e a cidade, no sentido de que a cidade passa a determinar o campo, ditando o que deve ou não ser produzido, em uma relação de dependência.

Não obstante, ainda nessa mesma interpretação, a cisão entre o rural e o urbano passa a conformar espacialmente o sentido daquilo que constituiria o desenvolvimento econômico, em que o crescimento absoluto da demanda de mercadorias e da produção de produtos agrícolas revelaria por sua vez, finalmente, o surgimento do mercado interno como elemento suficiente para o desenvolvimento nacional, tendo São Paulo como o seu *motor*. Do cinturão caipira para o cinturão verde haveria não somente transformação significativa do ponto de vista produtivo, mas também toda significação social daquilo que constituiria a superação do atraso nacional, da concepção em que o rural contém os elementos da sociedade que não conquistou o pleno desenvolvimento urbano-industrial como forma de superação de sua condição inferior e temporalmente retardada com relação ao modelo europeu de desenvolvimento.

Cabe-nos aqui, contudo, apreender quais os sentidos dessa forma de consciência, cuja compreensão dessa realidade incorpora tão somente a razão positiva e meramente ilustrativa do processo social, aparentemente óbvio e natural, da formação da espacialidade material representativa do sucesso da sociabilidade fundamentada no aprofundamento da racionalização instrumental e positiva do real.

## 2. Relação campo cidade: a Geografia

A cidade e o campo se distinguem entre si na medida em que suas expressões fenomênicas aparecem como diversas e, por conseguinte, suas existências são tomadas pelo entendimento como independentes, ainda que relacionadas entre si. Porém, suas determinações são obscurecidas ao mesmo tempo em que por elas passam a ser compreendidas tão somente os seus produtos, ou seja, suas expressões fenomênicas. Assim, no âmbito do entendimento ordinário, os produtos do processo social tomam o lugar das suas próprias determinações, expressão não do erro, mas tão somente da forma de compreensão social que passa ao largo da possibilidade da negatividade dialética como lente do real. Nesse sentido, faz-se necessária a explicitação do não explícito dos polos que constituem a contradição cidade campo.

Campo e cidade aparecem na literatura geográfica ao longo do século XX de modos bastante diversos em suas linhas teórico-metodológicas. Em decorrência dessa multiplicidade de compreensões partimos da análise de alguns autores representativos no âmbito da construção do pensamento geográfico basilar, clássico ou tradicional referente ao nosso recorte, o cinturão verde. Para tanto, foram selecionados Manoel Seabra (1969), Jungen Langenbuch (1971) e Aroldo de Azevedo (1958), sendo algumas obras desses autores relacionadas ainda a uma Geografia tradicional e monográfica. Não obstante as inúmeras críticas possíveis a essa Geografia, é exatamente ela o nosso ponto de partida, uma vez que, enquanto momento ou polo positivo do pensamento, essa Geografia se constitui como necessária à crítica.

Nesse sentido, é somente a partir desses autores que buscaram pensar a expansão urbana relacionando-a ao seu entorno rural, que faz sentido trazer o chamado cinturão verde para o centro da problemática entre campo e cidade. A capacidade explicativa, porém, varia conforme os



graus de aprofundamento nos quais os autores buscaram compreender essa realidade específica, dos limites entre campo e cidade, ou entre o rural e o urbano, cujas expressões materiais muitas vezes parecem nos fornecer poucas conclusões e muitas incertezas. Muito fácil e tão pouco explicativo seria denominar ou caracterizar o cinturão verde como uma área de transição, uma fímbria (Cruz, 2005), como o espaço da inconclusão ou da conclusão múltipla etc. De fato, a linguagem não dá conta de explicitar e explicar o real, aliás, quando especulativa, ela jamais deve se confundir com o real. Propor por meio de outra linguagem resolver o real não parece ser a tarefa de algo que se propõe científico e crítico. Já a crítica negativa, ao contrário, intenta compreender o real nas suas contradições sem pretender resolvê-las. E isso implica admitir os limites da compreensão e do pensamento sobre o real, implica, portanto, admitir a contradição como real, na medida em que o pensamento é momento do real e não algo externo que recai externamente sobre o real [objeto]. É nesse sentido que os autores supramencionados são resgatados, como fundamento e não como simples ilustração teórica da história do pensamento geográfico.

Em sua obra “Vargem Grande: organização e transformações de uma parte do cinturão-verde paulistano”, Manoel Seabra muito pertinentemente, logo de início, revela o que se desdobrará da relação campo-cidade em sua obra:

[...] a metrópole paulistana não repercute sobre a organização do espaço econômico em Vargem Grande apenas como principal mercado consumidor dos produtos de sua atividade hortifrutigranjeira [porém] [...] muitos outros elementos, inclusive com dinamismo atual mais evidente, se somam hoje às atividades hortifrutigranjeiras, disputando o espaço nesta parcela do cinturão verde, apagando praticamente os vestígios organizados daquilo que Pasquale Petrone denominou de ‘cinturão caipira’ de São Paulo (Seabra, 1969, p. 02).

É a partir dessa transformação do cinturão caipira para o cinturão verde que Seabra passa a problematizar a metropolização, admitindo a sua complexidade ao apresentar-nos a realidade em plena transformação cuja

violência tenta apagar os vestígios da história. Destarte, partindo dessa situação, imperativa devém a discussão acerca da relação entre cidade e campo a partir da perspectiva da divisão social do trabalho, enquanto elemento constituinte e determinante no que se refere à forma necessária de sociabilidade sob o capital, “capaz de excluir todo e qualquer outro vínculo social” (Giannotti, 2000), como ocorreu com os denominados caipiras. Além disso, Seabra também nos traz outra informação bastante relevante ao referir-se à metrópole como algo que está para além de um mero centro consumidor. Para Seabra, esse espaço metropolitano transformou-se, apontando “para novas formas, fundamentadas em atividades agrícolas basicamente comerciais, de organização do espaço rural, formas estas que o grande crescimento da cidade passava a possibilitar” (Seabra, 1969). O autor identifica o fundamento dessa evolução do rural com o crescimento do urbano. A cidade produz o campo ao se reproduzir, produzindo o seu oposto. É esse o problema fundamental que aqui se põe em debate, em oposição ao silêncio da Geografia que naturaliza esse processo colocando-o como dado irretorquível da *natureza social capitalista*, que produz o rural *naturalmente* como se trans-histórico fosse.

### **3. Cisão negativa: o cinturão como contradição**

A partir de alguns autores supramencionados (Azevedo, 1958; Langenbuch, 1971; Seabra, 1969) convém, neste momento, pensá-los de modo a identificar o comum no que por eles fora escrito, identificando em todos os autores o problema que os levou à reflexão e à tematização de um mesmo objeto, não obstante as suas diferenças específicas.

De modo bastante genérico pode-se afirmar que na análise dos autores citados aparecem o urbano e a sua expansão estritamente como

momento específico da história de uma cidade que, em seu pleno desenvolvimento, foi capaz de superar velhas formas de produção (Giannotti, 2000), por exemplo, a caipira, construindo um imenso espaço urbanizado e ao mesmo tempo outro espaço fisicamente diverso e de *função* ou *conteúdo* rural. Esse modo de compreensão do desenvolvimento da realidade moderna explicita o real colocando a relação sujeito objeto sob perspectiva de cunho positivo: põe o objeto da análise [as realidades paulistanas: urbana, suburbana e rural] sob a perspectiva temporal histórica (por vezes, naturalizada), destituída de contradições, e as contradições que dela surgem aparecem como problemas passageiros consequentes da expansão do urbano caótico, resolvíveis, porém, por “uma questão de tempo”.

O positivo na análise de alguns desses autores se revela, sobretudo, na compreensão do fenômeno urbano sem a incorporação do seu elemento contraditório, que seria o campo. Em Azevedo, essa mesma relação aparece no sentido de uma apologia do urbano como o elemento civilizador em contraste com o elemento caipira e a sua “chocante realidade”, em grande medida “repleta de ignorância, fatalismo, inércia, falta de ambição, desconhecimento técnico”, na qual, conseqüentemente, seu trabalho não se torna lucrativo, pois “suas terras estão sempre cansadas, seus canteiros assimétricos e desalinhados, fazendo tudo de modo empírico e utilizando apenas processos atrasados e deficitários” (Azevedo, 1958, p. 115-123). Já Languenbuch, por exemplo, argumenta em termos de dependência e oposição, pois que em suas palavras não seria “exagero afirmar que a metrópole em certo sentido depende de seus arredores rurais” (Languenbuch, 1971, p. 282).

Em outras palavras, pensou-se a expansão positiva do urbano em detrimento do rural, como um progresso natural e civilizatório, concebendo positivamente a expansão do urbano e de seu complemento necessário, o campo. Nesse sentido, não há uma reflexão acerca da cisão campo-cidade, há no limite a reflexão sobre uma relação contingente. A

cisão, que aparece como dada, e sendo por sua vez compreendida como pressuposto necessário para uma compreensão histórica de um desenvolvimento que vai do rural ao urbano, explicitaria o desenvolvimento progressivo da sociedade urbana que, porém, jamais se explicitaria como contradição.

Se para tais autores a cisão aparece enquanto pressuposto que não efetiva o estabelecimento de uma relação contraditória entre os elementos cindidos, aqui a cisão advém como problema fundamental, carecendo de uma longa reflexão.

A possibilidade de se pensar o cinturão como algo dado já revela bastante da consciência que delimita e impõe fragmentos do real como objetos exteriores. No limite, se para essa forma de consciência o real é idêntico ao pensado e se esse real se apresenta cindido é porque o nosso pensamento é cindido, pois os termos provenientes dessa cisão são postos como absolutos não relacionáveis.

A crítica da cisão entre cidade e campo não deve propor uma unificação subjetiva e arbitrária entre os elementos cindidos, com o “tom ideológico dominante de todo o discurso sobre a síntese” (Adorno, 2009, p. 151), mas deve pensar essa cisão mesma a partir da cisão entre sujeito e objeto, como forma de consciência. A possibilidade de fragmentação objetiva da realidade revela o modo pelo qual o sujeito constitui-se, em contraposição ao objeto que lhe é externo. Nessa forma de consciência, o mundo aparece como uma imensa coleção de dados, como um mundo acabado fora do pensamento e independente dele, no qual caberia a esse mesmo sujeito preencher os seus pensamentos com a objetividade que lhe é externa. O conhecimento se vê reduzido, desse modo, a mero esquema científico sintético, a uma tabela onde seus espaços vazios são preenchidos com dados, como um esqueleto donde “a carne e o sangue foram retirados dos ossos” (Hegel, 1992, p. 49); em que a totalidade abstrata é tomada enquanto somatório ou completude dos conhecimentos individuais ossificados.

Nesse sentido, na cisão entre o pensado e aquele que pensa surge um conhecimento *das* coisas, revelando que o conhecimento pressupõe a busca do em-si dessas coisas, a objetividade absoluta. Nessa busca, sujeito e objeto aparecem imediatamente como absolutidades e, portanto, como externos, independentes e opostos entre si. Em outras palavras, sob essa forma de consciência, o sujeito crê no objeto como algo imediato, posto como objetividade sem mediação alguma, ou seja, o objeto simplesmente é, e, portanto, não precisaria de qualquer predicado que o qualificasse, ou algo outro que lhe desse uma identidade. Isso, segundo Hegel, é uma forma religiosa de pensamento, na medida em que crê na existência objetiva das coisas como sendo imediatez natural do mundo; é o que “se denomina consciência sensível, é justamente essa abstração pura: é esse pensar, para o qual o ser é o imediato” (1992, p. 189).

Logo, o pensamento que pensa o objeto, pensa-o como negatividade de si, como tudo aquilo que é não-sujeito. E ao pensar a si mesmo, esse sujeito simultaneamente pensa a sua própria negação. O sujeito hegeliano ao pensar a si mesmo positivamente como em-si e tudo o que ele não é, como negação de si mesmo, toma ciência que ele somente é para si mesmo<sup>2</sup>, que ele se pode crer como em si, devindo um ser em-si-e-para-si<sup>3</sup>. Em outras palavras, para Hegel, no percurso do espírito, a relação sujeito objeto surge no pensamento como elemento que dá identidade entre os termos, na medida em que sujeito e objeto são postos pela razão de um sujeito pensante. Disso devém a sua crítica à objetividade da coisa em si e a sua pertinência na medida em que o pensamento se põe como determinação e fundamento do real.

É nesse sentido e desse modo que pode-se pensar a cisão cidade campo não mais como uma objetividade absoluta, como um dado social naturalizado, mas como forma de consciência posta pela relação sujeito objeto. Desse modo, pensar a cisão cidade campo se mostra pertinente sob essa perspectiva na medida em que da forma de consciência dessa cisão devém também a sua objetividade. Assim, pode-se dizer que uma cisão se

refere basicamente a um todo que por sua vez fora dividido, isto é, pressupõe-se nessa cisão um todo não dividido, que por suas particularidades internas tornou-se passível de divisão. Esse todo poderia ser o espaço, o território, a sociedade, a ‘totalidade social’ etc., entretanto, o que realmente é relevante, não é descobrir o que fora cindido ou que dá identidade para os polos da cisão cidade campo, mas premente se faz a construção de uma reflexão acerca dessa cisão como a realização de uma relação negativa entre cidade e campo, fazendo resistência à identidade e levando a cabo, como diz Adorno, a violência da dialética.

Logo, enquanto determinação do capital, cujo pressuposto se revela na divisão social do trabalho, é conformado um tal aprofundamento dessa divisão social, que por sua vez explicita a cisão da consciência que se tem dessa mesma sociedade em duas realidades sociais fenomenicamente distintas: cidade e campo. Do aprofundamento da divisão social do trabalho, pode-se compreender que se tem uma transformação qualitativa dessa divisão, conformando-se numa cisão posta por uma forma de consciência fundamental.

Enquanto forma de consciência, cidade e campo aparecem cindidos na medida em que, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, tem-se a aparente autonomização dos processos constituintes de cada um dos elementos, embora haja uma relação identitária e necessária entre os termos campo e cidade. Segundo Marx, a cisão entre cidade e campo pode ser entendida a partir da divisão social do trabalho como elemento que aparta os termos, que por sua vez são mediados pelo processo de troca: “A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo” (1983, v. I, t. 1, p. 278). Nessa relação contraditória, em que autonomização e dependência coexistem simultaneamente, e somente admitidas enquanto tais, essa cisão fundamental pode ser pensada dialeticamente.

Cidade e campo, ao constituírem-se enquanto elementos de uma relação dialética, referem-se necessariamente a uma relação de contradição em que, para além de constituírem uma mera incoerência opositiva entre termos, referem-se ao momento lógico no qual os termos são e não são, imediata e concomitantemente, sendo cada termo em si mesmo também a negação interna do outro. Em outras palavras, podemos dizer que a cisão constitui a cidade enquanto tal e a sua própria negação, tudo o que é não-cidade; e o mesmo para o campo, o campo enquanto tal e a sua negação, o não-campo. Assim compreendida essa cisão, podemos dizer que dela surgem a cidade e a sua negação, tão logo surgem o campo e a sua negação. Tal cisão constitui-se essencialmente na determinação do negativo como o elemento comum dos termos entre si. Entretanto, essa negação deve ser considerada interna aos termos, na medida em que a constituição de cada termo em si é posta não pela negação de um outro em geral, mas pela negação de *seu* outro, daí podermos dizer acerca de uma cisão posta pela dialética negativa.

Sem se tratar de um mero jogo formal de palavras, o negativo se constitui no fundamento lógico pelo qual cidade e campo se põem em relação. Nesse sentido, aquilo que antes aparecia para nossa consciência como uma simples divisão entre duas formas, agora se põe também enquanto um conteúdo lógico preciso. A cisão, portanto, produz o negativo; a produção do urbano, bem como afirma Seabra (1969), produz o seu negativo, o campo. A expansão da cidade metropolitana é imediatamente a produção do cinturão verde, é o aprofundamento da cisão negativa. Disso não devem nem cidade, nem campo, mas tão somente a contradição dialética constituinte de ambos.

O cinturão verde é, portanto, negativo e positivo; e enquanto polo de uma contradição, se efetiva realizando-se enquanto forma de consciência fetichista, sendo esta “a forma de consciência necessária que possibilita a efetividade da contradição porque aparece como não-contradição” (Alfredo, 2010, p. 38).

Não obstante, afora essa breve exposição acerca da cisão enquanto negatividade no âmbito lógico, não devemos compreendê-la somente como o fundamento dos processos pelos quais a lógica universal determinada pelo capital se efetiva. Ao contrário, devemos compreendê-la especificamente com relação à realidade periférica paulistana, como forma de ser desse universal. Convém pensarmos mais analiticamente a expansão urbana e sua relação com o cinturão verde a partir de suas duas determinações fundamentais: o mercado de terras e a produção agrícola. Ambas, porém, aparecem não como simples concorrentes por um espaço no cinturão verde, por uma terra nos entornos paulistanos, mas, sobretudo, como processo simultâneo e contraditório inserido na situação crítica da produção de valor. O avanço desses dois processos passa então a revelar exatamente o contrário de um positivo que reafirma uma acumulação pela expansão de tais setores econômicos. Teremos agora que admitir que essa expansão é não menos do que generalização e aprofundamento da crise do valor. Em outros termos, diremos que essa expansão do capital, enquanto formação lógica do cinturão verde, é expressão crítica do próprio capital.

Na compreensão da relação entre cidade e campo a partir da especificidade do cinturão verde, faz-se imperativa a consideração da reprodução do capital no contexto contemporâneo levando em conta o desenvolvimento lógico e negativo de suas categorias. Um dos processos categoriais do capital mais importantes e reveladores de sua forma crítica aparece na relação contraditória entre capital e trabalho. Essa relação constitui-se pela necessidade ascendente do capital de dispensa de trabalho na medida em que há o desenvolvimento das forças produtivas, e a pertinência da observância dessa contradição jaz em seu processo categorial no qual são postas as identidades lógicas das categorias do capital.

A identidade lógica das categorias do capital é necessariamente posta pela contradição, ou seja, a identidade das categorias realiza-se na



relação necessária entre contrários, em que a contradição constitui-se por uma relação de necessidade. Assim, por exemplo, a identidade da categoria trabalho se constitui na relação contraditória e necessária com o não trabalho; a identidade da categoria valor se realiza na contradição com a forma-valor. Nesse sentido, com relação à categoria trabalho pode-se afirmar que o capital se realiza de forma crítica por ser a identidade de suas categorias realizada na diferença, numa relação necessariamente crítica e negativa, uma vez que o não trabalho, socialmente é dispensa de trabalho.

A forma crítica do capital em geral, no entanto, se põe como objetividade social ao mesmo tempo em que objetivamente não aparece como negatividade e crise, mas, ao contrário, aparece exatamente como naturalmente acrítica e positiva, como acumulação e expansão. E, nesse sentido, pensar a formação do cinturão verde como expressão da acumulação urbana metropolitana seria reproduzir tão somente a forma aparente e fetichista do capital, pois seria reiterar apologeticamente a aparência e “destituir a existência enquanto contradição entre essência e aparência” (Alfredo, 2010, p. 40, 41). Ao contrário, o cinturão verde pode ser pensado enquanto expressão da reprodução crítica imanente ao capital, pois é somente por meio dela que o cinturão verde surge como necessidade objetiva posta pela lógica crítica do capital.

A partir das décadas de 1940 e 1950 a cidade de São Paulo passa por um intenso aprofundamento no desenvolvimento das forças produtivas, que trouxe consigo a necessidade de produção de mercadorias agrícolas capaz de abastecer a crescente demanda urbana. É nesse momento que são estabelecidas as especificidades que aproximam a agricultura do cinturão verde à forma industrial de produção, sobretudo a partir do momento em que a agricultura enquanto consumidora de produtos industriais tem a necessidade constante de redução dos seus custos de produção, em um contexto concorrencial determinante.

O aumento da composição orgânica do capital é determinado pela disputa concorrencial entre os capitais, que se realizam de forma crítica,

em que “a medida formada *a posteriori* dos trabalhos individuais que serão por ela medidos, põe cada produção individual determinada pela crise de sua efetividade, o que, aliás, define a necessidade de maior economia de tempo de trabalho” (Alfredo, 2010, p. 41). Em outras palavras, a cada ciclo do processo produtivo, torna-se progressivamente mais necessária a redução do tempo médio social de trabalho para a produção de mercadorias. Esse tempo médio de trabalho necessário é a forma lógica da contradição entre trabalho individual e social, em que o primeiro é equiparado ao segundo de modo que a realização do trabalho individual se dê criticamente, ou seja, o pressuposto de sua realização é definido retroativamente ao ser equiparado a uma abstração, a média social de tempo de trabalho. Assim, a trocabilidade da mercadoria jamais é garantida a princípio somente por conter trabalho corporificado, pois o seu fundamento – o valor – é formado *a posteriori* por uma média social, constituindo a diferença entre preço e valor. Entretanto, como exposto, o tempo médio socialmente necessário para a produção de mercadorias diminui a cada ciclo produtivo na medida em que há o desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente aumento da composição orgânica do capital (ou seja, diminuição relativa do capital variável empregado com relação ao capital constante). Por conseguinte, dado esse aumento da composição orgânica do capital bem como do capital global (capital constante mais capital variável), há tendencialmente a queda na taxa de lucro.

O aumento da composição orgânica do capital engendra a queda tendencial da taxa de lucro, que segundo Marx “não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante” (1984, v. III, t. 1, p. 167). Em outras palavras, de modo bastante sucinto, o desenvolvimento das forças produtivas do capital, expresso no aumento de sua composição orgânica, põe a necessidade de aumento do capital global, que por sua vez, engendra a

diminuição da taxa de lucro, dada a redução do capital variável tanto absoluta quanto relativamente ao capital constante. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro, expressão do aumento do capital global, constitui-se na diminuição relativa da massa de mais-valia em relação ao capital global, aparecendo como aumento da produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que fetichiza a produção crítica de valor. Segundo Ernest Mandel:

[...] um aumento na composição orgânica do capital implica uma queda na taxa de lucros. [...] [E] dois entre os mais importantes fatores que podem deter a queda da taxa média de lucros são o barateamento dos elementos do capital constante e o aumento da taxa de mais-valia (seja por uma ampliação no grau de exploração do trabalho, seja por uma redução dos salários a um nível inferior ao valor da mercadoria força de trabalho) (1985, p.103).

Mesmo com esses fatores contrariantes à queda tendencial da taxa de lucro<sup>4</sup>, o capital global é necessariamente em sua média sempre mais elevado a cada ciclo produtivo, e isso significa que a redução dos custos do capital expressa sempre tentativas insuficientes de redução do aumento progressivo do capital global. É importante ressaltar o quão fundamental é esse processo para a reprodução do capital, na medida em que é justamente essa necessidade objetiva de diminuição dos seus custos de produção que move o capital enquanto forma de sociabilidade. É a sua negatividade, a sua forma crítica, a sua improdutividade que mobilizam incessantemente volumes sempre crescentes de capital. Assim, a diminuição dos custos de produção, a diminuição do tempo de rotação do capital, o aumento da taxa de mais-valia, a busca por melhor remuneração fora do setor produtivo (financeiro e imobiliário, por exemplo), enfim, todos os movimentos dessa sociabilidade fetichista sempre são tentativas malogradas – as quais, porém, aparecem como expansão, crescimento econômico e desenvolvimento social – de mitigar a sua própria criticidade.

Nesse processo crítico aprofunda-se, igualmente, a divisão social do trabalho enquanto divisão entre ramos produtivos, entre o campo e a

cidade, internamente no âmbito de economias nacionais. Concomitantemente, há também no âmbito das relações entre economias nacionais a separação do mundo entre economias centrais e periféricas, determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, que por sua vez é agravado pela luta concorrencial entre países centrais industrializados e uma periferia de países retardatários ainda sob regime agrário ou semiagrário (Bukharin, 1984).

Dessa desproporção entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura no âmbito mundial, reside a formação da cisão entre centro e periferia do capitalismo mundial. Para Bukharin (1984), o fundamento dessa desproporção no desenvolvimento das forças produtivas entre esses dois ramos reside, sobretudo, na categoria social particular da propriedade monopolista do solo como um obstáculo objetivo, segundo as palavras do autor, ao *pleno desenvolvimento capitalista*. Assim, se um país é periférico porque suas determinações estão relacionadas à condição agrária, e se sua condição agrária é determinada por um obstáculo principal – a propriedade privada da terra –, logo, poderíamos afirmar que a especificidade periférica estaria também contida nas questões relativas à propriedade privada da terra.

#### **4. A formação do preço da terra e o cinturão verde: renda fundiária, juro, lucro**

O preço da mercadoria não significa mais do que uma expressão fetichista de seu valor, porém, como já analisado, com o aumento relativo do seu custo de produção associado à queda tendencial da taxa de lucro poder-se-ia concluir que há aumento geral do preço das mercadorias. Não obstante, partindo da reflexão acerca da lógica objetiva do capital, os preços dos produtos agrícolas em geral decrescem absolutamente (Ueno,

1985) mesmo com todos os seus custos em elevação, uma vez que há relativa e necessariamente o aumento de sua composição orgânica, engendrando progressivamente uma produção crescente de mercadorias e decrescente de valor, que por sua vez se expressam no decréscimo dos preços dessas mercadorias. Em se tratando da produção agrícola periférica mundial, no caso a do cinturão verde paulistano, surgem a propriedade da terra e o seu preço como elementos determinantes nos custos de produção e de reprodução dessa agricultura.

De acordo com Odette Seabra (2003, p. 339), pode-se compreender que sob o capital a terra adquire duas formas distintas, mas não necessariamente contraditórias entre si:

1. Quando a propriedade é uma mediação da reprodução, existe a renda capitalista da terra ou a capitalização da renda.

2. Quando a propriedade ganhou autonomia e funciona como “terra-capital”, como mobilização de capital fixo em certos circuitos reprodutivos, funde juros e renda.

A primeira forma refere-se basicamente à terra como meio de produção, com seu uso produtivo na agricultura, por exemplo. Já a sua segunda forma refere-se à terra como capital, como investimento, como forma de imobilização de capital-dinheiro, como “reserva de valor”. Com relação à formação do preço da terra, seria fetichismo considerar apenas a lei da oferta e da procura, como reguladora natural da sociedade, como uma regulação justa e que tende ao “equilíbrio natural”, partindo do princípio universal da forma equivalente.

Entretanto, a partir da teoria crítica do valor, o preço da terra compreende a relação entre a renda que a terra proporciona e a taxa média de juros. O juro refere-se basicamente ao preço do dinheiro, ao preço pelo

empréstimo de certa soma de valor como dinheiro capital. De modo mais claro, Marx escreve:

O prestamista despende seu dinheiro como capital; a soma de valor que aliena a outro é capital e, por isso, refluí para ele. O mero refluxo para ele não seria refluxo da soma de valor emprestada enquanto o capital, mas mera restituição de uma soma de valor emprestada. Para refluír como capital, a soma de valor adiantada deve não só se conservar no movimento, mas ter-se valorizado, aumentando a sua grandeza de valor, portanto retornar, com mais-valia, como  $D+\Delta D$ , e esse  $\Delta D$  é aqui o juro ou a parte do lucro médio a qual não permanece nas mãos do capitalista funcionante, mas cabe ao capitalista monetário (Marx, 1984, v. III, t. 1, p. 263).

Essa mesma taxa de juros, muito embora apareça dissociada e sem relação alguma com o preço da terra, e, não obstante pareça constituir-se enquanto turvação teórica, surge aqui como elemento constituinte e necessário à formação do preço da terra, na medida em que determina a quantidade de tempo necessária para que uma determinada renda fundiária auferida reponha o seu próprio preço de compra. Nas concisas palavras de Marx tem-se:

Se um capitalista compra terras, que lhe dão uma renda anual de 200 libras esterlinas, por 4000 libras esterlinas, então ele recebe, das 4000 libras esterlinas, juros anuais médios de 5%, exatamente como se ele tivesse investido esse capital em papéis que rendessem juros ou se tivesse emprestado diretamente a juros de 5%. É a valorização de um capital de 4000 libras esterlinas a 5%. Nessa hipótese, em 20 anos ele teria repostado novamente o preço de compra de sua propriedade por meio dos rendimentos dela oriundos. Por isso, na Inglaterra, calcula-se o preço de compra de terras com base em tantos ou tantos *years purchase*, o que é apenas outra forma de expressar a capitalização da renda fundiária. É, de fato, *o preço de compra não do solo, mas da renda fundiária que ele proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros* (Marx, 1984, v. III, t. 2, p. 129, grifo nosso).

O preço da terra, muito distante de uma simples lei da oferta e procura, para Marx é como se fosse um empréstimo a juros, fundamentalmente formado pela razão entre a renda auferida e a taxa média de juros. Em outras palavras, o preço da terra é regulado pela

relação entre a taxa média de juros e a renda que a terra pode proporcionar. A taxa de juros determina o montante de capital adiantado necessário (preço da terra), que expressa exatamente o processo de capitalização fundiária, na medida em que determinada renda deve remunerar esse capital adiantado, assim como o juro deve remunerar a soma de valor emprestado mais a parte de sua valorização. Assim, o preço da terra, sob o capital, expressa não o seu preço enquanto valor de uso, mas “a renda fundiária que ela proporciona, de acordo com a taxa média de juros” (Marx, 1984, v. III, t. 2, p. 129). Nesse sentido, seja para a terra como meio de produção, seja como meio de especulação e “reserva de valor”, o preço da terra pode variar de acordo com as alterações da taxa média de juros, elevando, portanto, o preço da terra quando a taxa média de juros cai, e, inversamente, diminuindo o preço da terra na medida em que a taxa média de juros sobe. Abstrata e matematicamente, há essa relação de proporcionalidade inversa entre a taxa de juros e o preço da terra, porém, há, objetivamente, um limite máximo e uma tendência descendente para a taxa de juros.

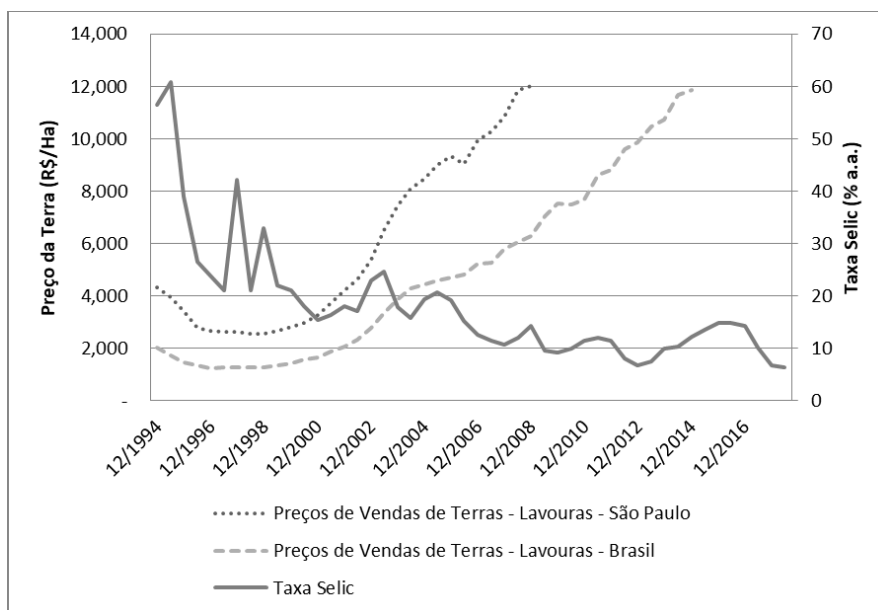
Acerca desse limite objetivo da taxa de juros, Marx elucida que “em todo o caso, a taxa média de lucro deve ser considerada o limite máximo definitivamente determinante do juro” (Marx, v. III, t. 1, p. 270), pois o juro refere-se a parte do valor que retorna como mais-valia e como lucro ao capitalista funcionante que, por sua vez, é transferida para o capitalista monetário. Logo, segundo Marx, a taxa média de juros se constitui lógica e objetivamente limitada pela taxa média de lucro. Por isso, a taxa média de lucro tem, com o desenvolvimento social das forças produtivas:

[...] uma tendência à queda e, daí, também a taxa de juros, à medida que é regulada pela taxa de lucro; que, além disso, mesmo abstraindo da taxa de lucro, a taxa de juros tem uma tendência à queda devido ao crescimento do capital monetário emprestável: daí decorre que o preço da terra tem uma tendência ascendente, *independente mesmo do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos da terra*, do qual a renda constitui uma parte (Marx, 1984, v. III, t. 2, p. 129, grifo nosso).

Para Marx, essa relativa independência do preço da terra devém matematicamente do fato que o cálculo do preço é dado pela razão entre a renda e a taxa de juros, em que o denominador (taxa de juros) determina o número de partes que o numerador (renda) será dividido, sendo que o denominador jamais pode ser igual a zero; objetiva e logicamente, isso significa que é a taxa de juros quem vai determinar não só o preço da terra enquanto quantidade, como a própria existência de preço da terra, pois sem taxa de juros (juro igual a zero) não há relação possível e tampouco preço da terra. No gráfico abaixo, é possível observar esse aumento real do preço da terra (acima da taxa de inflação) e a queda objetivamente tendencial da taxa de juros (Selic).



**Gráfico 1<sup>5</sup> – Preço de venda da terra (lavouras) no Brasil e no Estado de São Paulo, taxa Selic de 1996 a 2018**



Fonte: FGV (IBRE), BCB; Elaborado por: Walid El Khatib

O gráfico, ainda que especificamente relacione o preço da terra para o estado de São Paulo com a taxa Selic<sup>6</sup>, que é a taxa básica de juros da economia brasileira, explicita a negatividade do capital ao expressar indiretamente, por meio do nítido aumento do preço da terra e da também nítida queda da taxa de juros, o desenvolvimento social das forças produtivas, bem como a própria queda tendencial da taxa de lucro. Cabe ressaltar também o quão determinante é o juro na formação do preço da terra, pois, independentemente do próprio movimento da renda fundiária, evidencia-se que a sua determinação está fundamentada em detrimento de qualquer que seja o uso que se faça da terra, independentemente de sua materialidade. O que determina o seu preço, portanto, é uma abstração, a

abstração da taxa média de juros, enquanto renda capitalizada e fetichizada enquanto preço do solo.

Desse processo imanentemente crítico e negativo, expresso no preço da terra, devêm inúmeras implicações objetivas, dentre as quais a de que o preço necessariamente ascendente da terra, transformada em “reserva de valor”, determinou a forma especificamente periférica, patrimonialista e rentista pela qual o Brasil constituiu sua violenta formação social, sua economia interna e sua relação com o mercado mundial. Para Oliveira (2007):

[...] a terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de reserva de valor, reserva patrimonial, ou seja, a terra é apropriada principalmente *com fins especulativos e não para produzir*. Ou seja, os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, vêem na terra um “investimento seguro”, que não se “desvaloriza”. É assim que se retêm terrenos urbanos vazios e latifúndios improdutivos (Oliveira, 2007, p. 64, grifo nosso).

Assim como Oliveira (2007), Sayad escreve que a terra como reserva de valor permite “congelar ou mesmo valorizar os recursos que os capitalistas não desejam investir em ampliação do capital produtivo” (1982, p. 88), mesma função do ouro, de moedas estrangeiras e de obras de arte. Diferenciando a terra como capital produtivo e como reserva de valor, Sayad vai além e escreve que, no caso do Brasil, a terra foi e ainda é utilizada na sua função de reserva de valor como meio de amortecimento das possíveis quedas de rentabilidade do capital produtivo.

Nesse sentido, Sayad (1977, p. 650-654) aponta alguns motivos que justificariam a escolha do setor privado brasileiro por essa forma de acumulação não-produtiva, baseada na propriedade fundiária: organização deficiente do sistema judiciário, do sistema fiscal e do próprio setor financeiro; o crescimento demográfico, que aumenta a demanda por um bem limitado (baixa elasticidade de oferta de terras); a manutenção de sistema judiciário lento associado às altas taxas de inflação; a exigência do próprio setor financeiro por garantias “reais”, não-financeiras, como a

terra, para a segurança de suas operações; e, por fim, a “inércia política” dos proprietários fundiários.

As causas apontadas por Sayad (1977) para a existência dessa forma não-produtiva da terra são todas justificativas externas à propriedade fundiária mesma, são elementos outros que trazem, por sua vez, implicações no preço da terra, nenhum, porém, traz o que efetivamente fundamentaria o seu preço. O preço e a rentabilidade da terra como um ativo não-produtivo são justificados, portanto, negativamente, na medida em que a própria terra não explicitaria uma justificativa para o seu próprio preço.

Numa economia inflacionária, com tradição rural há três ou quatro décadas, *é natural que a principal forma de retenção de riqueza pelo público tenha sido um ativo real, como a terra*. Mesmo com o desenvolvimento industrial, a terra na forma de imóveis urbanos e rurais continuou a ser, ao que tudo indica, a forma preferida (Sayad, 1977, p. 661, 662, grifo nosso).

Tanto mais violenta quando naturalizada, a justificação da propriedade fundiária aparece na forma de retenção “natural” de riqueza. Sob o capital tudo é naturalizado, tudo aparece posto por *uma natureza* na qual tudo o que é lógico aparece como *natural*, em um processo de mistificação fetichista da lógica do capital no qual obnubilam-se sua objetividade crítica negativa e seu fundamento totalitário. Nesse trecho, em poucas palavras, Sayad naturaliza a “economia inflacionária”, a “tradição rural”, a “retenção de riqueza” e a propriedade da terra como se a própria economia fosse tão *naturalmente* humana, quanto à lei da inércia é fisicamente *natural*. Obscurecem-se, assim, as determinações fundamentais do preço da terra, bem como as suas implicações enquanto mediação social e forma de sociabilidade fetichista. Ademais, o que aparece como problema teórico acerca das formas da propriedade da terra pode ser compreendido como encobrimento fetichista, pois é questionável o argumento de que o uso material da terra poderia despontar como via para a compreensão da lógica do capital.

Pensar a terra em termos de fins, ora especulativos, ora produtivos, assim como o fazem Oliveira (2007) e Sayad (1977, 1982), pode nos orientar em termos analíticos, mas não necessariamente em termos lógicos, pois essa forma de análise pode conduzir a crítica para um discurso moral, da *ética* e da *justiça* acerca de uma *função social* que caberia à propriedade da terra. É inequívoco que na discussão acerca dos conflitos fundiários que envolvem todo o território e toda a história do Brasil há que se questionar a forma brutalmente massacrante e restrita com que foram “distribuídas” suas terras. No entanto, a crítica não pode parar nesse ponto e aqui deitar-se eternamente, mas prosseguir radicalmente ao fundamento da história de morticínio da realidade do campo brasileiro, questionando a propriedade privada e a sua intrínseca relação imanentemente negativa posta pelo capital.

A terra, portanto, seja qual for sua forma e seu uso material, enquanto propriedade privada, expressa particularmente em seu preço uma média universal, a simultaneidade de suas determinações negativas postas pelo capital. O preço da terra é, portanto, uma relação, não uma simples relação de adição e síntese de elementos e causas externos, mas uma relação de negatividade imanente entre seus fundamentos, de negação lógica do preço da terra como expressão de valor posta pela negatividade também lógica entre taxa de lucro, taxa de juros e renda.

Além disso, é importante notar que tanto Oliveira (2007) como Sayad (1977, 1982) identificam uma relação entre a propriedade da terra e a taxa de inflação, compreendendo a terra como um investimento seguro e ativo suficientemente rentável capaz de compensar a depreciação inflacionária, por isso chamam-na de “reserva de valor”. Vale também frisar que não cabe aqui a resposta à pergunta do porquê a terra é compreendida pela economia política como bom investimento e se constitui em uma “reserva de valor” segura em uma economia inflacionária, pois isso seria pôr a inflação como problema e não a terra; seria, desse modo, abdicar da crítica para fazer da geografia econômica

uma grande política econômica de *aménagement du territoire*, em que a resolução da situação inflacionária acabaria com os problemas e com a própria crítica. É nesse sentido que a crítica deve debruçar-se não sobre se há inflação ou não, mas sobre o ser periférico ou ser central na reprodução do capital mundial. Assim, ser periférico é o que determina não se a terra é utilizada como meio de produção ou como “reserva de valor”, mas a relevância que a terra tem na reprodução social. Ser periférico, portanto, determina o quão crítica e negativa é a produção de valor e a sua forma de sociabilidade correspondente, ao ponto de a terra ser colocada como fundamento à reprodução do capital.

Por isso, ainda é preciso atentar para o imbróglgio teórico que essa concepção pode trazer ao pensar a terra como “reserva de valor”, uma vez que seu preço não necessariamente representa valor, mas pode representar tão somente riqueza monetária sem valor, ficção de valor. Nesse sentido, sobretudo para Sayad (1977), o preço da terra estaria associado tanto à taxa de inflação como ao próprio montante de capitais investidos no setor produtivo, uma vez que a imobilização massiva de capitais na terra significaria a drástica redução no montante de investimentos aplicados em ativos financeiros que, por sua vez, reduziria o capital investido no setor produtivo e a produção industrial nacional. Não obstante, do ponto de vista da teoria crítica do valor, há exatamente o processo inverso, no qual a produção imanentemente decrescente de valor no setor produtivo engendra a migração de capitais do setor produtivo para setores não produtivos, como o financeiro e o fundiário, que por sua vez surgem associados a esse setor produtivo como meio de suprir sua auto remuneração lógica e objetivamente crítica negativa na produção de valor.

O mercado fundiário no cinturão verde explicita convenientemente bem esse processo de migração de capitais, em que chácaras de lazer e imóveis de segunda residência compreendem desde a década de 1960 o chamado cinturão de especulação (Petroni, 1964; Seabra, 1969). Desse modo, a passagem do cinturão caipira para a formação do cinturão verde,

tal qual compreendida por Manoel Seabra, já indicava que essa formação se constituía, desde o início, enquanto formação necessariamente associada à especulação imobiliária. Assim, a formação desse cinturão verde sugere que aquelas duas formas em que terra pode aparecer (meio de produção e reserva de valor), na realidade jamais estiveram dissociadas uma da outra, uma vez que somente enquanto fetichismo a produção agrícola poderia negligenciar as determinações do preço da terra sobre a agricultura.

O preço da terra, desse modo, mostra-se progressiva e historicamente como elemento determinante no estabelecimento de valor de troca tanto de produtos agrícolas como do setor imobiliário, que começa a expandir-se pelo cinturão verde com intento de transformar terras de produção de agrícola com preços ascendentes, em áreas loteadas. Compram-se lotes rurais a preços relativamente baixos, revendendo-os a preços altos em projetos de lotes urbanos residenciais normalmente de médio e alto padrão (chácaras de fim de semana ou segunda residência), relativamente próximos à cidade e com as benesses de uma vida rural (o verde, ar puro, a ausência de engarrafamentos, e com grandes áreas propícias ao lazer e ao *bem-estar*). Assim, bem como afirma Ernest Mandel, nesse processo o preço da terra sobe “[...] à medida que áreas de cultivo são transformadas em áreas residenciais ou em estradas, e dessa forma indireta [essas terras] são jogadas na especulação imobiliária” (1985, p. 269).

Tão logo o setor imobiliário avança como determinante do espaço do cinturão, tão logo o setor produtivo agrícola declina ou se distancia da cidade de São Paulo e dispensa ao mesmo tempo mão de obra rural. Segundo essa reflexão, poder-se-ia supor desde já que nesse processo de expansão do urbano pelo mercado imobiliário há um aprofundamento da relação contraditória entre acumulação e crise de produção de valor, engendrada pela queda tendencial da taxa de lucro, imanente ao capital. Ainda segundo Mandel (1985), sobretudo nesse período da década de

1970, com a divisão social crescente do trabalho ampliam-se necessariamente as funções intermediárias (comércio, serviços e transportes), tendo como motor o desenvolvimento das forças produtivas.

A expansão urbana e sua relação com o cinturão verde é proficuamente analisada a partir de suas duas determinações fundamentais: o mercado imobiliário e a produção agrícola. Ambas, porém, não devem ser consideradas como simples concorrentes por um espaço no cinturão verde, por uma terra nos entornos paulistanos, mas como processo simultâneo e contraditório inserido na situação crítica da produção de valor. O avanço desses dois processos passa então a revelar exatamente o contrário de um positivo que reafirma uma acumulação pela expansão de tais setores econômicos. Desse modo, a expansão do mercado de terras no cinturão verde é, portanto, generalização e aprofundamento da crise do valor. Em outros termos, essa expansão do capital, enquanto formação lógica do cinturão verde, é expressão crítica do próprio capital, sendo, portanto, expressão particular da universalidade da crise do capital, ou seja, da queda tendencial da taxa de lucro, agudizada no momento histórico particular do desenvolvimento das forças produtivas a partir da década de 1970.

A elevação do preço da terra, associada à queda da taxa média de juros e à queda tendencial da taxa de lucro, no contexto contemporâneo, mas, sobretudo a partir da década de 1970, passa a ser financiada não mais por uma produção efetiva de valor capaz de pagar os seus próprios custos, dentre eles o preço da terra, mas por uma massa de dinheiro creditício sem substância, enquanto ficção de valor. Assim, nessa perspectiva de aprofundamento dessa ficcionalização do valor enquanto crédito imobiliário e crédito rural, o Estado planejador aparece como sujeito do capital, regulando e promovendo a ampliação do acesso ao crédito. Todavia, do ponto de vista da teoria crítica do valor pode-se pensar no processo inverso, em que o capital financeiro mundial impõe que o Estado legitime a circulação monetária do dinheiro sem valor (Kurz, 2014),

fetichizando a criticidade do capital e ficcionalizando a negatividade do valor no preço da terra.

## 5. Considerações finais

A lógica dialética do capital se revela no obscurecer-se enquanto lógica e no mostrar-se como *natureza*, e, enquanto lógica dialética, o capital contradiz-se como forma de sua própria identidade. O cinturão verde de São Paulo, na sua especificidade, aparece tão naturalizado quanto a cisão que o constitui – a cisão entre o rural e o urbano. Essa cisão, além de objetiva, surge também enquanto expressão de uma forma de consciência constituída a partir de uma outra cisão ainda mais profunda, aquela entre sujeito e objeto, da qual derivam miríades de outras cisões. Nessa miríade de cisões, desse modo, o capital se objetiva também objetivando formas de consciência, as quais repõem inexoravelmente de modo fetichista suas categorias, bem como a negatividade a elas imanente.

Sob essa perspectiva do negativo enquanto elemento que dá identidade aos termos, pode-se pensar a identidade substancial não mais como uma superação positiva das contradições, mas como reprodução crítica e negativa. É nesse sentido, que surge a possibilidade de se pensar a cisão objetiva entre campo e cidade, não como uma cisão posta pela divisão social do trabalho, que aponta para o desenvolvimento e modernização econômica como momento da superação do atraso, mas como uma cisão que aponta para um aprofundamento da divisão social do trabalho como expressão de sua determinação negativa. Em outras palavras, nessa cisão entre campo e cidade, entre rural e urbano, está posta a forma de consciência fetichista que vela a negatividade categorial que se impõe sobre essa mesma cisão, fazendo-a aparecer como desenvolvimento posto pela urbanização.

Seguindo o curso lógico, da cisão negativa entre o campo e a cidade como expressão da negatividade crítica da produção de valor, devém a



importância da discussão acerca da divisão social do trabalho, a qual em escala mundial se expressa conformando uma divisão internacional do trabalho. É, porém, nessa divisão internacional que centro e periferia se põem objetivamente em relação, conformando ao mesmo tempo uma forma de consciência fetichista acerca dessa relação, imputando ao tempo a possibilidade de superação do arcaísmo civilizatório e econômico. No entanto, a relação centro e periferia compreendida enquanto simultaneidade dialética revela a condição periférica determinada pela centralidade da terra.

O cinturão verde de São Paulo surge na sua especificidade, portanto, como expressão da forma universal com que se põe e se fenomeniza a negatividade categorial do capital, revelando que a universalidade do capital se explicita especificamente conformando particularidades universais. É compreendendo o cinturão verde nesse sentido que devem a sua importância para se refletir acerca da conformação da cisão entre cidade e campo na periferia do capital mundial, no contexto moderno de sociabilidade mediada pelo capital financeiro.

O cinturão verde, em toda a sua conformação histórica, expressou a negatividade imanente do capital. Desde a formação do cinturão verde como passagem de um cinturão caipira já estava posta a negatividade de um processo social. Muito embora apareça como urbanização e desenvolvimento civilizatório, esse processo social imanentemente crítico se reproduz tanto na agricultura como no mercado fundiário, fetichizando a negatividade que o fundamenta. Assim, tanto mais o cinturão verde aprofunda sua divisão social do trabalho periférica, tanto mais crítica é a sua produção de valor que, por conseguinte, aprofunda a criticidade e negatividade da agricultura como ramo produtivo, da terra como propriedade privada e do capital financeiro como mediação social.

## Notas

1. CINTURÃO. In: *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cintur%C3%A3o/>. Acesso em: 7 jan. 2023.
2. “A diferença da essência é por isso a *oposição*, segundo a qual o diferente não tem frente a si o *Outro em geral*, mas o *seu* Outro, isto é, cada um tem sua própria determinação só na sua relação ao Outro; só é refletido sobre si enquanto é refletido no Outro, e o Outro, do mesmo modo: cada um é assim *seu* Outro do Outro” (Hegel, 2005, p. 233, § 119).
3. É a “ciência da experiência da consciência” que se desenvolve tornando o em-si “um ser-para-a-consciência do em-si” (Hegel, 1992, p. 72, §87).
4. Grossman elucida que Marx já apontava para a existência das tendências contrariantes como contradição identitária das categorias do capital, cuja “lei absoluta geral, da acumulação capitalista [...] provocaria o colapso da produção capitalista, senão operassem constantemente tendências contrariantes com efeito descentralizador, junto a força centrípeta” (Marx apud Grossmann, 1979, p. 187). A atuação de forças contrárias à tendência ao colapso do capitalismo explica “o motivo pelo qual a denominada tendência ao colapso não se impõe rapidamente. [...] A verificação da existência de tendências contrárias não traz consigo a abolição do efeito da tendência originária ao colapso; esta não deixa de existir por este motivo” (Grossmann, 1979, p. 54).
5. Para o período de referência, as séries estatísticas e econômicas para a variável “Preços de Vendas de Terras – Lavouras” para o Estado de São Paulo foram descontinuadas a partir de dezembro de 2009 e para o Brasil em dezembro de 2014.
6. Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é “a taxa apurada, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas” (Fonte: BCB; disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>>; acesso em: 11 dez. 2022).

## Referências

### Documentos primários

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Histórico das taxas de juros. Brasília : BCB, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em 10 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV/IBRE). *Preços de Vendas de Terras - Lavouras - São Paulo*. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em 30 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). *IPEADATA: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Macroeconômico*. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

## Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro : Zahar, 2009.

ALFREDO, A. *Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e sociabilidade Crítica*. Terra Livre, v.34, 2010.

AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Volume IV. São Paulo : Nacional, 1958.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo* (Os economistas). São Paulo : Abril Cultural, 1984.

CRUZ, A. B. *Um olhar sobre a fímbria e a cidade: áreas periurbanas na borda da Região Metropolitana da Grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EL-KHATIB, Walid Mahmoud Abd Ellatif Mahmoud. *O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-16042019-105110. Acesso em: 2022-12-11.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. 2ª Ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. Vol. I – A Ciência da Lógica. São Paulo : Loyola, 2005.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa : Editora Antígona, 2014.

LANGUENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia, 1971.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª edição (Os Economistas), São Paulo : Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. I, t. 1. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. III, t. 1. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1984.

- \_\_\_\_\_. *O Capital* : Crítica da Economia Política, v. III, t. 2. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica*. São Paulo : Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1964.
- SAYAD, J. *Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR*. In: Pesquisa e Planejamento, volume 12, número 1, abril, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Preço da terra e mercados financeiros*. In: Pesquisa e Planejamento, volume 7, número 7, dezembro, 1977.
- SEABRA, Manoel. *Vargem Grande; organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- UENO, Lidia Hathue. *O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980*. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1985.



## **Periferias urbanas e totalidade crítica na metrópole<sup>1</sup>**

*Rinaldo Gomes Pinho*

A discussão acerca das periferias urbanas, subúrbios e arredores das metrópoles nos remetem à formação da cidade e do urbano no capitalismo, à questão das separações intraurbanas e às contradições que se estabelecem entre o campo e a cidade. De forma geral essa discussão se apoiou no processo de nascimento da cidade industrial e na disseminação do trabalho assalariado atrelado ao processo de urbanização. Essas separações e a criação dos subúrbios e periferias urbanas tiveram como principal enfoque, na elaboração teórica sobre o tema, a questão da moradia e da reprodução da força de trabalho, a separação do produzir e do morar, processo intensificado com o advento do capitalismo e que ganha expressão espacial nas cidades industriais.

As contribuições acerca da cidade e do urbano a partir da leitura marxista estarão mais presentes em Friedrich Engels do que propriamente em Marx. Engels (2010) afirma que com o advento da maquinaria e da indústria a produção artesanal é destruída e contingentes enormes de trabalhadores vão para as cidades em busca de emprego e moradia. Afirma também que nesse primeiro momento houve uma dupla tendência concentradora do capitalismo: a concentração demográfica e a concentração de capital e que, nesse processo, as cidades cresceram por conta da instalação das indústrias e da necessidade de mão de obra. Lefebvre, a partir da obra de Engels, afirma que as separações entre campo cidade e entre bairros operários e bairros da burguesia no interior das cidades vão ser incluídas dentro da questão da divisão do trabalho entre trabalho agrícola, industrial e comercial e dentro da lógica da diferenciação dos lugares e da luta de classes. Tal processo aparece como

sendo, antes de tudo, decorrente da formação do capitalismo e do trabalho assalariado, em que o capital se assenta na reprodução a partir da produção de mais valia. Para o autor:

No decurso desse processo a cidade gera algo diferente, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria; no plano social, gera a propriedade dos bens móveis [...] no plano político, finalmente, gera o Estado. Esse é o resultado histórico da primeira grande luta de classes e das formas sociais na Europa: cidade contra campos, burguesia contra feudalismo, propriedade de bens móveis e propriedade privada contra propriedade fundiária e comunitária. (Lefebvre, 1972, p. 44)

Lefebvre (1972) apresenta a criação dos bairros operários e a situação de segregação como fruto da imposição das relações de produção capitalistas, que se expressariam no urbano a partir de uma desordem específica, relacionada às formas de exploração dos trabalhadores que resultam na segregação e precarização de suas moradias. Para o autor:

[...] a evolução mundial (industrialização e urbanização) [...] generalizou o que Engels soubera discernir e concebera partir de uma espécie de amostra da realidade típica de Manchester – segregação e decomposição. Engels descreve magistralmente essa estranha mistura de ordem e caos que explica o espaço urbano e como ele põe a nu a própria essência da sociedade [...] Uma ordem específica – a da produção industrial gerida pela burguesia (e Marx acrescentará explicitamente: no quadro das relações de produção capitalista) – gera, segundo Engels, uma desordem específica: a desordem urbana. (Lefebvre, 1972, p. 19, 20)

Após a segunda guerra mundial, a discussão acerca do urbano e da divisão cidade-campo foi influenciada, de um lado, por análises baseadas no funcionalismo, que privilegiavam uma abordagem naturalizante do urbano e da cidade, a partir das pesquisas realizadas principalmente no âmbito da Ecologia Humana, na Escola de Chicago e, de outro, pelas análises marxistas, naquele momento preponderantemente baseadas no estruturalismo.

A análise marxista procurou criticar as ideias evolucionistas presentes no entendimento das periferias e subúrbios como faixas de

transição entre o rural e o urbano, como se houvesse um movimento natural de passagem de um estágio para outro. A teoria marxista procurava contrapor-se a essas visões, inserindo tal problemática no debate acerca da divisão do trabalho e da estrutura do modo de produção capitalista, apresentando essas separações como produto e resultado da ordem capitalista e, nesse sentido, como sendo socialmente construídas. Uma nova abordagem do urbano nas metrópoles brasileiras irá recolocar a questão do espaço enfatizando que ele é produzido pela estrutura dos processos sociais e não por um caminho natural. Para analisar as diferenciações espaciais produzidas por esses processos, são retomadas questões relativas à segregação e à pobreza reunidas nas teorias sobre a marginalidade social e a marginalidade urbana, principalmente a partir das contribuições de Kowarick (1977), Castells (2006) e pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

Kowarick (1977) vai discutir de que forma eram produzidas essas separações intraurbanas, bem como de que modo as populações empobrecidas eram incluídas de forma específica no sistema capitalista. Para ele, essa inclusão se daria de forma marginal na divisão do trabalho posta pela dinâmica mais geral da acumulação capitalista, nesse caso, a partir da transformação dessas populações no que ficou denominado “exército industrial de reserva” e a partir da produção das periferias como locus da reprodução da classe trabalhadora. Para o autor, a combinação da expansão do capital monopolista na cidade, criando setores dinâmicos nas áreas centrais e com baixo poder de absorção de mão de obra, ligada ao processo de destituição do setor agrário, teria motivado um forte processo de migração interna para as cidades. Esse processo seria responsável pela formação de uma cidade dicotômica, superpovoada, com um amplo exército de reserva, pressionando os salários dos operários para baixo, criando uma população marginalizada e produzindo, assim, o denominado padrão periférico das metrópoles.



A partir de Castells (2006), a discussão sobre os meios de consumo coletivos será central para o posterior desenvolvimento das pesquisas acerca das periferias urbanas. O autor atrela a discussão do urbano à perspectiva da corrente estruturalista no campo marxista e destaca o papel do Estado no processo de reprodução da força de trabalho, que seria o de diminuir os custos do capital produtivo. Para esse autor, a questão das periferias urbanas é apontada como elemento central na contradição entre um centro dotado de serviços e uma periferia precária, carente desses equipamentos. Seu pensamento acerca das periferias urbanas é desenvolvido pelo arsenal marxista com a construção do argumento voltada para a contradição de classes como motor e como linha mestra da dicotomia centro-periferia nos espaços metropolitanos.

Autores como Harvey (1982) corroboram essa perspectiva analisando como o capitalismo de base industrial promoveu a separação dos locais de viver e trabalhar, gerando assim duas lutas independentes. A primeira referindo-se à luta dos trabalhadores pela elevação dos salários e melhoria das condições de trabalho, que constitui a principal faceta da luta de classes do movimento operário. A segunda ligada ao conflito de classes travado no seu lugar de vida e reprodução, onde existiriam formas secundárias de exploração pelos capitais mercantis e fundiários, representadas pelas condições precárias de moradia e de sobrevivência, incorporando assim a faceta da luta de classes para o local de reprodução das classes trabalhadoras. O autor assim destaca a importância da análise do espaço de vida do trabalhador em relação aos equipamentos de consumo coletivo como a habitação, o transporte, o lazer e todo um conjunto de recursos que poderiam contribuir para a reprodução da vida do trabalhador. Para o autor:

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e a taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local do viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. (Harvey, 1982, p. 9)

Essas questões fazem parte de uma elaboração teórica fortemente vinculada à práxis operária e militante e também aos nascentes movimentos sociais urbanos, às lutas por melhores condições de vida, de acesso ao solo urbano e a moradias, travadas em conjunto com a luta operária e sindical, com os partidos e organizações de esquerda que lutavam contra a ditadura militar no Brasil, atrelando a luta por melhores salários à luta por melhores condições de vida e sobrevivência. Essas lutas vão incorporar novos personagens além dos operários no conflito de classes e levar a perspectiva da luta de classes para além do chão da fábrica até os locais de moradia da população marginalizada na feliz expressão do livro de Sader (1988) *Quando novos personagens entram em cena*<sup>2</sup>.

A leitura dessa perspectiva da produção das periferias urbanas era baseada num modelo de desenvolvimento que se apoiava na dilapidação da força de trabalho; no rebaixamento dos salários e nas péssimas condições urbanas existentes, o que (Kowarick, 1979) vai designar como “espoliação urbana”, num momento em que a economia brasileira apresentava altas taxas de crescimento, no período de 1967 a 1973 denominado como milagre econômico brasileiro. Para o autor, a manutenção da precariedade e da periferação nas metrópoles era parte essencial da acumulação econômica que possibilitou esse “milagre”.

A partir de 1970, na metrópole paulistana e outras metrópoles brasileiras, a luta por melhores condições de vida e por equipamentos de consumo coletivo como transporte, água e energia elétrica ganha intensidade nesses espaços denominados periféricos e na organização dos

movimentos sociais urbanos. A situação desses espaços marcados pela precarização, principalmente em relação à questão habitacional, aliada à intensidade da luta dos movimentos sociais urbanos, ganha destaque na produção teórica sobre as cidades e o urbano e o espaço de vida do trabalhador, principalmente sob a ótica desses novos sujeitos que eram vistos como “fermento” da luta de classes para além do chão da fábrica.

Assim, os antagonismos de classe serão tematizados para discutir a constituição do espaço urbano das metrópoles como expressão material da luta de classes, manifesta na definição de “cidade propriamente dita”, como lócus das classes médias e abastadas, que estabelece centralidades em contraposição às áreas definidas como “não cidade”, áreas degradadas e autoconstruídas, definidas como periferias urbanas, lugar da moradia do proletariado, subempregados e desempregados. Moraes e Costa (1987) afirmam, assim, que o espaço urbano representaria a cristalização das contradições do modo de produção capitalista:

O consumo social do espaço urbano, por exemplo, traz em seu bojo todas as contradições desse modo de produção. É por isso que as metrópoles contemporâneas representam, [...] mais que qualquer espaço urbanizado, palco privilegiado para as chamadas lutas sociais urbanas, que nada são mais do que a expressão (circunscritas espacialmente) da luta de classe. (Moraes; Costa, 1987, p. 162)

Assim, a metrópole seria palco privilegiado para a cristalização das contradições de classe no espaço e para o desenvolvimento das lutas sociais, tendo em vista principalmente o desenvolvimento das questões relativas à desigualdade social construída pela lógica da exploração e distribuição injusta da mais-valia como dinâmica inerente ao sistema capitalista. Essa apropriação desigual dos espaços urbanos serviria assim como fermento para as lutas sociais motivadas pela distribuição desigual dos equipamentos de consumo coletivo, nas lutas por habitação e acesso a serviços básicos, que denunciavam a precariedade dos espaços pauperizados.

A forma de organização interna das cidades e particularmente das metrópoles capitalistas expressam [...] o antagonismo de classe reinante nesse modo de produção [...] as melhores localizações serão apropriadas e consumidas pelo capital e pela burguesia. [...] O consumo dos chamados equipamentos coletivos, ou capital social, é bastante discriminatório, pois sua distribuição no espaço urbano é igualmente seletiva. Por todas essas contradições, a metrópole aparece no capitalismo contemporâneo como palco privilegiado das lutas de classe. Estas se manifestam cotidianamente; nas invasões de terrenos urbanos e imóveis, nos movimentos populares de reivindicações de equipamentos de consumo coletivo, na luta por melhores condições ambientais e, enfim, no conjunto dos chamados movimentos sociais urbanos. (Moraes & Costa, 1987, p. 179, 180)

De forma geral, essa perspectiva foi e é hegemônica na produção teórica sobre a cidade e o urbano na Geografia, na Sociologia Urbana e no Urbanismo e criou um núcleo comum dentro do campo marxista na academia que discutia e denunciava a expressão das contradições do capitalismo e da luta de classes no urbano e na metrópole a partir da espacialização da contradição de classes. Nesse sentido, o desenvolvimento das reflexões teóricas na Geografia marxista e outras ciências que discutem o urbano seria orientado pela perspectiva de que essa expressão espacial da exploração e da injustiça social revelaria as contradições da lógica de exploração do capitalismo. A perspectiva de superação do capitalismo estaria assim na ação consciente do proletariado e das populações pauperizadas e o papel dessas ciências humanas que estudam o urbano seria revelar as contradições no espaço urbano criado pelo capitalismo como local da contradição de classes a partir das lutas por justiça socioespacial e contra a exclusão social.

Em nossa pesquisa procuramos pensar para além da forma que o marxismo na perspectiva da luta de classes positivou as categorias de exclusão e inclusão a partir da crítica à forma de distribuição desigual da mais-valia, e buscamos apresentar esses processos inclusivos e de conquista de direitos e melhores condições de vida no local de moradia, a partir de uma perspectiva que considera a expressão de uma totalidade

negativa na metrópole. As carências de infraestrutura urbana e a questão dos equipamentos sociais de consumo coletivo, a partir dos anos de 1980 e 1990, vão acabar sendo incorporadas pelos políticos populistas e pelos programas de governo de partidos de matizes conservadoras e vão enfraquecer a perspectiva dessas lutas como fermento da luta de classes. De forma geral, afirmamos que essas lutas, assim como a luta por aumento salarial lideradas pelos sindicatos, ao reclamarem a questão de uma distribuição injusta da mais-valia na cidade, não tiveram potência para discutir a mediação do consumo e da mercadoria que consideramos aqui como um processo de socialização negativa dessas populações pauperizadas.

É preciso frisar que essa perspectiva foi muito importante no sentido “civilizatório” ao mobilizar setores da sociedade para a luta por condições dignas de moradia e de sobrevivência de amplas parcelas do operariado e dos subempregados, além de orientar ações estatais de planejamento urbano inclusivo de governos de centro-esquerda. No entanto, essa forma de práxis e crítica teórica sempre apontou para uma integração dos espaços periféricos à cidade tendo em vista a conquista de equipamentos urbanos, mas não teve potência para criticar a integração dessas populações ao mercado e ao consumo como parte de um processo mais amplo de socialização crítica e fictícia do valor (Kurz, 2010).

Na medida em que o movimento operário, na sua “luta pelo reconhecimento” como sujeito do trabalho, do direito e da cidadania estatal, que necessariamente assumia a forma política, foi bem sucedido, transformou-se ele próprio em sujeito burguês, na “jaula de ferro” (Max Weber) da socialização do valor. O seu êxito foi simultaneamente um auto-acorrentamento e uma auto-condenação à forma fetiche, e a política permaneceu o veículo desse encantamento. (KURZ, 2014, n.p.)

Podemos afirmar, que a partir dessa matriz teórica de pensamento centrada na “luta pelo reconhecimento”, a crítica à modernização capitalista não se fez possível, pois o limite de sua crítica foi a socialização dessas populações via consumo e sua inserção ao mercado capitalista. Tais

perspectivas teóricas, marcadas por uma forte ligação com a prática social, fizeram com que as ciências mencionadas anteriormente tivessem uma intrínseca relação com diversos movimentos sociais. Dessa forma, conformou-se um campo teórico militante cuja perspectiva de transformação do real partia da concretude espacial desigual e basea-se no postulado de uma unidade inseparável entre teoria e práxis. Para Alfredo (2010):

A concretude, assim posta, levou os limites da crítica numa perspectiva externa que se fez pela análise das lutas sociais em torno daquilo que passou a se denominar de consumo coletivo do espaço ou da cidade. Tratou-se de uma abordagem classista e institucional daquilo que se considerou chamar de o direito à cidade. (Alfredo, 2010, p. 412)

De nossa perspectiva, a leitura classista cumpriu esse papel ao lançar luz sobre a prática revolucionária na teoria como forma de superação do capitalismo e acabou deixando de lado uma crítica à autovalorização do valor, principalmente por se basear na perspectiva da práxis como razão de ser da sua elaboração teórica, para cujo desenvolvimento a “11ª Tese de Feuerbach” foi uma premissa. Nas palavras de Althusser:

Os curtos relâmpagos das “Teses sobre Feuerbach” atingem com a sua luz todos os filósofos que deles se aproximam, mas qualquer pessoa sabe que um relâmpago curto ofusca mais do que clareia, e que não há nada mais difícil do que situar uma luz relampejante no espaço da noite que ela rompe. Um dia certamente será necessário esclarecer o enigma dessas onze teses. (Althusser, 2015 apud Kurz, 2008, n.p)

Se, por um lado, essa construção teórica e práxis política se colocou ao lado dos marginalizados, por outro lado, incorporou aquilo que era hegemônico no pensamento marxista tradicional – a justiça social, a hegemonia da classe operária, que Jappe e Kurz denominam perspectiva distributivista – como forma de ser de sua crítica. Para nós, Jappe define bem o que pensamos sobre essa crítica das separações intraurbanas mediada por essa perspectiva distributivista:

Nos tempos da Segunda Internacional (1889-1914), a teoria de Marx foi transformada em uma ideologia centrada na “luta de classes” e na reivindicação de uma redistribuição diferente do sobrevalor. Desde então, continuou-se a utilizar as análises de Marx essencialmente com esta meta: obter maior justiça social. Em sua formulação clássica, o sujeito histórico dessas reivindicações correspondia à classe operária, essencialmente assimilada, neste caso, ao proletariado industrial. Nos últimos decênios tal esquema foi aplicado frequentemente sob nova forma, ao fazer referência a outras figuras da exploração e da dominação (os povos do “Terceiro Mundo”, os “subalternos”, as mulheres). Pode-se observar, entretanto, que em todos esses casos, não é verdadeiramente o conteúdo da reprodução capitalista que está posto em questão, mas antes o acesso a seus resultados. O valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não são ali concebidos enquanto categorias negativas e destruidoras da vida social. (Jappe, 2014, p. 5)

Nesse sentido, tais proposições apontaram, na maioria das vezes, para uma acentuação da lógica da exploração como crítica moral na luta por justiça social, o que não questiona a essência da forma valor, mas sua distribuição injusta. Jappe (2006) afirma que, nesse sentido, é necessário fazer a crítica às categorias hegemônicas do marxismo que não conseguiu ultrapassar em sua análise a crítica à distribuição desigual da mais-valia, deixando de fazer a crítica de base à modernização capitalista. O autor afirma que o pensamento de Marx, a partir dessas correntes, acabou servindo e sendo utilizado como uma teoria da modernização do mesmo, afirmando o capitalismo em vez de criticar seus pressupostos. Para Jappe:

Na periferia capitalista, desde a Rússia até a Etiópia, o pensamento de Marx serviu para justificar a “modernização tardia” ensaiada por esses países. Os “marxistas tradicionais” – fossem eles leninistas ou social-democratas, acadêmicos ou revolucionários, terceiro mundistas ou socialistas ditos “éticos” – colocaram no centro dos seus raciocínios a noção de conflito de classe, entendendo-o como luta pela repartição do dinheiro, da mercadoria e do valor, sem pôr em causa essas três realidades em si mesmas. (Jappe, 2006, p. 10-11).

As análises elaboradas a partir dessa perspectiva do marxismo, que orientou a construção teórica sobre a cidade e o urbano, pressupunham a superação do capitalismo via luta de classes e não alcançaram realizar a

crítica negativa do fundamento da sociedade produtora de mercadorias. Nesse sentido, as teorias que pensavam as periferias urbanas a partir da marginalidade e da exclusão, a nosso ver, só podiam ter como caminho lógico a inclusão das camadas “excluídas”, de forma a positivar o consumo e a mercadoria e a própria reprodução da modernização capitalista. Isso porque a perspectiva teórica centrada na crítica de uma distribuição desigual da mais-valia e, no caso das periferias, dos equipamentos de consumo coletivos e de infraestruturas urbanas, impediu uma crítica mais radical a esse processo.

A crítica distributiva ligada à justiça socioespacial, contra a falta de equipamentos urbanos e a favor de uma melhoria salarial, alcança o nível do planejamento urbano e da melhoria das condições de vida nas regiões metropolitanas numa sociedade tão desigual como a brasileira, porém não consegue ir além da perspectiva reformista. Ao reivindicar a plena inserção dos trabalhadores na esfera do consumo, tal crítica se coloca, portanto, como contribuição para a realização da valorização do valor e não como sua negação. Para Postone, a:

extensão dos princípios universalistas da sociedade burguesa a segmentos maiores da população – isto é, a realização desses princípios, que é, em parte, levada a efeito pelos movimentos da classe trabalhadora, bem como por aqueles elementos de movimentos de mulheres e das minorias que lutam por direitos iguais, não deve ser entendida como um desenvolvimento que aponta para além da sociedade capitalista. Embora esses movimentos tenham democratizado enormemente a sociedade capitalista, a forma de universalidade que ajudaram a construir continua, segundo Marx, vinculada à forma de valor de mediação e, em última análise, opõe-se à especificidade individual e de grupo. (Postone, 2014, p. 428)

Assim o horizonte dessa crítica que reivindicava a integração das populações periféricas à cidade, trouxe consigo a integração dessas populações ao mercado como consumidores, conformando o que, para nós, denominamos de inclusão ou socialização negativa nesse processo de criação de uma unidade crítica nas metrópoles como forma de ser do atual



momento de reprodução crítica do capitalismo. A produção teórica centrada na chave da exclusão e da luta de classes, nesse sentido, ao afirmar a luta e seu desenvolvimento teórico centrado na perspectiva da exploração do sujeito revolucionário e da subjetivação alienada das classes pauperizadas e não na objetividade crítica da valorização do valor, não conseguiu escapar da armadilha da justiça socioespacial como forma de positivar a mercadoria, perdendo de vista sua negatividade enquanto forma de mediação social.

Para Jappe 2006:

Seria antes necessário reconhecer que os interesses dos assalariados não são essencialmente diferentes dos outros interesses que concorrem no interior da sociedade mercantil. A defesa dos interesses dos assalariados pode ser mais justificada do que a de outros interesses, porque os operários, ou as outras categorias sociais em causa, são mais numerosos, ou mais explorados, ou mais pobres que outros sujeitos do mercado, ou porque são vítimas de uma injustiça maior. Mas na defesa desses interesses não existe nada que seja necessariamente emancipador. Trata-se somente de fazer valer direitos de uma categoria de vendedores de bens (neste caso, vendedores da sua força de trabalho) em face de outras categorias de vendedores. Na sociedade fetichista não pode haver uma “classe da consciência” constituída por uma das categorias funcionais da mercadoria, a qual tivesse ao mesmo tempo, a missão histórica de pôr termo à sociedade de classes. (Jappe, 2006, p. 163)

Pensamos esses espaços pauperizados na metrópole a partir de um processo de formação de uma individualidade abstrata e de subjetivação da mercadoria, mesmo dentro de um quadro progressivo de empobrecimento dessas populações. A revolução da microeletrônica, principalmente a partir dos anos de 1980, o avanço dos meios de comunicação e o advento da internet generalizaram os desejos de consumo e construíram essa unidade de valores ligados ao consumo de mercadorias, sobretudo através da expansão do endividamento, em especial entre as camadas de menor renda. Para Kurz:

os modernos indivíduos são privados de toda originalidade: vêm-se ameaçados a se transformar em meros “exemplares” da forma do valor, em “seres humanos de confecção”. Quanto mais estridente se torna o discurso acerca da fantástica “individualidade” moderno-ocidental, tanto mais os seres humanos individuais tornados abstratos do ponto de vista real se igualam entre si, qual um ovo em relação a outro, até mesmo no que se refere ao hábito exterior, no modo de pensar e agir mecanicamente controlado pelas modas e pelas mídias de acordo com o fetiche da valorização (Kurz, 2010, p. 87).

A ideia de libertação do indivíduo abstrato é potente para realizar a crítica à perspectiva que insiste na dualidade da luta de classes, que separa aquilo que entendemos fazer parte de um mesmo processo, mas que a lógica da exclusão esfuma e mascara. Entendemos que a abordagem das periferias de um ponto de vista que parte da crítica dessa separação pode permitir pensá-las por outro registro que não o da alteridade, de um lugar outro ou de um lugar marginal, sobretudo se tomamos em consideração a atual fase de reprodução do capitalismo ficcionalizado. Pensamos o movimento de inserção da lógica do consumo nesses espaços periféricos, com base nas abstrações concretas e na valorização do valor como definidoras de uma simultaneidade negativa. Assim pensamos que não é possível separar centro e periferia, concebendo-os como espaços que constituem uma dualidade, porque um é o outro, e assim não é mais possível pensar as periferias falando a partir da terceira pessoa, já que a crise desses espaços é a crise da reprodução capitalista em toda a sociedade.

Entendemos assim que as ciências sociais que tratam do urbano e da cidade, incluída a Geografia, não conseguiram ultrapassar a perspectiva da concretude espacial desigual ao não questionar a produção do espaço como expressão material da luta de classes e se fechando para o debate sobre as abstrações concretas e mediadoras da valorização do valor. Se por um lado essa crítica procurava demonstrar a expressão da diferenciação espacial a partir da relação classista, por outro, ela perdia a possibilidade

de pensar a relação entre a crise estrutural do capital e a crítica dos pressupostos da diferenciação espacial nos espaços urbanos.

Para Alfredo (2010):

A perspectiva predominantemente materialista fez com que a compreensão dos termos das contradições específicas do moderno e da modernização fossem secundarizados em detrimento de uma compreensão que não teria superado uma concepção física do próprio espaço. A reafirmação de uma condição material do espaço (materialismo) se trouxe uma crítica importante, limitou a intensificação dos elementos compreensivos da dialética (Materialismo Histórico e Dialético), sendo que para reafirmar a condição de pensamento próprio à Geografia, a própria noção de histórico (materialismo histórico) foi inobservada como forma de delimitar um corpo da ciência espacial, isto é, a própria Geografia. [...] Deste ponto de vista, estabelecer a distinção daquilo que se põe como espaço da física de um espaço abstrato, a partir da teoria do valor, é momento necessário das reflexões que se estabelecem como necessidade daquilo que se constitui o caminho de um pensamento que seja capaz de colocar os fundamentos propriamente da crítica ao moderno e à modernização. (Alfredo, 2010. p. 3)

Procuramos analisar esses espaços e as populações pauperizadas não mais de uma forma repartida ou bipolarizada, e para além de sua materialidade, de sua forma física – principalmente a aparência e o formato das habitações autoconstruídas, sem acabamento –, mas considerando-os imersos, em relação de modernização crítica, ao crédito, ao consumo e ao endividamento como formas de ser do atual modelo de reprodução crítica do capital. Assim, procuramos realizar a crítica a essas dicotomias e pensar que não há duas faces do urbano – como procuramos reafirmar por meio da crítica às leituras que partem da contradição de classe –, enxergar nas metrópoles esses espaços que, apesar de suas diferenças quantitativas relativas aos níveis e números de equipamentos de consumo coletivo, de diferenças de renda e da violência diária, são movidos pela mesma forma crítica de mediação social. O atual estágio de reprodução crítica tem socializado esses espaços pauperizados por meio do crédito e do consumo, em especial a partir dos anos de 1980 e 1990. Nessa

totalidade crítica capitalista expressa nas formas crescentes de empreendedorismo e de inserção das denominadas novas classes médias, essas populações procuram agir e consumir, como forma de saída da sua condição denominada marginal. A expansão das diferentes formas de crédito e o endividamento geral das famílias procuram suprir a falta de dinheiro e incluir negativamente parcelas cada vez maiores da população pobre através dessa totalização crítica que inclui a totalização dos desejos de consumo e a criação de uma subjetividade mercantil.

Segundo Marx:

A produção de mais-valia relativa [...] requer a produção de novo consumo; que o círculo consumidor dentro da circulação se amplie assim como antes se ampliou o círculo produtivo. Primeiramente: ampliação quantitativa do consumo existente; segundo: criação de novas necessidades, difundindo as existentes em um círculo mais amplo; terceiro: produção de novas necessidades e descobrimento e criação de novos valores de uso. (Marx, 2011, p. 332)

Assim, Marx nos faz refletir sobre esse processo de expansão do capital, compreendida aqui como expansão crítica para as “periferias urbanas” nas regiões metropolitanas na perspectiva de inseri-las no debate mais amplo da crise estrutural do capitalismo, como unidade contraditória da crise, como processo de constituição crítica de uma dinâmica totalizadora. Assim o que se designa de periferias urbanas e espaços pauperizados da metrópole se insere num quadro crítico e ficcionalizado da economia que supera as visões do avanço da exploração das políticas neoliberais, no qual essas camadas empobrecidas estão totalizadas pela lógica da mercadoria e do consumo, pela dinâmica da valorização automática do valor como mediação social, que totaliza a todos e na qual o excedente de dinheiro, que se realiza em grande parte ficticiamente, tem movido a produção espacial, tanto no que se denominou de centralidades, quanto no que se denominou de periferias urbanas. A forma de creditização e do endividamento das populações desses espaços denominados periferias tem se manifestado de diversas maneiras, que,

para nós, ultrapassam as políticas de inserção pelo crédito e dos programas de distribuição de renda, efetuadas durante os governos progressistas e que gerou o que se convencionou chamar de criação de uma “nova classe média” no Brasil formada por contingentes de populações de baixa renda inseridas no consumo.

Essas diferentes formas de inserção creditícia se manifestam através do aumento expressivo do consumo de bens duráveis como aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, computadores, celulares etc., através da inserção de famílias de baixa renda num processo brutal de endividamento, mas também pelo fetiche do consumo a partir da mimetização do modo de vida das classes médias consumindo roupas, calçados falsificados, e outros desejos de consumo modernos até então acessíveis apenas para as parcelas mais abastadas. Nesse sentido há uma positivação dos processos inclusivos que se não se realizam como forma do “direito à cidade” e da diminuição da segregação sócio espacial se realiza como “direito ao consumo”, como “direito ao mercado”, através das formas creditícias, das formas de inserção na internet e redes sociais. Nossa perspectiva trabalha assim a partir do que Kurz (1992) denomina de equiparação dos sujeitos como sujeitos monetarizados, mesmo que a diferença quantitativa de renda os particularize, definido assim o que o mesmo autor denomina de sujeitos monetários sem dinheiro.

As disparidades no que se refere ao acesso a equipamentos de consumo coletivo, ao padrão construtivo inacabado das moradias ou ao que se condicionou como lugares distantes das centralidades, como depósitos de trabalhadores ou lócus do exército industrial de reserva perdem, para nós, potência de seu caráter explicativo como chave do entendimento da relação centro periferia mesmo que ainda sejam hegemônicos na academia e nos movimentos sociais urbanos. Procuramos analisar os espaços da metrópole a partir dessa forma dominante de mediação social, que não pode ser devidamente explicada como relação de exploração de uma classe sobre a outra, como espaços dominados e

espaços da dominação, ou ainda como afirma Santos (2004) que procurar explicar essa divisão a partir da conceituação de espaços luminosos e espaços opacos.

Nossa pesquisa procura acentuar que a produção da riqueza e da pobreza obedece a essa mesma dinâmica totalizadora sem necessariamente estar materializada numa classe ou em espaços específicos no interior das metrópoles. Pensamos que o crédito e a inserção pelo consumo podem ser a chave que vem revelar e intensificar o acesso a bens e a um modo de vida mediado pela mercadoria que se estabelece de forma mimética pelo consumo de produtos falsificados ou pelo consumo a crédito. Todo o processo de ampliação do crédito para os setores mais pobres da metrópole, apesar de parecer um processo ascendente do capital, revela de forma mais geral um processo crítico de reprodução do capital. Tal processo indica uma mudança qualitativa nas estratégias de socialização negativa das camadas pobres via acesso ao consumo e nesses espaços de forma direta.

A perspectiva de nossa crítica não desconhece os efeitos das lutas urbanas que reivindicam a inserção das populações periféricas a partir das políticas públicas que procuram promover o acesso a direitos universais, equipamentos sociais e condições dignas de existência, porém elas não conseguiram (e não conseguem) ultrapassar o fato de que seu marco se move no interior do invólucro da mercadoria. Partimos dessa premissa ao avaliar que a pauta da inserção se baseia em um pressuposto distributivista e, antes de tudo, está imbuída pela lógica de reprodução da forma valor, limitando-se ao direito das camadas mais pobres se inserirem na sociedade como os extratos mais abastados e como sujeitos que almejam ter o direito de se inserir na sociedade do consumo. Tal perspectiva acaba por dificultar a construção de uma crítica radical ao processo de imposição da forma valor e de uma crítica negativa dessa forma de inserção. Desse modo, pretendemos demonstrar um processo de simultaneidade crítica das relações entre pobres e não-pobres, no qual ambos se socializam visto que

o consumo e o crédito se generalizam nesses espaços considerados por muito tempo como lócus da classe trabalhadora, cidades dormitórios, enfim, como participantes marginais de uma lógica que domina a todos de forma indiferenciada, mesmo considerando as diferenças de renda dentro da metrópole.

Assim, procuramos ultrapassar a visão das periferias como um lugar de inserção marginal no capitalismo, como o outro da lógica totalizante da metrópole, sugerindo aqui uma identidade crítica entre os espaços pauperizados e o restante da metrópole. Ao assumir essa simultaneidade crítica, nós não negamos a diversidade de mazelas sociais que ainda persistem nesses espaços principalmente nas favelas, ocupações urbanas, loteamentos clandestinos e outros assentamentos precários nas metrópoles. Entendemos, porém, que a participação dessas populações precarizadas na dinâmica totalizadora no período atual, coloca em xeque a visão dos espaços periféricos como espaços apenas para a reprodução da subsistência e torna essa população – antes considerada marginal – central para o processo de consumação e financeirização da economia, na condição de “sujeitos monetários”, assim como os extratos médios e altos da população, apesar das diferenças quantitativas num processo de endividamento no qual as dívidas são cobertas com a criação de novas dívidas. Essa forma de acesso e dependência do crédito coloca em evidência a potência da categoria do capital fictício elaborada por Marx no livro III, que tem importância central para discussão da crise do atual modelo de reprodução, onde o acesso ao consumo se dá a partir de uma ficcionalização da condição social e através da contração de dívidas para pagar outras dívidas num processo tautológico que marca esse período. Afirmamos, ainda, a centralidade da categoria do fetichismo para o entendimento da sociabilidade do capital e da dinâmica urbana como expressão territorializada da crise de valorização do valor.

Para Alfredo (2011):

Em sua expressão palpável, isto é, fetichista, a sociabilidade do capital se expressa pelo acesso aos resultados do processo produtivo. Um fetichismo que se forma obscurecendo a contradição entre materialidade e metafísica, de modo que o aumento da produção material é a crise da metafísica valorização do valor, mas também que no plano desta mesma contradição justifica-se ao indivíduo, como consciência, sob os pressupostos de “acesso aos bens de consumo”. [...] Diante de tal “acesso”, a cisão entre Estado e sociedade civil, fundada na contradição capital trabalho, permite a consciência estatista individual na medida em que a universalidade da forma valor se apalpa no acesso ao consumo mercantil. Este, afinal, conduz a uma consciência participativa igualitária daquilo que é a contraditória relação capital e trabalho. Ainda que posta sob as distinções de capacidade de consumo, a formação desta igualação também é fetichizada no tempo de uma possível maior capacidade de consumo em que cada consciência totalitária se permite atingir, mesmo que na dispensa do outro. (Alfredo, 2011, n.p.).

Assim, esses valores e essa subjetividade mediada pelo dinheiro e pelo crédito universalizam a todos a partir da constituição do fetiche da forma mercadoria como forma universal da consciência, sejam eles trabalhadores ou desempregados das regiões mais pobres, sejam das áreas com maior predomínio de estratos médios ou altos da população.

Nossa pesquisa procura assim discutir esse processo de socialização das camadas denominadas periféricas ou dos moradores das habitações precárias nesse período crítico de inclusão negativa, nesse processo contraditório da crise. Assim, reafirmamos que não se tratam de setores marginais da sociedade, como insistem em pensar os teóricos sobre as periferias baseados na contradição de classes, mas de lugares centrais para entender esse novo momento da reprodução do capitalismo na perspectiva da inclusão de seus habitantes, de forma cada vez mais acelerada, como consumidores de crédito, como figuras jurídicas de acesso às dívidas. Do mesmo modo, procuramos chamar a atenção para a necessidade de enxergar a dinâmica das metrópoles como um processo mais amplo, como modo de reprodução crítico do capital fictício e financeirização do



processo social, o que Kurz (1993, p. 207) denomina, de forma muito feliz como instituição de um mundo burguês mediado pelo dinheiro total e pela mercadoria moderna.

Os dados empíricos do avanço do crédito e do endividamento na sociedade brasileira e nesses espaços pauperizados procuram mostrar apenas reflexos de um processo que – apesar de se revelar pela sua materialidade e pela sua forma quantitativa – é movido muito mais por essa lógica abstrata de uma reprodução que precisa resolver seu problema de valorização fictícia, por uma mediação que ultrapassa a lógica das relações de classe. A expansão do crédito para os habitantes dos espaços considerados periféricos, num quadro de precarização do trabalho, tem se sustentado por meio de altas taxas de endividamento e de comprometimento da renda. Essa situação faz com que as populações desses espaços tenham que se empenhar com gastos que, na maioria dos casos, ultrapassam muito sua renda familiar.

Os dados sobre o acesso a cartões de crédito, movimentação via PIX e endividamento indicam que o processo de creditização tem crescido para além do processo de bancarização da população, que, por sua vez, também é uma forma de acesso ao crédito. Esse processo de bancarização e de dependência das relações creditícias se deve em grande parte ao acesso das classes C e D ao consumo e ao endividamento. Esse fenômeno de acesso ao crédito – que é parte desse processo mais amplo de financeirização e de ficcionalização da economia – realiza-se substituindo e incorporando as velhas formas do crédito, assim como incluindo não só os trabalhadores formais e informais, mas também uma gama de beneficiários dos programas sociais, quebrando os velhos entendimentos presentes nas pesquisas sobre as denominadas periferias urbanas em relação ao consumo e ao crédito. O acesso aos auxílios governamentais por celulares e por contas virtuais estimularam mais ainda esse processo acelerado de democratização das formas de crédito e acesso ao “dinheiro total”, que ganha novos impulsos com a criação de instrumentos bancários

como o PIX, um meio que dispensa o cartão de débito e crédito físicos e utiliza os celulares para acessar os pagamentos virtuais. Essas novas modalidades de pagamento e relacionamento monetário prometem criar um processo mais dinâmico de inserção e dependência das formas creditícias no cotidiano de toda a sociedade, incluindo de maneira central as populações pauperizadas das denominadas periferias urbanas.

É importante notar, porém, que o reverso desse crescimento de formas “maduras do crédito” está no grande endividamento dessas camadas mais pobres e na crescente inadimplência, o que tem gerado a restrição de crédito para tais camadas. Segundo os dados da CNC – Confederação Nacional do Comércio:

O percentual de famílias com dívidas aumentou em junho de 2020 e alcançou novo recorde histórico. Também é maior o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, assim como o percentual de famílias que relataram não ter condições de pagar suas contas em atraso. O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro) alcançou 67,1% em junho de 2020, aumento de 0,6 ponto percentual em relação aos 66,5%, observados em maio, e de 3,1 pontos percentuais comparativamente aos 64,0% registrados em junho de 2019. A proporção de endividados em junho é a maior da série histórica do indicador, iniciada em janeiro de 2010. (CNC, 2020)

Esse acesso ao crédito, por exemplo, é comemorado pelos agentes do mercado como inclusão, como democratização e até como inserção cidadã dessas camadas. Assim, a perspectiva da integração dessas populações pauperizadas acaba se colocando e se positivando através do que denominamos “socialização negativa”. Desse modo, ao pensar esses espaços a partir do vetor do consumo do dinheiro nesse período crítico de ficcionalização da economia, procuramos contribuir para um diálogo renovado sobre a metrópole e o urbano e sobre a crítica da relação centro-periferia a partir dos fundamentos de uma sociedade que se move pela crise da valorização do valor.

## Notas

1. O presente artigo reflete as conclusões de nossas pesquisas desenvolvidas na Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.
2. Referência importante para estudar esse momento de explosão de lutas sociais nas periferias através dos movimentos sociais urbanos.

## Referências

- ALFREDO, Anselmo. “**Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização**”. In: *Cidades: revista científica/Grupo de Estudos urbanos*, Presidente Prudente, V.6 – 2010.
- ALFREDO, Anselmo. **Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil e modernização crítica**”.(Texto elaborado para apresentação em mesa redonda na XX Semana de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, 2011,sobre o tema Cidade e Cidadania).
- ALFREDO, Anselmo. **Crítica à economia política e ao desenvolvimento do espaço**. São Paulo, mimeo, 2008.
- ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana C. Mota. **Modernizações e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias na metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: aldeamentos indígenas, industrialização e periferia urbana**. In: *Boletim Paulista de Geografia-BPG*. São Paulo/SP, n.91, jul.2011, pp. 159-188
- BASTOS, Anselmo B. S. **Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação da crise do trabalho na expansão do consumo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2019
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CNC – Confederação Nacional do Comércio - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – junho de 2020. Disponível em <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-0>. Acessado em 29/10/2020
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- HARVEY, David. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, 1982.
- JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.
- JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *In: Revista Limiar*: - vol. 1, nº 2 - 1º semestre 2014
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KURZ, Robert. **Cinzena é a Árvore Dourada da Vida e Verde a Teoria**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acessado em 04/10/2008
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. **Razão Sangrenta**: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.
- KURZ, Robert. **A Substância do Capital** (segunda parte). O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz226.htm>. Acessado em 08/04/2014
- LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Póvoa de Varzim: Editora Ulisseia, 1972.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- MARTINS, José de Souza. Periferia revisitada (depoimento). **Espaço e debates**, revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, ano XVII, nº. 42, pp. 75-85, 2001
- MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os economistas).
- \_\_\_\_\_. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. (Os economistas).
- \_\_\_\_\_. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1983d. (Os economistas).
- MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PINHO, Rinaldo G. **As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da miséria na metrópole paulistana**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHO, Rinaldo G. **Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. **Tempo Trabalho e Dominação Social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Alexandre Souza. **Centralidade e periferia na Grande São Paulo: Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCIRÉ, Cláudia D’Ipolito de Oliveira. *Consumo popular, fluxos globais: Práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. FFLCH-USP. São Paulo, 2009.

# **Crise do Trabalho e Racionalização da Precariedade: Apontamentos Teóricos Preliminares para uma Crítica da Uberização**

*Arthur de Matos Bassani*

## **1. Introdução**

Muito tem se debatido sobre a “uberização”<sup>1</sup> das relações de trabalho. Afinal, tais moldes de serviços parecem irromper repentinamente “prontos”, interpelando a todos no âmbito do cotidiano com velocidade e abrangência estonteantes. Comumente figurada no trabalhador “uberizado”, como tendência ou nova condição para o exercício do trabalho, a assimilação ao formato “Uber” obtém expressão parelha sob outro ângulo, qual seja, como consumidor desses serviços, ocasião tornada cada vez mais generalizada<sup>2</sup>. A arrancada da empresa que nomina o fenômeno deu-se numa brevidade surpreendente, num só ímpeto as metrópoles brasileiras espertavam-se conquistadas<sup>3</sup>. E assim, como numa blitzkrieg, uma miríade de automóveis foi mobilizada, guiada por um exército de motoristas particulares, recrutados e dispostos pelas recentes plataformas virtuais. No que se refere à quase instantaneidade da instalação, pode-se dizer o mesmo para os “entregadores de aplicativo”<sup>4</sup>, visibilizados no período sob a vigência do distanciamento social. Nas ruas esvaziadas da metrópole, sobressaíram pela onipresença e indispensabilidade<sup>5</sup>, acelerando as motocicletas, pedalando as bicicletas, diligentes e assíduos, impávidos e incansáveis.

Contudo, afora toda a obstinação e intrepidez, todos os diversos qualificativos ideologicamente colados aos tarefeiros de plataformas digitais dizem respeito, tão somente, à precariedade assaz evidente de seus

contextos ocupacionais, dentro dos quais se situam brutalmente submetidos. No mais, também murchou a primeira euforia frente às potencialidades “disruptivas” do “compartilhamento” (Slee, 2017), em parte esmorecida devido à evidente e chocante degradação do trabalho. Se, antes, alguns vislumbraram alternativas sustentáveis através do advento de uma “economia compartilhada”, hoje tal ideário acha-se tão à míngua<sup>6</sup> como a maior parte de seus “colaboradores”. Nas metrópoles brasileiras, o desengano referente à utopia do “compartilhamento” se manifestou nítido nas paralisações de entregadores, episódios que trouxeram à tona constrangimentos e dificuldades sem-fim: são jornadas longas, arriscadas, enervantes e que, muitas das vezes, mal bastam para a satisfação das necessidades mais imediatas ou, simplesmente, são insuficientes para solver as despesas transferidas ao trabalho e viabilizar o empresariamento de si.

O presente artigo visa a explanação teórica acerca das condições estruturais que engendram a uberização, enquanto forma de manifestação da categoria trabalho e de sua objetividade enquanto reprodução crítica. Propomos uma problemática para além do momento de “exploração do trabalho”, em especial quando tido como fato contingencial e subjetivo, proveniente de uma desigual correlação de forças entre capital e trabalho, sem relação de necessidade com o processo de crise do valor. Defendemos que o evento se situa em relações interna e objetivamente demarcadas pelo presente fundo histórico de esgotamento da forma social capital. Esse enfoque contrasta o aumento da massa material de capital, em suas diversas metamorfoses (Marx, 1988), com a diluição da substância abstrata do valor<sup>7</sup>, na medida em que a mais-valia global é paulatinamente dirimida (Kurz, 2014). De modo negativo, portanto contra intuitivo (e somente assim o poderia ser à sombra das categorias regentes da modernização), precariedade e aumento racionalizado da exploração dizem respeito à generalização da “superfluidade” do trabalho produtivo (Scholz, 2016). Vale dizer que tal quociente se manifestou, ademais, na criação da

chancela dos “serviços essenciais”<sup>8</sup>. Nessa importância “essencial”, oficial e oficiosamente reconhecida, subentende-se o sacrifício compulsório (ou descarte social) enquanto dever coercitivo delegado a parcelas expressivas da sociedade. Logo, salvo o completo escancaramento dos riscos e do sofrimento intrínsecos, as entregas *express* seguem em embalo crescente, fornecendo de marmitas a documentos, circulando enfim. Ao contrário, ser imolado é quase uma boa sorte na crise<sup>9</sup>, sobretudo quando o sacrifício é tornado “essencial”<sup>10</sup>. Sobre a indispensabilidade assente na dispensa, Roswitha Scholz disserta: “quem hoje é precário, do mal o menor, ainda não caiu completamente fora... A precariedade é assim apenas a ameaça do perigo realmente existente da superfluidade” (2016, n. p.).

Tendo em vista a abrangência e intensidade desses serviços, pretendemos alinhar as mediações teóricas mais gerais que perfazem o fenômeno particular enquanto expressão possível de uma “totalidade concreta fragmentada” (Scholz, 2009 apud Pitta, 2019, p. 50). Não obstante situarmos o objeto ao nível de um cotidiano periférico particular, não prescindimos de aprendê-lo com base em sua determinação lógico-histórica negativa de “crise imanente” (Alfredo, 2010) e de “contradição em processo”<sup>11</sup> (Marx, 2011, p. 588). Nos distanciaremos das leituras que inferem, a partir da evidência do trabalho precário, um arranjo consistente para a reprodução positiva do valor, em outras palavras, o restauro da acumulação de capital facultada pela exploração de uma extensa legião de serviços sob demanda. Ao extrapolar o viés sociológico do acontecimento, tencionamos o acesso a outros momentos que compõem a reprodução crítica do valor dissociado que, em conjunto, permitem determinar o trabalho precário e gerenciado de modo altamente racionalizado enquanto forma de manifestação da crise do trabalho. A adesão massiva e repentina aos serviços via aplicativos e a terceirização extremada não se processariam, portanto, através de supostos ganhos individuais dos agentes econômicos (tanto para o capital, como para o trabalho), mas a partir da ameaça objetiva de perdas maiores a níveis sistêmicos. É



sinalizado a generalização da desvalorização do valor, que tem por consequência a reposição de atividades laborais enquanto generalização do sacrifício e o aprofundamento da desclassificação social<sup>12</sup>.

Cabe então ressaltar, para uma crítica teórica preliminar da uberização, que a intensificação da exploração nos setores de serviços com trabalho precário e, não obstante, racionalizado, vincula-se enquanto momento de uma totalidade processual fundamentalmente contraditória e crítica; logo, não pode ser tomada de modo indutivo enquanto metonímia da própria totalidade. Também é imprescindível nos reportarmos à maneira invertida pela qual o objeto aparece, associando-o à forma de consciência fetichista, que não é uma simples derivação subjetiva de relações materiais objetivas, mas ela própria objetividade constituinte das relações sociais concretas. É o cerne da mediação, se efetivando como “abstração real”, uma “fantasmagoria” reificante (Marx, 1988).

Dentro de um quadro dinâmico de negação interna da substância semovente valor, pelo qual o desenvolvimento da contradição capital-trabalho se desenrola como dessubstancialização do capital e desvalorização do valor (Kurz, 2014), nos parece que a análise imediata do trabalho uberizado é uma apreensão às avessas dos encaminhamentos da contradição no tempo presente. Isso ocorre pelo fato de o conceito ser informado pela identidade fetichista entre trabalho concreto particular (como dispêndio precário de músculos, nervos, cérebro etc.) e agregação de abstração valor universal. Tal identidade também se prolonga numa convergência imediata entre atos individuais de super extração de mais-valia e a acumulação capitalista baseada na valorização. Argumentamos que essas atividades devem ser reconsideradas na qualidade distinta de seu contexto histórico, cujo enquadramento temporal se posta pela crise estrutural da sociedade do trabalho, figurada em particularidades fenomênicas diversas, tais como a uberização. Esse termo, utilizado como objeto e como conceito, é o alvo de nossa análise, que por ora visa apenas

uma crítica geral à angulação analítica pela qual tem sido contemplado e elaborado.

## **2. Abstração *versus* matéria: crise imanente e contradição em processo**

As categorias da forma social capital (cujo movimento inclui a uberização como fenômeno do real e como conceito que tenciona a apreensão do real<sup>13</sup>), são, em sua negatividade, conduzidas por seu movimento crítico interno. A premissa dessa contradição semovente é o estabelecimento de certos princípios históricos, no qual as categorias existem como formas objetivas de existência autonomizadas (Kurz, 2014)<sup>14</sup>, consolidadas pela sociabilidade fetichista da abstração real valor, mas também reforçando as relações de fetiche. Sua dialética, contudo, não se resolve, ou melhor, se resolve criticamente: sua negatividade se fundamenta em uma contraposição interior perene entre abstração/substância e matéria. Nossa proposição é a de que tal contradição possui dupla determinação. Como antinomia elementar à forma capital ela é “crise imanente” (Alfredo, 2010), ou seja, é a simultaneidade crítica da forma social sob a capa do fetiche transcendental do valor. Mas, dialeticamente, é também “crise em processo”, pois possui determinação histórica e, como reprodução crítica, desvela e majora a crise temporalmente (inclusive como “crítica” teórica em processo).

Esse duplo enquadramento da crise, contudo, só pode ser acessado na crítica radical dos fundamentos categoriais em vigor, jamais ancorado neles. Pois, se se considera a elaboração teórica marxiana como que derivada do caráter negativo daquilo que constitui o seu objeto (as categorias da forma social capital, críticas e por isso mesmo criticáveis), a própria teoria crítica torna-se negativa em sua objetividade teórica (Kurz, 2014, p. 321): seus marcos estão postos de antemão pela própria negatividade de seu objeto de crítica. Assim, crise e crítica coincidem ao expressarem modos distintos da negatividade constitutiva do mesmo

processo (Alfredo, 2010), ambas interioridade da forma capital que aponta para os limites alcançados por seu próprio desenvolvimento (Grespan, 2012).

A utilização analítica do conceito de uberização, ao evitar a problematização categorial e extrair seus subsídios teóricos na ontologia do trabalho e na acumulação de capital *ad aeternum*, justificada pela evidência factual do trabalho superexplorado, não incorre somente em uma naturalização das relações sociais fetichistas e historicamente circunscritas ao movimento ensimesmado de valorização em processo. Mais grave, essa desconsideração repercute o procedimento que Kurz classifica como “individualismo metodológico” (2014), pois supõe a reprodução global (“plano do valor”) através de manifestações individuais de empreendimentos empresariais particulares. Essa conduta ignora o caráter histórico dinâmico das categorias que, destituídas de sua dimensão processual, se projetam rigidamente como reprodução sempre idêntica a si mesma, diferindo historicamente somente em termos quantitativos, sendo assim positivada como eterno retorno do mesmo. Em tal chaveamento fetichista, a crítica radical torna-se prescindível e acontecimentos recentes, tais como a uberização, vinculam-se à modificação de conjunturas, sejam elas de natureza contingencial, cíclicas ou de fundo subjetivo (interesse de classe), enquanto certos traços estruturais da produção e reprodução capitalistas permanecem imutáveis.

É o caso quando Antunes, em “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0”, sugere que “nas últimas décadas, as empresas ‘liofilizadas e flexíveis’, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípode destrutiva sobre o trabalho” (2020, p. 9). Assim posto, sobressaem os *interesses* das “empresas flexíveis”, cuja “imposição” parece se dar sem relação de necessidade com a crise dos fundamentos da acumulação capitalista (o capital “destrói o trabalho” sem destruir a si mesmo como capital). Assim, também a noção de fetichismo

de um sujeito automático se esgarça frente à ideia de “comando” do capital financeiro: que tipo de comando é esse que “destrói” sua própria substância?

Contudo, é interessante notar que, em poucos passos adiante, o autor sublinhará que “essas tendências em curso, implementadas por corporações globais nesta era agudamente destrutiva do capital, não encontram precedente em nenhuma fase recente do capitalismo pós-Segunda Guerra” (Antunes, 2020, p. 11). Sem querer, se revela o viés “regressivo” da conjuntura (Menegat, 2017), e o que é experienciado objetivamente no cotidiano como “digestão da experiência de crise” (Kurz, 2007) se reflete indiretamente na análise teórica (“era agudamente destrutiva do capital”). Porém, os fundamentos objetivos que se consubstanciam na deterioração da forma social passam ao largo. Enquanto “tratamento da contradição” (Kurz, 2007), o repertório teórico da crítica pautada pelo conceito de uberização termina descolado do movimento histórico concreto. O resultado é o extravio de sua potência avaliativa e transformativa enquanto crítica.

## **2.1 – A objetividade do fetiche moderno: crítica como ruptura ontológica**

Os motoristas e entregadores uberizados, impedidos de definir o preço do próprio serviço oferecido, terminam submetidos às concatenações misteriosas e automáticas engendradas pelos algoritmos dos aplicativos de transporte. Esse fato é referido como flagrante indício da falta de autonomia do trabalhador autônomo, delatando a subordinação crescente do uberizado frente ao controle das “empresas-aplicativo” (Abílio, 2017). Há, contudo, o disfarce dessa degeneração objetiva do trabalho. Tal falseamento se constitui por meio de representações ideológicas (“parceiro”, “empreendedor”, “empresário”) que, ao cabo, escamoteiam a uberização enquanto “nova forma de gestão, organização e

controle do trabalho” (Abílio, 2017). Consideramos, entretanto, ser necessário criticar a problematização assim posta, sem desmerecer sua preocupação em relatar os estratagemas e as manipulações tramadas pelas “empresas-aplicativo”, com sua tecnocracia e seus algoritmos. Para isso, retomaremos os fundamentos da sujeição social pela forma mercadoria e pela forma capital, cujos mistérios e automatismos superam qualquer algoritmo. Somente dentro dessas formas sociais em processo é que as plataformas digitais de serviços podem vicejar, aí se encontra sua determinação.

Com o fito de acessar a crítica radical da forma capital, partimos da análise categorial<sup>15</sup> da forma mercadoria enquanto forma elementar da sociabilidade corrente (sem desconsiderar as ressalvas de Kurz ao início da exposição de Marx, apresentadas em “O dinheiro sem valor”<sup>16</sup>). Insistimos no caminho lógico categorial por considerarmos que o escrutínio dessas formas elementares é capaz de fornecer redirecionamentos interessantes no que se refere à gênese lógica dos atuais processos e descaminhos da racionalização (e crise) do trabalho.

### **2.1.1. Raízes categoriais da racionalização do trabalho**

A determinação da forma mercadoria advém da unidade entre valor de uso, que se refere à forma corpórea particular do trabalho individual e privado, de qualidade específica; e valor, cuja substância é condizente à abstração do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção que, salientamos, corresponde ao plano global, no qual todas as qualidades distintas dos trabalhos privados e de seus produtos equalizam-se como “gelatina de trabalho humano indiferenciado” (Marx, 1988, p. 47). A troca de mercadorias, confrontação de “produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si” (Marx, 1988 p. 50)<sup>17</sup>, também requer que o valor seja erigido como mediação social, lógica abstrata universal que viabiliza a permuta. Assim, ao passo que institui a equivalência

qualitativa inata, o valor produzido pela *abstração trabalho* provê substancialidade às mercadorias.

Trata-se somente de constatar que o trabalho abstrato, igual, comparável, mensurável com uma precisão crescente em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalho da divisão capitalista do trabalho, que existe ao mesmo tempo como produto e condição da produção capitalista, surge apenas no curso do desenvolvimento desta e, portanto, somente no curso dessa evolução ele se torna uma categoria social que influencia de maneira decisiva a forma de objetivação tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade emergente, de sua relação com a natureza, das relações dos homens entre si que nela são possíveis (Lukács, 2003, p. 200, 201).

Com a imposição da forma<sup>18</sup> mercadoria estreia o reino da igualdade abstrata. Seus imperativos se estendem desde à equivalência dos produtos até à igualdade jurídica dos sujeitos. Por meio desse estatuto, os trabalhos concretos são iguados. “O que pressupõe a diferença puramente quantitativa das coisas? A uniformidade de sua qualidade. Logo, a mensuração quantitativa dos trabalhos pressupõe a igualdade, a uniformidade de sua qualidade” (Marx, 2011, p. 179). Tudo, portanto, se inclina ao poder da abstração e o discernimento se reduz a termos quantitativos. Assim, também o tempo se deixa subjugar como unidade de medida abstrata, “tempo de trabalho socialmente necessário”. Essa espécie de operação de subtração das qualidades concretas induz a existência dos indivíduos, que somente por meio dela se compreendem e reproduzem a si mesmos, enquanto prática social ou como forma de consciência.

Disso resulta que apenas o princípio básico da igualdade abstrata garante a racionalização do trabalho, bem como dos demais momentos da reprodução social. Somente o trabalho abstrato é apto à mensuração em termos estritamente quantitativos. Assim, torna-se também suscetível à administração pelo tempo vazio da abstração. Lukács situa, no surgimento de “um ambiente no qual o tempo é abstrato, minuciosamente mensurável”, as condições objetivas para a fragmentação racional do trabalho. Nesse “ambiente”, que é a própria forma mercadoria, repousa

tanto a “objetivação da força de trabalho em relação ao conjunto de sua personalidade”, quanto a tendência de rompimento dos “elos de produção orgânica”, a qual viabiliza as transformações dos trabalhadores em “átomos isolados e abstratos”, “cuja coesão é mediada pelas leis abstratas do mecanismo ao qual estão integrados” (Lukács, 2003, p. 202). Essa determinação parece atravessar desde o trabalho parcelar alienado na esteira taylorista até a condução de um veículo orientado por um algoritmo de geolocalização digital. Daí é que advém a importância, para compreensão adequada dessas dinâmicas concretas de racionalização, do referencial à forma mercadoria, enquanto fundamento que aprofunda criticamente tais processos em sua reprodução contraditória.

### **2.1.2 Sobre a categoria preço**

Mas, como a objetividade da abstração tempo de trabalho socialmente necessário não detém materialidade em si – afinal, diz respeito à massa global de trabalho representada na mercadoria individual pela intermediação da concorrência (Kurz, 2014) –, ela toma de empréstimo a aparência corpórea das coisas para objetivar sua “forma valor” (Marx, 1988). Com isso, a relação de valor é ocultada em sua própria forma de manifestação: ao apresentar-se em uma “objetividade concretamente diferente”, (Marx, 1988, p. 56) essa aparição confere autonomia ao polo metafísico do valor. Disso resulta uma consciência fetichista de identidade imediata entre valor de uso e valor no plano da mercadoria individual. Reforçamos que tal “objetividade fantasmagórica” (Marx, 1988, p. 47) provém de uma contradição elementar do capital, entre materialidade física e abstração metafísica, ou ainda, da “coisificação” inerente ao sujeito que conceptualiza o objeto (mercadoria) enquanto exterioridade à forma do seu pensar, em virtude de um pensar imediato e, por isso, coisificado (Alfredo, 2010).

Tal categoria de análise [fantasmagoria] é central em Marx, já aparece logo no primeiro capítulo de *O capital* (1983) e permite a ele desdobrar que valor não está contido na materialidade da mercadoria, mas necessita da sua corporeidade para aparecer socialmente. É em razão de tal forma de aparecimento que o que é uma contradição basilar, a contradição trabalho abstrato x trabalho concreto ou valor x valor de uso é subjetivada socialmente como identidade sujeito-objeto e é de onde advém, então, a crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria (Pitta, 2019, p. 33).

A importante aferição de Pitta permite o discernimento entre produção de riqueza material concreta e produção da substância fantasmática do valor, crucial para contextualizar historicamente a uberização. Contudo, é pertinente remontar antes à unidade contraditória entre substância do valor e objetualidade da “forma valor”, pela qual Marx desdobra a forma dinheiro, “figura de valor pronta” (1988, p. 85) erigida como equivalente geral. Dela se refina a linguagem de valor comum às mercadorias na forma preço, expressão ideal do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, da média social que retroage para validar os tempos dos diferentes trabalhos individuais (Alfredo, 2010). É um processo que passa às costas dos agentes, em relação ao qual os supostos “produtores de mercadorias” não possuem controle, sendo antes por ele manipulados, na medida em que os preços são determinados “a posteriori” pela objetividade da concorrência: a repartição das quotas partes da massa global de valor ocorre de acordo com os níveis de produtividade individuais, por meio da mediação do valor representado em forma monetária.

Esse mecanismo cego revela, na produção de mercadorias, as qualidades distintivas de uma sociedade que já não é dona de si mesma (Kurz, 1992), bem como sua simultaneidade crítica<sup>19</sup>. Ademais, se atendo somente às formas elementares e lógico-ideais das formas mercadoria e dinheiro, é possível depreender que a condição dos sujeitos nessa forma social é, por definição, fetichista. A partir desse pressuposto objetivo da sociedade produtora de mercadorias é que se deve investigar as formas de



controle vigente do trabalhador uberizado. Sobretudo, questionar em que medida os preços gerados por algoritmos *dentro* das plataformas digitais são controlados *fora* delas<sup>20</sup>. Afinal, o algoritmo não supera o imperativo concorrencial, mas o reproduz em sua mimese.

### **2.1.3 Economia de Compartilhamento e Cooperativismo de Plataforma**

Contudo, a contradição elementar imanente às formas mercadoria e dinheiro só pode ser concebida em sua realidade histórica, quer dizer, na pertença com a dinâmica autorreferente da valorização, na qual a acumulação se põe enquanto princípio e propósito último das trocas (Kurz, 2014). Assim, adicionamos uma nova camada na exposição teórica que transforma o entendimento dos momentos anteriores. “Dinheiro” e “mercadoria” são objetualidades possibilitadas somente pelo fetichismo do capital, no qual o valor suspende-se como “sujeito usurpador de tal processo” (Marx, 1988, p. 126). Cabe aqui uma nota breve sobre as raízes ideológicas da “economia de compartilhamento”. De acordo com Kurz, “se e na medida em que as categorias de base puras da mercadoria e do dinheiro, passíveis de uma representação analítica, já pressupõem o capital como contexto sistêmico, o mesmo se deverá também aplicar à circulação enquanto processo específico na reprodução desse todo” (2014, p. 124). Portanto, conceber a troca ou a circulação simples de mercadorias e dinheiro para além do contexto tautológico do capital é projeção do fetiche moderno como essência constitutiva do ser social. Nada mais que tacanha ontologia, ainda que poderosa.

No entanto, o fetiche é condição objetiva da “sociedade que não é mais dona de si mesma” e a naturalização das categorias se efetiva realmente como forma de consciência. Quando os princípios da forma capital adquirem estabilidade por meio do estatuto ontológico e seus rastros se apagam, medram ideologias portadoras do fetichismo de sujeito. Sob a

matriz a priori do fetiche, o “tratamento da contradição” comumente desemboca em mistificações diversas (Kurz, 2007), como a que supõe uma esfera da “circulação” abstrata, em que produtores individuais livres trocam seus produtos segundo suas próprias vontades e libertos de constrangimentos “externos” e à nível social. Eis os gérmenes ideológicos da “economia de compartilhamento” (e também do “cooperativismo de plataforma”, sua variante mais à esquerda). Kurz salienta que a troca nada mais é que a realização da mais-valia e, enquanto “processo global”, fase terminal do ciclo de metamorfoses do capital que possui como fim a valorização de si mesmo. O logro ideológico, baseado no fetiche do sujeito da troca individualizado, apenas se desconstrói na ruptura ontológica pela crítica radical das categorias:

Nesta ideologia de uma sociedade feita de produtores independentes, em que interesseiramente se esquece o caráter específico da mercadoria que é a força de trabalho, o mercado surge como esfera “natural” de troca de bens de uso, para a qual o dinheiro seria um mero meio auxiliar votado ao desaparecimento. Esta ideologia original da ciência econômica, que sempre constituiu sua base, encontra nos atuais tempos pós-modernos cada vez mais alimento numa consciência “popular” ou de massas profundamente marcada pela hegemonia discursiva das novas camadas médias, também e precisamente porque estas se arriscam a ser trituradas. Para os objetos socialmente auto-afirmativos do “outsourcing” e da auto-exploração, desde os falsos trabalhadores independentes e os pequenos prestadores de serviços precarizados de todas as espécies até às pequenas empresas pseudo-alternativas, vendedores de si próprios e “empresários da vida” da sua força de trabalho, a sociedade apresenta-se precisamente como um conjunto de chafaricas ambulantes que se medeiam de acordo com a fórmula para idiotas  $M - D - M$  [...]. O fato de estas formas de existência serem, todas elas, meros derivados da reprodução social global segundo a fórmula do fetiche do capital, ou permanece totalmente de fora da percepção e da autopercepção, ou é simplificado para uma qualquer variante do velho ressabiamento pequeno-burguês contra o “grande capital”, entendido de um modo sociologicamente truncado, e sobretudo contra o grande capital que rende juros dos grandes bancos [...] (Kurz, 2014, p. 142, 143).

Antes de explorar melhor o presente estágio da “contradição em processo” a qual possibilita que a ideologia da circulação seja requeitada como “economia de compartilhamento”, e na qual os indivíduos “se arriscam a ser triturados”, outros pontos carecem de designação.

#### **2.1.4 Uberização e assujeitamento**

Da contradição entre abstração e matéria, que no capital aparece como governo do trabalho morto, materializado e acumulado sobre o trabalho vivo como meio de valorização, é que procede a mobilização ao trabalho como contexto que preme todos à tautologia autocentrada da abstração valor (Kurz, 1992). Por isso, reiteramos que é decisivo ter em consideração que, sob os fundamentos capitalistas, sobrevém um “sistema de dominação abstrata e impessoal” (Postone, 2014), respectivo à “dominação da coisa sobre o homem” (Marx, 1988, p. 55), assente no fetichismo enquanto forma de consciência que é inseparável de seu estabelecimento e de sua progressão. Logo, “[...] esse todo ou ‘processo global’, como fetiche do capital ou ‘sujeito automático’, constitui o verdadeiro pressuposto e, assim, a determinação da essência da sua relação autonomizada face aos seus próprios atores, a quem fugiu das mãos [...]” (Kurz, 2014, p. 155). Apesar das personificações referentes ao antagonismo entre capital e trabalho, entre possuidores de dinheiro/meios de produção e possuidores de força de trabalho “livres” (Marx, 1988), tal processo passa por trás das costas dos indivíduos, dos quais se utiliza para seu fim.

Entretanto, o aspecto impessoal da sujeição social é inexplorado pela maior parte dos que se ocupam do fenômeno do trabalho em plataformas digitais. O que há é a habitual intenção de promover a análise utilizando o conceito de uberização a partir “do ponto de vista do trabalho” (Postone, 2014). Ao presumir que nada transpõe o interesse

imediatos dos agentes envolvidos, tal enfoque reduz a complexidade da dominação social para o nível subjetivo da vontade individual ou de classe (fetichismo de sujeito), obnubilando o oxímoro de uma relação social objetivada e que se personifica ao mobilizar a sociedade para seus fins.

Para Postone, essa ótica também devém do mal discernimento da categoria valor, incompreendida como “forma de riqueza específica” e encolhida à ideia de via “indireta” de socialização entre produtores individuais na esfera do mercado (2014). Se a demarcação histórica do trabalho se dilui como entidade transhistórica, a “produção de valor” abstrata é naturalizada e o que se põe em questão é apenas a sua distribuição, que deve ser disputada de acordo com interesses de classe opostos. Daí a importância de se distanciar das análises que neutralizam a esfera da produção e se satisfazem com a denúncia das desigualdades distributivas do valor. Salientamos: é o próprio valor e sua igualdade abstrata que carecem de crítica. Essas são as condições objetivas da dominação social que, como aventamos, concede oportunidade histórica à racionalização do trabalho por meio de sua determinação abstrata (igualdade), assujeitando os indivíduos às leis cegas da concorrência (liberdade).

De fato, Marx destituiu a aparência harmônica relativa à esfera da circulação (contrato entre iguais possuidores de mercadorias) quando remete ao momento de exploração do trabalho como negação da equivalência, troca desigual em prol do capital. Porém, como já realçamos por meio do conceito de fantasmagoria e da crítica da identidade sujeito-objeto (Pitta, 2019), a aparência de equivalência advém do fetiche de materialidade, referente à relação contraditória entre a abstração valor e a sua forma de manifestação. Assim, a relação capital-trabalho revela a verdade por de trás do princípio de equivalência enquanto preceito da sociedade dos produtores de mercadorias. A nível teórico, a reivindicação da distribuição mais justa do valor, ainda que necessária e urgente nas superfícies da “contrapraxis imanente” da política (Kurz, 2007), inverte os

termos e os “positiva” ao partir do “contrato entre iguais possuidores de mercadorias”. Ou por outra: é o paradigma fetichista que supõe a identidade entre trabalho e produto do trabalho que, por seu turno, sustém a concepção de base distributiva. Assim, não apenas cabe a crítica à “economia compartilhada” que propõe a restituição de uma fantasiosa circulação simples ora viabilizada pelas plataformas virtuais; mas, também, às análises teóricas que se encerram na investigação de estratégias operacionais da tecnocracia e sua nova engenharia de dominação por aplicativos, apresentadas como “o” motivo da racionalização do trabalho precário e da falta de autonomia desses trabalhadores, pelas quais os empresários de si mesmos são brutalmente explorados.

## **2.2. - Crise imanente e contradição em processo**

Neste item, tencionamos situar o fenômeno da uberização em seu devido enquadramento histórico de crise estrutural da prática social fetichista do trabalho, que confere substância às categorias modernas e dá a possibilidade histórica e objetiva para a sua autonomização. O que se seguirá é uma leitura geral, ainda presa ao campo da lógica antitética interna da forma social capital, no qual a história moderna se desvela como teleologia negativa das categorias em processo, ou seja, no reconhecimento de certa direção no movimento fantasmagórico e automático das relações sociais objetivadas, referida como “imposição de um desenvolvimento permanente (sempre a subir no vetor do tempo) com repercussões igualmente progressivas sobre o fim-em-si do processo de valorização” (Kurz, 2014, p. 216). Assumimos que tal análise é abstrata e que seu largo espectro não convém ao exame mais detalhado que merecem as diversas particularidades concretas. Contudo, ela se ajusta ao propósito de exposição do problema que, neste momento, se limita à indicação das mediações mais abrangentes entre reprodução crítica do valor e o

fenômeno da racionalização do trabalho precário em plataformas digitais, a partir dos termos supracitados de “crise imanente” e “contradição em processo”. Por fim, também é válido dizer que não pretendemos associar o fenômeno como forma de manifestação direta ou uma espécie de prova cabal do colapso da modernização. Gostaríamos apenas de sugerir que a opção pela crítica categorial e pela ruptura ontológica, que implica consigo a menção à crise, fornece leitura alternativa e consistente do objeto sem, contudo, renunciar à radicalidade de Marx, como exercício de reflexão interno às categorias marxianas, porém renovando o alcance desse aparato teórico (Kurz, 2014).

As atividades “uberizadas” trouxeram à tona o debate sobre nova prevalência da mais-valia absoluta para a acumulação de capital. Historicamente, contudo, a sustentação do capitalismo sobre suas próprias bases materiais significou inclusive a superação da mera extensão absoluta da mais-valia, expressa no prolongamento da jornada de trabalho. A fim de se compatibilizarem com o nível social de produtividade vigente, os capitais individuais repõem-se concorrencialmente numa atualização incessante em favor do aumento de tempo de trabalho excedente. A dinâmica do capital é, portanto, a do encurtamento do trabalho necessário e, dentro desse encadeamento, correspondem: a) a produção de mais valia relativa, na qual a perda da substância valor das mercadorias tem por consequência a diminuição do valor do capital variável; e b) a subsunção real do trabalho, adequado à base material das forças produtivas sociais, então preconcebidas pelo apriorismo fetichista da relação de produção (Marx, 1985).

Com isso, não se quer dizer que ambos os momentos, da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, não possam coexistir e combinarem-se entre si<sup>21</sup>. Trata-se, sobretudo, de ressaltar que há uma constante atualização do tempo abstrato, unidade de medida desmedida, referida a uma dinâmica processual interna que impede que as categorias se reproduzam de maneira idêntica e estável no tempo histórico. O

movimento de reprodução ampliada se realiza, tendencialmente, através de ininterruptas revoluções de diminuição de tempo de trabalho necessário, prescritas pela necessidade de expansão relativa da taxa de mais valia. Aí reside o desenvolvimento irrefletido das forças produtivas sociais. A crescente produtividade do trabalho se materializa no aumento relativo dos meios de produção, quando comparados à força de trabalho que neles se incorpora (Marx, 1988b, p. 155).

A predominância da mais-valia absoluta até o início do século XX é o determinante, então, da acumulação de capital e da valorização do valor, e as crises desta é que impõem a constituição de novas formas de exploração do trabalho. Isso porque o impulso impessoal da concorrência a mover o desenvolvimento das forças produtivas desdobra aquela contradição basilar da totalidade (fragmentada) social entre trabalho abstrato e concreto e valor e valor de uso da mercadoria como seu duplo necessário na contradição entre o montante de capital a se valorizar (corporificado no dinheiro e na maquinaria, trabalho morto) e trabalho vivo a ser explorado – mercadoria capaz de valorizar o valor – tornando cada vez mais difícil desta ocorrer, o que Marx denominou aumento da composição orgânica dos capitais e sua consequente queda tendencial da taxa de lucro. Tal contradição engendrava os momentos de paralisação relativa da produção de mercadorias e apareciam como crises econômicas recorrentes, porém, destacamos, que nunca se repetiam nos mesmos termos em relação à contradição inerente à composição orgânica do capital, que só poderia se aprofundar (Pitta, 2019, p. 36).

Em termos da acumulação, a poupança de trabalho vivo pelo incremento de trabalho morto se dá enquanto aumento da composição orgânica do capital. Isso se expressa na produção de mais mercadorias em menos tempo, onde cada exemplar particular contém menos tempo de trabalho agregado, já que o trabalho *in actu* deve conservar proporcionalmente mais valor do que anteriormente incrementava<sup>22</sup>. Contudo, como já foi referido através da noção de “fantasmagoria”, o fetiche se efetiva na aparência de coincidência entre produção material e abstração valor.

O caráter contraditório que constitui a acumulação capitalista, conferindo-lhe a determinação crítica, para Kurz a nível relativo (2014), para nós enquanto crise imanente, se dá pelo incremento da abstração trabalho, “fonte da riqueza”, não estar *pari passu* ao permanente complemento do volume material do capital global (Marx, 1988b). Sua substância se determina pelo componente variável, em queda relativa quando comparada à grandeza total do capital acumulado. O aumento da composição orgânica expõe a tendência contraditória da acumulação em repelir a própria substância valor, na mesma medida em que esta lhe fundamenta enquanto finalidade de valorização. A lógica de acumulação é, portanto, a lógica da contradição, negação da substância do valor como movimento sincronizado ao processo de valorização. A crise é então imanente à reprodução ampliada, na medida em que constatamos a real identidade da acumulação na crise enquanto sua negatividade, pela simultaneidade da oposição entre abstração e matéria.

No exame da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, Marx expõe a simultaneidade da crise enquanto tendência de queda interna irreduzível, que permeia o momento de expansão. A “massa” crescente de lucro, advinda da maior taxa de exploração do trabalho que decorre da poupança de trabalho vivo, coaduna-se com o decréscimo da “taxa” de lucro, relativa a uma maior composição orgânica contraposta à massa de mais valia extraída. A diminuição da massa de trabalho vivo anexado aos meios de produção implica, entretanto, descenso de seu próprio escopo, ou seja, de trabalho não pago, mais valia, assim como decréscimo de sua fração no valor global. Nesse deslocamento é que se verifica o contrassenso tendencial, na qual a celeridade da acumulação mina sua substância, porém aparentada como aumento da massa de lucros, de mercadorias, de capital etc., o que remete à contradição elementar dessa sociabilidade, entre abstração e matéria. Porém, a crise anuncia-se somente nas ocasiões de acentuação dos impedimentos. Quando a contradição entre abstração essencial e materialidade prefigurada em aparência atinge seu clímax, tal



negatividade é identificada fenomenicamente enquanto crise (Grossman, 1979), cíclica, circunstancial ou de fundo subjetivo.

As crises manifestam a tendência ao colapso circunstancialmente interrompida pela interioridade contratendencial da reprodução, reprojetoando-se em dificuldades cada vez maiores de valorização para o capital cumulativamente acrescido (Grossmann, 1979). De acordo com Mandel, tais contrariedades atingem o ponto de inflexão na etapa de automatização da produção, que decorre da terceira revolução tecnológica, quando a aceleração qualitativa do aumento da composição orgânica do capital torna a criação de valor menos importante do que sua preservação, o que altera a proporção entre criação de mais valia e sua apropriação como “superlucro” (1982). O “limite interior absoluto” (Mandel, 1982, p. 146) provém da escassez de massa de mais valia produzida, resultado da gradativa eliminação do trabalho vivo no processo de produção. Destarte, o vertiginoso decréscimo da massa de mais valia, “fonte básica de riqueza”, confere à automação status paradigmático de veto final à reprodução insuflada pela massa global de valor proveniente da exploração do trabalho.

De modo similar, Kurz assinala que a decadência da forma social capital só irá adquirir contornos definidos com o advento da revolução da microeletrônica, em meados da década de 70, pondo a termo os mecanismos de compensação fordistas pautado na “expansão interna” da produção real de valor<sup>23</sup> (1992). Justamente nesse marco, em que se altera bruscamente a entonação do processo de acumulação através do estabelecimento de um novo *standard* de produtividade social (Kurz, 1992), que as tendências à precarização racionalizada e o regresso à mais valia absoluta devem ser situadas. Suas determinações se põem pela potencialização das interdições que transpassaram todo o desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto imanência da crise, e que agora tornam a reprodução social descompassada face suas categorias fundantes, enquanto crise em processo.

A crise do trabalho procede, em parte, devido aos extraordinários níveis de produtividade pressuporem uma elevada composição orgânica de capital. Por um lado, devem ser mobilizadas frações minguantes de força de trabalho para movimentar uma porção crescente de meios de produção. Nem por isso, contudo, a categoria trabalho se extingue. Em Kurz, tal conjugação se expressa na expansão do trabalho consumido improdutivamente, tanto no que concerne às exigências infraestruturais da produção, como no tocante ao fenômeno de terceirização, que externam os custos de produção através de novas ramificações empresariais. Ainda que sejam apercebidas como atividades autônomas, esses serviços são derivações do aprofundamento da racionalização do trabalho. Em parte, visam a eficiência máxima do trabalho mobilizado, justamente devido à tendência de decréscimo do volume total de trabalho. Nesse sentido, “crise do trabalho” significa objetivamente máxima exploração do trabalho. Por outra parte, retira-se das planilhas de contabilidade individuais as despesas internas das unidades de produção empresariais. Nesse cenário de “crise estrutural das despesas gerais sistêmicas” (Kurz, 2002), a racionalização se exprime na contenção dos “faux-frais de production”, estendidos para além do alcance da produção de valor.

Por outro lado, tem-se a necessidade de efetuar montantes de investimentos extraordinários, o que requer uma frequente incursão ao crédito, com importância e autonomia cada vez maiores. Ademais, devido às dificuldades em que se encontram os capitais reais, vem à tona a preponderância do capital que rende juros. Para Kurz, a atual conjuntura crítica do moderno sistema produtor de mercadorias ocasiona a desvinculação completa e em grande escala do capital financeiro, tornado independente da base real de produção de valor (2002). O desligamento do equivalente geral em relação à abstração fundadora do valor conforma a consciência fetichista moderna e se dá enquanto desdobramento de oposições básicas à forma mercadoria, dialética negativa entre essência abstrata e aparência material. Esse movimento de autonomização, onde o

dinheiro se valoriza unicamente pela qualidade distintiva de ser dinheiro, é intitulado por Marx como “capital fictício”, e configura-se como promessa de trabalho futuro a ser solvida pela produção vindoura. Contudo, quando o processo de acumulação repousa na contínua injeção de capital fictício para manter-se em apurmo, respondendo somente aos estímulos de dinheiro creditício “sem substância” (Kurz, 2002), manifesto no endividamento generalizado e postergação do déficit, torna-se evidente a precariedade das relações de produção capitalistas em sua totalidade. Através da valorização fictícia, honram-se os compromissos que a produção de substância valor, na forma de mais valia, não pode mais remunerar.

O limite absoluto não aparecerá sob a forma duma simples aceleração linear da “queda tendencial”, de modo que o capitalismo seja abandonado com resignação pelo *management*, por falta de rentabilidade. Antes, atingido o limite absoluto, finda também a acumulação absoluta de “valor” em geral. Em termos substanciais: a taxa de lucro não “diminui”, mas deixa totalmente de existir, com o desaparecimento de massas suplementares de valor. O conceito torna-se sem sentido. Ao mesmo tempo, o processo de acumulação continua ainda formalmente por certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenomênicas (Kurz, 2002).

O desligamento da substância abstrata animadora da sociabilidade moderna se expressa na superfluidade do trabalho, enquanto simulação da relação social basilar ao processo de acumulação. Contudo, sua dessubstancialização não acarreta sua obsolescência ou superação, ao contrário, as categorias elementares da forma social capital permanecem a matriz das práticas sociais concretas dos agentes. Em outros termos, não obstante suas bases fictícias, as ações não são por isso menos reais, cujo potencial autodestrutivo cada vez mais escalado segue sendo conduzido pelo sentido antissocial autorreferente do capital.

Por sua vez, a uberização exprime a forma de ser dessa caducidade e reiteração explosiva, de relações cujo o conceito de alienação não é capaz de desvendar plenamente, pois destituídas até mesmo da justificativa reificada e fetichista da valorização valor. Em questão está:

[...] a realidade que vivemos, que se apresenta, paradoxalmente, crítica e imutável, isto é, vivemos inúmeras crises, muitas, no limite e *aparentemente*, absorvidas e controladas, o que nos leva ao ponto de partida: o mundo reproduzido tal qual está constituído, a estrutura social e econômica fundamental preservada (Damiani, 2008, p. 28).

A racionalização da precariedade é também a precariedade da racionalização, é a efetividade negativa do trabalho, quando a exploração é necessária mesmo quando insuficiente para solver as promessas de realização futura. Situamos, assim, os sentidos lógico-históricos negativos da superexploração em plataformas digitais. Justamente, a reflexão acerca da permanência crítica da forma social, “conceito tornado sem sentido” (Kurz, 2002), se constitui como cerne de nossa investigação sobre a uberização.

### **3. Uberização**

Neste tópico, pretendemos elucidar de que maneira a uberização das relações de trabalho e a economia de compartilhamento manifestam o antagonismo do crescimento material face à minoração da produção de valor, em outros termos, de uma mais valia global que não é capaz de vingar a reposição ampliada da forma social capital. Evidenciaremos que esses acontecimentos estão inseridos em um contexto de incapacidade de reestabelecimento da normalidade da produção de valor, devido à impossibilidade de regresso a níveis anteriores da produtividade do trabalho. Portanto, o fenômeno alude às formas particulares de manifestação do colapso da forma social capital, como a presente

combinação entre racionalização empresarial e super exploração do trabalho.

### **3.1 Consumo de massas, crise de realização e economia do compartilhamento**

Sob o invólucro do capital fictício, se denota o distanciamento absoluto dos planos do trabalho e do dinheiro, as “duas faces de uma mesma moeda” (Kurz, 2002) que constituem momentos da totalidade concreta da forma social capital. Essa completa desvinculação se revela em séries de disfuncionalidades que carecem de tratamento prático e teórico. Como já salientamos, os ajustes emergenciais são resultado histórico do próprio movimento antitético da reprodução, que anula seus próprios termos ao interditar a via da valorização do valor por meio da contínua expansão do trabalho produtivo. A determinação temporal da crise, enquanto “contradição em processo”, constringe as “contratendências” internas do modo de produção capitalista, que acomodaram o curso negativo do desenvolvimento capitalista por períodos limitados de tempo. Contudo, também já avistamos que embora a acumulação e a reprodução ampliada das relações de produção sejam invalidadas pelo atual desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, não são revertidas em uma suplantação e abolição automáticas da forma fetichista. Assim, “do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado, a *estrutura de reificação*, no curso de desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva” (Lukács, 2003, p. 211, grifos nossos). Se entrevê que a “contradição em processo” é, inclusive, a cristalização e o aprofundamento dessa “estrutura de reificação”.

A crise estrutural do capital é, contraditoriamente, o reforço da objetividade do fetiche, bem como a ampliação do “ambiente no qual o tempo é abstrato” e sugestível a sua racionalização (Lukács, 2003). Desse modo, a incapacidade de contrabalanceio se sustenta sem rupturas: não há qualquer forma de ação “emergencial” para além dos artifícios internos à matriz fetichista da abstração real. A diferença histórica entre tais ajustes para com os mecanismos contratendências consiste no fato de que, no passado, houve postergação da inclinação imanente à desvalorização e a dessubstancialização. A história do desenvolvimento capitalista não permite que os mesmos truques funcionem duas vezes (a não ser como farsa<sup>24</sup>, como “representações” mobilizadoras da prática social). Isso é válido para o recurso que Kurz denomina como “expansão interna” do modo de produção capitalista, o qual conjugou a generalização da produção baseada na mais valia relativa com o consumo ampliado de massas, receita que instituiu certo padrão de cotidianidade capitalista.

No esquema revisado há *feedback* (equilíbrio momentâneo, provisório) dentro de relações de produção determinadas (as do capitalismo) entre produção e consumo, entre estruturas e superestruturas, entre conhecimento e ideologia. [...] os interesses de classe não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em sua globalidade durante o tempo em que ela funcionar. A *vida cotidiana* se define como lugar social desse *feedback*. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o *resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então. Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem (Lefebvre, 1991, p. 39).

Consideramos que a uberização está no bojo dos esforços de manutenção da cotidianidade capitalista urbana nos ameaçadores limiares de sua crise estrutural.

Antes, vale lembrar que a dilatação do consumo, por vezes apercebida como conquista subjetiva do trabalho, está associada à modulação histórica de compensação fordista<sup>25</sup>. Esse momento se reporta à dinâmica objetiva e negativa da reprodução ampliada (crítica, mas ainda não em estágio histórico decisivo no período fordista). O aumento do “poder de compra”, fenomenizado como consumo de massa, expressa o progressivo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, em “que, por meio do crescente emprego da maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias primas e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos” (Marx, 1988b, p. 155). A produtividade se amplifica com o aumento da composição orgânica, traduzindo-se na contradição de que produzir mais mercadorias significa produzir menos valor. Portanto, a ampliação do consumo constitui-se negativamente como necessidade crítica face à detração do valor. Enquanto “consumo de massas”, novos segmentos ou camadas sociais são incumbidos de absorver uma progressão monstruosa de mercadorias que, individualizadas, representam cada vez menos valor, a fim de contrabalancear a tendência de crise<sup>26</sup>.

Logo, a extensão do consumo se constitui enquanto negatividade perante o prisma analítico da crise imanente. Numa dinâmica processual contraditória entre a forma valor e seu conteúdo material, o consumo de massas remete aos expedientes expansivos que servem de contrapeso à redução do valor. Que significaria, então, sob a ótica dessa “contradição em processo”, a incapacidade de exacerbar o consumo social pela ampliação da mais-valia relativa<sup>27</sup>? Seja para integrar quem antes era marginal ao consumo de massas, seja para preservar precariamente os indivíduos integrados à cotidianidade capitalista, advém o “socorro” creditício, para onde se destinam as gigantescas inversões de capital. Consideramos que tal conjuntura expressa grave sinal de aprofundamento

crítico da reprodução fetichista, indicativa da tendência efetiva de dessubstancialização do capital.

Sem dúvida, o mecanismo do crédito enquanto adiantamento de dinheiro, capital etc., diz respeito a um recurso que remonta aos primórdios dessa forma social, objetivando que as metamorfoses do capital, produção e circulação de mercadorias, não sejam interrompidas. Entretanto, com o descolamento completo entre dinheiro e trabalho, característico da crise da modernização, a assistência do crédito não mais se posta como expediente de ordem e importância menores. Nesse nível, toda a expansão da forma social é velada pelo capital fictício: o dinheiro se “valoriza” sem a mediação da produção real e essa ficção acoberta a reprodução do capital. Isso se estende desde a cadeia de investimentos da produção real de mercadorias, que “em contínuo aumento, já não podem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucro” (Kurz, 2002), até às molas de impulsão da capacidade de consumo da sociedade baseadas na democratização do acesso ao crédito. Assim é que a falta de “poder de compra” emerge como problemática contemporânea, cujas mediações devem ser situadas na defasagem de mais valia produzida enquanto desdobramento interno da tendência à sobreprodução material desvalorizada.

Ademais, não basta considerar que as crises de realização se referem à paralisia do ciclo do capital (D – M – D’) na forma particular “capital-mercadoria”, quando “mercadorias invendáveis acumuladas obstruem o fluxo da circulação” (Marx, 1988a, p. 41). Para Kurz, o problema da incapacidade de realização do valor das mercadorias é forma fetichista de se apreender a crise, pois esse enquadramento distingue mal riqueza abstrata e conteúdo material. Como já adiantamos quando introduzimos o conceito de fantasmagoria, aí reside a relação negativa que determina a identidade entre sujeito e objeto. Pois, não é o caso de que se “teria ‘produzido’, por assim dizer, ‘demasiado valor’ sob a forma de corpos de mercadorias que só não poderia ser ‘realizado’ suficientemente



na forma do dinheiro”, (Kurz, 2014, p. 230). O primordial a se considerar é que essa massa material é produzida à revelia do processo real de valorização, portanto é produção monstruosa de uma coleção de mercadorias sem substância valor. A aparência de “crise de realização” corresponde mais ao fetichismo da materialidade que escamoteia o desvanecimento da abstração tempo de trabalho necessário social.

Um conceito de crise completamente diferente resulta quando nos concentramos na formulação marxiana do problema [...] que não parte da existência de uma contradição no âmbito da substância do valor como mero ‘problema de realização’, mas dessa contradição muito mais profunda e fundamental entre a riqueza material ou concreta, por um lado, e a substância do valor enquanto tal, por outro. A falta de procura como falta de poder de compra na forma dinheiro não é outra coisa senão o reverso de uma falta de substância do valor dos próprios produtos enquanto mercadorias, ou seja, de uma falta geral da produção do valor. Nesse caso, porém, também o papel do desenvolvimento das forças produtivas tem de ser concebido de um modo completamente diverso, a saber, como o movimento da própria contradição interna (Kurz, 2014, p. 234).

O problema da realização enquanto falta de poder de compra dá-se numa chave interpretativa de viés subjetivo e de dominação pessoal (Kurz, 2014), na qual o valor é definido somente em termos distributivos e não como forma de riqueza abstrata (Postone, 2014), metafísica que só se corporifica nos valores de uso como fetiche. Dentro da “matriz fetichista a priori”, contudo, o fetiche ganha objetividade real: o tratamento prático da crise de realização se efetua pela reabilitação ou capacitação do consumo de massa, que infla o “poder de compra” artificialmente, pela distribuição de crédito, o que é bem diferente e não possui qualquer correlação histórica com o mecanismo de compensação de “expansão interna” antes citado. Quando as bolhas estouram e a fonte infinita de crédito rareia<sup>28</sup>, surgem por suposto as “soluções criativas”. Ante a incapacidade generalizada de valorizar o valor, a economia de compartilhamento expressa a incapacidade de se consumir monstruosamente (e também de trabalhar), ou seja, de viver integrado à cotidianidade capitalista, a não ser

negativamente. Florescem novos ramos de serviços autonomizados que, ao se apresentarem maquilando o desastre, intentam instituir uma nova normalidade, que na verdade indicia a normalidade da crise.

Sob o véu ideológico do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade, a “falta de poder compra” enquanto dessubstancialização do capital logra ser superada através de um compartilhamento remunerado de mercadorias e serviços. A incapacidade de consumo monstruoso é debelada pela venda da “experiência de consumo da mercadoria” ao invés da própria mercadoria, ou ainda no pagamento de um serviço (carona, por exemplo) ao invés de compra da própria mercadoria (carro, por exemplo). Se unem tecnologia fina, desenvolvimento das forças produtivas que dispensa trabalho e assim mina a produção de valor, com a autonomização das “funções intermediárias”<sup>29</sup> (Mandel, 1982, p. 269), que se referem à dinâmica de corte de custos do capital em geral, porém de aparência positiva, oportunidades de investimento para o capital fictício excedente<sup>30</sup> (Kurz, 2002).

Somente sob o plano do individualismo metodológico, que toma o plano social do valor pelo viés restrito do capital individual, é possível conceber que o corte e a transferência de custos crescentes num contexto de crise, que se efetuam por intermédio desses serviços<sup>31</sup>, podem ser metamorfoseados em acumulação global de capital e reprodução positiva da valorização do valor. Essa concepção, que supõe a acumulação através da subtração da massa global de valor (custos), é partilhada tanto pelos entusiastas da economia de compartilhamento como por seus “críticos”, que denunciam a precarização dos serviços via aplicativo e através dela vislumbram uma renovação perversa do capitalismo, de fundo subjetivo<sup>32</sup>.

Ainda é necessário afirmar que as inovações “disruptivas” que as empresas de aplicativos pleiteiam para si procedem, exclusivamente, de inovações prévias adotadas pela indústria, que remontam aliás à automação e à dispensa estrutural do trabalho. Como esclarece Mandel, “longe de representar uma ‘sociedade pós-industrial’, o capitalismo tardio

constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez na história” (Mandel, 1984, p. 271). Aos poucos, a dispensa do trabalho nos serviços também torna-se uma realidade<sup>33</sup>. Todavia, neste item importa destacar que a ascensão e a autonomia desses setores econômicos específicos correspondem ao patamar que os custos internos da produção alcançaram, em especial, após a revolução microeletrônica. Sua ramificação em incontáveis atividades é proveniente do grau de racionalização atingido pela diversidade de procedimentos operativos, ampliando o terreno das funções de intermediação devido à dilatação das “despesas gerais” da reprodução (Kurz, 2002), o que confere às mesmas uma aparência de independência crescente da mais valia industrial (Mandel, 1982, p. 269). Veremos, adiante, que a racionalização do trabalho, quando reproduzida em condições de minoração da mais valia global, implica também o risco crescente de ser “triturado” no emprego sacrificial da força de trabalho.

### **3.2 Precarização das relações de trabalho e uberização como racionalização**

Além da “falta de poder de compra”, modo de apreensão imediata da defasagem entre as relações de produção vigentes e o desenvolvimento das forças produtivas no estado em vigor, outra forma de manifestação da crise estrutural da abstração real valor alude à “precarização” do trabalho. Embora no bojo da produção alicerçada pelo capital fictício sem valor, tal disfuncionalidade é tida muitas vezes como prova incontestada de uma acumulação de capital em seguimento, subsidiada mormente pela exploração do trabalho que, nesse critério, seria reatualizada especialmente pela intensificação do processo de trabalho nos termos da precarização racionalizada contemporânea. Para Abílio, Amorin e Grohmann (2021, p.

28), “o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais integra os dilemas contemporâneos sobre o mapeamento e reconhecimento da exploração do trabalho e de sua centralidade nas formas contemporâneas da acumulação capitalista”.

Neste tópico, pretendemos ressaltar algumas mediações que, através da referida contradição em processo entre abstração e matéria, impedem uma conclusão que identifique no trabalho precarizado ou, no caso em questão, uberizado, a salvaguarda para a crise sistêmica da forma capital. Portanto, nosso argumento é o de que a uberização não serve de esteio para uma valorização positiva do valor em termos globais da reprodução social, mas antes é forma de ser da crise do trabalho, expressão da crise dos relacionamentos categoriais internos à sociabilidade moderna. Isso, diga-se de passagem, é qualitativamente diverso da mera “associação dos trabalhadores uberizados, de baixas qualificação e remuneração, à descartabilidade social, como se a uberização pudesse ser simplesmente sinônimo de um novo tipo de gestão do desemprego” (Abílio, Amorin; Grohmann, 2021, p. 29). Tendo em vista que estamos interessados na crítica das categorias da Economia Política, e nos importa mais a crítica lógica e histórica à categoria trabalho do que a defesa da “centralidade da categoria trabalho”, a crise (e crítica) do trabalho não se postam como deduções imediatas a partir do fenômeno do desemprego ou da precarização visibilizados. Ao contrário, essas leituras advêm de mediações que consideram o volume de trabalho mobilizado (inclusive, aquele despendido nos serviços improdutivos e autonomizados, eleitos como novas frentes de valorização em detrimento do ângulo do capital global) e sua absoluta discrepância com a massa de dinheiro sem valor que compele a reprodução social como totalidade (da qual o trabalho precário é apenas *um* momento, cuja centralidade pode muito bem ser posta em questão, vide os outros momentos dissociados da reprodução). Desta feita, a ficcionalização não se reduz à certa desproporção quantitativa entre a produção real e a financeira, mas é a qualidade nova da “monstruosidade”

social, descolamento essencialmente diverso e que remete à já citada crise imanente e à identidade fetichista entre sujeito e objeto (forma de consciência e forma de manifestação material).

Anteriormente, discorreremos sobre a disparidade crescente entre capital fixo cientificizado e a massa de trabalho capaz de utilização rentável por unidade, contradição expressa no emprego cada vez maior de capital monetário para viabilizar a produção. Isso “significa simplesmente que o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação actual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos)” (Kurz, 2002). As promessas de trabalho futuro, que exigem empréstimos cada vez maiores provindo do sistema financeiro, se entrechocam com a capacidade progressivamente menor de mobilização de trabalho em acordo com a produtividade social, no plano do capital produtivo. Daí, se segue a dependência crescente do capital empresarial que rende juros. Num contexto de intensificação concorrencial, a saída comum é a externalização e terceirização dos custos da unidade empresarial individual.

O trabalho precário racionalizado se constitui no invólucro das promessas irrealizáveis de trabalho futuro, proferidas dentro do tempo presente de crise do trabalho. Como isso pode ser? Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas determina o mote contraditório da reprodução social e, enfim, converge até o ponto da dessubstancialização global, têm-se um desenrolar crítico que influi sobre as formas de ser do trabalho em dois níveis diferentes: a) a mobilização do trabalho<sup>34</sup>; e b) as relações de trabalho. Por um lado, a poupança de capital variável pelas unidades empresariais individuais, enquanto necessidade concorrencial objetiva, configura a dispensa de blocos cada vez mais significativos de trabalhadores por unidade produtiva. Mas, por outro, impõe tanto a mobilização de indivíduos para o cumprimento das “funções intermediárias” (Mandel, 1982, p. 269) no contexto de racionalização das despesas crescentes da reprodução crítica do valor, como a necessidade da

máxima exploração das parcelas (qualitativamente menores) de empregados absorvidos pelos capitais individuais. De modo irrefletido, atinente ao caráter “automático” da valorização, os maiores custos da reprodução, advindos do aumento da composição orgânica do capital global, tentam ser remediados às expensas dos trabalhadores superexplorados:

Desta perspectiva é necessário, sob pena de naufrágio na concorrência, mover cada vez mais material e produzir cada vez mais mercadorias recorrendo a cada vez menos força de trabalho (política de redução de custos da economia empresarial). É um facto que a força de trabalho a aplicar de acordo com o respectivo padrão produtivo tem de ser extorquida, aproveitada ao máximo e espremida da melhor maneira; mas o que conta para a economia empresarial não é, evidentemente, ter a maior quantidade possível dessa mão de obra, porque isso conduziria a uma produção de mais valor em termos absolutos, mas, pelo contrário, minimizar na medida do possível a força de trabalho própria aplicada. A redução sistemática da quantidade absoluta de trabalho operada pela economia empresarial, por um lado, e, ao mesmo tempo, o esforço por espremer o máximo de quantidade de trabalho relativa ainda a aplicar e sucessivamente minimizada, por outro, não constituem nenhuma contradição; pelo contrário, são duas faces da mesma moeda (Kurz, 2014, p. 236).

A “predominância da mais valia absoluta” pode ser compreendida, nesses termos, como disfuncionalidade crítica do modo de produção com base no valor, determinando as estratégias subjetivas de dominação e controle sobre o trabalho. A ascendência dessa nova condição para o exercício do trabalho reporta à crise da mais valia relativa como mecanismo compensatório da reprodução do valor (ainda que, como mencionado, mesmo o auge da reprodução pautada pela mais-valia relativa não significou, necessariamente, a extinção da forma de exploração “menos civilizada”). Não mais importa se o capital é capaz de extorquir cada vez mais tempo de trabalho, logrando transformar a quase totalidade do período de “dispêndio de músculos, nervos, cérebro” (MARX, 1988) individual em tempo excedente (relativa e absolutamente).

Com o recurso à “expansão interna” atravancado, a distensão da mais-valia enquanto tempo excedente individual torna-se tanto mais desimportante quanto mais se efetiva a poupança de capital variável no capital global. Afinal, são repelidas quantidades muito mais expressivas de trabalhadores do processo produtivo em proporção às porções integradas ao processo de valorização. Aqui, se revela novamente a contraposição entre o ponto de vista do capital individual e o plano do capital global, pois “o que está em causa – e isto é determinante – é a diminuição do valor e o aumento da mais-valia por elemento individual da força de trabalho, em média e no plano do valor (respeitante à totalidade da sociedade)” (Kurz, 2014, p. 254). A primazia da mais valia absoluta não significa, portanto, a restituição da acumulação pela precarização do trabalho. Trata-se da impossibilidade de regresso aos parâmetros históricos e temporários em que foi vigente, para certas parcelas sociais do centro capitalista, a generalização da mais-valia relativa que destravou o consumo de massa. É uma ilusão bastante comum de que a acumulação possa ser socorrida pela mobilização de uma gama crescente de superexplorados<sup>35</sup>. Somando-se a isso as promessas de trabalho futuro irrealizáveis que a assunção do capital fictício representa, além dos maiores custos de reprodução social, pode-se derivar daí o viés sacrificial do trabalho na crise, cabendo aos trabalhadores precários carregar o peso do mundo nas costas e compensar o decréscimo da mais valia global.

Com o regresso do domínio da mais-valia absoluta, o capital mostra a carantonha destapada da barbárie, fazendo desaparecer, assim, a aparência de potencial civilizatório. Mas, ao contrário do capitalismo da máquina a vapor, o capitalismo da microelectrónica já não consegue sugar suficiente força de trabalho nesta base. Quando é empregue cada vez menos força de trabalho, também de nada serve o mais brutal esgotamento desta – a massa de mais valia cai, apesar de tudo. No mercado das mercadorias isto manifesta-se como um problema de vendas. É certo que as mercadorias continuam a embaratecer, através do desenvolvimento das forças produtivas, mas, numa situação de domínio da mais valia absoluta, tal nunca será suficiente para conseguir chegar à plenitude do consumo de massas. Salários e transferências sociais (subsídios de desemprego e de doença, apoios sociais, pensões de reforma, etc.) caem, em termos relativos e absolutos, mais depressa do que as mercadorias embaratecem. Uma combinação de desemprego em massa e “pobreza empregada” não consegue trazer a acumulação do capital, mas o capitalismo já não é capaz de outra coisa (Kurz, 2005).

No mais, há que se deprender que o desenvolvimento das forças produtivas sociais é o que enseja a constituição histórica da mais-valia relativa enquanto determinação da subsunção real do trabalho<sup>36</sup>, ademais expressa também como crise imanente pela diminuição da quantidade de trabalho contida nas mercadorias e, em consequência, na diminuição do valor das mercadorias. A desvalorização é, assim, o evoluer da produtividade social, e enquanto crise imanente da acumulação, compreende também como seu momento o progressivo controle sobre o trabalho por intermédio da incrementação científica e racionalizada do processo produtivo. A menor incorporação global da força de trabalho, por andar *pari passu* com o desenvolvimento das forças produtivas, significa igualmente a acentuação dos processos de controle sobre o trabalho, seja por meio da incorporação de novas tecnologias, seja devido aos novos empreendimentos gerenciais que visam ampliar a racionalização sobre o processo (im)produtivo. Contudo, como a extração do tempo excedente no plano do valor está em proporção qualitativamente menor à massa de capital dessubstancializado, os avanços relativos à maior



fiscalização, monitoramento e intensificação do trabalho são irrisórios em termos de acumulação.

A uberização das relações de trabalho está inserida nessa problemática e é momento do processo crítico apresentado. Ainda que os aplicativos de serviços destaquem a maior racionalização do trabalho visando o controle e intensificação das atividades, eles não escapam da dupla determinação dos serviços anteriormente citada: por um lado, suas inovações reportam-se à extensão dos desenvolvimentos tecnológicos previamente desenvolvidos na indústria, pelos quais as unidades empresariais individuais visam a economia de trabalho vivo em prol da maior competitividade (Mandel, 1982); por outro lado, no contexto das crescentes despesas sistêmicas, sua dinâmica se atém à transferência de custos da reprodução crítica, expressos na falsa externalização por meio dos serviços e da terceirização (Kurz, 2002). Combinam, portanto, a dispensa da força de trabalho, a intensificação da atividade e a extensão das jornadas, determinando-se pela mais-valia absoluta e pela transferência dos custos para o polo do trabalho, que só criticamente pode arcar com os mesmos. A normalidade capitalista é falseada pela geração de postos de trabalho improdutivos, afinal o trabalho é aí “visibilizado” e a uberização faz parte do rol de soluções criativas emergenciais. O suposto trabalho “qualificado” se inclui nessa seara, as atividades de supervisão e regulação (Marx, 2011, p. 591) dos serviços externalizados da produção (os programadores, cientistas de dados etc.), aprofundando a dominação abstrata pela gestão racional do tempo esvaziado do trabalho abstrato.

Ademais, frisamos que além do equívoco que deriva a acumulação do capital em geral a partir do plano individualizado das empresas terceirizadas, é comum notar que a grande otimização das empresas de aplicativo, a saber, a larga transferência de custos ao trabalho, é um procedimento conceitualmente diverso de valorização do valor e acumulação de capital. Ainda que essas empresas se apresentem ao nível do mercado como mais competitivas, mais leves por se esgueirarem dos

custos relativos ao capital variável, o custo social da reprodução crítica não desaparece no plano global (Kurz, 1995). A transferência às expensas do trabalhador, ou melhor, o custo “compartilhado” com os uberizados, denota o déficit do processo de acumulação enquanto desvalorização geral, o contrário do que uma associação imediata entre superexploração e acumulação do capital costumeiramente supõe. Essa composição termina por explodir no plano fenomênico também como crise de realização. Cabe, portanto, pesquisa não somente dos capitais fictícios excedentes que sustêm essas empresas plataformas, mas da generalização e amplificação do crédito por meio das transferências de custos para o trabalho, que só pode ser arcada por meio do endividamento dos empresários de si mesmos. A cotidianidade, o trabalho e o consumo em tal fundo crítico, se constituem também como concretude e realidade do capital fictício (Pitta, 2019), que mobiliza para o trabalho e para o consumo.

#### **4. Urbanização crítica periférica e “subsunção real da viração”**

Por fim, nos resta abordar os sentidos contidos dos atuais serviços de plataforma no contexto da particularidade periférica brasileira. Partindo de uma compreensão crítica da indústria e do urbano periférico, pretendemos apontar como as condições de trabalho na periferia do sistema se determinam pela simultaneidade com o centro, revelando as mediações entre a metropolização periférica negativa e a reprodução global do capital geral como crise imanente e contradição em processo.

Para Alfredo e Silva (2011), a constituição da indústria nacional corresponde “à não constituição automática de sua categoria fundamental [o trabalho] no interior da sociedade brasileira”, dado o particularismo da acumulação na relação entre capital industrial e trabalho. Defronte ao fato de a industrialização nacional ter de se fazer estritamente urbana (Oliveira, 2003), como “centralidade do trabalho”, os autores indicam a negatividade

dos sentidos dessa urbanização e dessa centralidade do trabalho. O argumento é de que a indústria, como síntese da forma específica do processo de centralização do urbano, é momento de reprodução de uma realidade agrária proeminente e que, através das unidades industriais, adita sua capacidade produtiva. Os percalços desse estabelecimento industrial possuem por referência a não constituição de uma divisão social do trabalho enquanto momento da reprodução do trabalho. Oliveira se reporta a essa condição ao tratar do setor de serviços no urbano, citando a escassez “dos serviços propriamente urbanos, diferenciados e desligados da unidade fabril propriamente dita, as chamadas ‘economias externas’” (2003, p. 55). O que Alfredo e Silva (2011) verificam é o não estabelecimento de uma “revolução industrial” constituidora de “capital social”<sup>37</sup>, o que se manifesta no urbano e se desdobra nas dificuldades da reprodução ampliada interna como forma categorial negativa da modernização nacional. Face à impossibilidade da generalização propriamente urbana do trabalho produtor de valor, seu suporte se dá posteriormente, através de investimentos estrangeiros, dadas as incongruências da acumulação aquém do nível de produtividade e remuneração da reprodução mundial. Porém, tais desdobramentos críticos são representados de modo positivo, enquanto constituição da acumulação nacional, fetichismo como “momento de expansão interna da indústria que não estabeleceu a possibilidade de reposição de sua categoria fundamental, o próprio trabalho” (Alfredo; Silva, 2011, p. 175).

A “especificidade de uma centralidade do trabalho que se fez como sentido, mas não o pôs como efetividade movente da acumulação propriamente urbana” (Alfredo; Silva, 2011, p. 176), demonstra-se nos efeitos distintos do aumento na produtividade do trabalho. Ao invés da diminuição de tempo necessário implicar a detração do valor da força de trabalho que se conjuga à incorporação de novas mercadorias ao mínimo indispensável para vida (Mandel, 1984), esse processo se desenrola criticamente na periferia capitalista. O desvio gradativo dos capitais para o

uso de capital intensivo (poupador de trabalho), contraposto à preponderância da produção baseada em trabalho intensivo, reforça a tendência secular de crescimento do exército industrial de reserva, posto que o ritmo de expansão dos novos estabelecimentos industriais mostrou-se muito inferior ao crescimento da superpopulação relativa, sendo absolutamente incapaz de acompanhar o despejo relativo da força de trabalho, como forma de ser negativa da realização das categorias capitalistas. Resulta “uma relação de forças desfavorável no mercado de trabalho, devido a um exército industrial de reserva cada vez maior” (Mandel, 1984, p. 45), sujeitando volumosos contingentes à marginalidade do processo produtivo. Fundando-se em taxas altas de exploração e poupando mão de obra, a indústria nacional deixa à margem do setor produtivo um contingente que só sobrevive mediante surgimento de uma economia tida como informal. Daí, a “proliferação de um trabalho tarefeiro, sem qualificação” que se contrapõe a emergência do trabalho produtivo que incorpora uma minoria do montante total de trabalho disponível (Damiani, 2004, p. 29), correspondente à unidade contraditória na qual o informal faz-se como regra e o formal como exceção (Maricato, 1996).

Nesse sentido, discordamos da interpretação de Abílio acerca das atividades uberizadas se constituírem como “subsunção real da viração”<sup>38</sup> pelo capital (2017), uma vez que tal interpretação desconsidera a simultaneidade lógica referente às imbricações processuais gerais da contradição. Na proposição de “subsunção real da viração” enquanto “novo estágio da exploração do trabalho” (Abílio, 2017), a viração, que nada mais é do que a forma de ser negativa (periférica) do trabalho subsumido realmente, se dá como exterioridade da reprodução, como solo extrínseco a ser subsumido pelo grande capital. Contudo, como imposição histórica da forma social capital, a “subsunção formal” que precede a “subsunção real”, se dá, em Marx, sobre “*formas sociais preexistentes*”, ou seja, em “configuração baseada em diversos processos de produção

anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma” (MARX, 1985, p. 75). Desde quando as estratégias de sobrevivência e a “viração” poderiam remeter a “processos de trabalho tradicionais”, subsumidos apenas formalmente ao capital, como o trabalho artesanal ou a agricultura camponesa? Vale, mais uma vez, menção a Oliveira, ao explicitar que “ao contrário do modelo ‘clássico’, que necessitava absorver sua ‘periferia’ de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua ‘periferia’; neste ponto, o tipo de inserção da economia do país no conjunto da divisão internacional do trabalho do mundo capitalista é decisivo” (2003, p. 66).

De outro modo, a consideração dialética acerca da urbanização crítica desvela o estabelecimento do trabalho na periferia como sentido que, inversamente, se realiza no trabalho como pura negatividade, sem chegar a se constituir em “sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito” (Damiani, 2004, p. 28). A viração, o trabalho informal, a precariedade, a superexploração etc. foram e são, tão somente, a efetividade da subsunção real, a não absorção da força de trabalho disponível e a sobrevivência frente à violência dos termos postos por essa mesma efetivação. Portanto, ainda que possa existir alguma pertinência em transferir à periferia o título de nova centralidade, salientamos o viés essencialmente negativo, como produto histórico de uma contradição em processo, mas que também já se manifestava como crise imanente ao ser o periférico da centralidade, o negativo da acumulação. A periferia não é vanguarda de inovações perversas instituidoras de um renovado modo de produção capitalista, mas o prenúncio da crise. Esta, aliás, é a tese final de Kurz em *O Colapso da Modernização*, quando comenta que “a lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do

próprio Ocidente” (1992, p. 204, grifo nosso). A uberização, nesse enquadramento, se compreende por meio do desgaste da própria contradição “centro periferia”.

Em verdade, põe-se a questão da possibilidade de esta relação centro periferia se estabelecer em sua dimensão também crítica, já que seu fundamento – o trabalho – se faz como tal, isto é, como crise. Se a “periferia” é o local de máxima expressão da crise geral do trabalho na sociedade capitalista atual, como pensar a partir disso uma centralidade específica determinada pelo trabalho? (Alfredo; Silva, 2011, p. 184).

#### **4. Considerações finais**

Nossa apresentação tencionou demonstrar como os atuais processos de racionalização que se estendem sobre o trabalho precário, como controle e gestão das relações de trabalho, podem ser interpretados como historicamente determinados pela crise fundamental do modo de produção baseado no valor.

Não se deve, contudo, ignorar toda a gravidade crítica que os sentidos negativos e contraditórios do aprofundamento da racionalização contêm enquanto contradição em processo, na medida em que indicam algo além da ultrapassagem da determinação pelo momento de não-trabalho, realizada como integração negativa pelo consumo (cuja aparência positiva e o fundamento negativo emergem de modo diverso no centro e na periferia). O que se depreende, ademais, na observação do cotidiano uberizado e precário é a absolutização da racionalização enquanto reforço do fetichismo social, da estrutura de reificação, de par com a reprodução ampliada em sua “ficção real” (Kurz apud Pitta, 2019). A dessubstancialização do trabalho se expressa como reforço da relação formal.

Trata-se de um absurdo: a sociedade, nunca como agora, que o trabalho se tornou supérfluo, se apresentou tanto como uma sociedade organizada em torno do trabalho. Precisamente no momento em que está a morrer, o trabalho revela-se uma potência totalitária que não tolera nenhum outro deus junto de si. Dentro da vida psíquica, dentro dos poros do dia a dia, o trabalho determina o pensamento e os comportamentos (KURZ, 1999).

Nesses termos, a reprodução crítica do valor é a reprodução do que Kurz denomina “matriz a priori fetichista” (2007), que se expressa criticamente em “mudanças no plano subjetivo, na forma de identidades compulsivas flexíveis, inapelavelmente exigidas pelo turbocapitalismo” (Scholz, 2016), frente à desagregação da modernidade enquanto superfluidade, corrosão de uma totalidade relacional de fundo contraditório e que também inclui seus momentos dissociados.

A SUPERFLUIDADE objectiva é a verdadeira categoria, a que é decisiva, não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o subjectivamente verdadeiro, com a manutenção de uma actividade profissional seja de que tipo for, que deve ser mantida incondicionalmente, nem que seja na forma de um pós-moderno empresariado de si mesmo, tendo por fundo uma sociedade do trabalho concebida como ontológica. O medo de tornar-se supérfluo é tão grande que apenas consegue identificar-se a si mesmo teoricamente como o tornar-se precário, sendo assim tabu o chegar ao fim absoluto da sociedade do trabalho; este é o horror puro e simples para o precário, que se vê obrigado a posicionar-se no interior de relações em decadência para se poder manter a si mesmo como ser que se esforça ao máximo. Tudo isto tem de ser entendido no quadro de uma crítica geral da dissociação-valor, como crítica que a si mesma se afirma e simultaneamente se restringe (Scholz, 2016).

Defere-se que o surgimento dessa tipologia de serviços corresponde à crise da relação social trabalho como base da produção de valor, jamais de sua atualização a partir de nova fronteira para a extração de mais valia. A superfluidade, como fundamento que se expressa subjetivamente enquanto precarização (Scholz, 2016), dissimula a precariedade da reprodução do próprio capital que se repõe aprofundando os processos de

racionalização. Por isso, a leitura positiva dessas atividades, deslocada do contexto histórico específico de crise estrutural, com base na conjugação entre aprimoramento do controle sobre o trabalho e precariedade, ignora outros momentos analíticos para além da exploração do trabalho, os quais permitiriam acessar sua negatividade crítica. Se incorre no encaixe anacrônico da “aparência” fenomênica do trabalho precário racionalizado tornado, imediatamente, metonímia de sua atual “essência” crítica e, assim, a reprodução capitalista se restaura sem maiores impedimentos. Nesse quadro, se finda por harmonizar a contradição em processo enquanto negação simultânea de seus próprios fundamentos.

## Notas

1. O debate sobre a *uberização* é diverso e se espalha por vários campos de pesquisa. Em parte, isso se revela na indeterminação do conceito, dada a pluralidade das perspectivas que o aplicam. A ele, são contíguos termos como “Economia de Compartilhamento” ou “Gig Economy”, expressões que também detêm variações quanto às suas definições, mas que gravitam em torno de uma esfera comum de acontecimentos. Neste escrito nós nos reportaremos, de modo generalizado, às interpretações críticas que tencionam inferir os sentidos sócio-históricos contidos no fenômeno. Denota-se, sobretudo, a relevância e originalidade do artigo de Abílio (2017), “Uberização do Trabalho: Subsunção Real da Viração”.

2. Em levantamento realizado pela “99”, empresa e aplicativo de transporte individual, em São Paulo houve alta de 32% no consumo desses serviços entre os segmentos mais pobres (com faixa salarial até R\$2612), durante os meses de fevereiro e agosto de 2020. Já em 2021, em levantamento da mesma empresa, o aumento foi de 75% entre a mesma camada da população. Considerando que esses dados estão associados a uma menor utilização dos serviços de transporte por aplicativo pelos segmentos sociais mais ricos, uma conclusão possível para essa tendência é a necessidade de se deslocar durante o contexto de pandemia. Ao contrário dos setores médios e mais abastados da população, que tiveram oportunidade de “ficar em casa” e trabalhar via “home office”, trabalhadoras e trabalhadores optaram por esses serviços como estratégia para minimizar os riscos de contágio pelo vírus Sars-Cov 2, onerando e sobrecarregando ainda mais o polo do trabalho, mesmo que optemos por focar pelo momento do consumo ou da circulação como ida e volta ao trabalho. “Mais pobres aumentam uso de carros de aplicativos durante pandemia, 99 e Uber fazem promoções”. *Folha de São Paulo*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://avenidas.blogfolha.uol.com.br/2020/09/03/mais-pobres-aumentam-uso-de-carros-de-aplicativo-na-pandemia-e-99-e-uber-fazem-promocoes/>.



Acesso em: 13 fev. 2023. “Uso de transporte por app cresce 75% entre os mais pobres”. *Icarros*, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.icarros.com.br/noticias/geral/uso-de-transporte-por-app-em-sp-cresce-75-entre-mais-pobres/29048.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

3. Segundo declaração pública da empresa, o número de condutores no Brasil decuplicou em apenas um ano: entre outubro de 2016 a outubro de 2017, a quantidade de guias prestadores dos serviços incorporados pela Uber saltou de 50 mil para 500 mil. Em 2017, o número de condutores na cidade girava em torno de 50 mil, sobrepujando com sobras a quantidade de taxistas cadastrados à época. “Número de motoristas do Uber cresce dez vezes em um ano no Brasil”. *Folha de São Paulo*, 30 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931013-numero-de-motoristas-do-uber-cresce-dez-vezes-em-um-ano-no-brasil.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023. “Número de carros de apps supera o de táxis em SP, revela secretário de Dória”. *Folha de São Paulo*, 4 jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1855880-numero-de-carros-do-uber-supera-o-de-taxistas-em-sp-diz-secretario-de-doria.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

4. Para apurar esta definição: “Nas atuais pesquisas domiciliares do IBGE, as ocupações são apresentadas segundo a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) e as atividades, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar 2.0 (CNAE Domiciliar 2.0). [...] Dito isso, a ocupação dos motoristas e entregadores por aplicativos é classificada nas seguintes famílias, conforme o tipo de veículo que conduzem: 8322: condutores de automóveis, táxis e caminhonetes; 8321: condutores de motocicletas; e 9331: condutores de veículos acionados a pedal ou a braços. Quanto à atividade principal do empreendimento, os motoristas e entregadores por conta própria são classificados nas seguintes classes: 49030: transportes rodoviários de passageiros; 49040: transportes rodoviários de carga; e 53002: atividades de malote e de entrega” (IPEA, 2021, p. 4, 5).

5. Exploraremos a seguir o caráter contraditório da indispensabilidade. Vale mencionar que um mês após as recomendações de isolamento social, um único aplicativo de entregas recebeu quase 90 mil inscrições para a participação, ao passo que a demanda pela entrega aumentou cinco vezes mais. “Candidatos a entregador mais que dobram após isolamento causado pelo coronavírus”. *G1*, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/01/candidatos-a-entregador-de-aplicativo-mais-que-dobram-apos-isolamento-causado-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

6. Sobre a ilusão e a desilusão com a “Economia de Compartilhamento”, ver Slee (2017); Scholz (2016); Morozov (2019).

7. Em outras palavras, na “oposição entre o aumento da produtividade material, por um lado, e a objectualidade do valor abstracto, por outro: a massa crescente de produtos concretos é cada vez mais difícil de representar como substância do valor e de converter em dinheiro, mas este último é a única coisa que está em causa no capitalismo” (Kurz, 2014. p. 225).

8. Estipulada no início do período de isolamento, de acordo com Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020: “São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm)>. Em 2022, após paulatina abertura, o decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.077.
9. “Na crise, Uber vira opção ao desemprego”. *Estadão*. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas-ubereconomia/mobilidade-1.php>. Acesso em: 13 fev. 2023. <<https://infograficos.estadao.com.br/public/focas-ubereconomia/>>. “Desemprego alto faz até profissional com faculdade virar Uber”. *UOL*, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/> <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/>>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Com a alta do desemprego trabalhar com Uber é aposta do momento”. *Digitais*, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://digitaispuccampinas.wordpress.com/2016/08/30/campineiros-apostam-na-oportunidade-de-trabalhar-com-uber-em-funcao-do-desemprego/>. Acesso em 13 fev. 2023. <<https://digitais.net.br/2016/08/com-a-alta-do-desemprego-trabalhar-com-uber-e-aposta-do-momento>>.
10. Sobre o âmbito da subjetividade sacrificial, Kurz tece o seguinte comentário: “Acrecece que a democratização da crise exige o estatuto de sacrifício interiorizado do sujeito moderno, que nele toma consciência de si próprio; e o auto-abandono voluntário em nome do fetiche do capital, por falta de capacidade de sacrifício de energia vital e de trabalho, constitui a derradeira glória do autocontrole capitalista e da sua loucura de exequibilidade” (2014, p. 372).
11. “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário” (Marx, 2011, p. 588).
12. Scholz, não obstante partilhar da concepção de um “processo de decomposição do trabalho abstrato”, põe em relevo a necessidade de se considerar as “diferenças sociais reais” para que a crítica não incorra em um ponto de vista reduzido e abstrato, típico das classes médias. O menosprezo às hierarquizações e posições sociais dão mostras de uma teoria que parte da individualidade abstrata e universal, desconsiderando os contextos particulares concretos dos grupos sociais que vivem a precariedade de modo absolutamente diverso, objetiva e subjetivamente. O apagamento desses rastros e o descomprometimento com as definições das diferenças se constitui, para a autora, inclusive como uma espécie de ato de autocompaixão das classes médias para consigo mesmas, na medida em que o nivelamento abstrato das diferenças encobriria sorrateiramente determinados “interesses concorrenciais inconfessáveis”, num contexto de deterioração de sua posição social. Assim, com base na ideia de humanidade abstrata,

“em geral”, pela forma do valor e do direito, esses segmentos se justificam concorrencialmente ao se igualarem a indivíduos que, embora submetidos à dominação impessoal do capital e abrangidos pela relação de fetiche, vivenciam a “coação muda” da concorrência individualizada na crise de maneira bem mais brutal (2008).

13. Quanto às mediações entre o pensamento e o real, concedemos abertura para a indeterminação. Assim, de um lado, discute Damiani. “Não coincidem, exatamente, o real e o pensamento, isto é, o que existe não é, imediatamente e sem mediações, definido como pensamento. [...] Entre o real concreto e o real pensado existe um movimento, por si só, extremamente complexo. Contudo, no limite último, a afirmação de que não há conhecimento estritamente abstrato, explicado como uma substância transcendental, transcendente ao real concreto, é uma premissa da compreensão do conhecimento, segundo uma concepção materialista da história” (2008, p. 42). Com outra posição, argumenta Alfredo: “A admissão, no entanto, da coisa-em-si - o mundo dos objetos, no caso em questão - como algo existente independente da forma pela qual se faz o pensamento, efetiva uma falsa independência da relação sujeito e objeto que não permite apreciar a forma de pensar como algo que conforma, de modo fetichista, aquilo que se põe como objeto mesmo do pensamento. Daí o fetiche aparecer como explanação e não como o que deve ser desvelado enquanto tal. É, aliás, justamente aí que se dá o racionalismo dogmático desta forma de ser de um pensamento que, ao eleger esta materialidade física do real como o seu objeto, distinguindo estruturalmente a lógica do objeto da lógica do pensamento, não revela a sua própria condição abstracionista de ser. Abstracionista porque abstraiu a relação sujeito objeto e tornou o objeto material uma pura abstração, mas como tal abstração se faz como materialidade, não se colocando esta como forma de pensar, ilude-se o abstracionismo como pensamento materialista” (2010, p. 16).

14. “Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal” (Marx, 2011, p. 59).

15. “Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico” (Marx, 2011).

16. Mormente quando Kurz identifica a inflexão significativa entre a exposição lógica e a constituição histórica das categorias da forma social capital. Para ele, há momentos da explanação em que Marx recai no individualismo metodológico, como na investigação inicial da forma mercadoria, cujo desdobramento parece pressupor uma identidade (fetichista) entre a abstração trabalho e a objetualidade da mercadoria, como cristalização ideal de um hipotético valor individual (2014).

17. No entanto, qualquer idealidade que deduza a história real por meio da lógica de “reprodução simples” pauta-se por uma retroprojeção ontológica das categorias basilares da forma social capital. Logo, importa ter em mente que mesmo a forma elementar da mercadoria se predetermina pelo apriorismo transcendental da valorização do valor, então inaugurado pela objectualidade do dinheiro emergida historicamente como “mercadoria-rainha” primordial (KURZ, 2014). De qualquer modo, nossa exposição teórica a partir da análise da forma mercadoria não se esquivava do acréscimo de momentos típicos ao movimento do “capital” e sua dinâmica autorreferente, o que evidencia a impossibilidade de isolamento ideal das determinações que constituem o âmbito concreto do real histórico.

18. Visando apurar o conceito de forma, Marx disserta: “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta” (Marx, 2011, p. 59). Podemos, contudo, inserir alguns adendos à metáfora de uma “iluminação universal”, tendo em consideração os pontos cegos que compõem a totalidade em que repousa essa luz determinante. Indicando o pressuposto não idêntico daquilo que se constitui como “dissociado”, Scholz argumenta que a relação de dissociação, como “sem-forma”, se efetiva enquanto pressuposto co-constituente da forma social em processo. Para ficar na imagem utilizada por Marx, o dissociado não seria uma “cor imersa” em dada iluminação que modificaria sua particularidade, ao contrário, o estudo e a pesquisa do dissociado remetem à importância de qualificação das particularidades que não estariam submetidas a uma dada lógica (do valor), não obstante circunscrita pelo mesmo processo histórico e em mediação dialética com a forma enquanto sem-forma obscurecida (Scholz, 2016).

19. Em Alfredo, a “não trocabilidade como forma antitética e identitária da trocabilidade” remete à simultaneidade crítica das formas mercadoria e capital (2010, p. 41). A crise da valorização do valor revela-se na não efetividade dos tempos individuais que compõem a média do “tempo social”. Logo, valorização e desvalorização são postas como simultaneidades espaciais. Ainda que a bancarrota faça parte da normalidade do “dia a dia burguês” (Kurz, 2014), trata-se de melhor explorar conceitualmente a imanência crítica desse dia a dia, haja vista seu potencial de violência e destruição, tido como mera normalidade cotidiana.

20. O método de cobrança do transporte de passageiros baseia-se num sistema conhecido como “preços dinâmicos”, espécie de multiplicador de tarifas baseado em algoritmos que estruturam os preços com base na relação “oferta e demanda”. Essa última, por sua vez, pode se alterar de acordo com algumas variáveis: horários de pico, chuvas e alagamentos, eventos de grande porte, greves no transporte público etc. De fato, os motoristas não possuem qualquer tipo de controle ou ciência sobre o modo pelo qual esses preços são internamente engendrados e impostos a motoristas e passageiros. De outro lado, porém, há fatores para além do universo restrito dos aplicativos que influem e determinam os preços das corridas, como é possível observar na escalada crescente dos preços ofertados

por esses serviços de transporte. A alta nos preços dos combustíveis e os preços cada vez mais caros das corridas por aplicativos, além de mostrarem a fragilidade desse simulacro construído pelos “preços dinâmicos”, também põem em questão o poder dessas empresas em assegurar a manutenção de preços competitivos através de práticas de *dumping*. “Onda de cancelamento e alta no preço: o que será dos apps de transporte?”. *UOL*, 18 set. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/10/18/uber-pos-pandemia.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Descontentes com apps, passageiros optam por táxi em São Paulo”. *Folha de São Paulo*, 3 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/descontentes-com-apps-passageiros-optam-por-taxi-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

21. Sobre as relações entre tempo de rotação do capital fixo e prolongamento da jornada de trabalho, comenta Ribeiro: “A necessidade histórica de continuidade de extração de mais-valia absoluta está relacionada à constituição da mais-valia relativa, à inserção de maquinaria enquanto força produtiva. A maquinaria, ao mesmo tempo que aumenta a mais valia relativa, tem necessidade de aumentar a extração de mais-valia absoluta, explorando extensivamente a força de trabalho para pagar a máquina e compensá-la de seu desgaste físico e moral posto pela concorrência e constante desenvolvimento de nova maquinaria, como forças produtivas. Portanto quanto mais se explora a força de trabalho e aumenta a jornada de trabalho, mais rápido a máquina se paga” (2015, p. 172).

22. Aí se rompe a unidade imediata entre a produção material e a substância social valor, como contradição entre abstração e matéria. É nesse preconceito que reside o juízo comum de que o aumento da produção mercantil *sempre* represente mais produção de valor. Tal credulidade é pautada pelo que Pitta denomina “fetichismo de materialidade” (2020), embora para nós todo o fetichismo repousa na dialética negativa entre materialidade aparente e abstração essencial.

23. “Em outras palavras: para que o componente variável do capital global não só permaneça o mesmo de modo absoluto, mas cresça absolutamente embora sua percentagem enquanto parte do capital global caia, o capital global tem de crescer em proporção maior do que aquele em que cai a percentagem do capital variável” (Marx, 1988b, p. 161).

24. Pensar que a história se repete como “farsa” significa, ademais, que a história não se repete. As manifestações fenomênicas que aparentam ser as mesmas remetem, em realidade, a conteúdos situados em ordens contextuais diversas. São, portanto, apenas representações.

25. De fato, o fordismo exprime o movimento contratendencial de aumento da massa de mais valia em conjunto com o aumento da massa de lucro, através do maior emprego absoluto da força de trabalho. Isso se deu devido à expansão produtiva gerar uma massa adicional de valor mais rapidamente do que sua queda relativa, derivada do aumento da composição orgânica e da repulsa de capital variável, compensando esses últimos fatores ao distender as possibilidades de investimento no mercado. Porém, Kurz assinala que o próprio “apogeu” da história capitalista portava consigo sua própria delimitação como período histórico circunscrito (Kurz, 1995). Desse modo, argumenta que os contingentes colossais de trabalhadores mobilizados para o trabalho e consumo fordistas se deram em

concomitância com uma dependência maior do investimento fora da produção real de valor, no qual aplicações expressivas de capital ocioso convergiam para esferas improdutivas que, desde o início, alicerçaram seu decurso, como a infraestrutura, serviços, créditos etc.

26. Na sociedade da Grande Indústria, quanto maior a proporção de capital fixo maior é a necessidade de matérias primas que transmitam esse valor do capital fixo em mercadorias que, por seu turno, lhe retornarão o valor investido. Para Alfredo, “diante desta exacerbação quantitativa, a sociedade capitalista deixa de se determinar pela produção para se produzir pelo consumo” (2010, p. 45). A reprodução dependente do consumo exacerbado decorre devido à demora em rotar o capital fixo. Isso agrava-se ainda mais com o constante incremento de capital fixo, proveniente do aumento da composição orgânica. “O fato é que, com os investimentos postos no desenvolvimento das forças produtivas a contradição entre capital fixo e circulante (fluido) desencadeia a necessidade de a sociedade como um todo se pôr como excessivamente consumidora, pois, a redução relativa da massa de mais valia produzida carece passar o valor do capital fixo num volume cada vez maior de produção de mercadorias, forma única, mas impossível, de o capital valorizar o valor posto como máquinas e bens de produção (capital fixo)” (Alfredo, 2010, p. 45).

27. Vale aqui menção à pesquisa de Ribeiro (2015) sobre a expansão e abertura de formas de crédito aos segmentos sociais classificados como “pobres” da população brasileira. “Vai crédito hoje?": do “curto circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo”.

28. Para a compreensão do estouro das bolhas tanto nos países centrais, como na particularidade brasileira, e a progressão monstruosa de produção e consumo que repousam sobre a extensão do capital fictício, processo em que criação de dinheiro “sem valor” exige o momento da corporeidade das mercadorias, ver Pitta em “O Crescimento e a Crise da Economia Brasileira no século XXI como Crise da Sociedade do Trabalho”, 2020.

29. “Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas” (Mandel, 1982, p. 269, 270).

30. “A terceirização no sentido referido até aqui transforma, portanto, ao que parece, trabalho improdutivo em trabalho produtivo, através da simples autonomização formal em empresa própria. Mas as coisas são diferentes no plano do *capital conjunto*, que como é óbvio não aparece imediatamente no cálculo dos chamados sujeitos econômicos, mas que pode todavia ser reconstruído teórica e analiticamente. Em primeiro lugar, é preciso dizer que as ‘despesas gerais’ improdutivas reaparecem no plano do capital conjunto, ou seja, as externalizações operadas pelas empresas singulares e os reagrupamentos no interior da reprodução conjunta reaparecem nos cálculos. As ‘despesas gerais’ improdutivas podem ser reduzidas, pelos motivos indicados, externalizando-as em empresas autônomas, mas, no plano do conjunto da sociedade, elas são sempre uma subtração da mais-valia conjunta. A representação dos ‘custos’ (da empresa que cria

mais-valia) como ‘ganhos’ (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto”. (Kurz, 2002).

31. Para Mandel, a expansão do setor de serviços é, na melhor das hipóteses, um “mal menor”. “É preferível à existência de capitais excedentes ociosos, mas continua sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e que indiretamente só contribui muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital” (1982, p. 284). E, mais à frente, salienta que a expansão dos serviços, “possibilitada pelo progresso da ciência e da tecnologia, está confinada dentro de limites que são tão estreitos quanto aqueles impostos pela expansão da automação. Em certo ponto do desenvolvimento, ambos destruiriam todo o processo de valorização do capital, e, com ele, o modo de produção capitalista” (1982, p. 285).

32. É curioso que, sob o ponto de vista do individualismo metodológico, tais análises desconsiderem as crescentes dificuldades desses capitais individuais “amontoados em capitais de riscos” (Slee, 2017) em obter lucros, afora toda a exploração, racionalização e transferência de custos. No caso, o grande exemplo é a empresa Uber, que há anos apresenta com bastante embaraço resultados pífios aos seus investidores.

33. “Uber compra US\$ 1 bilhão em carros que vão dirigir sem motorista”. *Tecnoblog*, 22 nov. 2017. Disponível em: <https://tecnoblog.net/228386/uber-um-bilhao-carros-autonomos/>. Acesso em: 16 fev. 2023. “iFood vai testar entregas com drones no Brasil”. *Tecmundo*, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/08/ifood-vai-testar-entregas-com-drones-no-brasil-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2023.

34. A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida como a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (Gaudemar, 1977, p. 190).

35. Discordamos de Fontes quando, ao contrário, argumenta que a deterioração do emprego como forma jurídica do trabalho demonstra sua transformação “em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem a mediação contratual e desprovido de direitos” (Fontes, 2017, p. 55), o que deve se traduzir em novas estratégias de se extrair e capturar o valor através de novas tipologias de expropriações. Para nós, a mais-valia abduzida não é mais suficiente para repor os custos sociais da reprodução em acordo com as necessidades de crescimento do capital global, o que só pode ser atendido através do recurso ao capital fictício.

36. “A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais valia relativa, ao contrário da absoluta” (MARX, 1985, p. 104).

37. Para Marx o capital social implica não somente a constituição dos dois departamentos da economia (produtor de máquinas (I) e produtor de bens de consumo (II)), como, a partir disso, o entrelaçamento dos diversos ramos produtivos, a efetivar o capital global (Alfredo; Silva, 2011, p. 172).

38. Abílio referencia Vera Telles ao abordar a viração como constitutiva da vida e sobrevivência dos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento: “O viver por um fio das periferias brasileiras significa um constante agarrar-se às oportunidades, que em termos técnicos se traduz na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no

trânsito permanente entre trabalho formal e informal [...], na combinação de bicos, programas sociais, atividades ilícitas e empregos” (Abílio, 2017).

## Referências

- ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do Trabalho: Subsunção Real da Viração. **Passa Palavra**, 2017. Disponível em <<http://passapalavra.info/2017/02/110685/>>.
- ABILIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p.37-62, jan-jun. 2010.
- ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana Cristina Mota. Modernização e Contradições Espaço-Temporais. Centralidades e Periferias na Metrópole de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 91, p. 159 – 188, 2011.
- DAMIANI, Amélia. **Espaço e Geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo**. Tese de Livre Docência, São Paulo, 2008.
- DAMIANI, Amélia. Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org). **Representações e crise da Metrópole**. Vol 1. São Paulo, Contexto, 2004, p.19-58.
- FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45–67, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220/177>. Acesso em: 24 set. 2018.
- GAUDEMAR, Jean Paul de., **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**, Lisboa, Estampa, 1977.
- GRESPLAN, Jorge. **O Negativo do Capital**. 2a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GROSSMANN, Henryk. **La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista**. México: Siglo XXI, 1979.
- Grupo Krisis. **Manifesto contra o trabalho**. Disponível em: <<https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>>
- KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**. Revista exit!, 2002. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>.
- KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. In: \_\_\_\_\_. Com todo vapor ao colapso. Rio de Janeiro: Pazulin, 2004, p. 11-41. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz91.htm>>.
- KURZ, Robert. **Mais valia absoluta**. Revista exit!, 2005. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz190.htm>>.



KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas.** Revista exit!, 2007. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo, Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. **Sobreprodução.** Revista exit!, 2009. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz351.htm>>.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor.** Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Lisboa. Ulisseia, 1991.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** Tradução de Rodney Nascimento - São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo.** Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 141p.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. I Tomo 1. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. II Tomo 2. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. IV Tomo 1. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios.** São Paulo: Consequência, 2019

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitórrinco.** São Paulo, Boitempo, 2003.

PITTA, Fábio. **O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação.** Em: Revista Sinal de Menos, n. 14, vol. 1, 2020. Disponível em: <https://sinaldemenos.org/2020/05/18/sinal-de-menos-14-vol-1/> .

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Ana Sílvia Maris Ribeiro. **Vai crédito hoje: do curto circuito ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo.** São Paulo, 2015.

SCHOLZ, Roswitha. **Cristovão Colombo Forever.** Revista exit!, 2016. Disponível em <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz24.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm)>.

SLEE, Tom. **Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado.** São Paulo: Elefante, 2017.

### **Seção III- Educação no invólucro da reprodução fictícia**



# As reformas na educação e o velho caráter Ilusório no trabalho

*Fábio Soares Amaral*

## **Introdução**

Reconhece-se a profundidade e complexidade nos estudos e discussões sobre educação, sabe-se que ela é uma das atividades mais elementares e mais necessárias da sociedade. Os novos que chegam pelo nascimento nada sabem sobre as aparências desse paradisíaco mundo, e é através do contato com o outro que começam a interpretar os fenômenos que os cercam. Assim, mesmo sem a determinação dos sujeitos, é nas relações sociais, através de um movimento contínuo, que formamos nossa consciência. Seria muita pretensão querer dar conta de uma análise que tenha como objeto a plenitude dessas relações e admitimos que uma interpretação sobre a educação, o valor e a escola é sempre um dos muitos polêmicos e complexos olhares. Mesmo diante da complexidade a ênfase de nossa análise está na constituição da escola pública e seus desdobramentos dentro do invólucro da divisão social do trabalho.

Procuramos, através de uma análise crítica sobre a educação, sobretudo sua institucionalidade – a escola –, destacar como essa participa de maneira significativa na modernização, exercendo papel relevante na formação da consciência fetichista dos indivíduos, corroborando sobremaneira na constituição, expansão e permanente modernização de relações atreladas à realização do valor, sendo essa, a forma central de mediação do ser social. Em muitos de seus aspectos, a educação é inserida no invólucro da relação capital trabalho, em que, na divisão social do trabalho, a ela se vinculam os nexos da formação da consciência, exercendo um papel relevante na socialização negativa do valor,

submetendo corações e mentes à sociedade das mercadorias. Contudo é contraditória porque a reflexão sobre o real pode ser momento de superação, ao mesmo tempo.

Nossa investigação se orienta pela crítica do valor. Ainda que mal quista sob muitos aspectos, a negatividade do trabalho se constitui em categoria social, ou seja, não é supra-histórica. Não obstante, considere-se a coerção muda e cega dos processos sob a forma mercantil, tornando o sujeito da consciência efetivo, no entanto, negativamente. Realçamos também, como a escola do capitalismo participa de maneira significativa na modernização, ampliando seus limites de atuação de acordo com as exigências desse tipo de sociabilidade, dessa maneira se aferra à reprodução das categorias dessa totalidade social.

A impulsão da escolarização, durante o século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e até a década de 1970, estabelecia-se certa relação afirmativa entre educação, emprego, salário e consumo de mercadorias. Entretanto, a partir da revolução da microeletrônica, essa relação afirmativa, socialmente, não se mantém, pois há dispensa de trabalho cada vez maior e o desemprego em massa se torna um problema permanente. À educação, sempre para o trabalho, coube o confronto entre o processo histórico e sua constitutiva pedagogia. Nas décadas de 1960 e 1970 temos o surgimento de conceitos como “capital humano<sup>1</sup>”, que vão permear em escala mundial os currículos, programas e propostas educacionais. A relação entre formação, qualificação profissional, trabalho, crescimento econômico tornam-se expressões fetichistas redobradas da crise insolúvel dessa sociedade que o segundo quartel do século XX trouxe como revolução.

Assim, nesse processo histórico mais recente do capitalismo, a escola constitui-se parte da forma neoliberal reunida ao capital financeiro, através de mecanismos globais e locais de sua mobilização. Dentre tais podemos lembrar: Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Fundo Econômico Mundial, grandes

corporações nacionais e internacionais, fundações, organizações não governamentais, organizações sociais, grande mídia, governos, parlamentares etc. Como observa-se na afirmação publicada pelo Banco Mundial, “Educação para todos voltada para a promoção de habilidades e conhecimentos: a estratégia educacional do Banco Mundial para 2020”<sup>2</sup>, em que o principal argumento sobre o desemprego persistentemente alto, sobretudo entre os jovens, se relaciona ao fracasso dos sistemas de ensino quanto à formação de novas gerações com competências para o mercado de trabalho. Nas políticas educacionais há uma atuação cada vez maior de grupos empresariais com o apoio do capital financeiro e industrial como financiador e apoiador direto, num movimento denominado “reforma empresarial da educação” (Freitas, 2018). A proposta pedagógica sugerida, assim, carece de acertos, não menos esfarrapados que os da economia, para sustentar a sua pretensa positividade para o trabalho.

Os textos elaborados por instituições tais como, OCDE, Banco Mundial, FEM etc. instigam os países a seguir currículos baseados na teoria do “capital humano”, ou seja, propõem difundir “conhecimento e as habilidades que permitem às pessoas produzir trabalho que cria valor econômico”. Isso aparece como “salvação da lavoura”, contudo há várias pesquisas, em diversos países, sobre os resultados da implementação de currículos, referenciados em tal teoria. Esses estudos evidenciam como as tentativas de uma mercantilização geral do conhecimento e aprendizagem acabaram por reforçar as desigualdades (Laval, 2004; Freitas 2018; Spring 2018; Ravich 2011). Porém as reformas educacionais com essa orientação se multiplicam em diversos países. No caso brasileiro, apresentaremos como isso vem se desdobrando a partir da nova Base Nacional Comum Curricular.

A noção de “capital humano” seria o individualismo em seu extremo, seu *jus sperniandi*, diante da lei da queda tendencial da taxa de lucro. A crise do mundo compete à capacidade individual, a culpa *in extremis* seria o resíduo psicológico. No lado oposto do mesmo, teríamos,

*in extremis*, a auto promoção. A pedagogia das competências transforma a escola num “empreendimento” e a educação em mercadoria e, como tal, integrada a seu fetichismo. O extremo da capacidade individual fundamenta a bem aventurança numa realidade crítica. Tudo é visto do ponto de vista da maior ou menor capacidade de ação individual em ser bem sucedido na realidade do *Capitalismo Tardio*, como denominou esse momento Mandel (1982). A desvalorização do valor conforma a consciência do valor, não mais como capacidade social, mas estritamente individual. Isso, então, fundamenta o fetichismo do “capital humano” como salvaguarda do *Colapso da Modernização*, como denominou Robert Kurz (1992) referindo-se a esse mesmo período em curso.

Por fim, refutamos a pecha que nos querem imputar, pois não se trata de catastrofismo, fatalismo e desmobilização; não é nossa intenção incutir no leitor um desânimo, nem tampouco um estado de paralisia, muito pelo contrário, queremos requisitar o melhor de suas energias. Se um novo mundo urge, esse não pode se constituir a partir de harmonicidades e/ou reposição das categorias daquilo que se pretende revolucionar. Reconhecemos que essa escola do capitalismo, mesmo numa aparência de homogeneidade e estabilidade, traz consigo graus de instabilidade, é essencialmente contraditória e por isso está sempre em movimento e transformação, o que abre possibilidades. Essas contradições complexas e profundas precisam aflorar, então façamos uma crítica radical como parte importante de nossas tarefas mesmo que isso signifique “matar algumas vacas sagradas”.

### **A negatividade do trabalho como categoria social**

Na maior parte da literatura sobre trabalho, tanto os autores ligados ao marxismo tradicional, quanto aqueles ligados ao liberalismo, compreendem essa categoria como princípio ontológico, como eterna necessidade de mediação do homem com a natureza, como Antunes

(2003), Paro (2013), Frigotto (1995). Negar a ontologia do trabalho é, sem dúvida, o ponto nevrálgico da crítica do valor, aqui almejada através da educação. No meio acadêmico, essa proposta não é bem acolhida e, muitas vezes, sem um amplo debate é presumidamente refutada. Nas poucas discussões que ocorrem, se torna um assunto incômodo que mexe com a fé escatológica dos representantes e guardiões do ser supremo, fértil, frutuoso e gerador de felicidade – **o trabalho**. Essa atividade é considerada por excelência protoforma do ser social e, segundo essa concepção, esse é o ponto central não só para o entendimento como também para a transformação da sociedade capitalista, pois a emancipação do trabalho em relação ao capital, libertará toda a humanidade e promoverá uma associação livre dos trabalhadores (Mészáros, 2018). Aqui, portanto, não se tem uma libertação *do* trabalho pela história revolucionária, mas *pelo* trabalho.

O que se põe em questão pelo processo histórico social, pela lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx, é a fé cega no trabalho enquanto elemento essencial na construção de um *Novos Ordo Seclorum*, numa sociedade justa e igualitária. Assim, apesar de desejarmos discorrer longamente sobre a boa aventura desses trabalhadores em suas jornadas, essa elucubração seria para nós impossível, pois, como pregado por algumas religiões, já comemos do fruto proibido e fomos expulsos do paraíso, isto é, impossibilitados pelo processo social de termos nossos postos de trabalho garantidos. Infelizmente, ao sair desse corolário, trazemos más novas, não há estrutura secreta de predestinação, nem certeza teleológica, ou mesmo ontológica. O que escapa da consciência sob o colapso é a categorização de outro mundo possível. Todavia, a reverência ao deus morto, o trabalho, prevalece sobre os sentidos de ruptura para com esse “sacramento”. Para uma crítica transcendente, do ponto de vista da consciência fetichizada na unidade entre indivíduo e bem aventura, seria necessário vislumbrar nova constelação categorial. Aqui tem-se a crítica no lugar da fé, contestando as concepções que colocam divinamente



o trabalho como centralidade para a compreensão e superação do moderno sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1997). Mas é recorrente encontrar autores que assumem uma posição de crítica ao capital, concebendo o trabalho em seu sentido ontológico e, por ser próprio do ser, possuir um princípio educativo capaz de promover a emancipação humana das amarras do capital.

No âmbito da educação, o trabalho, na perspectiva marxista de categoria ontológica e econômica central, constitui-se, ao mesmo tempo, em um dos eixos mais debatidos tanto para a crítica da perspectiva economicista, instrumentalista e moralizante de educação e qualificação, como na sinalização de que tipo de educação e de qualificação humana se articula às lutas e interesses das classes trabalhadoras. (Frigotto, 2010, p. 48)

Para além de fatalismo e imobilidade, há certa dimensão teórica do problema prático, que também o constitui e não poderia ser ignorada. Mesmo com admirável vontade revolucionária e otimismo contumaz, lograr vitória tendo como referência o trabalho é ilusão a se considerar do ponto de vista prático, pois seria reposição das categorias do moderno fomentando a já velha sociedade. Como sugere Kurz (2007): “O programa da crítica não pode ter como finalidade a distribuição justa do valor, mantendo sua forma irracional abstrata, mas sim sua abolição<sup>3</sup>”.

Para a crítica aqui pretendida, trabalho e valor são abstrações sociais, portanto, não são naturais e ou fisiológicos. Estes conformam o tempo social de trabalho – diferenciado dentro da história do capitalismo – como mediação da forma valor, do processo de troca e da submissão do trabalho ao capital. O valor tem como substância o tempo de trabalho abstrato, socialmente necessário. Contudo, a história do trabalho é a de seu declínio, determinado pela queda da taxa de lucro.

Na esfera da produção fornece-se medida de comparabilidade, não importando as características particulares do trabalho realizado por determinado trabalhador:

O trabalho simples aparece como momento necessário para a incorporação no e do tempo social médio de trabalho, põe-se como simultaneidade necessária e supressão do tempo. Deste modo, a forma equivalente põe em si a igualdade daquilo que não é. Ilusão que torna racional a irracionalidade de que algo qualitativamente distinto pudesse se colocar como igualdade na troca. (Alfredo, 2013).

Nessa leitura, a força de trabalho enquanto mercadoria deve comportar esse elemento abstrato do simultâneo como sua identidade, o que impossibilita mensurar os trabalhos realizados de maneira particular, sendo esse trabalho indiferenciado descrito por Marx como “gelatina de trabalho humano”, ou seja, de um modo negativo, “aquele em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas”.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (Marx, 1988 p.47).

O entendimento de boa parte dos teóricos marxistas transformou o conceito de trabalho humano, puramente negativo e crítico, numa definição positiva, reinterpretando-o como condição eterna da humanidade. Segundo essa concepção, foi por meio do trabalho que se operou um ir além da animalidade, possibilitando um salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. “O ser social é um ser que trabalha e só trabalhando o é”. (Antunes, 1999).

Porém, o intercâmbio que o homem estabelece com a natureza para reproduzir sua vida, num primeiro momento, não necessita e não é determinado por hierarquias estruturais de dominação e subordinação, e nesse sentido “o que chamamos de ‘trabalho’ é uma invenção da modernidade” (Gorz, 2003). “Nas condições pré-modernas, às vezes não havia sequer essa abstração universal, outras vezes ela era determinada negativamente de maneira diferente, ou seja, como atividade dos dependentes e subjugados, por exemplo, os escravos” (Grupo Krisis, 2003). O trabalho tem uma inscrição histórica, não é desde sempre para todo

sempre, falar de história é falar da transformação do trabalho dentro do capitalismo (Alfredo, 2016). É dentro dessa perspectiva teórica que faremos nossas considerações a respeito da relação entre trabalho e educação.

No capítulo dedicado à acumulação primitiva<sup>4</sup>, Marx expõe como a formação do trabalho abstrato enquanto categoria social teve sua gênese ligada a um processo de violência extra econômica, através da expropriação da produção familiar, artesanal e camponesa, que separou o produtor direto dos seus meios de produção, formando uma volumosa força de trabalho livre e disponível para ser comprada e esfolada. Nesse movimento atroz, muitas pessoas, depois de ter a sua subsistência usurpada, foram coagidas a trabalhar. O referido autor retrata o requinte de crueldade dessa formação lógica e histórica do trabalho. Marx apresenta as diversas formas de violência expressas na legislação sangrenta – prisões, mutilações, torturas, açoites, escravização, enforcamentos etc. –, para submeter esses agora trabalhadores a uma lógica que lhes era estranha. A expansão desse modo de produção aos diversos territórios foi pavimentada por uma violência extrema que submeteu as mais diversas sociedades e suas variadas atividades à socialização negativa do valor.

Ao analisar as transformações no processo produtivo, Marx expõe como o trabalho vivo vai sendo sugado, se transformando em trabalho objetivado e produtor de mais-valia. No *Capítulo VI Inédito do Capital*, o autor discorre sobre a subsunção formal e depois real do trabalho ao capital. Com base no processo de trabalho do artesão ou do pequeno camponês, isto é, sobre as mesmas condições técnicas de produção nas quais era realizado, o capital vai impor a esse modo um condicionamento que lhe era estranho, prolongando a jornada de trabalho. “A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois, a subsunção formal do trabalho no capital” (Marx, 2004 p. 90), que implica na produção de mais-valia absoluta.

Através da pormenorização do trabalho e com a produção mecanizada se opera uma mudança significativa nas forças produtivas e ocorre alienação do trabalhador sobre sua atividade que se torna fragmentada. Com a máquina introduzida no processo de trabalho, esta se converte no fator ativo, ocorrendo imposição de tarefas uniformes e repetitivas. Nessa forma subsumida os operários não têm controle algum sobre suas atividades.

Não bastando, o conhecimento científico, condição necessária para o incremento da produção mecanizada, cria novas relações hierárquicas entre trabalho intelectual e manual, impondo um esfacelamento ainda maior nas divisões de trabalho baseadas nas atividades artesanais, acentuando a coação sobre o trabalhador. Nessas relações de produção, configura-se a *subsunção real do trabalho ao capital* que associa-se à produção de mais-valia relativa (Marx, 2004 p. 104) O trabalho do operário enquanto criador de valor é um modo de existência do valor do capital, o trabalho vivo aparecerá apenas como expressão do trabalho morto que se tornará cada vez mais independente, utilizando o primeiro como simples suporte da sua existência, da sua própria conservação e crescimento.

Na produtividade crescente da valorização do valor, ocorre, através de investimentos em ciência e tecnologia, constantes revolucionamentos no processo produtivo, aumentando a participação do capital constante e diminuindo a participação do capital variável. Aumenta-se a massa de máquinas em relação à massa de capital variável, máquinas no lugar de trabalhadores, forma da maior composição orgânica do capital. A contradição fundamental para Marx, contudo, demonstra que se é o capital variável que determina a valorização do capital, teremos aí uma contradição em processo como desvalorização do valor. Com a diminuição de trabalhadores tem-se a formação de exército industrial de reserva que, muitas vezes, se realoca com o surgimento de outros ramos produtivos e assim o processo se repete. Porém todo esse mecanismo histórico de

compensação existente, começou a desmoronar. A lei da queda tendencial da taxa de lucro<sup>5</sup> é inerente ao capital, ou seja, crise e acumulação são dois lados da mesma moeda, o que antes era escamoteado pela ampliação do sistema, hoje se torna evidente pela crise do trabalho.

No Pós-guerra até a década de 1970, a crise, embora inerente não era tão perceptível, Mandel denomina esse período de “decrecente com tonalidade ascendente”, dadas as variações para cima e para baixo, mas com resultante decrescente. A partir dos anos de 1970 a estagnação é crônica e atua na demonstração de que a acumulação no capitalismo é intrinsecamente crítica. Para acumular e acelerar a circulação do dinheiro, manter-se na concorrência e valorizar o valor, o capitalista é impelido ao desenvolvimento das forças produtivas. A dispensa de trabalho passa a ser determinante nesse processo, ou seja, o capital se reproduz diminuindo sua substância e matando a sua “galinha dos ovos de ouro”.

Desse modo, ao analisar as transformações do trabalho no século XX, percebe-se que esse período é marcado pelo trabalho produtivo e pelo fim dele. Esse encerramento se dá com uma nova ruptura estrutural do desenvolvimento capitalista, marcado pela Terceira Revolução Industrial da microeletrônica na década de 1970. A partir desse momento da crise em um nível qualitativamente diferente de produtividade, torna-se cada vez mais difícil um novo aumento do valor, dificultando desenvolver qualquer terreno de acumulação real, acentuando a crise e aumentando o número de pessoas que não conseguem viver a partir do trabalho assalariado sob o jugo da forma-mercadoria. Segundo Robert Kurz (2004): “pela primeira vez na História, a velocidade da ‘racionalização eliminadora’ supera a expansão dos mercados. Problemas como o desemprego estrutural em massa não se reduzem e não se vislumbra uma fase de recuperação, mas ao contrário, eles ainda se ampliam”.

A relação entre capital e trabalho se constitui enquanto identidade contraditória a partir de uma imbricação inextricável, sobre a qual não é possível isolar um dos polos da contradição, sem incorrer em erros

analíticos. Segundo Anselmo Alfredo (2006), o trabalho não é algo em si, ele existe porque é a consciência do sujeito dizendo que ele existe, além disso, o trabalho não tem essência transcendente ao sistema, muito pelo contrário, sua existência originalmente forçada consistia em ser categoria funcional do capital. Por isso, o operário não pode promover uma mudança revolucionária para além do capital, universalizando o trabalho. Para a crítica do valor, o lendário sujeito social no capitalismo é somente categoria do próprio capital, até porque não existe nenhum grupo social no capitalismo que tenha predeterminação ontológica transcendente, todos os grupos sociais são pré-formados pelo valor e, portanto, constituídos de modo capitalista. O trabalho pressupõe o capital como condição de sua existência, é tão impossível ao trabalho emancipar-se do capital e poder continuar sozinho a trabalhar para si, quanto é impossível que o trabalho entre em crise e o capital continue a acumular. Porque ele não produz substância para si mesmo e não pode ser suprimido a partir de seus próprios fundamentos (Kurz, 2004).

### **A educação para o trabalho como ilusão.**

A educação está imbricada nas determinações abstratas das relações sociais do capitalismo e é possível investigar isso na conformação da consciência, na qualificação da força de trabalho, na base da ciência e tecnologia, nos projetos emancipatórios etc. que, enquanto mercadoria, constituem um amálgama de conexões complexas, mas fundamentais para o entendimento dessa sociedade.

Na modernização, a educação institucionalizada sempre esteve dentro do invólucro da formação da consciência fetichista. Nesse contexto a escola, muitas vezes, se constituiu como forma de violência, como instrumento de naturalização e legitimação do moderno sistema produtor de mercadorias, colocando povos e territórios do planeta, presentes e passados, numa grande narrativa universal, buscando consolidar um

discurso hegemônico disfarçado no conceito de progresso e liberdade, mas que impõe um totalitarismo perverso. Além do mais, no processo produtivo, a educação no capitalismo participa, tanto “na racionalização eliminadora”, associada à ciência e tecnologia estando na base dos constantes revolucionamentos, quanto em relação à força de trabalho quando a escola é constantemente requisitada para formação/qualificação profissional. Isso suscita uma série de contradições que com o desdobramento da crise só podem aparecer enquanto expressões fetichistas. A ideia da qualificação e formação para o trabalho submete a Educação aos grilhões da forma mercadoria, reforçando a fantasmagoria que nos escapa e passa a determinar o nosso próprio comportamento social, no sentido de atuarmos simultaneamente como compradores e vendedores de mercadorias. Afinal de contas, o ser socializado pelo capital que não compra e não vende, não existe. Como se já não bastasse, nessa relação social de determinação fetichista, ocorre um agravamento, uma vez que muitas pessoas têm extrema dificuldade de vender sua mercadoria (força de trabalho), dessa maneira vivem a simultaneidade, acima citada, muito precariamente.

A associação entre a educação, a ciência e a tecnologia é crucial para o necessário revolucionamento das forças produtivas e põe em marcha a máquina capitalista. Amplia a participação do capital constante com a introdução de maquinário e equipamentos tecnológicos, dessa forma aumenta a composição orgânica do capital, diminuindo a parte do capital variável. Contudo, como é a força de trabalho que acrescenta ao produto final mais valor, teremos menor produção de valor. Pode-se até mascarar isso a partir de análises superficiais, mas não tem economia política que resolva esse problema, até porque a expansão do capital é logicamente determinada por sua crise, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas produz mais com menos trabalho.

Na relação entre educação, ciência, tecnologia e trabalho, submetidas à lógica da acumulação, houve muitos incrementos no

processo produtivo, modernizando o sistema produtor de mercadorias, desde a introdução da máquina ferramenta, passando pela máquina a vapor, até a microeletrônica, nessas transformações vem se observando a substituição do trabalho vivo pela máquina (Belivaqua, 2015). Podemos argumentar que os segmentos educacionais ligados ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos processos produtivos corroboram o movimento crítico, pois esses incrementos tecnológicos não empregam muita mão-de-obra e, por outro lado, promovem a diminuição de trabalhadores.

Verifica-se que o ensino de tecnologia proposto pelos currículos oficiais entra na educação básica como formação necessária para “solucionar problemas do mundo do trabalho”. Segundo a Base Nacional Comum Curricular, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam grande desafio, atingindo diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse contexto, caberia à escola ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho. No entanto, isso acaba promovendo uma série de ilusões que nos são objeto neste texto.

Não é incomum apresentar o setor ligado às Tecnologias da Informação, como grande possibilidade de trabalho, incutindo, sobretudo nos jovens, o aprendizado tecnológico como grande oportunidade para se “dar bem na vida”. O setor tecnológico, se emprega pessoas, é sempre em quantidade menor do que as pesquisas nesse mesmo setor desempregam a partir das forças produtivas aí geradas. Porém, ao constituir a consciência do bem sucedido, transfere a responsabilidade de inserção aos indivíduos que tomam medidas em suas vidas com esse propósito. Verifica-se mais uma forma de violência, pois o êxito almejado se reduz a partir das próprias tecnologias desenvolvidas que são desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, a capacidade individual destacada, obscurece a objetividade da crise da forma social.



Como observamos, o capitalismo se expande por conta de sua crise imanente, mas ao se ampliar anuncia sua própria morte, a valorização é desvalorização, a crítica está na queda tendencial da taxa de lucro, quanto mais produtivo é o capital menos valor ele produz. Uma educação tecnicista, pragmática e utilitarista que queira colocar todos os estudantes para resolver os problemas do capitalismo, além de submeter nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos a um trabalho de Sísifo, amplia as ilusões sobre esse mundo, aumentando a fetichização das relações sociais nas suas diversas expressões.

Quando fazemos um breve resgate histórico sobre a escola moderna percebemos que as ilusões não são de hoje. Segundo Laval (2004), a escola, no capitalismo, passou por diversas mudanças das quais o autor destaca três momentos: primeiramente a função pretendida era a de integração moral, linguística e política à nação; posteriormente, integração à indústria nacional, que ditou sua finalidade; nos momentos atuais a sociedade de mercado é que determina mais diretamente as mudanças da escola.

Essa instituição, que nasce da ruptura com a escolástica – na tentativa do Estado se impor enquanto educador da nação –, sempre manteve ligações mais ou menos diretas com o universo do trabalho. O aprendizado é visto no conhecimento cumulativo, cuja função é aumentar a condição do homem de dominar a natureza e submetê-la às suas necessidades, dispondo-a cada vez mais em função do seu bem estar. Observa-se, então, uma concepção idílica relacionada ao trabalho enquanto categoria ontológica que encanta ilusoriamente muitas pessoas e sobre a qual já apresentamos alguns limites.

Mesmo quando se restringia ao atendimento dos mais abastados, a escola respaldava o convencimento da natureza como algo em si, os saberes não eram dimensionados de modo a tentar compreender as abstrações como formas determinantes das relações dos sujeitos, e a falta dessa compreensão contribuiu, significativamente, para a naturalização do

processo social capitalista. No capitalismo e na conformação dessa consciência, a escola se torna importante, porque ela aparece como agente ligada ao progresso e à necessidade de hábitos civilizados para a boa convivência, sucesso social e crescimento econômico. Nessa sociedade moderna, há a defesa de uma escola, universal, obrigatória, gratuita, leiga e para todos, pelo menos no discurso, porque, contraditoriamente a isso, em seu início ela era destinada às elites. Contudo, quando se destina a educar a grande maioria das pessoas se limita à escolaridade básica, com o objetivo de promover as habilidades para a formação profissional. Além do mais, a educação quando se amplia e passa a ser compreendida enquanto direito, reivindicado mundialmente nos diversos territórios, amplia também o seu potencial de homogeneização dessa consciência.

Vários autores, entre eles Freitas (2018), Frigotto (2018) e Laval (2004), argumentam que desde Rousseau a Adam Smith, já se defendia a necessidade de um ensino ligado às profissões, pautado em conceitos utilitaristas, liberais e segundo uma perspectiva baconiana (saber é poder), alegando-se que o indivíduo só quer saber para melhorar sua sorte e, isso, desde os seus primeiros passos, sendo a escola fundamental para isso. Esses preceitos na escola se fazem presentes e vão permear e se expandir concomitante a ela, tendo um destaque significativo no Pós-guerra, associando-se à exigência de mão-de-obra de uma indústria opulenta. É sobretudo durante o *welfare state* que se dá o desenvolvimento extensivo do sistema escolar. De 1946 a 1973, o mundo experimentou o avanço do Estado de bem-estar social, baseado numa concepção desenvolvimentista de capitalismo e este requereu uma melhor formação dos trabalhadores, tornando possível fazer um recorte analítico e uma aproximação entre diploma e melhores condições de vida. Mesmo com todas as ilusões já apresentadas, esse parecia ser o melhor dos mundos, era aparentemente possível garantir orgulhosamente o sustento da família, ter condições de criar com dignidade seus filhos, sendo a escola, nos seus diferentes níveis, um caminho seguro para o trabalho e, com ele, para o crescimento pessoal

e progresso da sociedade. Contudo, conforme estamos argumentando, os elos entre qualificação, diploma e ofício estão cada vez mais frágeis. Esse mundo narcotizante e essa sociedade dominada pelo trabalho entram numa crise que alcança seu limite absoluto e a pedagogia escolar conflita com seus próprios pressupostos.

A escola, embora não seja, aparece como garantidora de emprego e, dessa maneira, mobiliza as ilusões em torno do trabalho, integrando uma série de práticas sociais que invertem e disfarçam a crise desse tipo de sociedade. Segundo a legislação, currículos e programas, a escola visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho”<sup>6</sup>. À primeira vista isso pode parecer interessante, seria uma atitude nobre engendrar o pleno desenvolvimento do indivíduo, usufruidor de direitos civis e políticos, formá-lo como ilustre membro de um Estado e exímio cumpridor de seus deveres. Embora essas palavras soem bem para muitos ouvidos, trata-se de uma fabulação que corrobora a sujeição e a aceitação cínica e coercitiva dessa sociedade já que muitas pessoas não conseguem exercer essa cidadania.

A ênfase na qualificação para o mundo do trabalho encobre a crise e o colapso. Fala-se de pragmatismo, aplicação, imediatismo e realidade, apresentam-se várias prescrições defendidas como palpáveis e percursos cuja finalidade é o emprego, porém não existe essa linha de chegada e o desfecho para a maioria das pessoas é outro.

Mesmo sem garantir ofício algum, a qualificação dentro da escola acaba se tornando um grande negócio. Negativamente, o desemprego é fundamento da mercadoria educacional na medida em que a qualificação da mão-de-obra aparece como solução para geração de empregos. O negativo se dá pela não produção do valor como fundamento que a crise de postos de trabalho expressa como fenômeno. Em última instância, quanto mais crítico, mais apoderada a educação como mercadoria.

Dessa maneira, ilusões são vendidas, cursos e mais cursos de qualificação, profissionalização etc. são oferecidos como solução, e na busca por algum posto de trabalho a manutenção de tais promessas de formação de “capital humano” continuam a se reproduzir. Esse processo, do estrito ponto de vista da empresa se torna interessante para as mesmas, garantindo a longevidade da mercadoria oferecida. Do ponto de vista social, contudo, a crise é crise educacional, do ponto de vista de sua pedagogia e de sua estratégia empresarial. A crise do valor, afinal, que fundamenta o empreendimento educacional do capital fictício, não se põe fora de suas contas e a educação se realiza como ficção de trabalho, ainda que isso seja certa forma de romantismo.

Nas transformações dentro dos processos educativos, também é recorrente a defesa de uma educação com caráter humanista. O próprio movimento operário faz considerações, procurando estabelecer entre os homens e mulheres o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, na construção de uma obra social promotora de nova consciência capaz de transformar profundamente a sociedade em que vivemos, porém essa transformação tem o trabalho como princípio educativo. Como por exemplo o Anteprojeto de Leis de Diretrizes da Educação Nacional, apresentado por Demerval Saviani, reconhecidamente um dos principais pedagogos marxistas, no qual fica clara uma tomada de posição baseada no trabalho como princípio educativo, que deveria orientar a educação escolar de todos, realizando-se a educação única politécnica. Essa educação única politécnica conduziria à realização das bases culturais necessárias à hegemonia da classe trabalhadora, com vistas ao socialismo apresentado ao Congresso Nacional<sup>7</sup>.

Até mesmo essa educação que se propõe emancipadora e formadora do humano-histórico, ao considerar o trabalho aprioristicamente como condição do ser social, traz consigo dentro de sua própria proposta a reposição das categorias da modernização, contudo, num momento de negatividade do trabalho. Para essa leitura o sujeito que

trabalha, a partir do processo de desalienação e tomada de consciência revolucionária, é capaz de se libertar do jugo do capital, promovendo uma livre associação de trabalhadores, sendo a escola uma instituição estratégica nesse processo (Mészáros, 2004). Entretanto, a inexorabilidade da consciência revolucionária estaria dentro dos termos modernos, já que se trata de uma forma social e não de uma forma comunal (Alfredo, 2016).

Não são poucos, seja no marxismo tradicional ou no liberalismo, os equívocos de uma educação presa à formação para o mundo do trabalho, mas se já não bastasse isso, atualmente no novo liberalismo a própria educação vem se tornando, ela mesma, mercadoria fictícia na reprodução crítica do valor. Fenomenicamente a crise do trabalho, essencialmente a não produção do valor, sustenta a ampliação da educação como empresa. A análise apresentada no próximo item corrobora esse argumento ao expor como as fundações empresariais atuam dentro da educação.

Essa sociedade centrada na abstração do trabalho, mesmo diante de sua crise e de sua intensificação crítica com o advento da terceira revolução industrial, sob a microeletrônica, permanece, com ênfase, pronunciando a eficácia econômica a partir do domínio científico crescente e da elevação do nível cultural da mão-de-obra. Entre essas falácias sedutoras, o conceito de “capital humano”, a partir da década de 1970, não só aparecerá com força dentro das propostas educacionais, como também será renovado até os dias atuais.

A ideia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indivíduo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadores da capacidade de trabalho e de produção (Frigotto, 2010 p. 44)

Formar, qualificar para uma sociedade que não tem condições de absorver essas pessoas, apregoando que só a formação/qualificação é condição para o ingresso, é impor sacrifícios insuportáveis no presente em

benefício de um futuro tão paradisíaco quanto imaginário. Essas ilusões acabam mobilizando diversas relações sociais e, contraditoriamente, várias instituições que, como veremos brevemente, utilizam a educação como mercadoria na reprodução crítica dessa sociedade de trabalho abstrato.

A diminuição do caráter humanista nas propostas educacionais, e a eleição da formação para o trabalho como prioridade se agiganta paradoxalmente no momento em que a sociedade de trabalho entra em crise aguda que já não mais se atenua a partir de uma recuperação cíclica. É no advento dessas transformações nas relações de produção e nas forças produtivas, expressas pela crise fordista, pela terceira revolução industrial e reestruturação produtiva, que no Brasil e no mundo, a submissão da educação à **formação para o trabalho** ganha ainda mais força, dentro do conceito de “capital humano” que surge no final da década de 1960 e começo dos anos de 1970. Atualmente, o mesmo vem se intensificando e aparece com todas as letras em numerosos documentos educacionais e nos discursos de diversas pessoas “bem-intencionadas”, em diversos territórios.

### **As reformas empresariais da educação e o desdobramento da ilusão**

Os arautos do *wonderful world* capitalista, de forma recorrente e em escala mundial, anunciam com grande estrépito novas reformas curriculares. Esses senhores consideram a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Nesse sentido, o “capital humano” é retomado a partir de uma proposta pedagógica em que “a educação deve ter como foco o desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais”. Segundo essa visão, a educação promoverá o bem-estar de toda a sociedade e o crescimento econômico, ou seja, um engodo, muito distante das contradições que marcam o atual momento da crise do trabalho.

Podemos destacar entre esses agentes, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Banco Mundial, que há décadas vem pautando as reformas na educação. Filiados a esses agentes temos a participação direta de organizações sem fins lucrativos ligadas a grandes corporações. Essas não só se associam ao público, determinando as ações, mas estão dentro dos Estados em cargos estratégicos, definindo as políticas pedagógicas, as avaliações educacionais, os programas educativos, os materiais didáticos, a educação para o trabalho etc. Crenças como individualismo, competitividade, meritocracia, empreendedorismo, protagonismo etc. passam a ser as principais referências dessa nova sujeição social através das propostas pedagógicas.

E, através dessas propostas, procura-se ampliar um sistema de constrangimento pessoal. Girotto (2018), em sua crítica a esse processo, expõe como o indivíduo passa a ser o principal responsável pelo sucesso ou fracasso no ambiente de crise. Isso é feito a partir de certo cinismo que, de forma escamoteadora, apresenta a formação para o trabalho como tábua de salvação disponível a todos, ficando esse salvamento a cargo do esforço individual.

No entanto, além dessa possibilidade não ser ampla e irrestrita, dado os poucos e miseráveis postos de trabalho, a educação não garante a inserção e/ou permanência nesse mundo. Diametralmente opostas à consideração da crise, apresentam-se de forma ludibriante, soluções ilusionistas, como empreendedorismo, educação financeira, meritocracia, projeto de vida etc. De modo que os ataques neoliberais ficam cada vez mais evidentes, e agora amparados pelo autoritarismo social e violência de Estado. Há um aprofundamento do conformismo generalizado, já que se vê com naturalidade as diferenças entre os indivíduos a partir do mérito acumulado e, para piorar, essa “diferença” se apresenta como fundamental para se motivar o progresso da sociedade. Uma intervenção do Estado destinada a eliminar essa distinção é vista como algo indevido que

desestimula a busca pelo mérito pessoal, sendo ainda uma injustiça com aquele que se esforçou (Freitas, 2018).

Muitos governos vêm aplicando esse tipo de agenda e corroborando a exacerbação da consciência monetária em que o indivíduo é empreendedor de si mesmo. Se o mundo é determinado pela concorrência, numa espécie de todos contra todos, tenta-se impor enquanto dever da escola preparar os estudantes para competir nessa esquizofrenia, ampliando os graus de violência dessa sociedade.

Às vezes, de forma dissimulada ou abertamente, muitas instituições nacionais, transnacionais e suas ONGs parceiras, defendem e empreendem tendo como referência essa reforma mundial. Nesses empreendimentos a privatização do ensino, desde a escola básica até as universidades, seria o cenário mais desenvolvido, livraria a sociedade da preocupação com a organização dessas instituições, com a qualificação e formação dos professores, com as condições de funcionamento etc. As virtudes do mercado e sua mão invisível, ou seja, a influência desse poder supremo vai moldando e precificando cada proposta feita pelas empresas da educação que deve ser considerada produto como qualquer outro, de modo que seu “valor” é estabelecido de acordo com a oferta e demanda. Além do mais, diminuiria o poder dos sindicatos, esses considerados obsoletos e obstáculos, quando se pensa nos moldes de uma administração efetiva e inovadora. Diante disso, livrar-se-ia dos professores incompetentes, estabeleceria seus próprios planos de carreira e competiria pelos seus estudantes (clientes). Quem não se adequar vai à falência e é eliminado do mercado, fazendo disso uma depuração de “qualidade”. Assim, as instituições de pouca “qualidade” não seriam “escolhidas” e iriam à falência como qualquer empresa, enquanto as boas sob o controle privado iriam proliferar. (Ravitch, 2011; Freitas, 2018). Essa representação da educação como relação de mercado rodeia e penetra cada vez mais as escolas e exige dessas instituições a adequação, tornando o espaço escolar um lugar crescente para os interesses privados, incorporando uma



administração aos padrões de uma empresa capitalista, escapando à soberania das nações e entrando na homogeneização mundial dirigida pelas (i) lógicas do capital.

Essa retórica é retomada em meio às mesmas justificativas de que é necessário adequar a escola a supostas e generalizáveis mudanças do “mundo do trabalho”, associadas de modo mecânico e imediato a inovações de caráter tecnológico e organizacional. Isso passa a ser sonho de consumo e um produto disputado, em que o próprio desemprego e a crise do trabalho passam a se constituir enquanto mercadoria educacional. No entanto, isso não foge a uma triste e amarga constatação. Segundo a pesquisa do PNAD, a faixa etária mais atingida pelo desemprego é a dos jovens de 18 a 24 anos, entre esses a taxa de desemprego está em 30,8%<sup>8</sup>. Frigotto (2017) argumenta que essa falácia de estimular a qualificação para o trabalho no ensino básico depara-se com a falta de emprego para a quase totalidade desses jovens. Apesar disso, multiplicam-se os empreendimentos educacionais, nos currículos, programas, cursos e mais cursos, inculcando nos indivíduos a necessidade de capacitação como caminho seguro para a empregabilidade.

O argumento da falta de qualificação como impeditivo à entrada no mercado de trabalho, além de falacioso, corrobora a ilusão real da educação enquanto mercadoria salvadora do indivíduo sob o colapso, que em vez de reconhecer os limites de tal empreitada, procura desesperadamente através do trabalho pretendido se pôr ou se repor nesse tipo de sociedade em crise, na qual isso já não é mais possível para um grande número de pessoas.

Se o axioma apregoa que a escola tem por finalidade principal se adaptar à sociedade de mercado, é então bastante lógico formar consumidores que lhe sejam familiares desde cedo a ponto de não mais conhecerem um único momento, nem um único lugar que permita escapar a esse encarceramento (Laval, 2004 p.136).

Entretanto, isso não acontece de forma cabal, o processo de desdobramento dessas propostas ao mesmo tempo enfrenta, sobretudo no chão da escola, resistências e contradições. Mesmo que haja uma tentativa de silenciamento e constrangimento, há movimentos de resistência e formas de questionamentos sobre o real, o que não seria possível sem conhecimento, ensino, passagem de experiências, ciência, enfim, sem o convívio possibilitado pela escola, um espaço que permanece em disputa e pode apresentar novas formas de relações sociais. Contudo, na escola pública são constantes as intervenções do setor privado nas decisões político-educacionais dos diferentes entes governamentais. Ademais, já é possível essa influência na formulação de leis que servem de base para a elaboração de currículos e programas, como veremos a seguir.

No caso brasileiro há vários exemplos de implantação desses programas, dentre os quais destacamos a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em cuja elaboração e implementação verifica-se a presença de muitas instituições ligadas a grandes corporações, atuando de maneira articulada e exercendo um papel proeminente. Dentre essas podemos destacar: Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Todos pela Educação, Amigos da Escola e outros. Não só no âmbito da discussão acontece essa presença, ocorrem investimentos e gestão empresariais dos processos, que são conduzidos por fundações, ONGs, OS's e demais instituições vinculadas a esses grupos. Não podemos nos esquecer das bem-vindas isenções fiscais e tributárias concedidas às fundações, além da concorrência pelos recursos públicos e privados. Esse processo é realizado, na maioria dos seus aspectos, a partir de um distanciamento das geografias das escolas e uma aproximação a um projeto mundial que simultaneamente discursa sobre igualdade de oportunidades, buscando dirimir as contradições, mas na prática além de ampliar as desigualdades sociais transfere a responsabilidade sobre as mazelas mundiais para os indivíduos.

As fundações milionárias assumem a reforma das escolas públicas e agem baseadas em princípios originários no setor corporativo, demandam que as escolas e professores públicos sejam estigmatizados pela performance, implementam uma série de mecanismos de padronização, controle e responsabilização, tais como, testagem, *vouchers*, bonificações, punições, além de concorrerem com o poder do Estado, este se tornando agenciador jurídico dessas instituições. Há coação e constrangimento direcionados aos docentes, os remetendo a uma constante busca de aperfeiçoamento, de ser melhor, ser excelente, de tornar-se ou esforçar-se ao máximo para serem bem sucedidos, ou seja, uma série de ilusões, já que esse êxito pessoal é forma da crise social.

Ball (2005) argumenta que, nesse modelo, ensinar constitui apenas um trabalho, um conjunto de competências a serem adquiridas e os professores são pensados enquanto técnicos dessa pedagogia, reduzindo-se a meros transmissores. Diversas instituições escolares, principalmente as particulares, vivem sob o tal despotismo, encontram-se à mercê do que constantemente ecoa: ou você faz, se adequa a essas novas exigências, ou será diminuído e até, muitas vezes, excluído do processo. Nesse sentido, os sistemas, os materiais didáticos, plataformas digitais etc. produzidos pelas empresas educacionais, passam a ter mais importância que os professores. Esses modelos foram implementados em diversos países e o resultado foi o aprofundamento das desigualdades e do abismo educacional, além da precarização do trabalho e da formação docente (Giroto, 2018).

Vale sempre a pena ponderar que essa nova ordem educativa, além de não ser perfeitamente viável, não está plenamente instalada, até porque: “a escola não é uma instituição invariável, simples e controlável a partir de uma ordem hierárquica de poder” (Giroto, 2018). Contudo, esse gerenciamento empresarial vem pautando as reformas educacionais e, apesar das resistências, conta com o apoio, além dos grupos já citados, da grande mídia, de muitos parlamentares e de boa parte da sociedade, dessa maneira vem ganhando terreno e já faz parte de muitos programas

educacionais de diversos governos em vários países, inclusive no Brasil. Basta observar a obsessão pelos *rankings* de avaliação internacional como o PISA<sup>9</sup>, que define as metas educacionais.

Sobre os aspectos relacionados e quais interesses a nova BNCC brasileira procura atender, há de se destacar também as relações do texto com o mundo do trabalho. Este é apresentado com desfaçatez escondendo a forma de violência através do discurso de qualificação, preparação, formação para o trabalho, a partir dos projetos de vida, educação tecnológica, empreendedorismo, educação financeira, sustentabilidade etc.

Ao analisarmos os processos de implementação da BNCC, os seus defensores, as audiências públicas, o documento final aprovado e seus desdobramentos em currículos estaduais e municipais, percebe-se a ênfase numa preparação para o mundo do trabalho. Leva-se em consideração suas diversas transformações e exigências, como se fosse possível a escola resolver o problema da crise. Isso aparece, *ipsis litteris*, no texto da BNCC, no conceito geral de competência<sup>10</sup>, na definição das dez competências<sup>11</sup> norteadoras do currículo e diversos momentos da proposta. O texto da BNCC está entremeado ilusoriamente por certa concepção positiva de trabalho. Aqui poderíamos ficar apresentando e desconstruindo essas narrativas, mas para não cansar o leitor e concluir essa parte da análise, vamos, por enquanto, expor uma passagem da proposta curricular para o Ensino Médio, para explicitar essas ilusões:

É preciso garantir aos jovens, aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais. (Brasil, 2017, p. 475)

Todas essas expressões procuram escamotear a crise da sociedade do trabalho, intensificada depois do advento da Terceira Revolução Tecnológica, na qual o desemprego em massa acabou se tornando um problema permanente para a sociedade, que não se reduz

por uma fase qualquer de recuperação cíclica da conjuntura, mas ao contrário, se amplia (Kurz, 1997). Entretanto, nesses currículos hegemônicos, alinhados aos interesses das fundações empresariais, bancos e grandes corporações associadas, promove-se desigualdades, precariza-se o aprendizado, insiste-se na formação para o trabalho, velando sua crise a partir do discurso da qualificação e formação. Isso aparece tanto mais fascinante quanto já não consegue cumprir aquilo que se propõe, apresenta-se como panaceia e fórmula mágica, enevoando as mentes das pessoas.

Acaba impondo um aprender por si mesmo e por toda a vida, dentro da visão de empreendedorismo, recorrendo a experiências flexíveis e sendo orientado a mobilizar recursos cognitivos e socioafetivos para se capacitar de forma individual e, dessa maneira árdua, se capacitar para desempenhar de forma satisfatória atividades de trabalho. Essa violência, além de ditar uma série de sacrifícios que se desdobram no âmbito de uma cobrança enorme, permanece devendo o que foi prometido, esconde a crise do trabalho que aparece como crise individual, promovendo dessa forma enganosa, culpabilização das pessoas e, para piorar, é atribuída a elas a tarefa, através de ações individuais, de superação de qualquer adversidade.

Nesse processo, a escola enquanto empresa, a educação como mercadoria e as novas ilusões em torno do trabalho – concebidas de forma positiva, única possível e desejável –, velam suas contradições e são expressões fetichistas do momento da produção e reprodução crítica do valor, estão inseridas nas contradições imanentes e colapsantes do capital, escondem o infortúnio dos autômatos modernos que já não conseguem, em sua imensa maioria, se inserir positivamente na sociedade do trabalho, tendo suas vidas ameaçadas e submetidas às mais diversas e perversas formas de violência.

## **Considerações finais**

Não acreditamos em análises plenas e cabais, permanecemos com dúvidas e ceticismos, além disso, estamos sempre dispostos a reexaminar quaisquer crenças aparentemente sólidas e irrefutáveis. Reconhecemos a complexidade e as polêmicas entorno dos conceitos e problematizações apresentadas nessa breve análise. Contudo, mesmo diante de nossas limitações, defendemos um embate que rompa com o invólucro da socialização negativa do valor.

Em nossa compreensão, o trabalho tem um fim em si mesmo da valorização do valor, sua forma e seu conteúdo pertencem a essa sociedade e não conferem nenhuma predeterminação emancipatória. É surpreendente como o marxismo tradicional, o liberalismo e suas novas formas desconhecem qualquer outro nexos que não seja o trabalho abstrato. Entretanto, mesmo nesse momento que irrompe uma crise aguda da sociedade de trabalho, rasgando o nexos de mediação trabalho/dinheiro/consumo, ao invés de reconhecer abertamente esse lamentável fato, ficam buscando novas formas de entenebrecer a mente das pessoas para que se mantenham em movimento apressado para supostos trabalhos em níveis de abstração e violência cada vez maiores.

A escola no capitalismo tem um papel significativo na formação da consciência dos sujeitos. Em seus movimentos, não foram poucos os vínculos e as ilusões ao redor do trabalho, porém no momento de crise desse tipo de sociedade há um redobramento das ilusões através de programas, projetos, propagandas, formações, currículos etc. sobre a inevitabilidade e até a benemerência do sistema. Não basta ser só convencido, tem que ser reprimido, e não é incomum a repressão física e psicológica aos movimentos contestatórios. Nesse momento da crise da sociedade do trabalho, há um recrudescimento da violência, vivenciamos genocídios cotidianos, compactuados por uma quantidade considerável de pessoas e amparados por políticas de Estado.

Não podemos sucumbir a essa cegueira, não podemos promover em nossas ações essa forma enganosa, deixando as pessoas à sua própria sorte, ajudando na construção ideológica que quer responsabilizá-las pelos seus supostos insucessos, individualizando a culpa, repudiando, de maneira contundente o fracasso, e através de manuais de gerenciamento e motivação, difundidos por *experts* e *coachings*, em sua maioria ligados ao setor empresarial, cultuam o mérito e o empreendedorismo, procurando estruturar os sujeitos na escola, assombrosamente, como uma empresa. Diante disso, a busca por uma educação não submetida à coação e a conformação excludente e desigual desse mundo, com aparência de natural, nos coloca como tarefa um grande esforço de desnaturalização dessas formas que se entranham nas relações sociais.

Apesar dessas investidas violentas em suas diversas formas, elas não evitam o desenvolvimento das contradições, as relações sociais são processos complexos e contraditórios, imbricados de retrocessos, transformações, resistências etc., de modo que um outro mundo é possível e a escola um espaço em disputa. Diante disso, nos interessa como a educação pode desempenhar um papel essencial, fortalecendo na geografia das escolas, o encorajamento a desnudar o mundo, e mesmo não havendo uma estrutura secreta de predestinação, nem certeza teleológica, é fundamental criar solidariedade política e pensar em novas formas de socialização que superem as formas fetichistas, do dinheiro, do capital, do trabalho, do salário, do direito, do Estado, entre outras, até porque o barbarismo social já bate à porta.

## Notas

1. A teoria do capital humano está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, em meados dos anos de 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Essa disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo

“fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. A teoria de Schultz tomou corpo e passou a permear diferentes propostas vinculando a educação com o trabalho. A “educação investimento” obedece a uma suposta racionalidade entre custos atuais e renda futura, num contexto amplo da maximização dos retornos individuais e/ou sociais. (Cf. Verbete “Teoria do capital humano”.

Disponível

em:

<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/teoria-do-capital-humano>.

Acesso em: 17 mar. 2023. Ver também Shultz, 1973).

2. The International Bank for Reconstruction and Development/Banco Mundial, Learning for All Investing in Peoples’s Knowledge and Skills to Promote Development: World Bank Group Education Strategy, 2020.

3. *Kapitalismuskritik für das 21. Jahrhundert. Mit Marx über Marx hinaus: Das theoretische Projekt der Gruppe „EXIT!”* in [www.exit-online.org](http://www.exit-online.org). Março de 2007

4. Karl Marx. *O Capital*, Livro Primeiro, vol. II, cap. XXIV.

5. Karl Marx, *O Capital*, vol. IV, Seção III, p. 154-201.

6. A proposta consta no Art. 205 da Constituição Federal e é retomada na maior parte dos documentos ligados à educação e currículos oficiais, bem como nas propostas das instituições não governamentais.

7. O Anteprojeto, escrito por Demerval Saviani, um dos principais pedagogos marxistas, recebeu apoio das mais diversas instituições que se dedicam à educação no país: desde a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) até confederações sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) (Mazzotti, 2001).

8. Dado referente à pesquisa divulgada no 4º trimestre de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>. Acesso em: 17 mar. 2023.

9. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de Programme for International Student Assessment, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola. Informações sobre o programa podem ser consultadas na plataforma do Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 17 mar. 2023.

10. Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores



para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do **mundo do trabalho** (BNCC, 2017, grifo nosso).

11. A BNCC apresenta um conjunto de dez competências norteadoras, que expressam a ideia de “capital humano”, contudo, gostaríamos de destacar a de número seis: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do **mundo do trabalho** e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência e responsabilidade” (BNCC, 2017, grifo nosso).

## Referências

- ALFREDO, Anselmo. *Crítica materialista e metafísica social sob as determinações críticas do capital*. boletim paulista de geografia, v. 95, p. 35-59, 2016
- \_\_\_\_\_. *Crítica a Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*. São Paulo, São Paulo: Annablume, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Negatividade e a Crítica à Crítica: Sobre Espaço Tempo e Modernização*. Cidades (Presidente Prudente), v. 6, p. 381-414, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O mundo moderno e o espaço: Apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 19, pp. 53 - 79, 2006
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003
- BALL, Stephen J.. *Profissionalismo, gerencialismo e performatividade*. Cad. Pesquisa [online]. 2005, vol.35, n.126, pp.539-564. ISSN 1980-5314.
- BELIVAQUA, Aluisio Pampolha. *A Crise Orgânica do Capital – o Valor, a Ciência e a Educação*. 2015. 426f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.
- BRASIL. *A Base Nacional Comum Curricular*. Documento completo disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)
- BRUNS, B.; LUQUE, J. *Professores Excelentes – Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2014
- CÁSSIO, Fernando e CASTELLI JR, Roberto. *Educação é a Base? 23 Educadores Discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos. *A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti. *Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública*. HORIZONTES (EDUSF), v. 36, p. 16-30, 2018.
- GORZ, A. *As Metamorfoses do Trabalho - Crítica da Razão Econômica*, São Paulo, Anna Blume, 2007.
- Grupo Krisis. *Manifesto Contra o Trabalho*. Campinas: Conrad, 2003.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

- \_\_\_\_\_. *Os Últimos Combates*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Com todo vapor ao colapso*, Juiz de Fora-MG, Editora UFJF- Pazulin, 2004.
- LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva – Londrina: Editora Planta, 2004.
- MARX, Karl. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3a Ed., São Paulo: Nova Cultural, vols 1-5, 1988. (Coleção Os Economistas).
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI Inédito de o Capital*, Centauro, 2004.
- MAZZOTTI, T.B. *Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas*, Interface – comunic, saúde, educ., v. 5, n.9, p.51-65, 2001.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017)*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 17 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012a.
- RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SPRING, Joel. *Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o home para o mercado*. Tradução de Ana Júlia Galvan, Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.
- WORLD BANK. *World Development Report 2018: Learning to realize education's promise*. Washington: World Bank, 2017. Disponível em :<[openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/9781464810961.pdf](https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/9781464810961.pdf)>.



## **Seção IV - Reprodução crítica e relação sociedade natureza**



# Fetichismo da Natureza e Precificação de Carbono

*Talita Amaral Sanches Ferreira<sup>1</sup>*

## Introdução

As décadas de 80 e 90 do século XX são marcadas pelo ineditismo no âmbito do direito internacional ocasionado por acordos internacionais referentes ao meio ambiente. Dentre as temáticas ambientais, se destaca na agenda política internacional aquela referente às mudanças climáticas. A importância dessa pauta é justificada pela existência de um sistema climático global em iminente ameaça de colapso. Entretanto, consideramos que o iminente colapso não é posto por uma força externa de cunho natural, ou seja, a dinâmica atmosférica do referido sistema climático global, correspondendo antes a uma tendência<sup>2</sup> imanente à lógica do capital.

A ideia de colapso iminente do planeta Terra, aparece-nos como reveladora justamente por considerar como concernente à natureza – como elemento externo e em oposição a humanidade – a possibilidade de esgotamento, de colapso da sociabilidade posta pelo capital. Sob o capital, o entendimento sobre o mundo natural, bem como sobre o mundo social, não aparece condicionado à forma social especificamente capitalista. Segundo Postone, “as formas das relações sociais que caracterizam o capitalismo não são manifestamente sociais e, portanto, aparecem como não sociais, mas naturais, de uma forma que envolve uma noção específica de natureza” (1993, p. 171, tradução nossa).

O fetichismo da natureza ao naturalizar a natureza, naturaliza a sociabilidade que o engendra enquanto forma de consciência, constituindo-se como reflexo invertido de si mesmo. Pensar algo agora se

revela exatamente como pensamento de si mesmo: se se pensa a natureza como natural é porque estamos naturalizando a nós mesmos. Segundo Alfredo, “a natureza é uma forma social de se pensar a própria sociedade” (2010, p. 60).

Desse modo, o fetichismo da natureza transforma a generalidade da condição crítica dessa sociabilidade em crise ambiental, colocando como externo o fundamento de sua própria falência, obnubilando, portanto, as contradições internas ao próprio capital tendente ao colapso. Assim, ao analisarmos criticamente a forma de consciência que pressupõe o referido sistema, revela-se o seu teor fetichista, na medida em que naturaliza a sociabilidade capitalista crítica, e reproduz a forma mercadoria, pela via da mobilização do mercado financeiro mundial, constituindo o carbono como equivalente (CO<sub>2</sub>e).

Para analisarmos a economia política referente às mudanças climáticas devemos considerar o modo pelo qual ela é estabelecida, nesse caso por meio da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC). A principal característica de uma Convenção Quadro é a indeterminação de como os objetivos da Convenção serão alcançados, conformando um estado de constante debate e disputa entre diferentes posicionamentos. Segundo Rodrigues, uma Convenção Quadro é um tratado internacional “caracterizado por um objetivo sedimentado, mas sem definir os meios de implementação, ou seja, [ela] possibilita que decisões tomadas ao longo do processo negociador sejam incorporadas ao objetivo da Convenção” (2004 apud Moreira, 2014, p. 101).

A indeterminação assumida na formação de uma Convenção Quadro demonstra, porém, não a viabilização de um debate democrático dos termos de uma normatização jurídica, mas a imprevisibilidade das necessidades postas para a realização do capital em uma forma determinada. Assim, no que se refere à CQNUMC, pode-se associar a elaboração constante dos instrumentos jurídicos às indeterminações objetivas para a realização do capital financeiro.

Nesse sentido, o primeiro instrumento jurídico adotado pela CQNUMC que forja uma mercadoria, denominada pela emblemática nomenclatura de crédito de carbono, é o Protocolo de Quioto, que preconiza metas de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), previstas às Partes constantes no Anexo I<sup>3</sup>. Para o alcance das metas de redução da emissão de gases do efeito estufa, o Protocolo de Quioto prevê mecanismos para auxiliar os signatários listados no Anexo I a cumprirem suas metas de redução ou limitação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Com esses mecanismos de flexibilização, foi forjado, no âmbito do Protocolo de Quioto, o mercado internacional de reduções certificadas de emissões (RCE), isto é, o mercado de carbono.

A diferenciação das Partes do Protocolo de Quioto, no que se refere ao estabelecimento de metas de redução de emissões de GEE, é fundamentada pelo princípio de que as Partes “possuem responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. O referido princípio tem como base a equidade, conceito jurídico que busca a correção de possíveis injustiças ocasionadas pelo direito em casos específicos. Essas injustiças seriam causadas devido à generalidade característica da normatização jurídica. Assim, a equidade aparece como um esforço de adequação das leis gerais aos casos específicos para evitar essas possíveis injustiças.

No Protocolo de Quioto, o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” buscou a atribuição de distintas responsabilidades às Partes de acordo com as emissões históricas de GEE resultantes dos seus respectivos processos de industrialização. Desse modo, o princípio fundamentou-se no argumento de que a generalidade necessária ao tratamento das mudanças climáticas, isto é, o esforço global para a redução de emissões de GEE, não poderia produzir distorções ao desconsiderar as especificidades históricas e econômicas entre as Partes.

Posteriormente, o Acordo de Paris rompe com o princípio estrutural do Protocolo de Quioto, no que se refere ao estabelecimento de metas de redução de emissões somente para as Partes constantes no Anexo



I, colocando que todas as Partes do Acordo passam a estabelecer suas respectivas metas de modo voluntário. Amplia-se, dessa forma, a possibilidade de realização da mercadoria crédito de carbono por meio do Acordo de Paris.

### **Economia do clima: a racionalização da crise**

Marx nos *Grundrisse* analisa criticamente o método da economia política, a qual concebe abstrações como se fossem fundamentos concretos do real. Para tanto, o autor exemplifica o uso do referido método na análise da população a qual é considerada enquanto elemento concreto, dada a sua materialidade. Conforme a argumentação do autor, “parece correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e sujeito do ato social como um todo” (2011, p. 54). Não é disparatada a escolha do autor pelo verbo *parecer* no início do trecho, ele indica-nos que não se trata de algo dado e por isso inquestionável, ao contrário, ele alerta-nos sobre a necessidade do desvelamento do real e das contradições entre o ser e aparecer, pois que a aparência do capital enquanto produção da vida material se realiza como ilusão necessária, na medida em que sua lógica se constitui na realização de mediações abstratas que se reproduzem criticamente.

Nesse sentido, Marx argumenta que a consideração da população enquanto pressuposto concreto revela-se falsa, uma vez que se trata de “uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída” (Marx, 2011, p. 54). O autor desvela em sua exposição o processo de abstração, ou seja, de isolamento e análise de um determinante do concreto que aparece como se fosse o primário, como se fosse o fundamento concreto a partir do qual se sucedem desdobramentos que revelariam relações abstratas gerais. A abstração é assim considerada

ulterior, alcançável a partir de um ponto de partida concreto. Marx demonstra, portanto, que esse determinante do concreto considerado anterior trata-se de uma abstração, pois que é analisado isoladamente dos demais determinantes. Nas palavras do autor, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2011, p. 54).

A argumentação de Marx impele-nos a refletir sobre a constituição de sua crítica à economia política que se faz por meio da demonstração das determinações abstratas do mundo efetivo, postas pela sociabilidade capitalista. Segundo Alfredo, a “crítica à economia política de Marx está expressa na necessidade de se pensar as abstrações postas na sociabilidade moderna em contraposição à análise meramente física” (2013, p. 37). Nesse sentido, não é o processo de abstração que é criticado, mas a consideração pretensamente física do que fora abstraído, constituindo uma forma de consciência que naturaliza e simplifica as determinações do real, que passam a ser consideradas e apresentadas como simples e elementares.

A suposta elementaridade do determinante do real que fora abstraído é conferida pela simplicidade em que ele é apresentado. Marx, todavia, adverte-nos que tal simplicidade somente faz-se possível pela generalidade das determinações abstratas do concreto. Assim, o autor analisa a categoria trabalho, a qual revela na simplicidade pela qual é concebida a generalização das relações que possibilitam essa abstração. Nas palavras do autor:

O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o “trabalho” é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração (Marx, 2011, p. 57).

A sociabilidade capitalista engendra, portanto, o estabelecimento de categorias abstratas pretensamente concretas e simples, que consideradas enquanto positivities, isto é, sem expressar suas

contradições, podem ser expostas em manuais. A apresentação de categorias abstratas como elementos concretos dotados de grande facilidade de manuseio, como a própria palavra *manual* alude, sugere a possibilidade de sua aplicação prática nos mais diversos casos analisados pela economia política. Nesse mesmo sentido, podemos pensar no emprego de formulações gerais da economia política com o intuito do estabelecimento de uma nova modalidade de economia, supostamente natural, a qual, no entanto, precisou ser forjada no molde da ciência, cujo objetivo último jaz na precificação do carbono, denominada por economia do clima.

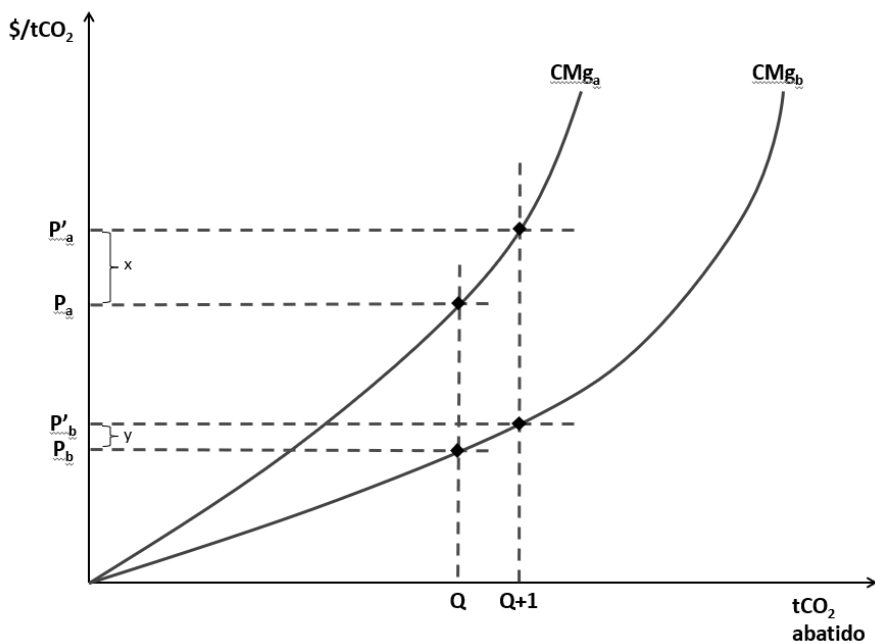
Para tanto, a economia do clima, para ser efetiva no que se refere ao mercado, carece de formulações e conceitos que a justifiquem. Contudo, a solução encontrada revelou-se simples, bastou apropriar-se de alguns dos conceitos da economia política, a saber: custo marginal e custo social, por exemplo. Tais conceitos apresentados com admirável simplicidade, adicionados à palavra carbono – custo marginal do carbono e custo social do carbono –, foram suficientes para o estabelecimento de um braço da economia política, ou seja, a economia do clima.

Para a economia política, o custo marginal constitui o aumento do custo total decorrente da produção de uma unidade adicional de uma mercadoria, como uma medida que expressa a relação entre o custo total e custo unitário – dadas as alterações no nível de produção. Do ponto de vista da economia do clima, basta a inclusão do termo *carbono* ao termo *custo total*. Sob essa perspectiva, aderente à economia política, busca-se quantificar em termos de custos monetários os impactos da emissão de GEE de acordo com os pressupostos da produção ampliada de mercadorias e do desenvolvimento das forças produtivas. Desse modo, uma planta industrial, por exemplo, com maior desenvolvimento das forças produtivas e necessariamente com maior produtividade material, apresentará, portanto, maior custo marginal de abatimento de emissões de carbono. Ou seja, o investimento necessário para a diminuição de

emissões de uma planta industrial que apresenta maior inovação tecnológica é mais custoso em comparação com o custo de uma planta industrial que apresenta maior obsolescência.

No Gráfico 1, tem-se como exemplo duas empresas, *a* e *b*, com seus respectivos custos marginais de abatimento de emissões,  $CM_{ga}$  e  $CM_{gb}$ , no qual evidencia-se que para o aumento de uma unidade de quantidade abatida (de  $Q$  para  $Q+1$ ), aumenta-se o custo em uma proporção maior ( $x > y$ ) para *a* com relação à *b*, pois o custo marginal de *a* é superior ao custo marginal de *b*, dadas as diferenças no nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.

**Gráfico 1 - Custo marginal de abatimento de emissões de carbono equivalente**



elaborado pela autora

Já com relação ao custo social, a economia política o compreende sob a perspectiva do termo “internalização de externalidades” (Mankiw, 2012, p. 198), que pressupõe a diferenciação dos efeitos da produção de mercadorias para o produtor (individual) e para a sociedade. Desse modo, o custo social refere-se aos custos envolvidos no processo produtivo os quais a sociedade paga indiretamente, além dos custos pagos pelos produtores individuais. Nesse sentido, a denominada “internalização de externalidades” refere-se à assunção pela sociedade (internalização) dos custos gerados adversamente no processo de produção de mercadorias (externalidade). Em outras palavras, seriam os custos engendrados por produtores individuais os quais toda a sociedade deve lidar mesmo sem saber quantificá-los monetariamente. A título de exemplo, a poluição atmosférica gerada pela indústria compreendida como custo social, seria a externalidade negativa que toda a sociedade internaliza assumindo os seus efeitos, ora como custos com saúde pública, ora como custos privados em saúde.

Custo marginal do carbono e custo social do carbono constituem dois conceitos exemplares da economia política, que assimilados como economia do clima, explicitam a forma pela qual a consciência ambiental se faz necessária à realização do capital enquanto consciência de racionalização. Dessa racionalização devém a crítica como necessidade, sobretudo na medida em que tais conceitos explicitam a forma pela qual a economia política compreende a relação entre sujeito e objeto, elaborando-a enquanto forma de consciência que naturaliza as relações sociais.

A natureza apartada, compreendida como externa à sociedade, aparece como objeto afetado pelo sujeito (a sociedade semovente do capital) que internaliza as respostas (os efeitos adversos) desse mesmo objeto como custos socializados que compõem os custos gerais do capital, ou seja, os custos sociais. Assim, quando a economia do clima refere-se aos custos sociais do carbono fica-nos a questão da especificidade da forma de

consciência que a emissão de GEE impõe à sociedade. Essa especificidade, a partir de uma perspectiva da crítica do valor, refere-se à necessidade imanente do capital de atribuir seus custos crescentes à exterioridade da natureza, sem reconhecer-se immanentemente crítico, como contraditoriamente produtor dos elementos de sua própria crise.

O custo marginal do carbono expressa também sua crise imanente na medida em que compõe a necessária contabilização, enquanto forma de racionalidade, do desenvolvimento desigual das forças produtivas. Em outras palavras, o custo marginal do carbono, enquanto forma de consciência necessária, se realiza como a medida pela qual o capital contabiliza a possibilidade monetária no mercado financeiro de carbono, sob a sociabilidade da concorrência, que coloca como necessidade a “economia de baixo carbono”. Já o custo social do carbono, analisado criticamente, revela a pretensa harmonia da sociabilidade posta pelo capital, ao compreender como externo o não harmônico, que pode ser conciliado ao ser internalizado pela sociedade como custo, ou seja, como forma monetária do capital.

A publicação “A Economia das Mudanças Climáticas”<sup>4</sup>, conhecida por Relatório Stern<sup>5</sup>, divulgada em outubro de 2006, expressa de forma bem acabada a internalização da externalidade negativa do carbono, apresentando o cálculo de quanto seria o preço da tonelada do carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e), segundo o preço do dólar em 2006, por meio da avaliação do custo social do carbono:

Cálculos preliminares que adotam a abordagem de avaliação adotada nesta revisão sugerem que o custo social do carbono hoje, se permanecermos na trajetória do BAU [*Business as Usual* <sup>6</sup>], é da ordem de US \$ 85 por tonelada de CO<sub>2</sub> m – maior que os números típicos da literatura, principalmente porque tratamos os riscos explicitamente e incorporamos evidências recentes sobre os riscos, mas, ainda assim, bem dentro do intervalo de estimativas publicadas. Esse número está bem acima dos custos marginais de redução em muitos setores. Comparando os custos sociais de carbono na trajetória do BAU [*Business as Usual*] e no caminho para a estabilização a 550ppm CO<sub>2</sub>e, estimamos o excedente de benefícios sobre os custos, em termos de valor presente líquido, a partir da implementação de fortes políticas de mitigação este ano, mudando o mundo para um melhor caminho: os benefícios líquidos seriam da ordem de US \$ 2,5 trilhões. Este valor aumentará ao longo do tempo. Esta não é uma estimativa dos benefícios líquidos ocorridos neste ano, mas uma medida dos benefícios que poderiam advir das ações tomadas este ano; muitos dos custos e os benefícios seriam de médio a longo prazo (2006, p. 26-27, tradução nossa).

A citação acima revela-nos a ideia de precificação do carbono pela análise de custos e oportunidades, desse modo, tal precificação apresentase como imperativo econômico, como o primeiro elemento de política necessário para conformação da economia do clima, segundo o Relatório Stern:

Três elementos de política são requeridos para uma resposta global eficaz. O primeiro é a precificação de carbono, implementada por meio de tributação, comando e controle. O segundo é a política de apoio à inovação e à implantação de tecnologias de baixo carbono. E o terceiro é a ação para remover barreiras à eficiência energética, e informar, educar e persuadir indivíduos sobre o que eles podem fazer para responder às mudanças climáticas (2006, p. VIII, tradução nossa).

A necessidade da precificação como elemento primeiro, explica-se pela ideia de que o preço estabeleceria o “equilíbrio de mercado”. Assim, essa precificação do carbono realizar-se-ia pela tributação ou pela política de comando e controle (tradução usual para a expressão da língua inglesa

*Cap and Trade*). A primeira, a tributação, relaciona-se à ideia de “imposto corretivo” que tem por objetivo corrigir os efeitos das externalidades negativas, tal qual preconizada por Arthur Pigou (1877-1959): “O imposto corretivo ideal seria igual ao custo externo de uma atividade com externalidades negativas” (Mankiw, 2020, p.161).

Já a segunda, a política de comando e controle (*Cap and Trade*) relaciona-se à ideia de estabelecimento de limites ou metas associados à negociação de permissões de emissões de GEE. O limite (correspondente ao termo *Cap* em língua inglesa) pode ser absoluto, isto é, pode apresentar uma meta global em termos nominais, expressa em toneladas de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub>e); ou relativo, pelo estabelecimento de meta por intensidade de emissões (tCO<sub>2</sub>e/\$).

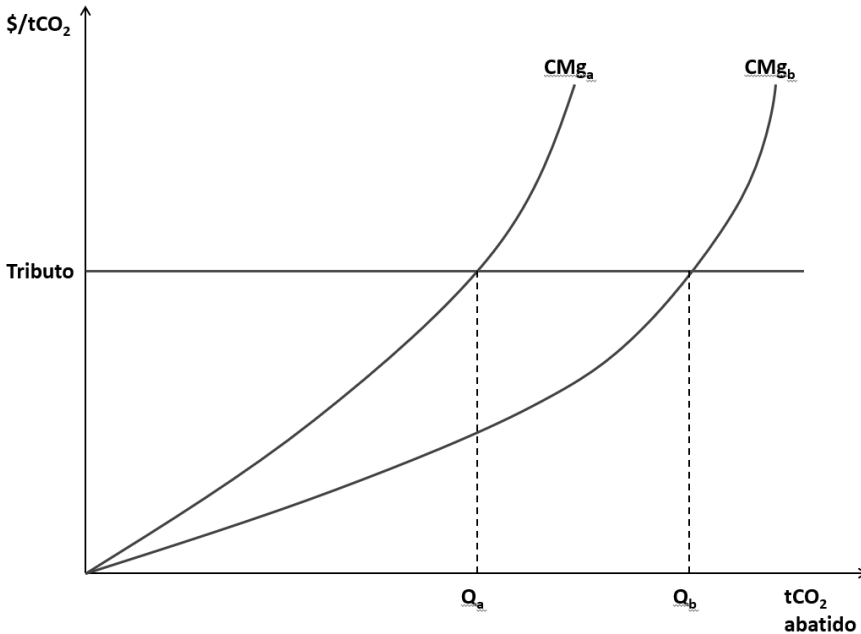
A título de exemplo hipotético comparativo entre duas empresas/países (*a* e *b*) com diferentes níveis de produtividade e, portanto, com distintos níveis de desenvolvimento de suas forças produtivas, o Gráfico 2, o Gráfico 3 e o Gráfico 4 demonstram a relação entre quantidade de emissões e abatimento, bem como os custos marginais para esse abatimento por dois instrumentos de precificação de carbono, isto é, pela tributação e pelo comércio de emissões.

Assim, representadas aqui como capacidades distintas de eficiência de abatimento de CO<sub>2</sub>e atmosférico, temos as curvas de custos marginais (CMg) de abatimento, em que  $CMg_a > CMg_b$ , ou seja, os custos marginais de abatimento de emissões são maiores em *a*, dado o seu maior nível de produtividade.

Em uma representação gráfica da precificação por tributação (Gráfico 2), temos que:



Gráfico 2 - Precificação por tributação



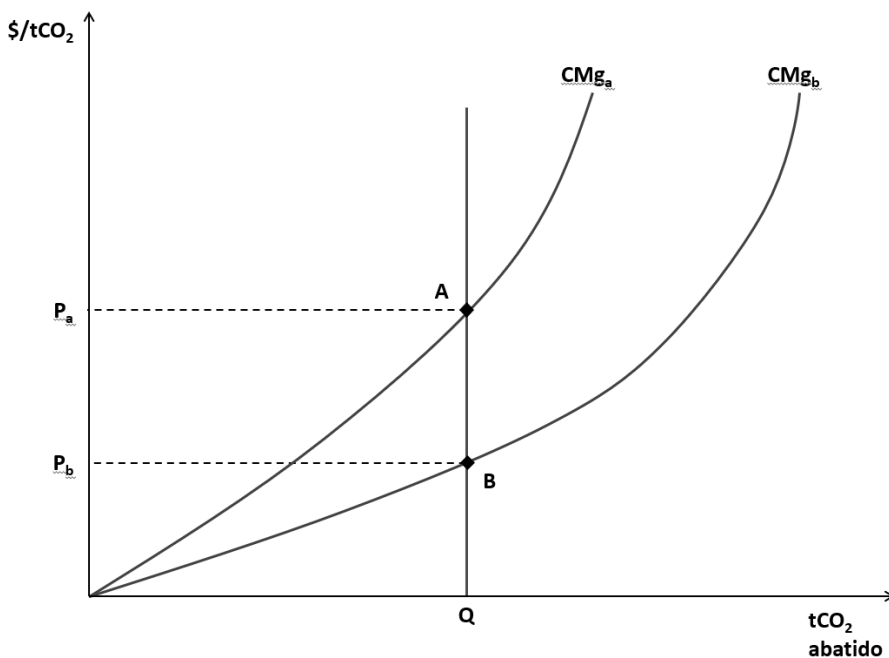
Fonte: Ellerman e Decaux (1998), adaptado pela autora

O Gráfico 2 evidencia que sob a precificação por tributação há a equalização dos custos marginais, impondo quantidades diferenciadas conforme suas curvas de custos marginais em que  $Q_a < Q_b$ . Além disso, tem-se também que a quantidade total abatida ( $Q_{total}$ ) é representada pela soma  $Q_a + Q_b$ . Do ponto de vista de uma crítica do valor, pode-se compreender esse instrumento de precificação como a forma pela qual o tributo impõe-se como custo social o qual toda sociedade deve pagar, conforme suas capacidades individuais de abatimento ( $Q_a$  e  $Q_b$ ), de acordo com suas curvas de custos marginais de abatimento.

Diferentemente, sob o instrumento de precificação denominado *Cap and Trade*, há a equalização dos custos marginais de abatimento a partir da formação de um preço de mercado ( $P_m$ ), de equilíbrio a partir da implementação de um *Cap*, de um limite, ou seja, da implementação de

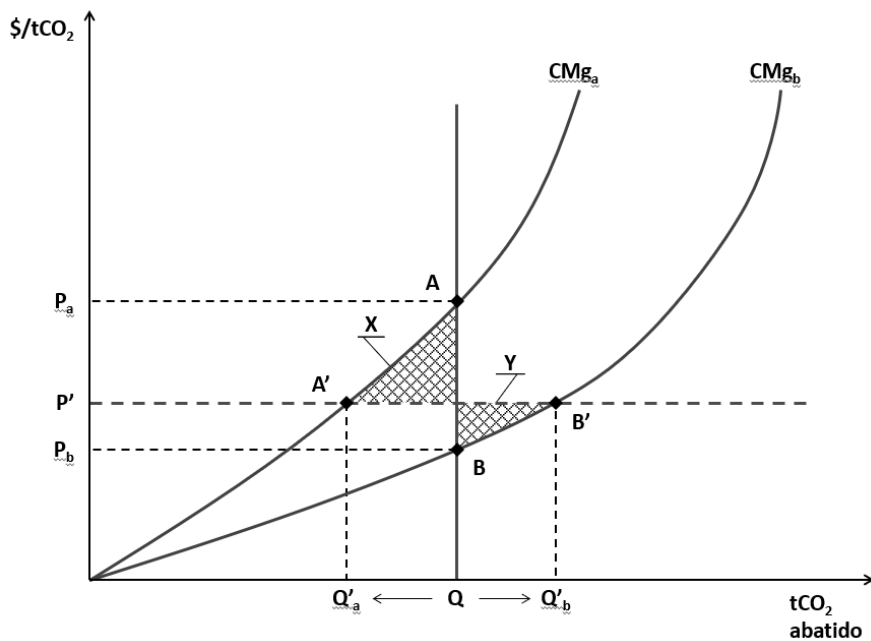
uma quantidade de emissões abatidas ( $Q$ ). O Gráfico 3 e o Gráfico 4 evidenciam esse ajuste de mercado nos preços de  $tCO_2$  abatido com a implementação do denominado *Cap*.

**Gráfico 3 - Precificação por comércio de emissões  
(estabelecimento do *Cap*)**



Fonte: Ellerman e Decaux (1998), adaptado pela autora

**Gráfico 4 - Precificação por comércio de emissões (ajuste do preço pelo mercado após o estabelecimento do Cap)**



Fonte:

Ellerman e Decaux (1998), adaptado pela autora

No primeiro momento (Gráfico 3) tem-se que sob o limite (*Cap*), a quantidade de abatimento estabelecida ( $Q$ ) para uma curva de custo marginal de abatimento  $CMG_a$ , há o preço  $P_a$  por  $t/CO_2$  e o preço  $P_b$  para uma curva  $CMG_b$ , sendo que  $P_a > P_b$ . A partir da implementação do *Cap* ( $Q$ ) há a perspectiva da economia política de que o mercado ajustará seus preços na direção de um equilíbrio na comercialização de ‘direitos de emissões’. Nesse ajuste, conforme o Gráfico 4, a empresa/país  $a$  passaria do ponto  $A$  para o ponto  $A'$  e  $b$  do ponto  $B$  para o ponto  $B'$ , em que o preço ajustar-se-ia para o preço de mercado  $P'$  entre  $P_a$  e  $P_b$ , o qual torna viável economicamente para  $a$  assumir os custos marginais apenas até a quantidade  $Q_a$ , abaixo da quantidade estabelecida  $Q$ . Já para  $b$ , sob o preço

P', é possível economicamente assumir os custos marginais de abatimento até a quantidade  $Q_b$ , superior a  $Q$ , pois sua produtividade é menor do que a da média do mercado. Nesse sentido, dado que  $a$  abate menor quantidade de emissões que a estabelecida pelo *Cap* ( $Q$ ), a empresa/país  $a$  compraria o 'direito de emitir' a quantidade  $Q-Q_a$ ; e  $B$  venderia o 'direito de emitir' a quantidade  $Q_b-Q$  a um preço de mercado  $P'$  que equalize  $Q-Q_a$  e  $Q_b-Q$ , ou seja, a um preço que torne  $Q-Q_a=Q_b-Q$ . As áreas hachuradas  $X$  e  $Y$  representam os custos de abatimento total comprados por  $A$  e vendidos por  $B$ , respectivamente, constituindo pela via do mercado a solução econômica de redução de custos marginais de abatimento para a sociedade como um todo.

Sob essa forma de precificação torna-se bastante evidente que assume-se a disposição em monetizar sob o pressuposto do livre mercado as diferenças entre os distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que os que se encontram em um nível superior à régua do mercado (*cap*) possuem o direito de comprar essa diferença (direitos de emissão) daqueles que apesar de estarem abaixo, ainda conseguem pagar esse custo social denominado *Cap* e vender (*trade*) suas 'sobras' de mitigação de carbono equivalente.

Assim, sob ambos instrumentos de precificação, tributação ou *Cap and Trade*, há o estabelecimento da necessidade de internalização da externalidade negativa de emissões de GEE, em que se busca por meio da precificação – seja pela determinação de um preço, via tributo; seja pela determinação de uma quantidade, via *cap* – a associação entre custo social e custo marginal individual, cuja contabilização deste, reduziria necessariamente aquele. A precificação de emissões de GEE, portanto, seria o fim do direito gratuito de poluir, isto é, seria a assunção monetária individual de custos que antes eram socialmente assumidos enquanto externalidade negativa. Essa monetarização de custos sociais aparece pela primeira vez no Acordo de Paris como necessidade de articulação entre fluxos financeiros, mitigação e adaptação às mudanças climáticas,

conforme revelado pela alínea *c* do segundo artigo que anuncia como um dos objetivos do Acordo a promoção de “fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima”. Assim, podemos refletir que a ideia de resiliência ao clima demandaria maior fluidez dos fluxos econômicos, necessários para o estabelecimento da economia de baixo carbono.

O estudo elaborado em 2017 pela CPLC (sigla para *Carbon Pricing Leadership Coalition* – Coalizão da Liderança do Preço do Carbono), presidido por Joseph E. Stiglitz<sup>7</sup> e Lord Nicholas Stern, intitulado *Report of the High-Level Commission on Carbon Prices* (Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Preços de Carbono) apresentou os níveis mínimos de preços de carbono equivalente associando-os ao alcance da meta de temperatura do Acordo de Paris segundo dois períodos de tempo, o primeiro compreendido até 2020 e o segundo até 2030. Segundo o relatório, a Comissão “conclui que o nível explícito de preço do carbono consistente com a meta de temperatura de Paris é de pelo menos US \$ 40 a 80/tCO<sub>2</sub> até 2020 e de US\$ 50 a 100/tCO<sub>2</sub> até 2030” (2017, p. 03).

Assim, os preços atuais do carbono equivalente estariam muito abaixo do que seria necessário segundo o estudo da CPLC, na medida em que, de acordo com o relatório *State and Trends of the Carbon Pricing* do Banco Mundial de 2019, 51% das precificações de carbono apresentaram preço abaixo de US\$ 10/tCO<sub>2</sub>e. Já o relatório do Banco Mundial de 2022 aponta que o preço médio do crédito de carbono foi de US\$ 3,82/tCO<sub>2</sub>e em 2021, enquanto que o preço médio da taxa de carbono foi de US\$ 6/tCO<sub>2</sub>e em 2021. Nesse sentido, faz-se necessária a reflexão sobre a necessidade de financiamento, em virtude da perspectiva de significativo aumento de preços do carbono equivalente, apresentado como necessário para o alcance dos objetivos enunciados pelo Acordo de Paris.

Durante a 27<sup>a</sup> Conferência das Partes (COP), realizada em novembro de 2022 (em Sharm El Sheikh, Egito), foi criado um fundo compensatório de perdas e danos causados em virtude das mudanças

climáticas no montante de US \$100 bilhões por ano, arrecadado pelas Partes países desenvolvidos. Outro exemplo de mobilização do capital financeiro se expressa pela constituição de títulos verdes<sup>8</sup>, que financiam projetos associados à transição para a economia de baixo carbono.

O processo de precificação do carbono e a realocação de investimentos financeiros em escala mundial, na medida em que forma uma enorme massa monetária sem substância, sem valor, evidencia a forma sobredeterminante pela qual o mercado financeiro mundial passa a constituir, simultânea e contraditoriamente, a sua relação intrínseca com a crise da produção de valor da sociedade fundamentada pelo não trabalho. O fetiche de carbono, expresso na mobilização do capital financeiro – por meio de mecanismos de precificação de carbono – ao revelar-se enquanto expressão fenomênica da lógica do capital em sua semovência, revela-nos impotentes, pois que “a condição objetiva [...] passa às costas dos sujeitos sociais, como pressuposto da efetividade de uma dada sociabilidade chamada capital” (Alfredo, 2010, p. 08). O fetichismo da natureza é justamente essa forma de consciência que se impõe objetivamente como mediação social e ciência. E como toda forma de mediação social, sob o capital, ela também tem como objetivo último realizar o capital em qualquer uma de suas formas – e uma delas é a precificação do carbono.

### **O fetiche do carbono: onipresença, gênese e redenção pelo consumo**

Uma forma específica do fetiche da natureza, o fetiche do carbono, assim como as demais formas de fetichismo, é interpretado como uma forma de consciência religiosa. Ao inserir-se nas mentes a ideia de onipresença do carbono, – em que as atividades cotidianas podem ser contabilizadas em pegadas de carbono – há também a ideia da possibilidade de transubstanciação do carbono, pela indulgência ambiental (Smith, 2007), que neutraliza a culpa gerada pela contabilização daquela

pegada, como expressão da busca pela redenção. O movimento de caráter religioso que conduz à crença da onipresença do carbono, ao sentimento de culpa – enquanto dívida mensurada em pecados tabelados – e ao medo escatológico<sup>9</sup> é possibilitado por uma estrutura religiosa que sustenta o fetiche do carbono, isto é, o capitalismo.

A partir de Walter Benjamin, em *O Capitalismo como religião* (2013), podemos pensar a estrutura imanentemente “religiosa do capitalismo, que não é só uma formação condicionada pela religião, como pensou Weber, mas um fenômeno essencialmente religioso” (Benjamin, 2013, p. 21). O capitalismo, desse modo, não sofreu passivamente a influência por parte de um elemento que lhe é externo, isto é, a religião, sendo o próprio capitalismo constituído enquanto religião, por se tratar de uma forma de consciência imanentemente religiosa. Um traço constituinte dessa estrutura religiosa do capitalismo, analisada por Benjamin, se refere à universalização do sentimento de culpa. Nas palavras do autor, tem-se que:

O capitalismo é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador. Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência. [...] Nisto reside o aspecto historicamente inaudito do capitalismo: a religião não é mais reforma do ser, mas seu esfacelamento (Benjamin, 2013, p. 22).

A consciência de culpa sobre a qual o autor argumenta refere-se à impossibilidade de vislumbre de escapatória da sociabilidade posta pelo capital. Löwy destaca também que Benjamin identifica a “ambiguidade da palavra *Schuld* – isto é, ao mesmo tempo ‘dívida’ e ‘culpa’. [...] Não podemos separar, no sistema da religião capitalista, a ‘culpa mítica’ da dívida econômica” (2005, p. 3). O capitalismo enquanto religião, ao não permitir a ideia de libertação do ser, não o reforma, o esfacela, envolvendo-o em uma trama de preocupações, compreendidas enquanto:

Uma doença do espírito própria da época capitalista. Situação sem saída de cunho espiritual (não material) [...] culpabilizadora. As preocupações são o indicativo dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída [...] de cunho comunitário, não de cunho individual-material (Benjamin, 2013, p. 24).

As preocupações em relação às mudanças climáticas podem ser relacionadas à percepção da situação sem saída descrita por Benjamin. Todavia, sob o fetiche do carbono, a situação sem saída, metafísica e social (comunitária, nas palavras do autor), é apresentada como superável por ser considerada enquanto materialidade, pois que passível de ser individualmente transformada por meio da neutralização do carbono.

Nesse momento podemos refletir sobre a expressão do sentimento de culpa enquanto universalidade do culto culpabilizador do capitalismo na denominada “pegada de carbono”. Essa representação conformada por meio do cálculo é relativa a uma forma de consciência totalizante e culpabilizadora, que visa calcular a parcela de culpa individual no processo pressuposto e universal do impacto ambiental engendrado pela presença humana. Assim, a pegada de carbono visa avaliar o impacto do consumo – ontologizado na forma de impacto ambiental antropogênico – por meio de uma pretensa neutralidade, colocada pela mensuração do impacto ambiental de acordo com as características qualitativas das mercadorias e serviços consumidos individualmente (como os tipos de transporte utilizados, as fontes de energia, a dieta alimentar, o tipo de moradia etc.)<sup>10</sup>.

A pegada de carbono constitui-se numa abstração que analisa o consumo enquanto totalidade mediatizada por uma forma de consciência fetichista, uma expressão da “sob(re)vida [que] é a vida reduzida aos imperativos econômicos [...] a vida reduzida ao consumível” (Vaneigem, 1980, p. 166). A partir da pegada de carbono, o cotidiano é medido por meio das mercadorias consumidas, revelando a



[...] capacidade em números de produzir e de fazer produzir, de consumir e de fazer consumir. [...] Até o humilde prazer de um passeio de automóvel se avalia habitualmente pelo número de quilômetros percorridos, pela velocidade atingida e pelo consumo de gasolina. [...] O qualitativo reveste lentamente o aspecto de um infinito quantitativo (Vaneigem, 1980, p. 92).

Essa forma de consciência que reduz a vida ao consumo e este à pegada de carbono expressa simultaneamente a quantificação<sup>11</sup> e o “conhecimento enciclopédico das mercadorias” (Marx, 1996, p. 166), constituindo uma linguagem espetacular<sup>12</sup> (Debord, 1997). Assim, o consumidor ao aceder à onipresença do carbono pode avaliar, escolher e redimir-se de sua parcela de culpa tornando-se “um consumidor consciente [que] sabe que pode ser um agente transformador da sociedade por meio do seu ato de consumo” (Brasil, 2017)<sup>13</sup>.

Assim, o sentimento de impotência perante a semovência da reprodução social perde espaço para a ideia de escolha, por meio da constituição da ideia de um consumidor consciente, expressando a necessidade de “chamar dom de si ao que não passava de castração, pintar com as cores da liberdade a escolha de várias servidões. O sentimento de dever cumprido faz de cada qual o respeitável carrasco de si próprio” (Vaneigem, 1980, p. 113). Quando a obrigação da semovência de uma sociabilidade posta pelo consumo apresenta-se enquanto escolha e empoderamento, é constituída, portanto, a servidão sem senhor.

Distanciando-se dos “profetas do apocalipse ambiental” (Oliveira, 2012) que apregoavam a existência de limites para o crescimento econômico e a necessidade de sua estagnação sob a pena de um cataclismo (em consonância com os pressupostos do relatório *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*<sup>14</sup>), os tecnocratas da contabilidade do carbono, na qualidade de vorazes comerciantes de indulgências ambientais, trazem boas novas: para se alcançar a redenção não se faz mais necessário “o velho sacrifício-dom ligado às forças cósmicas” (Vaneigem, 1980, p. 114). Agora

é possível um “sacrifício-troca tabelado” (Vaneigem, 1980, p. 114), constituindo uma lógica da compensação em que a redenção é alcançada pelo consumo.

O consumidor consciente, encontra-se de forma ambivalente perante as mercadorias, se de um lado o conhecimento enciclopédico sobre elas confere-lhe sensação de poder e de escolha do que se consome, por outro, tal consciência, ao considerar a produção de mercadorias como inevitabilidade capaz de desdobrar-se em uma reação em cadeia, mobiliza simultaneamente, o medo. Connolly e Prothero, ao analisarem entrevistas com “consumidores verdes”, chegaram à conclusão de que o sentimento de poder individual é acompanhado pela ambivalência, incerteza e culpa:

O sentimento de poder individual é acompanhado pela incerteza adicional de saber o que fazer. Então, de certa forma, os indivíduos ficam com a sensação de que sabem, que devem e podem fazer algo, mas não sabem qual é a coisa certa a fazer. Não surpreende, portanto, que, além dessas tentativas de tomar as decisões corretas, também haja sentimentos de culpa, ambivalência, compromisso e inconsistências no tratamento de questões ambientais no nível pessoal. [...] A verdadeira questão para a investigação não é qual é a decisão certa, mas porque as pessoas sentem tanta pressão para tomar essa decisão. Nosso argumento é que esses indivíduos sentem um poder individual expresso em um sentimento de responsabilidade pelos problemas e soluções para os problemas ambientais globais. Tais sentimentos de poder estão assim levando a outros sentimentos de indecisão e confusão sobre o que fazer (2008, p. 133, tradução nossa).

O poder individual, ao estar associado à culpa e à incerteza, mobiliza o medo já presente, engendrado pela ideia de colapso ambiental iminente. O medo como força motriz do social remete-nos a Hobbes, aqui considerado como expoente do pensamento acerca da conformação do capitalismo sob a figura do Leviatã.

Segundo o autor, “as paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho” (Hobbes, 1983, p. 77). O medo é apresentado pelo autor como primeira

paixão que mobiliza os homens, seguida por outra paixão, a esperança. Desse modo, Hobbes em sua argumentação apresenta as paixões de forma dupla, nas palavras de Renato Janine Ribeiro “pode-se reduzir a pares a multiplicidade das paixões: medo e esperança, aversão e desejo ou, em termos físicos, repulsão e atração. Mas não é possível escutar a filosofia hobbesiana pela nota só do medo, que não existe sem o contraponto da esperança” (2004, p. 23).

A filosofia hobbesiana aparece em um primeiro momento como reveladora da dinâmica social, ainda mais quando deparamo-nos com um discurso sobre as mudanças climáticas como o que se segue:

Os adultos ficam dizendo: “devemos dar *esperança* aos jovens”. Mas eu não quero a sua esperança. Eu não quero que vocês estejam esperançosos. Eu quero que vocês estejam em *pânico*. Quero que vocês sintam o *medo* que eu sinto todos os dias. E eu quero que vocês ajam. Quero que *ajam* como agiriam em uma *crise*. Quero que vocês ajam como se a casa estivesse pegando fogo, porque está<sup>15</sup>.

O discurso acima apresenta o par medo e esperança, tal qual apresentado por Hobbes, como uma manifestação da operacionalidade da filosofia hobbesiana. Assim, resta-nos refletirmos sobre a origem das paixões para Hobbes. Segundo o autor, as paixões são decorrentes do ínfimo movimento interno de um corpo denominado esforço<sup>16</sup>, visando à aproximação (desejo e apetite) ou afastamento (aversão) em direção a algo, constituindo uma compreensão mecânica do corpo e das paixões por serem decorrentes da sensação, isto é, da atuação de objetos externos sobre o corpo.

O próprio Estado civil, isto é, o Leviatã, é descrito por Hobbes como um corpo artificial, um autômato, constituído a partir da renúncia do homem natural de seu direito de natureza<sup>17</sup>, constituindo assim o poder soberano. Hobbes argumenta que o homem natural mobilizado pelo medo da morte violenta e pela esperança de subjugar o outro, ao tornar-se cidadão, revelaria “o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária [...] das paixões naturais dos homens, quando

não há poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito” (Hobbes, 1983, p. 103). Assim, o medo difuso da morte violenta do homem natural, ao tornar-se cidadão, pela transferência<sup>18</sup> de seu direito natural, é substituído pelo medo do descumprimento do contrato, fazendo-se necessário um poder coercitivo, que obriga o cumprimento dos contratos, isto é, a soberania.

Nesse sentido, podemos interpretar o discurso citado sobre mudanças climáticas, de Greta Thunberg, que evoca o medo contrapondo-o à esperança, como expressão da percepção de injustiça nos moldes hobbesianos, isto é, enquanto descumprimento de contratos, enquanto descumprimento dos acordos referentes às mudanças climáticas celebrados entre Estados.

Entretanto, tal medo aqui é interpretado de outra forma, isto é, como expressão do processo de individuação posto pela socialização total capitalista que integra os indivíduos impelindo-os a se adaptarem a ela a qualquer custo. Segundo Adorno, os indivíduos realizam o universal, ou seja, a sociedade de troca, por meio do princípio de individuação, que singulariza o universal de modo impotente, relegando os indivíduos “ao papel de meros órgãos de execução do universal” (2009, p. 284).

O universal considerado racional, simplesmente por sua forma enquanto universalidade apresenta-se como não carecente de reflexão e, por isso, a socialização total é percebida enquanto inevitável pelos indivíduos que buscam incessantemente assemelharem-se a ela, transformando-os “naquilo contra o que eles não podem nada e que os nega. [...] Por si mesmo, por assim dizer a priori, eles se comportam de acordo com o inevitável. Apesar do princípio nominalista os fazer acreditar na singularização, eles agem coletivamente” (Adorno, 2009, p. 285). A partir desse trecho de Adorno, pode-se refletir sobre a impotência do indivíduo perante a sociabilidade capitalista em relação a qual ele busca

constantemente adequar-se, sob a pena de morte social, mobilizando continuamente o medo. Nas palavras do autor:

O comportamento econômico e social do indivíduo não se realiza meramente pelo cálculo econômico, pelo interesse de lucro. Na verdade, isso foi construído posteriormente, a fim de apreender – em alguma medida a fórmula que acrescenta pouca novidade ao estado de coisas – a racionalidade do comportamento econômico médio, que não é de forma alguma evidente a partir do indivíduo. Mais essencialmente como motivo subjetivo da racionalidade objetiva é o medo [*Angst*]. Ele é mediado. Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delineia-se o rebaixamento socioeconômico. Torna-se visível o caminho para o associal. [...] O medo [*Angst*] de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico internalizou-se há muito [...] sedimentando-se no indivíduo. (Adorno, 2007, p. 77).

O medo da morte social intensifica-se, segundo Safatle, com o neoliberalismo, engendrado pela crise do Estado-providência, a partir da década de 1970. Esse processo é assim descrito pelo autor:

O desmantelamento neoliberal do sistema de seguridade social construído pelos ditos Estados de Bem-Estar a partir dos anos de 1970 [...] momento em que as sociedades capitalistas não podiam mais constituir sua coesão social e sua adesão psicológica através do recurso aos modelos de internalização psíquica de uma ética do trabalho de moldes weberianos (Safatle, 2016, p. 137).

A impossibilidade de coesão social e adesão psicológica tratada pelo autor é expressão da crise da sociedade do trabalho, posta pela improdutividade crítica imanente do capital, constitutiva da “sociedade do não trabalho” (Alfredo, 2010, p. 47). Nessa situação de crise do trabalho, o medo é continuamente mobilizado. Segundo a exposição de Safatle: “uma mobilização contínua do medo advindo do risco de morte social só é efetivamente possível a partir do momento em que o desmantelamento do Estado-providência se impôs como realidade inelutável e consensual” (Safatle, 2016, p. 141).

Assim, mostra-se pertinente refletirmos sobre a evocação do medo no discurso proferido por Greta Thunberg, no Fórum Econômico Mundial de Davos, com a argumentação de que os representantes de Estados deveriam estar em pânico, revelando essa demanda como expressão da redução da dinâmica do político “à simples construção e gestão desse objeto de ‘fobia social’. A política se transforma assim na gestão da fobia” (Safatle, 2016, p. 76).

A gestão da fobia social em torno das mudanças climáticas revela-se particularmente eficaz na medida em que a ameaça da morte social devém antes das mudanças climáticas do que da objetividade econômica. Essa inversão contra-intuitiva, na verdade, mostra-nos exatamente a forma pela qual o capital deve aparecer menos ameaçador do que natureza. Ao naturalizar uma concepção específica da natureza, naturaliza-se a sociabilidade posta pelo capital, o medo da morte social aparece antes de tudo como medo das mudanças climáticas, posto que o medo econômico enquanto certeza já não se faz mais premente, pois que sempre está no horizonte.

A organização social do medo coloca-nos, portanto, o objeto do medo como exterioridade, como natureza, de tal modo que o sofrimento posto pelo medo repõe-se como coação social da redenção verde da forma mercadoria. Não é disparatado o medo de Greta Thunberg, o seu medo individual é o medo que mobiliza os indivíduos em pânico a demandarem dos Estados a garantia de continuidade de um mundo fadado ao colapso. A mobilização desse medo, portanto, não imobiliza, como costuma-se pensar sobre a consequência provável da instauração desse sentimento, ao contrário, esse medo promove e mobiliza o fetiche de carbono consolidando os pressupostos necessários para a conformação da forma mercadoria, por meio da precificação e neutralização do carbono equivalente.

Assim, a mobilização contínua do medo, o fetiche do carbono e a concreção cultural do capitalismo como culto permanente e culpabilizador,

mediados pelo nexos posto pelo consumo, põe os indivíduos a consumir, e a:

[...] compensação se converte em um esforço para anular a consciência “dolorosa” de determinada deficiência de comportamento ou de personalidade [...] os produtos e marcas que carregam selos que atestam “livre de carbono” ou “carbono zero” geram uma compensação moral para o consumidor (Cornetta, 2012, p. 181).

A redenção pelo mercado se faz como necessidade pela consideração da inevitabilidade do mercado onipotente associada à impotência do indivíduo que se percebe enquanto consumidor consciente empoderado. Constitui-se, assim, a forma de consciência acerca da “salvação do mercado e pelo mercado, assentada em uma visão de fim do mundo que tem produzido a ideia de redenção pelo consumo” (Fontenelle, 2013, p. 146). São forjadas assim, simultaneamente, uma mercadoria e sua forma de consciência, ou seja, o carbono equivalente. Nesse mesmo sentido, Fontenelle escreve que:

[...] a culpa, que vem sendo produzida pelo novo paradigma ambiental, que tem produzido uma visão escatológica, de fim da espécie humana, por conta do hiperconsumismo das sociedades modernas é ressignificada pela mídia de negócios. No contexto midiático-mercadológico, a ideia do fim persiste, mas é recoberta pela lógica de que é possível continuar consumindo, desde que seja de [...] forma responsável pelos consumidores [...] [garantindo] que o consumo de cada um não provoque o fim de todos (Fontenelle, 2013, p. 146).

Sob o capital, nas cisões entre agressores e agredidos, entre sociedade e natureza, a trégua suposta pelo consumo é mero placebo. Sem trégua nem piedade, o capital se põe devastando, não a chamada natureza, mas a sociedade, pela violência da aniquilação da possibilidade da crítica enquanto desnaturalização das formas de consciência. O fetichismo da forma mercadoria, enquanto fetiche da natureza, anima a ilusão de conciliação das contradições do capital, pela ideia de compassar o capital com a sua natureza, externalizada, naturalizada. Para tanto, essa forma de consciência enquanto fetiche do carbono é introjetada violentamente nas

consciências individualizadas e culpabilizadas pelo chicote das demandas por indulgências ambientais.

### **Considerações finais**

A partir da reflexão acerca da natureza enquanto forma de consciência, buscou-se constituir um percurso lógico argumentativo, de modo que fosse evidenciada a naturalização de formas sociais postas objetivamente pelo capital. Assim, o fetiche da natureza, por ser uma forma de consciência que não aparece como tal, mas tão somente como natural, surge enquanto objetividade na medida em que determina a realização da forma mercadoria sob a precificação do carbono. Torna-se imperativa, portanto, a necessidade de sua crítica como desvelamento e desnaturalização de sua objetividade enquanto racionalização do carbono como forma mercadoria.

Ao analisarmos a criação do mercado de carbono por meio do estabelecimento de metas impostas e vinculantes, sob um acordo climático mundial, isto é, sob o Protocolo de Quioto, torna-se necessário compreendê-la como um empenho em inscrever na sociedade mundial o fetichismo de uma consciência ambiental. Com o Acordo de Paris, por meio da precificação do carbono já não se faz mais necessária a imposição de metas, agora tornadas voluntárias. Nesse processo, no qual não há mais a necessidade de imposições de metas vinculantes, as imposições passam a ser postas por uma racionalidade fetichista que naturaliza o desenvolvimento das forças produtivas e a concorrência por meio da economia do clima.

A economia do clima aparece, portanto, como objetividade posta pela natureza, revelando-se enquanto forma fetichista do tautológico desenvolvimento das forças produtivas e da necessidade de mobilização do capital financeiro, justificada pela necessidade de realocação de recursos



para investimentos com vistas à descarbonização. Desse modo, o carbono equivalente realiza o capital em sua forma crítica na medida em que surge como uma necessidade imposta por uma natureza, sob o invólucro de uma nova e inevitável economia: a economia de baixo carbono.

O processo de precificação do carbono e a realocação de investimentos financeiros em escala mundial, na medida em que forma uma enorme massa monetária sem substância, sem valor, evidencia, assim, a forma sobredeterminante pela qual o mercado financeiro mundial passa a constituir, simultânea e contraditoriamente, a sua relação intrínseca com a crise da produção de valor de uma sociedade fundamentada pelo não trabalho. O fetiche de carbono, expresso na mobilização do capital financeiro – por meio de mecanismos de precificação de carbono – ao revelar-se enquanto expressão fenomênica da lógica do capital em sua semovência, revela-nos impotentes.

Dessa impotência deriva o fetiche do carbono como mediação necessária para a conformação da redução da vida ao quantitativo por meio da métrica do carbono equivalente, percebido como onipresente, tornando cada ato ou pensamento inescapável à quantidade correspondente de emissões, emitidas ou permitidas, expressas por uma linguagem espetacular. Seja comprando ou vendendo permissões de emissões, a gênese desse direito, tornado possível em virtude da sob(re)vida, da vida reduzida ao consumível, traz consigo o sentimento de culpa, enquanto dívida mensurada em pecados tabelados; o medo da morte social, percebido enquanto medo das mudanças climáticas; e, a ideia do mercado como redenção possível pela realização das indulgências ambientais, isto é, pela neutralização das pegadas de carbono na forma do carbono equivalente.

## Notas

1. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail de contato: [talita.ferreira@usp.br](mailto:talita.ferreira@usp.br)
2. Grossmann argumenta na obra *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis* (1979), que o capitalismo apresenta a tendência imanente ao colapso, uma vez que “possui um caráter de necessidade absoluta, que surge da essência do modo de produção capitalista” (Grossmann, 1979, p. 186, tradução nossa). A tendência ao colapso é desse modo colocada pela produção do valor, de modo que o autor destaca passagens de *O Capital*, de Marx que explicitam essa tendência, como a que segue: a “lei absoluta geral, da acumulação capitalista [...] provocaria o colapso da produção capitalista, senão operassem constantemente tendências contrariantes com efeito descentralizador, junto a força centrípeta” (Marx apud Grossmann, 1979, p. 187, tradução nossa). Desse modo, Grossmann empenha-se em desvelar a atuação de tendências contrárias ao colapso que revelam “o motivo pelo qual a denominada tendência ao colapso não se impõe rapidamente” (Grossmann, 1979, p. 54, tradução nossa). Todavia, Grossmann ressalta que essas contratendências não significam a obliteração da tendência ao colapso, nas palavras do autor: “[...] a verificação da existência de tendências contrárias não traz consigo a abolição do efeito da tendência originária ao colapso; esta não deixa de existir por esse motivo” (Grossmann, 1979, p. 54, tradução nossa).
3. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima diferencia os países em Partes do Anexo I e não-Partes do Anexo I. O Anexo I é composto por países que contribuíram de forma mais intensa para o aquecimento global devido às suas emissões históricas de GEE, entre eles constam os países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Rússia e países industrializados que eram pertencentes à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
4. *The Economics of Climate Change* (A Economia das Mudanças Climáticas), documento preparado para o Governo do Reino Unido sobre os efeitos das mudanças climáticas na economia mundial. Disponível em: [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview\\_report\\_complete.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.
5. Em referência ao Lord Nicholas Stern, membro da realeza britânica, cujo título é Barão de Brentford. É um economista e parlamentar inglês (membro do Comitê de Assuntos Econômicos desde julho de 2019), presidente do Instituto de Pesquisa sobre Mudança Climática e Meio Ambiente de Grantham, da *London School of Economics* e ex-Economista Chefe do Banco Mundial. Coordenou o relatório *The Economics of Climate Change* (A Economia das Mudanças Climáticas).
6. Negócios como de costume, tradução nossa.
7. Economista estadunidense, premiado em 2001 com Prêmio Nobel de Economia e professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque).
8. Segundo o Relatório Anual de 2019 do Banco Mundial “emitimos títulos verdes, que aproveitam os mercados de capitais para apoiar projetos relacionados ao clima e

direcionar a atenção dos investidores para os compromissos ambientais, sociais e de governança dos emissores. Emitimos o primeiro título do mundo classificado como verde em 2008, e nossos títulos verdes captaram o equivalente a US\$ 13 bilhões por meio de mais de 150 transações em 20 moedas. Em novembro de 2018, comemoramos o aniversário de 10 anos do primeiro título verde com três grandes emissões de referência em euro, dólar australiano e dólar americano, mobilizando o equivalente a US\$ 1,3 bilhão” (2019, p. 59).

9. Aqui assume-se a seguinte acepção, presente no dicionário Michaelis: escatologia refere-se à “1 Doutrina acerca das coisas que devem ocorrer no fim dos tempos, no fim do mundo. 2 TEOL Doutrina sobre o destino último do homem e do mundo, geralmente apocalíptica”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/YNVy/escatologia-2/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

10. Há vários sites que dispõem de calculadoras da pegada de carbono individual, dentre eles destacam-se: <https://calculator.moss.earth/> e <https://iniciativaverde.org.br/calculadora>. Acesso em: 14 dez. 2022.

11. O processo de quantificação por meio do cálculo da pegada de carbono decompõe as diferenças qualitativas das mercadorias consumidas, equiparando-as quantitativamente por meio de um equivalente geral, o carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e).

12. Debord elucidava-nos o modo pelo qual a linguagem espetacular é constituída, cuja fundamentação jaz na forma mercadoria, nas palavras do autor: “a tão evidente perda da qualidade, em todos os níveis, dos objetos que a linguagem espetacular utiliza e das atitudes que ela ordena apenas traduz o caráter fundamental da produção real que afasta a realidade: sob todos os pontos de vista, a forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo mesma, a categoria do quantitativo. Ela desenvolve o quantitativo e só pode se desenvolver nele” (Debord, 1997, p. 28).

13. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/quem-e-o-consumidor-consciente>. Acesso em: 14 dez. 2022.

14. O relatório fundamenta a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1972 (também denominada por Conferência de Estocolmo) e parte do pressuposto da existência de um sistema global, formado por elementos variados e interdependentes: econômicos, políticos, naturais e sociais. Assim, segundo o relatório, conhecido por Limites do Crescimento, há cinco “fatores básicos que determinam e que, por conseguinte, em última análise, limitam o crescimento em nosso planeta: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição” (1973, p. 11-12).

15. Discurso de Greta Thunberg no Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado em janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/20/quem-e-greta-thunberg-a-jovem-ativista-que-esta-por-tras-da-greve-global-pelo-clima.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

16. Mobilizado pela sensação sensível, pela pressão de objetos externos sobre o corpo, colocando-o em movimento, que por sua vez é conservado pela inércia.

17. Nas palavras de Hobbes “O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim” (Hobbes, 1983, p. 78).

18. Segundo Hobbes essa transferência se realizaria “como se cada homem dissesse a cada homem: cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferirem a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações” (Hobbes, 1983, p. 105).

## Referências

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro : Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo : Editora Unesp, 2007.

ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetichismo do Capital e Sociabilidade Crítica*. São Paulo : Revista Terra Livre. Revista da Associação Nacional de Geógrafos, ano 26, v.1, n. 34, Jan-Jun 2010, p. 37-62. Disponível

em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/309/292>.

\_\_\_\_\_. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo : Annablume; Fapesp, 2013.

BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2015.

CARBON PRICING LEADERSHIP COALITION. *Report of the High-Level Commission on Carbon Prices*. Washington : The World Bank Institute, 2017.

CONNOLLY, J.; PROTHERO, A. *Green consumption: life politics, risk and contradictions*. *Journal of Consumer Culture*, 8 (1):117-145, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235356572\\_Green\\_Consumption](https://www.researchgate.net/publication/235356572_Green_Consumption). Acesso em: 14 dez. 2022.

CORNETTA, Andrei. *A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação*. São Paulo : Annablume; Fapesp, 2012.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.

ELLERMAN, A. D; DECAUX, A. *Analysis of Post-Kyoto Emissions Trading Using Marginal Abatement Curves*. MIT Joint Program Report, Cambridge n. 40, out. 1998. Disponível em: [https://globalchange.mit.edu/sites/default/files/MITJPSPGC\\_Rpt40.pdf](https://globalchange.mit.edu/sites/default/files/MITJPSPGC_Rpt40.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

FERREIRA, Talita Amaral Sanches. *Produção fictícia da natureza: o fetichismo do carbono*. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032020-170937/publico/2019\\_TalitaAmaralSanchesFerreira\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032020-170937/publico/2019_TalitaAmaralSanchesFerreira_VCorr.pdf). Acesso em: 14. dez. 2022.

FONTENELLE, I. A. *A ressignificação da crise ambiental pela mídia de negócios: responsabilidade empresarial e redenção pelo consumo*. *Galaxia* (São Paulo, Online), n.

26, p. 135-147, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a11.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. México : Siglo Veintiuno Editores, 1979.

HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo : Abril Cultura, 1983.

LÖWY, Michael. O capitalismo como religião. Versão editada da conferência de Michael na Universidade de São Paulo no dia 29 de setembro de 2004 (tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves). São Paulo : Folha de São Paulo, Caderno Mais, 18 set. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200508.htm>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MANKIWI, Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo : Cengage Learning, 2012.

MARX, Karl. *Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857 - 1858 : esboços da crítica da economia política*. São Paulo : Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital : crítica da economia política (Os economistas)*. Volume I, Livro Primeiro, Tomos 1 e 2. São Paulo : Abril Cultural, 1996.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MOREIRA, Helena Margarido. *A formação da nova geografia política das mudanças climáticas: o papel dos Estados Unidos e da China*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08072015-113853/en.php>. Acesso em: 13 dez. 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os limites do crescimento 40 anos depois: Das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 1, 2012. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 14 dez. 2022.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2004.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos : corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018.

SMITH, K. *The carbon neutral myth. Offset indulgences for your climate sins*. Amsterdam : Transnational Institute, 2007.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para a geração nova*. Porto : Afrontamento, 1980.

WORLD BANK. *The State and trends of carbon pricing*. Washington : The World Bank Institute, 2019.

\_\_\_\_\_. *The State and trends of carbon pricing*. Washington : The World Bank Institute, 2022.

# **Raça, Natureza e Trabalho: Modernização brasileira e regulação da força de trabalho em São Paulo**

*Guilherme Estevão dos Santos*<sup>1</sup>

## **Introdução**

A compreensão da raça e seus desdobramentos não pode efetivar-se sem uma análise total do tempo e do espaço, ou seja, sem uma análise histórica e universal, que por mais que sejam apreendidos em fragmentos possuem caráter lógico. A análise fragmentada, de um recorte por si e para si, não passa de uma abstração da realidade, realidade essa que só pode ser apreendida em seu caráter total e simultâneo. Portanto, conceber o conceito de raça sem determinar suas conexões externas nos traz apenas a contradição existencial do próprio conceito. Devemos assim determinar a essência do conceito, sua gênese, as bases reais de seu fundamento que no mundo moderno é indissociável do trabalho, ou melhor, da lógica do trabalho, que por sua vez é a consciência fundante e necessária para a constituição do mundo moderno.

Anteriormente à caracterização da raça como consciência moderna se faz pertinente compreender seus sentidos. Para tanto devemos estabelecer que a ideia de raça surge como instrumento de diferenciação dos povos, e que tal diferenciação se faz primeiro objetivamente, na conformação do escravismo como eixo central da acumulação primitiva do capital no século XVI, e apenas posteriormente se põe subjetivamente com o desenvolvimento da ciência e da raça como conceito biológico no século XVIII, no qual a ideia de natureza se faz presente.

Disso deriva compreender os pressupostos pré-modernos da raça, ou seja, apreender e reconhecer que o processo de diferenciação dos povos

não se inicia na modernidade, como nos aponta Moore (2007 p.160), mas que tem nela sua efetividade, conformando a partir da acumulação primitiva o sistema colonial baseado na escravização dos povos situados nos continentes africano e americano pelos europeus.

A alteridade posta no processo, fundamentada pela lógica moderna de separação entre sujeito e objeto, estabelece o processo de coisificação necessário para o estabelecimento dos africanos e ameríndios como meras mercadorias (força de trabalho) e por sua vez para a conformação e imposição da lógica do trabalho em âmbito mundial, criando as bases da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2011).

A acumulação primitiva coloca lado a lado e de forma simultânea dois processos, o primeiro diz respeito ao sistema colonial e a formação do comércio marítimo triangular (Williams, 2012), o segundo se refere à diluição da sociedade feudal na Europa e à Revolução Industrial. Ambos processos têm como marca fundamental a expropriação. Se de um lado observamos a expropriação dos nativos africanos e americanos de seus próprios corpos, através do sequestro e do cativo, na Europa tal expropriação tem como marca a tomada da terra dos produtores rurais e sua inserção forçada como trabalhadores duplamente livres, primeiro das guildas feudais e depois dos meios de produção. Desse modo, a acumulação primitiva se estabelece criando uma massa mundial de expropriados que dominados, de uma forma ou de outra, pela lógica do trabalho vão construir a base material e metafísica do modo de produção capitalista. Para Marx a “assim chamada acumulação primitiva” é, portanto, “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2011, p. 515).

A constituição da massa mundial de expropriados e por consequência de trabalhadores expressa o caráter violento da acumulação primitiva e da sociedade moderna. Os métodos “idílicos” do capital

permeiam o processo e estabelecem a violência como forma de ser da acumulação capitalista, assim foi com a expropriação dos produtores rurais e a transformação dos mesmos em trabalhadores industriais super explorados e com o sequestro e cativeiro de seres humanos na África para o desenvolvimento das monoculturas na América. Assim sendo, tais métodos “idílicos” expressos seja através da violência econômica ou extra econômica “proclamam a extração da mais-valia como objetivo último e único da humanidade”.

A pilhagem, a escravidão e o assassinato se estabelecem, portanto, como elementos inerentes à civilização moderna e capitalista, tais métodos permeiam toda história e geografia do capitalismo, ou seja, se reproduzem espacial e temporalmente, pois constituem a essência do modo de produção capitalista. Tal violência reproduzida historicamente marca a destituição dos modos de vida tradicionais, pois tem como característica fundamental a subordinação de determinado povo e/ou território à produção de valor, o que só pode ocorrer via separação entre produtores e meios de produção. Dessa forma, se efetiva o caráter totalitário do capital, e desse ponto de vista não há povo, território ou cultura autônoma, tudo e todos estão submetidos à expropriação e à produção de valor e, por fim, à lógica do capital, de forma que “o capitalista procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio” (Marx, 2011, p. 542).

O entendimento acerca dos processos de expropriação e incorporação de novos territórios e povos à lógica do capital, postos como processos inerentes à acumulação capitalista e que portanto marcariam diversos momentos históricos do capitalismo, revela algumas interpretações distintas sobre o que vem a ser a acumulação primitiva. Muitas interpretações marxistas, como a de Silvia Federici, consideram a acumulação primitiva como processo duradouro que “não foi um acontecimento histórico único”, sendo fundamental nos momentos de crise, nos quais cresce a “resistência generalizada contra a regulamentação



capitalista” (Frederici, 2017, p. 26). Em contraposição a essa tese, salientamos aqui dois argumentos, o primeiro diz respeito à maneira como Marx se refere à acumulação primitiva como “a assim chamada”, o que deriva da precaução metodológica de não estabelecer a acumulação primitiva como gênese do capitalismo, mas sim, e aqui se localiza o segundo argumento, de compreender e localizar sua função dentro da história do capital. Tal função é lógica e pressuposta já na formação e crise do sistema feudal, ou seja, a acumulação primitiva está situada nesse momento fundamental da história do capitalismo e não em outros, entendidos aqui como momentos da reprodução ampliada do capital.

A acumulação primitiva se localiza a partir de um “conjunto de transformações revolucionárias” (Ianni, 1978) que expressam o momento único e fundamental da formação do mundo moderno, cujos desdobramentos refletiram na consolidação do mercado mundial e submissão de todos os povos à acumulação capitalista. Há, portanto, um arranjo complexo e contraditório de determinações que culminam na efetividade da acumulação primitiva, como, por exemplo, a simultaneidade entre o trabalho livre na Europa e o cativo na América; a transição da ordem feudal para a ordem capitalista; assim como a diluição dos governos monárquicos e a constituição dos estados modernos. O caráter da acumulação primitiva, portanto, não deve ser buscado a partir de tal complexidade e contradições, mas sim da compreensão do seu fundamento, a consolidação e imposição da lógica burguesa de acumulação. Todas as contradições e particularidades envolvidas se movem a partir dela.

### **Raça enquanto natureza da forma-valor**

A modernização, caracterizada pela diluição da sociedade medieval e surgimento do Iluminismo, tem como característica o pensamento dualista e austero somado à perspectiva histórico-temporal. Dessa forma

podemos identificar o caráter totalitário do capitalismo, cuja consequência se evidencia na dominação e hegemonia da Europa sobre o mundo. Assim, a alteridade da Europa perante o restante do mundo somada à ideia de civilização conferiram à mesma o status de sociedade a ser alcançada, ou seja, todas as formas de civilização, organização social e culturas aparecem como formas arcaicas de vida, isto é, mais próximas do primitivismo natural. Nesse sentido, o dualismo produzido pelo colonialismo cria novas categorias (ocidente-orientes; primitivo-civilizado, mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno), lançando mão, por sua vez, de expedientes de coerção e dominação, justificados por um aparente processo de racionalização, a ciência.

Guiados pela certeza de uma “única e mesma civilização”, os europeus em contato com outros povos concretizam sua dominação num primeiro momento através da expropriação e, posteriormente, reprimindo violentamente a expressão cultural dos povos dominados para, finalmente, disseminar seus valores como valores universais.

Quando falamos de graus de civilização, de civilização superior e inferior, de semicivilização, e contrapomos entre si os povos civilizados e os povos naturais, atribuímos às diversas civilizações da Terra uma unidade de medida que tomamos do alto grau de civilização que nós mesmos alcançamos. A nossa civilização é para nós a civilização (Ratzel, 1990 p.133).

O etnocentrismo europeu marca a modernização ao se utilizar dos conceitos dualistas formulados para justificar a expansão colonial e consequente acumulação centrada na Europa. No entanto, tais conceitos são forjados apenas em uma aparente racionalidade, uma vez que a verdade e a razão empreendidas pelos europeus no domínio e hegemonia mundial configuram sua própria superioridade, antes de tudo, como “figura autônoma do real”, ou seja, “em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade.” (Mbembe, 2018, p. 29)

A alteridade constituída reserva para os europeus o exercício da razão, da civilidade, da racionalidade e da modernidade, ao passo que os outros formam a antítese negativa do processo e, portanto, são passíveis de subjugo e domínio. O desenvolvimento e disseminação desse discurso etnocêntrico ocorre somente e apenas de forma violenta, pois os outros povos alijados de suas culturas, submetidos à uma série de medidas repressivas e forçados a assimilar a cultura do colonizador “constituem a manifestação por excelência de uma existência objetificada” (Mbembe, 2018 p. 29). E aqui se evidencia outro dualismo fundamental para a compreensão do mundo moderno, a separação entre sujeito e objeto, que subjaz ao “fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza” (Quijano, 2005 p. 122). Ratzel, concebendo que a formação do Estado é o ponto culminante da mais alta civilização, entende que os “povos naturais” estão submetidos à vontade da natureza que, por sua vez, é dominada pelos povos civilizados. Dessa forma, a posição de sujeito é ocupada pela figura do branco, que é “sob diversos aspectos, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou para naturalizar e universalizar” (Mbembe, 2018 p. 88) ao passo que a natureza e os povos “primitivos” ocupam a posição de objetos “da obra fundamentalmente civilizatória e humanitária” que foi o empreendimento colonial, cuja violência imanente se efetiva e justifica moralmente.

A origem e os pressupostos dessa fábula etnocêntrica não se revelam, ao menos superficialmente, mas a sua efetividade é largamente conhecida e localizada espacial e temporalmente. Mbembe aponta para esse lugar onde a “relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto” (Mbembe, 2018, p. 31). O continente africano, em sua crítica, se configura nesse (não) lugar, objeto de razão arruinada e esvaziada, representado por uma linguagem vulgar que ao se autonomizar perde o nexo com o real.

O mundo das palavras e dos signos autonomizou-se a tal ponto que não se tornou apenas uma tela para a apreensão do sujeito, de sua vida e das condições de sua produção, mas uma força em si, capaz de se libertar de qualquer vínculo com a realidade. A razão disso pode ser atribuída em grande medida à lei da raça (Mbembe, 2018, p. 32).

Nesse sentido, a fábula se traveste de verdade reproduzindo-se historicamente de maneira concreta, estabelecendo um conjunto de representações acerca de si e do outro, que ao longo da história se reificam a partir da insurgência de métodos, conceitos e categorias postos como razão e ciência. Não à toa o desenvolvimento da ciência se dá de forma simultânea ao período colonial. Sua aparente universalidade e neutralidade estão situadas no espaço e no tempo, portanto, enquanto prática social e política, a ciência se configura como instrumento de linguagem, que ao formular-se na Europa lhe confere o status máximo de civilidade, justificando paralelamente a dominação colonial sobre outros povos e territórios. Como exemplo concreto dessa formulação discursiva, recordemos o determinismo ambiental formulado nos fundamentos da ciência geográfica que, ao cunhar “conceitos e teorias de diferenciação dos ambientes, lugares e paisagens, sempre em comparação à Europa e por isso úteis na hierarquização dos espaços em escala global” (Name, 2010), define assim superiores e inferiores, avançados e primitivos, dominantes e dominados, bem como idealiza graus distintos de civilização (Cirqueira, 2015). Nessa formulação imaginária imbricam-se representações, fábulas e idealizações que, levadas a cabo pela colonização, fazem da ciência o essencial instrumento político na conformação do mundo moderno. Dessa forma, a ciência, de maneira geral, e a ciência geográfica, em particular, norteadas pelos princípios da biologia e do evolucionismo fomentam a objetiva dominação colonial.

[...] a difusão da civilização se nos apresenta como um processo de expansão dos povos civilizados sobre a Terra, que vai se acelerando a partir de si mesmo e tem o fim e o propósito, a esperança e o desejo de realizar, de modo cada vez mais completo, a pressuposta unidade do gênero humano. (Ratzel, 1990, p. 121)

Ficam subentendidas nas formulações científicas e deterministas disseminadas por muitos geógrafos clássicos, defensores por assim dizer da evolução de todos os povos à única e mesma civilização, as formas sob as quais tal processo irá se realizar e o que será preciso para efetivá-lo, ou seja, internamente à construção desse argumento se oculta que tal obra civilizatória só se concretizará a partir da violência genocida. Não se questionam os pressupostos de tal operação mental, pelo contrário, pouco importa de onde ela vem, mas sim onde irá culminar, como será efetivada e quais frutos poderá render.

A ciência moderna, concebida como razão e positividade e marcada fortemente pelo pensamento biológico, busca formular leis que inspiradas no determinismo terão como fim determinar a história, nesse caso, a história da civilização ocidental como causalidade natural. Portanto, o dualismo, o evolucionismo e o naturalismo são os métodos levados a cabo no desenvolvimento do pensamento científico moderno, não para ponderar acerca da expansão europeia em curso, mas sim para conferir a ela o caráter de causalidade e imanência. Impera desse modo, sobretudo entre os geógrafos, o pensamento fisiocrata que busca no funcionamento da natureza a razão de ser da humanidade, assim se configurou o racismo científico.

O espraiamento das relações de dominação, controle e exploração do trabalho pelo mundo a partir do século XV denota a consolidação do capital como relação social mundial e totalizante. A partir dele não há território, povo, cultura ou produto que lhe escape. A subordinação quase que por completo do mundo às relações de dominação colonial se faz nas bases de um discurso hierarquizante e classificatório determinado objetivamente pelos interesses da acumulação, nesse sentido a consolidação do sistema colonial não é outra coisa senão a própria fundamentação do capitalismo. O caráter totalizante do capitalismo não diz respeito ao homogêneo e contínuo desenrolar da história como entende o etnocentrismo europeu, pelo contrário, está relacionado com os

diversos modos de vida, regimes de trabalho, culturas, povos e territórios, ou melhor, se define pela capacidade de submeter toda essa diversidade demográfica e cultural à relação social guiada pela lógica burguesa de acumulação. O mundo se conhece em sua totalidade a partir desse momento, as intensas relações mercantis de troca envolvem todos os oceanos e todos os continentes subordinando-os à lógica burguesa de produção e acumulação.

Quijano, ao centrar sua análise na América, indica que as mudanças trazidas pela colonização “ocorrem em todos os âmbitos existenciais dos povos, [...] tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva dessas relações” (Quijano, 2005, p. 125). Marcados pela objetificação máxima, os povos e territórios americanos foram desintegrados em todos os seus aspectos tradicionais. A América torna possível a consolidação do capitalismo como sistema mundial, pois se efetiva como eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Segundo o autor, a raça como “categoria mental da modernidade” se efetiva com o desenvolvimento da dominação colonial na América, pois era necessário impor aos sujeitos uma hierarquia, os lugares e os papéis no “novo padrão de poder mundial” e assim se fez com a invenção da raça como forma de classificar e marcar tais sujeitos para assim submetê-los ao rígido e violento controle de trabalho posto na escravidão. Assim, ameríndios, negros, mestiços e brancos surgem como novas identidades geoculturais. Cada qual, com sua particularidade e função dentro do novo padrão de poder mundial foi, dessa maneira, associado por uma linguagem (narrativas e representações) fictícia que tinha como fim naturalizar o processo de dominação, de forma que uma “nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem sucedido.” (Quijano, 2005, p. 119)

A modernização forjou-se relegando transformações de ordens profundas ao mundo, aliás surge dela a ideia de mundo em si, enquanto totalidade, no entanto a universalidade pretendida pela modernização se configura a partir de determinada cultura e forma de ver o mundo. A civilização ocidental europeia torna-se o centro, o “eu”, enquanto sobre os outros recai o negativo, ou melhor, o não-eu. Dessa forma, a expansão da civilização ocidental europeia, num evidente movimento do pensamento cartesiano, se coloca como sujeito determinando o seu exterior enquanto objeto. Esse movimento revela-se num sentimento de alteridade materializado na efetividade do sistema colonial, na invenção da raça como classificação social, enfim, na efetividade de toda a violência posta no processo de pilhagem, escravidão e assassinato em nome da civilização. A colonialidade do poder, nos termos de Quijano, se estabelece denotando a modernidade e a racionalidade “como experiências e produtos exclusivamente europeus”, ou seja, a noção de superioridade dos povos europeus, possuidores da razão e disseminadores da modernização, caracterizada como eurocentrismo, consolida as relações de poder do sistema colonial que se reproduzem e configuram a modernização, bem como seu modo de produção, o capitalismo. Novamente se faz pertinente mencionar a confluência necessária entre o objetivo e o subjetivo, pois o etnocentrismo europeu, ao criar suas narrativas e representações sobre outros povos e territórios e dar a essa linguagem o aparente caráter de racionalidade, objetivou a extração e a produção de valor, disso deriva a invenção da raça como categoria biológica /natural.

Os homens brancos, munidos com seu cristianismo e seus ideais esclarecidos, não tinham esclarecimento algum acerca de si mesmo e, em sua superioridade bruta, não podiam chegar a qualquer compreensão que reconhecesse o valor próprio das culturas que lhe eram estranhas. No fundo, se confrontavam desse modo apenas dois diferentes estágios de selvageria, incapazes de qualquer intercâmbio consciente. A partir do encontro com as relações fetichistas e coercitivas não-europeias, os europeus, enquanto selvagens para quem o dinheiro em seu movimento fechado sobre si mesmo havia se tornado um fetiche, só poderiam pôr em marcha um processo de desenvolvimento patológico (Kurz, 1997, p. 46).

O desenvolvimento do racismo científico e das teorias sobre a mestiçagem surge nesse âmbito como o esforço de justificativa, feito pela sociedade europeia, da violência praticada no Novo Mundo, onde os sujeitos nativos, negros e ameríndios eram definidos como seres selvagens e a mestiçagem como perniciosa, sendo assim legítimo e necessário dominá-los, catequizá-los ou em último caso até matá-los. Entretanto, nossa compreensão que se pretende crítica não deve conceber essa dominação como algo solto no éter, ela tem um objetivo que é inserir, ou melhor, impor a esses sujeitos (africanos e ameríndios), através da extrema violência se necessário, a consciência laboriosa do trabalho, com vistas a efetivar o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e o caráter totalitário do regime capitalista.

## **Raça e Trabalho**

A raça responde à categoria trabalho, este por sua vez não será apreendido como toda e qualquer atividade humana, mas sim como trabalho abstrato, trabalho alheio ao trabalhador e à sua subsistência. Concretamente, a raça surge como fundamento para a efetivação do trabalho abstrato na América, ou seja, a escravidão ameríndia e posteriormente africana levadas a cabo pela ideia de raça inauguraram o tipo específico de trabalho na América. Sem esse aparato de dominação e



controle derivado da ideia de raça não seria possível a extração e a produção de valor acumulado para o desenvolvimento industrial europeu. Nessa reação em cadeia está posta a dupla e simultânea naturalização, a primeira diz respeito à naturalização do trabalho abstrato como forma de ser do trabalho em escala global, a segunda diz respeito à naturalização da raça como forma de classificação social dos povos submetidos a esse tipo de trabalho.

Portanto, se faz preciso uma digressão acerca dos significados da categoria trabalho, isto é, localizá-la espaço-temporalmente. Heidemann, Toledo e Boechat (2014, p. 59) pontuam sobre as personificações do capital colonial, enfatizando que a escravidão, enquanto processo de mobilização para o trabalho e realização do sentido da colonização, constituiu-se de forma extremamente violenta, personificando o cativo sob extrema violência e quase completa sujeição, outorgando por sua vez o poder e a gestão do território à classe dominante branca. Tais personificações, produzidas à luz da missão civilizatória e da ideia de raça, efetivam uma relação reduzida à relação econômica, pois que mediada pela simples transferência da mais-valia obtida através do trabalho abstrato dos cativos aos comerciantes e fazendeiros brancos.

Se ele [trabalhador] se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem, estranho a ele, inimigo, poderoso e independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade não-livre, então ele se relaciona com ela como atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem. (Marx, 2008, p. 87)

De maneira objetiva, o trabalho abstrato, trabalho alheio ao trabalhador e à sua subsistência, se efetiva mundialmente para e pelo desenvolvimento do sistema colonial. Como exemplo concreto disso podemos situar e relacionar as monoculturas de cana-de-açúcar e o processo de concorrência estabelecido entre elas pelo monopólio do

açúcar. No século XIX, Brasil, Cuba, Estados Unidos e Caribe figuravam como os principais produtores de açúcar do mundo e a disputa pelo menor preço era determinante para manutenção desse ciclo produtivo. Nessa produção açucareira mundial as condições de produção eram diversas, no entanto o trabalho aparece como identidade comum a todas. Dessa forma, a busca incessante para baixar os preços de seus produtos e fortalecê-los no processo concorrencial envolvia, evidentemente, o custo da força de trabalho. Williams (2012, p. 212) demonstra o enfraquecimento da produção açucareira nas Índias Ocidentais, relacionando seu declínio à abolição da escravidão, ou melhor, à incapacidade de sua manutenção devido à exigência de pagamento de salários. Do ponto de vista do sujeito, sobretudo do cativo, o que determinava os regimes de trabalho aos quais estavam submetidos era a concorrência externa, dessa forma, o trabalho cativo ao plantar, colher e transportar a cana se faz enquanto trabalho social geral mediado pela produção mundial do açúcar. Ou seja, o trabalho como identidade geral e abstrata ao determinar a concorrência externa da produção mundial açucareira é por esta determinado, dada a necessidade de baixar custos. Isso significa a manutenção de força de trabalho cativa, bem como o emprego da violência extra econômica, pois era preciso oferecer ao mercado mundial um valor atrativo. Disso deriva compreender as condições sob as quais a escravidão se efetivou, o exemplo da concorrência açucareira é uma amostra de todos os outros ciclos produtivos empregados nas bases do trabalho cativo.

A correspondência e a simultaneidade do processo colonial, interpretado nos termos da relação entre o total e o particular, revelam-se a partir da caracterização da acumulação de capital na metrópole enquanto totalidade, ao passo que nas colônias realizam-se os processos particulares de expropriação (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014 p. 59). Determinados pelo processo de acumulação, tais processos particulares de expropriação revelam o nexo entre trabalho e raça. Desse modo, “nas pias batismais da

nossa modernidade, pela primeira vez na história humana, o princípio racial e o sujeito de mesma matriz foram operados sob o signo do capital” (Mbembe, 2018, p. 32). O signo do capital é, portanto, o valor produzido às custas do trabalho abstrato do cativo, valor esse que vai mover a produção de matérias-primas para Europa, bem como mobilizar o comércio intercontinental de seres humanos e oferecer as bases à gloriosa Revolução Industrial. Para se efetivar, a assim chamada acumulação primitiva, necessitou da mobilização do trabalho em escala mundial, o que por sua vez só seria possível nas bases de uma dominação violenta.

O trabalho, localizado espaço-temporalmente na modernidade, se realiza como forma de dominação social, isto é, se realiza a partir de estruturas sejam elas físicas ou metafísicas de dominação e controle, executadas seja por via da violência extra econômica (sequestro, cativo e açoite) da escravidão, seja por via da violência econômica (expropriação dos meios de produção). Assim, “no processo de imposição da modernização o trabalho define a vida dos homens” (Krisis, 1999, p. 3)

Portanto, antes de ser a mediação entre homem e natureza, o trabalho se configura como mediação social, ou seja, deve ser compreendido não como imanência física posta na transformação da natureza pelo homem, mas sim como relação social determinada para a produção de valor. Associar a crítica à categoria trabalho é por sua vez estabelecer a crítica à modernização e ao capitalismo, pois o trabalho abstrato enquanto categoria histórica e forma de dominação social encontra na modernização sua efetividade. A acumulação primitiva ao produzir a massa mundial de expropriados, seja pela violência física ou econômica, determina o trabalho como imanência e natureza humana, caracterizando a forma de dominação social mediada pela produção de valor. Dessa maneira, a invenção da raça como forma de classificação, diferenciação e hierarquização surge como instrumento fundamental para a efetivação dessa forma de dominação social.

Historicamente associada ao trabalho, a raça teve função central na conformação deste como essência humana, aliás todo o aparato pseudocientífico dos discursos coloniais constitui-se de forma a naturalizar o processo, sendo assim, o trabalho como dignidade humana era o que restava aos cativos para provar-se homens.

O iluminismo faz emergir a razão como função cognitiva própria do homem e isso se dá pela busca da cisão entre homem e religião (cristianismo). No entanto, o método cartesiano, fundamento da ciência moderna, pressupõe que o dualismo entre sujeito e objeto, corpo e alma, razão e emoção está submetido à existência de deus/natureza como ente supremo e soberano, encarnado na verdade e na razão. Nesse sentido, podemos compreender a modernização, do ponto de vista filosófico e subjetivo, enquanto método, tal método está sublinhado na forma dualista de pensar o “eu” e o “externo” mediados por uma razão, verdade e imanência, que não é outra coisa senão metafísica. Esse ente metafísico encontra na tradição judaico-cristã sua correspondência e no curso da universalização da humanidade a modernização se efetiva. De forma que podemos compreender o trabalho como dogma, reduzido à uma única e dita universal forma de ver o mundo, o trabalho circunscrito nos termos da acumulação se funda como aspecto moral central na definição daquilo que vem a ser ou não humano. Seguindo essa premissa, a escravidão dos povos nativos da África e da América torna-se obra de benevolência divina, pois os europeus ao sequestrarem e imporem violentamente o trabalho colocam no caminho da luz, da verdade e da salvação, povos outrora permeados pelas sombras e pelas trevas. O caráter dogmático e doutrinário da categoria trabalho, portanto, se faz historicamente e encontra na tradição judaico-cristã seu embasamento. Não obstante, o “cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (Nascimento, 1978, p. 53).

Mbembe determina que o sujeito negro enquanto raça não existe em si, mas sim é fruto de constante produção, “produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um corpo de extração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo rendimento.” (Mbembe, 2018, p. 43)

Do ponto de vista do sujeito, a raça tem como função naturalizar o negro enquanto mercadoria, reduzi-lo a objeto e instrumento de extração, negá-lo enquanto humano e associá-lo à animalidade, eis a “consciência ocidental do negro”, ela se cristaliza a partir de um conjunto de representações e narrativas pretensamente eruditas que ao tomar a si mesmo como centro de toda e qualquer significação, relega ao outro um status inerente de negatividade.

A razão negra designa um conjunto tanto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática (Mbembe, 2018, p. 61).

A raça, portanto, se apresenta fundamentalmente como aparência, imagem, forma e figura, ou seja, estrutura imaginária, que ao se concretizar se reifica historicamente. Assim sendo, será com base nessas premissas que analisaremos o modo pelo qual a raça e a natureza se imbricam diante da modernização brasileira, sobretudo no desenvolvimento da metrópole paulista.

### **Determinismo racial, trabalho e concorrência em São Paulo**

Nos colocamos, portanto, a caracterizar dois momentos históricos, o primeiro se sucede com a abolição da escravidão e a formação do mercado de trabalho livre, fatos simultâneos ao desenvolvimento da metrópole paulista. O segundo se efetiva contemporaneamente, perante o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüente crise do trabalho.

Contudo nos cabe identificar como a ideia de natureza mobiliza tais aparências. Para tanto, o conceito de dupla aparição da razão negra, cunhado por Mbembe, nos permite abranger os aspectos contraditórios e críticos do processo de racialização, ao conceber a simultaneidade entre a coisificação/desumanização do sujeito negro expressa na historicidade e desenvolvimento do capitalismo e a sua reação, “reivindicando o estatuto de sujeito pleno”. Essa dupla e contraditória aparição se vincula à eminente concorrência por trabalho mobilizada pelo processo de racialização e se desdobrará não na superação da raça, pelo contrário, implicará no recrudescimento das identidades raciais, bem como dos discursos e ideais que sustentam a visão fisiocrata/biológica sobre a sociedade.

Ao final do século XIX, a província de São Paulo já acenava sua qualidade enquanto epicentro brasileiro de acumulação de capital, isso graças à conformação da cultura cafeeira no Vale do Paraíba e posteriormente no Oeste paulista. Largamente baseada na força de trabalho cativa, a primeira viu ruir seus empreendimentos com as inúmeras restrições impostas pelas leis abolicionistas, coagindo os fazendeiros a buscarem formas rentáveis de aplicação do capital acumulado, encontrando na generalização da terra como mercadoria e, portanto, no fomento ao mercado imobiliário da capital tal possibilidade (Suzuki, 2004, p. 138). Dessa forma, mobilizou-se na cidade de São Paulo um montante de capital antes nunca visto, concretizando dessa forma, em meio à antiga cidade provinciana, bairros elitistas, indústrias manufatureiras, comércios de alto padrão e um expansivo setor de serviços, sobretudo de serviços domésticos, determinando por sua vez o incipiente mercado de trabalho livre, onde se faz pertinente caracterizar a força de trabalho a partir da migração, tanto dos negros vindos do interior do estado quanto dos europeus sob regime de colonato. Esse último movimento obedeceu à racionalização da elite paulista no sentido de criar um excedente demográfico, em relação ao qual “a oferta e a procura iriam

substituir a violência e a coerção da escravidão como meio de organizar a produção” (Andrews, 1991, p. 102), sendo essa, nos termos de Marx, a lei de população peculiar ao capitalismo, que tem como objetivo “fornecer a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado” (Marx, 2014, p. 257).

Portanto, para compreender a condição do negro em São Paulo no período pós-abolição é imprescindível, primeiramente, conceber que sua integração ao mercado concorrencial do trabalho livre ocorre de maneira negativa e subjugada. Em um momento posterior, é indispensável apreender que tal processo foi fruto da racionalização, isto é, um projeto do Estado brasileiro determinado externamente pela dinâmica capitalista mundial. Assim sendo, tal integração subjugada e racionalizada não pôde ser vista de tal maneira, ou se assim é vista deve ser concebida não como um processo imposto, mas sim como deficiências do próprio sujeito negro. Tais deficiências vão carregar consigo pensamentos fundados no racismo científico, que atrela a não adaptação do negro ao trabalho livre à sua própria essência enquanto cativo e sub-raça. Entretanto, as justificativas desse processo de subjugo passam por um artifício de reelaboração, mas não perdem sua raiz racista e determinista, fazendo surgir a ideologia da vadiagem, que relega ao negro o caráter de ser preguiçoso, indolente e vadio. Ora, se tal caráter, de repulsa ao trabalho, em algum momento se concretizou foi devido ao próprio trabalho violentamente imposto durante séculos à população negra, que agora ao gozar da aparente liberdade, apenas e inicialmente evitava o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e café, que em nada se diferenciava das antigas condições do trabalho cativo. A ideologia da vadiagem, no entanto, se expande espacial e temporalmente, se cristaliza como lei e códigos de conduta de forma a renovar o modo de dominação racista, sendo fundamental na apreensão do caráter urbano e concorrencial do trabalho em São Paulo. As reais bases do subjugo do negro, enquanto trabalhador livre, estão, portanto, externas

a ele, e foram determinadas histórica e racionalmente pela dinâmica demográfica capitalista.

Por outro lado, os imigrantes europeus viam na imigração ao Brasil um universo de possibilidades não visto na Europa, onde os mesmos se constituíam enquanto trabalhadores rurais extremamente pobres. De 1888 à 1921 mais de 2,1 milhões de europeus vieram para São Paulo, sendo 63,6% das viagens pagas pelo governo do Estado, número que demonstra a dimensão e importância do colonato enquanto projeto de branqueamento da força de trabalho. Tais números são tão significativos que durante, no mínimo, três décadas os estrangeiros constituíam a maioria da população da cidade de São Paulo.

Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os afro-brasileiros do Estado, tanto no campo quanto na cidade [...] Os europeus estavam sendo transportados para São Paulo para competir com os libertos e desde o início supôs-se que esta seria uma briga que os últimos iriam perder (Andrews, 1991, p. 93).

Além disso, a imigração europeia teve como objetivo consagrar o sujeito europeu/branco como portador da virtude do trabalho, de renovar o espírito do trabalho, tão desgastado pelos séculos de imposição violenta. Assim sendo, o trabalho como único meio de sobrevivência nessa sociedade, não disponível a todos os homens livres, se eleva juntamente com a concorrência ao plano alegórico marcado pelo evolucionismo e racismo científico, no qual só os mais aptos sobrevivem, aqueles dotados do espírito civilizado. Esse contexto de concorrência, fortemente marcado pelo determinismo, transforma-se num mito e consolida a marginalização do negro enquanto ente de produção no mercado de trabalho livre em São Paulo (Jacino, 2012; Domingues, 2003; Andrews, 1991; Moura, 2019), levando-o a construir representações antagônicas.

Nesse sentido, destacamos o surgimento da imprensa negra e sobretudo da Frente Negra Brasileira (FNB), pois referem-se às primeiras



manifestações de grande repercussão do movimento negro urbano paulista. Buscando a integração plena do negro à sociedade de classes a FNB tratou de interpretar a marginalização do negro na sociedade paulista sob viés conservador, nacionalista e fascista, sintetizados a partir do entendimento de que a integração negativa da população negra no mercado de trabalho aparecia enquanto fruto de práticas discriminatórias individualizadas; como deficiências cívicas e morais dos próprios negros e na caracterização dos imigrantes como inimigos diretos na concorrência pelos postos de trabalho. Isto é, vislumbra a superação do racismo na reafirmação dos valores burgueses como trabalho, cidadania, família e pátria (Domingues, 2005). Perante a desvantagem em relação ao imigrante causada pelo racismo secular, coube ao negro se assumir enquanto sujeito nacional para realizar a sua segunda abolição e tornar-se de fato ente participativo do desenvolvimento nacional. Ao centralizar as primeiras reivindicações políticas racializadas, o programa político da FNB revela conformação ao momento histórico no qual o trabalho se eleva como necessidade primária de subsistência e, portanto, torna-se objeto central das políticas não só desse, mas de diversos outros movimentos sociais.

Contemporaneamente, em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e conseqüente mecanização dos processos produtivos, observamos na metrópole paulista, outrora região industrial, a grande concentração de força de trabalho vinculada ao desemprego estrutural e à expansão do setor terciário da economia, haja vista a incapacidade de realização do trabalho vivo, eis o cenário de crise do trabalho (Kurz, 1992). Enquanto relação social o trabalho se realiza na generalização de todos como entes de produção, ou seja, performa a essência do homem moderno e constitui o seu cotidiano. Sendo assim, desde a década de 1970 observamos transformações estruturais na dinâmica do capitalismo mundial. Do ponto de vista da força de trabalho tais transformações têm por objetivo a mínima aplicação do trabalho vivo e podem ser vistas na desestruturação do estado de bem-estar social, na desarticulação do

movimento trabalhista e na diluição dos direitos trabalhistas. No que tange ao cotidiano dos sujeitos, essa nova dinâmica social irá se traduzir primeiro na generalização do trabalho informal e precário, em relação ao qual o apelo à subjetividade do trabalho se reifica, reforçando a forma de consciência individualista e meritocrática que designa de forma fetichista todo trabalho precário como empreendimento. Ao confrontamos os cenários descritos com as determinações raciais, iremos observar que os negros perfazem a maioria dos trabalhadores autônomos. Esses “donos de negócios” recebem em média metade da renda dos trabalhadores autônomos não negros e por sua vez lidam com limitações de diversas ordens (SEBRAE, 2015, p. 36).

Perante esse quadro de crise do trabalho, o movimento negro, diferentemente do início do século XX, se difundiu contemporaneamente em variadas vertentes e reivindicações. Em meio a essa diversidade destacamos a associação de trabalhadores autônomos negros envoltos no movimento afro-empendedor. Trata-se do movimento da comunidade negra que busca fortalecer de um lado os empreendimentos e serviços prestados por pessoas negras e, de outro, oferecer produtos e serviços que representem os consumidores negros.

Os apologistas dessa nova tendência de mercado a defendem como solução de via dupla, pois tem a potencialidade de mobilizar trabalho e capital internamente à comunidade negra e, portanto, seria capaz de mitigar o racismo estrutural. Além disso, concebem o ato de empreender como habilidade inerente da população negra, haja vista sua ‘resistência’ histórica a todo tipo de mazela, ou seja, por estar submetido à secular marginalização e objetificação enquanto trabalhador, o negro desenvolve, como habilidade inata, a capacidade de adequar-se à crise do trabalho, criando em meio à necessidade do desemprego a oportunidade de liberdade e prosperidade enquanto empreendedor. Nessa seara se constituem em São Paulo o Instituto Cultural Feira Preta e o Movimento Black Money, que carregam como missão a criação de um ecossistema

afro-empresendedor através da promoção do associativismo entre empreendedores negros.

Se com a FNB houve a tentativa de constituir o negro enquanto sujeito nacional e, portanto, o tipo de trabalhador ideal perante o imigrante europeu, hoje em meio à crise do trabalho, romantiza-se a necessidade imediata do trabalho precário buscando associar o ato de empreender a certa essência do negro, enquanto sujeito perseverante e resiliente, capaz de se adaptar às novas exigências da acumulação.

Num cenário de desemprego estrutural, conceber a precariedade do trabalho sob o viés fetichista do empreendedorismo repõe como causalidade a lógica do trabalho, na qual novamente verificamos o vínculo entre raça e trabalho operar como elemento de naturalização das imposições postas pelo regime de acumulação. Isto é, em meio à crise imanente marcada pelo desenvolvimento das forças produtivas e supressão do trabalho vivo, a lógica reproduzida pelo movimento afro-empresendedor, longe de combater as categorias basilares do capitalismo, busca reproduzi-las como forma de superação do racismo. Aqui o fetiche se explica e revela na expectativa de ascensão do trabalhador negro precário a empreendedor bem sucedido, em outras palavras, na metamorfose do negro de mero ente de circulação do capital em capitalista. Tal consciência surge como perspectiva ideal do pensamento liberal, haja vista a circulação generalizada de crédito que se realiza a partir desses empreendimentos e das suas relações com fornecedores e consumidores, não à toa observamos o fomento de grandes corporações financeiras, como Santander e Bradesco a tais movimentos. Geralmente, essas parcerias estão vinculadas à disseminação de serviços financeiros, como máquinas para cartões de crédito e empréstimos.

Desde o século XV o capitalismo acena ao mundo sua capacidade totalitária e revolucionária, isto é, se realiza não apenas enquanto modo de produção, mas como relação social em perpétua metamorfose, tendo na lógica do trabalho sua identidade histórica e o elo

de dominação sobre o homem. Ao revisarmos a história das relações de trabalho em sociedades multirraciais e de passado escravista, como a brasileira, apreendemos que o trabalho enquanto forma de dominação social se constituiu, em grande medida, através da ideia de raça. Enquanto instrumento de classificação e hierarquização, a raça exerceu função fundamental na generalização do trabalho abstrato; na divisão social do trabalho e na reificação deste como ontologia humana.

### **Considerações finais**

A análise materialista do racismo deve como princípio conceber o vínculo entre a raça e a valorização do valor, sendo o trabalho abstrato o ente da valorização nos cabe analisar na história do capital os momentos onde a raça exerceu papel determinante na dinâmica do regime de acumulação através da regulação da força de trabalho. Nesse sentido, observamos a raça fundamentar o trabalho cativo no processo de acumulação primitiva; estabelecer a divisão social do trabalho, bem como o exército industrial de reserva e determinar os sujeitos prescindíveis e elimináveis em meio à crise do trabalho vivo.

Submetidos a essa forma de dominação social, onde o trabalho se impõe como mediação social e escassez, os sujeitos racializados buscam efetivar-se enquanto trabalhadores. Assim, na modernização brasileira tais processos conformaram as experiências dos sujeitos fomentando representações, geralmente vinculadas à qualidade de brancos e negros enquanto trabalhadores. Essas qualidades surgem como ontologia a partir do momento em que são concebidas como características inatas e próprias da ‘natureza’ de cada raça. Dessa forma, enquanto prática social a raça se reproduz e como instrumento opera a naturalização do trabalho como essência humana.

A sacralização do trabalho efetivada pelos movimentos operários do século XX, vem de maneira geral sendo reproduzida pelos movimentos

sociais contemporâneos incluindo algumas vertentes do movimento negro, que ao constatarem a secular marginalização e violência, vislumbram superá-las através da reprodução das categorias do capital.

O debate sobre racismo estrutural deve se orientar, do ponto de vista econômico, a partir dos conceitos de totalidade e simultaneidade, apreendendo o capitalismo como relação social dialética e contraditória. Do ponto de vista do sujeito, nos cabe criticar a tríade entre raça, natureza e trabalho, evidenciando os limites da apreensão ontológica acerca da relação capital-trabalho, bem como a função da dominação racial no curso da modernização.

## Notas:

1. Mestre em Geografia FFLCH/USP

## Referências

ALFREDO, Anselmo “Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica” **Revista Terra Livre**, Ano 26, v.1, n°34, 2009, São Paulo.

ALMEIDA, Silvio Luiz “Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo” In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.) **“Para a Crítica do Direito: Reflexões sobre Teorias e Práticas Jurídicas”**. 1°ed., Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015, São Paulo.

ANDREWS, George **“Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)”**, 1°ed. EDUSC, 1991, São Paulo.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal **“A inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890 - 1930)”** Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2015, Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Petrônio **“Uma História não Contada: Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição”** 1°ed. Senac, 2003, São Paulo.

**“A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)”** Tese de Doutorado – DH-FFLCH-USP, 2005, São Paulo.

FREDERICI, Silvia **“Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva”** Editora Elefante, 2017, São Paulo.

HEIDEMANN, Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida e BOECHAT, Cássio Arruda “O Trabalho no Brasil: Traçado Interpretativo de sua História e de sua Crítica” **Revista Estudos Avançados IEA/USP** n°81, 2014, São Paulo.

IANNI, Octavio **“Escravidão e Racismo”** Hucitec, 1°ed. 1978, São Paulo.

- JACINO, Ramatis **“O Negro no Mercado de Trabalho em São Paulo no Pós-Abolição”** Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2013, São Paulo.
- KRISIS, Grupo **“O manifesto contra o trabalho”** in: **Cadernos do Labur** (Laboratório de Geografia Urbana-DG-FFLCH-USP) nº 2, 1999, São Paulo.
- KURZ, Robert **“O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial”** Paz e Terra, 1993, São Paulo.
- “A Supressão e Conservação do Homem Branco” in: **“Os Últimos Combates”** 1ªed., Vozes, 1997, Petrópolis-RJ.
- “Razão sangrenta: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais”** Hedra, 2010, São Paulo.
- MARX, Karl **“O Capital [Livro I]”** 2ª ed. Boitempo, 2011, São Paulo.
- “O Capital [Livro II]”** 1ª ed. Boitempo, 2014, São Paulo.
- “Manuscritos Econômicos-Filosóficos”** 1ªed. Boitempo, 2008, São Paulo.
- MBEMBE, Achille **“Crítica à Razão Negra”** 1ªed. N-1 Edições, 2018, São Paulo.
- MOURA, Clóvis **“A Dialética Radical do Negro no Brasil”** 2ªed. Anita Garibaldi, 2014, São Paulo.
- “Sociologia do Negro Brasileiro”** Perspectiva, 2019, São Paulo.
- MOORE, Carlos **“Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo”** Mazza Edições, 2007, Belo Horizonte-MG.
- NAME, Leo **“A Natureza como o Outro de Diferentes Partes: Uma Discussão sobre Ratzel e Alteridade”** In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** vol. XV nº854, 2010, Barcelona.
- NASCIMENTO, Abdias **“O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”** 1ªed. Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro.
- POSTONE, Moishe **“Tempo, Trabalho e Dominação Social”** 1ªed. Boitempo, 2014, São Paulo.
- QUIJANO, Anibal **“Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”** in: **“A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino Americanas”** 1ªed., CLACSO, 2005, Buenos Aires.
- RATZEL, Friedrich. **As raças humanas.** In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.) & FERNANDES, Florestan (coord.). **Ratzel.** Ática, 1990, São Paulo.
- SEBRAE **“Os donos de negócio no Brasil: análise por raça/cor (2003-2013)”** Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br>, 2015, Brasília-DF.
- SUZUKI, Júlio César **“Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo”** In: CARLOS, Ana Fani A. & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.) **“Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole”.** Contexto, 2004, São Paulo.
- VERGNE, Carlos Moraes **“A Trama da Besta: a Construção Cotidiana do Genocídio do Negro no Rio de Janeiro”** Tese de Doutorado em Psicologia Social PUC-Rio, 2014. Rio de Janeiro.
- WILLIAMS, Eric **“Capitalismo e Escravidão”** 1ªed. Companhia das Letras, 2012, São Paulo.



# A reciclagem do lixo capital: elementos para a crítica à naturalização da crise da sociedade do trabalho<sup>1</sup>

*Leonardo Mamede de Lacerda*<sup>2</sup>

## **Introdução**

O presente texto traz reflexões sobre a reciclagem de materiais, processo que é mundialmente conhecido e que inspira inúmeras práticas cotidianas institucionalizadas ou não. Desde cedo, crianças aprendem sobre a reciclagem nas escolas, em desenhos animados, adultos separam os lixos em casa, prefeituras realizam coleta seletiva, os meios de comunicação divulgam e colaboram com esse “circuito”. No entanto, quais são as determinações desse processo? Será que a reciclagem aparece fundamentalmente como solução para parte dos impactos ambientais? Como os indivíduos se relacionam com esse processo social em um momento de crise do trabalho? Essas e outras questões conduzirão nossas reflexões.

Quando nos propusemos a desenvolver uma crítica à sociedade produtora de mercadorias analisando a reciclagem de materiais, apesar de recebermos apoio, alguns colegas, principalmente educadores, não acolheram a proposta com muito entusiasmo, sobretudo porque, para muitos, a reciclagem é consensual e quase que natural. Nesse sentido, a reinserção de materiais no processo de produção de novas mercadorias, suas determinações, mediações e seus desdobramentos, seriam parte de um processo de ajuste ou “tratamento das contradições” (Kurz, 2007) entre homem e meio. Além desses argumentos contraditórios que foram, em grande medida, os principais estímulos para nossa pesquisa de mestrado, também já havíamos realizado uma monografia sobre o



trabalho dos catadores de recicláveis no centro da cidade de Londrina, no estado do Paraná-PR, processo de pesquisa que nos trouxe importantes questionamentos sobre as condições de trabalho dos catadores e catadoras e algumas mediações.

Esse movimento de reflexão teórica fez parte do nosso processo de formação intelectual, principalmente porque nos trouxe a necessidade de autocrítica. Assim, tentaremos expor neste texto parte desse movimento de reflexão teórica e da autocrítica necessária.

### **A crítica da forma mercadoria e o lixo capital**

A crítica à reciclagem, em nosso entendimento, passa necessariamente pela compreensão da relação sujeito-objeto na constituição da forma mercadoria.

A materialidade física dos objetos faz parte de uma consciência supostamente natural e, portanto, inquestionável. Nesse sentido, consideramos de extrema necessidade a reflexão sobre a reciclagem como momento da relação capital, ou seja, da constituição da forma mercadoria. É sobre essa base que vamos propor o diálogo acerca da autonomização de formas de consciência transhistóricas<sup>3</sup> enquanto ilusões necessárias à reprodução social do capital em crise.

Se para Karl Marx, logo no primeiro capítulo de *O capital* (1985), a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, diríamos que essa monstruosidade também se reflete na extraordinária geração de lixo, principalmente nos dias de hoje. No entanto, os olhos fixos nessa materialidade física tendem a nos iludir sobre os processos sociais, seja concentrando a atenção na enorme produtividade do capital, seja projetando a necessidade de recuperar esses materiais descartados, não permitindo uma reflexão sobre a crise do capital.

Ao expor que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (1985, p. 45), Marx nos mostra que, para ser mercadoria, algo precisa de um corpo material, um valor de uso. É nessa materialidade física que se fixam as formas de pensamento, sejam elas ecológicas ou econômicas. Não rejeitamos essa materialidade, mas a compreendemos como parte de uma relação entre valor de uso e valor. Portanto, sugerimos uma leitura negativa sobre os processos sociais aos quais estamos sujeitos.

Nesse sentido, é necessário tensionar o valor de uso enquanto representação do valor, ou seja, o corpo físico que tende a naturalizar o valor de troca, o social. Na demonstração que Marx faz, vemos: “Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma de valor da mercadoria *A* ou o corpo da mercadoria *B* o espelho do valor da mercadoria *A*.” (Marx, 1985, p. 57).

Dada a complexidade que se desdobra desse processo – o aumento da produtividade, a divisão social do trabalho e a violência intrínseca, todos necessários à naturalização da ilusão da equivalência mercantil – a relação contraditória entre forma relativa e equivalente tende a se desdobrar<sup>4</sup> na forma dinheiro. Assim, se qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, existe algo que as coloca em um mesmo “padrão” de equiparação: quando uma pessoa troca *X* latinhas de alumínio por *Y* quilos de arroz não quer dizer que a relação está posta absolutamente entre formas físicas e pela simples troca.

Dessa forma, para compreender por que esse processo é crítico, é importante analisarmos o que há em comum entre essas coisas que são trocadas.

Para Marx, o *trabalho*, aquilo que há de comum a todas as mercadorias, é algo, ao mesmo tempo, simples de se verificar e enigmático, na medida em que não se observa o seu duplo caráter (“natural” e social) “encarnado no corpo das mercadorias” (Marx, 1985). Para alguns autores

como Gonçalves (2006), que é um estudioso do trabalho dos catadores de recicláveis, a atividade realizada por esses indivíduos se caracteriza como trabalho concreto conforme se revela o seu caráter precário. Além disso, para o autor, o lixo, coletado como reciclável, é trabalho morto, ou seja, trabalho materializado<sup>5</sup>.

O trabalho concreto, aquele que produz valores de uso, formas físicas, é o “dispêndio de cérebro, nervos e músculos” (Marx, 1985), entretanto “o caráter místico da mercadoria não provém [...] de seu valor de uso [ou] [...] tampouco, do conteúdo das determinações de valor” (Marx, 1985, p. 70), ou seja, do trabalho concreto. Provém, do seu polo contraditório, o trabalho abstrato que, além de abstrair todo o caráter de uso, físico/material ou o corpo das mercadorias, fundamentalmente, é o tempo social médio.

Tal contradição é o que efetiva a forma valor e seus desdobramentos: a exploração do trabalho, a propriedade privada, entre outras categorias do capital.

Marx nos evidencia, entretanto, que é na abstração do trabalho concreto que se torna possível a efetividade do valor, expondo o *modo de ser metafísico da sociedade produtora de mercadorias*: “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, 1985, p. 70).

É nesse sentido que é fundamental a análise da determinação da abstração “tempo social de trabalho”, tendo em vista apreender a forma crítica da reprodução social do valor que faz da reciclagem um de seus momentos, sem que o mesmo se realize de forma a resolver a contradição entre valorização e desvalorização posta pelo desenvolvimento geral das forças produtivas.

Assim, quando nos atemos apenas à objetualidade das coisas, ficamos impossibilitados de desvelar o caráter negativo – portanto, contraditório – do capital, e suas manhas teológicas ganham, literalmente,

vida própria, pois em algumas análises, “o catador ressuscita o valor do lixo.”<sup>6</sup>”

No entanto, a crise de valorização imposta pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a redução do tempo social médio de trabalho por mercadoria, estaria determinando o lixo enquanto essa matéria que carece ser reinserida no processo de circulação geral do dinheiro. Assim, repor o lixo no processo produtivo é repor valor, o que acontece simultaneamente ao crescimento do lixo que é resultado da produtividade acrescida do capital. Esse último aspecto é, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a redução do valor. Daí o aforisma da reciclagem como saída sustentável ao capital.

O nosso entendimento é o de que na troca simples entre mercadorias, a qualidade metafísica da relação de valor já está oculta sob o véu da equiparação de todos os trabalhos por meio da forma física (valor de uso das mercadorias), havendo aqui um sentido significativo de *naturalização*, na medida em que o processo social se mostra pelas condições naturais da mercadoria. Gerando, assim, um aprisionamento das nossas formas de pensar. O dinheiro, categoria específica do capital, se desdobra dessa contradição.

No caso do lixo, a quase absoluta *percepção ambiental* desse material oculta a constituição das relações de reprodução (crítica) que é posta pela forma valor (tempo social médio das mercadorias), representada pelo dinheiro. Nesse sentido, uma coisa tão trivial quanto a própria materialidade objetual do mundo, o lixo, esconde seu caráter de ser uma *forma de pensamento* e, como tal, constituir relações não materiais ou metafísicas, principalmente no âmbito das perspectivas *ambientalistas*. O material do lixo é o preceito da naturalização que, na crise, se torna defesa ambiental, ou alguma outra forma de eco economia política. Por isso, o lixo do capital, como resultado da “monstruosa coleção de mercadorias” (Marx), carece ser compreendido como momento do lixo

capital, do qual se desdobram relações que constituem a totalidade da vida social cuja essência é o trabalho e o fetiche da mercadoria.

Agora, passemos à reflexão sobre a autonomização de uma consciência supostamente transhistórica que é a *ecológica* (advinda da ontologia do trabalho), ponto de partida da reciclagem como um pressuposto inquestionável da sociedade moderna.

### **A ecologia do capital: o problema do fetichismo ambiental e a forma mercadoria**

Reconhecemos que há um debate longo e sem muito consenso sobre certa perspectiva ecológica em Marx. No entanto, o objetivo de nossa exposição não é travar esse debate, e sim reconhecer a necessidade fetichista da reposição categorial no processo de desenvolvimento do capital em crise. Assim, trataremos a questão da relação homem-meio, dessa cisão ou “falha metabólica” sob a perspectiva da relação sujeito-objeto que constitui a forma mercadoria, como tentamos expor anteriormente ao sugerir uma leitura aprofundada do primeiro capítulo de *O Capital*.

Quando a “crise ambiental” aparece como um “arcabouço” para a crítica ao capital, o processo de reposição categorial já se faz em meio ao colapso do sistema produtor de mercadorias<sup>7</sup>, em relação ao qual o fetichismo do produtivismo e seu suposto polo antitético, o ambiental, se tornam ainda mais necessários. Assim, as críticas ambientalistas e ecológicas são voltadas ao avanço do capital sobre a Natureza, esta enquanto externalidade, desenvolvendo-se noções de equilíbrio/desequilíbrio que não reconhecem a “matriz a priori da constituição fetichista” (Kurz, 2007). Ao não compreender a constituição fetichista da materialidade física que ilude as análises sobre a relação homem-meio, a crítica ecológica (marxista<sup>8</sup> ou não) torna-se insuficiente

e, no limite, dificulta, ocultando a relação entre abstração e matéria que está na base da sociabilidade crítica do capital.

O fetiche do valor de uso<sup>9</sup> – a ilusão da materialidade física que desconsidera as relações determinantes do trabalho abstrato –, que as análises ecológicas não reconhecem, autonomiza a consciência supostamente transhistórica que é a ecológica. Algo que nos remete à ideia de fisiocracia. Dessa forma, a crítica de Marx (1969) aos fisiocratas nos mostra como a economia política via a possibilidade de equilíbrio do capital. Portanto, reduzir o pensamento a um materialismo fiscalista é naturalizar a crise como externalidade do capital, repondo suas categorias fundamentais: trabalho, valor etc.

Um desdobramento dessa reflexão está na própria menção que Marx faz à reinserção (“reciclagem”) como um momento contraditório da reprodução do capital. Em seu argumento, a reutilização dos excrementos, tanto da produção quanto do consumo, se dá não pela necessidade de preservar a *natureza em si*, mas porque “o encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para utilização dos resíduos” (Marx, 1988, p. 76). A reinserção dos resíduos no processo produtivo, segundo Marx, advém da crise de valorização do valor, apontada pela queda tendencial da taxa de lucro, em que a redução nos custos de produção pode significar um ganho momentâneo para o capitalista individual, já que, com o desenvolvimento de novas maquinarias, promovido pela concorrência entre os capitalistas, tal ganho significa a possibilidade de novos investimentos em capital constante. A contradição diretamente ligada ao problema do lixo é que quanto mais produtivo, menos valor e, ao mesmo tempo, maior quantidade de mercadorias e, conseqüentemente, de resíduos. Assim, o aumento do lixo<sup>10</sup> e a reciclagem se inserem na perspectiva da reprodução crítica e não da sustentabilidade do capital. Esse processo pode nos revelar o quanto os capitais estão se desenvolvendo em seu limite. Embora tal limite constitua a enorme dificuldade com que os capitais se reproduzem, não significa que eles não

se reproduzam, ainda que criticamente. Por isso a importância de considerar o fetichismo, uma vez que a reposição categorial (trabalho e valorização), a nosso ver, é o fundamento desfundamentado da modernização, já que o desenvolvimento das forças produtivas é, também, a expulsão do trabalho do processo produtivo. A ilusão de dada racionalidade (Alfredo, 2008) é o que poderia explicar a manutenção de tal sociabilidade.

Observações concretas podem evidenciar o colapso no plano fenomênico da sociedade. O próprio lixo, enquanto relação social e não como estrita materialidade física, está no âmbito da particularidade do capital. A sobrevivência de milhões de pessoas, por todo o mundo, dos restos do consumo da sociedade e a necessidade do capital em repor suas categorias por meio dessa atividade degradada, pode nos dizer algo sobre o colapso do sistema produtor de mercadorias, pois a reposição formal dessa atividade, ainda que estivesse sujeitando milhões de pessoas por meio da reinserção de materiais no processo de transformação de mercadorias, já aparece enquanto carente de se desenvolver produtivamente, visto que o trabalho realizado por catadores não repõe sequer o valor da força de trabalho e nem mesmo os custos da produção de novas mercadorias nas pequenas e grandes empresas do ramo<sup>11</sup>.

Para Rodrigues (1998), Gonçalves (2006) e Burgos (2008), autores cujas análises se mostram pertinentes ao tratar a questão da reciclagem a partir de processos determinados social e historicamente, quem vai determinar o que será convertido em reciclável é a indústria, ou seja, o “setor produtivo.” No entanto, de nossa perspectiva, os desdobramentos da terceira revolução tecnológica têm evidenciado a enorme dependência do capital dito produtivo em relação ao capital fictício. Nesse sentido, o aumento e o empresariamento do lixo, através da reciclagem, é uma atividade crítica, pelos motivos já expostos anteriormente.

Se para alguns autores e autoras o “monstro lixo” agrava-se com o advento da chamada *sociedade de consumo* (Rodrigues, 1998), para outros

a questão é: “onde estão os bilhões perdidos pela não reciclagem do lixo?” (Calderoni, 2003, p. 173)

A necessidade de assegurar à sociedade um *status* de normalidade ou naturalidade nos remeterá às discussões sobre a reprodução crítica do capital e a sua necessidade interna de revelar tal crise de modo inverso, como aparente e real desenvolvimento econômico e social. O pensamento planejador, nesse sentido, percebe o problema como material-físico<sup>12</sup>, não compreendendo que os problemas de ordem ambiental fazem parte da ecologia do capital – imanentemente crítica –, de modo que esses mesmos problemas podem aparecer como externalidade, isto é, sem relação com a metafísica do capital, com o aumento de sua produtividade que coincide com sua desvalorização.

### **A reciclagem crítica do lixo capital**

As indústrias de reciclagem, sejam elas de garrafas PET, de plásticos, de vidros ou latinhas de alumínio, têm em comum o processo de transformação de um dado material (reciclável) em matéria-prima que será utilizada em processos produtivos ou consumo diferenciados. Como colocado anteriormente, a industrialização desses materiais é um importante elo e momento da reprodução de um circuito que se apresenta como panaceia para muitos problemas sociais – principalmente em propagandas publicitárias, salas de aula e narrativas governamentais, bem como no próprio discurso dos catadores. No entanto, ainda que concordemos com Burgos (2008) e Gonçalves (2006) no que se refere ao elo entre a indústria e o trabalho dos catadores e catadoras, compreendemos que a determinação desse “elo” contraditório não é da indústria sobre os trabalhadores, mas do capital fictício que se apresenta como universal principalmente após os anos de 1970 (Kurz, 1995). Além disso, conforme foi exposto, o encarecimento das matérias-primas é um



dos fatores determinantes para a reinserção de materiais que seriam descartados.

Na pesquisa que desenvolvemos (Lacerda, 2015), entre outros aspectos, a latinha de alumínio apareceu como unanimidade entre catadores e catadoras, depósitos de sucatas, moradores de prédios/condomínios e empresários das indústrias. Dessa forma, a apropriação crítica desse material nos trouxe importantes contribuições para refletir sobre a reposição crítica das categorias do capital no contexto examinado. Vale ressaltar ainda que, embora as latinhas de alumínio se destaquem por atingirem quase 98% de índice de reciclagem no Brasil, a reciclagem de outros materiais tende a ser determinada pela mesma lógica das latinhas.

A questão colocada por Calderoni (2003) mostra a percepção de que todos podem sair ganhando no processo de reinserção de materiais no circuito produtivo. Mas para o capital dito produtivo (grandes monopólios da reciclagem de alumínio, depósitos de sucata, cooperativas), esse montante de dinheiro “perdido” passa a atuar como promessa de ganho futuro.

Para compreender esse processo precisamos expor o seguinte: com o desenvolvimento das forças produtivas movido pela dinâmica concorrencial, diminui-se a massa de trabalho abstrato cristalizado nas mercadorias, diminuindo, portanto, o valor das mercadorias, já que a quantidade de trabalho necessário à sua produção diminui. Isso constitui o que Marx (1988) chamou de queda tendencial da taxa de lucro e que para Ernest Mandel (1982) vai se intensificar com a terceira revolução tecnológica que se desdobra a partir da década de 1970. Essa negatividade do capital para com ele mesmo (Alfredo, 2010) advém de sua lógica destituidora, que é a de expandir a massa de capital fixo e mercadorias, via desenvolvimento das forças produtivas e, em contrapartida, diminuir relativamente a massa de trabalho vivo que a movimenta.

Para Marx,

Esse progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto em relação ao capital global, é idêntico à composição do capital social, em sua média, progressivamente mais elevada. É, igualmente, apenas outra expressão para o **progressivo desenvolvimento da força produtiva de trabalho**, que se mostra exatamente no fato de que, por meio do crescente emprego de maquinaria e capital fixo, de modo geral **mais matérias-primas e auxiliares** são transformados pelo **mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo**, ou seja, **com menos trabalho**, em produtos. (Marx, 1988, p. 155, grifos nossos)

Nesse sentido, o aumento cada vez mais intensificado da massa de mercadorias e, conseqüentemente, do volume de matérias-primas utilizadas em sua produção, se desenvolve numa complexa relação entre as esferas da produção e o capital fictício<sup>13</sup> que se universaliza, tendo seu reflexo a *posteriori* na circulação/consumo. Torna-se, então, fundamental considerar que a inserção cada vez maior de recursos naturais no processo produtivo é determinada pela redução do tempo de rotação do capital fixo e que esta está relacionada à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e às inovações tecnológicas. Portanto, a produção monstruosa de mercadorias e do lixo se constitui nesse complexo desenvolvimento das contradições do capital. A aparente materialidade (“os bilhões perdidos no lixo”) só será “encontrada” se essa recuperação dos materiais atenderem à circulação do dinheiro enquanto mercadoria, ou seja, o capital creditício.

Apesar da dificuldade de apreensão da reprodução capitalista a partir do capital individual, consideramos importante demonstrar como ele “atua” em determinadas situações fenomênicas e possibilita uma reinterpretação sobre a crise de valorização. Por isso, quando verificamos o enorme endividamento da maior indústria de reciclagem de latinhas de alumínio do Brasil, a Novelis, e sua busca desenfreada pela reinserção cada vez maior de materiais recicláveis<sup>14</sup> no processo de produção de suas mercadorias, notamos que a redução de custos tem uma necessária relação com o desenvolvimento das forças produtivas determinado pela

concorrência capitalista, não simplesmente como uma luta por superlucros, mas enquanto processo de reposição categorial determinado pela simultaneidade imposta pelo capital financeiro mundial que carece de uma rotação cada vez mais intensa.

Assim, na redução de custos, que aparece como objetivo das empresas para maximizar os lucros, há uma *naturalização da necessidade de redução de custos*, que limita as análises à crítica da exploração do trabalho dos catadores de recicláveis e ao enriquecimento das indústrias. Mas, de acordo com Kurz (1995) “o real capital empresarial ‘actuante’, que utiliza trabalho abstracto na efectiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor.”

Ainda de acordo com o mesmo autor, a partir da década de 1970 há um substantivo aumento da dependência do capital produtor de mercadorias em relação ao capital creditício (Kurz, 1995). E, sendo assim, “[...] a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor” (Alfredo, 2008, p. 71).

Por isso, argumentamos que embora apareça como expansão, o crescimento material, mais uma vez, escamoteia de forma necessária a reprodução periclitante do capital, seja individual ou no seu conjunto. A ideia de expansão modernizadora como fetiche de desenvolvimento e de infinitude do capital (os bilhões perdidos no lixo, a lata de alumínio como material infinitamente reciclável) não revela sua dificuldade em valorizar-se. O que se observa, aliás, é o aumento do endividamento, fato associado à incapacidade do capital de se valorizar nos termos de sua substância (tempo de sobretrabalho).

Outro elemento importante na constituição de uma consciência que naturaliza o processo de reprodução crítica do capital é o Estado. Este aparece de diversas formas no assim chamado “circuito da reciclagem”: enquanto propagador nos currículos escolares, determinante na formação

de uma consciência dos materiais como dinheiro<sup>15</sup>, financiador e subsidiário de programas de ampliação da coleta seletiva, separação em cooperativas, crédito para as grandes empresas e normatizador.

Assim, quando colocamos o lixo no portão das casas, nas lixeiras do condomínio, não percebemos as inúmeras mediações presentes nessa simples atividade. A reciclagem crítica do capitalismo, nesse sentido, aparece de inúmeras formas. No último item deste texto buscaremos refletir sobre alguns elementos do trabalho dos catadores e catadoras.

### **A reciclagem crítica do trabalho**

*“ó quanto dinheiro jogado ali”<sup>16</sup>*

Sabe-se que ninguém revira lixões, os restos produzidos pela sociedade, ou anda pelas áreas centrais das cidades coletando materiais por opção<sup>17</sup>. Sendo assim, a negação do trabalho pelo capital põe a possível revelação de que após o período da terceira revolução tecnológica, a crise do trabalho só tende a se intensificar. Dessa forma, o capital tende a negar seu próprio fundamento, ou seja, a valorização vai se constituindo a partir de outras bases. Tais bases é que tentaremos sintetizar nesse último momento do texto.

A crítica à exploração dessa atividade degradante é de extrema importância para compreendermos algumas relações que se dão nesse “reciclar”. No entanto, tais críticas tornam-se insuficientes na medida em que limitam a compreensão das determinações dessa atividade como um todo, sendo o trabalho dos catadores e catadoras um momento da particularidade do capital em crise. Dessa forma, quando tentamos compreender as mediações postas pelo capital fictício<sup>18</sup>, a argumentação de que o limite do capital é a Natureza tende a ser problematizada.

Alguns autores veem na coleta de materiais um trabalho produtivo fora do chão da fábrica, mas determinado por ela. Já os representantes das

empresas recicladoras percebem esse processo no âmbito da circulação das mercadorias. De acordo com nossa perspectiva, não rejeitamos que haja esses momentos na realização da forma mercadoria. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, o número de pessoas não “absorvidas” pelo capital em geral e relegados aos serviços mais fenomenicamente degradantes da sociedade, separar o lixo, por exemplo, tende a aumentar. Assim, a passagem da acumulação sobre bases produtivas ao movimento fetichistamente autônomo do crédito, ao financiar as empresas para que atuem de forma competitiva no mercado, estimula não só a produção monstruosa de bens e serviços, mas de pessoas desnecessárias à produção, ou seja, “não rentáveis” (Kurz, 2003).

É nesse sentido que compreendemos a formação dessa massa de indivíduos socializados pelo dinheiro, mas que não possuem dinheiro. As latinhas de alumínio, entre outras formas materiais, servem, assim, à circulação do dinheiro que se ficcionaliza nos diversos financiamentos dos “créditos malparados” (Kurz, 1995) das grandes e pequenas empresas do ramo. Como verificamos em nossa pesquisa (Lacerda, 2015), até as cooperativas carecem de financiamento e muitas vezes de subsídios governamentais para que o negócio se efetive.

No interior das organizações desses trabalhadores prevalece o sentido da produtividade do trabalho: horário controlado, metas de material coletados em quilos por dia, separação mais qualificada, entre outras formas de organização dessa atividade que acabam por impulsionar cada vez mais esses indivíduos à coleta. A concorrência por materiais em determinados horários e locais dos centros urbanos também se une à essa lógica extremamente degradante em que dia e noite essas pessoas estão “preocupadas” com o mínimo de sua sobrevivência, evidenciando a reprodução crítica de relações supostamente “atrasadas”, mas que se constituem em pleno século XXI em um momento de superprodução de dinheiro.

Assim, o trabalho concreto, mais uma vez se realiza como ilusão necessária para a reposição de categorias sociais em crise<sup>19</sup>. Mas como esse trabalho não pode aparecer como degradante, supõem-se que com os investimentos (governamentais ou não) essa atividade poderá se tornar mais digna. Não somos contra a luta pela “dignidade”, no entanto, sabendo das inúmeras contradições que esta encerra, entendemos que ignorar o processo totalitário de reprodução do capitalismo pode intensificar uma reposição cada vez mais crítica das categorias modernas, sendo a coleta de recicláveis um momento importante dessa reposição.

Uma indagação que ficou de nossa pesquisa carece ser reproduzida aqui: a ideia de pobreza seria um dos veículos para a estruturação de formas de pensamento e práticas para conformação do capital fictício enquanto real efetivo?

### **Algumas considerações conclusivas**

A crítica à naturalização e à ideia de natureza enquanto reposição da consciência naturalizante é de extrema importância para desenvolvermos reflexões sobre as inúmeras particularidades do capital no século XXI. O uso indiscriminado da “narrativa” da sustentabilidade, da defesa da natureza, da reciclagem como um *Deus ex machina*, ainda carece ser mais tensionado com as perspectivas aqui expostas e outras que visam desnaturalizar a sociedade do trabalho.

O trabalho concreto como ilusão necessária para a reprodução de relações sociais em crise carece ser repostado (ainda que teoricamente) na crítica à reciclagem, sendo esta uma reposição do capitalismo em crise. Tal processo não resulta de um único momento lógico ou histórico do desenvolvimento do capital, mas, para nós, de uma necessidade em repor os pressupostos da sociedade produtora de mercadorias e seus diversos desdobramentos que se fundamentam sobre a base da racialização, da dissociação sexual e do fetichismo da mercadoria. O que nos saltou e

continua saltando aos olhos é o recrudescimento da violência em vários âmbitos sociais (nas ruas, na política, no emprego, na saúde, na educação, entre outros) e a dificuldade de grande parte da sociedade em reconhecer esse avanço da barbárie como substância da sociabilidade crítica da sociedade moderna. Por isso a ideia de reciclagem do lixo capital aqui apresentada carece ser debatida sob essas perspectivas. Não o lixo em sua materialidade fenomênica (o que limitaria nossas análises), mas enquanto reposição, em outros termos, de formas de sociabilidade que se desenvolvem em todos os seus momentos como barbárie: grandes empresas determinadas pelo capital fictício mediando um ciclo em que catadores competem por lixo, mal conseguem repor suas condições mínimas de sobrevivência, carecem da assistência social de entidades religiosas e/ou do poder público e precisam lutar pela imagem de cidadãos e cidadãos.

Nós, enquanto trabalhadores na área da Educação, pensamos que o diálogo aqui exposto também seja pertinente na medida em que nos ajuda a refletir sobre nossa prática profissional relacionada ao movimento de desenvolvimento do capital em crise.

Ao longo deste texto, tentamos expor sinteticamente algumas ideias presentes em nossa reflexão mais aprofundada em Lacerda (2015). No entanto, cabem mais algumas considerações que no momento da produção dessas sínteses são urgentes também.

Uma dessas considerações é sobre a questão racial, já que esta não foi tematizada em nossas pesquisas, embora estejamos tratando justamente de uma parcela da população brasileira marcada pela racialização: a população pobre. Sabendo das estatísticas nas quais as mulheres negras representam a maioria dos indivíduos que exercem essa atividade, reconhecemos que houve anegligência em relação à discussão da racialização e da cisão entre os gêneros posta pelo desenvolvimento lógico e histórico do capital no Brasil em nossas análises. Por isso, destacamos a necessidade de, em futuras pesquisas, considerar quão imprescindíveis são

as questões da cisão e da racialização para se compreender com mais profundidade as mediações sociais que constituem as relações tanto na reciclagem e para além dela.

Em tempos de agudização da crise do capital, cabe assinalar que uma das contribuições do texto é problematizar as formas de pensamento e as práticas que tendem a naturalizar relações sociais cotidianas violentas como o trabalho (no lixo), a ideologia do empreendedorismo, que se sustentam, também, sobre a ideia de natureza como uma externalidade ao capital.

Por fim, mas não finalizando o diálogo, a crítica ao processo de reciclagem de materiais foi mais uma forma de evidenciar a necessidade de se realizar críticas categoriais à sociedade moderna, uma vez que a reposição do fetiche do trabalho concreto e a defesa do trabalho como elo perdido entre sociedade e natureza dificultam ou até mesmo impossibilitam o diálogo sobre a superação da sociedade produtora de mercadorias.

### **Notas:**

1. Este texto foi elaborado com base em nossa dissertação de mestrado defendida há cerca de cinco anos, cujo título é “O Lixo do Capital: Uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas” (Lacerda, 2015). Entre o momento em que a dissertação foi escrita e a publicação deste texto, houve mudanças significativas em relação ao contexto individual e social. Entendemos, entretanto, que tais mudanças não prejudicam, essencialmente, as ideias aqui expostas. Agradecemos a todos e todas que contribuíram para as reflexões que apresentamos no presente texto.
2. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, mestre na mesma área pela Universidade de São Paulo e professor no Ensino Básico na rede estadual paulista.
3. A ideia de “trans-historicidade” é problematizada por Robert Kurz em boa parte de seus textos e Moishe Postone (2014) que refletem sobre ontologia do trabalho abstrato e seus desdobramentos nas análises sobre a reprodução do capital. Nesse sentido, estamos de acordo com os autores de que a sociedade moderna é a ruptura constante com as formas sociais pretéritas ao capital, mas que, na consciência burguesa, há necessidades



permanentes de reposição de conceitos que supostamente transcendem todas as formas sociais, como trabalho, dinheiro, entre outros.

4. Sugerimos a leitura do primeiro capítulo de *O Capital*, especificamente a “Transição da forma valor geral para a forma dinheiro” (Marx, 1985, p. 69, 70). Não apenas esse item, mas todas as seções I e II desse primeiro livro nos trazem importantes fundamentos dos desdobramentos da forma equivalente do capital e do fetichismo da mercadoria. Para as nossas reflexões neste texto, esse enigma esteve presente em todo momento, desde a simples troca de latinhas de alumínio por vestimentas, de materiais recicláveis em geral por dinheiro para sobrevivência ou complementar renda até a complexa rede de relações entre indústrias de reciclagem de alumínio.

5. Percebe-se que algumas análises centradas no caráter físico tanto dos materiais quanto do próprio trabalho têm limitado as reflexões, que se desdobram em buscas de alternativas para a situação desses trabalhadores. Contribuindo, dessa forma, para a naturalização do trabalho como atividade humana transhistórica.

6. Rosalina Burgos (2008), em sua análise sobre a noção de sustentabilidade, desdobra pontos importantes no que se refere à crítica da “nova racionalidade” que essa noção engendra. Porém, de nossa perspectiva, tal análise limita-se à materialidade do lixo e do trabalho, não observando o impulso do trabalho abstrato “como fim em si mesmo” do capital (Kurz, 1996), ou seja, como posto e pressuposto da lógica de crise de valorização do valor. Assim como Burgos (2008), outros autores, como Rodrigues (1998) e Gonçalves (2006), também trazem o problema do lixo para o debate sob uma perspectiva marxista, no entanto, suas análises limitam-se pela ontologia do trabalho, perdendo de vista os desdobramentos críticos da forma mercadoria.

7. Robert Kurz apresenta importantes apontamentos sobre o desenvolvimento das forças produtivas do capital, tendo em vista os limites colocados a partir da terceira revolução industrial ou tecnológica, que se desdobra principalmente após os anos de 1970. Em sua exposição Kurz trata da grande quantidade de força de trabalho que é expulsa da produção de valor e não é reabsorvida segundo os termos da produtividade global do capital. Nesse sentido, estamos de acordo com sua interpretação de que tanto a lógica do trabalho quanto os resultados da produção material e as formas dissociadas na constituição categorial do capital (o feminino, a natureza etc.) constituem uma totalidade concreta e carecem ser pensados sob a perspectiva da dessubstancialização do capital (Kurz, 1995).

8. As reflexões realizadas por John Bellamy Foster (2011), em seu livro *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, não consideram os fetichismos que advêm da forma mercadoria, principalmente o fetichismo do valor de uso. Sua exposição nos deu, em certa medida, a possibilidade de tensionar no campo teórico as formas de pensamento que, “viciadas” ou atraídas pela materialidade física das coisas, coisificam o processo. A coisificação não se limita ao entendimento dos processos sociais como objetos ou coisas, mas se refere fundamentalmente à destituição da contradição entre os dois polos, ou seja, à redução da contradição à sua estrita positividade. (Alfredo, 2010)

9. “A ideia do caráter duplo da mercadoria enquanto valor e valor de uso revela ser parte de uma análise crítica que vai para além de uma rejeição romântica do abstracto (valor)

em nome do concreto (valor de uso). Ao invés disso, essa análise é a de uma “substância” que flui sem ser idêntica a nenhuma das várias formas fenomênicas [forms of appearance] que adquire ao longo do seu fluxo [flow]. O capital, como é óbvio, passa da forma do dinheiro para a forma de bens para a forma do dinheiro para a forma de bens [D-M-D-M-D..., NM]. Flui através de todas essas formas, sem ser idêntico a nenhuma delas.” (Postone, 2012, n.p.).

10. “Um estudo da International Solid Waste Association (ISWA), uma organização sem fins lucrativos que reúne profissionais do setor de resíduos sólidos, prevê que a geração mundial de lixo chegará a 3,4 bilhões de toneladas, por ano, até 2050. Em 2016, eram cerca de 2 bilhões de toneladas/ano produzidas. Ou seja, pode haver um aumento de 70% nos descartes”. “Aumento da produção de lixo no Brasil requer ação coordenada entre governos e cooperativas de catadores”. *Agência Senado*, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/aumento-da-producao-de-lixo-no-brasil-requer-acao-coordenada-entre-governos-e-cooperativas-de-catadores#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Panorama%20dos,de%201%20kg%20por%20dia>. Acesso em: 27 fev. 2023.

11. Em nossa dissertação de mestrado, Lacerda (2015), nos capítulos 3 e 4, examinamos a forma crítica de reproduzir os elementos das empresas de reciclagem, sejam elas cooperativas de catadores, pequenas fábricas de reciclagem de plástico ou grandes indústrias de reciclagem de alumínio. A necessidade de investir no desenvolvimento das forças produtivas é constante e requer um volume de dinheiro que o rendimento das empresas é incapaz de alcançar, o que amplia, portanto, seu endividamento.

12. Para nós, todo esse imbróglio da naturalização, seja de subjetividades ou de objetos “externos”, advém da relação entre forma relativa e forma equivalente, analisada por Marx no primeiro livro d’*O Capital*. Tal relação evidencia o caráter fetichista da forma mercadoria, que, porém, aparece de forma autonomizada, ou seja, destitui-se a contradição entre valor e forma valor, para absolutizar a forma pela qual as coisas se trocam entre si, o dinheiro. Ao se apresentar como estritamente concreta, a mercadoria (e a própria realidade determinada pela forma valor), autonomiza-se na estrita materialidade das coisas, reduzindo a realidade à sua fenomenologia. A forma valor, que vela o valor – pois este, substância social/tempo de trabalho, é uma determinação social cuja materialidade física é sua forma de apresentação –, põe-se na forma preço que, fenomenalizado no corpo material da mercadoria, naturaliza o valor.

13. O aumento da produtividade do capital libera capital ocioso, devido à redução do capital variável que, no processo histórico do capital, se desdobra em capital fictício.

14. Sugerimos a leitura do capítulo 3 (Lacerda, 2015) de nossa dissertação, no qual demonstramos com maior detalhes as “estratégias” dessa empresa para reduzir custos e acelerar a rotação do capital fictício. Observamos em 2013 um montante de quase 4,9 bilhões de dólares em dívidas da empresa em nível mundial, em que cerca de metade desse montante já se acumulava antes da aquisição da empresa pelo conglomerado indiano em 2007.

15. A escola pública no início dos anos de 1990 foi o meio necessário para que o Brasil massificasse a coleta de latinhas de alumínio, ou seja, a redução de custos das grandes

empresas. Com a disseminação da ideia, entre os alunos e familiares, de que a lata de alumínio poderia ser trocada por outros produtos necessários e que isso contribuía com o meio ambiente, a comunidade escolar passou a “colaborar” na coleta e armazenamento desse material na escola. Assim, a consciência de que a lata de alumínio resguardava certo preço já estava posta e o ambiente escolar público foi um dos espaços fundamentais para se constituir o trabalho de coleta, armazenamento e venda desses resíduos aos depósitos maiores. Cf. Giosa (2010).

16. O comentário em epígrafe é o trecho de uma conversa que realizamos com uma catadora de materiais recicláveis durante a pesquisa de mestrado já citada. Nessa conversa, a catadora disse que ao sair para realizar outras atividades com o motorista do caminhão da cooperativa, fica comentando com ele sobre a quantidade de material reciclável que vê pelas ruas. Em recente conversa com um senhor, funcionário aposentado da prefeitura de Pindamonhangaba-SP, acompanhado de sua esposa e filha, que coleta eventualmente materiais para complementar a renda, ele mencionou que deu “uma parada” na coleta, pois estava se tornando “compulsivo” em levar lixo para casa. Disse isso ao lado da esposa que acenava com a cabeça concordando que ele estava compulsivo e aprovando a atitude de parar. Mais um elemento importante nesse processo é refletir sobre como está sendo a sobrevivência de milhares de catadoras e catadores nesse momento da Pandemia de Covid-19, sabendo que o lixo é um dos objetos mais contaminantes produzidos pela sociedade.

17. “As estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres.” Disponível em: <http://mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 27 fev. 2023.

18. “[...] a noção de capital fictício remete, necessariamente, a uma dimensão da consciência para que o mesmo se efetive enquanto tal. Mas especialmente porque esta ficção se lhe permite mover a reprodução do capital sob a égide de seu conceito ainda que lhe falte a substancialidade que dá fundamento às categorias que o formam.” (ALFREDO, 2010, p.54)

19. A superexploração do trabalho coincide com a não produção de valor, porque é compensatória, isto é, uma tentativa mal fadada do capital de compensar a crise de valorização.

## Referências

ABAL. **Coletiva de imprensa – Índice de Reciclagem de latas de alumínio para bebidas**, 2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-WMHg4BTAO4>>. Acesso em: 16/03/2020

ALFREDO, A. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação, pp. 63-108 **GEOSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, 2008.

- \_\_\_\_\_. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. São Paulo: **Terra Livre**, Ano 26, V.1, n. 34, p. 37-62, Jan-Jun, 2010a.
- BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo**. Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado. 2008.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3. ed. 2011.
- GIOSA, J. R. **A moeda de lata**. São Paulo: Técnica Comunicação Industrial, 2010.
- GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. Presidente Prudente: FCT, UNESP. 307 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- \_\_\_\_\_. **A Ascensão do Dinheiro aos Céus**. Revista Krisis, números 16/17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: 20/04/2011.
- \_\_\_\_\_. **Não-rentáveis, uni-vos!** Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz134.htm>>. 2003. Acesso em: 20/04/2011.
- \_\_\_\_\_. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: O problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>>. 2007. Acesso em: 13/09/2010.
- LACERDA, Leonardo Mamede de. **Elementos geográficos no trabalho dos catadores de recicláveis do centro de Londrina**. Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O lixo do capital: uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LIMA, D. R. de. **O fenômeno da reciclagem de lata de alumínio no Brasil: inovação tecnológica, oligopólios e catadores**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília: Universidade de Brasília. 2007.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. II, III, IV e V.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política.**, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I.
- \_\_\_\_\_. **Teorías sobre la plusvalía**. Ediciones Quinto Sol, Mexico, 1969.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Trad. Amilton Reis e Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUES, A. M. Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana. São Paulo: HUCITEC, 1998. (versão digital), disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=34623](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=34623)>. Acesso em:13/09/2010.

## **Seção V - Contradição campo cidade e crise. a periferia do capital**



## **Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil**

Anderson Pereira dos Santos<sup>1</sup>

*No mundo dos objetos e superobjetos, tornados mercadorias, a subjetividade humana se realiza envolta em dilaceramentos, como redução do vivido, sob o império dessas abstrações concretas (Amélia Damiani, 2009)*

Na geografia, as relações entre campo e cidade foram compreendidas a partir de diferentes perspectivas teóricas. Num movimento regressivo-progressivo, teórico-crítico, buscamos, no primeiro momento de nosso texto, delimitar recortes de análise, sem propor, contudo, qualquer forma de periodização. Em seguida, procuramos analisar a contradição campo-cidade como cisão historicamente determinada, interna ao modo capitalista de produção, produto da gênese e da universalização da forma valor. Ao considerarmos campo e cidade como formas sociais do capital, buscamos compreender o sentido negativo de sua relação, ressaltando, para tanto, os principais aspectos que definem a sociabilidade capitalista. Isso posto, cabe-nos, como questão de método,

[...] a análise de fenômenos próprios da forma valor como que sempre resultantes de uma realidade posta na e pela modernização. Do que deriva, segundo a perspectiva aqui proposta, a necessidade de se compreender sob as determinações da forma valor os fenômenos então postos (Alfredo, 2008, p. 64).

Por fim, na terceira parte deste texto, através de um exercício crítico, buscamos contribuir para aprofundar o debate sobre o conteúdo atual da contradição campo-cidade, apontando na direção de outra perspectiva de entendimento das contradições do espaço, crítica, dialética, negativa. Nosso texto caracteriza-se como um estudo teórico e



exploratório, baseado na revisão da literatura sobre as relações entre campo e cidade.

## 1. Campo e cidade, relação campo-cidade e geografia

Na geografia tradicional, da primeira metade do século XX, atrelada ao possibilismo lablacheano, os estudos sobre o campo e a cidade apareciam no interior das monografias regionais, dedicadas à descrição aprofundada das paisagens para constituir o quadro regional dos *gêneros de vida*. Campo e cidade se delimitavam e se definiam por suas características intrínsecas. Climas, solos, usos da terra, produtos, modos de vida, paisagens etc., seriam elementos necessários para a caracterização e diferenciação desses espaços. A esse respeito, Pierre Deffontaines (1943) acreditava ser possível distinguir campo e cidade a partir de suas atividades produtivas e de suas formas de povoamento, sendo o povoamento rural disperso e, o urbano, concentrado:

O tipo de povoamento mais agrupado é o das cidades, em que a densidade dos habitantes atinge, às vezes, números espantosos e inquietantes. [...] Mas, preliminarmente, que é uma cidade? É bem difícil dar-lhe uma definição, pois não pode ser uma simples questão de número, por demais arbitrária. Ao nosso ver, há uma cidade sempre que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração; daí, a intensidade da circulação, a organização da rua, com o passeio, a iluminação noturna, os bondes ou o metrô; daí, também, a multiplicação das construções; porque não há somente casas de habitação, mas, também, casas de trabalho (Deffontaines, 1943, p. 15).

A visão não crítica da realidade então predominante, baseada metodologicamente em procedimentos empiristas, descritivos, comparativos e classificatórios, forjou diferentes formas de interpretação do real livres de contradições, fazendo as regiões, e, no interior delas, as realidades rurais e urbanas, emergirem do processo histórico como dados naturais, produtos da síntese harmoniosa entre homem e meio que se

manifestava em *paisagens*. Ainda que a temática da relação campo-cidade não estivesse autonomizada enquanto campo de pesquisa nesta geografia, paulatinamente, ela passaria a aparecer em diversos estudos, na medida em que os geógrafos, tomando consciência das fragilidades do método descritivo/indutivo lablacheano, passaram a abordar em seus trabalhos as temáticas das indústrias, dos investimentos de capitais, das funções urbanas, dos fluxos materiais no espaço regional, entre outras. De fato, a própria realidade mundial em transformação, com a industrialização nos países centrais, com a modernização de suas agriculturas e com o intenso fluxo migratório de pessoas do campo para as cidades, constituindo a *urbanização da sociedade mundial* (Lefebvre, 1999), punha a crítica à geografia empirista e romântica lablacheana, a qual, conforme Lacoste (1988), enxergava apenas o homem vivendo no campo, habitando as paisagens criadas e modeladas por seus ancestrais.

Pierre Monbeig, ainda que vinculado à geografia vidalina, se distanciou de seus pressupostos teóricos particularmente em função de sua ênfase nos fatores econômicos quando da análise dos fenômenos regionais. As dificuldades encontradas pelo autor para aplicar a metodologia da geografia lablacheana no estudo da realidade instável da franja pioneira, o levaram à revisão de seus princípios e fundamentos. Em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1998), buscou abandonar o postulado que localizava os processos formativos de uma região no interior da própria formação geográfica, para remetê-los, também, a realidades distantes, pondo acento nas relações estabelecidas entre as cidades, suas hinterlândias e as regiões afastadas, salientando a importância das articulações escalares nos estudos regionais, o que pode ser considerado como uma contribuição teórica pioneira para o estudo das relações campo-cidade. Já no artigo clássico *Estudo geográfico das cidades*, de 1941, ao discutir o raio de ação de uma cidade, Monbeig evidenciou a importância de compreender as relações estabelecidas entre os núcleos urbanos e suas regiões. Quando da republicação do artigo na coletânea

*Novos estudos de geografia humana brasileira*, de 1957, o autor complementaria sua análise, reclamando por estudos mais profundos sobre essas relações:

O estudo geográfico de uma cidade coloca o problema das relações entre o campo e a aglomeração urbana. Essas relações são múltiplas e diversas; dependem da importância da cidade, da variedade de suas funções e dos tipos de organização econômica. Se se considera o caso brasileiro, é-se levado a desejar estudos mais precisos que permitam distinguir os tipos das relações cidade-campo, muito diferentes segundo as regiões, e determinar como e com que velocidade evoluíram estas relações. [...] É relativamente fácil descrever o que a cidade extrai do campo; um assunto clássico das lamentações acadêmicas são o êxodo rural e suas consequências. Mais difícil, mas também útil, seria conhecer tudo o que a cidade dá ao campo, sem esquecer o que deveria dar-lhe [...]. Em troca, esquecemos muitas vezes de pesquisar a evolução dos campos sob a influência das cidades: transformação não só das culturas, como dos métodos de cultura, valorização das terras e dos imóveis, evolução dos tipos de propriedade, contribuição intelectual, elevação do nível de vida e melhoria da saúde; outros tantos proveitos devidos à influência urbana. Haveria estudos a fazer sobre a evolução dos ordenados, dos níveis de vida, das situações demográficas nos campos diretamente atingidos pelas cidades; e estes estudos seriam complementares do inquérito de geografia urbana, que não pode ser estreitamente limitado às fronteiras municipais de uma cidade. A aglomeração urbana não vive apartada de toda raiz rural (Monbeig, 1957, p. 75, 76).

Ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, a geografia foi, lentamente, identificando certas diferenças e relações materiais entre campo e cidade, mas não se aproximou de e não buscou por uma análise explicativa para a relação interna das formas sociais autonomizadas. Predominava a ideia tradicional de que tais formas constituíam fenômenos distintos, com características opostas, produtos do metabolismo homem/meio. Todavia, o campo e a cidade, observados nessas monografias, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, conformavam espaços modernos, *abstractos*, portanto, perpassados pela (i)racionalidade do valor, fundada na contradição capital/trabalho. Logo, o

aparente equilíbrio dos gêneros de vida regionais, rurais ou urbanos, conformava momento do desenvolvimento crítico do capital, que apenas seria racional e inteligível para essa geografia de cunho positivista que, como pontuou Lacoste (1988), se constituiu a serviço da força civilizatória do Estado<sup>3</sup>.

Neste mesmo período, os trabalhos produzidos no Brasil<sup>4</sup>, feitos com preocupação localista, mediante o exame de pequenas áreas e descrições de suas paisagens, buscaram caracterizar os espaços rurais e urbanos e suas relações materiais sem, contudo, situá-los frente a totalidade social capitalista<sup>5</sup>. Todavia, considerando as transformações radicais postas pela reprodução do capital na periferia - levando à urbanização crítica do espaço, desenhando metrópoles e megalópoles, “[...] detentoras da universalidade dos processos sociais” (Damiani, 2005, p. 31), à modernização e industrialização do campo, à extensão do *tecido urbano* (Lefebvre, 1999) e, ainda, à crise das comunidades locais, articulando-as em complexas redes de relações com a universalidade do capital (Santos, 2019) -, visto, ainda, que se impactavam as relações agrário-urbanas, o entendimento dessas formas sociais já não podia se restringir à análise fechada desses espaços.

A partir do final dos anos de 1950, a cidade passou a ser vista, pela geografia, como centro da organização espacial, isto é, elemento modificador e organizador de sua hinterlândia (sua área de influência), incluindo centros de menor porte, o sistema urbano e o campo (Corrêa, 1989). Os estudos sobre a ligação entre o local e o regional com uma totalidade maior, a dinâmica da grande cidade, impulsionaram debates sobre redes urbanas, relações cidade-região, região de influência das cidades, funções e centralidades urbanas, polos de crescimento etc. (Corrêa, 1989). Desenvolveram-se pesquisas sobre fluxos materiais no interior do quadro regional, em diálogo com as teorias da localização, da distribuição e da hierarquia, de Von Thünen, Christaller, Perroux, entre outros. Segundo Anselmo Alfredo, nesse momento, a geografia passou a

ver o urbano como “[...] expressão de uma realidade mais adequada aos desígnios do desenvolvimento econômico” (Alfredo, 2013, p. 149), identificando-o com a modernidade e a civilidade, e, aquilo que não se formava nesses termos, o agrário, conformaria um elemento oposto, atrelado ao atraso e ao tradicional, passível, portanto, de ser organizado segundo uma realidade moderna, reprodutora da lógica capitalista. A noção de *organização espacial* passou a se colocar na geografia a partir da perspectiva de desenvolvimento econômico, no interior da qual a cidade e o campo apareciam não como expressões da irracionalidade do mundo da mercadoria, ao contrário, suas características se determinariam do ponto de vista de um maior ou menor dinamismo econômico. Nesse contexto, passaram a ser entendidos como *espacialidades produtivas*, manifestações materiais do fenômeno econômico-social, realidades passíveis de tratamento a partir do planejamento com vistas ao desenvolvimento econômico capitalista.

Produzido neste período, o trabalho *Geografia Urbana* (1983) (no original, *Précis de Géographie Urbaine*, de 1961), de Pierre George, é considerado, ainda hoje, como paradigma para a compressão das relações campo-cidade. Em fins dos anos de 1950, no interior de seus estudos sobre o urbano e redes urbanas, George afirmou a importância de serem analisadas as relações econômicas e sociais estabelecidas entre as cidades e suas regiões, compreendendo as relações campo-cidade e cidade-cidade. Em relação aos laços postos entre a cidade e o campo, indicou: migrações e deslocamentos populacionais cotidianos; drenagem da renda fundiária; comercialização da produção do campo; distribuição dos produtos manufaturados; oferta de bens e serviços; circulação e inversões de capitais; redes de transporte (George, 1983). Com efeito, as relações campo-cidade se definiriam como relações de trocas materiais e se projetariam, preferencialmente, a partir da cidade, entendida como espaço moderno e modernizador:

As relações entre cidades e zonas rurais procedem inicialmente de diversas formas de retiradas de substância do campo em benefício da cidade ou de entidades econômicas junto às quais a cidade desempenha um papel de intermediária. Mas, em contraposição, a cidade está à frente dos múltiplos sistemas de serviços de interesse regional. Ela propaga ao seu redor capitais, produtos industrializados, organiza a vida coletiva rural em seus quadros administrativos, difunde as técnicas e os serviços de nível elevado. Os quadros administrativos imbricados ou superpostos traçam certos limites de influência, mas o instrumento real da expansão de diversas formas de influência urbana continua sendo o meio material de relação: a via da circulação e os organismos de transporte que a exploram (George, 1983, p. 206).

Predomina em George a leitura sobre as coisas no espaço ou do movimento das coisas fundada numa perspectiva positiva do real, como pura materialidade física. Ao mesmo tempo, sua interpretação da relação campo-cidade se baseia numa concepção de movimento – dos fluxos de objetos, pessoas, renda, capitais etc. –, que muito se aproxima da física newtoniana, i.e., simples variação da posição espacial de um objeto em relação a um referencial no decorrer do tempo, na qual o espaço aparece como recipiente de tal movimento. Produz, ainda, uma análise que busca localizar e sintetizar todas as potencialidades materiais de tal relação. As divisões social e territorial do trabalho aparecem naturalizadas e funcionais à acumulação capitalista, permitindo a difusão espacial do desenvolvimento.

Ainda no século XIX, Marx (2013) já havia apontado que, no nível das formas e objetos, ocorrem a fetichização e a coisificação das relações sociais. Nesse contexto, para desvendar o enigma do mundo das mercadorias, partiu do entendimento das contradições postas entre a *física* (aparência, forma material) e a *metafísica* social (essência, tempo social de trabalho). A geografia de George, de forma distinta, substituía o estudo da qualidade social das relações humanas pelo entendimento do aparente, do fenomênico e das relações coisificadas entre objetos (Alfredo, 2013). Considera, ainda, o espaço como objeto de intervenção e planificação, constituindo uma possibilidade de *aménagement du territoire* através do

Estado com o fito de, ilusoriamente, dirimir as contradições e desigualdades postas pela reprodução capitalista e permitir melhor equalização para a contradição capital/trabalho (Alfredo, 2013). Desse modo, George não chegou desvendar o espaço enquanto mercadoria (Lefebvre, 2006), i.e., elemento sintético da sociabilidade capitalista. Com efeito, seria possível, a partir de sua perspectiva afirmativa da materialidade do real, derivar os conteúdos sociais da relação campo-cidade?

A partir do final dos anos de 1960, o positivismo-lógico se dissemina no Brasil como um paradigma da análise comprometido com o planejamento e com a organização espacial, em consonância com a forma desenvolvimentista adotada pelo Estado na periferia do sistema capitalista. O espaço (relativo), entendido como suporte homogêneo e neutro, passou a ser definido a partir das relações entre objetos e coisas, passível, portanto, de ser organizado e planejado (Carlos; Lencioni, 1984). A partir da concepção de espaço recipiente de formas, objetos, fluxos e relações, estabeleceu-se a ideia de que os problemas sociais, postos pelo modo capitalista de produção, derivariam da ausência de racionalidade no real, ao invés de se entender o real como forma social irracional.

Deste ponto de vista, campo e cidade constituiriam formas espaciais, ou melhor, espacialidades produtivas sujeitas a um tratamento neutro e objetivo a partir do planejamento; espaços geométricos vazios, instrumentais, destituídos de história, de conflitos e contradições, de classes sociais, das categorias e abstrações próprias à sociabilidade capitalista. Na geografia urbana, os estudos tradicionais sobre as características das cidades (suas paisagens, habitats, modos de vida etc.) foram substituídos por aqueles preocupados com os padrões de localização, distribuição e classificação dos fenômenos no espaço urbano (Corrêa, 1989). De maneira semelhante, a geografia agrária procurou mensurar, quantificar, classificar, tipificar e regionalizar o campo; buscou-se por tipologias agrícolas, pela diferenciação de áreas e pela identificação

de regiões (Ceron; Diniz, 1970). Deste modo, campo e cidade conformariam formas ou espacialidades opostas, em uma realidade produtiva desigual.

O engajamento com a planificação espacial e com o desenvolvimento econômico fez-se a partir das discussões sobre redes urbanas, funções urbanas, polos de desenvolvimento, relações cidade-região. Os fluxos materiais (de pessoas, mercadorias, serviços etc.) definiriam as relações campo-cidade, cabendo aos geógrafos a função de identificá-los, caracterizá-los, modelá-los e, através do planejamento, redirecioná-los, objetivando melhor organização e distribuição dos fatores produtivos entre as formas espaciais, reduzindo suas diferenças, equilibrando suas relações, subsidiando, assim, o desenvolvimento econômico regional. No interior da empreitada modernizadora buscada pela Ditadura Militar, na qual a geografia se incluía como conhecimento técnico-operacional e, as cidades, como polos de desenvolvimento, caberia ao campo, em processo de modernização, a função de produzir alimentos e matérias-primas para o abastecimento das realidades urbano-industriais (Faissol, 1972).

O trabalho de Judith de La Corte (1971), sobre o abastecimento da metrópole de São Paulo por produtos hortifrutícolas, é paradigmático das relações agrário-urbanas do ponto de vista do positivismo-lógico. Nessa pesquisa, ancorada na linguagem estatística e nas técnicas cartográficas, a autora buscou mapear o campo paulista buscando pela classificação de zonas e setores hortifrutícolas. Para La Corte, a atuação da geografia no planejamento agrícola seria necessária uma vez que a ampliação das demandas urbanas impactasse as regiões rurais periféricas, cabendo aos geógrafos planejar e organizar as zonas de produção, fazendo o campo cumprir seu papel no abastecimento dos núcleos urbanos, de onde provinha o desenvolvimento capitalista:



[...] Foram as populações urbanas das grandes cidades que multiplicaram e estimularam as indústrias de alimentos, que modificaram correntes comerciais, trocas e modos de distribuição. Em virtude desta demanda deve-se prever, planejando, organizando, as zonas de produção, os meios de comunicação e de comercialização dos gêneros alimentícios (La Corte, 1971, p. 11).

Já foi sobejamente apontado o caráter ideológico das perspectivas amparadas nos modelos econômicos e matemáticos abstratos. Gomes (2002) destaca que as análises teóricas, muito focadas nos estudos sobre sistemas urbanos e polos de desenvolvimento, não apenas assumiram a dinâmica do mercado como pressuposto da organização espacial, naturalizando, assim, o modo capitalista de produção e suas contradições, mas, também, colaboraram para o aprofundamento das desigualdades sociais, particularmente ao amparar o desenvolvimento desigual.

O positivismo-lógico buscou dar coerência às contradições sociais capitalistas a partir da planificação do espaço. Prevalencia nele a ideia de que, tanto no agrário, quanto no urbano, existiriam condições produtivas e sociais carentes de racionalidade e organização, devendo a geografia engajar-se na empreitada modernizadora capitaneada pelo Estado e pelo capital financeiro. Através do positivismo-lógico, a essência da forma social capitalista foi obscurecida pela geografia: confundia-se o aparente e a representação com o próprio real; a fotografia, o modelo, o mapeamento, a descrição matemática objetiva, com os conteúdos essenciais (Carlos; Lencioni, 1984). Ao não se fazer como crítica, mas sim como representação e afirmação do real, a geografia se furtava de compreender a irracionalidade da forma social capitalista, substituindo a potência da crítica social pelo fetiche da planificação, da organização e da produção do espaço, contribuindo para administração da crise imanente do valor. O positivismo-lógico não apreendia o movimento das contradições capitalistas e a história negativa do espaço.

A partir do final dos anos de 1970, a geografia passou a buscar não apenas entender o reflexo das sociedades na organização das formas

espaciais, mas, também, compreender a “dialética do espaço”, a partir do estudo dos processos sociais e suas contradições e das relações Sociedade/Natureza. Influenciados por diferentes perspectivas, os geógrafos denunciaram a objetividade historicamente buscada pela geografia, e se propuseram a repensar os fenômenos do real para além de seu aspecto visível. Procurou-se ir além da mera descrição da organização do real para encontrar nos processos sociais a chave explicativa para as contradições do espaço. Para tanto, a geografia incorporou o temário marxista e da teoria social crítica na discussão sobre a *produção do espaço*, a partir de conceitos como classes sociais, divisão social e territorial do trabalho, valorização do capital etc. Isso se deu a partir de diferentes abordagens teóricas, que buscaram pensar o espaço não como palco ou recipiente de objetos, formas e ações, e, sim, como produto de processos sociais. Alfredo (2005) aponta que a incorporação do “marxismo operário” permitiu à geografia nova capacidade crítica, na qual a modernidade urbano-industrial já não seria mais vista como o sentido civilizatório unívoco do mundo. Segundo o autor, a geografia buscou se desvencilhar da lógica capitalista, do Estado e do planejamento para se constituir como ciência das contradições da sociedade, onde o espaço passou a ter suma importância categorial (Alfredo, 2005).

A categoria de *espaço social* e o conceito de *produção do espaço* foram contrapostos e reafirmados frente às categorias e conceitos advindos do percurso epistemológico da geografia, tais como os de espaço terrestre, meio geográfico, espaço absoluto, organização do espaço, entre outros, os quais foram criticados por seu conteúdo ideológico e por seu caráter empírico. Passou-se a se entender o espaço social como totalidade concreta, produzida por relações sociais, e internamente fragmentada por força da divisão social do trabalho advinda da forma social capitalista. A produção do espaço resultaria da realização da sociedade, do seu trabalho historicamente determinado pelo modo capitalista de produção, cujos

produtos materiais, por conta das relações de dominação e de classe, seriam apropriados de forma desigual pelas parcelas da sociedade.

Todavia, como pontua Alfredo (2009), se a virada materialista dos anos de 1980 permitiu à Geografia pensar a sociedade moderna não mais exclusivamente sob a perspectiva temporal, avançando na teorização sobre a *apropriação, produção e valorização do espaço*, por outro, nas perspectivas hegemônicas, o espaço continuaria sendo concebido sob o ponto de vista de sua concretude e materialidade. Milton Santos, por exemplo, em seu trabalho *Por uma geografia nova* (2012b), propôs constituir uma ciência do espaço que pudesse compreender não apenas o espaço em si, estático, mas a produção do espaço enquanto processo. Para Santos (2012b), o espaço social deveria ser entendido como resultado de processos postos pelo mundo moderno, num enfoque que buscaria a dialética espaço-temporal não pela simultaneidade enquanto contradição, mas pela sucessão, i.e., pela análise das transformações espaciais históricas, donde se deriva a tese sobre o espaço como acumulação desigual de tempos que se manifestam como rugosidades.

Alfredo (2009) salienta que, em Santos (2012b), o espaço parece ser identidade presentificadora [*sic*] do tempo, ou seja, se o espaço aparece como acúmulo de tempos desiguais, a abstração parece estar referida à dimensão temporal, e não ao espaço, posto este como concreto, o que, segundo o autor, prejudicaria uma aproximação dialética e abstrata para a compreensão do real. Do ponto de vista da geografia miltoniana, seria “[...] necessário esperar o tempo para falar do espaço” (Alfredo, 2009, p. 06)? Isto posto, a noção de processo não deveria implicar numa identidade com a linearidade temporal, mas numa forma específica de relação, lógica, interna e contraditória, entre as categorias capitalistas. Não obstante, no âmbito da geografia miltoniana, a noção de simultaneidade parece alijada de seu arcabouço teórico, de modo que a produção do espaço é entendida apenas como processo histórico, sucessão. Para Alfredo (2005), o movimento da crítica dialética não deveria buscar no percurso temporal a

concretização ou materialização do abstrato, mas, através do abstrato, se abstrair o concreto, ascender às *abstrações reais*, abstrações sociais que se objetivam e que têm a potência de pôr a forma social na direção de realizá-las.

De outro lado, Alfredo (2009) observa que, dado que em Santos (2012b) o espaço contém uma identidade atual e concreta, na qual o tempo se realiza como espaço, não se acentua, nessa perspectiva, os termos de uma crítica ao aparente e ao fenomênico como formas de ser e de apresentação do real, de modo que o espaço é tomado apenas pela sua representação, como se somente visual e material fosse. Assim, na medida que Santos restringe a categoria de espaço sob sua dimensão fenomênica, isto resulta, equivocadamente, no entendimento de que o espaço se constitui, no mundo moderno, como recipiente de abstrações (propriedade privada, trabalho, mais-valia, Estado etc.), quando deveria ser entendido como *abstração real* (Alfredo, 2009).

Em relação ao campo e à cidade, os estudos sobre tais formas sociais passaram a se basear naquilo que seria essencial ao processo de produção do espaço: o movimento de reprodução do modo capitalista de produção e as categorias e abstrações dessa totalidade social. Busca-se situar como ponto de partida de análise não apenas as formas espaciais, o campo e a cidade, mas seu processo de produção. Nesse modo de entender, há um processo histórico de espacialização do modo de produção, gestando contradições e conflitos no espaço. Campo e cidade aparecem como produtos, materialidades, formas, espacialidades, morfologias etc., expressões concretas de processos sociais, de modo que suas características internas e particulares são entendidas não como naturais, mas resultados de processos postos pela sociabilidade capitalista: (I) ora são entendidas como produtos histórico-concretos do modo de produção capitalista, i.e., como formas ou espacialidades criadas pelo trabalho humano, com conteúdos sociais distintos (o urbano/o rural); (II) ora são analisadas como espacialidades definidas pelas suas atividades

produtivas e pelas relações de trabalho aí estabelecidas, capitalistas e não-capitalistas (III) são também consideradas como produtos de relações sociais fundadas na divisão social do trabalho e, por isso mesmo, expressões dessas relações, manifestando-se enquanto divisão territorial do trabalho; (IV) ou, ainda, compreendidas como *loci* da acumulação capitalista, fundada na contradição capital/trabalho, nas relações de classe e na propriedade privada.

A esse respeito, Marcos Saquet (2010) defende que, na discussão sobre o campo e a cidade, um aspecto importante seria a *definição* desses espaços não somente pelo tipo de atividade ali praticada, mas também considerar que “ambos relacionam-se reciprocamente e contêm uma miríade de aspectos específicos inerentes a formas de vida distintas. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano” (Saquet, 2010, p. 160). Por fim, aponta que:

A cidade, espaço imediato, arquitetônico, obra de obras, está intimamente ligada ao urbano, às relações (re)construídas incessantemente, e vice-versa. Do mesmo modo, o rural é substantivado por obras, formas geográficas e relações sociais, específicas e interligadas ao urbano e à cidade. Em alguns recortes espaciais, podemos falar de um tempo mais lento no rural, mas não desligado do urbano (Saquet, 2010, p. 180).

Predomina em Saquet a ideia de que campo e cidade existem no real como fragmentos espacialmente delimitados, realidades legíveis, identificáveis. Sua lógica baseia-se na conservação e na naturalização da separação entre as formas autonomizadas e no estabelecimento de uma relação que se constitui externamente, fundada na oposição, nas diferenças e nas trocas entre as realidades. Entende campo e cidade como *territorialidades*, atrelando-as às discussões sobre poder, conflitos de classe e produção do espaço, onde a noção de produção aparece como processo histórico, sucessão dos diferentes momentos. Do ponto de vista de uma crítica à tal fisiocracia, não seria necessário considerar a metafísica social

(trabalho abstrato), posto pela contradição capital/trabalho, como aquilo que medeia as formas sociais autonomizadas?

Milton Santos, em *A natureza do espaço* (2009), considerou o espaço ontologizado como um sistema indissociável de objetos e ações. Para o autor, no estudo do espaço, a análise das técnicas – entendidas não apenas como objetos, mas também como ações – seria central, pois seriam reveladoras da produção histórica da realidade. Assim, a história da sociedade capitalista seria marcada por contínuos processos de modernizações técnicas que, mediadas pelos Estados Nacionais e obedecendo a distintas lógicas, não atingiriam todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade (Santos, 2009). A história do capital, enquanto produção do espaço mediada por sistemas técnicos, seria desigual, estabeleceria divisões técnicas e territoriais do trabalho, impondo diferenciação e hierarquização aos lugares. Campo e cidade tornam-se *espacializações dos sistemas técnicos*, formas concretas, produtos da divisão social, técnica e territorial do trabalho. A análise das atividades produtivas, transportes, paisagens, objetos, formas etc., daria significação a esses lugares, os qualificariam geograficamente (Santos, 2009).

Em Santos (2009), a noção de técnica, portadora de uma pretensa unidade entre os conceitos marxianos de capitais constante e variável, se põe como elemento de mediação da produção do espaço, em substituição às categorias abstratas capitalistas (como a de força produtiva), advindas da crítica da economia política de Marx. Contudo, a noção de técnica, como mediação social, deveria ser observada não apenas a partir da contradição entre sujeito e objeto, fazendo-a emergir em múltiplas determinações, mas também a partir da contradição entre concreto e abstrato, da crítica do trabalho abstrato, da materialidade e das abstrações resultantes desse trabalho, indicando que a técnica, em seu processo de autonomização, torna-se força estranha ao homem. Críticas a essa *economia política do espaço* podem ser observadas em Alfredo (2005; 2009; 2016).

Ainda nos termos de uma geografia considerada crítica, observa-se o desdobrar da questão campo-cidade em Maria E. B. Sposito (2010a). Para a autora, no século XX, o processo de urbanização seria transformador das morfologias urbana e rural, “[...] tornando muito mais difícil distinguir, no plano das formas espaciais, a cidade e o campo” (Sposito, 2010a, p. 121). Reconhece, assim, a formação de um contínuo cidade/campo, não implicando no desaparecimento de tais formas “como unidades espaciais distintas”, mas sim na:

[...] constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (Sposito, 2010a, p. 121).

Para Sposito (2010a), a unidade espacial de ambas não dissolveria suas diferenças, mas levaria à sua sobreposição, onde “[...] as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos” (p. 122). A nova unidade espacial seria o somatório de ambas, superposição no plano morfológico. Campo e cidade constituiriam, assim, unidades espaciais complementares no plano das formas, mas distintas e opostas no plano dos conteúdos, devendo os geógrafos priorizar, na atualidade, menos o estudo das formas materiais, pouco distinguíveis visto que a urbanização se realiza de forma difusa, e mais o estudo de seus papéis. Com efeito, aqui, a cisão campo-cidade, naturalizada e coisificada, aparece como oposição simples entre formas materiais: a forma material urbana se opõe à forma material rural; não obstante, no curso da urbanização mundial, com a sobreposição das formas tornando-as menos distinguíveis, a oposição entre as materialidades se deslocaria para a oposição simples dos conteúdos, entre os usos e práticas socioespaciais associadas ao urbano e ao rural. Nem uma palavra, portanto, sobre a forma-valor e seu movimento de circulação, isto é, aquilo que se põe como mediação entre os polos opostos do ponto de vista da reprodução social capitalista.

A ideia de que seria possível identificar campo e cidade a partir de suas características intrínsecas ganha curso no interior da lógica formal, o que se realiza como *representação do espaço* (Lefebvre, 1983; 2006), ou seja, prática social coisificada que, ao deslocar o representado, substituindo-o, torna-se socialmente concreta enquanto ideologia. As *contradições do espaço* (Lefebvre, 2016) são reduzidas à uma tautologia que expressa os conteúdos a partir das formas: o campo é o campo; a cidade é a cidade. Como observa El-Khatib (2018), nesse modo de entender, “[...] os dois elementos [o campo e a cidade] apenas coexistem positivamente e a relação entre eles é meramente contingente e externa. O campo não contradiz a cidade, mas apenas se opõe a ela; cada um é apenas um em-si que se opõe a todo e qualquer outro elemento” (El-Khatib, 2018, p. 32). Assim, o corte urbano-rural se naturaliza enquanto forma de consciência. Como tais formas sociais objetivaram-se como abstrações reais é o que precisaria ser explicado e não de onde se deve partir.

O espaço como materialidade, espacialidade, territorialidade, morfologia, forma imediata, coisa em si, espacialização do modo de produção, nível fenomênico ou aparente do real, ganha curso na lógica formal. O espaço como “corpo do valor”, portanto, forma da contradição entre a física e a metafísica social, dialética da forma e do conteúdo, se localiza no domínio da crítica materialista, negativa. Marx, n’*O Capital*, reconheceu a materialidade, i.e., as condições objetivas de produção e reprodução social como formas abstratas, manifestações da forma-valor. Segundo Alfredo (2010), Marx partiu da crítica do mundo físico, do mundo da mercadoria, do concreto abstraído das mediações, apenas para negá-lo, para determiná-lo como constituinte de uma forma de consciência fantasmagórica, religiosa. Para Damiani (2005), o movimento da crítica dialética marxiana parte do aparente e de sua negação, superando-o, para encontrar as determinações abstratas. Mormente, para a lógica dialética, negativa, marxiana, o aparente é uma abstração. Para penetrar o conteúdo do real, ela busca negar e superar o imediato, o



sensível, a forma, o vazio. Mas o imediato constitui verdade parcial, na medida em que a aparência, o fenômeno e a manifestação conformam momentos da essência, de sua reflexão externa, ainda que não sejam equivalentes a ela.

Na geografia, incluindo as difundidas teorias sobre campo e cidade, a materialidade do espaço constitui, ainda, referência de análise. É próprio da lógica formal confundir formas e abstrações. A dificuldade enfrentada por esse materialismo-histórico seria a de derivar de tal espaço concreto as categorias imanentes à forma capitalista e entender o espaço como abstração própria do moderno e da modernização. O espaço como *abstração real* (Lefebvre, 2006) desloca o estudo de sua materialidade física para o interior da contradição abstrato-concreto (Damiani, 2009). A categoria de espaço abstrato permite, assim, substituir a concepção positiva de produção do espaço como materialidade, forma ontológica de pura acumulação de valores de uso, pelo conceito de *produção do espaço como abstração real* (Lefebvre, 2006), envolvendo e ampliando o processo de produção de mercadorias mediante o processo de reprodução do capital, passando pelo movimento de suas categorias (trabalho, capital, propriedade privada, Estado etc.). Assim, buscando retirar campo e cidade de seu isolamento material, deslocando-as do âmbito da ciência do espaço para o domínio da crítica materialista, pode-se considerá-las como formas sociais, abstrações reais, produtos de uma prática social historicamente determinada e mediada pela forma mercadoria, plenas de contradições, conflitos e negatividade.

Indo além, pode-se falar em *reprodução crítica do capital* (Alfredo, 2013) - e não reprodução ampliada do capital - a mobilizar a produção do espaço como abstração real, o que passa pela contradição entre *valorização do valor e crise imanente* apontada por Marx em *O Capital*. Todavia, vista em sua forma ontológica de pura acumulação, a reprodução ampliada do capital se constitui, nas concepções hegemônicas da geografia, na forma positiva a mobilizar a produção do espaço, movimento apenas negado

pelos momentos de crise capitalistas. A esse respeito, observa-se em Harvey (2005, p. 148):

[...] o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e re formação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar.

Para Harvey (2005), superacumulação e desvalorização de capitais constituem fenômenos inerentes à produção do espaço. Para o autor, dado que o capitalismo padece de superacumulação imanente, a absorção de tais excedentes mediante a produção do espaço poderia contribuir para equilibrar o processo de acumulação, o que entende como “ajuste espacial”. No entanto, de forma antitética, esse movimento poderia resultar, também, na impossibilidade do ajuste, na medida em que “[...] os lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba” (Harvey, 2005, p. 115). As crises periódicas capitalistas resultariam de entraves na valorização dos capitais formados, i.e., de bloqueios ao “ajuste espacial”, o que redundaria na desvalorização e/ou destruição do capital excedente, reiniciando-se o processo. O autor pressupõe, portanto, uma forma de reprodução ampliada do capital em que as crises constituiriam momentos de inflexão em seu processo acumulativo-expansivo, aparecendo, tão somente, nos momentos de superacumulação. Nessa perspectiva, o capitalismo se reporia infinitamente, “sem cessar”, mediante a produção do espaço.

Não estão explícitas, em Harvey, as contradições internas à lógica da valorização do valor. Não seria o caso de se considerar as relações contraditórias postas entre *crise imanente* e acumulação capitalista, entre valorização e *desvalorização do valor*, tal como se observa na crítica da economia política de Marx? De modo semelhante, nas diferentes leituras

sobre campo e cidade, a reprodução capitalista, ainda que pretensamente movida por contradições, aparece positivamente posta como processo reprodutivo acumulativo. Assim, a produção do espaço do campo e das cidades seria movida pelo processo de reprodução ampliada do capital, como se fosse pura acumulação de capitais e valores de uso<sup>6</sup>.

Em Harvey (2005), o trabalho humano – ontologicamente entendido e naturalizado, i.e., concebido como atividade laborativa de produção estrita de valores de uso – seria sempre produtivo, pois, ao produzir mercadorias e espaço, produziria valor, estando as questões das crises capitalistas referidas aos momentos de não realização dos capitais e mercadorias, e não postas internamente ao processo de valorização. Tal concepção ilude-se com a materialidade dos fenômenos sociais e enxerga na concretude acumulada na forma de objetos, coisas, formas e construções apenas resultados positivos do ponto de vista da acumulação, o que fetichiza o movimento da reprodução social capitalista no campo e nas cidades. Se, como demonstrou Marx (2017), a contradição entre os momentos que constituem a reprodução capitalista, entre valorização e desvalorização de capital, entre acumulação e crise imanente, direcionam a totalidade social tendencialmente ao colapso, uma tal apreensão apriorística do real, positivadora da produção do espaço e da acumulação do capital, destitui a potência dessa contradição fundamental como possibilidade de superação do mundo da mercadoria. Nesse contexto, o capital se reporia infinitamente através da produção do espaço, cabendo a algo externo a ele os estritos termos da sua superação. Contudo, de forma distinta a Harvey, é possível pensar a reprodução capitalista e a produção do espaço como processos críticos, negativos. Entendemos que a produção do espaço, no campo ou nas cidades, possui sua base lógica na simultaneidade dos momentos críticos da valorização do valor, como *reprodução crítica capitalista* (Alfredo, 2008; 2013).

Sobre as relações estabelecidas entre campo e cidade, de forma geral, os estudos críticos, tomados a partir de diferentes perspectivas

teóricas, versam sobre: I) estudos sobre as características do campo e das cidades; II) estudos sobre as relações de troca e fluxos materiais/imateriais entre tais espaços; III) considerações teóricas sobre os conceitos de rural e de urbano, como formas de sociabilidade atreladas ao campo e à cidade; IV) discussões sobre o “novo rural” brasileiro, considerando as transformações provocadas no campo pela expansão das relações capitalistas urbano-industriais. Interpretado pela linguagem geográfica dita crítica, a contradição campo-cidade tornou-se um mosaico de fragmentos e de suas relações, cuja interação entre as partes é buscada mediante racionalização do real<sup>7</sup>.

Milton Santos, no livro *Manual de Geografia Urbana* (2012a), em diálogo com Pierre George, buscou discutir o problema do mundo rural em sua relação com o mundo urbano nos países subdesenvolvidos. Segundo Santos, nesses países, as relações cidade-região seriam distintas das verificadas por George nos países desenvolvidos, na medida em que lhes faltariam o dinamismo econômico das realidades urbano-industriais. Nos países subdesenvolvidos, indicou como características da relação cidade-região: a debilidade dos fluxos; a astenia e assimetria das trocas; a baixa densidade dos transportes; as fortes disparidades regionais; a drenagem da renda fundiária; a forte migração campo-cidade; a existência de dois setores econômicos (tradicional e moderno) (Santos, 2012a). Baseado nesse diagnóstico, Santos propôs uma tipologia das relações cidade-região para os países subdesenvolvidos, usando como critério de classificação o grau de integração rural-urbano, sendo a integração tanto mais completa quanto mais complexos e diversificados fossem seus vínculos. Por fim, apontou que as cidades dos países subdesenvolvidos, em sua relação com o campo, poderiam ser consideradas tanto como predatórias, ao drenarem sua renda e população, como também impulsionadoras, atuando como centros de irradiação da modernização capitalista. Assim, acredita na possibilidade de uma “harmonização das relações cidade-região” (Santos, 2012a, p. 155) por meio da constituição de

uma alternativa econômica que passasse, necessariamente, pela mediação do Estado capitalista. Para tanto, nos países subdesenvolvidos, as grandes cidades deveriam atuar como polos do processo cumulativo de crescimento nacional (Santos, 2012a).

Uma vez que, em Santos (2012a), o desenvolvimento é pensado como propriedade física do capital, como acumulação de forças produtivas sociais, algo a ser conquistado pela realidade do campo e pela periferia capitalista, o trabalho abstrato, metafísica social, se põe a salvo de suas críticas. Assim, constitui uma análise contingente e externa às abstrações capitalistas, que volta suas armas contra a desigualdade de distribuição das forças produtivas sociais, problema passível de ser racionalizado pela mediação do Estado. Desse modo, as questões levantadas pelo autor se situam a nível da distribuição desigual dos resultados materiais do trabalho entre campo e cidade, e pouco se questiona sobre a materialidade social como abstração, de modo que sua teorização se orienta no sentido de propor um planejamento espacial, uma racionalização para os investimentos de capitais com o objetivo de trazer a modernização para o campo, reduzindo as desigualdades sociais.

Com efeito, sua compreensão da relação campo-cidade se funda numa dualidade valorativa. O campo é valorativamente posto como atrasado, termo necessário de ser modernizado e assimilado pela expansão das forças produtivas urbano-industriais modernas. Positivamente compreendido, o campo aparece como forma social não moderna, a qual se contrapõe, em seus conteúdos, à civilização urbano-industrial e, ademais, à expansão extensiva e intensiva da racionalidade produtiva do capital. A realidade agrária seria definida, portanto, pela ausência do capital e suas abstrações, devendo o mesmo ser ali introduzido mediante a atuação do Estado e do planejamento espacial. Isso posto, o desenvolvimento das forças produtivas do campo – via agroindustrialização, extensão do trabalho assalariado, expansão da propriedade privada, investimentos financeiros, criação de infraestruturas

etc. – não se faria como crise ou negatividade, isto é, como forma de reprodução das relações de produção capitalistas, mas sim como positividade, permitindo maior “justiça social”. Dessa feita, a relação campo-cidade carrega uma valorização positiva da extensificação do processo social capitalista, na qual o agrário aparece como etapa a ser superada, elemento ainda não incorporado à expansão da lógica urbano-industrial e que carece de uma passagem para seu oposto, o urbano.

Somente como ilusão temporal é possível compreender o campo como atraso ou vir a ser urbano, e não como simultaneidade da diferença e da igualdade – diferença, pois corresponde à forma específica da unidade mundial do valor; igualdade, já que também forma de ser da reprodução social crítica –, cuja mediação categorial reside na metafísica do tempo de trabalho abstrato. O atraso aparente do campo, dada a comparação com o padrão urbano-industrial, apenas se constitui a nível do desenvolvimento de suas forças produtivas, resultado da forma como o capital atrela, negativamente, campo e cidade. Não obstante, a ilusão do vir a ser urbano aparece, em Santos, como fetiche modernizador. Assim, o autor não apenas obscurece as contradições do real ao pôr o campo como aquilo que não se adequa à modernidade urbano-industrial, como, ao mesmo tempo, oculta o fato de que o campo é, do ponto de vista da relação campo-cidade, o elemento que condiciona, de forma determinante, a reprodução da periferia capitalista (Alfredo, 2013). Por sua vez, na perda da totalidade contraditória, a cidade e o urbano, colados aos ideais de modernidade e de civilização, não são vistos como barbárie. Assim, sua leitura positiva da relação agrário-urbano, se, por um lado, perde a noção de totalidade, que se constitui na diferença e na igualdade como unidade da contradição, por outro, forja uma totalidade que é unidade simples dos opostos: a região subdesenvolvida. No interior dessa totalidade fragmentada, cada forma social existe em-si, e o seu contraponto é afirmação da diferença, i.e., cada polo da relação não constitui uma passagem negativa para seu oposto, mas apenas sua deformação. Desse modo, não reconhece campo e cidade como

formas sociais da totalidade capitalista, postas sob as mesmas determinações abstratas, necessárias à valorização crítica do valor.

Parte das discussões sobre a relação campo-cidade se desenrolam, na geografia, no interior dos estudos sobre redes urbanas e relações cidade-região, ampliando as discussões de Christaller sobre a teoria das localidades centrais e os ensaios de Pierre George, sobre redes urbanas. Compreende-se que o a reprodução ampliada do modo capitalista de produção, manifestar-se-ia na divisão territorial do trabalho, suscitando a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de redes e fluxos materiais e imateriais entre campo e cidade e entre cidades. Para Corrêa (1989), as redes urbanas constituiriam reflexos do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, mas também sua condição de existência:

A rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Estas funções - comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviços diversos etc. - reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista (Corrêa, 1989, p. 70, 71).

Isso posto, para o autor, a rede urbana conformaria um produto social, uma forma espacial determinada, constituída por um conjunto articulado de centros urbanos, através da qual se daria a criação, circulação e apropriação do mais-valor sob o modo de produção, garantindo, através de interações sociais espacializadas, a reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, a rede urbana poderia ser entendida como a cristalização da circulação ampliada do capital (Corrêa, 1989). Ainda segundo Corrêa, poderia ser também considerada como a forma espacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores. Através da rede urbana, a cidade extrairia do campo e cidades menores “[...] via migrações, força de trabalho. Extrai também produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária. [...] a

cidade exporta - para o campo e centros menores - capitais, bens e serviços, ideias e valores” (Corrêa, 1989, p. 56).

De maneira semelhante, Saquet (2010) entende que a articulação entre campo e cidade seria efetivada, atualmente, por “[...] redes de circulação e comunicação, redes visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infraestruturais e abstratas, movimento” (p. 161). Tais redes,

[...] podem ser de complementaridade, de sinergia e inovações, respectivamente, ligando centros urbanos complementares a partir de uma certa divisão territorial do trabalho ou de uma certa especialização em algumas atividades produtivas ou de serviços; centros similares ou processos cooperativos, e promovendo inovações tecnológicas. Redes que se manifestam no Sudoeste [Paranaense], nas territorialidades cotidianas entre diferentes cidades e mesmo entre o rural e o urbano (Saquet, 2010, p. 180).

Sposito et al. (2007) indicam que as relações campo-cidade seriam marcadas, hoje, por “[...] articulações espaciais, sem que haja necessariamente continuidades territoriais” (p. 38). Desse modo, as novas “relações espaciais” entre o rural e o urbano seriam articuladas e organizadas por fluxos que ultrapassam as áreas ou regiões de comando de uma cidade, sobrepondo áreas e regiões, gerando “[...] estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial” (Sposito et al., 2007, p. 38). Assim, defendem como prioridade a compreensão dos “novos papéis” desempenhados pela cidade e pelo campo no movimento de reprodução ampliada do capital, no lugar do entendimento das realidades materiais. Não obstante, do ponto de vista da dialética marxiana, o que seriam “articulações espaciais”, “relações espaciais” e “estruturas espaciais”?

Em trabalho sobre a relação cidade-campo no período da globalização, Sposito (2010b) buscaria atualizar a perspectiva de George, afirmando que, nesse momento, é possível verificar que “nem sempre ou não mais, a área rural do município vive ‘em benefício’ de sua cidade ou é dela tributária” (p. 55). Para a autora, no período atual, muitas cidades se



articulariam com outras, localizadas em áreas afastadas, ou têm se tornado economicamente tributárias de espaços que lhes são distantes, constituindo, do ponto de vista das relações, “territórios descontínuos”. Por sua vez, os novos vetores da economia, como os grandes conglomerados, não operariam estritamente numa região ou no âmbito de uma rede, mas em diferentes escalas geográficas. Assim, as novas relações cidade-cidade e campo-cidade, como aquelas postas pelos meios de comunicação ou pela ampliação das formas e redes de transporte, colocariam em questão o papel da contiguidade como determinante na compreensão de redes urbanas e relações cidade-campo (Sposito, 2010b). No período atual, Sposito salienta a existência de duas classes de relações: aquela conformada pelo mercado regional (o campo); e aquela definida pelas relações entre centros urbanos. Para a autora, os fluxos suprarregionais imateriais, postos pelo processo de globalização, sobreporiam os fluxos regionais, já que oriundos de atores econômicos e políticos hegemônicos: “Os fluxos imateriais, dados pelos meios de comunicação mais poderosos, bem como os de matérias-primas e mercadorias, estão presentes e são de escala geográfica mais abrangente, quando se comparam com aqueles que, a partir dessas áreas, são definidos por seus moradores” (Sposito, 2010b, p. 60).

A noção de rede, partilhada pelos autores, compreende duas funções: circular e comunicar. As redes urbanas se comporiam de centros urbanos, com funções distintas, e suas relações com as regiões circundantes, unidas por laços materiais, como vias de transporte, e laços imateriais, como fluxos de comunicação e informação. Predomina a ideia de *espaço absoluto*, recipiente de formas, objetos e coisas e das relações entre eles estabelecidas. Os fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro, serviços, objetos, informações etc., definiriam as redes urbanas e as relações campo-cidade, de modo que caberia à geografia crítica identificá-las, descrevê-las e caracterizá-las. Não se abandona a perspectiva movimento das coisas no espaço, introduzida por Pierre George, mas

enverniza-se o movimento dos objetos com algumas categorias e formulações marxistas. A concretude do espaço permanece, portanto, como ponto de partida e referência, reduzindo o real ao nível do sensível, da manifestação. Marx já havia apontado que, sob o modo capitalista de produção, as relações sociais tomam o caráter de uma “objetividade fantasmagórica”.

Pode-se falar em *economia política do espaço*, fundada na *planificação espacial* (Lefebvre, 2016), aplicando, na análise do espaço, modelos abstratos baseados na produção e circulação de coisas, mercadorias, serviços etc., obliterando as contradições do processo de valorização capitalista. A *planificação espacial* se define como prática que se ocupa dos fluxos materiais e imateriais (Lefebvre, 2016). Cada fluxo possui uma origem, um percurso e um ponto final. Existem múltiplos fluxos, que são estudados, mensurados e regulados: bens, pessoas, objetos, mercadorias, dinheiro, informações etc. O tratamento dos fluxos dá lugar a diversos cenários, projeções, formas de organização e planificação do espaço. A planificação espacial projeta, no terreno, a divisão técnica e social do trabalho, reafirmando o *espaço instrumental*, ou seja, o espaço como lugar onde se desenvolvem estratégias, o espaço das representações, dos tecnocratas (Lefebvre, 2016).

A categoria de espaço não deve se reduzir nem aos objetos e coisas que ele contém, nem à sua soma ou às suas relações. Do ponto de vista formal, os objetos, coisas e relações possuem particularidades reconhecíveis, contornos, mas, tomados isoladamente, são apenas abstrações. Apenas o trabalho abstrato os preenchem, os põem em relação. O capitalismo produziu e produz um espaço abstrato que contém e reproduz o mundo da mercadoria, sua lógica e suas abstrações. Esse espaço, fragmentado, hierarquizado, homogeneizado, apoia-se, como pontua Lefebvre (2006), em fluxos, redes e relações, i.e., em relações sociais implicando formas. As relações comerciais, as trocas, os fluxos, as redes etc., que o capital supõe e induz no seu movimento de circulação e

reprodução, tomam uma existência real projetada no terreno que, contudo, aparece descolada e autonomizada da metafísica social. O aspecto a ser considerado seria, portanto, o da produção do espaço como abstração real, o que permitiria situar as discussões sobre redes urbanas e relações campo-cidade considerando a contradição entre a física e a metafísica social.

Como se vê, na geografia, aos poucos, certas relações passaram a ser identificadas entre campo e cidade, principalmente a partir dos estudos sobre fluxos materiais e imateriais e redes urbanas, mas pouco se avançou no sentido de identificar uma relação constitutiva interna, negativa e abstrata, entre as formas sociais, nos termos de uma contradição. Deste modo, a cisão campo-cidade retém um caráter positivo e trans-histórico, e pouco se discute sobre a contradição entre as formas autonomizadas. Separados, campo e cidade são ontologizados, tornam-se formas *a priori* do pensamento; e a cisão, pouco compreendida, se naturaliza enquanto forma de consciência necessária. E, por isso, se torna difícil encontrar um tratamento do real em movimento (Damiani, 2008), não como materialidade, mas como processo, no qual os termos opostos, necessariamente, põem a transição de si ao seu outro, nos termos do movimento das abstrações.

Considerada lógica e historicamente, a ciência do espaço tem se dedicado, sobretudo, à descrição das formas de manifestação do valor, incluindo o aparecer e o movimento das coisas no espaço, tomando o expressado como conteúdo, e não como manifestação. Ao não se fazer como crítica, mas como afirmação e representação do real, a geografia se furta de compreender a irracionalidade da forma social capitalista e de analisar seus conteúdos, as contradições e a história negativa e crítica do espaço, no campo e nas cidades. Contudo, se na análise do real devemos considerar as determinações formais – como corpo e expressão da forma-valor –, cabe-nos, sobretudo, como questão de método, a crítica da forma-

mercadoria e de sua universalização enquanto mediação determinante da prática social sob o modo capitalista de produção.

Apenas metafisicamente é possível fragmentar o real. O *pensamento metafísico* ou *lógica formal* opera de forma distinta à dialética; ele faz do pensar a concordância com o aparente (Hegel, 2016). Para a metafísica, o pensar é vazio em si, e, assim sendo, deve buscar na objetividade exterior os conteúdos para preencher-se (Lefebvre, 1975). Na metafísica, o pensamento se comporta como algo deficiente, que deve se completar a partir da matéria, através da análise do aparente (Hegel, 2016). Tal lógica privilegia a forma pura e, a partir dela, deriva o mundo dos conteúdos (Damiani, 2008). Assim, para a lógica formal, o mundo aparece como todo formado por partes vazias, cabendo ao sujeito cognoscente “preencher os seus pensamentos com a objetividade que lhe é externa” (El-Khatib, 2018, p. 41), encontrando as relações entre os fragmentos autonomizados, de modo que o real aparece como somatório das formas e de suas relações reveladas pelo pensamento.

A forma pura, autonomizada e vazia, ganha existência no interior da lógica formal a partir do princípio da identidade (Damiani, 2008). Este princípio permite conhecer o ser e sua identidade através da afirmação de suas qualidades aparentes. Daí falar-se em tautologia, onde, a partir da forma, a repetição dos termos busca um conteúdo: “ $a = a$ ”, ou, a forma é igual a forma. O princípio da identidade se define como unidade essencial consigo mesma (Damiani, 2008). Por detrás de sua objetividade escondem-se, ainda, os princípios da não-contradição e do terceiro excluído, assim enunciados: I) se uma proposição é verdadeira, a sua oposta é, necessariamente, falsa; II) ou uma proposição é verdadeira ou sua negação é verdadeira. Desse modo, o princípio da identidade “[...] propõe a diferença numa relação externa: *ou, ou*. Uma coisa não pode ser ao mesmo tempo outra coisa. As coisas são distintas e reciprocamente indiferentes. Trata-se da lógica da separação, cujos termos lógicos são exteriores um em relação ao outro” (Damiani, 2008, p. 79). Todavia, é

possível adicionar à forma vazia da lógica formal conteúdos concretos (Damiani, 2008), introduzindo, na identidade, a diferença, tornando-a, então, contradição: a forma é e, para tanto, não é outra forma, simultaneamente. Passa-se, assim, para o domínio da lógica dos conteúdos, absorvendo e superando a lógica formal, movimento necessário na dialética do real (Damiani, 2008). A contradição dialética mantém, em seu interior, a lógica formal, mas, ao mesmo tempo, a nega e a supera:

Ao sair do círculo vicioso da forma vazia, e partindo dela, em direção aos conteúdos, a negação já é um momento da verdade, completado pela afirmação posterior, que é a unidade da identidade e da diferença. Então, reconsideremos: o termo médio, a mediação, o elemento fundante da compreensão de múltiplos conteúdos é a negação, a contradição, já não reduzida à oposição formal, mas redefinida como fundamento ativo: a contradição dialética (Damiani, 2008, p. 80).

A partir da dialética, é possível superar a oposição exterior dos termos constituintes da lógica formal, no sentido de identificar a relação interna e contraditória entre eles (Damiani, 2008). Para a dialética, sujeito e objeto, forma e conteúdo, pensamento e pensado, isto é, os pares em oposição, contêm, em si mesmos, o seu outro, sua negação. Nisso reside um movimento implicado, pois os termos antagônicos, necessariamente, põem a transição de si ao seu outro (Damiani, 2008), retirando a forma pura e vazia de seu isolamento e a fazendo submergir em múltiplas relações.

Isso posto, na análise da contradição campo-cidade, faz-se necessário superar a lógica formal, apontando na direção de uma perspectiva de dialética que não apenas se proponha como tal, mas que de fato negue e supere a análise positiva, aparente e fragmentária do real; na direção de uma perspectiva de totalidade, dialética, crítica e negativa. A cisão campo cidade não pode ser pensada como algo dado, natural, ontológica, trans-histórica; tampouco pode ser tida apenas como pura objetividade, materialidade ou exterioridade; ela dever ser entendida como

forma de consciência posta pela contradição sujeito-objeto (El-Khatib, 2018); mas, sobretudo, como abstração real-social que se realiza e que necessita de profunda reflexão teórica-crítica. Assim, antes de se compreender o que são campo e cidade, deve-se compreender como se negam, como se põem em um movimento interno de contradição. Para além disso, deve-se compreender por que, sob o modo de produção capitalista, a cisão entre as formas se põe e repõe. O ponto a considerar é a cisão e a contradição entre os pares e entre os pares e o todo, ou seja, a totalidade contraditória capitalista. A contradição dialética não é apenas contradição externa entre os elementos dissociados pela metafísica, mas unidade das contradições, identidade negativa.

## **2. Cisões e autonomizações: a contradição campo-cidade em seu fundamento negativo**

No capítulo XXIV d'O *Capital* (2013), referente à *Assim chamada acumulação primitiva*, Marx demonstrou que a cisão campo-cidade emergiu, lógica e historicamente, a partir do aprofundamento do processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, sendo não apenas produto da gênese do modo capitalista de produção, como também pressuposto de sua reprodução, cujo sentido é a extração do mais-trabalho. Trata-se, pois, de um processo de fragmentação e autonomização historicamente determinado.

Nesse capítulo, Marx expôs crítica e negativamente a gênese da forma social capitalista, evidenciando o processo que criou a relação capitalista de produção, a qual contrapõe capital e trabalho. A fase da acumulação primitiva envolveu a *objetivação de abstrações*: a constituição da propriedade privada da terra, através dos cercamentos, mediante a expulsão dos trabalhadores camponeses do campo; a formação dos sujeitos da troca e o disciplinamento dos homens para o trabalho, mediados pela forma jurídica burguesa; a transfiguração dos meios de subsistência e de

produção do campesinato em capital etc. O capital rompeu uma forma de economia que se bastava a si mesma – o feudalismo – e, em seu lugar, através da violência e do roubo, instituiu nova relação social fragmentária, baseada na separação do trabalhador de seus meios de produção<sup>8</sup>.

No movimento de constituição da modernidade, a propriedade fundiária emergiu, em sua totalidade e extensão, como moderna propriedade privada da terra. Ao penetrar no campo, o capital transformou a forma da propriedade fundiária rompendo os vínculos que atrelavam posse e uso da terra; libertou a terra de todo enfeite e amálgama social, fazendo-a assumir sua forma puramente econômica, fonte de *renda fundiária* (Marx, 2017). Campo e agricultura passaram a se submeter às relações capitalistas de produção e a terra tornou-se “uma máquina que torna o trabalho imediato mais produtivo e, por conseguinte, fornece mais cedo um excedente” (Marx, 2011, p. 488). Nesse processo, simultaneamente, deu-se a metamorfose dos camponeses em trabalhadores livres. Assim, o trabalho moderno, em sua totalidade, resulta da ação do capital sobre a propriedade fundiária (Marx, 2011). Mormente, o capital transfigurou o trabalho na terra, antes fonte de subsistência, em trabalho produtor de valor em sua relação negativa com a propriedade, i.e., em trabalho como “fonte de subsistência mediada, inteiramente dependente de relações sociais” (Marx, 2011, p. 215, 216). Deste modo, a objetivação da propriedade privada da terra, como abstração real, libertou o trabalhador de suas condições de sobrevivência, de modo que esse sujeito, a partir de então, aparecerá frente ao capital como juridicamente livre. Portanto, a força de trabalho, enquanto mercadoria capaz de realizar a valorização do valor, acontece num momento histórico definido. Nesse processo, o trabalho adquiriu sua dupla liberdade, o que nos conduz à noção de *mobilidade do trabalho*, salientada por Jean P. Gaudemar (1977), a qual expressa a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria sob o modo capitalista de produção. Com efeito, a propriedade privada da terra, embora possa parecer, ainda hoje, como exterior ao

processo social, é sua condição e resultado, fonte de mais-valor em sua relação negativa com o trabalho. Ao mesmo tempo, ela determina e especifica a forma moderna do trabalho: trabalho livre, *força de trabalho*.

A partir da gênese da forma de sociabilidade pela mercadoria, o caráter abstrato do trabalho moderno se firmou. O trabalho toma a forma da medida de tempo de trabalho socialmente necessária para a produção de mercadorias, trabalho abstrato apropriado como lucro ou repostado como investimentos na forma de meios de produção, ou seja, trabalho com a finalidade de acumular mais-trabalho, o qual, segundo Marx observou nos *Grundrisse*, se disseminaria nas cidades e no campo, isto é, “por toda a superfície da sociedade” (Marx, 2011, p. 216). Sob tal perspectiva, o processo do capital tenderia a se alçar mundialmente ao modo especificamente capitalista, fundado na contradição capital-trabalho como base da produção do mais-valor, ou seja, considerado lógico e historicamente, o movimento da formação econômica-social orienta-se em direção ao trabalho abstrato, à conversão das diferentes qualidades de trabalho à medida abstrata e comum de tempo de trabalho socialmente necessário, e à produção de mais-valia (absoluta e relativa)<sup>9</sup>.

Na marcha da constituição da forma de sociabilidade pelo valor, na medida em que o trabalhador foi expropriado de seus meios de produção – o principal deles a terra –, ao mesmo tempo, a indústria doméstica, antes complementar à agricultura, foi suprimida pela manufatura emergente:

Essas matérias-primas e meios de subsistência [do trabalhador] converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial (Marx, 2013, p. 818).



O processo de constituição da modernidade, que separou uma multidão de sujeitos das condições objetivas de realização de seu trabalho, que negou tais relações e, desse modo, os transformou em trabalhadores livres, libertou, também, suas condições de trabalho da vinculação anterior com esses indivíduos que, agora, aparecem frente a elas dissociados, isolados e privados de propriedade. Tais condições objetivas de trabalho (a terra, as matérias-primas, os instrumentos de trabalho, o dinheiro etc.) passaram a existir sob outra forma – sob a forma de valores – e, na qualidade de capital, propriedade privada, se contrapõem aos trabalhadores livres. O resultado da gênese do capital não foi, portanto, o desaparecimento dos elementos até então unidos, trabalho e propriedade, mas sua *autonomização* (Marx, 2017), onde, cada um deles, transfigurados, volta a aparecer em uma relação negativa, interna, com o outro: o trabalhador, livre, de um lado, e o capital, do outro. Isso posto, a gênese lógico-histórica do capital envolveu não apenas a constituição da forma-trabalho, o trabalhador livre, mas também a instituição da forma-sujeito, i.e., sujeito burguês, aparentemente livre, que se reproduz no universo das trocas, consumindo o que não produz. A cisão trabalho propriedade marca a submissão da vida cotidiana à forma-mercadoria: o trabalhador é sujeitado a vender sua força de trabalho para obter meios de subsistência. Ao mesmo tempo, a forma-mercadoria e o tempo social médio de trabalho passam a mediar e equalizar as relações sociais de troca, incluindo as relações entre agricultura e manufatura, entre campo e cidade.

Com efeito, a partir da separação do trabalhador de seus meios de produção se estabelece a relação negativa entre os ramos produtivos do capital, tornados autônomos, cuja expressão imediata é a separação entre os ramos da manufatura e da agricultura. A constituição da Grande Indústria, pelo aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas do capital, consome e aprofunda essa cisão, contrapondo, a partir de então, os ramos autonomizados da indústria e da agricultura. A Grande Indústria instaura, então, importantes transformações nas condições

materiais de produção e existência, no interior de uma sociedade que passa a se estruturar em torno das formas de produzir riqueza como capital (Damiani, 2008). Toma curso um processo de complexificação social que tenderia para uma ordem impessoal, abstrata, fragmentária, urbana, desafiadora da ordem social rural, comunitária, feudal (Damiani, 2008). Nesse processo, a cidade se traduziria, paulatinamente, em polo da relação agrário-urbano, e, o campo, em seu polo oposto, cuja unidade estava posta sob a forma mercadoria.

A ascensão da cidade e da indústria significou, de fato, que estava ocorrendo o triunfo do abstrato sobre o concreto (Damiani, 2008). O espaço da cidade, expressão fenomênica, começa, então, a ser produzido para permitir que os conteúdos abstratos da forma social encontrassem meios de realização (Damiani, 2008). Neste processo, a cidade rompe com o entorno rural, assumindo o papel de organizadora das transformações urbano-industriais, “tornando-se a expressão geográfica dos ensejos da revolução burguesa, encarnando o ambiente político que instaura o Estado burguês e acelerando o desenvolvimento das novas forças produtivas [...]” (Moreira, 2005, p. 195). A modernidade, desencadeando a separação campo-cidade, projetaria o *urbano* como síntese negativa de todo processo, conjunto de práticas de um modo de vida propriamente capitalista (Lefebvre, 1999). A *urbanização da sociedade* (Lefebvre, 1999), mediante processos abstratos de produção e reprodução, se estenderia para além das aglomerações urbanas. Produz-se, assim, uma nova espacialização, como *abstração real* (Lefebvre, 2006), expressa no conceito de *tecido urbano* (Lefebvre, 1999), esboroando a velha separação entre campo e cidade, redefinindo-a pela lógica urbano-industrial e, adiante, financeira/fictícia, subordinando-a à reprodução crítica capitalista.

O campo, do mesmo modo, passa também a se modernizar e industrializar, ganhando curso como abstração real. Com sua industrialização, estaria também posto sob a *lei geral da acumulação capitalista*, a qual se constitui pela simultaneidade entre *acumulação* –

capital que busca se valorizar através da exploração do trabalho abstrato – e sua *crise imanente*. Desse ponto de vista, o campo, enquanto forma social capitalista, não exprime uma relação metabólica fetichista entre Sociedade e Natureza, mas sim a própria reprodução crítica do valor, forma da contradição capital-trabalho. Seu fundamento reside na produção de lucro e renda fundiária, trabalho abstrato que se cristaliza na forma-mercadoria: esse é seu conteúdo. A partir de fins do século XIX, campo e cidade estariam, portanto, unidos negativamente, submetidos ao processo de *reprodução crítica do capital*.

Por fim, o mercado mundial capitalista, regido pelo tempo social médio de trabalho da indústria, no interior do qual se distingue a cisão campo-cidade como base da divisão social do trabalho (Marx, 2013), parece amalgamar e unificar o que foi fragmentado e autonomizado. Assim, se sob a forma social feudal existia uma unidade submetida a um único sentido, na qual a indústria doméstica se punha em função da agricultura – tendo ambas a finalidade de reprodução da comunidade –, com o desenvolvimento da forma social capitalista e o aprofundamento da divisão do trabalho, indústria e agricultura, campo e cidade, constituem-se como lógicas independentes, objetivadas, autonomizadas e vinculadas à reprodução crítica do valor (Marx, 2011; 2013).

Com efeito, se a separação entre campo e cidade emerge historicamente a partir da divisão social do trabalho, como separação entre trabalho material e trabalho intelectual (Marx; Engels, 2007; Lefebvre, 1972; 1999; 2001), somente após a constituição do modo capitalista de produção pode-se falar propriamente em cisão e contradição campo/cidade, na medida em que se autonomizam e se contrapõem, mediadas pela forma-valor. Então, a cidade toma curso como abstração real e aparece fetichistamente como local de aglomeração da indústria, do comércio, dos meios de produção e do trabalho; em oposição, no campo, de forma não menos fetichista, imperaria o isolamento e o atraso

tecnológico e dos modos de vida em metabolismo com a terra (Marx; Engels, 2007).

A cisão entre campo e cidade provém da gênese do amálgama social capitalista, regido por contradições e marcado pela objetivação de abstrações, pela instituição de cisões, fragmentações e autonomizações e pela constituição de fetichismos, pressupostos para a reprodução da forma de sociabilidade fragmentária, fundada na troca de mercadorias. Sua autonomização se produziu lógica e historicamente através da cisão trabalho-propriedade e se aprofundou mediante o desenvolvimento da divisão social do trabalho, com a separação entre formas de trabalho necessárias à reprodução ampliada do capital, particularmente entre o trabalho agrícola e o industrial. Nesse sentido, constituiu-se enquanto objetivação de formas distintas da contradição capital-trabalho, ou melhor, de relações sociais de produção. Do ponto de vista da divisão social do trabalho, podemos considerar campo e cidade como formas autonomizadas postas pelo e para o capital, pressupostos para a reprodução da sociabilidade fundada na produção e troca de mercadorias. Não obstante, como salientou Marx (2013), à autonomização dos ramos produtivos do capital corresponde uma *divisão territorial do trabalho*, isto é, forma social de sua manifestação.

Ainda a respeito da cisão cidade e campo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas do capital, Marx identifica nesse processo dupla produção do mercado interno para a indústria: esta, mobiliza o campo, o revoluciona e o conquista; mas também encontra na cidade parte de seu mercado interno. Assim, a cisão agrário-urbana guarda em seu interior uma unidade negativa, unidade das contradições, isto é, trata-se de considerar a formação do mercado interno capitalista, o qual se constitui pela união das partes tornadas aparentemente autônomas. Observa Marx (2013, p. 819) que:

[...] somente a grande indústria proporciona, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

O avanço da divisão social do trabalho institui intenso movimento de autonomização dos ramos produtivos do modo de produção; resulta, ainda, na constituição de uma unidade que, aparentemente, permite juntar aquilo que foi fragmentado, cuja mediação ocorre pelas trocas de mercadorias entre as formas autonomizadas, isto é, unidade na constituição do mercado interno. Daí a necessidade de se resgatar o conceito de *autonomização*, a partir da crítica da economia política de Marx (2017), como aparência alienada das relações sociais que se constitui, não apenas, a partir da cisão lógico-histórica entre os termos e ramos, mas, também, que institui uma nova unidade, fetichista, não como totalidade contraditória, mas como unidade simples das partes.

Observa-se, até aqui, como o processo de modernização capitalista é avassalador, obscurece a análise e apresenta de forma fetichista a cisão dos momentos: a contradição cidade-campo não pode ser considerada ontológica, natural ou trans-histórica; ela deve ser compreendida como resultante de processos sociais postos pelo avanço da divisão social do trabalho, portanto, historicamente determinada enquanto produto do moderno e da modernização capitalista. Com o processo de acumulação primitiva, campo e cidade, como tais, começaram a aparecer, explicitando-se como formas autonomizadas, abstrações reais, e, assim, inter-relacionadas e em movimento de contradição. Como apontou El-Khatib (2018), a partir da cisão trabalho/propriedade e do aprofundamento da divisão social do trabalho constituiu-se a cidade enquanto tal, mas também e, necessariamente, a sua negação, aquilo que é não-cidade; ao mesmo tempo, constituiu-se o campo e sua negação, o não-campo. Da cisão, surgiram a cidade e sua negação, ao mesmo tempo em que surgiram o

campo e sua negação, mas, para além disso, a própria contradição campo-cidade se instituiu (El-Khatib, 2018).

### **3. Sobre formas e abstrações: a partir do espaço abstrato, em direção à dialética**

Se campo e cidade constituem formas objetivadas pelo aprofundamento da divisão social do trabalho – no interior de uma sociabilidade marcada pelo movimento de dissociação entre forma e conteúdo, com tendência de sobredeterminação da forma em detrimento do conteúdo (Alfredo, 2010) –, cabe-nos, enquanto questão de método, pensar criticamente os conteúdos sociais da forma, constituindo nesse percurso a destituição da coisa em si, reconhecendo-a negativamente como forma do fetiche. Assim, a forma, como imediato, é mediação, primeira abstração, fetiche. Para penetrar no real devemos superar o imediato, a forma, negando-a.

Em *O Capital* (2013), Marx salientou o caráter fetichista da forma-mercadoria. Seu segredo residiria no fato de que, como forma, a mercadoria reflete ao mundo sua materialidade natural ao mesmo tempo que: (I) oculta sua constituição através do processo de objetivação do trabalho humano abstrato, obliterando, portanto, seu conteúdo social; (II) desloca as formas distintas de trabalho pela forma genérica da grandeza de valor (tempo de trabalho necessário); (III) coisifica e reifica as relações sociais, com sentido de sua autonomização fantasmagórica, ou seja, aparece como algo existente à margem de seus produtores, como figura independente e dotada de vida própria. Assim, na sociedade das trocas, o fetiche da forma-mercadoria realiza tripla determinação:

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (Marx, 2013, p. 147).

Destarte, não se trata de dizer simplesmente que o fetiche se constitui no interior da sociabilidade capitalista uma vez que as relações sociais parecem se esconder por detrás das mercadorias e das relações entre mercadorias. A obliteração do conteúdo social é um componente do processo de fetichização; esse processo envolve, ainda, a equalização das formas de trabalho através da instituição da medida abstrata do tempo de trabalho socialmente necessário, e, ademais, um movimento de autonomização da forma em relação ao conteúdo, de coisificação das relações sociais. O fetiche adere à forma-mercadoria e constitui parte de sua identidade. A mercadoria não é apenas valor de uso e valor de troca; ela comporta e realiza o fetiche, tornando-o constituinte da forma de sociabilidade, condição necessária de sua realização. A crítica da forma aparente deve passar pela crítica do fetiche da mercadoria, reconhecendo-a em sua negatividade.

O fetiche contido na forma-mercadoria dissimula o conteúdo social. Mas, aponta Lefebvre (1977), a mercadoria não apenas oculta, como também contém o processo real. Por isso Marx, n' *O Capital*, indica que a mercadoria comporta e realiza a equalização dos distintos tempos de trabalho a partir da medida abstrata, instituindo a equivalência ao deslocar as diferentes formas de trabalho pela medida genérica de tempo de trabalho abstrato. Ao mesmo tempo, a forma-mercadoria, ao obliterar o conteúdo social, efetiva o descolamento entre forma e conteúdo, com sentido de autonomização da forma como coisa. Contudo, a forma não subsiste sem seu conteúdo; fora dele, ela desvanece, torna-se forma vazia.

Não há forma sem conteúdo e, ao mesmo tempo, não há conteúdo sem forma, pontua Lefebvre (2001); a forma é sempre forma de um conteúdo, afirma Damiani (2008). Assim, a forma é momento da contradição; mas ela apenas existe como passagem ao conteúdo.

Dialogando com a teoria da forma-mercadoria de Marx, Lefebvre (1975; 1977; 1999; 2001) buscou constituir uma teoria crítica das formas. Segundo o autor, as formas, na sociedade das trocas, não possuem um caráter estritamente material. Ao mesmo tempo, elas não consistem em pensamentos, em abstrações mentais que recebem um conteúdo externo, mas sim em abstrações liberadas “[...] na e por meio da prática social (práxis)” (Lefebvre, 1977, p. 59)<sup>10</sup>. Assim, para Lefebvre (1977), as formas – forma-mercadoria, forma-trabalho, forma-jurídica, forma-Estado, forma-propriedade etc. – possuem uma existência real a partir e nas relações sociais; subsistem em um estado intermediário entre a abstração pura e a materialidade, como *abstrações reais*.

Em Lefebvre, a forma é o vir a ser concreto e, enquanto vir a ser, ela já não o é. De contornos mais ou menos definidos, mais ou menos indefinidos, a forma evoca o vazio. Seu conteúdo aparente é o sensível, o imediato, o tangível, e, por isso, é uma totalização, no sentido de que homogênea. Nela, não há detalhes, não se distinguem detalhes. A forma é forma geral; a forma é. Na forma, o trabalho humano não é identificável. Por isso, ela é apenas forma; também por isso, a forma não é, isto é, ao se separar de seu conteúdo ela desvanece. O conteúdo real, trabalho humano, estaria contido em seu interior? Como forma aparente e abstrata, a forma é vazia e mistificadora. Superfície fria, ela subsiste positivamente em si e em relação às outras formas autonomizadas. Separadas, se realizam. A forma é forma do fetiche. Isso posto, a forma, ainda que tangível, constitui-se enquanto manifestação pouco nítida do conteúdo social, contendo e dissimulando relações sociais reais. Com efeito, é possível caminhar na direção de um melhor entendimento do conteúdo atual da contradição



campo-cidade a partir do que as formas revelam e escondem. Chegamos, então, a algumas hipóteses:

I. O que são a cidade e o campo? Num nível ainda abstrato, são *formas* produzidas por uma prática social historicamente determinada; objetivações da forma valor; *abstrações reais* autonomizadas e liberadas na gênese da sociedade capitalista. Tais formas sociais, que se constituem na contradição entre o concreto e o abstrato, entre a física e a metafísica social, evocam a divisão social e territorial do trabalho e, enquanto manifestações da forma valor, se confundem fetichistamente com a agricultura e com a indústria/comércio/finanças. A cidade aparece, ainda, como a convergência, a aglomeração, a reunião, a acumulação, o urbano, a possibilidade (Lefebvre, 1999; 2001); já o campo, remete ao atraso, à letargia, à dispersão, à natureza, ao rural. Entretanto, ambas as formas, enquanto formas da contradição capital-trabalho, apenas existem em relação ao conteúdo social, trabalho humano abstrato, ainda que pareçam dele se autonomizar. Com efeito, se a forma permite constatar a existência do fenômeno, ao mesmo tempo, como representação de relações sociais reais, toma o lugar do representado, o que potencializa mistificações, coisificações, reificações e fetichismos (Lefebvre, 1975; 1977). A forma, âmbito do fenomênico, coloca-se como elemento sensível; sob sua aparência se esconde a *metafísica social* (Marx, 2013). Como pontou Lefebvre (1975), enquanto manifestação, a forma tende a revelar apenas uma dimensão do real: aquela do aparente, do perceptível, das representações. Assim, no capitalismo, as formas, autonomizando-se do processo social, tomam o lugar das próprias determinações, obscurecendo as contradições. Do mesmo modo, nas formas sociais campo e cidade estão ocultos os processos de objetivação do trabalho humano, isto é, os modos de efetivação do antagonismo capital-trabalho que, como conteúdo real, as determinam. Deste ponto de vista, tais formas autonomizadas

exercem papel importante de ocultação atrelado à reprodução crítica capitalista.

II. A cidade é a forma do urbano, nos diz Lefebvre (1999). Assim, ao nível fenomênico, a paisagem da cidade aparece como expressão do trabalho social, portanto, expressão de um modo de vida fundado na mercadoria e na divisão social do trabalho. Por sua vez, o campo seria, então, a forma do rural? Sim, mas apenas como romantismo. O modo de vida rural há muito foi dissolvido. O urbano se impôs, subordinou o mundo agrário mediante um movimento progressivo e reiterado de urbanização, transformou radicalmente seus conteúdos e relações trabalho. Aponta Lefebvre (1999, p. 18): “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Não obstante, sobre o campo pesa o contato com a Natureza, como se a natureza fosse, ela mesma, natural, daí o romantismo. Na Natureza o fetiche se redobra. Marx, n’O *Capital* (2013), observou que, no capitalismo, a Natureza não se apresenta numa forma estritamente natural, mas sob a condição de valor, portanto, trabalho abstrato. Assim, o urbano deve ser compreendido como a forma de sociabilidade prevalecte no processo do capital (Damiani, 2009), o qual se mundializa destruindo as particularidades locais, fragmentando, homogeneizando, hierarquizando. O urbano é abstração que se realiza através da prática social mediada pela forma mercadoria, prenhe de contradições e negatividade. Mais que um objeto pronto à reflexão, o fenômeno urbano é objeto virtual, conceito teórico liberado por um processo crítico: a explosão-implosão da cidade (Lefebvre, 1999). O fenômeno urbano é projeção das relações sociais capitalistas, relações abstratas. No eixo espaço-temporal, cidade e campo expressam, no limiar do século XXI, as contradições da forma de sociabilidade pelo valor, urbana.

III. Aqui, retomamos a necessária *teoria crítica e negativa da produção do espaço (abstrato)* de Lefebvre (2006), envolvendo e articulando os planos da física e da metafísica social: No interior do processo capitalista de produção, o trabalho, ao se objetivar na mercadoria, efetiva a produção do objeto como coisa existente fora do sujeito, exterior a ele, o que envolve, necessariamente, a cristalização do valor (MARX, 2013). Assim, em Lefebvre (2006), observa-se que a produção do espaço, como forma mercadoria, aparece como objetivação do trabalho humano, o que passa, necessariamente, pelo antagonismo entre capital-trabalho. Damiani (2008; 2009) aponta que a produção e realização do valor envolvem, necessariamente, a produção de um espaço abstrato, enquanto meio de extensificação e intensificação do processo negativo de realização da sociabilidade determinada pela forma mercadoria. Deste modo, a categoria de espaço emerge não como simples materialidade ou mesmo como idealidade, mas como *abstração real* (Lefebvre, 2006), portanto, forma da contradição concreto-abstrato. Não obstante, ao produzir, o trabalhador produz, ainda, seu estranhamento em relação à mercadoria, sua alienação (*Entäusserung*), isto é, nesse processo, o objeto torna-se “[...] uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, [de tal forma] que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (Marx, 2004, p. 81). Assim, a produção capitalista envolve, também, a exteriorização do trabalho, seu projetar-se em formas não exatamente materiais, mas, sobretudo, abstratas, que se defrontam com o trabalhador como forças autônomas. Mercadoria, dinheiro, Estado, propriedade privada, forças produtivas etc., ganham existência real aparentemente desvinculada do trabalho abstrato, projetando-se a partir dele, objetivando-se, autonomizando-se, mas, simultaneamente, voltam a aparecer frente ao trabalho como forças estranhas, exteriores e alheias, em uma relação negativa mediada pelo valor, movimento que Marx (2013) designou negativamente como *alienação*. A produção do espaço como abstração real baseia-se no movimento de autonomização das categorias e abstrações próprias à

sociabilidade capitalista, o que suscita contradições e conflitos. Enquanto forma da produção capitalista, ela envolve, ainda, a produção do trabalhador, a efetivação do trabalho enquanto conceito, ou seja, o processo através do qual o trabalho produz e se produz (Marx, 2004), i.e., trata-se da *reprodução das relações capitalistas de produção* (Lefebvre, 1973; 2006), ressaltando o espaço enquanto *mediação social* (Lefebvre, 2006; Damiani, 2008). Todavia, a reprodução das relações sociais capitalistas, atrelada à produção do trabalho, não se restringe ao âmbito da fábrica ou dos processos produtivos; ela avança, também, para outros momentos da vida social, pondo-os sob sua lógica, de modo que o processo de produção coloca-se, também, como reprodução (Damiani, 2008). Segundo Damiani (2008), a noção de *cotidiano*, como nível de análise da totalidade social, permite acessar o processo reprodutivo como complicador no exame da produção do espaço como abstração real, no campo e nas cidades. Para Lefebvre (2016), é na vida cotidiana, no âmbito das trocas, do consumo e da vivência, que se efetiva a metamorfose do capital. Em diálogo com Damiani (2008), chegamos, então, à seguinte formulação: no capitalismo, o espaço, socialmente produzido como abstração real, se insere na valorização do valor e reproduz, em seu processo de objetivação e autonomização, as categorias e abstrações próprias à forma mercadoria, consumindo, nesse movimento, a vivência humana cotidiana, mediante a reprodução das relações sociais de produção. A partir dessa perspectiva, é possível ascender à negação de toda e qualquer noção fetichizada e coisificada de espaço proveniente do percurso epistemológico da geografia, restabelecendo tal categoria no conjunto de suas determinações negativas, apontando na direção da noção de *espaço abstrato*, no campo da teoria social crítica (Damiani, 2008). Desse modo, como aponta Damiani (2008), a categoria de *espaço abstrato* e o conceito de *produção do espaço* não devem constituir concepções da análise positiva. A partir deles, é possível apreender negativamente os conteúdos do real enquanto manifestações da forma-valor; ultrapassar o

nível fenomênico e entender o espaço articulando forma e conteúdo (Damiani, 2008). Desse ponto de vista, o espaço torna-se elemento ativo e determinante do processo social moderno, espaço propriamente produtivo, abstrato, e não espaço vazio, recipiente, material. Partindo da *teoria das formas* e da *teoria crítica da produção do espaço*, pode-se aprofundar o debate sobre o conteúdo atual da contradição campo-cidade, a partir da crítica do espaço como abstração real e da crítica de seu fetichismo, envolvendo, ainda, a crítica das abstrações capitalistas e do processo de reprodução do capital.

IV. A noção de produção do espaço abstrato constitui potente categoria que permite compreender o real negativamente, como crise, e não como pura acumulação de valores de uso. A produção do espaço é crítica já que posta por uma forma de sociabilidade cujo pressuposto é a supressão do trabalho vivo e a redução da capacidade de acumular. Não obstante, o fetiche da mercadoria, enquanto materialidade e concretude, forma naturalizada do valor, impede de ver que tal acumulação é fictícia. O processo de reprodução capitalista é crítico na medida em que, na busca pela acumulação, a lógica irracional do capital efetiva a sua destruição: trata-se do processo de *reprodução crítico capitalista* (Alfredo, 2013). A *crise imanente* à forma social se manifesta pelo agravamento da tendência de supressão do trabalho vivo dos processos produtivos, em função do avanço das forças produtivas sociais (mecanização, automação, microeletrônica etc.). Nos termos de Kurz (2004): aprofundamento da *crise da sociedade do trabalho* pela eliminação do trabalho produtivo e, com isso, pela supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital. A crise do trabalho expressa a crise imanente do capital (Kurz, 2004). A crise imanente capitalista se radica, portanto, na incapacidade do capital de valorizar o valor, isto é, em sua tendência lógica de expulsar trabalho vivo dos processos produtivos. Como apontou Marx (2017), o modo capitalista de produção implica numa tendência ao

desenvolvimento de suas forças produtivas, com prescindibilidade do valor, base sobre a qual se sustenta o próprio processo de acumulação. A acumulação em direção ao valor de uso contribuiria, segundo Marx, para a baixa da taxa de lucro à medida que se reduzisse relativamente a produção de mais-trabalho no interior dos processos produtivos. A reprodução capitalista revelar-se-ia crítica pois carregaria em si sua crise, ou seja, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas sociais produzisse uma taxa de mais-valia que se expressasse numa taxa geral de lucro em queda contínua, o que aparece como *queda tendencial da taxa de lucro* (Marx, 2017). “A forma de manter a valorização do capital existente, através do incremento de suas forças produtivas, implica na retração de sua capacidade de valorizar”, observa Alfredo (2013, p. 42). E completa: “É só nessa simultaneidade entre momentos contradizentes [*sic*] que se torna possível o próprio capital se realizar em seu sentido amplo” (Alfredo, 2013, p. 42). Portanto, a expansão material do capital, como desenvolvimento das forças produtivas sociais, produção do espaço urbano ou rural, só se realiza com a redução simultânea da produção do valor (Alfredo, 2016). Para Lefebvre (2006), no pós-guerra, a sobrevivência do modo de produção teria passado pela ampliação dos investimentos financeiros excedentes no espaço. Segundo o autor, “[...] no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é utilizado para a produção de mais-valia” (Lefebvre, 2006, p. 470). Fazendo um desvio a partir dessa formulação, pode-se dizer que, no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é menos utilizado para a produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho vivo e mais utilizado para a reprodução tautológica do dinheiro dessubstancializado, através de formas financeiras abstratas, como crédito, títulos, ações etc. Nesse contexto, dialogamos com o conceito de *urbanização crítica* de Damiani (2009), entendido como momento determinado da produção do espaço urbano, posto pelo movimento crítico de reprodução do capital.

V. Campo e cidade possuem uma materialidade, aparentemente descolada de seu conteúdo. A materialidade aparece nas obras, formas construídas, estruturas, vias, objetos, superobjetos. Todavia, a forma do espaço é mercadoria, corpo do valor, força produtiva, produto do trabalho abstrato. Campo e cidade aparecem, aqui, como instrumentos para a criação de mais-valia, mas, também, mercadorias exigindo sua metamorfose do material em abstrato (Damiani, 2009). Nos *Grundrisse* (2011), Marx observou que, no capitalismo, quanto mais intensa a produção de mercadorias e excedentes monetários, tanto mais as forças produtivas sociais e as condições gerais de produção, incluindo a divisão social do trabalho, precisam se desenvolver para assegurar a valorização do valor. Na fase crítica do capital – forma financeira-fictícia que despontou no crepúsculo do século XX, na qual o capital, em seu conceito, passou a se determinar enquanto capital circulante, atrelado a processos de financeirização e ficcionalização (Damiani, 2005; Kurz, 2004) – os setores atrelados à produção e à circulação do capital, incluindo os elementos materiais envolvidos na produção do espaço – edifícios, pontes, estradas, ferrovias, maquinários, insumos agrícolas, eletrificação etc., i.e., forças produtivas –, atuam, também, como consumidores de excedentes financeiros, buscando reduzir seu tempo de rotação e valorizá-los. Segundo Damiani (2009), esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capitais fixos e circulantes, cuja realização do valor neles contidos requer, atualmente, formas financeiras abstratas, envolvendo títulos, dividendos, consórcios, ações, letras de câmbio, rendimentos, juros etc. Em síntese, a produção do espaço no campo e nas cidades passou a envolver uma economia mundializada, financeira e fictícia (Damiani, 2009; Kurz, 2004). Fazendo um desvio a partir de Damiani (2009), pode-se dizer que, atualmente, não apenas a cidade, mas também o campo, passam a constituir espaços privilegiados da reprodução crítica capitalista, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital em sua forma fictícia,

numa tendência crescente de reprodução volátil do capital, onde este move-se a si mesmo sem substância de valor real produzido. No limiar do século XXI, as determinações da *crise imanente* impulsionam a espacialização do capital enquanto *abstração real*, o que se apresenta como produção do espaço agrário e urbano, incluindo o desenvolvimento desigual. Não obstante, a remuneração do capital mobilizado na produção do espaço depende da produção social de uma massa de mais-valor que se transubstancialize em lucro. A contradição reside portanto no fato de que, movida pela queda da taxa de lucro nos setores produtivos, a produção do espaço, ainda que, aparentemente, possa contrabalançar a lei imanente do colapso – trata-se do ajuste espacial de Harvey (2005) –, a longo prazo, justamente por ampliar a composição orgânica social do capital, expulsando o trabalho vivo dos setores produtivos e incorporando-o nos setores improdutivos do ponto de vista da produção de valor (setor terciário, p, ex.), não permite bloquear a tendência crítica imanente à forma social capitalista; de modo contrário, a reforça. Deste modo, campo e cidade, autonomizadas pela cisão trabalho/propriedade, tornam-se, hoje, “[...] espaços dos negócios, que negam o homem: espaços de desumanização e sujeição social e individual” (Damiani, 2009, p. 311). Nesses termos, o processo do capital se mundializa fragmentando, hierarquizando e homogeneizando, constituindo processos de exploração, expropriação e proletarização (Damiani, 2009), traduzidos na *crise do trabalho*.

VI. No âmbito da ciência do espaço, as leituras sobre as relações campo-cidade consideram, estritamente, a produção e circulação de mercadorias, dinheiro, serviços, informações etc. entre as formas materiais. No plano do fenomênico, das formas e das representações, os objetos e coisas aparecem deslocados da metafísica social. A forma-mercadoria medeia a relação campo-cidade. Forma fetichista, a mercadoria institui a relação agrário-urbano como relação entre coisas, obnubilando seu conteúdo social. Por



isso, na superfície fenomênica, a cisão campo-cidade não se revela enquanto relação contraditória, fundada na reprodução do valor, mas toma a aparência da separação externa e positiva das formas materiais, agasalhando em seu interior sua relação negativa (El-Khatib, 2018). A análise crítica da relação campo-cidade requer considerarmos a produção e circulação de coisas entre as formas sociais autonomizadas apenas na condição de deslocarmos a análise positiva das coisas pela análise crítica da produção das coisas, envolvendo e ampliando os problemas advindos da produção e movimento das coisas mediante a dialética da forma-conteúdo (Damiani, 2009). Desse ponto de vista, o exame da relação campo-cidade passa pela crítica do fetiche da forma-mercadoria em direção à crítica da forma-valor, envolvendo a análise da produção, circulação, realização e distribuição da mais-valia socialmente produzida, conteúdo real da mercadoria. Assim, no âmbito das relações de troca entre campo e cidade, buscando superar a noção de trocas materiais predominante na economia política do espaço, é mister considerar: a mediação da forma-mercadoria e seu fetichismo; a crítica do processo de trabalho e de valorização; a divisão social e territorial do trabalho; o desenvolvimento desigual das forças produtivas sociais e a composição orgânica do capital; as determinações do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário; a circulação do mais-valor e as transferências de capitais; as distintas formas que adota o capital no processo de reprodução; as relações de troca e as trocas desiguais; o movimento de reprodução crítico capitalista, financeiro-fictício, como totalidade.

VII. Ainda no século XIX, ao analisar a *Tableau Économique* de Quesnay, Marx (1980) demonstrou como o processo de circulação do capital social total atrelava, negativamente, campo e cidade no movimento de circulação de mercadorias e dinheiro entre arrendatários, proprietários de terras e setor manufatureiro. Segundo Marx, no quadro de Quesnay, cada produção individual tomava curso na reiteração do processo de produção

capitalista, de modo que a totalidade dos movimentos das frações autonomizadas aparecia como reprodução do capital total. A partir do quadro, Marx buscou descrever o processo de produção do capital como *processo de reprodução*, i.e., movimento  $D-M-D'$ , no qual a circulação, incluindo as trocas entre campo e cidade, não seria mais que forma ou manifestação superficial do processo reprodutivo. Por fim, apontou que a análise crítica do processo de reprodução do capital deveria incluir a crítica do processo de trabalho e de valorização, cujo resultado é a mercadoria e cujo fundamento é a produção de mais-valia, mas abrangendo, também, a crítica do processo de circulação, com as mutações de forma do capital materialmente consideradas como trocas. N' *O Capital*, Marx apontou: a cisão campo-cidade se distingue como “[...] base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias” (Marx, 2013, p. 426). Nesse sentido, a autonomização das formas possibilita a existência do capital como relação social que tem por base a exploração do trabalho e a troca de mercadorias. Fragmentadas, autonomizadas, campo e cidade estão subsumidas no processo de reprodução pelo valor, unidas pelo movimento de valorização do capital. Com efeito, a análise de suas relações e trocas, consideradas como manifestações formais da circulação do valor, deve estar fundada na crítica do processo de *reprodução crítico capitalista*, aquilo que se põe como unidade dos movimentos autonomizados. Desse modo, campo e cidade não são mera expressão fenomênica do processo de reprodução ampliada capitalista, mas sim formas do antagonismo capital-trabalho, viabilizando a reprodução crítica da sociabilidade fundada na produção e troca de mercadorias.

VIII. A partir da distinção entre tempo de produção e tempo de circulação é possível observar o capital como contradição em processo (Marx, 2011), isto é, seu movimento de valorização é, essencialmente, um movimento de contradições. Mediante a circulação, o valor se metamorfoseia e se realiza

atrelando, negativamente, o movimento de suas frações autonomizadas. Na circulação, o capital se encontra ora sob a forma de capital-mercadoria, ora sob a forma de capital-monetário, portanto, durante esse tempo, “[...] o capital não atua como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria e nem mais-valor” (Marx, 2014, p. 204). Enquanto está na circulação, fixado na figura do valor de uso, o capital é *capital negado*, capital em *desvalorização*, pois não está empenhado diretamente na exploração do trabalho (Marx, 2011). Marx (2014) apontou que o tempo de circulação age como um limite negativo sobre o tempo de produção, de modo que, se a circulação tende a tempo zero, o capital pode voltar a atuar com mais rapidez nos processos produtivos. Tal contradição implicaria no desenvolvimento das forças produtivas sociais, incluindo a produção do espaço (estradas, ferrovias, redes de energia, infraestruturas, cabos de comunicação, plantas industriais, maquinário etc.), e no avanço da divisão social do trabalho, expandindo redes de troca e circulação, reduzindo seu tempo de rotação (tempo de produção + tempo de curso), mas, ampliando a massa de capitais retidos na forma fixa e, ainda, os custos incluídos na circulação (Marx, 2014; Harvey, 2005). Marx apontou, também, que em função da aceleração do tempo de seu rotação, parte das mercadorias e capitais liberados ao longo dos ciclos rotativos do capital pode permanecer “suspensa”, “ociosa” ou “ficar inativa”, pois não pode voltar a participar imediatamente dos processos produtivos, constituindo excedentes de capitais: capitais sobreacumulados, em *desvalorização* (Marx, 2014; 2011). Assim, se o avanço das forças produtivas sociais permite reduzir o tempo de rotação do capital, nesse movimento, o velho capital “[...] se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (Marx, 2013, p. 704). Já foi indicado, páginas atrás, que, quanto mais intensa a geração de excedentes no interior do modo de produção, tanto mais as forças produtivas sociais e as condições gerais de produção, incluindo a

divisão social do trabalho, a produção do espaço e o cotidiano, precisam se modernizar para absorvê-los e assegurar o transcurso da valorização do valor. Assim, os setores atrelados à produção, circulação e consumo do capital, no campo e nas cidades, passam a atuar, também, como consumidores de excedentes financeiros. Tal contradição determina, hoje, mutações nos espaços agrário e urbano, mas de maneira desigual (Damiani, 2008). A expansão extensiva e intensiva do capital, mediante a produção do espaço como abstração real, supõe, atualmente, inversões financeiras atreladas a estratégias para absorver o excesso de capital. Produz-se, assim, um espaço fragmentado, hierarquizado, homogeneizado, apoiado em fluxos, redes, relações comerciais, trocas entre campo e cidade, induzidas e ampliadas pelo movimento mesmo de circulação do capital excedentário, em crise. A esse respeito, observa-se em Sposito (2010b, p. 55):

À medida que se ampliam os vínculos da produção agropecuária, com técnicas e serviços de nível elevado sediados na cidade, como já advertia Pierre George, alteram-se as relações entre a cidade e o campo. O que ocorre, no período atual, é que as atividades comerciais e de serviços mais sofisticados, que estão hoje nas cidades localizadas em parcelas do território em que a modernização da agricultura alterou, representam interesses econômicos, comerciais e de produção industrial, os quais se estabelecem na escala internacional, como podemos observar pela força das empresas ligadas ao agronegócio.

Em Sposito, as transformações do espaço são vistas sob a carapaça da reprodução ampliada do capital, que induz novos vínculos entre campo e cidade. Assim, ao que pese o nexa entre a reprodução capitalista e a produção do espaço, esta relação não está posta pelo processo crise da valorização do valor. De forma distinta, entendemos que os novos vínculos campo-cidade, i.e., a ampliação das relações e trocas entre tais espaços, pode expressar essa dimensão crítica do capital, na qual o avanço das forças produtivas sociais e o aprofundamento divisão do trabalho não apenas permitem acelerar a circulação do capital sobreamulado, reduzindo seu tempo de rotação, mas, simultaneamente, intensificam a

produção de uma pletora de mercadorias e, sobretudo, capitais, sem substância de valor, que devem, necessariamente, circular com rapidez. Nessa condição, a ampliação da circulação capitalista, que marca o princípio do século XXI, pode ser entendida não como manifestação da reprodução ampliada do capital, de sua acumulação, mas, sim, atrelada à sua reprodução crítica, posta na contradição entre valorização e crise imanente, o que aparece como acumulação dada a forma fetichista da mercadoria

IX. A eliminação das contradições existentes no movimento de circulação do capital produz a ilusão de que a imagem abstrata dos esquemas de circulação de mercadorias e capitais entre campo e cidade, incluindo as teorias sobre redes urbanas e relações cidade-campo, refletem as contradições do real. Nesse modo de entender, as *contradições do espaço* (Lefebvre, 2006) são abstraídas, e, ao mesmo tempo, cada forma estabelece, com a outra, trocas materiais proporcionais, isto é, dada a forma fetichista da mercadoria, as trocas são entendidas como intercâmbio estrito de objetos e coisas sem substância de valor, de modo que a circulação da forma-valor é subsumida, fetichistamente, à massa material de valores de uso trocados indistintamente. Marx (2014), no livro II d'O *Capital*, ao analisar o circuito do capital social total, pressupôs a existência de trocas simples, proporcionais, entre os Departamentos I (produtor de meios de produção) e II (produtor de bens de consumo) da economia capitalista na condição de um estrito controle de suas composições orgânicas e de suas taxas de acumulação, apenas para, de forma antitética, indicar que a desproporção seria imanente às suas trocas. Desse modo, o equilíbrio das trocas entre os departamentos seria apenas aparente e contingencial, ou seja, ao analisar o equilíbrio, Marx não apenas demonstrou sua impossibilidade, mas, sobretudo, apontou a desproporção como imanente ao processo de acumulação que os envolve. Assim, a proporcionalidade que aparece na troca simples seria apenas forma aparente da reprodução

crítica capitalista. No capitalismo, a troca simples e proporcional entre ramos, departamentos, produções individuais etc., é momento constantemente negado na medida em que, movida pela concorrência, se eleva a produtividade social do trabalho, mediante o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Nesse contexto, o ciclo do capital, que entrelaça o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, as redes urbanas, e que passa pela produção do espaço enquanto abstração real, torna-se tanto o contínuo pôr, quanto a contínua superação da troca proporcional. Se o modo de produção se move conduzido pela lei da concorrência, ele se move mediante a desproporção entre as produções individuais. Com efeito, a régua social que determina a quem é permitido acumular é a média social que, como observa Giannotti (2000), se põe *a posteriori* em relação às produções individuais: o *tempo social médio do trabalho*. Na troca, a equivalência pressuposta entre os distintos valores das mercadorias - produzidas por capitais com distintos níveis de produtividade do trabalho - revela seu caráter ilusório, determinando a distribuição desigual das frações da riqueza social produzida, em função da magnitude dos capitais envolvidos na permuta (Giannotti, 2000). Nesse contexto, a circulação do capital, como totalidade das trocas, aparece, contraditoriamente, diferenciando-se em capitais que acumulam e capitais em crise de acumulação, postos sob a média do tempo social de trabalho necessário. A reprodução crítica capitalista seria, mais uma vez, acumulação e crise, pois o acumular para alguns se faria, simultaneamente, em detrimento da eliminação de tantos outros.

X. Se, como observou Marx, sob o capitalismo, a mais-valia socialmente produzida se distribui segundo a diferença de produtividade do trabalho entre os ramos e produções individuais, isto é, segundo a magnitude dos capitais em funcionamento, o que se relaciona com a composição orgânica do capital (Marx, 2013), a diferença de produtividade do trabalho historicamente posta entre campo e cidade, entre agricultura e indústria,

geraria intercâmbio desigual ou transferência de valor entre as formas sociais absolutamente desproporcionais. Assim, no interior do mercado mundial, mediante a circulação de mercadorias e capitais, ocorreria a extração do excedente que constitui o lucro e a renda da terra do campo, o que, por sua vez, contribuiria para acelerar o processo de acumulação urbano-industrial. Assim, *trocas desiguais* (Mandel, 1982; Alfredo, 2013) caracterizariam historicamente as relações entre campo e cidade, e podem ser entendidas como um fenômeno de transferência de valor produzido dentro do ciclo de circulação do capital, em função do desenvolvimento desigual das forças produtivas entre as formas sociais. Moreira (2014) aponta que a transferência de renda pelo campo e a liberação de mão-de-obra do agrário, pressionando os salários do urbano para baixo, foram fundamentais no processo de acumulação urbano-industrial dos países centrais. Importa saber, deste modo, como se constituiu esse processo em realidades periféricas e, conseqüentemente, se, no início do século XXI, quando o campo se torna plenamente capitalista, ou seja, em que avança o desenvolvimento de suas forças produtivas, em que “as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados à da cidade” (Marx, 2013, p. 575), o fenômeno da troca desigual desapareceria.

XI. O movimento de expansão econômico europeu, mercantil, entre os séculos XV e XVII, atrelado à fase de acumulação primitiva capitalista, projetou e reproduziu, no plano mundial, a divisão social do trabalho entre campo e cidade, entre agricultura e manufatura. A esse respeito, Moreira observa que a formação social brasileira se define “[...] historicamente como uma forma particular de realização do capitalismo em seu processo de mundialização” (Moreira, 2014, p. 143), e, de forma semelhante, a relação cidade-campo aparece, na periferia, como “[...] a expressão da divisão internacional e da divisão interna do trabalho” (Moreira, 2014, p. 143). Estamos aqui, portanto, frente à problemática que

remete à forma específica da contradição campo-cidade em realidades periféricas. Nestas realidades, as *trocas desiguais* – inicialmente, entre metrópoles e colônias, e, depois, entre centro e periferia – e os movimentos internacionais de capitais, determinantes na sua formação, aprofundaram os sentidos da transferência externa de valor (lucro, renda da terra, juros etc.), mais do que processos internos de acumulação, o que resultou numa forma específica de cisão campo-cidade (Alfredo, 2013). Assim, a cisão agrário-urbano, na periferia, desde sua origem, põe os dois termos da relação unidos pela necessidade de uma acumulação que é mundial, sob a simultaneidade do tempo do trabalho urbano-industrial dos países centrais, portanto, expropriativa e impeditiva do processo endógeno de acumulação. Na medida em que a periferia se insere num processo mundial de valorização do capital, comandada desde o centro, os esquemas locais, regionais ou internos de transferência de valor, particularmente entre campo e cidade, passam a deter pouca efetividade no sentido de constituir um processo de acumulação endógeno que atrele, negativamente, agricultura e indústria sob a égide do setor urbano-industrial nacional. Segundo Alfredo (2013), tal *incapacidade de acumulação* contribuiria para retardar o avanço da divisão social do trabalho na periferia, com consequências sobre a cisão campo e cidade e sobre a formação do mercado interno de trocas e de trabalho. Ao mesmo tempo, nas regiões periféricas, campo e cidade estabeleceriam um movimento de contradição determinada pelas posições do agrário no processo de valorização (Alfredo, 2013). Isto posto, nessas regiões, a formação do mercado interno, no interior do qual se distingue a cisão campo-cidade, se diferenciaria do modelo clássico europeu analisado por Marx, na medida em que seria produto de um processo de acumulação que é mundial (Alfredo, 2013). Ressaltamos, portanto, a necessidade de se reconsiderar o fundamento da cisão campo-cidade em realidades periféricas, onde as relações sociais de produção e a relação agrário-



urbano, que estabelecem a valorização do valor, resultam de processos expropriativos e críticos, e não da reprodução ampliada do capital.

XII. A segunda metade do século XX caracteriza-se pela exacerbação da forma monetária do capital (Alfredo, 2017), aprofundando o processo de dessubstancialização do dinheiro (Kurz, 2004), vindo à existência o capital em sua forma fictícia. Ampliou-se, assim, a massa de capitais excedentes investidos na produção do espaço, no campo e nas cidades (Lefebvre, 2006; Harvey, 2005). Para tanto, foram essenciais a autonomização e mundialização do capital financeiro-fictício, expandindo a circulação do capital portador de juros, e a mediação de sua crise pelo Estado Monopolista (através de políticas públicas e da manutenção das condições gerais de produção) (Mandel, 1982; Kurz, 2004). A *mundialização crítica do capital* – isto é, posta pelos desdobramentos críticos da acumulação no interior da economia norte-americana, que se desdobra em uma crise de superprodução no pós-guerra (Mandel, 1982) – implicaria na incorporação do campo como fronteira interna e na sua industrialização, ressaltando-se, nesse contexto, a importância da produção do espaço do agrário enquanto abstração real e de sua renda da terra como condições para a valorização de capitais excedentes. Em escala mundial, a expansão dos sistemas de financiamento agrícolas, o aumento da produção e da produtividade dos solos, a mecanização dos cultivos, a extensão das monoculturas e da agroindústria, a crise do trabalho, entre outros processos, constituem manifestações, enquanto abstrações reais, da crise imanente do capital em sua relação com o agrário. Constitui-se uma divisão social e territorial do trabalho na qual o campo passará a se inserir, por um lado, como produtor de bens de consumo e de matérias-primas para a indústria e, por outro, como consumidor da capacidade produtiva e financeira urbano-industrial, estruturando as bases do que se compreende hoje por *complexos agroindustriais*, do que se depreende que, do ponto de vista da rotação do capital social, o campo passou a conformar um

departamento da economia capitalista (Santos, 2019). Segundo Alfredo (2008), a agroindústria pode ser compreendida “como resultado desta dimensão mundial da reprodução crítica do capital” (Alfredo, 2008, p. 72) que marca o pós-guerra pela exacerbação do capital financeiro. A antinomia posta entre expansão e autonomização da forma financeira/fictícia do capital e aprofundamento de sua crise imanente se encontraria, portanto, na base da agroindustrialização do campo em países centrais e periféricos (Alfredo, 2008). O que se tem, a partir de então, não é apenas a exportação de capitais produtivos da Grande Indústria para o campo, constituindo trocas desiguais, mas a expansão da própria forma da indústria no campo como abstração real, passagem da agricultura para a *agroindústria* mediada pelo capital financeiro. O novo momento, que emerge com a agroindustrialização, indica que a renda da terra do campo passa a compor os pressupostos da reprodução mundial do capital pelas determinações do capital financeiro/fictício, o que implica na *incorporação da renda da terra pelo capital financeiro-monopolista* (Alfredo, 2008). Tal processo, segundo Alfredo (2008; 2013), se manifestaria em função da insuficiência da mais-valia e do lucro para a reprodução de seu próprio conceito nos processos urbano-industriais. Está-se, aqui, frente ao problema da renda da terra e sua relação com a mundialização crítica do capital, na forma financeiro/fictícia, posta pela crise imanente da forma valor. A reprodução capitalista na segunda metade do século XX envolveria, portanto, a produção do espaço do campo como abstração real, inaugurando-se um momento no qual o capital financeiro, excedente e em crise, passou a fluir para o campo através de investimentos executados por capitais privados, Estados, fundos de investimentos etc.

XIII. No limiar do século XXI, a produção do espaço do campo não se efetiva sem novas contradições e conflitos. Ela vai além da objetivação do trabalho em ambientes construídos e da reprodução tautológica do dinheiro, e envolve, também: o movimento das categorias e abstrações

capitalistas; a reprodução crítica do capital, i.e., a crise imanente à forma social; o avanço do capital excedentário na forma financeiro-fictícia; desenvolvimento das forças produtivas sociais e a exploração mais intensiva do trabalho vivo; a crise do trabalho e das relações sociais de produção, dilatando o exército de reserva; a ampliação da apropriação privada da terra, das expropriações e dos conflitos, no bojo da expansão do mercado de terras e dos negócios imobiliários; a precificação do solo mediante movimentos de capitais (financeiros, fictícios)<sup>11</sup>; o Estado, sua presença como abstração real, e a mediação da forma jurídico-burguesa, garantindo as condições gerais de produção e reprodução; o cotidiano e o urbano, intimamente ligados; a pobreza, a miséria, as violências; as classes sociais, incluindo as relações de poder, a política e as ideologias; a Ciência e a ciência do espaço enquanto tecnocracias; a devastação ambiental e o fetiche da Natureza; a proletarização, a periferização e as segregações e racismos etc. Tais fenômenos, determinados pela reprodução crítica capitalista em sua forma financeira-fictícia (Marx, 2017; Mandel, 1982; Kurz, 2004), apontam ainda, no sentido de transformações profundas nas relações sociais de produção e trabalho do campo e para impactos sobre a *mobilidade do trabalho* (Gaudemar, 1977). Disto deriva a importância de serem consideradas as determinações críticas das formas de realização do capital no campo, com especial atenção para as novas formas pelas quais trabalhadores assalariados e pequenos proprietários de terra têm sido impactados por esses processos, temáticas sobre as quais temos nos debruçado em nossas pesquisas nos municípios da região de Araraquara, no estado de São Paulo. Importante salientar ainda essa dimensão atual do urbano nas cidades das regiões do agronegócio, considerando a atual divisão internacional do trabalho e a crise da reprodução social capitalista, i.e., a produção do espaço urbano em pequenas e médias cidades mediante a atuação do capital financeiro-fictício, incluindo o movimento de suas abstrações (Estado, capital, trabalho, propriedade privada etc.), com consequências como a expansão dos setores fundiário e imobiliário. Por

fim, do ponto de vista das relações campo-cidade, à medida em que se aprofundam os vínculos e fluxos do campo com os mercados internacionais (Pitta, 2016), no bojo da reprodução crítica do capital, financeiro-fictícia, esgarçam-se as relações estabelecidas nas escalas locais e regionais. A esse respeito, no período atual, a atuação dos grandes monopólios da agricultura passou a atrelar o agrário a redes globais de circulação de capitais financeiros, com mercadorias negociadas e securitizadas em bolsas de valores<sup>12</sup>. A prevalência do capital financeiro-fictício no curso da valorização do valor reafirma o papel do campo como consumidor de capitais excedentes, com abstração de sua produção física, levando à consequências como: aumento das áreas ocupadas por monoculturas temporárias (milho, cana-de-açúcar, soja) e pela pecuária e redução das áreas cultivadas com culturas permanentes (laranja, café) e alimentares (arroz, feijão); expansão da especulação com a terra, ampliando seu preço, avolumando o mercado de terras, expandindo conflitos; proliferação dos loteamentos voltados a bairros e chácaras, através do parcelamento do solo no entorno das pequenas e médias cidades do campo; expulsão dos pequenos agricultores dos processos produtivos do campo, mediante pressão das grandes cadeias agroindustriais e varejistas; ampliação do arrendamento rural, impactando principalmente pequenas propriedades; agravamento da crise do trabalho, expandindo sua mobilidade através de novas formas precarizadas de contratação de trabalhadores, proliferando-se, ainda, denúncias sobre trabalhadores em condições análogas à escravidão; aumento do endividamento dos grandes monopólios agroindustriais, constituindo dívidas impagáveis (Pitta, 2016); maior recorrência das crises da agricultura.

XIV. Campo e cidade constituem elementos de uma cisão negativa, dialética, na qual, para além de conformarem mera relação de oposição formal, externa, situam-se sob a relação de contradição interna, onde cada

termo não contém em si mesmo sua verdade, mas, antes, a negação imediata do outro. Ao se produzir a cidade, enquanto abstração real, produz-se também o seu negativo, não menos abstrato, o campo, e vice-versa. Disso devem não apenas a cidade e o campo, como par dialético, mas a própria contradição campo-cidade. Isso posto, a cisão imposta pelo aprofundamento da divisão social do trabalho não pode ser aparentemente abolida através do que se convencionou chamar de *rurbano* (ou *rururbano*), *continuum rural-urbano* ou ainda através da apreensão apriorística da perspectiva crítica lefebvriana de *urbanização da sociedade*, isto é, não se pode buscar mera identidade entre as formas, escamoteando o conteúdo da contradição. No limite, tais teses sobre a reunião entre cidade e campo apenas nos isentariam de pensar sobre os sentidos que tal contradição possui para a reposição crítica da forma valor (Alfredo, 2008). A dialética dos contrários não emerge de um terceiro termo que os dissolva; ela existe na negação e contradição entre os polos, e subsiste em seu fundamento destrutivo. Os momentos da contradição se determinam num movimento de contraposição, negando-se, destruindo-se, ou, como afirma Adorno (2009, p. 139): “O negado é negativo até desaparecer. [...] Aplainar uma vez mais por meio da identidade a contradição, expressão do não-idêntico, significa o mesmo que ignorar o que essa contradição diz, retornar a um pensamento puramente dedutivo”. Se, a partir da urbanização da sociedade mundial, campo e cidade se misturam confusamente, isso não significa a superação de sua contradição. A supressão da cisão pressuporia, tão somente, a supressão do mundo das mercadorias, das trocas e do trabalho abstrato, a supressão da sociabilidade capitalista, de modo que não podemos enxergar na ideia de *rurbano* ou de *urbano* a supressão da contradição campo-cidade – trata-se apenas da superação de uma forma da contradição por outra, sem alterar o caráter contraditório do fundamento. Assim, sob o modo capitalista de produção, as formas sociais campo e cidade se põem numa relação de mútua determinação negativa. As transformações observadas na relação

são postas pelo aprofundamento das contradições da reprodução social capitalista.

#### **4. Considerações finais**

No movimento deste texto, fundado na *teoria crítica do valor* e na *dialética negativa*, tocamos em alguns pontos cruciais que julgamos necessários de serem discutidos para a compreensão do conteúdo atual da contradição campo-cidade. Passamos pela crítica das formas autonomizadas, campo e cidade, para reencontrá-las sujeitadas ao processo de reprodução crítico pelo valor, unidade das contradições. Considerando os aspectos teóricos levantados, algumas questões seriam essenciais para a continuidade do debate: quais os impactos das transformações nas formas de reprodução do capital sobre a contradição campo-cidade? Quais determinações traz o capital em sua fase monopolista-financeira e em sua forma fictícia? É possível pensar o Estado e as contradições de classe a partir da contradição campo-cidade? Como pensar a contradição campo-cidade no contexto da contradição centro-periferia? Se, como propôs Marx, com o desenvolvimento das forças produtivas sociais reduz-se a produção de mais-valor e renda da terra nos processos produtivos capitalistas, nesse contexto, com a industrialização da agricultura, com o surgimento da agroindústria e a formação dos chamados complexos agroindustriais, desapareceriam a renda diferencial e a renda absoluta da terra? Por sua vez, a agroindustrialização do campo estaria hoje a suprimir a contradição entre campo e cidade? A extensão do tecido urbano e do urbano poderia sobredeterminar ou mesmo superar essa velha contradição, tal como parece propor Lefebvre?

Este texto não se encerra em si, pois se propõe como processo contínuo de crítica. Por isso, concluímos com algumas questões. Compreendemos a incompletude enquanto momento necessário do pensar sobre o mundo, de modo que, nessas considerações finais, não

almejamos nenhum sentido de acabamento. O pensar em seu fundamento negativo põe as hipóteses aqui levantadas apenas como verdades parciais e provisórias.

## Notas:

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [anderson.pereira.santos@usp.br](mailto:anderson.pereira.santos@usp.br)
2. Portadora de uma visão pretensamente neutra e objetiva, a geografia tradicional buscou produzir diagnósticos variados sobre a realidade mundial. No Brasil, contribuiu, mesmo que indiretamente, para o processo de modernização interno, justamente por levantar um conjunto amplo de dados e informações sobre o território nacional, que norteou, ao longo dos anos de 1930 a 1970, políticas estatais de modernização para as cidades e, principalmente, para o campo, considerado, naquele momento, como atrasado frente à modernidade urbano-industrial que se estabelecia (Carlos; Lencioni, 1984).
3. A esse respeito, ver os números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Paulista de Geografia* publicados ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950.
4. A partir do final dos anos de 1950, muitos geógrafos brasileiros, ainda influenciados pela tradição francesa, desenvolveram estudos sobre a distribuição das atividades econômicas no espaço regional, o abastecimento das cidades pelo campo, as questões suburbanas e periurbanas, as migrações campo-cidade, os fluxos materiais no interior do quadro regional, entre outros. Os trabalhos de Pasquale Petrone, sobre a transformação do cinturão caipira nos arredores de São Paulo, de Manuel Seabra, sobre as relações entre a metrópole paulistana e seus subúrbios, e de Juergen Langenbuch, sobre a metropolização de São Paulo, são exemplos dessas novas leituras que focalizam campo e cidade do ponto de vista de suas diferenças e relações. Não obstante, ainda predomina nesses trabalhos a ideia tradicional de que campo e cidade se diferenciavam por suas paisagens e modos de vida.
5. Essa concepção embasa a tese sobre a produção e reprodução das relações de trabalho ditas não-capitalistas de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001). Assim, o autor afirma que o capitalismo, na sua expansão sobre o campo brasileiro, atuaria não só redefinindo antigas relações de trabalho, desenvolvendo as relações de assalariamento tipicamente capitalistas, mas, também, engendraria relações não-especificamente capitalistas, como o campesinato. Nessas sociabilidades camponesas, mesmo não atuando sobre o processo de produção, o capital monopolista teria desenvolvido “liames” para sujeitá-las com o objetivo de se apropriar de sua renda da terra, transformando-a em capital. Assim, em sua expansão no campo, o capital produziria e reproduziria relações sociais de trabalho não-especificamente capitalistas como condição para sua sobrevivência e acumulação contínuas, para se apropriar do mais-valor ali produzido. Nessa perspectiva, o capitalismo se poria infinitamente, pois a acumulação primitiva de capital seria reposta constantemente mediante a reprodução das relações não-capitalistas, injetando

continuamente mais-valor a partir da produção das formas camponesas de sociabilidade. Para críticas a essa perspectiva, ver Alfredo (2008) e Santos (2019).

6. A respeito dessas perspectivas, ver a coletânea de estudos e pesquisas *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*, organizada por Maria E. B. Sposito e Arthur M. Whitacker (2010). Ver também o livro *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*, organizado por Marcos A. Saquet, Júlio C. Suzuki e Glaucio J. Marafon (2011).

7. Também nos *Grundrisse* (Marx, 2011), nos escritos referentes às *Formas que precederam a produção capitalista*, Marx apontou o modo abrupto e violento por meio do qual se constituiu a forma social capitalista, a partir do rompimento das relações sociais que sustentavam a formação social feudal.

8. N’O *Capital*, Marx parece indicar um processo de generalização da forma moderna do trabalho, com a destruição das relações de trabalho denominadas não capitalistas, caracterizadas pelo acesso dos trabalhadores aos meios de produção. Tal perspectiva encontraria sua crítica em realidades periféricas, como o campo brasileiro, onde o processo de desenvolvimento capitalista não significou a destruição das formas ditas não-capitalistas, mas até mesmo a sua recriação (Martins, 2010). Importa reconhecer, contudo, que, no interior da sociabilidade pelo valor, o não especificamente capitalista é, também, forma do capital, de modo que o que aparece como negativo do capital não é apenas produzido pela expansão do mundo da mercadoria, como quer Martins (2010), como também reproduz a forma capitalista (Alfredo, 2008). Caberia então compreender como a crise da valorização do valor leva, contraditoriamente, à constituição das relações de trabalho ditas não capitalistas como necessidade da reprodução geral do capital (Alfredo, 2008). Deve-se interrogar sobre: “[...] até que ponto a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações críticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade” (Alfredo, 2008, p. 05). As relações de trabalho não capitalistas possuem características distintas em relação às relações de trabalho capitalistas. Contudo, não se deve enxergar nelas a negação do capital. O não capitalista não constitui cisão para com o capitalismo. Essa compreensão permite uma visão holística do processo de expansão e reprodução capitalista no campo. A produção de mais-valor e mercadorias mediante a exploração do trabalho constitui a unidade das formas.

9. Tradução nossa. Original: a abstração “*ne se réalise pas comme un dessein ou un projet, par un passage délibéré de la puissance à l’acte. Il se concrétise et se réalise socialement, dans et par la pratique sociale (praxis)*” (Lefebvre, 1977, p. 59).

10. Atualmente, verifica-se crescimento do preço da terra no campo, atrelado à expansão da especulação com o solo via capital financeiro. Esse aumento não coincide, contudo, com a elevação da produção de renda fundiária, de modo contrário, sua subida parece constituir movimento meramente especulativo, atrelado à crise imanente à forma social, ligado à redução da produção de valor e renda da terra no interior dos processos produtivos capitalistas (Alfredo, 2017), daí preferirmos falar em *precificação da terra*, pois o preço parece ficcionalizar o valor, e não em valorização da terra.



11. A transformação no processo de financiamento do setor do agronegócio brasileiro a partir dos anos de 2000, com o deslocamento do financiamento bancário por um sistema baseado no mercado de capitais, levou à ampliação dos mercados futuro e de derivativos de *commodities* agrícolas e à expansão do número de agentes financeiros envolvidos na sustentação da reprodução das cadeias do agronegócio, incluindo, a partir de então: bolsas de valores, *trading companies*, fundos de pensão, investidores institucionais, empresas de securitização, entre outros.

## Referências

- ALFREDO, A. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, vol. 13, 2005.
- \_\_\_\_\_. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: *Geosp – Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação*, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.
- \_\_\_\_\_. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. In: *CIDADES: Revista científica*, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, vol. 06, n. 10, 2009.
- \_\_\_\_\_. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: *Revista Terra Livre*, Associação de Geógrafos Brasileiros, Ano 26, vol. 01, nº 34, jan.-jun. 2010, p. 37-62.
- \_\_\_\_\_. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.
- \_\_\_\_\_. Crítica materialista e metafísica social sob as determinações críticas do capital. In: *Boletim Paulista de Geografia*, vol. 95, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política. A dialética sociedade natureza para a crítica social de Marx. Vol. II*. Livre Docência – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.
- ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CARLOS, A.F.; LENCIONI, S. O “regional” no Boletim Paulista de Geografia. In: AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos: “geografia, sociedade e estado”*. São Paulo, liv. 02, vol. 02, 1984.
- CERON, A.O.; DINIZ, J.A.F. Tipologia da agricultura: questões metodológicas e problemas de aplicação ao Estado de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 3, 1970.
- CORRÊA, R.L. *A rede urbana*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- DAMIANI, A. L. A Geografia que desejamos. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 83, p. 57-90, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Geografia: observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo*. Livre Docência – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

- \_\_\_\_\_. Urbanização crítica e produção do espaço. In: *CIDADES: Revista científica*, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, vol.6, n.10, 2009.
- DEFFONTAINES, P. O que é a Geografia Humana. In: *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*. Ano 1, n. 03, junho, 1943.
- EL-KHATIB, W.M.A.E.M. *O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1979*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2018.
- FAISSOL, S. Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica. In: *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 34, n. 02, 1972.
- GAUDEMAR, J.P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEORGE, P. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GIANNOTTI, José A. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. (org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da lógica: 1. A doutrina do ser*. Petrópolis-RJ: Vozes; Bragança Paulista-SP: Editora Universitária São Francisco, 2016.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.
- LA CORTE, J. *Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas*. Série Teses e Monografias, n. 31. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Geografia (IGEOG), 1972.
- LACOSTE, Y. *A Geografia - Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer A Guerra*. Campinas-São Paulo: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto - Portugal: Publicações Escorpião - Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Lógica formal/Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *De l'État, tome III, Le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Editions, 1977.
- \_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A produção do espaço*. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política: O direito à cidade II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *Teorias sobre la plusvalía I. Tomo IV de El Capital*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo circulação do capital*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MOREIRA, R. Cidade e campo no Brasil contemporâneo. In: *Revista Ciência Geográfica*, Bauru-São Paulo, ano 11, vol. 11, n. 03, set./dez, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- OLIVEIRA, A.U. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PITTA, F.T. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2016.
- SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAQUET, M.A.; SUZUKI, J.C.; MARAFON, G.J. *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SANTOS, A.P. *Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2019.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: EDUSP, 2012b.
- SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: *GEOGRAFIA*, Rio Claro-São Paulo, v. 35, n.1, p. 51-62, jan./abr. 2010b.

SPOSITO, M.E.B, et. al. Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010



## **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo: Modernização nacional e reflexão teórica no contexto da formação da Geografia no Brasil**

Renato Fujicava<sup>1</sup>

Este artigo busca estabelecer vínculos entre a sistematização acadêmica da Geografia no Brasil e o movimento de conquista de novas terras pela agricultura cafeeira no pós-1930 que é contemporâneo a esse momento de sistematização. A noção de povoamento será o elemento mais expressivo da maneira pela qual esse vínculo se constitui na análise geográfica, segundo a qual o devir da ocupação do solo e, portanto, da mediação homem-natureza se colocava como afirmação do humano e a passagem do tempo como produção da obra humana, numa abordagem marcadamente afirmativa da realidade.

A coincidência entre a sistematização acadêmica da Geografia e o movimento de expansão agrícola pós-1930, apreendido por Pierre Monbeig como *franja pioneira paulista*, se manifesta, nesse mesmo período, pela criação do Departamento de Geografia e História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo<sup>2</sup>, assim como de órgãos profissionais e técnicos, como o Conselho Nacional de Geografia, que teve como pesquisador convidado o geógrafo alemão Leo Waibel<sup>3</sup>. Ambas constituindo um momento da divisão social do trabalho responsável pela reflexão teórica e atuação técnica sobre os sentidos de um incrível e acelerado movimento de modernização, que causou espanto aos olhos europeus acostumados com processos de longa duração e com realidades de “povoamento antigo” (cf. Waibel, 1958, p. 285; Monbeig, 1984, p. 22, 23).

Em diversas passagens é possível depreender em Monbeig e Waibel um tom de espanto em relação à rapidez<sup>4</sup> do processo de expansão agrícola, conjugado com a formação de núcleos urbanos. Daí a metáfora de “cidades cogumelos” para as cidades do oeste paulista e do norte do

Paraná, que crescem do dia para a noite, além de outras imagens que buscam exprimir a rapidez de um processo que, diferentemente dos anos anteriores à 1930, não se fez apenas como expansão agrícola, mas, como propõe Monbeig (1984), como plantação de cidades, nas palavras do autor, como “sementeira de cidades”.

Expressões como “marcha do povoamento”, “conquista do homem sobre a natureza” e “humanização da paisagem” definem a tônica da análise e indicam o principal objeto de estudos das pesquisas geográficas desse período. No entanto, mostraremos como há uma grande divergência na análise que Monbeig e Waibel apresentam sobre esse mesmo processo.

Em Monbeig, a análise geográfica sobre a efetivação da realidade como *franja pioneira paulista* (Monbeig, 1984) aponta para uma divergência entre teoria e realidade, que propõe uma impossibilidade de apreensão do desenvolvimento das categorias geográficas a partir do “quadro natural”. Sendo assim, categorias analíticas amplas como “natureza” e “humanização” se mostram, na análise de Monbeig, insuficientes para a apreensão do movimento pioneiro. Essa impossibilidade de enquadramento analítico da realidade faz Monbeig considerar como não-natural aquilo que contradiz a abordagem geográfica, ou mesmo como um processo que, ao contrário de permitir a particularização de um modo de vida, inviabiliza possibilidades de reprodução social e, desse modo, de formação das categorias geográficas, sobretudo, a definição de regiões<sup>5</sup>.

Em Leo Waibel, o descompasso entre teoria e realidade está menos presente, de modo que se acentua uma apreensão positiva da formação da nação como afirmação de uma reprodução social mais desenvolvida e organizada sobre aquilo que se definia como elemento desagregado do corpo social nacional. Em Waibel, a franja pioneira está realizando a supressão de elementos considerados antinacionais e, portanto, realizando a formação nacional. Nesse sentido, o alvo da crítica de Waibel é a

condição social particular da realidade brasileira posta como sertão e povoada por caboclos.

## **1. O caboclo como suposto avesso do moderno**

A condição social cabocla como elemento do atraso nacional é presente na análise de ambos os geógrafos, o que evidencia a formação da Geografia no Brasil como um elemento da divisão social do trabalho no acelerado processo de modernização brasileiro pós-1930. Porém, as abordagens sobre o caboclo em Waibel e Monbeig se apresentam de modo bastante distinto.

Próprio de um contexto de expansão do capital no qual o Estado não se estabelecia nacionalmente como detentor do monopólio da violência, o caboclo, apesar de improdutivo, era necessário à reprodução social como guardião da propriedade. Monbeig apreende essa utilidade social pretérita do caboclo e sua progressiva obsolescência consolidada pela nova forma de expansão da fronteira, definida como franja pioneira paulista. O pioneiro seria o tipo social característico da nova forma de expansão da fronteira agrícola no pós-1930. Resulta, desse ponto de vista, a apreensão da obsolescência de uma forma de reprodução social, pois o fazendeiro não necessita mais desse tipo de guarnição para assegurar sua propriedade, uma vez que esse momento do processo de modernização vai se definir pela formação do mercado de terras e pela garantia por parte do Estado do direito de propriedade.

A sugestão de Monbeig, portanto, é a da supressão do caboclo como elemento da divisão social do trabalho, ao passo que a formação de um mercado de terras, assegurado pela violência organizada do Estado, o torna dispensável. Enquanto que, na perspectiva de Waibel, tem-se a apreensão do caboclo como elemento inútil, sem maiores problematizações e apenas como elemento a ser suprimido, pois seria o representante de um malogro do processo civilizatório, que na



compreensão de Waibel “vegeta numa vida inútil” (Waibel, 1957). Em Waibel, inclusive, a apreensão do que deve ser suprimido e conquistado se expressa na forma de números, de modo que, com base no recenseamento de 1940, considera que o Brasil possui apenas 23% do seu território economicamente explorado, sendo o restante considerado pelo autor como não economicamente utilizado, não utilizável ou ainda como estando “nas mãos de ‘intrusos’” (Waibel, 1957, p. 263)<sup>6</sup>. Esses dados levam Waibel a concluir que mais “da metade da área do Brasil está inexplorada do ponto de vista agrícola e praticamente *despovoada*” (Waibel, 1957, p. 263, grifo nosso).

Para Monbeig, o contraste característico do processo de povoamento no Brasil se coloca entre pioneiros e caboclos que, “em tudo, são opostos”. O pioneiro seria o “proprietário que pratica a agricultura comercial introduzida pelos europeus”, enquanto o caboclo seria o “desbravador indígena, isolado na floresta, com suas culturas à base de queimadas, deslocando-se continuamente e tendo às vezes noções imprecisas de propriedade”, ou então “habitam e cultivam a mesma terra há vários séculos, solidamente agrupados em coletividades que possuem suas próprias tradições” (Monbeig, 1957, p. 192).

Desse modo, e não obstante a diferença entre ambos os geógrafos, o que se expressa como elemento central da pesquisa geográfica no Brasil é o processo de povoamento. Em Monbeig, o tema ganhará contornos mais epistemológicos; em Waibel, a forma da análise parece estar alinhada a uma tentativa de contribuir com as políticas de gestão do povoamento, a ponto de ele mesmo considerar como o “leitmotiv” de todo o seu trabalho no Brasil a análise sobre o povoamento. Segundo ele, uma vez que o país era em fins dos anos de 1940 “a última grande reserva de terras virgens no mundo ocidental”, o problema de como aproveitá-lo “com seus extensos espaços desabitados, torna-se não somente um problema brasileiro de primeira magnitude, mas diretamente um problema mundial” (Waibel, 1958, p. 297).

A incorporação de novas áreas à agricultura a partir de 1930 (e seu correspondente deslocamento populacional) determinou economicamente a reprodução social que era absorvida por esse movimento. De modo que, a característica a ser retida para nossa análise é que a franja pioneira paulista é um momento determinado pelo trabalho socialmente útil, suprimindo as condições para uma “vida inútil”, i. e., daquilo que se tornou contraproducente para a modernização e, portanto, identificado como algo a ser suprimido.

A imposição para a realização do trabalho socialmente necessário ou útil se efetiva, principalmente, porque a mediação para o acesso à terra no pós-1930 se determina pelo mercado de terras. A terra como mercadoria é o momento em que, para ser acessada, impõe a necessidade de um trabalho que tenha expressão monetária, isto é, que deve se expressar em um *quantum* monetário que realize o pagamento do preço da terra. Isso determinando uma necessária sujeição da reprodução social, que deve se efetivar de acordo com o que é considerado “útil” e que, portanto, é objetivamente posta pelo mercado de terras, i. e., pelo preço da terra.

Como condição necessária desse movimento de transformação da terra em mercadoria, se efetiva politicamente uma transformação nas formas de gestão do território e da população<sup>7</sup> que, a partir de Getúlio Vargas, e, sobretudo no pós 1937, com a ditadura do Estado Novo, passa a ganhar contornos de políticas nacionais de desenvolvimento. Processo que tem como pressuposto a monopolização pelo Estado da coerção social, sobretudo por este se encarregar de garantir o uso privado e inviolável da propriedade, criando as condições para um mercado de terras, ou seja, para um momento em que o acesso à terra se refira apenas a transações econômicas<sup>8</sup>. Por outro lado, a repercussão política desse processo também não se limitou a gerar a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento populacional, impondo-se como fator de redefinição da reprodução social, cujo elemento mais significativo e reproduzido pelo

discurso ideológico era a definição do que passava a ser considerado “atrasado” e a identificação disso como elemento antinacional, principalmente em relação ao que se considerava como caboclo<sup>9</sup>.

Assim, o programa político de viés totalitário que o governo de Getúlio personifica passará a recrutar a parcela rural e majoritária da população brasileira para compor um “exército” que teria de realizar um “imperialismo interno”, isto é, uma conquista das terras no interior do próprio território brasileiro, nas palavras de Getúlio Vargas: “[...] o sentido legítimo de nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até o limite das fronteiras políticas” (discurso proferido em 18/11/1939, constante em Vargas apud Vainer, 2000, p. 21). Porém, para isso se realizar era imprescindível sanar e educar essa população rural.

A “Marcha para o Oeste” então formulada não se limitava à expansão física num simples deslocamento da população, mas se tratava, sobretudo, de uma redefinição da reprodução social no interior do território nacional brasileiro e, mais que orientar e mesmo promover o deslocamento da população, criava medidas de supressão da reprodução social desagregada do que se definia como Estado Nacional. O termo desagregado na análise de Waibel designa uma reprodução social que não se insere nos sentidos da formação nacional e, assim, se apresenta como inútil. Para Waibel, o caboclo personifica essa inutilidade e desagregação, pois não se vincula aos sentidos do novo momento de expansão do capital, assim, ideologicamente, é identificado como o avesso do moderno e da nação e sua presença é julgada como contraproducente à nação.

Elemento expressivo dessa forma de atuação do Estado, analisada por Waibel<sup>10</sup>, são as colônias agrícolas nacionais, de modo que, para além de uma organização do espaço e de uma política de realocamento de população, tem-se como estratégia fundamental um planejamento que visava redefinir o modo de reprodução social de contingente expressivo da população rural brasileira, numa forma de integrá-la à formação

nacional<sup>11</sup>. Na concepção de um dos ideólogos do Estado Novo de Vargas, o migrante deveria ser

Moldado, trabalhado, formado nas minúcias das qualidades morais e nos conhecimentos técnicos para a nova vida. O posto [colônia] deveria ser a verdadeira escola profissional agrícola, o quartel da disciplina do trabalho e a igreja da formação espiritual capaz de transformar o elemento inútil – flagelado – em célula produtiva – colono irrigante (Duque, 1939, p. 155 apud Vainer, 2000, p. 22).

É nesse contexto da Marcha para o Oeste de viés totalitário que Waibel elabora suas formulações sobre o que passa a se definir como expansão da colonização no pós-1930 de modo muito alinhado às propostas estatais. Ainda que, no momento da estadia de Waibel no Brasil (1946-1950), Getúlio não ocupasse o cargo de presidente, deu-se continuidade, em larga medida, à proposta de uma necessidade de disciplinar o trabalhador agrícola nacional.

Aprovando o regime disciplinar da colônia agrícola nacional em Goiás, que se mostrava desde o primeiro momento ao olhar do visitante como uma “área de vida planejada”, Waibel irá considerar que a organização da vida que ela impõe não permite mais a reprodução da prática “de quase todos os agricultores do Brasil”, a qual consiste, segundo o autor, “em derrubar e queimar matas, usar a terra durante alguns anos e depois mudar-se para outra mata, a fim de recomeçar o mesmo ciclo” (Waibel, 1958, p. 153). De tal modo que, na colônia, deve-se “passar da agricultura migratória para a permanente, da rotação de terras para a rotação de cultura” e, não deixando de aprovar tal medida, aponta em tom exclamativo: “isto é realmente o que deveriam fazer e do que o Brasil precisa” (Waibel, 1958, p. 153). Isso porque, para Waibel, mais importante que a conquista de novas terras a oeste, o fundamental era redefinir o modo de reprodução social do caboclo. Numa passagem síntese, considera que, antes de se cogitar a conquista do extremo oeste, “deveria primeiro desaparecer da paisagem rural e dos mapas do Brasil todo o sertão”, em uma forma de repovoamento que seria um “trabalho penoso e lento, que

tem como premissa fundamental uma transformação econômica e espiritual de toda a população do sertão” (Waibel, 1958, p. 291).

O modo de vida caboclo foi entendido como uma forma de reprodução social que deveria ser suprimida; a inadequação do caboclo para os desígnios da formação do Estado nacional brasileiro se mostrava, inclusive, como problema sanitário, de modo que, como considera Vainer, “somente sanado e educado poderia o trabalhador nacional cumprir com as grandiosas tarefas civilizatórias a que estava destinado” (2000, p. 22). Assim, a não adequação para o trabalho agrícola sistemático de produção de mercadorias se apresenta como decorrência de enfermidade ou moléstia, “enfraquecido pelas endemias, o nosso caboclo não tem disposição para o trabalho e, desajustado, fracassa em qualquer iniciativa que toma” (Oliveira, 1943, p. 73 apud Vainer, 2000, p. 22). O fracasso provavelmente não se refere à capacidade que o caboclo tem de reprodução das condições sociais, mas à capacidade que ele tem de realizar um trabalho socialmente útil, nesse sentido a política de gestão populacional visa redefinir a reprodução social do caboclo de modo a “despertar-lhe [...] o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e de economia”, porque, afinal de contas, “a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção” (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941 citado por Azevedo, 1985, p. 92 apud Vainer, 2000, p. 22).

De tudo isso, trata-se de apreender que a oposição entre pioneiro e caboclo ou fazendeiro e caboclo define o que se conceitua com a categoria povoamento ao explicitar sua relação com a instalação de uma *determinada* forma de reprodução social. Daí que o povoamento é, ao mesmo tempo, despovoamento, pois se trata de se referir ao processo de ocupação econômica e, portanto, supressão daquilo que perde sua utilidade em relação ao processo de modernização, nesse caso, supressão daquilo que é considerado nacionalmente inútil. É por isso que Waibel

propõe que o sentido da formação nacional é operar um **re povoamento** como superação da realidade social posta como sertão.

O que confere utilidade e, portanto, serventia, é sua condição de sujeito indiferente à forma material particular na qual irá subsumir sua reprodução, pois o sentido da atividade (determinado quantitativamente como expressão monetária) se desloca compulsoriamente sobre as pessoas que são incorporadas ao “tecido” do Estado nacional, resultando daí “sujeitos sujeitados” (Kurz, 1993) ao desenvolvimento econômico, pois se trata de uma condição susceptível ao processo de obsolescência que se impõe, tornando inútil o que outrora foi necessário. Definitivamente, não se trata da expansão de um modo de vida, mas da expansão de força de trabalho e da redefinição do que é considerado trabalho socialmente útil que não se refere apenas aos conteúdos particulares de reprodução das pessoas, mas a uma atividade que deve se expressar monetariamente, sendo essa determinação quantitativa do dinheiro aquilo que fundamenta a expansão agrícola, i. e., a “conquista do solo”.

A linguagem lapidada pela geografia, através da formulação de categorias de análise, permite, portanto, uma gradação do que é importante e do que deve ser suprimido, ou seja, não se trata de analisar sem julgamento as formas de interação homem-natureza, mas de considerar determinadas relações como prejudiciais à nação ou mal formadas. Assim, a relação com a natureza que deve ser estabelecida é aquela que não se refere apenas à reprodução das pessoas (inutilidade), mas à reprodução do Estado. A reprodução social, portanto, como momento da acumulação nacional, em um momento em que a economia nacional significa alocação das pessoas em atividades que geram excedente, estabelece a atuação fundamental do Estado nesse momento, que se realiza no manejo do deslocamento populacional através de políticas migratórias.

O desenvolvimento, por conseguinte, se apresenta identificado ao “povoamento” num momento em que a formação nacional depende,

sobretudo, da gestão da população para o trabalho, evidenciando um posicionamento da geografia na divisão social do trabalho, ao elaborar critérios para a análise do desenvolvimento nacional. Waibel, inclusive, explicita que é do esclarecimento preciso do conceito de zona pioneira e de sua aplicação adequada que depende “o êxito ou o malogro da futura política de povoamento do Brasil” (1958, p. 264). Atribui, com isso, uma espécie de justificativa socialmente útil para a ciência geográfica como elemento imprescindível para o desenvolvimento do país.

## **1.2. À revelia das críticas – a utilidade social do caboclo**

Não obstante (e para além) da consideração ideológica da necessidade de supressão do caboclo como elemento inútil ao desenvolvimento da nação, o uso da população nacional migrante foi um momento fundamental da forma de expansão agrícola naquilo que constituía atividade essencial do seu “modo de vida”<sup>12</sup>, isto é, “derrubar e queimar matas” (Waibel, 1958, p. 153)<sup>13</sup>. A expansão das fazendas de café antes e depois da crise de 1930 definiu o uso do caboclo como trabalho útil, incorporado à divisão social do trabalho para a formação da fazenda no extenuante trabalho de derrubada manual e queima da floresta, sendo o uso de colonos apenas posterior à transformação da floresta em meio de produção.

Como se observa nas “notas guiadoras do Fazendeiro Willie Davids” (apud Cancian, 1977): “O proprietário manda derrubar o mato, queimar, alinhar, plantar e coviar por sua conta, sendo hoje o preço em Jacarezinho, \$350 por cova, entregando a seguir e neste estado aos colonos”. Para esse trabalho tinha-se como recomendação o uso do “caboclo” como o elemento mais apropriado, pois “para derrubar o mato, queimá-lo e coviar” não havia como ele. Só depois desse trabalho inicial de transformação da terra em sítio ou fazenda, isto é, em meio de produção, é que se utilizaria o colono para a formação do cafezal e, nesse caso, o mais

recomendado era “o japonês, depois o italiano da alta Itália; mas o japonês é hoje encontrado mais facilmente, é **dócil** (*desde que se cumpram fielmente os tratos feitos com ele*) e muito trabalhador”, sendo que “em regra o caboclo não presta para este trabalho, que é feito sob a base da ambição do colono” (Davids apud Cancian, 1977, p. 393, grifos nossos).

Em entrevista, Clemente Soares<sup>14</sup>, migrante vindo da Bahia, conta sua trajetória de formador de fazenda no norte (novo) do Paraná, no lugar que daria origem ao município de Arapongas. Ainda em 1928, Clemente é contratado por fazendeiros cafeicultores da região de Olímpia, São Paulo, para a formação de uma nova fazenda no norte do Paraná: “*Aí que eu comecei a derrubar mato em 1928. Comecei, já no primeiro ano, a plantar uma meia dúzia de pé de café na fazenda Bule. No ano seguinte, plantei mais uns 2.500 pés, depois é que fui derrubando mato e plantando café*”. Nesse caso, tem-se a produção da fazenda apenas por meio do adiantamento de capital na compra de terra<sup>15</sup>, uma vez que a remuneração do trabalho de Clemente também se faria por meio do pagamento em terra: “*o homem me prometeu 50 alqueire de terra [...] então eu tinha que aguentar, abrir pra poder ganha os 50 alqueire de terra, né? como de fato ganhei*”. A referência ao *aguentar* se deve à situação extenuante que se impunha à tarefa de desmatamento em local tão ermo como era Arapongas em 1928, fato que se expressa pela carência alimentar, agravada em caso de atraso dos carregamentos enviados pelo dono de terras:

*Nóis comia palmito sem sal ... Passamos dois meses... olha acabou todo o recurso que nós tinha no acampamento no final de dezembro, quando chegou um cargueirinho de mantimento foi no dia 7 de abril. Comendo todo esse tempo sem sal... palmito. Até que eu plantei umas covas de feijão, fizémo um rancho e comemo também um pouquinho de feijão, mas sem sal e sem gordura [...] e tinha que aguentar, porque não tinha jeito, os ribeirão aí tudo cheio, era chuva que Deus mandava.*

O uso da primeira pessoa do plural, no caso se refere ao fato de Clemente ser o empreiteiro responsável pela derrubada, não exercia um



trabalho solitário, mas coletivo, de modo que Clemente, como “dono do serviço”, era responsável pela organização da tarefa.

O relato acima reforça o panorama de uso majoritário do migrante nacional, principalmente nordestino, compreendido como caboclo ou “peão de abertura”, quando a formação da propriedade agrícola se determinou pelo uso da força de trabalho alheia. O caboclo foi, então, um elemento socialmente necessário da expansão da fronteira agrícola, na ocupação da floresta e sua transformação em unidade de produção massiva de mercadoria que não se realizou pelo proprietário e sequer necessitou da sua presença, fazendo-se como *movimento autônomo do capital* (Marx, 1988) que desencadeia um processo determinado pelo sentido da valorização do valor (tempo de trabalho socialmente necessário) inicialmente adiantado e cujos pressupostos para a realização já se encontravam disponíveis como mercadorias: pessoas dispostas para serem usadas como força de trabalho e a terra como mercadoria. Movimento autônomo que se inicia pela anteposição do dinheiro que procura – através da cabeça do dono do dinheiro – onde se investir enquanto capital produtivo e exige uma massa de trabalhadores dispostos a efetuar, através de seus músculos e nervos, a derrubada da floresta.

A incorporação do caboclo como elemento integrado à divisão social do trabalho também é presente em Deffontaines, que considera que as derrubadas eram feitas por turmas “compostas sobretudo de operários temporários vindos do norte do país, os baianos” (Deffontaines, 1935, p. 165)<sup>16</sup>.

Porém o que se observa nesse uso do caboclo é que já não se trata mais de sua condição de posseiro, mas de expropriado e, logo, migrante, uma vez que a formação de um mercado de terras impossibilitou a posse como forma de acesso à terra.

A crítica ao caboclo se estabeleceu quando este se identificava a uma forma de reprodução social vinculada à posse de terras. Não obstante, depois de 1930, quando incorporado à franja pioneira paulista como mão

de obra especializada na formação das unidades produtivas de mercadorias – na derrubada da mata e, portanto, como trabalho socialmente necessário para o automovimento do dinheiro no processo de modernização pela expansão do capital para o interior – isso não foi objeto da crítica, pois nesse momento o caboclo se colocou à serviço da expansão nacional.

A expropriação ou repovoamento da ocupação de terras por caboclos era tanto o que estava sendo colocado objetivamente como processo de modernização, expresso pela formação do mercado de terras, como teoricamente na formulação de uma análise que identificava o que era atrasado e, assim, definia políticas públicas de gestão da população. Há uma identificação entre teoria e prática importante que se expressa por uma razão aniquiladora posta tanto objetiva quanto teoricamente<sup>17</sup>.

## **2. Monbeig e a tensão entre teoria e realidade**

A partir de um texto de 1948 intitulado *Geografia e Folclore*<sup>18</sup>, é possível notar que Monbeig procura pela análise de longa duração para explicitar como “as técnicas possuem um caráter tradicional” e que “dessa forma devemos estar atentos também à sua temporalidade”. Essa análise é reforçada por Silva (2002)<sup>19</sup>, que se pauta na seguinte passagem: “percebemos bem esse fato quando vemos os camponeses das margens do Mediterrâneo trabalhar com a mesma charrua usada pelos seus ancestrais mais remotos, bater o trigo com instrumentos idênticos aos dos gregos e romanos e usar os mesmos instrumentos que as populações pré-históricas” (Monbeig apud Silva, 2002, p. 87). Porém, em *Pioneiros e Fazendeiros* que, em 1948, também estava sendo redigido por Monbeig, lê-se o caso de pequenos sítiantes que se lançaram ao cultivo da mandioca, em detrimento do algodão, movidos por “uma curiosa propaganda de inspiração norte-americana” e, em nota, Monbeig comenta que “os meios bem informados não escondiam que [...] sua finalidade era desviar os paulistas da cultura

do algodão” (1984, p. 319). Isso para citar o caso mais anedótico que, em *Pioneiros e Fazendeiros*, exprime a impossibilidade da abordagem pela temporalidade das técnicas, evidenciando que não é o caráter tradicional da técnica, oriunda de um longo tempo de mediação homem-natureza, que promove a escolha do cultivo, pois como se viu nesse episódio da mandioca, tratou-se muito mais de uma conspiração internacional ludibriosa a induzir os pioneiros a plantar um determinado tipo de cultivo<sup>20</sup>.

A susceptibilidade à propaganda permite que Monbeig apreenda a indiferença do pioneiro em relação ao tipo de cultivo, pois um plantador de algodão passa rapidamente a plantador de mandioca caso as oportunidades de rendimento se lhe apresentem mais vantajosas; o pioneiro é apreendido por Monbeig como um sujeito sujeitado ao constante deslocamento, não conseguindo se fixar, contrapondo-se a um dos pressupostos da pesquisa geográfica que se fazia a partir da identidade entre reprodução social e quadro geográfico, da qual resultava a apreensão do modo de vida<sup>21</sup>.

A franja pioneira *paulista* dissolve as supostas diferenças culturais num “processo de amálgama tão ativado [que] rouba às cifras boa parte do seu valor humano. Compreende-se, assim, que não seja possível basear-se na presença de contingentes estrangeiros para caracterizar uma região” (Monbeig, 1984, p. 380). Daí que a noção de grupos humanos em relação com a natureza não serve para caracterizar a formação de uma cultura ou de um modo de vida, numa realidade em que a determinação para a relação homem-natureza se faz pela busca de rendimento monetário, sendo que o “pioneiro aposta em uma cultura, da mesma forma como joga na loteria, com a mesma ingenuidade e o mesmo ardor, talvez porque não possa contar com uma melhora progressiva” (Monbeig, 1984, p. 320).

A realidade observada por Monbeig impõe, assim, um questionamento sobre a susceptibilidade a qual pioneiros estão sujeitos, expressa pela “permeabilidade do mundo pioneiro a toda propaganda

montada para seduzir com a esperança de lucros desmesurados” (Monbeig, 1984, p. 320), sugerindo-lhe a problematização de noções genéricas como grupo humano, natureza e cultura. O *pioneiro*, em Monbeig, não é qualquer humano, mas um sujeito particular cuja reprodução social não depende da tradição ou ainda de técnicas tradicionais, mas da sua capacidade de se sujeitar ao trabalho, que, na franja pioneira paulista, resulta na capacidade de se deslocar para novas áreas e de adequar seu trabalho de acordo com o “jogo dos fatores econômicos” e, ainda, na capacidade de se submeter a formas truculentas de organização do trabalho. Sua relação com a terra e com as pessoas não se faz a partir de um acervo cultural decorrente de processos de longa duração de modo que a explicação de seu modo de vida resida no resgate histórico dessa relação.

O pioneiro em Monbeig, ao contrário, se determina por um processo que o sujeita como pessoa que deve ser suscetível a empregar sua força de trabalho de modo abstrato, i. e., não por pressupostos culturais, mas pela necessidade de rendimento monetário. E nessa procura incessante de onde alocar e em quê despender a força de trabalho é que se apresenta a liberdade dessas pessoas que, agindo segundo um cálculo de custo e benefício, são livres para se deslocar, conquanto esse deslocamento e a atividade na qual decidam despender sua força de trabalho resultem em expressão monetária socialmente determinada.

Os tensionamentos entre teoria e realidade que permeiam toda a obra *Pioneiros e Fazendeiros* decorrem do fato de que a realidade a qual se visava compreender se determina por meio do processo de constante negação daquilo que ela mesma efetiva e, ao mesmo tempo, constitui negação daquilo que a teoria buscava apreender pressupostamente. Se o café parece conferir à paisagem um elemento fixo e permanente, as pessoas submetidas pela franja pioneira, entretanto, estão em constante mudança. Assim, o povoamento da franja pioneira é, ao mesmo tempo, o processo de constante despovoamento tanto por promover o extermínio das formas

anteriores de ocupação (indígenas), como por submeter os “pioneiros” à constante necessidade de mobilização.

Ao exprimir a pesquisa, Monbeig não deixou de registrar o espanto que um pesquisador francês sentia diante de uma situação de intenso alvoroço em que “tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa” (Monbeig, 1984, p. 23).

Esse dinamismo, que em constante revolucionamento não permitiu uma apreensão fixa, fez com que Monbeig propusesse uma descrição dinâmica da “paisagem” a partir da perspectiva de um viajante de trem, pois a descrição de um local fixo não poderia corresponder à situação da franja pioneira que é, essencialmente, um processo de revolucionamento da paisagem que só poderia ser expresso pelo movimento. O trem, ao passar por distintos momentos da transformação da floresta, expressa a determinação do devir a qual estão sujeitas as diferenças temporais.

Quando, partindo de São Paulo, toma-se um dos trens que levam até as barrancas do rio Paraná, atravessam-se umas após outras, as regiões conquistadas pelo homem. Depois do relevo de morros devastados, próximos da capital, por exemplo na direção de Campinas, aparecem cafezais abandonados, numa topografia menos acidentada. Ainda mais longe transpondo o escarpamento de basaltos e arenitos, que limita os planaltos ocidentais, a leste, lá onde a ferrovia já não encontra obstáculos, e começa a descer lentamente no rumo do rio Paraná, atravessa-se uma paisagem na qual se alternam pastagens, mirradas plantações de café e lavouras de algodão, cujos solos trazem os sulcos da erosão bem à mostra. Para encontrar a floresta cumpria avançar mais. Após uma longa noite de viagem, é que ela verdadeiramente se torna um elemento da paisagem. Apresenta-se entremeada de grandes plantações ou de pequenas culturas de algodão, de arroz e de milho. Ao mesmo tempo, muda o aspecto da cidade: percebem-se casas de madeira cidades de tábuas, que pareciam grandes demais em relação às pequeninas estações ferroviárias. E pouco a pouco vão surgindo as derrubadas, com as árvores que juncam o solo, elevando ainda alguns de seus troncos calcinados, acima dos novos cultivos. Mesmo que fechasse os olhos à paisagem o viajante não escaparia à impressão de nova zona: seus companheiros se comparam em citar cifras prestigiosas, que testemunham o surto das cidades atravessadas, a

evocar o heroico nascimento delas, ou a narrar os bons negócios que lá fizeram, os golpes de especulação bem sucedidos. Noutros vagões, outros viajantes em andrajo, carregando pobres trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam atemorizados, essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas com o zeticismo do japonês ou o sotaque do alemão. Os corredores dos trens ficam abarrotados. Nas estações, numerosa multidão se comprime sobre as plataformas e as jardineiras com os estribos já apinhados de passageiros esperam a chegada do trem de São Paulo, para conduzir novos recém-chegados até as terras de que esperam mil maravilhas. Tudo é alvoroço, tudo é confusão, tudo é dinamismo. Sempre a mesma impressão, quer se desembarque no término da Araraquarense, quer nas últimas estações paulistas da Noroeste que se embrenham nas terras de criação de Mato Grosso, quer em Tupã, estação final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que ruma para o rio Paraná, onde também vai dar a Sorocabana, quer em Londrina, a capital do Norte do Paraná. Atualmente é preciso ir muito longe, para atingir a frente de povoamento. Mas, na sua retaguarda, tudo lembra um passado ainda recente. Espanta-se o europeu, quando ouve chamar de “velha” uma cidade como Ribeirão Preto, que não conta com três quartos de século; custa-lhe compreender que “outrora” significa 1910 e mesmo 1920, se o seu interlocutor é um homem moço. Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênio para se fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o imenso trabalho que ainda prossegue, aos nossos olhos. Em sua forma atual, a “marcha para o Oeste” é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provém desse Estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos” (Monbeig, 1984, p. 22, 23).

A viagem de trem permite experiências para além da perspectiva da janela e não é apenas o olhar do viajante que é excitado. Dentro do vagão, e mesmo de olhos fechados, se pode ouvir, de homens de negócio, assuntos referentes à especulação e aos surtos urbanos verificados em cada localidade. Em outros vagões, outros viajantes, são os migrantes vindos do nordeste atestando a intensa migração nacional. Em andrajos e

“corredores abarrotados”, comprimidos sobre as plataformas ou em jardineiras apinhadas de passageiros já tomando o rumo do trabalho prometido em área rural, sendo eles “da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista”. Ouvia-se ainda o testemunho de uma intensa imigração pelo sotaque do japonês ou do alemão “todos recém-chegados às terras de que esperam mil maravilhas”.

Num plano estritamente teórico da obra, vemos que Monbeig busca identificar, no vasto movimento do qual o pioneiro é parte integrante, um processo afirmativo de produção da obra humana que, inclusive teoricamente, é postergado para o futuro, pois Monbeig **não** consegue apreender em sua análise empírica essa afirmação, i. e., um processo que é o da afirmação da humanização. A vaga pioneira, como ela se mostra ao pesquisador, não efetiva a consolidação do vínculo com o solo, ao contrário, coloca os que nela se inserem ou são inseridos em um processo de instabilidade permanente e da realização de uma “obra destruidora”. A franja pioneira é onde nada se sedimenta e onde “tudo é alvoroço, tudo é confusão, tudo é dinamismo” (Monbeig, 1984, p. 22).

O sedimento impossível de ser apreendido não está no nível material da apreensão. O que se consolida como sedimento da reprodução social na franja pioneira é uma forma social, portanto, uma abstração, que se explicita na subsunção da reprodução social ao movimento do dinheiro a determinar uma constante revolução na paisagem, ou mesmo, uma negação da paisagem. De modo que Monbeig apreende na viagem de trem o que pode ser considerada uma não-paisagem, isto é, uma não sedimentação material, já que a presença desta mostraria ao pesquisador a consolidação da característica de uma área e, ao contrário, o que se apreende é o alvoroço de um processo incessante.

Se o processo de destruição e de negação da reprodução social não está no cerne da análise, o olhar perspicaz de Monbeig não deixou de registrar essa negatividade como estranhamento<sup>22</sup>.

Ao se deparar com um processo de *efetivação* da realidade, Monbeig teve que lidar com uma dificuldade de enquadramento da realidade às categorias de análise, de modo que isso se expressou como estranhamento. Já no prefácio da obra é possível constatar um questionamento da abordagem teórica quando o autor anuncia que desenvolverá nas páginas seguintes o estudo de um processo dinâmico num contraponto às tradicionais pesquisas geográficas, ou seja, em contraponto ao estudo dos “gêneros de vida” (Monbeig, 1984, p. 19).

Desse modo, é possível, em Monbeig, rastrear uma superação da apreensão do homem como organismo diferenciado (adaptação ativa) que produz a si mesmo ao se libertar da natureza, ao passo que sugere uma formulação do homem não mais pela noção genérica de grupo humano. Em *Pioneiros e Fazendeiros*, portanto, observa-se um tipo humano particularizado, inserido em determinações sociais, cuja relação com a natureza não serve para caracterizá-lo.

A franja pioneira paulista resulta de uma tentativa de conceituação pela análise geográfica de Monbeig que, entretanto, se coloca como impossibilidade de entendimento como conquista do solo, pois se efetiva como um processo predador decorrente do ímpeto de enriquecimento, o que propõe uma problematização mais profunda sobre um processo que usa os homens como elementos coagidos a determinadas ações. Na citação seguinte, por exemplo, Monbeig aponta para a imposição de uma atividade produtiva que resulte numa determinada remuneração, que se aproxima muito da categoria formulada por Marx de “trabalho socialmente necessário” (*O Capital*, Livro I, cap. I, 1985), o que implica considerar a contradição entre trabalho individual e trabalho social como fundamento da reprodução social do pioneiro, isto é, considerar o pioneiro como um sujeito determinado pela contradição indivíduo-sociedade. Assim, não se trata de qualquer dispêndio de trabalho, mas de esse dispêndio se expressar em um quantum monetário que possa manter uma situação econômica estável:



Não podendo encontrar outra ajuda além da sua família, não está melhor preparado do que o fazendeiro para proporcionar à colheita melhores cuidados. A construção de um bom terreiro de tijolos e a compra de boas máquinas para despolpar, ultrapassam seus lucros. Nessas condições, que em parte se devem à psicologia do sitiante pioneiro e, em outra parte, à sua situação econômica, não é surpreendente que sua produção não seja remuneradora. Ela é muito fraca e sua qualidade deixa muito a desejar para que atinja um preço verdadeiramente lucrativo. O pequeno sitiante de café só dificilmente consegue safar-se de uma situação financeira precária e, conseqüentemente, é incapaz de melhorar sua lavoura (Monbeig, 1984, p. 267).

Enquanto em textos de caráter epistemológico Monbeig se esforça para delimitar e defender a importância epistemológica da Geografia, em textos de pesquisa empírica é possível identificar uma crítica desse conhecimento disciplinar que, entretanto, não é anunciada pelo próprio autor.

Ao invés de suprimir aquilo que se contrapunha aos limites disciplinares da Geografia, Monbeig tensiona com os limites de categorias que *a priori* exprimem um processo positivo de interação homem-natureza. Assim, ao mesmo tempo em que o autor considera que o processo de expansão da franja pioneira verificado em países de passado colonial se define pelo fato de ser uma realidade em que o “povoamento” é recente<sup>23</sup>, isso paradoxalmente também se realiza como processo de extermínio indígena:

É fácil medir o caminho percorrido, há setenta anos [aproximadamente de 1870 a 1940]. Nesses planaltos, onde os nomes dos lugares habitados, marcados nos mapas, podiam contar-se pelos dedos da mão, o povoamento recobriu quase tudo. Não se cogita mais de índios, não há mais sertão, a não ser no norte do Paraná. (Monbeig, 1984, p. 27, 28)

Assim, a categoria “povoamento” por si mesma expressa apenas um polo, não revelando o processo em sua unidade contraditória que se constitui, ao mesmo tempo, como povoamento e despovoamento.

Ao não apreender como contradição, a abordagem geográfica sobre o povoamento assume uma gramática paradoxal. Porém, em Monbeig, a forma paradoxal que assume o uso de determinadas categorias em relação à realidade que se pretende apreender é o que há de mais rico para ser explorado, pois a insuficiência das mesmas **não** deixa de ser notada pelo autor. O tensionamento daí decorrente se faz na própria forma com que Monbeig apreende uma realidade em alvoroço incessante, num processo que parece não se cristalizar em um fato geográfico, mas permanece em transformação. Assim, a franja pioneira nunca chega a estabelecer os pioneiros que nela estão inseridos, os quais são impelidos ao constante deslocamento.

Ao passo que a relação teoria e realidade se mostra conflituosa, surge também a apreensão do caráter destrutivo e negativo da franja pioneira. Tal aspecto se apresenta como destruição dos elementos naturais, impossibilidade de elaboração de uma mentalidade regional e de um gênero de vida, como supressão da cultura ou ainda pela precariedade com a qual os pioneiros se reproduzem.

A relação sociedade-natureza determinada pela franja pioneira resulta, assim, em um processo negativo que é a supressão da realidade com a qual ela entra em contato e a impossibilidade de reprodução das pessoas que nela estão inseridas. Em outros termos, ao mesmo tempo em que a devastação da floresta e dos povos indígenas se coloca como forma de ser do processo de povoamento e conquista do solo, a reprodução social, que se insere nesse processo, se faz miseravelmente.

A conquista do solo não se faz afirmativamente, mas por uma reprodução social miserável e instável, o que se coloca como um enorme problema para o limite teórico geográfico; isto é, considerar que a relação com a natureza não resultava na construção de uma cultura, mas na supressão da mesma, pois, antes das particularidades culturais, é a dimensão quantitativa da “situação econômica” o que mais define os modos de reprodução social dos pioneiros.

Diante da impossibilidade de enquadramento nos preceitos geográficos, Monbeig entende que o estudo da frente pioneira paulista “não pode fazer esquecer o lugar eminente que certa predisposição psicológica pode ter no mito do bandeirante” (Monbeig, 1950 apud Silva, 2002, p. 85) e, assim, procura encontrar no pioneiro os traços de uma psicologia “bandeirante”, sugerindo uma apreensão sobre o “modo de pensar” no processo de construção do fato geográfico.

Os comentadores atuais<sup>24</sup> de Monbeig têm exaltado o caráter inovador de tal postura, não obstante, é de se observar que, diante da impossibilidade da apreensão da longa duração materializada na região ou cidade, pois ambas não estavam prontas, mas em processo de formação (essa é a própria conclusão de Monbeig ao final de *Pioneiros e Fazendeiros*), restou a Monbeig procurar no elemento humano a história que não estava acumulada no espaço. O espírito bandeirante é, assim, uma metáfora (retirada do imaginário popular) para as motivações “desbravadoras” dos pioneiros paulistas em comparação com o ímpeto bandeirante, que, não obstante e como Monbeig mesmo coloca: “já haviam renunciado às expedições para o sertão desde o século XVIII”; restando apenas o mito: “Quando se quer dizer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante” (Monbeig, 1984, p. 121). Portanto, o mito se colocou como *um* dos elementos a compor o *complexo geográfico* na explicação de uma forma de conquista do solo.

A apreensão do paulista como o sujeito da franja pioneira, se expressa, nesse momento da abordagem de Monbeig, na procura de uma explicação a partir do “modo de vida”<sup>25</sup>, todavia a realidade com que ele se defrontava nos anos de 1940 lhe conduz a problematizar a franja pioneira paulista em termos de um processo mais amplo que o dos “hábitos e espíritos paulistas”. Desse modo, se a introdução de elementos psicológicos constitui uma inovação, é, por outro lado, mais um entre tantos outros tensionamentos na análise, pois, em outros momentos da

pesquisa, Monbeig aponta para um processo social mais amplo a determinar o constante deslocamento dos pioneiros, como imposição fundamentada em fatores econômicos e não como característica psicológica.

Apesar de Monbeig identificar o pioneiro como paulista, numa suposta identidade entre grupo humano e “região”, constatando que o movimento pioneiro, em sua forma atual (anos 1940) é “essencialmente paulista, mesmo quando penetra em outros estados”, não é possível identificar no pioneiro paulista traços que se refiram à uma identidade marcada por uma formação cultural; não se pode buscar o que move pioneiros e fazendeiros de São Paulo, no processo de conquista do solo, no caráter tradicional de relação com a terra; ao contrário, o pioneiro é aquele que representa justamente a destituição de vínculos tradicionais com a terra numa condição de “indiferença ao conteúdo do trabalho” (Gaudemar, 1977, cap. II) dada a sua necessária subordinação às necessidades de rendimento monetário.

A condição periférica, em processo de modernização acelerado, não apresenta ao pesquisador os elementos preconizados pelo estudo monográfico, daí o constante estranhamento em apreender cidades que são formadas não por um processo histórico, mas que surgem antepostas como cidades planejadas pelas companhias de colonização, representando um processo de formação de cidades determinado pela concorrência e como ramo produtivo. Assim, e em contraposição ao que era apreendido como processo de “evolução do embrião urbano”, Monbeig usa o termo “cidades artificiais” para caracterizar cidades que surgem não pela história ou pelas condições do quadro natural, mas como estratégia empresarial, pois a maior atração que determinada cidade exercia sobre o fluxo de migrantes representava maior valorização dos lotes urbanos e rurais da sua respectiva companhia colonizadora, isso num processo de concorrência e, portanto, em detrimento das cidades adjacentes. Ou ainda, quando “a

estrada de rodagem, pois, mais do que a água, decide da constituição da estrutura agrária” (Monbeig, 1945, p. 17).

A riqueza da pesquisa consiste nas dificuldades que o autor enfrenta para apreender aquilo que não cabia no horizonte disciplinar geográfico do qual era tributário. Diante desse conflito, não é possível observar uma homogeneidade no argumento, que ora se faz com apelo demasiado a categorias definidas como próprias do humano, ora como uma reflexão sobre um processo social em relação ao qual essas categorias se explicitam extemporâneas àquilo que buscam exprimir.

Tais tensionamentos que Monbeig teve a perspicácia de observar, no entanto, o forçaram a colocar no **tempo** a possibilidade de efetivação daquilo que a teoria não pôde apreender. Assim, a impossibilidade de elaboração da monografia regional se faz porque a região *ainda* não estaria formada, daí o estudo buscar compreender o processo que levará à formação de regiões. Por isso, o intuito da pesquisa de *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* foi a procura de um processo que produziria uma identificação entre reprodução social e meio geográfico, resultando em um “gênero de vida” como o devir de um processo que ainda não foi capaz de se fixar<sup>27</sup>.

Para resolver os tensionamentos entre teoria e realidade, Monbeig precisou postergar para a ação do tempo a realização positiva das categorias geográficas e da região (marcada pela identificação cultural entre natureza e comunidade). Em função disso, o estudo do gênero de vida, apesar de ser o mote essencial da pesquisa geográfica empreendida por Monbeig, não pôde ser apreendido. É dessa maneira que, na introdução de sua principal obra, *Pioneiros e Fazendeiros*, há a seguinte ressalva feita pelo autor: “tão rápidas são as transformações que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história. Por isso, foi o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar; não era possível elaborar uma monografia regional, por isso procurei compor um estudo de uma

sociedade em movimento, de preferência a um estudo de gênero de vida” (Monbeig, 1984, p. 19).

É sintomático, nesse sentido, que o único estudo de Monbeig no Brasil sobre a temática do gênero de vida tenha sido feito não a partir de suas próprias pesquisas, mas de forma indireta, através do estudo de Emílio Willems, *Uma vila brasileira*, que analisa a vila de Cunha no Estado de São Paulo. A partir desse estudo, Monbeig destaca o **isolamento** como elemento que permitiu o estabelecimento e desenvolvimento do gênero de vida ali situado, de modo que “habitam e cultivam a mesma terra há vários séculos, solidamente agrupados em coletividades que possuem suas próprias tradições. [...] Como os caipiras que se tinham apossado da terra no período colonial, continuam a associar a exploração da floresta à criação e à agricultura”. (Monbeig, 1957, p. 192, 193)<sup>27</sup>. O isolamento se constitui para Monbeig, apoiando-se na pesquisa de Emílio Willems, em situação determinante para uma **reprodução social à margem de uma economia monetária** em que os habitantes “possuíam pouco ou nenhum numerário”, de modo que nenhuma influência exterior podia atingir Cunha, a “população vivia dos produtos de sua agricultura”, as “relações pessoais diretas prevaleciam sobre todas as outras formas” e “tudo era regulado pelo ‘respeito’, isto é, a um tempo, o respeito pela palavra dada, o respeito tradicional para com o superior, e também o respeito de si mesmo pois, quem faltasse ao código tácito de boas relações sociais, seria moralmente degradado”. Assim, conclui Monbeig, “era uma pequena sociedade fechada” (Monbeig, 1957, p. 195-196).

Porém, o que se apresenta como marginal em um primeiro momento da abordagem de Monbeig, sendo a noção de “isolamento” bastante significativa, ganha outra dimensão quando o autor considera que a riqueza de Cunha (no caso, é provável que a riqueza se refira muito mais aos meios de subsistência do que à riqueza monetária) poderia provir “somente da terra”, pois esta “permanecia desvalorizada”. Estava, portanto, na ausência de expressão monetária da terra, pois que

desvalorizada, a condição para uma reprodução social assente na “tradição”, que pôde perdurar como simples reprodução nos mesmos termos durante “séculos” e que dependia do extrativismo e do cultivo de subsistência; daí a floresta se constituir como elemento fundamental da reprodução dessa parcela da sociedade e, dessa associação, surgir o que se poderia estabelecer como gênero de vida estável. Isso até que o processo de modernização pleiteasse essa parcela do território nacional como forma de expansão do capital, desfazendo o que se apresentava como marginalidade.

A desvalorização da terra como condição para a reprodução desse modo de vida expressa, por um lado, a condição meramente física de marginalidade e, por outro, a integração de todo o território nacional aos sentidos monetários, explicitando que a condição desvalorizada já guarda em si mesma a determinação da valorização. Assim, o território nacional, como forma de ser do território do capital, está submetido às regras do mercado<sup>28</sup> e nisso se define a impossibilidade de perpetuação da tradição.

Se, por um lado, a ruptura do isolamento significava a “ruína de um gênero de vida e de todo um sistema de relações sociais” (Monbeig, 1957, p. 199), por outro, se tratava de uma reprodução social inserida em uma realidade monetária, o território nacional. Assim, definia-se uma contradição, a saber, uma reprodução social sem dinheiro, em um contexto em que o dinheiro determina as formas de acesso à terra.

Ao passo que o processo de modernização passa a requerer essa parcela do território nacional como terra socialmente necessária para a valorização, esse processo determina a reprodução social ali estabelecida como uma reprodução social que seja socialmente útil. O crivo da utilidade será dado pela expressão em valor que essa reprodução assume. A terra como expressão de valor (isto é, precificada) passa a determinar a reprodução social que se instala sobre ela, impondo a necessidade de realizar o preço dessa terra, suprimindo, dessa forma, os elementos que não sejam significativos à valorização.

Em outras palavras, Cunha, ao não abrigar uma reprodução social em torno da valorização se colocou em uma condição sujeita à expropriação do seu modo de vida, ao mesmo tempo em que a formação de um “gênero de vida” só foi possível dada a situação “isolada” (mas, ao mesmo tempo, inserida) de uma realidade determinada pela valorização.

O *não-isolamento* se revela pela chegada de um elemento estranho à reprodução social que ali se efetivava, no caso trata-se da figura dos mineiros como elemento que promove a ruína do gênero de vida: “Rompeu-se o isolamento em 1932, com o início da circulação rodoviária [...] então construída entre Cunha e Guaratinguetá. Viu-se então chegar os homens de Minas que compravam ou arrendavam as terras para transformá-las em pastos” (Monbeig, 1957, p. 196)<sup>29</sup>.

A transformação da terra em mercadoria promove o desaparecimento das terras comunais (rócio), tratando-se da supressão de uma forma de uso comum das terras (não envolvida, portanto, na definição de propriedade privada, e com isso não necessitando de mensuração ou limitação) e passagem para um momento em que a terra, como representante de riqueza, torna-se motivo de conflitos familiares e de desagregação do modo de vida<sup>30</sup>.

O modo de vida, como uma reprodução social que se determina a partir da tradição, isto é, do tempo e das relações diretas, se evidencia como uma forma negativa do processo de modernização, pois, apesar de inserida na modernização, tal reprodução não se definia pela acumulação. No momento em que a expansão do mercado de terras passa a requerer a base material de reprodução desse modo de vida, o preço da terra passa a determinar a relação homem-natureza e, assim, o modo de vida deixa de se constituir como forma negativa do processo de modernização para se colocar como forma negada, ou seja, arruinada pelo processo de modernização.

Do que até aqui foi exposto, é possível inserir essa descrição de Cunha na condição de sertão colocada por Waibel; curioso é notar como



esse sertão seria a possibilidade de uma afirmação das categorias da geografia – aquilo que se apresenta posto pelo tempo, em que se pode identificar técnicas para a reprodução social construídas ao longo do tempo e determinada, principalmente, como reprodução simples, em que se constitui uma identidade entre modo de vida e região, que se repõe ao longo de séculos. No entanto, e contraditoriamente, a forma como a Geografia apreende o sertão é como algo a ser superado. Haveria, assim, crítica ao caboclo devido ao seu caráter desagregado em relação ao Estado, pois apenas ocupa o território nacional não estando em consonância com os **novos** sentidos do processo de modernização.

### 3. A Franja Pioneira Paulista

É no terceiro livro de *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*<sup>31</sup>, *O mundo pioneiro atual*, que estão condensadas as análises dos elementos que caracterizariam a franja pioneira tal como ela se definia para Pierre Monbeig ao longo de suas pesquisas de campo, na década de 1940.

No livro em questão, a nova onda de expansão do “povoamento”, apreendida como “franja pioneira paulista”, se conforma a partir dos elementos resultantes da crise de 1929, sendo o fato mais expressivo a “multiplicação” da “ocupação do solo” por “sitiantes”, pequenos proprietários, que se inserem em projetos de colonização produzidos por grandes companhias colonizadoras, em que a “organização do espaço” se fez como estratégia de reprodução dos seus investimentos; organização que se expressa pelo parcelamento da floresta em pequenas propriedades rurais, expansão da malha ferroviária, criação da malha rodoviária e produção de núcleos urbanos, tudo isso visando a atração de migrantes e, portanto, antecedendo à ocupação.

Evidencia-se, ainda no livro terceiro de *Pioneiros e Fazendeiros*, um momento em que se conforma um mercado de terras não mais expresso pela expansão da grande fazenda, mas como “ruptura entre agricultura e

finanças”, já que **a reprodução imobiliária do capital determina a ocupação produtiva**. Esta se torna cada vez mais uma “atividade de pessoas simples”, que, com a compra da terra, não apenas “empregam todo o seu capital” como também a promessa de realização de trabalho futuro para o pagamento das prestações. É através da ocupação produtiva pelo trabalho familiar – comprando terra ou trabalhando como colono – que se dava a reprodução ampliada dos investimentos na forma de colonização empresarial, bem como a valorização real da especulação imobiliária posta pelo mercado de terras, em que partes da floresta são compradas junto às companhias colonizadoras como investimento à espera de realização futura.

A anteposição do preço da terra em relação à ocupação propriamente produtiva inclui duas formas de determinação sobre esse trabalho produtivo. Num primeiro plano, o pagamento da terra inclui a remuneração de capitais antepostos como colonização sistemática empresarial; sendo expressiva a aquisição dessas terras, ainda como parcela da floresta, não para sua ocupação produtiva, por fazendeiros e sitiantes, mas como fundo de investimento à espera de uma valorização futura, cuja ocupação produtiva iria efetivar realmente com a produção do café.

Se pensarmos no caso da pequena propriedade ou mesmo dos contratos de parceria, trata-se da aquisição ou pagamento pelo uso da terra se impor como necessidade para a reprodução social na franja pioneira. Nisso se efetiva uma subordinação da reprodução que se estabelece sobre a terra como forma de remuneração de toda uma sorte de valorizações antepostas, que se expressa no preço da terra, como representação de uma valorização que ainda não se efetivou como trabalho socialmente necessário.

E mais, trata-se de observar como o trabalho familiar na produção de café foi a base, entre os anos de 1930 e 1950, da possibilidade de importação, de modo que pesava sobre a agricultura (sobretudo o café) a

condição de departamento da economia que permitiu um acúmulo de divisas. Esses elementos estão presentes em Monbeig, e embora não sejam determinantes da análise, assinalam constatações e estranhamentos em relação a um processo de conquista do solo determinado pelo viés econômico. Em outras palavras, a franja pioneira possui como fundamento do seu movimento processos abstratos e, portanto, não naturais.

O mapa 1 (Anexo 1, ao final do livro), produzido a partir de dados e de um esboço de carta topográfica, ambos extraídos de *Pioneiros e Fazendeiros*, expressa o que se constitui materialmente como franja pioneira paulista. Inclui, como sugere Monbeig, o norte do Paraná como parte desse processo.

Comparada ao momento anterior a 1930, a franja pioneira paulista se caracteriza principalmente por uma redefinição na forma de expansão agrícola, em que o principal elemento é o surgimento de empresas colonizadoras; expressando um processo no qual vender terras passa progressivamente a se desvincular do trabalho produtivo e se referir à autorreprodução do dinheiro<sup>33</sup> que se autonomiza do trabalho produtivo.

A forma pela qual o trabalho é mobilizado nesse novo contexto se relaciona cada vez mais ao potencial de persuasão que as propagandas realizam na condição permeável do “mundo pioneiro” e cada vez menos aos vínculos pessoais, como quando a mobilidade do colono dependia do deslocamento do fazendeiro. Fato que se refere a um processo de intensificação da abstração (ou de despersonalização) mediando as “relações humanas” como considerou Monbeig (conforme a nota anterior).

O surgimento massivo da propaganda, como instrumento de persuasão, sugere outro elemento para a discussão desse novo contexto de expansão do capital, vinculado ao seu momento financeiro, no qual a reprodução do capital se coloca determinada pela imagem; por exemplo, a imagem se coloca determinante para a mobilização do trabalho.

No caso da franja pioneira, as companhias colonizadoras representariam, portanto, um momento em que a autovalorização do dinheiro se lança de modo independente dos vínculos pessoais, expressando um processo de reprodução financeira do capital. A possibilidade de mobilização do trabalho por meio de propagandas explicitaria de modo significativo essa passagem. Isto é, ao avanço da reprodução financeira do capital corresponde a imagem como forma adequada de mobilização do trabalho e de valorização do capital.

Assim, apesar do aparente colapso do setor cafeeiro devido à crise de 1930, ocorre um aceleração da ocupação do solo em função do movimento financeiro de reprodução do capital que passa a determinar o processo de expansão.

Não obstante, a franja pioneira paulista ao reproduzir a formação de café como traço característico da expansão agrícola, trata-se, como demonstra Monbeig, de uma transformação da forma hegemônica de reprodução do capital sobre o território nacional e particularmente em São Paulo e norte do Paraná. A lavoura de café é progressivamente tornada atividade de “pessoas simples”, pois as incertezas da agricultura são deixadas aos lavradores, enquanto a colonização (organização do espaço) passa a ser organizada cientificamente como fonte de recursos menos incerta e mais rendosa, enfim, como função de grandes capitais (financeiros) colocados como empresas de colonização que criam as condições infraestruturais (uma vez que o Estado passa a garantir jurídica e policialmente a guarda da propriedade privada) para a terra se colocar como reserva de valor. Isso, portanto, determinando uma ocupação produtiva que deverá efetivar uma valorização especulativa anteposta. Nas palavras de Monbeig:

Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e a presença de grandes grupos capitalistas são os traços que conferem à franja pioneira paulista a sua originalidade atual e marcam a ruptura com os tempos dos fazendeiros (Monbeig, 1984, p. 241).

As grandes companhias colonizadoras expressam uma transformação na mediação da “ocupação do solo” ao passo que representam um planejamento sistemático de colonização marcando uma diferença fundamental em relação ao período anterior, quando a expansão da fronteira estava vinculada à figura do grande fazendeiro.

A “conquista do solo”, nos termos de Monbeig (1984, p. 223), não se refere mais à figura do fazendeiro como sujeito da expansão. Além disso, é possível apreender que o deslocamento da mão de obra dos colonos não se refere mais à abertura de unidades produtivas agrícolas pelo fazendeiro, dependendo da mobilidade do capital deste que, ao deslocar sua fazenda para áreas mais férteis, carrega consigo os colonos. Depois de 1930, a mobilidade do capital e do trabalho se autonomiza da figura do fazendeiro, não obstante permaneça de modo importante a reprodução do colonato como relação de trabalho. O que há de novo na franja pioneira, portanto, é a separação do trabalho em relação à grande propriedade, uma vez que a expansão da fronteira por empresas colonizadoras foi a criação de um mercado de terras que se sobrepôs ao trabalho produtivo e, ao mesmo tempo, criou as condições infraestruturais para a instalação de pequenas propriedades.

A colonização do norte do Paraná, elemento constituinte da franja pioneira paulista, expressa de maneira mais intensa as características estabelecidas na definição de franja pioneira proposta por Monbeig, uma vez que a colonização dessa área se realiza, sistematicamente, pela atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), formada a partir do capital financeiro inglês e subsidiária da empresa inglesa Paraná

*Plantations*, que adquire por volta do ano de 1925, junto ao governo estadual do Paraná, uma enorme área de terras, cerca de 550.000 alqueires, equivalentes a 13.166 Km<sup>2</sup> (aproximadamente doze vezes o atual município de São Paulo), constituindo a maior empresa de colonização da América do Sul.

No caso da CTNP, cabe observar que a compra de terras pertencentes às suas glebas nem sempre se efetivou diretamente, já que havia uma grande intensidade de negócios imobiliários realizada pelos próprios sitiantes; daí o caso dos “sitiante urbanos” analisados por Lovato (1992), que se especializam na especulação imobiliária e passam a adquirir lotes nas frentes de expansão com a expectativa de uma valorização posterior que em geral ocorria. Os negócios, em grande medida, eram realizados por terceiros que revendiam terras adquiridas junto à CTNP. O pagamento pela terra, nesses casos, variava muito em função de acordos pessoais, predominando (diferentemente dos dados da CTNP) o pagamento a prazo.

Apesar da subordinação da produção cafeeira a um contexto de transferência de renda para a industrialização, o café manteve um regular aumento dos seus preços ao longo da década de 1950 (cf. Padis, 1981, p. 145), permitindo a efetivação da valorização das terras nas frentes de expansão e, portanto, o mercado de terras como uma importante forma de expansão da fronteira agrícola no norte do Paraná.

Para Monbeig, trata-se de uma “*ruptura entre agricultura e finanças*” de modo que as companhias colonizadoras explicitam uma anteposição do capital financeiro como investimento imobiliário em relação à produção agrícola que, por isso, reproduzirá esta anteposição de capital, principalmente, através do trabalho com o café. Ou seja, a franja pioneira paulista representa uma formação de valor que consegue corresponder às necessidades de reprodução do capital financeiro inglês; oferece, portanto, condições lucrativas que não apenas permite uma remuneração de acordo com a média mundial da taxa de valorização (uma

vez que se trata da reprodução de um capital financeiro mundial); como fornece também uma produção de valor que corresponde à reprodução lucrativa de toda uma sorte de especulações imobiliárias realizadas por poupanças individuais, além de uma acumulação de divisas para a economia nacional através dos mecanismos de transferência de renda do setor agrícola para o industrial.

Assim, mesmo o café representando a “segunda mercadoria em termos de valor monetário no comércio mundial,” ficando atrás apenas do petróleo, como colocou Stolcke (1986) nos anos de 1980, de modo que foi essa “enorme riqueza que permitiu a industrialização do país” (Stolcke, 1986, p. 11), essa produção de valor não se expressou, entretanto, em uma reprodução social monetarizada. Isso porque, diante de tantas formas de expropriação da riqueza abstrata (dinheiro), a forma de reprodução social vinculada efetivamente à produção de café, apesar de profundamente determinada por uma condição mercantil e pela reprodução ampliada do dinheiro, se expressou destituída de dinheiro e dependente da extração dos elementos da floresta, sendo a terra a principal e quase que exclusiva mercadoria consumida para um contingente expressivo de pessoas que se inseriram na franja pioneira paulista.

A terra se coloca como mercadoria capaz de realizar a reprodução dos capitais que a produzem enquanto mercadoria e também como meio de especulação. Como resultado dessa determinação abstrata (valorização do valor) ela, em sua materialidade, se apresenta como coisa meio de produção; porém, como coisa que se contrapõe ao trabalho vivo, sendo sua determinação e sentido lógico sugar trabalho vivo, i. e., determinar a atividade que sobre ela irá se realizar, pois a especulação fundiária ao antecipar a valorização (que gera lucro antes de produzir) determina uma atividade produtiva que se orienta para a realização dessa valorização pregressa. O preço como representação de valor gasto para a aquisição do meio de produção terra – ou prometido como pagamento de parcelas – expressa na franja pioneira paulista o tempo de trabalho socialmente

necessário para a finalidade de reprodução do lucro médio e não para a finalidade de reprodução do pequeno proprietário.

Desse modo, as grandes companhias de colonização são resultado e agente de um processo que faz com que o acesso à terra para a produção de café generalize uma consciência monetária que é uma condição social determinada imagetivamente, cuja principal imagem foi a representação de enriquecimento. A mercadoria terra se apresentava não apenas como aquilo que permitiria a reprodução da subsistência, mas a terra (e o cultivo de café) como ascensão social.

Não obstante, se a produção de café passa a se apresentar **como símbolo de uma consciência monetarizada** que seduz “pessoas simples”, o feitiço que determina essa forma de consciência não se faz apenas pela “magia”<sup>34</sup> ou encantamento que o dinheiro pode exercer. Trata-se, fundamentalmente, da criação de condições através das quais esse feitiço se impõe como consciência necessária, cujo pressuposto e resultado é a formação de migrantes nacionais, isto é, de sujeitos **desarraigados** – expropriados – e destituídos do seu modo de vida.

Assim, esse momento do processo de modernização sobre o território brasileiro passa a se definir principalmente como mobilização de pessoas num processo que não se refere apenas ao deslocamento físico, mas principalmente à redefinição da reprodução social que leva à ruína os “sujeitos sujeitados” (Kurz, 1993), que embora muitas vezes considerados como excluídos de um projeto do Estado nacional cumprem as exigências postas por um trabalho considerado socialmente útil.

## **Considerações Finais**

Este texto procurou estabelecer vínculos entre o acelerado processo de modernização nacional, no período de 1930 a 1960, e a formação da ciência geográfica no Brasil, por meio das abordagens de dois geógrafos, Pierre Monbeig, professor por mais de uma década (1935 - 1946) do



Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, e de Leo Waibel, consultor técnico do Conselho e 1950.

Analisamos as contribuições desses autores, com destaque para a obra seminal de Monbeig sobre a formação da geografia brasileira, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, e para o modo como sua perspicácia permitiu extrapolar os limites teóricos das categorias geográficas do período, ao explicitar um tensionamento entre teoria e realidade.

Sem dúvida, Monbeig “ultrapassou com larga margem os preceitos conceituais e metodológicos. Foi ousado. Eles lhe serviram apenas de ponto de partida” (Seabra, 1992, p. 20). Isso não apenas em sua formulação teórica (como apreendemos na abordagem de Silva, 2002), senão na exposição empírica contraditória da sua obra principal. É no tensionamento entre teoria e realidade que a obra de Monbeig sugere a superação dos limites: “[...] há algo mais para servir de lição: não é possível a superação a não ser vivendo ‘os limites’ no plano formal e real. O plano formal é o domínio do conceito e o real é o domínio da História” (Seabra, 1992, p. 20).

Notadamente, os conceitos de modo de vida e povoamento, hegemônicos na compreensão geográfica do período, condensam as contradições analíticas de uma perspectiva geográfica afirmativa do humano, uma vez que o complexo processo de produção daquilo que se constitui como geográfico, conceituado por Monbeig como franja pioneira paulista, não permitiu observar a “sedimentação” de uma reprodução social que definisse um modo ou gênero de vida. Particularmente em Monbeig, o que se observa como processo de “povoamento” foi, ao invés de uma possibilidade de apreensão da evolução de um gênero de vida, a destruição do mesmo.

## Notas:

1. Mestre em Geografia pelo departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
2. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo é formada a partir da reunião de um grupo de recém-formados professores franceses em 1934. Para o Departamento de Geografia, o primeiro a vir é Pierre Deffontaines que, após curta temporada, muda-se para o Rio de Janeiro, assumindo então Pierre Monbeig, ainda em 1935. “Foi decisiva a participação da chamada missão francesa no Brasil, que veio quando da fundação da USP. A palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa. A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com Dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação.” (Novais, 1994).
3. Leo Waibel chega ao Brasil em 1946 e permanece até 1950. Exerce nesse período a função de consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia. O artigo de sua autoria de maior importância para nossas reflexões é “As zonas Pioneiras do Brasil”, publicado postumamente em 1955, no Brasil. Trata-se de um artigo que pôde ser terminado pelo autor, falecido repentinamente em seu país natal, Alemanha, em 1950.
4. Também em Nicholls (1970), pesquisador norte Americano, que faz um estudo comparativo entre o aumento da população do norte do Paraná e estados do oeste dos Estados Unidos, é possível depreender esse tom de espanto ao analisar o crescimento populacional do Estado do Paraná, sobretudo concentrado na região norte, parte integrante do que Monbeig chamou de franja pioneira paulista: “Em 1920, sua população ainda era de apenas 686.000 habitantes, o que não excedia em muito a população da cidade de São Paulo no mesmo ano. Porém, durante os 45 anos seguintes, o Paraná teve sua população multiplicada aproximadamente por nove, até atingir 5.844.000 habitantes em 1965, aumento dos mais significativos, visto que constitui grande parte (66% no período 1940 – 60) de crescimento da população rural”. (Nicholls 1970, p. 33).
5. Voltaremos a essa discussão ao analisar a principal obra de Pierre Monbeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*.
6. As aspas em intruso são do autor e talvez seja porque ele mesmo hesite em considerar aquilo que não se constitui como sociedade civil (de modo geral, no argumento do autor, índios e caboclos) como intrusos, “que *escapam* ao levantamento estatístico” (Waibel, 1957, p. 263, grifo nosso).
7. Vainer (2000) atenta para o importante vínculo entre formação do Estado brasileiro e políticas migratórias: “A história da constituição e evolução do Estado brasileiro tem sido, também, em boa medida a história de conceitos, instituições e práticas voltadas para equacionar e administrar a mobilização e localização de populações” (2000, p. 15). Assim, considera Vainer, é sintomático que quase que simultâneo à declaração da independência, em 1824, tem-se a presença de um decreto com a preocupação de povoar o interior do território brasileiro em um sentido orientado, isto é, de promover, ainda em um contexto

de escravidão, a iniciativa de um povoamento branco, recorrendo, para isso, a políticas de incentivo para a vinda de imigrantes europeus, de modo que, a partir da independência, “várias e sistemáticas foram as iniciativas para povoar com gente branca livre e industriosa as vastas terras de um estranho e esquizofrênico de um Império tropical, que alentava o sonho de transformar-se numa nação branca enquanto sugava sofregamente o sobretrabalho dos escravos negros” (Vainer, 2000, p. 15).

8. “Podemos considerar que, no Brasil, a modernização retardatária se inicia com a concentração do monopólio da violência nas mãos do Estado, que tem seu ponto de inflexão em 1930, com a extinção da Guarda Nacional, e com a estruturação de um aparato burocrático centralizado que passa a concentrar esforços para promover a industrialização, a complexificação do mercado interno e a formação de um mercado de trabalho nacional” (Leite, 2010, p. 12).

9. Em grande medida, o que se considerava como caboclo, para além da conotação etimológica do termo, era a população agrícola nacional desvinculada de uma reprodução social que – para ficarmos com o exemplo de São Paulo – se inseriu no chamado complexo cafeeiro, que envolvia, entre outras coisas, uma disciplinarização do trabalho e um aprendizado do trabalho no trato do café, sobretudo para os descendentes de migrantes que reproduziam essa relação de trabalho desde a infância, compondo a força de trabalho familiar do colono.

10. “Perguntaram-me, muitas vezes, porque principiei o meu trabalho de campo no estado de Goiás, tão longínquo e ‘selvagem’. A resposta é simples: estando eu interessado em colonização, tinha que ir para o interior (Waibel, 1958, p. 132).

11. “Obras de engenharia e localização do colono em um lote demarcado, com casa de residência, por si só não constituem a solução do complexo problema de radicação do homem à gleba como pequeno proprietário rural, sobretudo se se tem em conta que a ação em geral terá de se desenvolver em torno de indivíduos rudes, por vezes de mentalidade nômade, rebelde, portanto, à disciplina e aos hábitos de sedentariedade que a agricultura exige” (Relatório enviado em 1943 ao Ministro da Agricultura por José Oliveira Marques, Diretor da Divisão de Terras e Colonização, citado por Azevedo, 1985, p. 85 apud Vainer, 2000, p. 22).

12. O uso da categoria “modo de vida” se refere a necessidade de diálogo com esses autores. O que estamos considerando por modo de vida é um determinado momento do processo de modernização em que a reprodução social se apresentava determinada pelo tempo, isto é, pela tradição. Definição que é importante para o percurso de exposição que iremos fazer neste texto, pois ao analisar a expansão agrícola no pós-1930, Monbeig não foi capaz de apreender a efetivação de um modo de vida, isto é, aquilo que se constituiria em uma reprodução social fundamentada no tempo longo. Impossibilidade que é, inclusive, explicitada por Monbeig. Essa discussão será retomada no próximo item.

13. No Romance Terra Vermelha (2003) de Domingos Pellegrini se encontra uma passagem que é bastante explicativa da forma de incorporação dos caboclos, considerados peões de abertura, na franja pioneira e mais particularmente no norte do Paraná: “Nos quartos do porão ficavam peões dos antigos, aqueles homens feitos de madeira, de tão rijos, agora homens de meia-idade, criando barriga e procurando conselhos: onde

comprar uma terrinha, uma data boa para amansar a vida, tinham economias. Eram a nata dos peões; os outros, que gastavam hoje o que ganharam ontem, iam acompanhando a derrubada da mata, já andavam longe.

- Será que um dia os peões vão acabar? Tiana se perguntava e Maria Arrumadeira brincava:

- Acabando a mata, acaba tudo quanto é bicho...

Era verdade: quando não houvesse mais mata por derrubar e terra por abrir, trabalho duro que só, ninguém precisaria mais de peões solteiros, preferindo então casais que morassem na fazenda, o homem capinando e cuidando do cafezal, na colheita a mulher e os filhos ajudando” (Pellegrini, 2003, p. 323).

14. Entrevista extraída de um programa televisivo, Programa dos Municípios, *Tempo pioneiro: A saga dos pioneiros da terra*. Vídeo consultado no acervo do CDPH-UEL.

15. Pela entrevista, não é possível saber como as terras foram adquiridas pelos proprietários, contudo uma vez que estavam dentro das terras que passaram a pertencer à CTNP a partir de 1925, é possível inferir que as mesmas foram adquiridas junto à companhia.

16. Artigo publicado na segunda edição da revista “*Geografia*”, da recém-formada AGB: “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo – Primeiro esboço de divisão regional”, ano 1, 1935, nº. 2, p. 117-169.

17. “Nisso se evidencia a identidade negativa, polar entre a modernidade burguesa e a (aparente) anti-modernidade burguesa. E é só nesta identidade imediata entre razão e aniquilação na forma valor que o pragmático pode coincidir com o pensador. A unidade burguesa entre teoria e prática é o campo de extermínio, a explosão atômica, o bombardeamento de área” (Kurz, 2002).

18. Texto publicado em jornal e citado por Silva (2002).

19. Aldo Aloísio Dantas da Silva, em sua tese de doutorado (2002), chama a atenção para as transformações nas formulações teóricas da obra de Monbeig, apontando que a década de 50 seria um momento em que este autor deixa claro suas críticas aos limites dos preceitos geográficos do qual era tributário.

20. Há inúmeras outras passagens que apontam para essa situação de **susceptibilidade** dos pioneiros como: “Assim, em 1944 uma propaganda foi desencadeada na franja pioneira, para cobrir de menta todos os sítios. Empresas brasileiras e estrangeiras de São Paulo e Rio de Janeiro ofereciam preços inesperados e afirmava-se que os serviços de mobilização econômica, no Brasil e nos Estados Unidos, dispunham-se a comprar cada vez mais cara a produção de 1945, por maior que fosse. Os sitiantes deixaram-se convencer e, se não foram os únicos, os mais apressados foram os japoneses da Alta Sorocabana. Em lugar do algodão, do arroz ou do milho, multiplicaram-se as plantações de menta. Muitos estavam tão confiantes que empregaram todas as suas economias, ou fizeram empréstimos para comprar um alambique... e foi um dos abalos mais completos que São Paulo conheceu. Quando, em outubro de 1945, percorriam-se as áreas de sítios de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, viam-se os abrigos dos alambiques cair em ruínas e só se ouvia falar dos sitiantes arruinados que já haviam partido ou estavam às vésperas de partir para a terra prometida: Londrina” (Monbeig, 1984, p. 317, 318).

21. “Pequeno proprietário, seja ele japonês ou brasileiro, italiano ou espanhol, o plantador de algodão é ainda mais nômade que o sitiante de café, porque este é retido pelos seus arbustos. Depois de dez ou quinze anos de vivência com o algodão, ele já mudou duas, três, e mesmo quatro vezes. O meeiro encarregado de preparar uma pastagem, este é ainda mais efêmero, pois a terra que ele cultivou durante dois anos com algodão será daqui em diante um campo e ele irá mais para longe” (Monbeig, 1984, p. 301).
22. “Se se tentar estabelecer o balanço da marcha pioneira, nos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná ressaltará a obra destruidora dos pioneiros: destruição da mata e, com isso, destruição da terra. A mola propulsora da marcha para o oeste reside no tenaz desejo do ganho. Para satisfazê-lo são necessárias abundantes colheitas de produtos que se exportam e se vendem no ultramar. Impôs a economia do mundo pioneiro uma técnica agrícola devastadora àqueles homens por demais apressados. Repelia tal técnica esse respeito pela terra que é próprio do camponês. Para conservar as abundantes colheitas e continuar vendendo através do mundo, os pioneiros são forçados a uma corrida ininterrupta” (Monbeig, 1984, p. 390).
23. Entendemos que a apreensão dualista entre moderno e atraso, em Monbeig, se dá pelo uso da terminologia “países de povoamento antigo” e “países de povoamento recente”, que reitera uma perspectiva temporal de análise pautada no desenvolvimento como sentido histórico.
24. Como em: “A segunda parte [do livro I de *Pioneiros e Fazendeiros*] é dedicada às condições históricas (meio histórico, fatores econômicos), mas termina com uma reflexão um tanto estranha sobre as práticas geográficas de então: a psicologia do bandeirante. Aldo Dantas aponta que essa breve abordagem já se constitui como um avanço significativo e um passo indiscutivelmente moderno no pensamento geográfico”. (Andrade, 2010, p. 48). Ou em: “A dimensão psicológica está presente, ela procede da observação dos homens, mas aqui ainda a cultura histórica de Monbeig liga esses pioneiros brasileiros a outros países novos, especialmente os do século XIX e do primeiro quarto do século XX. Ele nota entre eles ‘certa semelhança no modo de pensar’, mostra que eles têm conjuntamente o ‘gosto do risco’, a ‘paixão do jogo e da especulação’, a ‘extrema mobilidade’. Um dos elementos do dinamismo pioneiro está, de acordo com o geógrafo, na mentalidade pioneira, comparada a outros exemplos, mas também colocada numa continuidade histórica, que lhe dá a sua força e a sua especificidade: “uma mentalidade original, que extrai as suas fontes na tradição de Bandeirantes, anima tão fortemente os paulistas que não podem renunciar a estender suas plantações. (Monbeig, ‘São Paulo’)” (Théry, 2009, p. 53).
25. “[...] não somente ele [movimento pioneiro paulista propriamente dito] se reveste de sua unidade própria, que repousa antes de mais nada na homogeneidade de uma população marcada pelos hábitos e pelo espírito paulista, mas também porque se desenrola num quadro em que se pode reconhecer certa unidade geográfica” (Monbeig, 1984, p. 30).
26. Essa fuga para o futuro é reiterada na interpretação que Marcel Roncayolo faz de *Pioneiros e Fazendeiros* (*Tempos Geográficos e a construção dos espaços na análise de*

*Pierre Monbeig*). Partidário de uma geografia histórica, considera que se não é possível a apreensão do tempo longo, Monbeig, no entanto, apreenderia o devir de uma longa duração: “É verdade que Pierre Monbeig reconhece na conclusão de sua obra, que a Europa de Marc Bloch, a longa duração é muito diferente da experiência feita no calor da hora, no Brasil; ele se pergunta, principalmente, se podia existir nesse país uma mentalidade regional. Talvez em formação, mas longe de estar totalmente adquirida. A dimensão do tempo, portanto, está aí: depreende-se no plano de sua obra, já que ele estuda as condições naturais do meio, e em seguida o jogo dos fatores históricos e econômicos” (Roncayolo, 2006, p.119).

27. Trata-se do texto “Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no sudeste do Brasil”, que faz parte da coletânea “Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira”. A primeira publicação do artigo, não obstante, foi para o *Annales de Géographie*, em 1949.

28. “Trata-se de um território do capital, o território nacional existe no interior dele. O território nacional pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado sobre seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas da reprodução das relações de produção. O Estado age na forma do trabalho remunerado, resultando num orçamento e numa avaliação objetiva das possibilidades futuras de ação do Estado” (Toledo, 2008, p. 32, 33).

29. “Os comerciantes de Cunha se habituaram rapidamente a utilizar o ônibus ou a fretar caminhões para ir vender milho, feijão, batata, frutas e aves nas Cidades do Paraíba [...]. Mais ainda, os negociantes destas cidades, de São Paulo e mesmo do Rio de Janeiro, sobem a serra e vão procurar os agricultores em suas fazendas e sítios. Enquanto se dava a penetração dos forasteiros no pequeno grupo, até então isolado, os habitantes de Cunha começara, a emigrar.” (Monbeig, 1957, p. 196).

30. “Surtem outros inconvenientes e nascem conflitos, inconcebíveis no século passado [XIX], que contribuem para a desagregação da família e da comunidade rural. De acordo com um velho costume, quando um pai de família julga seus filhos capazes de trabalhar por conta própria, procede à divisão de sua fazenda em lotes de valor equivalente, mas sem limites precisos. Contenta-se com uma estimativa rápida do terreno e um acordo amigável. Outrora, os irmãos assim aquinhoados realizavam sabiamente a sua derrubada: dispo de grandes extensões de terra, podiam manter suas culturas a distâncias razoáveis, umas das outras. Raramente invadiam as terras do vizinho. Atualmente, ao contrário, as controvérsias são frequentes e numerosas as dissensões familiares. Os informantes atribuem tudo isto à decadência do respeito: seria por um sentimento de respeito que um irmão interrompia suas culturas antes de atingir a derrubada de outro. Sem dúvida, o fator moral não é desprezível, pois no microcosmos que era a sociedade cunhense, aquele que desrespeitasse as tradições da moral, teria vida difícil” (Monbeig, 1957, p. 198).

31. A primeira edição francesa, de 1954, é resultante da tese de doutorado defendida por Monbeig em 1949, e fruto das pesquisas de campo realizadas entre 1935 e 1946, quando integrou o corpo de docentes franceses que compunham a chamada missão francesa destinada a fundar a então denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Universidade de São Paulo. Monbeig, tributário da escola francesa de Geografia formulada por Vidal de la Blache, chegou ao Brasil como representante desta que era tida como a moderna geografia e que colocava a pesquisa de campo no centro das análises geográficas.

32. O arquivo do mapa foi gentilmente enviado por Hèrve Théry, Originalmente publicado por Théry, 2009, In: Lemos, A. I. e Galvani, E. (Orgs.), 2009

33. “As relações humanas encontram-se modificadas. O fazendeiro que não tem outra ambição senão a de cultivar seu cafezal e desfazer-se das terras impróprias ao seu trato, conserva ainda a imagem do plantador tradicional. Recruta sua mão-de-obra na velha região de que é originário. Assim, o fundador de Pedranópolis (Alta Araraquarense) provinha de Ibirá e os primeiros compradores vieram do mesmo município e do seu vizinho, Uchoa. **Os primeiros sitiantes de Marília foram os que acompanharam um rico fazendeiro de Araraquara, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que havia aberto fazenda e patrimônio na região nova. O fazendeiro clássico tinha sua clientela, que levava nas suas migrações** e nem tudo desapareceu nas relações pessoais entre ele e seus colonos. Mas entre o **sitiantes e o gerente** de um loteamento, o caráter das relações não pode ser o mesmo. O paternalismo do ‘patrão’ para com seu ‘cliente’ passou a ser substituído pelas relações de negócios do modesto sitiante com o comerciante ou com o industrial. Pode-se ver nessas transformações uma emancipação dos menos afortunados. Não é certo, entretanto, que eles tenham ganho muito com a troca da dependência em que estavam com relação ao fazendeiro e o controle de um credor ou o **anonimato diante de uma empresa poderosa**” (Monbeig, 1984, p. 241, grifos nossos).

34. Em uma coletânea de artigos publicada após a redação de *Pioneiros e Fazendeiros*, intitulada *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, Monbeig encerra o livro com um artigo paradigmático intitulado *Capital e Geografia*, escrito em 1954, de modo que em trecho síntese levanta a seguinte pergunta: “A atração exercida pelo Rio e São Paulo sobre os homens do sertão não está ligada à magia dos salários?” (Monbeig, 1957, p. 229-230).

## Referências

ALFREDO, Anselmo. *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*, mimeo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Fetichismo e razão na sociedade civil retardatária brasileira*, mimeo, 2009.

ANDRANDE, J. C. de. “Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento: um estudo sobre a obra *Pioneiros e Fazendeiros do Estado* (sic) de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 52, set/mar, p. 43-68, 2011.

BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do Colonato: Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CANCIAN, N. Ap. *Cafeicultura Paranaense: 1900 – 1970 – Estudo de Conjuntura*, 1977.

- CARVALHO, Márcia Siqueira de. *A Pequena Produção de Café no Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo a Partir de Fundamentos da Geografia Urbana”. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 51-70, 2009.
- DEFFONTAINES, P. “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo – Primeiro esboço de divisão regional: *Geografia*, AGB, ano 1, p. 117-169, 1935.
- FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: IEB-USP, 1969.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. “O conceito marxista de mobilidade do Trabalho”. In: *Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital*, Lisboa: Estampa, 1977.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia da economia mundial*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Razão Sangrenta. 20 teses contra o chamado iluminismo e os “Valores Ocidentais”*: Krisis 25, jun. 2002. Trad. Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Versão portuguesa em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>.
- LEITE, A. C. G. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LEMONS, A. I.; GALVANI, E. (Orgs.). *Geografia, Tradições e Perspectivas: interdisciplinaridade, meio ambiente e representações*. Buenos Aires/São Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2009.
- LOVATO, Leda Aparecida. *De como o que o café deu o café tomou: trajetória de sitiantes do norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo São Paulo, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*, Vol. I, Livro Primeiro, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*, Vol. II, Livro Primeiro, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política., Volume III, Livro Segundo, o Processo de Circulação do Capital*, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo Global da produção Capitalista*, Vol. IV e V, Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MONBEIG, P. “A zona Pioneira do Norte do Paraná”. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº25, p. 11-17, 1945.
- MONBEIG, P. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MONBEIG, P. “Formação das funções urbanas nas vilas da orla pioneira”. In: FERNANDES, Florestan. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.



NICHOLLS, W.H. “A Fronteira agrícola na história Recente do Brasil. O Estado do Paraná, 1920-65”. *Rev. Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, out/dez, 1970.

NOVAES, F. “Fernando Novaes: Braudel e a ‘Missão Francesa’. Entrevista concedida à *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22, p. 161-166, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica à razão Dualista [1981]*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PADIS, Pedro Ralib. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e de Esportes, 1981.

PELLEGRINI, Domingos. *Terra Vermelha*. São Paulo: Ed. Geração Editorial, 2003.

SALGUEIRO, H. A. *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

SEABRA, Odette. “Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade”. In: *Revista do Museu Paulista da Universidade de São Paulo*, Cadernos de História de São Paulo, n.1, 1992.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas. *Conexidade, Complexo Geográfico: Vidal de la Blache, Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Certeza de Lucro e Direito de Propriedade. O mito da Companhia de terras norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Letras, História e psicologia da Universidade Estadual Paulista, Assis, 1989.

TOLEDO, Carlos. *A Região das Lavras Baianas*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VAINER, Carlos. “Estado e Migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias”. *Revista Travessia: Migrações no Brasil, um olhar retrospectivo*. Ano XIII, nº 36, jan-abr., p. 15-32, São Paulo, 2000.

WAIBEL, Leo H. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, CNG, 1958.

# **Capitalismo sem acumulação: a expansão do agrário paulista como processo de desenvolvimento capitalista periférico (1880 - 1970)**

Silvio M. de Lima<sup>1</sup>

## **Introdução**

A passagem do século XIX para o século XX seria marcada, nos círculos do pensamento marxista, por longa controvérsia em torno do processo de reprodução do capital em sua totalidade. As origens de tal contenda estariam no tomo II de *O Capital*, no qual Marx (1988, Livro II, v. 3) desenvolvera pertinentes esquemas teóricos através dos quais buscaria demonstrar a reprodução do capital social através da circulação entre dois departamentos, distintos e complementares, encarregados de produzir meios de produção e bens de consumo direto. Calcado em rigoroso método dialético, Marx demonstraria, tal qual aparece à sociedade, o capital circulando entre os departamentos I (maquinário e matérias-primas) e II (mercadorias consumidas cotidianamente pelos indivíduos) e, sem grandes percalços, cumprindo sua tarefa racional de reproduzir a sociedade e seus meios de produção, constituindo-se assim em um processo naturalizado no qual as inversões destinadas à ampliação da produção obedeceriam critérios que visariam o atendimento de necessidades vegetativas da sociedade.

No entanto, ainda que a controvérsia citada situe nos esquemas de reprodução de Marx sua origem, autores que se aprofundaram no estudo dos textos marxianos, como Roman Rosdolsky (2011), apontariam que o quiproquó que envolveria eminentes marxistas, como Rosa Luxemburg e

Rudolf Hilferding, resultara da desconsideração do método dialético rigoroso que embasaria as reflexões do autor e que articularia, pela contradição, os três tomos de sua maior obra (2011, p. 371-419). A semelhança entre o método expositivo de Marx em *O Capital* e a *Ciência da Lógica* de Hegel (2016) não é um acaso e evidencia o “peso” do pensamento hegeliano na formação do autor. No movimento dialético que encaminha a reflexão do abstrato ao concreto (o concreto como totalidade dos momentos do objeto sobre o qual se dá a reflexão), o tomo II, ou *O Processo de Circulação do Capital*, se apresenta como o momento do universal, no qual o valor passa por suas diferentes formas para que sua reprodução se efetive. A reboque da reprodução do valor se dá a reprodução material da sociedade, provendo sustento aos indivíduos (pelo menos parte deles) e levando-os a atribuir ao processo um sentido inverso que lhe recobre de racionalidade. O capital resta, assim, encoberto por uma carapaça racional que é apenas arranhada nas análises desenvolvidas pelos autores da Economia Política (e até mesmo por muitos marxistas), mas que, no entanto, possui fissuras que permitem o acesso ao seu núcleo irracional. Justamente para que possa, posteriormente, despi-la de sua racionalidade, Marx retrata a reprodução social, por meio dos citados esquemas, desenvolvendo-se sem grandes sobressaltos e com desproporções ocasionais que poderiam ser sanadas, com maior ou menor penalização da sociedade, sem que, no entanto, o processo se encaminhasse para um colapso. A desconstrução, por completo, desse “maravilhoso” concerto produtivo, que para alguns autores anunciaria a perpetuação do capitalismo, se daria no tomo III de *O Capital* onde Marx demonstraria que a reprodução social pelo capital é uma aporia que carece de “fé cega” para se efetivar. Assim como na religião, em que a consciência atribui ao divino os desígnios da vida terrena, o capital, de forma semelhante, põe a forma de consciência que afasta a contradição e absolutiza a racionalidade, bastando ao indivíduo mimetizar as relações sociais postas (como na confissão de fé em que o crente reafirma sua

submissão ao divino) para que tudo se encaminhe para o seu melhor, bem ao modo do “imperativo categórico” kantiano (Kant, 2013). O fetichismo se revela, assim, parte constituinte da forma de consciência de uma sociedade que arroga a racionalidade como sua característica distintiva em relação às sociedades passadas. Em *O Processo Global da Produção Capitalista* (Marx, 1988, Livro III, v. 3 e 4), subtítulo que denomina o terceiro livro de *O Capital*, Marx demonstraria que o capital, tal qual é posto em seu conceito pela Economia Política, evoca um princípio que não lhe assiste e que, portanto, deve ser suprido pelo fetichismo. Tal princípio seria a fundamentação da reprodução social nas necessidades dos indivíduos, ou seja, a constituição de uma medida que equacionasse o uso dos meios de produção e a mobilização da força de trabalho de modo a harmonizar a satisfação de carecimentos e a reposição dos recursos materiais necessários. Sendo assim, diferentemente da dialética hegeliana, onde o conceito “resolve” a contradição, no desenvolvimento dialético marxiano, esse (o conceito) não dá conta de suprimir as contradições que se armam por conta do caráter irracional da sociedade moderna que busca a reposição de sua totalidade através de miríades de iniciativas particulares, conduzidas por capitalistas que, para obterem sucesso em suas empreitadas, devem eliminar seus pares. Por consequência, a reprodução da sociedade moderna se realiza como absoluta desmedida, pois a satisfação de carecimentos se dá por meio de relações sociais cujo fundamento se encontra na produção ascendente de valor, uma abstração que, no entanto, depende do corpo material da mercadoria para atrelar a sociedade à sua reposição.

Arrastada pela concorrência entre produtores individuais de mercadorias (capitalistas), a quem é confiado a satisfação da totalidade dos carecimentos, a reprodução social se torna “luta de todos contra todos” pois, ainda que a materialidade apareça como o fim último da mobilização para a produção, o sentido real, que se encontra subjacente (produção ampliada de valor), porá os capitalistas a disputarem o produto social

abstrato como condição para que permaneçam no mercado. Os capitalistas, cujos empreendimentos se revelarem mais produtivos, tenderão a alijar do mercado os menos produtivos, à medida que se apropriam de porções maiores da massa de valor socialmente produzida. No entanto, tal condição não é adquirida por acaso. Se faz necessário que se potencialize o trabalho fazendo com que o trabalhador produza mais em menos tempo, o que ocasionará a eliminação sistemática de postos de trabalho. A acumulação se põe como condição *sine qua non* para o capitalista, pois se não acumula não acessa as forças produtivas modernas que lhe permitem se tornar competitivo em relação aos seus pares.

Ora, mas o trabalho é a fonte da riqueza abstrata cuja acumulação é o fim perseguido pelo capitalista. No entanto, a acumulação somente se processa solapando a estrutura sobre a qual se apoia, tal qual um indivíduo que, empoleirado sobre uma árvore, se põe a cerrar o galho sobre o qual se encontra postado. Se há menos trabalho por unidade de mercadoria se faz necessário produzir mais unidades para que a acumulação siga seu curso. O planeta, submetido à razia, resta como um enorme depósito de lixo e resíduos que atestam a voracidade da acumulação. Mas as questões ambientais são apenas um adereço que adorna o tapume racional atrás do qual as mercadorias vão se acumulando até se tornarem invendáveis e paralisarem toda a reprodução social. A acumulação se defronta com uma barreira por ela mesma levantada e a sociedade deverá se mobilizar para superá-la, mesmo sob o custo de enormes sacrifícios. Se torna evidente que a reprodução dos indivíduos é o efeito secundário de um processo no qual a sociedade é objeto para um sujeito que surge da própria forma de consciência social, mas que, contraditoriamente, se absolutiza pela automatização do pensar restrito a um conjunto de categorias fundadas no processo de valorização.

Mas para expor tamanho disparate, Marx, primeiramente, admite a visão de mundo da Economia Política, expondo seus argumentos e, muitas vezes, até mesmo contribuindo com a sua teorização (sob os pressupostos

da própria Economia Política) onde essa parecia ter empacado, deixando lacunas. Mas o faz somente para demonstrar que, aquilo que aparece na superfície racional de nossa sociedade, está calcado no fundamento irracional da produção do valor, como um fim em si mesmo. Ao fechar a tríade de *O Capital*, o tomo III demonstra que o conceito de capital é a crise e que sua essência (o valor) é, ao contrário de suas formas de aparecimento à consciência moderna, irracional.

No entanto, sem considerar *O Capital* em sua totalidade (ou sem considerar as peculiaridades da dialética marxiana em relação à dialética hegeliana), alguns pensadores encontrariam nos esquemas de Marx, presentes no tomo II da citada obra, um “copo meio cheio”, enquanto outros encontrariam um “copo meio vazio”. Para aqueles que viram o “copo meio cheio”, como Tugan-Baranovski<sup>2</sup>, os esquemas confirmariam a perpetuidade do capital e seu caráter racional, servindo de ponto de partida para desenvolver seu argumento nesse sentido. Para Rosa Luxemburg, que via o “copo meio vazio”, os esquemas careceriam de complementação, pois sem adicionar a ele a reprodução ampliada, consequência lógica das contradições do capital, o modelo não teria correspondência com a realidade. Sendo assim, Luxemburg se dispõe a complementar as análises de Marx, refazendo seu modelo sob o pressuposto da reprodução ampliada. Não propomos aqui discutir o desenvolvimento dessa controvérsia, pois isso exigiria outro ensaio, mas sim tirar dela o ponto de partida de nossa análise.

Em meio aos debates, Rosa Luxemburg defenderia seus argumentos em *A Acumulação de Capital* (1985), onde buscaria demonstrar que a realização de quantidades crescentes de mercadorias, geradas pela reprodução ampliada, se constituiria em embaraço à reposição do capital e, como consequência lógica, poria a necessidade da criação de novos mercados. Suas conclusões, ainda que passíveis de questionamento, haja visto que apontariam problemas de realização apenas para os bens de consumo (desconsiderando que os bens de

produção também poderiam se tornar irrealizáveis, paralisando a circulação interna aos departamentos), trariam para o debate um momento da reprodução capitalista que, até então, fora motivo de considerações *en passant*. Perscrutando cada porção da superfície do planeta, onde pudesse estabelecer trocas, o capital chegaria a comunidades cuja reprodução ainda se basearia em relações nas quais o câmbio se constituiria em atividade complementar à satisfação dos carecimentos. Além de apontar tais sociedades como o desaguadouro para a massa invendável de mercadorias que se acumulariam nas economias industriais, Luxemburg abordaria o processo de subsunção das relações de produção locais aos ditames da valorização. Não se trataria apenas de vender para comprar e vice-versa, mas de realizar trocas sob o imperativo de remunerar capitais industriais cuja produtividade resultara de um longo processo de acumulação. O resultado seria o estabelecimento de relações de trocas que se efetivariam em desfavor das economias não industriais.

Na Seção III de *A Acumulação do Capital* (1985, 220-325), na qual é descrito o processo de penetração do capital em sociedades onde as trocas seriam incipientes (China, Turquia, Índia, entre outros), Luxemburg trataria de questão fundamental para a compreensão do desenvolvimento capitalista e suas contradições: se a acumulação, pletora da pilha de mercadorias que ameaçava desabar sobre as sociedades indústrias, jamais ocorrera nas sociedades recém introduzidas nas trocas capitalistas, as mercadorias, sobre elas despejadas, não poderiam seguir desacompanhadas de empréstimos destinados a fornecer um *input* à criação de infraestruturas adequadas à circulação do valor. Portanto, nessas realidades o capital se constituiria como dívida, o que põe um traço distintivo entre as economias industriais e as economias fornecedoras de matérias-primas. Das reflexões de Luxemburg, emergiria a relação contraditória entre o que se convencionaria chamar de centro (economias industriais que acumulariam capital) e periferia (economias fornecedoras de matérias-primas que acumulariam dívidas).

Não se poderia negar que a teorização de Luxemburg incidira em erros, e ela não fora poupada de críticas por isso. Mas também se faz necessário reconhecer que muitos de seus críticos tentaram desconstruir seus argumentos a partir de pressupostos eivados de fetichismos herdados da Economia Política. Coubera a Lenin, autor que teria nas obras de Marx baliza para suas reflexões, oferecer o contraponto necessário e coerente às deficiências teóricas de Luxemburg. Publicada em 1917, quatro anos após *A Acumulação de Capital*, a obra de Lenin, *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo* (1979), não traria referências diretas a Luxemburg, no entanto, as contribuições teóricas ali presentes evidenciariam os equívocos da autora, principalmente quanto à localização do problema da acumulação apenas na realização da mercadoria.

O estado avançado de desenvolvimento do capital financeiro e de suas contradições, como demonstrado por Lenin na obra citada, poria o problema da reprodução ampliada para além da realização das mercadorias malparadas que, segundo Luxemburg, exigiriam um “vazadouro” para fora do mundo capitalista. Todas as formas de capital estariam a se defrontar com a crise e o Imperialismo refletiria essa condição. O dinheiro expelido do processo produtivo, no qual a aceleração da rotação do capital disponibilizaria volumes ascendentes do equivalente geral<sup>3</sup>, também estaria malparado e buscaria formas de realização tal qual os bens de consumo, bens de produção e todas as outras formas particulares de capital. Por outro lado, Lenin poria o problema da realização da mercadoria como um problema interno ao capital e não passível de solução fora dele. Se das reflexões de Luxemburg podemos derivar uma espécie de expansão radicular do capital (como um parasita que conecta sua raiz ao hospedeiro e suga sua seiva), a partir de Lenin o que identificaríamos seria a expansão radial do mesmo, ou seja, aquilo que se põe em relação ao capital já é capital, sendo alcançado pelo seu “raio” de determinações, e não externo a ele. O capital não permite um outro que não seja ele mesmo, por isso põe sua diferença como momento interno. Se



existiam comunidades cujo modo de produção seria diverso, essas, ao se relacionarem com o mundo capitalista, passariam a integrá-lo. Isso pode ser derivado, até mesmo, do texto da própria autora em questão que descreve a forma violenta pela qual o capital se instala nas sociedades por ele alcançadas, tornando a produção local momento particular da sua universalidade. Sendo assim, o problema da realização é um problema interno ao capital e que só diz respeito a ele, o que afasta soluções externas.

Por fim, se faz necessário considerar que, sendo o argumento de Luxemburg totalmente correto, o capital já teria desaparecido, pois, segundo a autora, os limites desse seriam geográficos e, como bem sabemos, o capital já se encontra em cada porção do globo e até fora dele. Mas isso não tira o mérito de Luxemburg de ter trazido para o debate a questão da relação contraditória entre as economias centrais do capital (industriais) e as economias periféricas, fornecedoras de matérias-primas. Infelizmente, as tentativas de interpretação do capital periférico se enveredariam, ora pelo economicismo positivista, ora por um marxismo não menos positivista, tornando o tema uma questão moral. A contradição, um anátema para o pensamento moderno, ficaria à margem, pelo menos em seu sentido rigoroso. As economias industriais, tomadas como matriz interpretativa, serviriam para dizer o que a periferia não seria, mas deveria ser e, assim, décadas se passariam dando-se voltas em torno do objeto de análise sem que se tocasse no seu cerne, ou seja, a contradição. No Brasil, realidade sob a qual nos debruçaremos, as interpretações oferecidas recorreriam até mesmo à existência de relações feudais como causa para um suposto atraso em relação aos países industriais. Por outro lado, por mais que nossas relações de produção parecessem arcaicas, sob as mesmas o agrário nacional se expandiria, deixando em seu rastro ferrovias, “sementeiras de cidades” (Monbeig, 1984, p. 338) e até mesmo um parque industrial modesto. Ainda que o argumento subdesenvolvimentista nos fornecesse interpretação moralmente confortável à questão, situando nossa condição periférica

como estágio a ser superado, não esclareceria o sentido das economias periféricas na totalidade da reprodução do capital. Postos como momentos simultâneos, centro e periferia revelariam o caráter contraditório da acumulação capitalista que, à medida que se amplia nas economias industriais, desenvolve limites a essa acumulação, resultando em espoliação ascendente sobre a periferia que deve fornecer, gratuitamente, o excedente de trabalho que o capital não é capaz de extrair em seu centro industrial e financeiro. Destarte, na periferia a acumulação jamais fora suficiente para a ampliação do uso de forças produtivas poupadoras de trabalho.

A contradição, acima descrita, se aguçaria ao longo do desenvolvimento capitalista e, atualmente, possuiria outras determinações. Mas o que pretendemos aqui seria demonstrar, através de um momento da reprodução capitalista que precede o salto produtivo promovido pela “Terceira Revolução Industrial (essa se efetivaria na segunda metade do século XX)”<sup>4</sup>, que o capital, em sua periferia, se expandira sem acumular (como forma de manter a acumulação alhures) e que por isso as relações de produção “arcaicas”, identificadas no agrário brasileiro, não poderiam ser outra coisa senão formas particulares de relações capitalistas.

A periferia não seria, portanto, a forma imperfeita do capital, mas sua forma de ser sem acumular (crise evidente) e que fora tão necessária à sua expansão quanto sua forma industrial superacumuladora (crise latente). Se faz necessário reconhecer que, talvez, a relação centro-periferia, no atual momento da reprodução capitalista, tenha ganhado outras determinações, pois a automação sistemática do trabalho tornara a acumulação negativa em ambos os polos. No entanto, acreditamos que, a partir da análise do que fora a particularidade periférica do capital, possamos obter elementos para a compreensão da reprodução capitalista hodierna, onde a ficcionalização da acumulação é imprescindível à manutenção do credo na racionalidade moderna. Como exemplo tomemos a própria formação social brasileira. A análise da mesma

demonstra que o capital possui “razão suficiente” para mobilizar a sociedade em torno de sua reprodução, mesmo que tal processo resulte em desfavor dessa sociedade. O próprio desenvolvimento capitalista no Brasil evidenciaria que a reprodução material ampliada não atestaria a acumulação. Pelo contrário, a materialidade contradiria a acumulação, pois seria justamente por não haver acumulação que a produção material periférica se ampliaria. Isso se evidenciaria ao longo de todo o desenvolvimento capitalista brasileiro, processo no qual se inseriria a expansão do agrário paulista, objeto de nossa reflexão. Em suma, o que pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem é que o capital pode se reproduzir sem acumular, pois a ausência de acumulação pode ser suprida pelo fetichismo. Sendo assim, se torna temerário a projeção de limites à reprodução capitalista, como também a antevisão de seu colapso.

## **1- A gênese da condição periférica brasileira: o sentido lógico da colonização.**

A questão do imbricamento entre o lógico e o histórico é fundamental para a compreensão da sociedade moderna, pois o “brilho” fenomênico do fato histórico, não incomumente, torna a sucessão temporal em dimensão interpretativa absoluta, impedindo que a consciência acesse a intemporalidade do capital que persiste como fundamento do social. Mas não se trata de tomar a história como um estorvo e sim considerá-la como um momento constituinte de nossa forma de consciência fetichista que, portanto, deve ser transcendida. O tempo, como categoria moderna do pensar, goza do alibi da racionalidade, o que lhe permite ser um manancial de argumentos palatáveis calcados em suposta superação futura. Destarte, o desenvolver da racionalidade, no tempo, seria inexorável e a história nos daria o testemunho desse desenvolvimento no fato histórico. Simultaneamente, o capital, cuja lógica rege a sociedade moderna, intemporalmente, segue subjacente sem ser

tocado pela consciência dos indivíduos que se recusam a admitir “o eterno retorno ao mesmo” ao qual estão submetidos. Sendo assim, o sentido lógico do colonialismo moderno não se esgotaria na sucessão histórica, persistindo na forma do Estado nacional periférico, mesmo quando esteado em economia industrial. A exemplo da anteriormente citada Rosa Luxemburg (1985), alguns marxistas nativos (brasileiros) sequer considerariam que nas colônias imperaria o capitalismo, vendo ali resquícios feudais sob o sol tórrido dos trópicos (Guimarães; Sodré in Stedille, 2005). Sob o pressuposto de que o capital somente existiria acumulando, surgiriam interpretações, a respeito de nossa formação social, que atribuiriam à herança colonial a causa de todos os percalços que vitimariam a nação brasileira, sendo necessário romper os laços persistentes de dependência através da modernização nacional. No entanto, a condição periférica continuaria a ser o traço definidor da realidade brasileira, a despeito da modernização da economia nacional, lançando por terra a possibilidade de se compreender essa realidade a partir de visadas estritamente históricas. A fim de situarmos nossa argumentação ao largo das interpretações historicistas, tomaremos a questão da colonização portuguesa em sua raiz, ou seja, como momento da totalidade capitalista em desenvolvimento.

À medida que o verniz civilizatório, com o qual se recobriria as grandes navegações portuguesas, fora sendo descolorido pela triste realidade de suas ex-colônias, já não restariam dúvidas de que o capitalismo fora o vento que inflara as velas das caravelas lusitanas. Não por acaso, cada tora de pau-brasil extraída, cada índio apresado e cada escravo aportado ao Brasil colonial, já se encontrariam impregnados da forma mercadoria. O objetivo da coroa portuguesa não seria outro senão o adensamento das trocas e o lucro advindo das mesmas. Mas do saque realizado por Portugal contra suas colônias, em especial o Brasil, o que lhe restou? Um enorme império colonial que, no entanto, sequer fora capaz de defender sua metrópole durante as guerras napoleônicas. Império esse que

se dissolveria de forma melancólica no século XX, após ser derrotado por nativos esfarrapados a quem fora legado apenas a miséria.

Ainda no século XVIII, Adam Smith (1978) demonstraria, expressando certa curiosidade, que Portugal, apesar de deter um enorme império colonial, não possuiria indústria manufatureira significativa que lhe permitisse tirar proveito do mercado interno de que dispunha nos territórios de ultramar. Pelo contrário, a metrópole se colocaria como entreposto para a produção manufatureira inglesa e, por consequência, se tornaria meio para acumulação dessa nação. Como bem observara Magalhães Godinho (1953), o ouro obtido no Brasil colonial “havia alimentado a Inglaterra para onde se encaminhava facilmente” (1953, p. 87), o que o leva a concluir que: “A Revolução Industrial [...] deve muito ao ouro brasileiro” (1953, p. 87). Conclusão semelhante traria Gorender (1980) para quem “o colonialismo contribuiu em grande proporção, sem dúvida, para a acumulação originária de capital e o consequente desenvolvimento do capitalismo” (1980, p. 122). A gênese da sociedade moderna encontrar-se-ia na dissolução de relações de produção preexistentes e na proletarização completa dos indivíduos. Tais processos, simultâneos e essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, atingiriam as sociedades europeias de forma desigual, favorecendo a acumulação onde as peias pré-capitalistas foram eliminadas com maior eficácia e abrangência. A Inglaterra lideraria esse processo, acumulando capital e, por consequência, desenvolvendo forças produtivas que lhe permitiriam drenar, não apenas a riqueza de suas colônias, mas também das demais metrópoles coloniais com as quais mantinha relações de troca. A mais clara expressão da vultosa acumulação de capital na Inglaterra fora a passagem do seu capital industrial para a forma de capital financeiro, processo que se dera em um momento em que a indústria ainda engatinharia em muitas nações europeias. Como bem observaria Hilferding (1985), quanto mais desenvolvida se encontra a economia capitalista maior sua tendência a passar todas as formas de capital à forma

de capital financeiro (1985, p. 286)<sup>5</sup> Não por acaso, ainda no século XIX a Inglaterra já teria se consolidado como centro financeiro mundial para o qual afluíam grandes massas do produto social por meio do pagamento de juros. No início do século XX, Lenin (1979) observaria, com espanto, que os rendimentos dos rentistas ingleses seriam cinco vezes maiores que os rendimentos provenientes do comércio inglês (1979, p. 100). Isso em um país que, à época, dominava o comércio mundial.

Atrelado à voracidade do capital inglês, Portugal não apenas não acumularia para si, mas regularia a espoliação de suas colônias a partir das demandas do processo de acumulação ao qual se punha como acessório. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo nas colônias se daria sob o pressuposto de que a acumulação não lhe seria inerente e que, portanto, suas relações sociais de produção deveriam responder à espoliação ascendente. Sendo assim, recorrer-se-ia à arranjos produtivos nos quais a terra, único meio de produção abundante, seria extensivamente utilizada como meio de produção de mercadorias para a exportação e, simultaneamente, como meio de produção de subsistência para os indivíduos postos a produzir. Essa premissa não seria diferente para o escravo cujo consumo, reduzido aos mínimos vitais, seria satisfeito pela produção interna às propriedades escravistas. Por consequência, o dinheiro circularia de forma restrita, pois, a produção de gêneros de subsistência, ao não encontrar correspondência na forma do trabalho assalariado, não passaria à forma mercadoria. O valor latente, de parte dos produtos do trabalho, se perderia, pois restaria preso à terra, não entrando na circulação. Essa forma *sui generis* de capital viabilizaria, por alguns séculos, a reprodução da parasitária nobreza portuguesa. Mas essa, acomodada no colo estatal, poderia se manter como fardo sobre a nação portuguesa, mas não em relação aos capitalistas ingleses.

O fim da presença colonial portuguesa, na América, derivaria de sua própria condição acessória ao capital inglês. Em seu desenvolvimento contraditório, o capital, à medida que eleva sua produtividade, reduz a

taxa de lucros e torna impagáveis custos que eram anteriormente cobertos pelos excedentes obtidos na exploração do trabalho. A constante necessidade de eliminar custos tornaria a intermediação metropolitana portuguesa um estorvo à acumulação do capital inglês. Por consequência, os portos brasileiros seriam abertos diretamente ao comércio, afrouxando o controle metropolitano sobre a colônia<sup>6</sup>. Nesse sentido, a nação brasileira seria gestada no ventre das crises capitalistas.

## **2- O Estado Nacional periférico no desenvolvimento contraditório do capital.**

O caráter formal dos processos de independência das antigas colônias se revelaria na continuidade da espoliação sobre as mesmas. Nesse sentido, a independência colonial seria um evento cujo fundamento se encontraria nas contradições que perpassam a reprodução capitalista, sendo seu aparecimento “cívico” resultante da consciência fetichista que caracteriza a sociedade moderna. Por outro lado, para a totalidade do desenvolvimento capitalista a formação de Estados Nacionais seria tão importante quanto a própria criação de valor. A capacidade de mobilizar o produto social e direcioná-lo para um objetivo determinado (e isso aliado ao monopólio do uso da violência) torna o Estado o “feitor” geral da reprodução capitalista. Mas nos atentemos para o caminho que fizemos até aqui: o capital, em seu desenvolvimento, viabiliza sua acumulação se pondo, simultaneamente, como capital que não acumula; essa forma não acumuladora de capital se expande pelo colonialismo, respondendo à carência, por parte da indústria, de matérias-primas mais baratas que compensem a queda nas taxas de lucros; a queda nas taxas de lucros exige a eliminação de custos, como, por exemplo, o sistema colonial; novas nações nascem e, por consequência, devem desenvolver suas economias internas sem que, no entanto, retifiquem seu papel no conserto capitalista. Ora, tanto a acumulação como a não acumulação foram momentos

simultâneos do desenvolvimento capitalista. Se ele acumula em seu centro o faz porque não acumula em sua periferia. Sendo assim, o não acumular é forma de desenvolvimento capitalista que decorre de seu desenvolvimento industrial. Portanto, o conceito de subdesenvolvimento perde pertinência, haja visto que ambos os processos são simultâneos e necessários (e por isso contraditórios) (Alfredo, 2013). Os Estados nacionais periféricos, surgidos em função do desenvolvimento capitalista, internalizarão as funções coloniais sobre as quais não mais incidirão os custos com a manutenção das antigas metrópoles. A viabilização das trocas com as economias industriais passaria a assunto interno, mas sem deixar de estar pautado pela acumulação alhures. O problema, que se poria de forma imediata às novas nações, seria o adensamento de suas trocas no mercado mundial, haja visto que internamente não encontrariam os recursos necessários à sustentação do Estado nacional. Por outro lado, teriam que cumprir com a tarefa que justificaria suas existências, ou seja, o fornecimento de matérias-primas, a preços adequados, às economias industriais.

O Estado Nacional periférico fora, portanto, erigido sobre fundamento contraditório, pois o nacional encontraria seu sentido no estrangeiro, ou seja, nas economias do centro capitalista. Sua tarefa seria a de mobilizar a sociedade para viabilizar a produção agroexportadora nacional, reiterando o papel dessa produção na divisão internacional do trabalho. Conformer-se-ia como fiador e financiador do capital nacional, o que o tornaria objeto de renhidas disputas por parte dos capitalistas nativos. Em uma realidade onde a acumulação é restrita, não há produto social significativo a ser disputado pelos capitalistas. Esse (o produto social) seria drenado para fora do país, não restando, internamente, sequer o suficiente para revolucionar as forças produtivas e impulsionar a competitividade. Sendo assim, o que restaria em disputa seria o Estado (ou seu controle), pois somente ele poderia assumir os custos com os quais os capitalistas, espoliados no mercado externo, não poderiam arcar. O Estado, ao deter o poder de emitir moeda, contrair empréstimos, legislar e



até mesmo usar a força, se habilitaria como garantidor do capital nacional, viabilizando o lucro do capitalista à medida que distribuiria parte de seus custos à sociedade como um todo. Mesmo a disputa pela terra, único meio de produção abundante em uma sociedade agroexportadora, careceria de sentido sem a concomitante disputa pelo controle do Estado, único ente capaz de promover a construção de estradas, ferrovias, portos, como também de mobilizar a força de trabalho, requisitos necessários à produção de mercadorias. Por outro lado, somente o poder estatal seria capaz de impedir que a terra caísse em mãos de indivíduos hipossuficientes em recursos necessários para pô-la a produzir para o mercado, evitando, assim, o surgimento de economias fechadas, voltadas à subsistência e à troca comunitária de excedentes<sup>7</sup>, relações que subtrairiam terras e braços à produção primário-exportadora. Por fim se faz necessário apontar que a simbiose entre empresariado e Estado, característica do capitalismo em geral, se expressaria na particularidade periférica (e mais especificamente na realidade brasileira) como permanente repartição da crise entre o público e o privado. Nessa repartição caberia ao “público” os custos com a reprodução do capital (através do Estado), restando ao “privado” (o capitalista individual) o lucro (mesmo que insuficiente para que acumule e revolucione as forças produtivas no âmbito nacional), viabilizado pelo endividamento social. Tal estado de coisas não se alteraria ao longo da história, pois seria traço constitutivo do capitalismo periférico<sup>8</sup>.

Diante do exposto, a burguesia agrária brasileira teria premência na tomada do Estado nacional, o que poria a monarquia brasileira, herdeira do aparato estatal colonial, em situação de despejo. Tal procedimento seria levado a termo sem grandes percalços, pois a nação, consolidada sem que se alterasse as relações sociais coloniais, surgiria sem a formação da sociedade civil cujo desenvolvimento fora obliterado à medida que parcela significativa da população livre, mas não possuidora de meios de produção, encontrar-se-ia inserida em uma sociedade escravocrata, não

encontrando compradores para sua força de trabalho. Para o capital esses indivíduos seriam um estorvo, enquanto para o Estado eles sequer existiriam, condição que reduziria à contemplação sua participação na condução da “coisa pública”. Não por acaso, o fim da monarquia brasileira se dera como um evento meramente burocrático, assemelhando-se à troca na direção de um estabelecimento qualquer. Seu fim estaria relacionado à ascensão da burguesia cafeeira paulista a quem fora confiada, a partir de então, a condução do Estado.

O novo produto, cuja exportação serviria de esteio à economia nacional, resultaria dos grãos de um arbusto de origem tropical, pouco adaptável a latitudes superiores a 30° Norte ou Sul. Terras abundantes, localizadas na faixa tropical do globo, além da regularidade pluviométrica, viabilizariam o plantio do café em vastas áreas do território brasileiro, sendo esse produto, já na primeira década da independência, responsável por 18% das exportações brasileiras (Furtado, 1976, p. 113). Ao final da década de 1880, que marcaria o fim da monarquia, o café já seria o maior produto de exportação brasileiro, respondendo por 60% do valor obtido nas trocas com o exterior (Netto, 1979, p. 12). O fardo de sua produção recairia, inicialmente, sobre a mão de obra escrava, assim como ocorrera com a produção de açúcar e outras atividades produtivas que marcariam o desenvolvimento capitalista nacional. A escravidão fora o resultado lógico da formação social capitalista colonial, processo no qual sociedades seriam constituídas, imediatamente, como produtoras de mercadorias. Se cobraria a essas sociedades o seu quinhão para a acumulação, denominada por Marx (1988) como “primitiva” (1988, Livro I, v. 2, p. 251-284), sem que, no entanto, houvesse a formação de relações sociais que permitissem a exploração do indivíduo por meio da coação estritamente econômica. No desenvolvimento capitalista periférico o escravo tivera dupla função para a acumulação, servindo tanto à produção colonial como à comercialização (tráfico de escravos) realizada pela metrópole. O grau de exploração ao qual fora submetido seria um indicador do nível de espoliação que recairia

sobre as colônias, o que tornaria o açoite o acicate à produtividade, substituindo o uso de forças produtivas (Gorender,1980, p. 147). Mas o escravo, ao contrário do trabalhador livre, se constituiria em um custo, pois deveria ser comprado, vigiado e repostado quando incapacitado. Custo esse que o capital industrial, ao ter sua taxa de lucro rebaixada pelo desenvolvimento de sua produtividade, se veria obrigado a excluir da produção de matérias primas. Quanto mais produtivo o capital se torna, menor é sua capacidade de assumir custos, o que restringiria sua capacidade de remunerar o trabalho periférico. No desenvolvimento capitalista brasileiro essa contradição se expressaria no fim da escravidão, momento que coincidiria com a chegada da cafeicultura a terras paulistas. Nesse momento a escravidão se encaminharia para seu fim, não por moralidade, mas porque os cafeicultores paulistas precisavam se livrar dela. Esses (os cafeicultores paulistas), entranhados no Estado, lançariam mão dos recursos públicos para importar os braços de que precisariam para reproduzir seus negócios, ao passo que promoveriam a maior expansão capitalista até então observada em terras brasileiras.

### **3- A cafeicultura paulista: expansão do agrário e desenvolvimento capitalista sem acumulação**

O processo de formação da grande fazenda cafeeira é exemplar quando se busca demonstrar o desenvolvimento capitalista periférico, ou seja, o capitalismo sem a acumulação que o pressupõe. A fazenda, como todo empreendimento, teria o lucro como objetivo a priori. No entanto, tal objetivo pressuporia investimentos que permitissem alcançá-lo. O fazendeiro, como capitalista em geral, teria o lucro como objetivo a ser perseguido, ao passo que, como capitalista periférico (condição particular), encontraria limites à realização de investimentos necessários à obtenção de seus ganhos. Por isso perseguiria seu objetivo (o lucro) contornando a

realização de investimentos vultosos que lhe seriam inviáveis, recorrendo, para tanto, às abundantes de terras devolutas, disponíveis no oeste paulista<sup>9</sup> (cujos os preços seriam módicos), como também a relações de produção não assalariadas que lhe poupariam os custos com a força de trabalho. José de Souza Martins (2004) descreveria a formação das fazendas cafeeiras como um procedimento que envolveria investimentos restritos que se limitariam à compra da terra. Quanto a formação dos cafezais, o procedimento seria realizado por empreiteiros cuja remuneração se daria pela concessão de terras para o cultivo, além de algum pagamento em dinheiro. Esse empreiteiro entregaria o cafezal, formado e produtivo, após um período que variaria de 4 a 6 anos, podendo, em alguns casos, se apropriar da primeira safra (2004, p. 69-75)<sup>10</sup>. Se de imediato tal procedimento nos parece racionalíssimo, e a argumentação de Martins (2004) se daria nesse sentido (lhe atribuindo um sentido semelhante à acumulação primitiva), de nada adiantaria a “perspicácia” dos empreendedores diante da impossibilidade de aplicar forças produtivas ao novo empreendimento. Estando as relações sociais capitalistas consolidadas e o tempo social médio de produção em vigor, capitais, cuja produtividade não atinja a média social, devem ceder aos capitais mais produtivos (de forma gratuita) o tempo de trabalho, consumido na produção da mercadoria, que tenha excedido o tempo social médio. Inserido na realidade periférica, onde a acumulação seria restrita, o fazendeiro, tão logo pusesse sua propriedade a produzir, teria que lidar com a espoliação que lhe seria imposta pelas economias industriais, consequência de sua reduzida capacidade de investir em forças produtivas. Essa espoliação limitaria seus ganhos, reiterando, assim, sua incapacidade de acumular. Nesse sentido, a fazenda cafeeira, produzida com custos mínimos, a partir da subsunção do caboclo a relações de produção não remuneradas, não seria um ardil que visaria a obtenção de lucros excepcionais, mas sim o modo pelo qual o fazendeiro, como capitalista periférico, se reproduziria sem acumular.

Sob a condição de ter que transferir às economias industriais (sem a retribuição correspondente) parcela ascendente do produto social gerado no setor agroexportador nacional, não restaria aos capitalistas brasileiros, mais especificamente aos cafeicultores paulistas, senão compensar a falta de produtividade pelo aumento extensivo da produção no campo, mobilizando mais terras e braços. Para isso, o controle do Estado seria crucial.

Holloway (1984) traria dados reveladores do quão premente seria aos cafeicultores paulistas assumirem as rédeas do Estado nacional. Segundo o autor, entre a abolição da escravatura e a crise de 1929, foram acrescentados à população do Estado de São Paulo 2 250 000 imigrantes (a população nativa seria de 1 250 000 habitantes), sendo que 58% deles tiveram sua imigração subsidiada pelos cofres públicos (1986, p. 68). Não se trataria, simplesmente, de substituir a mão de obra escrava eliminada pela abolição, mas sim de expandir-se a produção agrária, mobilizando mais terras e força de trabalho. O acicate para tal expansão fora demonstrado por Delfim Netto (1979) ao apontar que, em 1902, o Brasil obtivera 20 milhões de libras esterlinas, em receitas, exportando 13 milhões de sacas de café (1979, p. 28), enquanto em 1895 a receita de 22 milhões de libras teria sido obtida exportando-se apenas 6 milhões de sacas de café (Netto, 1979). Por isso, o volume das exportações seria ascendente. O Estado de São Paulo, que em 1890 exportara 2 041 000 sacas de café<sup>11</sup>, em 1900 (uma década após) atingiria o número de 6 111 682 de sacas enviadas ao exterior (Netto, 1979). Se poderia argumentar que o problema estaria na superprodução física da mercadoria e sua conseqüente desvalorização. No entanto, esse argumento pode ser contradito pela própria questão da acumulação que nos serve de mote à presente reflexão. Se concomitantemente à superprodução de mercadorias ocorresse a produção de valor excedente (acumulação de capital), os capitalistas (cafeicultores) buscariam outros mercados ou outros ramos onde pudessem empregar seu capital de forma rentável. No caso dos

cafeicultores não houvera o recurso a nenhum dos dois expedientes. Pelo contrário, não fora junto ao mercado que os mesmos buscaram o seu socorro, mas sim junto ao Estado que lhes garantia os lucros mediante a repartição social de seus custos.

Os procedimentos adotados para garantir os lucros aos cafeicultores, via Estado, não se baseariam em investimentos em produtividade, mas sim em tentativas de estrangulamento da oferta, forçando os preços a subirem pela redução da quantidade de café lançada no mercado externo. Tais procedimentos, paliativos e de efetividade pouco duradoura, tanto revelariam as dificuldades em investir-se na produtividade, como também exporiam o papel do Estado na expansão capitalista periférica. Segundo Delfim Netto (1979), entre os anos de 1906 e 1907, para que o café alcançasse os 7 *cents* de libra esterlina por libra/peso, preço que garantiria alguma lucratividade ao cafeicultor, o Estado de São Paulo adquirira 8,2 milhões de sacas dentre os 20,2 milhões de sacas produzidas no período (1979, p. 47-56). Para tal aquisição fora contraído um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, o que transformaria a dívida pública, espreada por toda a sociedade, em lucro privado. Ora, se há lucros privados que permitam a constituição de certa burguesia que, a despeito de não acumular, goza de privilégios de classe (afinal, ela é tão necessária ao capital quanto a burguesia industrial), haverá um impulso à expansão capitalista, mesmo que socialmente tal expansão se efetive como endividamento.

Conseqüentemente, a expansão do agrário paulista e, especialmente, a expansão cafeeira, se alicerçariam na sustentação estatal dos preços do café. Não há como separar os dois processos. No entanto, tratar especificamente da questão da sustentação de preços exigiria a redação de outro artigo, não cabendo o assunto nas presentes páginas. Mas para que a questão não seja escanteada, resumiremos as premissas desse procedimento que seriam: a regulação da oferta, ainda que precária; e a regulação cambial<sup>12</sup>, limitada pelos efeitos inflacionários. Também se faz

necessário ressaltar que, a partir de 1924, com a criação do Instituto do Café, órgão do governo do Estado de São Paulo, a salvaguarda estatal à cafeicultura se tornaria permanente e sistematizada, diferentemente dos procedimentos “ad hoc” e de caráter diletante que seriam observados em momentos anteriores. Mas veja bem, a cafeicultura não seria um monopólio brasileiro e inúmeros países disporem de condições geográficas que os habilitariam a cultivar café. Se o Brasil, devido à sua importância no mercado, estaria a formar, por meio da intervenção estatal, os preços do café no mercado mundial, tais preços beneficiariam também os demais países produtores. Sendo assim, o Brasil, ao sustentar os preços mundiais do café, estaria a estimular a concorrência contra si, além de promover a expansão da cafeicultura para além de seus limites territoriais, processo que resultaria na desvalorização do produto no mercado internacional. Havendo países com condições mais favoráveis à produção ou à circulação da mercadoria “café”, a esses se abriria a possibilidade da obtenção de sobrelucros gerados a partir do preço mínimo, garantido pelo governo brasileiro. Observando o problema da perspectiva do próprio capitalista e lançando mão de uma expressão popular, diríamos que “isso não tem a menor chance de dar certo!”.

Apesar da opulência que ostentariam em seu consumo pessoal, a grande burguesia cafeeira paulista somente vicejaria à sombra do Estado. Sua subsunção ao capital comercial, personificado no comissário, cuja função seria intermediar a compra das safras e agir como prestamista, remeteria à sua incapacidade de acumular e subordinar a circulação à produção. O que ocorreria seria justamente o contrário, ou seja, o capital comercial se constituiria no instrumento pelo qual os capitais industriais, processadores de café, subordinariam o setor agroexportador brasileiro, se apropriando de grandes quantias de trabalho não pago. Mas à medida que os lucros se restringiam em ambos os polos da relação, a eliminação desse setor intermediário, constituído por comissários e ensacadores (que ensacariam o café formando um “blend” de grãos pré-determinado pelo

comprador), se tornaria premente, ocorrendo a incursão direta dos capitais estrangeiros na aquisição das safras. Pelo lado dos cafeicultores a administração da crise se daria pela intervenção do Estado, sobre o qual seriam lançados os custos que ameaçariam os lucros privados. Restaria ao Estado assumir, paulatinamente, funções que, anteriormente, seriam realizadas pelo setor privado, como a estocagem, o transporte e a comercialização do café, além de dar continuidade aos procedimentos relacionados à valorização do produto no mercado mundial. A presença, ao longo das ferrovias paulistas, dos enormes galpões do Instituto Brasileiro do Café<sup>13</sup>, testemunharia as contradições do capitalismo que, em sua periferia, se constituía com base em formas de socialização de custos que, se assumidos pelos próprios capitalistas, inviabilizariam as trocas no mercado mundial.

Nesse mundo invertido (em relação ao capital que acumula), a perda da capacidade estatal, de dar sustentação à reprodução capitalista, encaminharia a grande burguesia cafeeira para o seu ocaso, sacando-a do conforto de seus casarões cafonas. Com a crise de 1929, nem mesmo todo o esforço estatal fora capaz de impedir que o preço do café caísse de 20 dólares para 9 dólares a saca (Stolcke, 1986, p. 101). Segundo Netto (1979), o preço internacional do café somente retornaria aos 20 dólares em 1946, isso ao custo da compra e queima, pelo Estado, de 78,2 milhões de sacas de café (1979, p. 107). Em meio à crise, 651 fazendas foram penhoradas pelo Banco do Estado de São Paulo (Carneiro, 1985, p. 49), resultando na deslegitimação moral e ideológica da burguesia cafeeira que, em pouco tempo, seria substituída, na condução do Estado, por setores da sociedade que enxergariam no agrário um obstáculo à modernização da economia nacional. O desenvolvimentismo se tornaria a baliza ideológica da recém-empossada burocracia estatal (alçada ao poder em 1930), assim como a industrialização seria a sua cruzada. Essa fisiocracia<sup>14</sup>, aplicada ao urbano, vislumbraria na industrialização a possibilidade de superação da condição periférica brasileira, bastando, para isso, que a realidade nacional



espelhasse as realidades industriais. Obviamente, não podemos negar que a criação do parque industrial nacional fora consumada na segunda metade do século XX, no entanto, o sentido desse processo e a origem das inversões que o permitiram remetem, novamente, à questão da acumulação e, por consequência, nos trazem de volta ao agrário e ao seu papel nas trocas internacionais.

O obstáculo que se punha, de imediato, ao chamado nacional-desenvolvimentismo<sup>15</sup> seria, justamente, o problema da acumulação, agora tomado como o “nó” a ser desatado para que o país superasse sua condição periférica. O quiproquó não poderia ser maior. Para se reverter a acumulação, em favor da economia nacional, se faria necessário modernizá-la via industrialização. Mas, por outro lado, a acumulação é pressuposto da industrialização. Destarte, uma contradição se armaria. Nos aprofundemos um pouco mais na questão, pois ela nos permitirá melhor explicar o caráter contraditório da modernização brasileira.

A industrialização se constitui como momento do desenvolvimento capitalista que devém da acumulação. A divisão do trabalho, entre campo e cidade, resultara da acumulação de capital e dos limites que o próprio agrário impunha à continuidade dessa acumulação. Marx (1986) demonstraria que, originalmente, fora no campo que se dera a acumulação que permitiria ao capital dismantelar as corporações de artesãos e substituí-las pela produção manufatureira (1986, p. 103-110). Tal processo fora possível porque a acumulação no campo se mostrara suficiente para gerar forças produtivas que tornaram as relações de produção anteriores empecilho à reprodução social. Livre das peias do agrário o capital se desenvolveria vigorosamente no urbano e poria o campo como momento de sua reprodução. Na periferia, pelo contrário, o urbano atestaria a incapacidade de acumulação do capitalismo periférico. A cidade periférica conservaria o seu sentido colonial de entreposto comercial, mediando as trocas entre as economias primário-exportadoras e as economias industriais. No caso brasileiro, a cidade deixaria de ser

feitoria da coroa portuguesa, mas reafirmaria seu sentido colonial ao abrigar armazéns, entroncamentos ferroviários, portos, comércio e todo o aparato necessário à realização das trocas com as economias industriais, procedimento necessário à transferência de valor a ser acumulado no centro capitalista. Sob tal estado de coisas, invertido em relação às realidades capitalistas centrais, o urbano se constituiria como acessório à produção primário-exportadora nacional, revelando, assim, limites à acumulação que impediriam que o capital nativo se libertasse das amarras do agrário, passando a concentrar sua reprodução no âmbito das atividades urbano-industriais. Conclui-se, portanto, que a acumulação se constituiria em momento da reprodução capitalista negado à periferia, o que nos leva ao seguinte questionamento: Sem acumulação, como a modernização brasileira poderia ser gestada endogenamente, como pretendido pelos desenvolvimentistas? Como toda a ideologia, o nacional-desenvolvimentismo careceria de uma petição de princípio.

O projeto desenvolvimentista varguista (pois Getúlio Vargas, alçado ao poder em 1930, personificaria o desenvolvimentismo nacional), voltado à industrialização nacional, exigiria enormes investimentos em maquinários, matérias-primas processadas e insumos cuja aquisição somente seria possível no exterior. Isso demandaria ao Estado a disponibilização de divisas (moeda estrangeira representante do equivalente geral de valor) necessárias à realização dessas importações. Por outro lado, a remuneração desses investimentos dependeria da absorção, pelo mercado interno, das mercadorias a ser produzidas nas novas plantas industriais. Em um país ainda eminentemente rural, não haveria outro setor produtivo, senão o agrário, onde se vislumbraria um amplo mercado para a absorção de mercadorias industrializadas e, simultaneamente, uma fonte de divisas para pagar as importações. O setor agroexportador teria agora um duplo fardo, devendo remunerar a indústria consolidada alhures enquanto também remuneraria a incipiente indústria nacional. Por consequência, se tornaria imperativo pôr-se mais terras a produzir,

principalmente no mais importante ramo produtivo agroexportador nacional, ou seja, a cafeicultura.

A ampliação do agrário fora, contraditoriamente, a primeira grande ação governamental tocada pelo grupo político que ascendeu ao poder sob a “bandeira” de que todas as mazelas brasileiras surgiriam de sua economia estritamente agrária. Mais do que o “Drôle de Guerre” de 1932 (e sua ridícula evocação ao bandeirantismo), fora a necessidade de manter as trocas internacionais, via cafeicultura, que levaria o governo Vargas a procurar um entendimento com as elites paulistas, oriundas do setor agroexportador. A dimensão do setor agroexportador paulista e os aportes estatais que lhes foram disponibilizados, por décadas, favoreceram a criação de considerável infraestrutura (externa às fazendas) que teria como finalidade equacionar os lucros dos cafeicultores aos custos da reprodução cafeeira. Nesse sentido, a produção agroexportadora paulista seria a atividade econômica nacional com maior aptidão à expansão, ainda que sua reprodução ocorresse criticamente. Como não poderia ser diferente, o próprio legado infraestrutural do setor agroexportador paulista refletiria o caráter crítico de sua reprodução

O Estado de São Paulo, em 1930, disporia de 7 101 quilômetros de ferrovias (Saes, 1981, p. 29), com duas linhas alcançando as barrancas do Rio Paraná. Construídas especialmente para o transporte de café (o que limitaria o volume de cargas nas entressafras, ao passo que o concentraria em direção única), tais ferrovias surgiriam, diante do desinteresse do capital estrangeiro pelo negócio, de capitais acionários mobilizados pelos próprios cafeicultores. No momento da ascensão varguista ao poder, dentre as quatro principais companhias ferroviárias paulistas, duas se encontrariam encampadas pelo Estado por terem atingido a completa insolvência financeira (Sorocabana e Noroeste). Em melhores condições se encontrariam as companhias ferroviárias Paulista e Mogiana<sup>16</sup>, ainda que operando sob precário equilíbrio entre custos e lucros restritos, problema que afetaria todo o setor ferroviário paulista. Saes (1981) atribuiria o

problema à limitação tarifária que recairia sobre o transporte ferroviário paulista e que refletiria a necessidade de se adequar as tarifas à lucratividade, também limitada, do setor agroexportador (1981, p. 125). Em 1942, a chamada Missão Cooke, enviada pelo governo dos Estados Unidos da América para avaliar a possibilidade de investimentos no Brasil, encontraria o sistema ferroviário nacional a reproduzir-se mediante a “canibalização” do seu material rodante: “Improvisam-se mancais e parafusos com eixos condenados e materiais rodantes similares [...] Algumas ferrovias já instalaram um departamento independente para o recebimento e classificação de todo o tipo de sucata que deve ser examinada para utilização antes da produção de novo material” (Cooke, 1949, p. 28, 29). O imbricamento do setor ferroviário com as trocas internacionais obrigaria o Estado a assumir o ônus de sua manutenção e administrar sua insolvência. Nesse sentido, se observaria, mais uma vez, o agrário repartindo sua crise socialmente.

Papel semelhante àquele atribuído às ferrovias recairia sobre o modesto parque industrial paulista que, em 1932, contaria com 2263 estabelecimentos<sup>17</sup>. De modo geral, tais estabelecimentos se constituíam em unidades fabris com menos de 50 funcionários, cuja produção se voltava, majoritariamente, ao fabrico de bens de consumo (têxteis e alimentos) (Lima, 2016, p. 165). Essa indústria, de caráter substitutivo, forneceria ao agrário as mercadorias processadas cuja importação consumiria os já parcos ganhos dos trabalhadores rurais. Tendo que equacionar seus lucros à reprodução crítica do agrário paulista, essa indústria sofreria restrições à acumulação, problema que se refletiria na reposição e atualização de seu capital fixo (maquinário). O problema se evidenciaria na indústria têxtil que fora o ramo mais promissor do parque industrial paulista até a década de 1920. A partir desse momento, com a chegada de capitais estrangeiros mais produtivos, o setor têxtil paulista entraria em franca decadência (Fishlow, 1972, p. 26), o que evidenciaria sua baixa produtividade. Se sua reprodução se estendera à década de 1930,

isso se dera por conta da proibição da importação de maquinário industrial, decretada pelo Estado (Decreto 23 486 de 22/11/1933). Tal proibição reduziria a presença de capitais estrangeiros na produção industrial paulista, resultando em sobrevida à indústria nativa. Esse protecionismo, analisado “à luz” da lógica capitalista, somente se justificaria se viabilizasse a acumulação de capital no âmbito da indústria nacional, encaminhando-a para uma diferenciação em dois setores, bens de consumo e bens de produção, cabendo ao último reduzir os custos de toda a produção nacional, elevando, assim, sua competitividade. Isso jamais aconteceria em uma realidade cujo sentido é não acumular, o que torna o protecionismo inútil, apenas adiando a inevitável penetração do capital industrial estrangeiro em ramos que gozariam de mercados mais amplos, como o têxtil. À medida que o capital industrial norte-americano, ultra produtivo, perscrutasse a América Latina em busca de valorização, essa indústria se desmantelaria ou se tornaria acessória à reprodução de empresas estrangeiras.

Em suma, se por um lado os resultados econômicos do setor agroexportador paulista não afiançavam a viabilidade de se gerar um processo endógeno de modernização, por outro seria o único ramo produtivo nacional capaz de atrelar, significativamente, a economia nacional às trocas internacionais. Sem o setor agroexportador paulista, o fetichismo desenvolvimentista não se efetivaria. Desse modo se lançaria sobre a cafeicultura paulista a porção mais pesada da tarefa que se impunha à sociedade brasileira, ou seja, remunerar o capital externo e pagar pelo processo de modernização nacional (Alfredo, 2013). Para tanto, a expansão do agrário paulista se punha como processo a ser desenvolvido sem peias.

O governo Vargas estimularia a ocupação do agrário de forma inédita. A premência dessa ocupação para o seu projeto desenvolvimentista pode ser observada no Decreto nº 19482, de 12 de dezembro de 1930<sup>18</sup>, no qual se estabeleceria, além do subsídio a

assentados em núcleos de colonização estatal, a obrigação de que todos os desocupados se apresentassem em delegacias de polícia para que fossem encaminhados para o trabalho rural, sob ameaça, para aqueles que não o fizessem, de pena de prisão por vadiagem. O mesmo decreto determinaria que a imigração continuaria a ser subsidiada, mas sob a condição de que os imigrantes fossem encaminhados, exclusivamente, para atividades agrícolas. No âmbito do agrário paulista, onde se concentraria a cafeicultura, além do fornecimento de “braços” para os cafezais, o governo federal assumiria a defesa dos preços do café no mercado externo (Netto, 1979, p. 101-108), o que se constituiria em estímulo à expansão do plantio. Por outro lado, muitos dos grandes cafeicultores de outrora não mais se engajariam diretamente na produção. A crise de 1929 remontara os obstáculos à reprodução da grande burguesia agrária paulista que, a partir de então, buscaria outros negócios, para além da cafeicultura<sup>19</sup>. A produção cafeeira passaria a se concentrar sobre as pequenas e médias propriedades, conferindo nova configuração à cafeicultura paulista que, então, se constituiria de uma mescla de agricultores abastados e miríades de pequenos sitiantes abeirados pela ruína. O estímulo à pequena propriedade estaria inserido no projeto desenvolvimentista capitaneado por Vargas, o que se constata em seu discurso de posse, realizado em 1930, no qual declara como sendo um de seus objetivos centrais: “[...] promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola [...]”<sup>21</sup>. Para além das projeções de Getúlio Vargas, o fundamento lógico do processo de desenvolvimento da pequena propriedade repousaria na incapacidade do agrário nacional em desenvolver suas forças produtivas. O surgimento da pequena propriedade cafeeira, ou destinada a outras culturas, derivaria da impossibilidade de se explorar trabalho, lucrativamente, nas grandes propriedades. O fardo da reprodução do setor agroexportador recairia sobre os pequenos e médios proprietários que desenvolveriam suas

atividades por meio da combinação de produção para o mercado, produção de subsistência e uso de mão de obra não assalariada, geralmente de origem familiar. Na década de 1940, a pequena propriedade se encontraria amplamente disseminada no agrário paulista, como revela a comparação entre o levantamento realizado na década citada e o levantamento anterior. Em 1920, dentre as 80 921 propriedades agropecuárias paulistas, 84,8% possuiriam mais de 100 hectares<sup>21</sup>. Duas décadas depois essa situação se inverteria, como nos mostra a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística “A estrutura agropecuária do Estado de São Paulo: segundo o Censo Agrícola de 1940” (IBGE, 1951), na qual consta que na década de 1940, no citado estado, 32,82% das propriedades rurais possuiriam até 10 hectares (média de 5,23 hectares por propriedade) e 55,27% possuiriam entre 10 e 100 hectares (média de 34,08 hectares por propriedade) (IBGE, 1951, p. 11 e 23). Somadas, as propriedades com até 100 hectares corresponderiam a 89,09% das propriedades rurais paulistas em 1940, sendo que um terço do total das propriedades se constituiria de unidades minúsculas, com até 10 hectares.

Nessa nova investida capitalista contra os sertões do oeste-paulista, agora sob a bandeira da disseminação da pequena propriedade, o que restara da grande burguesia agrária paulista se associaria ao projeto de expansão produtiva varguista. Para tanto combinariam o seu capital ferroviário com empreendimentos fundiários, entrando, assim, no negócio da colonização. O controle acionário sobre o capital ferroviário lhes permitia alavancar a valorização de seus empreendimentos pelo anúncio de que os trilhos seriam instalados nas imediações de seus loteamentos. Mas não se trataria de simples comércio de terras, e sim de um procedimento em que a crise do agrário paulista já entraria nos cálculos do retorno almejado. O sucesso do negócio da colonização dependeria não apenas da venda dos lotes, mas também do fornecimento de meios de administração da crise que viabilizassem os ganhos dos adquirentes e o desenvolvimento econômico da nova localidade. No rastro desse processo

crítico de expansão capitalista, pois se estaria a expandir um setor produtivo em crise, a gestação de novos municípios figuraria como parte dos empreendimentos, pois como ente estatal federativo mais próximo à vida local, o município se constituiria em aparato indispensável à administração da crise. Não por acaso, o urbano, onde se soe instalar a municipalidade, já se faria presente nos traçados dos loteamentos, figurando como “célula mater” de futura cidade (Lima, 2016). Portanto, a regulação do avanço ferroviário, com instalação de terminais às margens desse ou daquele loteamento, definiriam, não somente a possibilidade de valorização das terras, mas também o papel que cada nova localidade exerceria no âmbito regional futuramente. O adensamento das trocas, promovido pela instalação do terminal ferroviário em certas localidades, conferiria importância às mesmas, justificando o pleito pela condição de município. Essa vantagem, em relação às demais localidades, poderia não apenas resultar na criação de um novo município, mas também criar as condições para que esse viesse a se tornar capital regional, abrigando a sede de órgãos públicos e, assim, concentrando a circulação de bens e serviços. Em meio à crise do agrário, os municípios teriam papel crucial na reprodução do setor agroexportador. Por meio do município, custos passariam a ser socializados (como aqueles relacionados à construção de estradas e outras infraestruturas) e serviços, antes providenciados privadamente, poderiam ser repassados à municipalidade que, por sua vez, possuiria legitimidade jurídica para acessar os recursos oriundos de outras esferas do Estado<sup>22</sup>. Entre os anos de 1936 e 1950 (intervalo de 14 anos), seriam criados 250 municípios no Estado de São Paulo<sup>23</sup>, localizados, em grande maioria, no oeste paulista. Em período anterior, entre 1920 e 1936, foram criados, no mesmo estado, apenas 49 municípios<sup>24</sup>, contrastando com o posterior aumento.

O urbano, na expansão capitalista expressa pela colonização do oeste paulista, fora o fetichismo que escamoteara a crise que grassava no setor propriamente produtivo, ou seja, o agrário. Lócus da circulação de



mercadorias e de modestas maquinofaturas atreladas à produção no campo, o urbano se constituiria em vislumbre de racionalidade em meio a irracionalidade agrária que depunha contra o desenvolvimento propalado. À medida que o país se inseria na circulação do capital estrangeiro, esses pequenos centros urbanos se tornariam entrepostos de mercadorias de amplo consumo, abrigando postos de gasolina, magazines, concessionárias de veículos e outros estabelecimentos que confeririam um “ar” de racionalidade a essas localidades.

No entanto, a confiança no progresso que tais centros urbanos inspirariam se via abalada quando uma procissão de indivíduos malvestidos, carregando sacos de juta nas costas, invadiam as cidades para realizar algumas compras, movimento geralmente observado aos sábados, quando sitiantes, meeiros, parceiros ou mesmo empregados, se dirigiam ao comércio local. Essa classe de pequenos agricultores, a quem fora legada a tarefa de reproduzir o setor agroexportador nacional, sofreria espoliação ascendente promovida por atravessadores que, como capitalistas comerciais, operariam sob o pressuposto de que quanto menos pagassem aos produtores, maior seu lucro no momento da revenda ao capital industrial. A brutal espoliação que lhes fora imposta se torna flagrante quando dados estatísticos dão conta de que, na década de 1950, apenas 0,13% das propriedades rurais do Estado de São Paulo utilizariam força mecânica e que 55% de toda a força de trabalho, empregada no agrário paulista, não seria assalariada.<sup>25</sup>

Por consequência, ao produzirem sob condições em que a aplicação de forças produtivas se resumiria a “chuva e enxada”<sup>26</sup>, mas tendo que realizar trocas com capitais industriais ultra produtivos, os pequenos cafeicultores paulistas viveriam sob estado de penúria constante. Tal situação tenderia a se agravar à medida que a sustentação de preços, promovida pela intervenção estatal, começasse “a fazer água”. O amparo estatal encontraria, na produtividade ascendente dos capitais industriais, limites à sua manutenção, pois o constante incremento da capacidade

produtiva impactaria o capital em sua totalidade, desvalorizando todas as mercadorias, inclusive as matérias primas produzidas pelas economias periféricas. O Estado buscaria contornar o problema adotando políticas cambiais que garantissem a estabilidade dos ganhos em moeda nacional, a despeito da queda dos preços internacionais. O efeito inflacionário se faria sentir nas importações, à medida que a moeda nacional, desvalorizada, perderia poder de compra no mercado externo dolarizado. O “todo poderoso” Estado se revelaria incapaz de conter as contradições do capital em seu desenvolvimento produtivo, não podendo estancar a crise que se aguçaria paulatinamente. O café, ainda o principal produto de exportação brasileiro e o maior gerador de divisas para o país, apesar de ter registrado ascensão em seus preços internacionais, devido a demanda represada pela Segunda Guerra, sofreria novas depreciações a partir da segunda metade da década de 1950, tendo seu preço reduzido em 50% no mercado externo (Stolcke, 1986, p. 173). A reação possível à depreciação não poderia ser outra senão a expansão do plantio, compensando-se as perdas com o aumento da produção. Destarte, a cafeicultura paulista se expandiria de 1,4 milhão de hectares, plantados até 1950, para 1,64 milhão de hectares em 1960 (IBGE, 1954 e 1967). Por outro lado, nos chama a atenção o fato de que, ao final da década de 1950, o governo brasileiro já havia adquirido e queimado 78 milhões de sacas de café (Netto, 1979), revelando que a estabilização dos preços internacionais do produto em questão se tornara a “Tarefa de Sísifo” da sociedade brasileira. Não seria um despropósito afirmar que se produzia café para ser queimado.

À medida que o agrário não se mostrara capaz de gerar a acumulação interna almejada, as expectativas em torno do desenvolvimento nacional, a partir de bases endógenas, se desvanecera. Por outro lado, o “cavalo encilhado” da expansão capitalista norteamericana estaria passando à porta dos países periféricos, bastando montá-lo. O segundo governo Vargas (1951-1954), que marcaria o retorno do ex-ditador ao poder (após um interregno de cinco anos), abriria o país

ao capital norte-americano que, por sua vez, subsumiria, diretamente, a economia nacional à sua reprodução e circulação. Essa internalização do capital norte-americano, realizada por meio da instalação, em território brasileiro, de plantas industriais oriundas do centro capitalista, demandaria um incremento geral da produtividade dos setores econômicos acessórios à produção urbano-industrial. Do contrário os capitais estrangeiros, internalizados, encontrariam barreiras à sua reprodução e circulação, o que poria em risco a remuneração dos vultuosos investimentos realizados. Simultaneamente a esse aporte de capitais norte-americanos à periferia, ocorreria o advento da Terceira Revolução Industrial, processo que elevaria a produtividade do capital a níveis inéditos, reforçando o rebaixamento dos preços das matérias primas obtidas junto às economias primário-exportadoras. Diante desse cenário se faria necessário a aplicação de forças produtivas ao agrário nacional, pois esse estaria beirando à absoluta incapacidade de realizar trocas com os capitais industriais. Tal exigência alijaria do mercado os agricultores incapazes de realizar investimentos necessários à melhoria da produtividade. A migração maciça para as cidades, observada ao longo das décadas de 1970 e 1980, fora o resultado direto da modernização do agrário brasileiro que expulsaria do campo enormes contingentes populacionais. *Pari passu* com o esvaziamento do campo avançaria a decadência do setor agroexportador paulista que, rapidamente, perderia importância em relação à totalidade da economia nacional. Nesse momento, a grande cafeicultura paulista alcançaria o seu ocaso. No rastro de sua expansão pelos sertões paulistas, se encontraria enorme contribuição à reprodução capitalista.

Acicatada pela crise, a cafeicultura paulista avançara sobre os rincões do Estado de São Paulo, promovendo a colonização de 5 milhões de hectares em um período de pouco mais de quatro décadas (Lima, 2016, p. 222). Essas terras, arrancadas aos sertões, permitiriam o acréscimo, ao agrário paulista, de 236 453 propriedades rurais (Lima, 2016) nas quais, até

1960, 1 436 537 trabalhadores se encontrariam mobilizados e submetidos, ainda que de modo restrito, às relações de troca. Nesse mesmo período, 333 municípios foram criados no Estado de São Paulo<sup>27</sup> (muitos deles em áreas de colonização recente), permitindo a expansão da circulação da mercadoria e o adensando das trocas. Para o desenvolvimento capitalista, em sua totalidade crítica, essa expansão, que nos aparece como algo irracional em relação às formas racionais do capital (racionalidade também fetichizada), fora tão necessária quanto a expansão industrial observada nas economias centrais. Mas a relação de necessidade, entre os dois momentos, somente se revela quando posta nos termos da contradição, ou seja, quando a irracionalidade periférica se revela momento da racionalidade do capital industrial, o que caracteriza o capitalismo como sociabilidade fundada a partir da racionalidade-irracional da valorização como tautologia.

## **Conclusões**

Em publicação recente, que comporta dados colhidos até 2018, o “insuspeito” Fundo Monetário Internacional demonstraria que a relação dívida/PIB, no âmbito mundial, registraria um déficit de 226% (IMF, 2019), refletindo níveis de endividamento públicos e privados que já excederiam toda a produção de riqueza abstrata capitalista. Nos Estados Unidos da América, o porto seguro do capitalismo mundial, um documentário produzido pelos Obamas, em 2019, e que retrata os chineses como escravistas modernos, leva os espectadores mais atentos a uma conclusão que foge aos aparentes objetivos da obra: explorar trabalho na América se tornara um mau negócio e não paga os investimentos realizados. Mas o que isso tem a ver com nossa digressão pelo desenvolvimento do capitalismo no âmbito da nação brasileira? Bem, ambos os registros demonstram que já não há acumulação em lugar algum. Talvez se possa admitir, como demonstram os dados do FMI, a

existência de acumulação de dívidas sustentadas pela emissão de equivalente geral, ou simplesmente dinheiro. Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista periférico pode nos oferecer, “mutatis mutandis”, elementos para pensarmos o devir do capital mundial. Ele estaria agonizando? Não seria um exagero afirmar que sim. O seu fim se avizinha? O observado no desenvolvimento capitalista periférico nos recomenda cautela quanto a conclusões a respeito dessa questão. O capitalismo não apenas persiste sem acumular, mas também se expande, redobrando o fetichismo que escamoteia sua condição crítica por meio de um suposto “vigor” expresso na materialidade de empreendimentos alavancados pela ficcionalização de capitais. As dívidas se evanescem pela socialização e, até mesmo, são travestidas como ativos pelo mercado de títulos bursáteis. No âmbito da materialidade, o efeito que a mesma gera, como diria Marx, “sobre o nervo ótico” (1988, Livro I, v, I, p. 71), é a introjeção da racionalidade como manifestação espaço-temporal em que a superação já se realizou pela passagem a novos padrões tecnológicos e infraestruturais que atestariam que o real é racional. Na periferia capitalista tal fetichismo se efetivara pela ideologia desenvolvimentista que projetara, em uma realidade onde a acumulação sempre fora obliterada, a possibilidade de desenvolver forças produtivas como um processo endógeno, gestado a partir da expansão de setores primário-exportadores em crise. Destarte, o que se expandira fora a crise. No momento atual, formas mais sofisticadas de expansão capitalista, baseadas na especulação bursátil, estão em franca disseminação e já vitimam milhões de pessoas, como na crise de 2008. No entanto, a reprodução segue seu curso e a mercadoria é realizada, mesmo que por processos creditícios nos quais se trocam dívidas, com vencimento para hoje, por dívidas com vencimento para amanhã. O recrudescimento dos conflitos, tanto no âmbito individual como social, alcançando o plano dos Estados nacionais, é inevitável pois todos tentam se livrar de sua parcela da crise, transferindo-a ao outro. Não seria um despropósito concluir que a negatividade do capital

(incapacidade de acumular), que até recentemente se constituía em particularidade periférica, se colocara na totalidade da reprodução social capitalista, o que torna a valorização estritamente fetichista. Esse espelhamento da reprodução capitalista periférica, sobre o centro da acumulação (agora negativada), nos leva a argumentar que a análise dos processos de modernização periféricos pode trazer importante contribuição para a compreensão da atualidade capitalista. Se no atual momento em que se encontra a reprodução social, a acumulação somente se efetiva como fetichismo, realidades periféricas, como a brasileira, podem oferecer elementos para a compreensão dessa reprodução crítica que só se dá mediante a socialização de custos para que algo reste como lucro. O capital aparece, assim, como se ainda acumulasse, o que lhe garante legitimidade para continuar a balizar a reprodução social. Dessa forma segue a normalidade das trocas, ainda que incorporando, cada vez mais, a barbárie ao cotidiano.

### **Notas:**

1. Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP)
2. A interpretação de Tugan-Baranovski sobre os esquemas de reprodução de Marx encontra-se desdobrada em Rosdolky, “Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx”, 2011, p. 371-319.
3. A aceleração da rotação do capital resulta na disponibilização crescente de massas de dinheiro que, não utilizadas no processo produtivo direto, são desviadas para o mercado financeiro em busca de valorização como capital de empréstimo. Tal processo encontra-se desdobrado no livro II de “O Capital” (Marx, 1988, II, v. III).
4. A “Terceira Revolução Industrial”, ou “Terceira Revolução Tecnológica”, como a definiria Mandel (1985), se constituía na substituição do paradigma fordista de produção por novos arranjos produtivos, baseados na automação de tarefas, que permitiram significativo aumento na produtividade e brutal eliminação do trabalho. A década de 1970 marcaria o advento desse novo padrão produtivo que resultaria em enorme desvalorização de capitais e no acirramento da concorrência intercapitalista. As contradições que perpassariam a reprodução capitalista, levando-a a desaguar na “Terceira Revolução Industrial”, foram profundamente analisadas por Ernest Mandel em “Capitalismo Tardio” (1985).

5. Virgílio Noya Pinto (1979) apontaria que, após o grande terremoto que atingiu Lisboa em 1755, um vultuoso empréstimo fora fornecido pelo Banco da Inglaterra à Portugal, como forma de socorro. Ao chegar o carregamento de ouro a Portugal, verificou-se que grande parte das moedas haviam sido cunhadas pelo Estado Português e transferidas à Inglaterra como forma de compensação em trocas comerciais deficitárias (1979, p. 312).
6. Como bem apontaria Furtado (1976), o custo da intermediação portuguesa também pesaria sobre a colônia que, por seu lado, veria na independência um suposto “alívio” à sua espoliação (1976, p. 93). No entanto, demonstraria Prado Júnior (1983) que os déficits nas trocas internacionais seriam permanentes na economia imperial até a década de 1860, quando passariam a ocorrer algumas alternâncias entre resultados positivos e negativos (1983, p. 132-141).
7. Nos referimos, aqui, à “Lei de Terras” de 1850 que determinaria que a propriedade da terra somente seria obtida pela compra.
8. A forma farisaica com que a corrupção, relação social inerente a toda sociedade capitalista, é tratada no Brasil, principalmente quando se quer desestabilizar governantes eleitos, escamoteia o seu fundamento em nossa formação socioeconômica periférica na qual o capitalista, para se reproduzir como tal, deve conquistar, por qualquer meio, formas de acesso aos recursos públicos. Situada na lógica da mercadoria, a corrupção, entranhada no Estado brasileiro, transcende sua forma moral, revelando-se como momento da competição intercapitalista.
9. Com o fim da monarquia se transferiria aos Estados o poder de legislar sobre questões fundiárias. Tal concessão tornaria a oligarquia cafeeira paulista proprietária latente das terras devolutas existentes em sua unidade federativa. Abrangente estudo, a respeito da questão das terras devolutas no Brasil, encontrar-se-ia em Miranda, “Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens” (2011).
10. Descrições semelhantes à de Martins (2004) encontrar-se-iam em Holloway (1984, p. 123) e Stolcke (1986, p. 58, 59).
11. Dado extraído do Anuário Estatístico de São Paulo de 1914, publicado em 1916.
12. Os procedimentos de controle cambial, como a experiência da Caixa de Conversão, adotada em 1906, se mostrariam ainda menos eficazes devido às pressões inflacionárias derivadas da grande dependência da importação de produtos industrializados. Sendo assim, a formação de estoques reguladores se revelaria um procedimento mais viável, ainda que muito custoso e paliativo. Análise pertinente sobre o procedimento da Caixa de Conversão encontrar-se-ia em Maria Teresa Ribeiro de Oliveira e Maria Luiza Falcão Silva, “O Brasil no padrão-ouro: A Caixa de Conversão de 1906-1914”, 2001. Sobre o controle cambial, a fim de favorecer o setor agroexportador nacional, verificar Furtado (1976) e Netto (1979).
13. O Instituto Brasileiro do Café (IBC), criado em 1952, herdara as funções de diversos órgãos governamentais anteriores (IDPC, CNC, DNC) aos quais competia viabilizar a reprodução da cafeicultura brasileira por meio da intervenção estatal. Suas funções incluíam a defesa de preços, armazenamento, transporte, financiamento, planejamento do plantio, entre outras. A integral da Lei nº 1779 de 22/12/1952, que cria o IBC, pode ser

consultada no Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 13 mar. 2023.

14. Aqui nos referimos à corrente de pensamento econômico, denominada Fisiocracia, que ganharia enorme destaque na Economia Política do século XVIII. Seu pressuposto teórico seria o de que o produto social somente poderia se expressar fisicamente e que, portanto, somente a agricultura poderia gerar um excedente para além do que fora aplicado, inicialmente, à produção. A Fisiocracia fora motivo de críticas por parte de Smith (1978) e Ricardo (1978). No entanto, a crítica de maior pertinência dirigida ao pensamento fisiocrata viria de Marx em suas Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico, 1983, v. I.

15. O nacional-desenvolvimentismo fora a principal corrente ideológica que permeara o pensamento econômico brasileiro durante o século XX. Espreado por diferentes correntes, o nacional desenvolvimentismo teria como pivô a elaboração teórica e a consequente execução de procedimentos que revertessem a acumulação de capital em favor da economia nacional. O debate em torno do desenvolvimentismo fora sintetizado por Ricardo Bielschosky em “Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, 2012.

16. Na década de 1950, a Mogiana, mergulhada em dívidas, é estatizada e suas pendências financeiras assumidas pelo Estado. Pelos mesmos motivos a Paulista será estatizada em 1961.

17. Dado extraído das Estatísticas da Indústria do Estado de São Paulo de 1932.

18. O decreto pode ser consultado no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

19. Stolke (1986) observaria que em áreas do Estado de São Paulo, dotadas de terras excepcionalmente férteis (como as áreas basálticas de terra roxa), as grandes propriedades cafezeiras resistiriam melhor à crise de 1929, restando inúmeros latifúndios intactos (p. 106, 107).

20. Discurso proferido por Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930, por ocasião de sua posse como Presidente da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

21. Dados do Recenseamento de 1920, V. III, 1ª Parte, publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1923. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.

22. O estudo de Odette Carvalho de Lima Seabra, “Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder” (2015), demonstra de forma pertinente o imbricamento entre o público e o privado como forma de socialização de custos que, em uma realidade periférica como a cidade de São Paulo, inviabilizariam a reprodução do capital. Como bem demonstraria Seabra, não se trataria, simplesmente, da socialização dos custos com a criação de infraestruturas públicas, externas aos negócios, procedimento comum a toda sociedade moderna, mas sim de se adjudicar ao Estado procedimentos cuja execução é inerente aos empreendimentos privados (2015, p. 104-107). Segundo a autora, caberia à ação planejadora estatal conferir o aspecto de interesse geral às intervenções realizadas a bem dos interesses privados e custeadas pelos cofres públicos.



23. Dado obtido pela confrontação de informações contidas na Sinopse Estatística do Estado de São Paulo de 1936 e o Censo Demográfico de 1950, realizado pelo IBGE.
24. Dado obtido pela confrontação de informações contidas no Recenseamento de 1920 e na Sinopse Estatística do Estado de São Paulo de 1936.
25. Dados calculados a partir do Censo Agrícola de 1950 (IBGE, 1954).
26. O uso de fertilizantes se mostraria restrito, ainda na década de 1960, devido à importação quase total desse insumo. O Censo Agropecuário de 1960 demonstraria que apenas 7% das propriedades rurais paulistas utilizariam adubação química (IBGE, 1967).
27. Dado obtido pela confrontação de informações contidas no Recenseamento de 1920 (op. cit) e o Censo Demográfico de 1960 (IBGE, 1962).

## Referências

- ALFREDO, Anselmo. *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*. Annablume Editora, 2013.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Contraponto, 2012.
- BRASIL DE FATO. Morre o crítico e sociólogo Antônio Cândido, leia uma de suas entrevistas. Matéria publicada em 12 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas>
- BUKHARIN, N. *O imperialismo e a economia mundial*. Editora Melso, 1928.
- CARNEIRO, Honório de Souza. *A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961)*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1985
- COOKE, L.Morrays. *Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela missão técnica americana enviada ao Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, 1949.
- FISHLOW, Albert. "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil". *Revista Estudos Econômicos*, vol. 2, nº 6, - Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1972.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica Brasileira*. Companhia Editora Nacional, 1976.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas de açúcar e as frotas de ouro (1670-1770)*. *Revista de História do Departamento de História – FFLCH/USP*, v. 7, nº 15, 1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35730>
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Editora Ática, 1980.
- HEGEL, G. W. Friedrich. *Ciência da Lógica*. Editora Vozes, v. I, 2016, v. II, 2017, v. III, 2018.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção “Os Economistas”. Nova Cultural, 1985.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. Editora Paz e Terra, 1984.
- LENIN, V. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. Ed. Global, 1979
- LIMA, Silvio Monteiro de. *Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão*

do agrário paulista. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2016. Versão Corrigida, 2017.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do capital. Coleção “Os Economistas”. Editora Nova Cultural, 1985.

KANT, Immanuel. Metafísica dos Costumes. Editora Vozes, 2013.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Coleção “Os Economistas”. Editora Nova Cultural, 1986.

MANDEL. Ernest. Capitalismo Tardio. Coleção “Os Economistas”. Editora Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. Editora HUCITEC, 2004.

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Coleção “Os Economistas”. Editora Abril Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. Formações Econômicas Pré-capitalistas. Paz e Terra, 1986.

MIRANDA, Newton Rodrigues: Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses. Revista do CAAP, nº 2, v. XVII, p. 153-176, 2011. Disponível em: <https://revistadocaap.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/295>

MONBEIG. Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Ed. Hucitec, 1984.

NETTO, Antônio Delfim. O problema do café no Brasil. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

NOVAES. Fernando A. Considerações sobre o sentido da colonização. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6, 1969.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de; SILVA, Maria Luiza Falcão. O Brasil no padrão-ouro: a Caixa de conversão de 1906-1914. Revista de História Econômica & História de Empresas, v. IV, nº 1, 2001. HUCITEC/ABPHE. Edição Digital publicada em 18/07/2012. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/88>

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. Companhia Editora Nacional, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. 1983.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação (1817/1821). Coleção “Os Pensadores”. Editora Abril Cultural, 1978.

RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Editora Forense Universitária, 1981.

ROSDOLSKY, Roman. “Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx”. Editora Contraponto, 2011.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940. Editora Hucitec, 1981

SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações (1776-1784). Coleção “Os Pensadores”. Editora Abril Cultural, 1978.

SEABRA, O. C. de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Alameda Casa Editorial, 2015.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960. Expressão Popular, 2005.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). Editora Brasiliense, 1986.

## **Fontes primárias consultadas**

BIBLIOTECA PRESIDENCIAL. Discurso proferido por Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930, por ocasião de sua posse como Presidente da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 23.486, de 22 de novembro de 1933: Dispõe sobre a restrição para a importação de máquinas destinadas à indústria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>

Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952: Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1914.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística do Estado de São Paulo, 1936.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920. Diretoria de Estatística, 1923. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. Biblioteca IBGE, diversos anos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

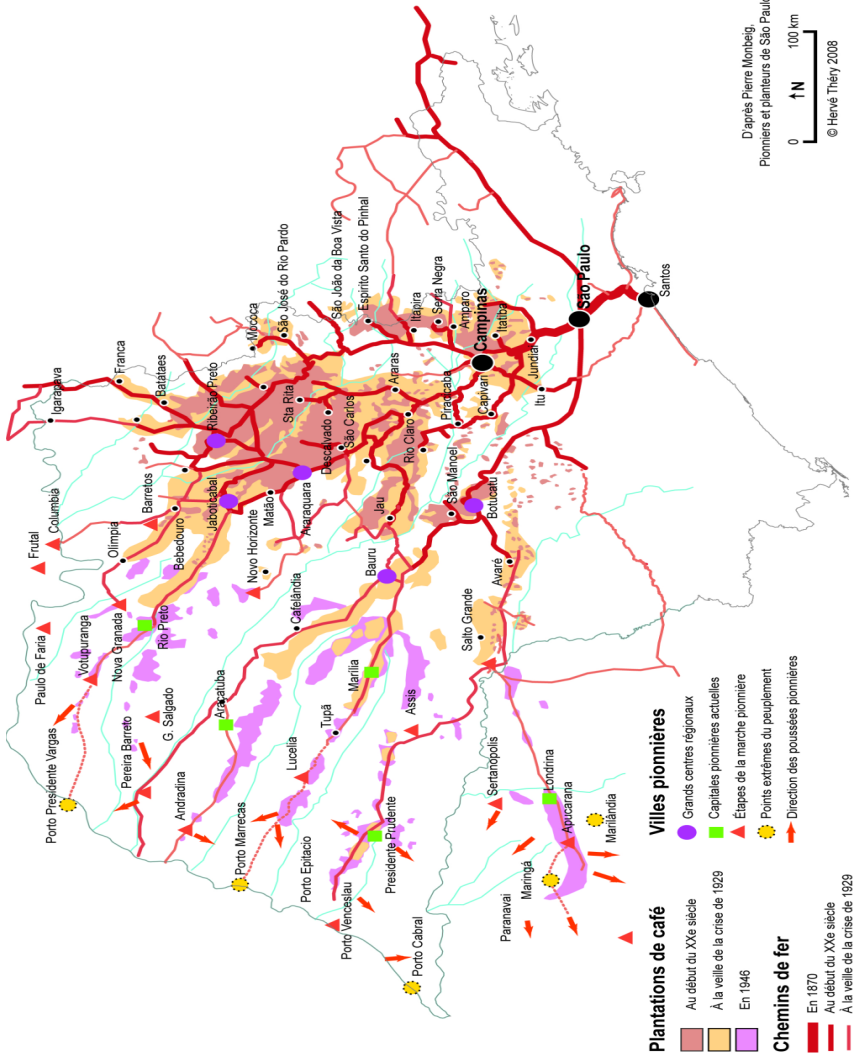
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, Series Nacional e Regional, diversos anos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Annual Report 2019. Disponível em: <https://www.imf.org>

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO BRASIL, Anuário Estatístico de São Paulo de 1914, Tipografia do Diário Oficial, 1916.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatísticas da Indústria do Estado de São Paulo, 1932.

# Mapa 1 – Anexo Renato Fujicava



**Mapa da expansão do Café (1900-1950)**

\*O arquivo do mapa foi gentilmente cedido por Hervé Théry, Originalmente publicado por Théry, 2009, In: Lemos, A. I. e Galvani, E. (Orgs.), 2009.

## Sobre a(o)s autora(e)s

**Anselmo Alfredo** é professor Livre Docente no departamento de geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP e atua em temas sobre crítica social, tempo, espaço e modernização.

**Fábio Teixeira Pitta** é mestre, doutor e pós-doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É professor do mestrado em Geografia no TerritoriAL da UNESP e Coordenador de Projetos e Pesquisador da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

**Allan de Campos Silva** é geógrafo, mestre e doutor em Geografia Humana pela USP e pós-doutorando pela UNESP.

**Ana Sylvia Maris Ribeiro** é graduada, mestre e doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É professora da rede de ensino estadual de São Paulo desde 2008.

**Wesley Valentim Anacleto da Silva** é graduado e mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP. Atua como professor na rede estadual de São Paulo.

**Walid El Khatib** é graduado, mestre e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

**Rinaldo Gomes Pinho** é graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É pós doutorando no Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

**Arthur de Matos Bassani** é graduado e mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua como professor pela rede SESI-SP.

**Fábio Soares Amaral** é graduado e mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua como professor na rede municipal de São Paulo.

**Talita Amaral Sanches Ferreira** é graduada em Geografia e Filosofia e é mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Psicanalista em formação pelo Centro de Estudos Psicanalíticos. Atua como professora na rede municipal de ensino de São Paulo e como psicanalista clínica.

**Guilherme Estevão dos Santos** é graduado e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua como professor de ensino fundamental na rede municipal de Mogi das Cruzes.

**Leonardo Mamede de Lacerda** é graduado pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professor da rede de ensino estadual de São Paulo desde 2014.

**Anderson Pereira dos Santos** possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (2013) e mestrado em Geografia Humana também pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e professor de geografia na rede pública de ensino de São Paulo.

**Renato Fujicava** é graduado e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua como professor do ensino básico na rede particular do município de São Paulo.

**Silvio Monteiro de Lima** é graduado, mestre e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.